

EDIÇÃO 29

VOL. 11, Nº2\*

JAN./ABR.

2019

ISSN:

198-6150

**\*ATENÇÃO:**

**A REVISTA FOI ORIGINALMENTE  
PUBLICADA COMO EDIÇÃO 29, V.  
11, N. 2. NO ENTANTO, TRATA-SE  
DO NÚMERO 1, E NÃO 2. PEDIMOS  
DESCULPAS PELO ERRO.**



# Temporalidades

Revista de História

REVISTA DISCENTE  
DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA DA UFMG

# CIÊNCIA, HISTÓRIA E

# NATUREZA: OBJETOS E POSSIBILIDADES

**Ficha Catalográfica**

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 29, v. 11, n. 2 (Jan./Abr. 2019) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2019.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

**Publicação Indexada**

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

**Endereço:**

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2018.

## Expediente

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

**Departamento de História**  
Chefe: José Newton Coelho Meneses

**Colegiado de Pós-Graduação**  
Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

**Editor Chefe**  
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

**Comissão Editorial 2018/2019**  
Camila Neves Figueiredo  
Carmem Marques Rodrigues  
Flávia Gomes Chagas  
Hélia Costa Morais  
Luiz Felipe Anchieta Guerra  
Stéfany Sidó Ventura  
Thayná Cavalcanti Peixoto

**Conselho Editorial Consultivo Nacional**  
Adriana Romeiro (UFMG)  
Adriana Vidotte (UFG)  
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Bruno Tadeu Salles (UEG)  
Carlos Alvarez Maia (UERJ)  
Diego Omar da Silveira (UEA)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)  
Francismery Alves da Silva (UNIR)  
George F. Cabral de Souza (UFPE)  
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)  
João Pinto Furtado (UFMG)  
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)  
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)  
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Solene Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)  
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

**Conselho Editorial Consultivo Internacional**  
Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)  
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

**Revisão**  
Camila Neves Figueiredo  
Carmem Marques Rodrigues  
Flávia Gomes Chagas  
Hélia Costa Morais  
Luiz Felipe Anchieta Guerra  
Stéfany Sidó Ventura  
Thayná Cavalcanti Peixoto

**Diagramação**  
Stéfany Sidó Ventura

**Capa**  
Imagem: Fotografia de Ricardo Moraes (2018).  
Fonte: <https://bit.ly/2zDmfVA>  
Montagem por Luiz Felipe Anchieta Guerra

**Open Journal Systems/Banco de Dados**  
Carmem Marques Rodrigues  
Flávia Gomes Chagas

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adriana Aparecida Pinto (UFGD)  
Alysson Faria Costa (UFMG)  
Ana Raquel Costa Dias (UFG)  
Aruana Emiliano Martins Pinheiro Rosa (UNILA)  
Beatriz Teixeira Weber (UFMS)  
Breno Mendes (UFMG)  
Bruno Martins Boto Leite (UFRPE)  
Bruno Vinícius de Moraes (UFMG)  
Camila Lobato Rajão (CEFET-MG)  
Cesar Leonardo Van Kan Saad (UFMG)  
Cláudio Luiz DeNipoti (UEPG)  
Cosma Silva de Araújo (UECE)  
Cristina de Cassia Pereira Moraes (UFG)  
Daniel Lopes Saraiva (UDESC)  
Danielle Christine Othon Lacerda (UFRJ)  
Danilo Araujo Marques (UFMG)  
Darlan De Mamann Marchi (UFPEL)  
Deivid da Costa Trindade (UFRG)  
DOUGLAS ATTLA MARCELINO (UFMG)  
Douglas Lima de Jesus (UFMG)  
Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)  
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)  
Eliza da Silva Vianna (Fundação Oswaldo Cruz)  
Eliza Teixeira de Toledo (COC-Fiocruz)  
Felipe Silveira de Oliveira Mallaco (UFMG)  
Frederico Tavares de Mello Abdalla (FIOCRUZ)  
Gabriel Jose Pochapski (UNICAMP)

Gabriel Prudente (UFPA)  
Giulia Crippa (USP)  
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (UFMG)  
Gustavo Monteiro de Rezende (UFRJ)  
Henrique Rodrigues Caldeira (UFMG)  
Igor Tadeu Camilo Rocha (UFMG)  
João Maurício Gomes Neto (UNIR)  
José Newton Coelho Meneses (UFMG)  
Juliana Schneider Medeiros (UFRGS)  
Kacia Neto de Oliveira Fonseca (UFAM)  
Lorena Lopes da Costa (UFOPA)  
Marcelo Renan Oliveira de Souza (UFBA)  
Marcílio Lima Falcão (UERN)  
Marcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE)  
Mauro Miranda de Alcântara (UFMT)  
Moisés Stahl (USP)  
Murilo Chaves Vilarinho (FCT)  
Natália Ribeiro (UFMG)  
Patrícia Vargas Araujo (UFV)  
Paula Rejane Fernandes (UFRN-CERES)  
Pedro Parga Rodrigues (UFRJ)  
Rafael Gonzada de Macedo (PUC-SP)  
Raimundo Pereira Alencar Arrais (UFRN)  
Renata Azevedo Campos (UFF)  
Renato Drummond Tapioca Neto (UESB)  
Renato Nunes Bittencourt (UFRJ)  
Robson Freitas de Miranda Junior (UFMG)  
Rodrigo Ceballos (UFCCG)  
Sílvia Regina Liebel (UFMG)  
Wesley Oliveira Kettle (UFPA)

## SUMÁRIO

**Editorial:** “Ciência, História e Natureza: objetos e possibilidades” .....07-10

### Dossiê

**Apresentação** – Paloma Porto.....11-14

**Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*, de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)/**Consarvation of nature and agricultural modernization in the prefáces of *O Fazendeiro do Brasil*, by Friar José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806) .....15-30

Breno Ferraz Leal Ferreira

**Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias** /Possibilities in the individuals' study: the microhistory as pomp to analyse trajectories .....31-49

Jéssica Santana de Assis Alves

**Reflexões sobre as drogas como objeto de pesquisa histórica/** Reflections on drugs as an object for historical research .....50-64

Luiza Lima Dias

**Desmistificando os negócios: os limites e possibilidades da história empresarial/** Demystifying the business: the limits and means of the business history .....65-81

Marlon Rodrigues Marques

**O tempo e a arqueologia: uma narrativa científica sobre o passado indígena na Amazônia por meio das coisas arqueológicas ao final do século XIX /** Time and Archaeology: a scientific narrative on Indigenous past in the Amazon through archaeological things at the end of the 19<sup>th</sup> century .....82-97

Queiton Carmo dos Santos

**A história como “logos do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica /** History as the “logos of the other”: Michel de Certeau and the historiographical operation .....98-122

Robson Freitas de Miranda Junior

**Pico do Itacolomi na construção histórica da paisagem e da identidade de Minas Gerais / The Itacolomi Peak in the historic construction of the landscape and Minas Gerais identity**

.....123-159

Rute Guimarães Torres

## Artigos livres

**“Um abraço do samba ao *semba*”: diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil na década de 1980 / "The samba hug the *semba*": musical and political dialogues between Angola and Brazil in the 1980s**

.....160-178

Alexandre Reis dos Santos

**Entre a História e o direito: as fronteiras políticas do Império do Brasil e sua disputa com a República de Colômbia / Between History and law: the political borders of the Empire of Brazil and the dispute with the Republic of Colombia**

.....179-196

Alan Dutra Cardoso

**O protagonismo feminino em Minas Gerais: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853) / The feminine protagonism in Minas Gerais: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853)**

.....197-225

Ana Cristina Magalhães Jardim

**Entre a “Raça, Economia e Política”: o *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975) / Between "Race, Economy and Politics": *Apartheid* on the pages of Revista *Veja* (1969-1975)** .....226-253

Ana Júlia Pacheco

**“Só é bella de facto a mulher que tem saude”: beleza feminina nas páginas do *Almanaque d’A Saúde da Mulher* nas décadas de 1930 e 1940 / "Only the healthy woman is really beautiful": feminine beauty in the pages of the Women's Health Almanac in the 1930s and 1940s** .....254-274

Azemar dos Santos Soares Junior e Ana Karoline Lima de Moraes

**Ulisses não é como antigamente: um debate sobre a ficcionalização nos romances gregos / Ulysses is no longer as ancient: a debate about fictionalization in Greek novels**

.....275-296

Igor Barbosa Cardoso

**Representações de gênero em ocorrências policiais de violência contra mulheres na construção de Brasília / Gender representations in police events of violence against women in the Brasília construction** .....297-330

José Gomes do Nascimento

**A construção da arte africana: criações de uma ‘situação colonial’ / The construction of african art: creations of a ‘colonial situation’** .....331-348

Lucas Aleixo Pires

**Experiência do tempo: reflexões acerca da temporalidade histórica na escrita ensaística de Bertrand Russell / Experience of time: reflexions on historical temporality on the essay writing of Bertrand Russell** .....349-375

Marlon Ferreira dos Reis

**História das mulheres e representações: a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos de história / History of women and representations: the figure of Joan of Arc in the history textbooks**.....376-397

Rebecca Maria Queiroga Ribeiro

## Transcrição

**Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano / A reply to Von Martius: José Oiticica and a proposition of a new normativity for the historiographical practice at the dawn** .....398-449

Vicente da Silveira Detoni e Piero di Cristo Carvalho Detoni

## Entrevistas

**Entrevista com Angela Maria Alonso**.....450-452

**Entrevista com Fernando Pimenta** .....453-465

**Entrevista com Malena Mazzitelli Masticchio** .....466-470

## Editorial

### “Ciência, História e Natureza: objetos e possibilidades”

Na 29ª edição da revista *Temporalidades*, Ciência, História e Natureza apresentam suas potencialidades enquanto objetos de estudo. São diversas as possibilidades de temas, fontes e métodos de análise na produção de uma história da ciência. Historicizar e historiografar a ciência, seus objetos e possibilidades, são formas de compreender a relação entre natureza e sociedade. Compreendendo a ciência enquanto uma prática social, política e cultural, a conformação do campo de estudos da história da ciência e da natureza revela saberes e disciplinas que se entrecruzam ao fazer científico.

Para além da confluência com os debates acadêmicos deste campo de estudos, a publicação deste dossiê marca a necessidade de discussão acerca da produção e divulgação do conhecimento científico neste momento particular. A ciência tem estado sob constante ataque e investidas de deslegitimação, num processo de negação civil/política que recusa as descobertas e saberes científicos. Observamos a ascensão de grupos “anticiência” e a aderência às “pseudociências”, como os terraplanistas, os movimentos antivacina, os negacionistas do holocausto e defensores de ditaduras que desconsideram os acontecimentos históricos e invalidam pesquisas científicas.

É a partir das reflexões acerca deste contexto que propomos o Dossiê Temático: “Ciência, História e Natureza: objetos e possibilidades”. O objetivo desta organização é apresentar perspectivas teóricas e historiográficas sobre o saber científico, sobre seus usos, práticas e técnicas. Marcando as múltiplas possibilidades e reafirmando a importância desses estudos. Nesta edição, contaremos com objetos temáticos que versam sobre a História das Ciências da Saúde, Teoria, Metodologia e escrita da História, História das Ciências Naturais, Museus e Coleções Científicas e a História da Ciência e da técnica. O que é possível perceber a partir de recorte dos eixos temáticos é a centralidade da interdisciplinaridade e a historicidade dos conhecimentos, práticas, e técnicas da ciência.



Agradecemos a gentileza, comprometimento e competência com que a professora Paloma Porto se disponibilizou a organizar e apresentar este dossiê. As professoras Angela Alonso e Malena Masticchio, que gentilmente consentiram em responder as perguntas que compõem as entrevistas, bem como ao professor Fernando Pimenta cuja entrevista também endossa à discussão acerca dos objetos e o contexto político social que atravessamos. Agradecemos imensamente aos autores que contribuíram para a construção do dossiê temático e desta forma reforçam o vigor e a importância da História das Ciências e seus eixos de pesquisa.

Também são motivo de agradecimentos, os autores que contribuíram com a sessão de artigos livres que compõem esta edição:

De autoria de Ana Karoline e Azemar dos Santos, o artigo “‘Só é bella de facto a mulher que tem saude’: beleza feminina nas páginas do *Almanaque d’A Saúde da Mulher* nas décadas de 1930 e 1940”, onde é analisada a divulgação de propagandas sobre a saúde da mulher, buscando localizar as mudanças históricas no conceito de beleza entre a metade do século XIX e primeira metade do século XX.

O artigo, “Experiência do tempo: reflexões acerca da temporalidade histórica na escrita ensaística de Bertrand Russell”, de Marlon Reis, analisa os ensaios do filósofo inglês Bertrand Russell (1872-1970), publicados na coletânea *Retratos da memória e outros ensaios*, com o objetivo de demonstrar a aproximação do tempo histórico, tempo subjetivo e sua ordenação narrativa. Desta forma, a reflexão visa demonstrar a experiência da construção das identidades e as experiências do tempo.

Gênero e livros didáticos de história será tema do artigo intitulado: “História das mulheres e representações: a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos de história”, onde a autora Rebecca Queiroga discute as interpretações da figura de Joana D’Arc na construção de narrativas históricas sobre as mulheres. O artigo analisa como essas narrativas são apresentadas em quatro livros do Ensino Médio de História, no sentido de compreender como estes contribuem para uma história na perspectiva das mulheres.

Em “A construção da arte africana: criações de uma ‘situação colonial’”, Lucas Aleixo Pires reflete acerca do modo como os objetos africanos, oriundos do período da colonização,

foram transformados em “arte” por parte das vanguardas artísticas e museus europeus, com o intuito de problematizar tais práticas.

O autor Alan Dutra Cardoso propõe em “Entre a História e o direito: as fronteiras políticas do Império do Brasil e sua disputa com a República de Colômbia”, se debruçar sobre os embates ocorridos entre o Império brasileiro e a República da Colômbia durante a segunda metade do século XIX, a fim de investigar os conflitos diplomáticos, fronteiriços e de interpretação envolvidos no amplo domínio de fronteiras do Império brasileiro ao longo do Segundo Reinado.

Em “Um abraço do samba ao *semba*’: diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil na década de 1980”, Alexandre Reis dos Santos analisa a maneira como músicos e intelectuais negros e não negros utilizam discursos sobre as matrizes africanas na música brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, além de pensar em como o samba brasileiro influencia o *semba* angolano, assim como as trocas culturais envolvidas neste processo.

No artigo “Representações de gênero em ocorrências policiais de violência contra mulheres na construção de Brasília”, José Gomes do Nascimento analisa as ocorrências policiais registradas em livros-ata na Divisão de Segurança da NOVACAP, da extinta Guarda Especial de Brasília-GEB. Entre os anos de 1958 a 1961 (contexto da construção de Brasília), investiga as ocorrências que relatam violência, buscando compreender a associação entre gênero e violência, suas representações e narrativas.

Igor Barbosa Cardoso promove em, “Ulisses não é como antigamente: um debate sobre a ficcionalização nos romances gregos”, um debate sobre narrativas ficcionais em prosa do século II e a percepção de uma nova consciência do tempo histórico a partir da invenção de um novo gênero discursivo.

Em, “O protagonismo feminino em Minas Gerais: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853)”, Ana Cristina Jardim discorre sobre o protagonismo feminino em Minas Gerais, a partir da figura de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a inspiradora do livro *Marília de Dirceu*.

Ana Júlia Pacheco, no texto “Entre a “Raça, Economia e Política”: o *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)”, problematiza as representações e sentidos políticos da segregação racial da África do Sul, *Apartheid*, entre os anos de 1948 a 1990. Para tal, utilizou

como fonte a interpretação dos acontecimentos pela *Veja* e em que medida a veiculação sobre a segregação sul africana impactou na construção do projeto de Brasil, proposto pelo governo militar.

Por fim, agradecemos à valorosa contribuição de Vicente da Silveira Detoni e Piero di Cristo Carvalho Denoti, que trazem uma relevante contribuição documental com a transcrição do texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de autoria de José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), publicado na Revista Americana. Texto esse, que estabelece um diálogo direto com a “Dissertação” de Karl Von Martius. Tal publicação vem enriquecer e ampliar possibilidades de trabalhos futuros por parte de pesquisadores em todo o país, por meio do acesso a tal fonte.

Ao final deste editorial, a Revista Temporalidades, iniciativa discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, reafirma o seu compromisso ético com o raciocínio crítico voltado à formação cidadã, baseado na interdisciplinaridade, no uso das diversas linguagens e formas de conhecimento para o desenvolvimento pleno da nossa sociedade. Afirmando a reafirmando a cada publicação que uma sociedade democrática de direito é aquela que amplia o acesso à Ciência e Tecnologia em todas as suas formas, não o contrário.

A atual comissão editorial da Revista Temporalidades, gestão 2018/2019, se despede neste número, desejando uma excelente gestão aos novos membros do corpo editorial e agradecendo aos muitos ensinamentos oriundos da experiência em trabalhar com a divulgação da produção científica deste país. Vida longa a Temporalidades!

A todos e a todas, uma excelente leitura!

***Carmem Marques Rodrigues***

***Hélia Costa Moraes***

***Stéfany Sidô Ventura***

## Dossiê Temático

# Ciência, História e Natureza: objetos e possibilidades.

## Apresentação

**Paloma Porto**

Professora Substituta do Departamento de História/FAFICH-UFMG

palomaporto@gmail.com

**“Todas as ciências são humanas!”**

“Todas as ciências são humanas!”. Esta frase deu a tônica nas manifestações contra os cortes financeiros na área da educação brasileira no dia 30 de maio de 2019. Para além do sentido inclusivo, – por fazer referência explícita ao apoio à educação pública, gratuita, de qualidade e para todos – a frase carrega outros sentidos e um deles diz respeito a quem pratica a ciência. Se a ciência é praticada por humanos e a História se encarrega de estudar as ações do homem no tempo, logo as práticas científicas são objetos do campo disciplinar da História. De maneira semelhante à história *tout court*, a narrativa sobre a história das ciências por muito tempo esteve eivada pelo mito fundador e por escritas laudatórias, mas que em determinado momento serviu aos interesses de conformar uma visão específica dos acontecimentos. Na segunda metade do século XX e início do século XXI, o cenário acadêmico vem amadurecendo análises críticas dos processos de produção do conhecimento considerando os aspectos sociais no fazer científico. Os artigos que abordam recortes espaciais e temporais distintos neste dossiê fazem emergir essas questões a partir de pesquisas empíricas e teóricas, mas principalmente apontando diferentes perspectivas interpretativas.

Em 1862, o escocês Daniel Wilson publicou a obra *Prehistoric Man: Researches into the origin of civilisation in the old and the new world*, que, ao classificar a “humanidade intocada” pela lente eurocêntrica, construiu umas das mais emblemáticas narrativas sobre o conceito de pré-história ao segregar o homem da natureza com base nas concepções da ciência moderna. A percepção de Wilson impulsionou comparações entre populações não europeias e as populações europeias no debate da alteridade, “gerando um estatuto de selvageria aos grupos não europeus”. Marília Oliveira Calazans recorreu a essa obra para demonstrar que o desenvolvimento da arqueologia brasileira esteve em consonância com os paradigmas científicos do século XIX, a partir do estudo dos sambaquis como fato científico.

Neste dossiê, de modo complementar ao debate sobre a ideia de temporalidade “pré-histórica”, o artigo “O tempo e a arqueologia: uma narrativa científica sobre o passado indígena na Amazônia por meio das coisas arqueológicas ao final do século XIX”, Queiton Carmo dos Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais, argumenta que, para o naturalista Emílio Goeldi, a criação de coleções de materiais arqueológicos funcionava como uma outra forma de acessar o passado e de provar ideias sobre a antiguidade indígena amazônica. Ou seja, a mediação entre presente e passado poderia ser feita de forma direta pela junção de objetos materiais, vestígios legítimos que podem ser acessados em salões de exposições. Santos sustenta que a argumentação do naturalista suíço, no final do século XIX, em relação a ideia de tempo “pré-histórico” se aproxima mais dos debates elaborados por Reinhart Koselleck sobre espaço de experiência e horizonte de expectativas, e menos aos debates contemporâneos da arqueologia de pensar os povos indígenas em sua longa duração.

Seguindo a perspectiva da alteridade, menos de um século após as publicações de Goeldi, Michael de Certeau publicaria uma série de livros, hoje emblemáticos para os historiadores contemporâneos, sobre um “olhar etnográfico” que, mirado na temporalidade, alcançaria a *heterologia*, o modo de conhecer o “outro”. Robson Freitas de Miranda Junior, da Universidade Federal de Minas Gerais, explora como o pensador francês Michel de Certeau concebeu a narrativa da história como uma fabricação, de forma a associar a escrita da história com o lugar de produção. Embora propusesse um *logos* do outro, seu projeto de alteridade é ambivalente, uma vez que denota a diferença e a identificação entre o que produz a história e o sujeito histórico.

O artigo de Jéssica Santana de Assis Alves, mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dedicado às possibilidades de estudos microanalíticos, analisa algumas “noções referentes à micro-história que remetem ao estudo do indivíduo”. Debatendo a metodologia da história pelo viés da trajetória, Jéssica Alves aponta para as possibilidades de deslindar questões gerais a partir de um fragmento estudado sem cair na excepcionalidade dos casos.

Breno Ferraz Leal Ferreira, doutor em História pela Universidade de São Paulo, inicia o seu artigo com o estudo da trajetória de Frei José Mariano da Conceição Veloso e sua relação com a política colonial do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho para compreender melhor as ideias de conservação da natureza na América portuguesa. Veloso defendia que os métodos de produção agrícola, em especial ao do cultivo de cana-de-açúcar, eram atrasadas e que possivelmente poderia ter causado a seca em Pernambuco. Ao trazer à tona a trajetória de formação do Frei Veloso, Breno Ferreira esboça um cenário maior sobre a influência do pensamento ilustrado naquele contexto e a aproximação das ideias de Veloso com o que José Augusto Pádua chamou de “tradição intelectual esquecida”, movimento de discussão sobre a devastação da natureza colonial.

Analisando um caso mineiro, a natureza ganha outro estatuto de análise. Rute Guimarães Torres chama a atenção para os usos de uma formação geomofológica na composição da ideia de paisagem e de identidade mineira. A autora demonstra como o Pico do Itacolomi foi alocado no processo de reorganização socioeconômica de Minas Gerais no final do século XIX, momento em que a natureza assumiu um papel mediador na tensão entre a “tradição” e a “modernização”, tão emblemática com a construção da nova capital mineira como símbolo da República.

Traçando um paralelo entre Brasil e Portugal ao longo das primeiras décadas do século XX, Diadiney Helena de Almeida, doutoranda pela Fundação Oswaldo Cruz, elabora um debate crítico do folclore para analisar as práticas de curas populares dos males relacionados ao *reumatismo*. A autora destaca, com rigor metodológico, as entrevistas transcritas com os curadores e demonstra que a experiência vivida, o empírico e aspectos sociais, culturais e místicos estão presentes na representação da doença como um mal, aspecto que escapa nas análises médico-científicas contemporâneas sobre as doenças.

É sobre o tema do campo emergente da história empresarial que trata o texto de Marlon Rodrigues Marques, mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no qual o autor debate os limites e as possibilidades de estudos sobre tal campo disciplinar. Pensar a história dos negócios para além das empresas, levando-se em consideração aspectos das atuações empresariais na esfera social e política é apresentada como uma possibilidade ainda tímida dentro do escopo da historiografia recente.

Para fechar este dossiê temático, Luiza Lima Dias, da Universidade Federal de Minas Gerais, lança luz aos debates sobre as drogas no Brasil e a importância do olhar das humanidades sobre temas em que as perspectivas médica-científicas ainda dominam as discussões intra e extramuros acadêmicas. O artigo problematiza o conceito de “drogas”, pontua e desloca o seu caráter pejorativo ao longo do tempo, assim como destaca o fracasso das políticas proibicionistas em relação ao consumo de entorpecentes.

Este dossiê nos leva a refletir sobre a importância da pesquisa em temas interdisciplinares, espinhosos e que compõe um arsenal de objetos localizados na fronteira entre “Ciência, História e Natureza”, mesmo em períodos mais longínquos da pré-história indígena, até os mais recentes como a problemática da proibição da comercialização de drogas. A eleição de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, que trouxe a reboque movimentos de deslegitimar toda a política indigenista brasileira e o fortalecimento de uma agenda de ataque à ciência e aos direitos das minorias justifica a atualidade dos temas tratados nos artigos. A História das Ciências e da Natureza assume, neste sentido, uma importância estratégica, pois o olhar histórico sobre os usos políticos de tais categorias denota, como aponta o professor da USP Ivã Gurgel, “que os valores que estamos perdendo não são apenas os financeiros” (GURGEL, 2017).<sup>1</sup>

**Paloma Porto**

Professora Substituta do Departamento de História/FAFICH-UFMG

---

<sup>1</sup> GURGEL, Ivã. Sobre a Importância da História das Ciências. *Jornal da USP*, São Paulo, 01 nov. 2017.

## Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*, de Frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)

Conservation of nature and agricultural modernization in the prefaces of *O Fazendeiro do Brasil*, by Friar José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)<sup>1</sup>

**Breno Ferraz Leal Ferreira**

Pós-doutorando em História  
Universidade Estadual de Campinas  
breferreira@gmail.com

**Recebido em:** 28/02/2019

**Aprovado em:** 22/05/2019

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a questão da necessidade de conservação da natureza da América portuguesa, apontada por Frei José Mariano da Conceição Veloso nos prefácios redigidos à obra *O Fazendeiro do Brasil*, entre 1798 e 1806. Comentaremos inicialmente sobre a formação e a trajetória de Veloso, na América portuguesa e em Portugal. Em seguida, vincularemos as atividades de Veloso à política colonial do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, principalmente a partir da formação da editora do Arco do Cego (1799-1801). Estes itens têm como finalidade fornecer subsídios para a compreensão das ideias de Veloso sobre conservação da natureza, que faz parte de sua proposta de modernização das práticas agrícolas na América portuguesa.

**Palavras-Chave:** Frei José Mariano da Conceição Veloso, Conservação da natureza, Modernização das práticas agrícolas coloniais.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the need of of conservation of nature of de Portuguese America, poited out by Friar José Mariano da Conceição Veloso in the prefaces written for the work *O Fazendeiro do Brasil*, between 1798 and 1806. We will first comment on the education and the trajectory of Veloso, in Portuguese America and in Portugal. Next, we will link

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.



the activities of Veloso to the colonial policy of the Minister D. Rodrigo de Sousa Coutinho, specially from the formation of the publisher of the Arco do Cego (1799-1801). These items are intended to provide subsidies into the understanding of Veloso's ideas on nature conservation, which is part of his proposal to modernize agricultural practices in Portuguese America.

**Keywords:** Friar José Mariano da Conceição Veloso, Conservation of nature, Modernization of colonial agricultural practices.

## Introdução

Neste artigo, discutiremos a defesa da conservação da natureza que o Frei José Mariano da Conceição Veloso (São José del-Rei-1742 – Rio de Janeiro-1811) manifesta nos prefácios que redigiu a *O Fazendeiro do Brasil*, entre 1798 e 1806. Argumentaremos que Veloso partia do pressuposto de que a agricultura tal como praticada na América portuguesa encontrava-se em defasagem em relação a outros países da Europa nos quais foram adotados métodos entendidos como modernos. Estas inadequadas práticas agrícolas, segundo ele, acabavam por interferir no equilíbrio existente na natureza, que Veloso preocupava-se em conservar.

Outros trabalhos já discutiram aspectos referentes à relação do homem com a natureza no período colonial (PRESTES, 2000; DUARTE, 2005, p.64-71). Todavia, interessa-nos mais particularmente o tema conservação da natureza entre naturalistas portugueses e luso-americanos das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, questão proposta inicialmente por José Augusto Pádua em seu livro *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* (PÁDUA, 2004). A obra fornece subsídios para compreendermos o discurso de Veloso sobre a necessidade de conservação das matas e a crítica à maneira como era feita a produção, que incluía o uso da mão de obra escrava.

Pádua discorreu sobre a formação daquilo que denominou uma “tradição intelectual esquecida”, que teria instituído – em suas palavras, correndo algum risco de anacronismo – o início de uma “crítica ambiental” no Brasil (PÁDUA, 2004, p.10).<sup>2</sup> Essa tradição de discussão

---

<sup>2</sup> Não temos aqui a intenção de pôr em discussão a pertinência da ideia de uma geração intelectual que se formou naquele contexto e que permaneceu por praticamente todo o século XIX. As linhas de pensamento abertas pelo historiador em sua obra pioneira para o contexto do final do século XVIII e início do seguinte a respeito da conservação ambiental, que desenvolve principalmente a partir dos escritos de José Bonifácio, no entanto, nos parecem pertinentes às reflexões de Frei Veloso.

sobre a devastação da natureza colonial, segundo o autor, remontaria aos anos 1780 e teria sido protagonizada especialmente por ex-alunos do naturalista Domenico Vandelli (1735-1816) na Universidade de Coimbra. Nascido em Pádua e trazido a Portugal nos anos 1760 por Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), Vandelli foi nomeado professor de História Natural na reformada Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra (1772), tornando-se responsável pela formação de uma grande quantidade de naturalistas, muitos dos quais provindos da América portuguesa. Alguns deles foram posteriormente envolvidos nas chamadas viagens filosóficas, excursões promovidas pelo Estado cujo intuito era inventariar a natureza do mundo colonial português, em busca especialmente de produtos naturais potencialmente lucrativos.

Segundo Pádua, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi a “expressão mais profunda e sistemática” de uma tradição de pensamento voltada a uma “crítica ambiental” que viria a se consolidar no decorrer do século XIX. O historiador salientou também que no final do século XVIII já eram correntes na Europa (e em Portugal) as primeiras concepções científicas que consideravam serem as mudanças climáticas antropicamente induzidas. De acordo com a denominada “teoria do dessecamento”, a destruição da vegetação nativa influenciava na redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água. Pádua pontua que, tendo suas origens em pensadores antigos como Teofrasto e Plínio, a concepção ganhou bases sólidas a partir do final do século XVII com as investigações de naturalistas de Cambridge como John Woodward (1665-1728) e Stephen Hales (1677-1761), e tornou-se bastante difundida a partir da divulgação de autores como o naturalista francês Buffon (1707-1788) (PÁDUA, 2004, p.46).

No Império português, a raiz dessa tradição estaria na geração de luso-brasileiros formados na reformada Universidade de Coimbra. Na visão do historiador, para além de Bonifácio, nomes como Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), Baltazar da Silva Lisboa (1761-1840), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835), José Gregório de Moraes Navarro, José Vieira Couto (1752-1824), António Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), João Severiano Maciel da Costa (1769-1823) e outros podem ser considerados como os “primeiros críticos ambientais brasileiros” (PÁDUA, 2004, p.16). Conforme argumenta, não havia acaso no fato de tantos autores se preocuparem com o mesmo tema, dado que questões ambientais eram uma das preocupações de Vandelli, professor

de muitos em Coimbra. Pádua comenta que em algumas de suas memórias publicadas nos volumes da Academia das Ciências, o naturalista italiano condenou a agricultura de queimadas como procedimento inadequado para a conservação da fertilidade dos solos, tendo manifestado também desaprovação pela extinção de espécies arbóreas que, assim, não poderiam mais ser utilizadas como matérias-primas (PÁDUA, 2004, p.41-43).

Pádua, entretanto, não analisou o pensamento de Veloso. Neste artigo pretendemos preencher essa lacuna. No caso deste naturalista, há também o problema de nunca ter sido aluno de Vandelli, tendo desenvolvido toda sua formação como naturalista na América portuguesa. Porém, a despeito desse fato, argumentaremos aqui que há passagens nos escritos de Veloso que nos autorizam a inseri-lo nessa primeira geração de críticos ambientais identificada por Pádua. Tais críticas se encontram quase que exclusivamente no prefácio ao volume de *O Fazendeiro do Brasil* dedicado à cultura da cana-de-açúcar (VELOSO, 1799a). Além disso, neste mesmo texto aparece também outro elemento discutido pelo historiador. Segundo ele, a despeito das diferenças, os autores relacionados à denúncia da devastação ambiental entre as últimas décadas do século XVIII e praticamente todo o XIX associaram a essa temática uma crítica ao trabalho escravo. José Bonifácio, por exemplo, estabeleceu um “nexo causal” entre escravidão e produção agrícola calcada em bases predatórias em relação à natureza (PÁDUA, 2004, p.16). A associação entre escravidão e devastação da natureza foi também assinalada por Veloso, como mostraremos.

### **Frei Veloso: do Brasil ao Arco do Cego**

Ao final do século XVIII, Frei José Mariano da Conceição Veloso já se firmava como um dos mais destacados homens de ciência da Ilustração em Portugal, manifestando sintonia com o discurso modernizante da Ilustração, abraçado por homens como Pombal, Vandelli e Sousa Coutinho. Vejamos agora como se deu sua formação e sua construção como naturalista renomado.

Nascido José Veloso Xavier, na Comarca de Rio das Mortes (Minas Gerais), o futuro frade formou-se como naturalista de maneira excepcional, dado que não cursou Filosofia na Universidade de Coimbra. Ao que tudo indica, o que aprendeu sobre história natural se deveu aos estudos que fez nos conventos franciscanos do Brasil. Sabe-se que em 1761 decidiu-se por vestir o hábito dos religiosos menores de São Francisco no convento de São Boaventura de Macucu, dos capuchos. Todavia, deve-se assinalar que, embora esse convento fosse relacionado aos

capuchinhos, ordem religiosa aprovada como um ramo dos franciscanos, Veloso veio a se tornar um franciscano. Isso porque, cinco anos depois à sua chegada a São Boaventura de Macucu, recebeu ordens sacras no convento de Santo António do Rio de Janeiro, no qual estudou Filosofia e Teologia, e, depois de mais dois anos, passou a atuar como professor de geometria no convento de São Paulo, retornando posteriormente ao Rio de Janeiro para ensinar História Natural.

Em 1772, por iniciativa do vice-rei Marquês do Lavradio, formou-se no Rio de Janeiro a Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Farmacêutica (a Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro). Além das apresentações eruditas, os acadêmicos faziam visitas ao Horto Botânico localizado no Colégio dos Jesuítas. É possível que Veloso tenha mantido algum contato com a Academia, porém seu nome não consta na relação de acadêmicos (BRIGOLA, 2003, p.283-287).

Foi também nesse período no Rio de Janeiro que os franciscanos da província da Imaculada Conceição reformularam seus estatutos, seguindo as novas orientações implementadas pelos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772). Os novos *Estatutos para os estudos da província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, ordenados segundo as disposições dos Estatutos da nova Universidade* (1776) alteraram seus métodos de ensino, reservando o terceiro ano de estudos à História Natural, entre outras matérias (MARTINS, 2011, p.130). Portanto, é legítimo concluir que pensamento e a prática profissional de Veloso são tributários do “novo espírito das reformas” da época pombalina (BRIGOLA, 2003, p.283-284).

A associação de Veloso aos principais círculos do poder se iniciou durante o ministério de Martinho de Melo e Castro (1770-1795). Ainda em São Paulo, o governador Lobo de Saldanha encarregou-o de fazer pesquisas relativas a plantas. Depois, a pedido do ministro, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa chamou-o para ajudar na recolha e descrição de plantas fluminenses. Em 1783, Vasconcelos decidiu por organizar uma “viagem botânica” composta por três frades: Veloso (diretor), Francisco Solano (desenhador) e Inácio de Santa Inês (responsável pelas definições e descrições científicas). Além desses, a comitiva seria integrada por 23 escravos, três militares, um outro desenhador, um oleiro, um pedreiro, um semeiro, 26 animais (cavalos e mulas) e seis canoas – o que dá dimensão da importância que foi dada ao empreendimento. Os espécimes botânicos colhidos foram remetidos ao museu e ao Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, tendo Veloso também se interessado por animais e minerais (SILVA, 2013, p.38-44).

Segundo o seu próprio depoimento, passou quarenta anos de sua vida no Brasil, onde realizou sua peregrinação pelas províncias brasileiras de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (VELOSO, 1799a, p.XIII-XIV).

Em 1790, Veloso partiu para Lisboa juntamente com Luís de Vasconcelos e Sousa, levando consigo os originais (textos e gravuras fitológicas) que pretendia publicar pela tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. Foi nomeado “sócio livre” da instituição em 1791, tendo naquele mesmo ano doado material coletado ao gabinete da Academia. O não cumprimento das promessas relativas à publicação da obra pela tipografia da Academia o teria feito deixar a instituição a partir de 1798 – Veloso lamentava-se por não existir uma obra portuguesa sobre História Natural do reino ou das conquistas (BRIGOLA, 2003, p.290-291). As razões da não publicação possivelmente tinham a ver com os altos custos da edição. Um dos acadêmicos que teriam se posicionado de maneira contrária à publicação foi o abade Correia da Serra, pelo menos desde 1795 (KURY, 2015, p.263). A primeira edição da *Florae Fluminensis* somente veio a ser publicada a partir de 1825.

Coincidência ou não, Veloso se desvinculou da Academia no mesmo momento em que assumiu a nova tarefa de dirigir a nova Tipografia do Arco do Cego. Ao menos desde 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, imbuído de um projeto econômico modernizador, já tinha iniciado a organização de uma nova tipografia voltada à publicação de obras estrangeiras traduzidas para o português, especialmente de viés técnico, para que fossem divulgadas no Império português (LYRA, 1994, p.83-88; HARDEN, 2016, p.116-128). A escolha de Veloso como diretor certamente tem a ver com o conhecimento da realidade colonial que possuía e com o fato de que já tinha publicado algumas obras sobre agricultura, entre elas o *Paládio Português* (1796). A oficina tipográfica funcionou entre 1799 e 1801, sendo localizada muito próxima à própria residência do ministro, na quinta do Intendente (à época periferia de Lisboa) (LEME, 1999, p.78-80). Na nova casa editorial, Veloso reuniu em torno de si uma série de jovens intelectuais e naturalistas provindos do Brasil – a maioria deles sócios da Academia –, tais como Hipólito da Costa, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Martim Francisco de Andrada e Silva, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Vicente Coelho Seabra da Silva Teles. Os colaboradores trabalharam fazendo traduções de obras estrangeiras e/ou editando as suas próprias (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.66-67). Até o momento em que encerrou as atividades, 83 títulos foram por ela lançados,

sendo 36 originais de autores portugueses ou “brasileiros”, 41 traduções e 6 edições em latim (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.82). A Economia Agrícola foi o tema mais tratado, mas também a Medicina, História Natural, Mineralogia e ciências exatas foram outros domínios que receberam destaque (FARIA, 1999, p.114). Para além das livrarias portuguesas, as obras eram vendidas nas capitâncias do Brasil, muito embora seja difícil estimar o alcance que receberam em termos de difusão na colônia (DOMINGOS, 1999, p.102-103).

A nova casa editorial atendia a um propósito semelhante ao da Academia das Ciências, em especial às da classe de ciências naturais, que publicava as pesquisas dos sócios nos volumes intitulados *Memórias Econômicas*. De certa forma, podem ser vistas como empreendimentos complementares. As edições de obras tanto de uma quanto da outra se voltavam, predominantemente, à divulgação de saberes técnicos e científicos relativos ao aproveitamento da natureza do Reino e dos domínios portugueses, tendo em vista o melhoramento da agricultura. Ambas as instituições estavam sintonizadas com o projeto de regeneração econômica de D. Rodrigo, sendo o Arco do Cego iniciativa direta dele (CURTO, 1999). Todavia, cabe ressaltar o fato de que a nova editora se voltava principalmente à divulgação de obras científicas estrangeiras.

O programa de modernização da produção agrícola proposto por Veloso, portanto, estava inserido no quadro mais amplo do reformismo ilustrado do Estado português de finais do século XVIII e início do XIX. No próximo item, faremos breve exposição sobre aspectos da política reformista concebida e posta em prática por homens como Vandelli e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

### **A política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho**

Neste item, pretendemos atentar para alguns dos elementos da política colonial portuguesa das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, destacando especialmente a identificação do “atraso” da maneira como era praticada a agricultura em Portugal e suas colônias, em relação a outros países europeus, segundo os estadistas portugueses. Importa-nos sublinhar particularmente o papel exercido pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, da pasta dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), pois coube a eles a elaboração de políticas coloniais de conhecimento e exploração da natureza. Como veremos, a ideia de

atraso na produção colonial irá reverberar nos escritos de Veloso, ao que se relaciona a sua reflexão acerca da necessidade de conservação da natureza de Portugal e suas colônias.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares) vivenciou como ministro as tensões internacionais decorrentes do processo revolucionário na França, que ameaçavam a soberania de Portugal como nação. Para conservar Portugal como nação soberana e garantir a posse de seus domínios coloniais, considerou também ser necessário enfrentar o sério problema financeiro em que o país se encontrava no final do século XVIII. Tornou-se um imperativo a busca de alternativas que permitissem conter o déficit econômico e aumentar os recursos disponíveis. Assim, enxergou como saída a proposição de medidas baseadas na economia política (CARDOSO, 2001, p.82-83; CARDOSO e CUNHA, 2011, p.84-85).

D. Rodrigo defendeu um programa reformista que tinha por sustentáculo a manutenção do princípio da indissolubilidade do império enquanto unidade política. Como mostrou José Luís Cardoso, o ministro – na sua *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* (provavelmente escrita entre 1797-1798) – advogou pela ideia de que os domínios ultramarinos da América, África e Ásia deveriam ser entendidos como “províncias da monarquia”, e como tais formavam um conjunto cujo centro era a metrópole. Ao mesmo tempo, assinalou a necessidade de que as colônias mantivessem vínculos exclusivos com Portugal, desincentivando-se o comércio direto entre as mesmas (princípio da dependência econômica). Sua estratégia de desenvolvimento era assente num modelo de divisão internacional do trabalho, em que à metrópole cabia a especialização manufatureira e, à colônia, a produção agrícola e o fornecimento de matérias-primas (CARDOSO, 2001, p.79-81). Para enfrentar o problema do descontentamento das colônias que desencadeou processos de independência, considerou a concessão de certo grau de autonomia econômica às mesmas. Leitor de Raynal, sabia que o pacto colonial não podia ser mantido para sempre, embora ainda sustentasse a sua permanência (CARDOSO e CUNHA, 2011, p.84). A manutenção da “sacrossanta unidade” do Império exigia também que todos os seus súditos fossem considerados igualmente portugueses, devendo os provinciais a obedecer aos mesmos usos e costumes e a receber os mesmos privilégios e honras concedidos aos metropolitanos (RAMINELLI, 2008, p.177).

Tendo em vista essas questões, o ministro deu continuidade à política de fomento à investigação das riquezas coloniais, tal como fizera o ministro anterior, Martinho de Melo e

Castro (1770-1795). Condizentemente com as propostas de Vandelli, deu prosseguimento ao projeto de inventariação dos domínios portugueses, promovendo as viagens filosóficas e a remessa de produtos naturais recolhidos. Em função da necessidade de conhecimento do território dos domínios ultramarinos, interessou-se pela produção de mapas, chegando a redigir um ofício remetido aos governadores das capitanias brasileiras pelo qual se ofereciam bolsas de estudo a estudantes oriundos do Brasil interessados em “levantar os mapas particulares” e “figurar e fixar a extensão das capitanias”. Tais medidas faziam parte de um conjunto mais amplo de políticas que visavam a modernização da marinha portuguesa (KANTOR, 2010, p.113-114 e 121-122; CAROLINO, 2014, p.198-199).

Em contato com os vice-reis do Brasil, solicitou-lhes que enviassem exemplares da natureza com potencial de exploração econômica. Como destacou Nizza da Silva, fez pedidos sobre produções minerais (nitro e salitre), sementes, madeiras de construção, quina, linho cânhamo (para a indústria de cordoaria, importante para a construção naval), cochonilha, canela e anil, entre outros produtos coloniais. Para por em prática o projeto de diversificar a produção, manifestou vontade de transplantar no Brasil espécies vegetais de outras localidades do globo e incentivar o desenvolvimento técnico, a partir de novos métodos produtivos baseados em inovações tecnológicas (novas máquinas) (SILVA, 2013, p.54-76). A isso se relaciona sua intenção de formar jardins botânicos no Brasil (a começar pelo jardim botânico da capitania do Grão-Pará, em 1798) (PATACA, 2006, p.396-397).

Importava-lhe também o modo como eram praticadas as culturas das diversas espécies. D. Rodrigo partia da existência de um atraso das técnicas agrícolas praticadas em Portugal e no mundo colonial e da necessidade de modernizá-las. É a partir desse pressuposto que deve ser entendida a iniciativa de criação da Tipografia do Arco do Cego em 1799. Nos prefácios que redigiu ao *Fazendeiro do Brasil*, Veloso deixou clara sua preocupação em reduzir os danos causados na natureza pela aplicação de métodos inadequados, considerados atrasados, de produção. O frade condenou os modos como a agricultura era praticada no Brasil, apregoando a adoção de métodos produtivos tidos como modernos. A promoção de novas práticas agrícolas evitaria as consequências tão desastrosas para a natureza, resultando em uma maior conservação. Os danos causados à natureza eram revertidos aos homens, como veremos.

### **Modernizar a produção e conservar a natureza**



Frei Veloso se valeu da editora do Arco do Cego para editar algumas de suas obras. Um exemplo é o *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves do Brasil* (VELOSO, 1800b), no qual publicou as gravuras dos pássaros que inventariou durante suas pesquisas e viagens anteriores à ida a Portugal. Porém, chama a atenção o fato de que apenas um dos onze volumes de *O Fazendeiro do Brasil* ter sido editado pela Tipografia do Arco do Cego. Desses onze, um é anterior a 1799 e quatro são posteriores a 1801. Nesta data, a editora foi integrada à Imprensa Régia. Todos os volumes editados fora desse intervalo de tempo foram impressos pela Imprensa Régia. As oficinas de Simão Tadeu Ferreira e João Procópio Correa da Silva editaram os demais. A razão da diversificação das editoras parece ter a ver com a vontade do frade de agilizar as edições e mostrar rapidamente o seu trabalho (NUNES e BRIGOLA, 1999, p.65). A obra foi concebida a partir de cinco eixos temáticos: “Da cultura das canas e factura do açúcar” (Tomo I, dividido em 2 partes); “Tinturaria” (Tomo II, 3 partes); “Bebidas alimentosas” (Tomo III, 3 partes); “Especiarias” (Tomo IV, 1 parte); e “Filatura” (Tomo V, 1 parte). Porém, há também tomo dedicado ao “leite, queijo e manteiga”, que saiu também com a indicação de “Tomo I, parte I”.

Apesar de se constituir como um projeto voltado à publicação de traduções de textos estrangeiros referentes às diferentes temáticas, mas especialmente de questões técnicas (agricultura, mineralogia etc.), Veloso deixou sua marca na obra ao redigir os prefácios de *O Fazendeiro do Brasil*. Quando os lemos, fica claro o objetivo de enxergar as potencialidades das terras brasileiras a partir de uma visão concernente com a situação econômica do Império. Veja-se, por exemplo, a paráfrase que Veloso faz em um deles de um comentário extraído do folhetim francês *Journal de Commerce* (de dezembro de 1759). O trecho define muito bem os propósitos da publicação: “Portugal deve olhar, como fonte única e permanente do seu poder e de suas riquezas, a cultura das terras de suas colônias, o melhoramento dos seus estabelecimentos em África, e nas duas Índias, a sua navegação e comércio d’ economia” (VELOSO, 1799b, p.X).

O progresso da “cultura das terras de suas colônias” é o objetivo principal. Na primeira parte do primeiro tomo da obra, dedicado à cultura da cana-de-açúcar, está explícito o seu ponto de partida: a agricultura tal como praticada no Brasil (não apenas da cana, mas também dos outros gêneros) está defasada em relação ao que se pratica pelos demais países europeus. Este “atraso” somente poderia ser superado se adotadas as novidades agrícolas (uso de adubos,

substituição da mão de obra escrava por animais) expostas nos textos de autores estrangeiros agora traduzidos e proporcionados ao público leitor (os produtores agrícolas coloniais).

Para Veloso, o principal responsável pelo “atraso” da agricultura era o modo como se pensava o cultivo dos gêneros agrícolas. Partindo de uma descrição das principais características físicas da América portuguesa, ele se contrapõe à ideia de que existia uma abundância de florestas tão grande que permitiria que fossem derrubadas inconsequentemente. De fato, a natureza local poderia “satisfazer às nossas necessidades presentes e à dos vindouros” (VELOSO, 1799a, p. XVI). Mas isso caso ela fosse bem aproveitada, segundo métodos entendidos como modernos e racionais de produção. Afinal, as florestas não são tão abundantes quanto se imagina: não se pode considerar como áreas próprias à agricultura os rios, as baías, as “lagos”, as “campinas conhecidas como Campos Gerais”, os “matos cantigaes, que não admitem cultura” e os “grandes e descavados ferros” (VELOSO, 1799a, p. XVII). Diz ele: “A pobre Natureza vegeante, que supre a todas as nossas necessidades, é anualmente assassinada nessas máquinas açucareiras, pela indiscrição de seus donos”. Suas críticas se estendem às demais culturas: “O milho faz a base de toda a sustentação animal do interior; mas não poderia ser cultivado de outra maneira? Não se lhe poderia substituir outro grão, que pedisse menos terra?”. Pior ainda é o que fazem os mineiros, que “não satisfeitos com as derrubadas (...) revolvem os montes com as bases para o Céu, voltam as margens dos rios em lagoas, e em qualquer parte que trabalhem, fica esta inabitada para produzir cousa alguma mais” (VELOSO, 1799a, p. XIX-XX).

A “conservação das matas” deveria ser, inclusive, de interesse dos próprios “proprietários dos Engenhos”, dada a “necessidade que tem de madeira e lenhas. Seria o caso, portanto, de estudarem “todos os meios possíveis de as pouparem, que podia ser, reformando as suas fornalhas tão despropositadas, que parecem vulcões de perpétuas lavaredas” (Veloso, 1799a, p. XXVIII). É justamente para fornecer novos métodos de produção que substituíssem os então praticados, que motivou Veloso a abraçar a iniciativa de traduzir textos científicos estrangeiros, com a esperança de que fossem lidos e incorporados por agricultores na colônia.

É interessante notar que o mau uso das terras não é ruim apenas por provocar a inutilização das terras, mas também por gerar outro problema ambiental grave: a seca. “Ainda há outro mal na falta de matas, em nada inferior a estes que acabei de dizer, e só tocarei de passagem, e vem a ser a redução da terra a um sequeiro, porque, à proporção que aqueles se

devastam, as águas mínguam, as chuvas faltam”, diz ele (VELOSO, 1799a, p. XXIII). Segundo Veloso, foi justamente o “desconhecimento desta ordem da Natureza” que “fez com que as Maurícias, as quais antes das derrubadas dos seus matos eram aquosas, fossem secas ao depois pela sua falta” (VELOSO, 1799a, p. XXIII). E conclui: “Talvez esta seja uma das causas das grandes que às vezes experimentam os sertões criadores de Pernambuco” (VELOSO, 1799a, p. XXIII-XXIV). Ou seja, Veloso estava informado sobre teorias setecentistas que identificavam no homem o responsável por mudanças climáticas.

Entre suas críticas aos métodos agrícolas praticados estava o uso do arado. Veloso considerava que este instrumento (assim como das foices, enxadas, charruas), causava mal à natureza, sendo por isso preferível a aplicação de “marnes, estrumes e todos os outros adubos”, considerados por ele mais benéficos à terra usada pela lavoura. O frade propôs também a substituição da mão de obra escrava por animais (“bois, cavalos e bestas muares”) (VELOSO, 1799a, p. XXV-XXVI). A discussão que tece acerca da mão de obra escrava, embora não aprofunde muito o argumento, é de grande importância em sua narrativa. Diz ele:

E se este é o estado primitivo e natural da superfície do Brasil, quanto não terá este deteriorado, pela mal entendida agricultura de seus habitantes, desde a época do seu descobrimento até o presente, por dois séculos e meio? As suposições seguintes darão em grosso uma ideia; e se não derem um cálculo certo, o darão aproximado. Suponha-se que o Brasil tenha um milhão de escravos, e que só a terceira parte destes se emprega na agricultura; logo teremos trezentos e trinta mil homens ocupados efetivamente em derrubar matos, em razão proporcionalmente do aumento da população (...). Que extensão de terras não tem sido descortinada pelos proprietários de engenhos para a construção de suas fábricas, para a plantação das suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras e do alambique, para a factura das suas caixas? (VELOSO, 1799a, p. XVIII)

Portanto, estabelece uma conexão direta entre o uso da mão-de-obra escrava e a derrubada das matas para a má agricultura, assim como o fizeram outros naturalistas e intelectuais de sua geração e das seguintes, conforme apontado por Pádua. Para Veloso, quanto maior o número de escravos, maior é a devastação ambiental. Seu raciocínio nos leva a crer que, se abolida essa forma de trabalho compulsório, abrir-se-ia caminho para uma maior conservação da natureza.

Dados todos esses aspectos, faziam-se necessárias a conservação da natureza existente e a recuperação da devastada. Uma ação nesse sentido permitiria o retorno da fertilidade dos

terrenos que começou a se perder partir da colonização: “As matas se conservariam e continuariam a dar os mesmos centos, que pagavam aos seus primitivos possuidores, de frutos, de aves, de quadrúpedes, de madeiras, de lenhas: os campos vastíssimos, até aqui reputados infecundos, se voltariam fertilíssimos: as terras, que se dizem cansadas, (...) tornariam a dar copiosas searas e ótimos frutos: não se precisaria de tanta extensão de terras, para se fundarem fazendas lucrativas” (VELOSO, 1799a, p. XXVII). Um melhor aproveitamento econômico, portanto, depende do uso racional da natureza.

No sentido de exaltar a natureza nativa, é bastante significativo que Veloso se refira ao famoso poema de John Milton (1608-1674), *Paraíso Perdido* (1667). Segundo ele, o poeta inglês valorizou a bananeira, a “rainha de todas [as árvores], que abrange com seu império todas as três partes do mundo, África, Ásia e as Províncias entretópicas da América” (VELOSO, 1799a, p. XV), e também as palmeiras, árvores incomparáveis “na elegância e ajuntamento de seus troncos, que representam majestosas colunatas, já no frondoso de suas copas, que oferecem verdes dóceis, os quais embaraçam fim os raios do Sol, mas não impedem a circulação do ar”. Nenhuma árvore de outra nação é comparável em termos de “corpulência e altura de nossas árvores” (VELOSO, 1799a, p.XV). Mesmo autores europeus reconheceriam isso: o naturalista alemão Eberhard August Wilhelm von Zimmermann (1743-1815), por exemplo, teria assinalado que:

no antigo mundo não havia país algum que pudesse apresentar uma flora igual na riqueza à da América; pois que as suas soberbíssimas matas excediam a tudo, quanto se podia encontrar nas partes mais favorecidas da Europa; que o valor das suas espécies vegetais, pela fineza de seus lenhos, perfume dos seus bálsamos, bondade das suas gomas, refinas, óleos, ceras, tintas, as faziam impagáveis” (VELOSO, 1799a, p. XIV).

Ou seja, em termos estéticos e econômicos, excedia à natureza de qualquer outro lugar, inclusive da Europa antiga.

### **Considerações Finais**

Os comentários feitos sobre os métodos produtivos impróprios praticados na América portuguesa, nos quais se incluíam o desmatamento desenfreado relacionado ao uso da mão de obra escrava, permitem que Veloso seja considerado entre os nomes que parte da “tradição intelectual esquecida” relacionada à uma crítica ambiental, identificada por Pádua. Os métodos considerados atrasados de produção agrícola (no caso, da cana-de-açúcar) seriam, inclusive,

possíveis responsáveis pela seca em Pernambuco. Nesse ponto, Veloso demonstrava estar a par com o pensamento ilustrado que identificava no homem o causador de mudanças climáticas.

O fato de Veloso não ter sido aluno de Vandelli nem de ter tido formação em Coimbra é importante, pois serve para relativizar, de alguma forma, a ideia de que esta “tradição intelectual” foi gerada a partir dos ensinamentos e dos escritos de Vandelli. Isso pode ser verdadeiro para alguns dos nomes dessa geração, mas o caso de Veloso mostra que as mesmas ideias relacionadas a uma crítica ambiental poderiam prover de leituras comuns a esses autores, especialmente de obras estrangeiras.

O discurso contido nos prefácios a *O Fazendeiro do Brasil* estava alinhado aos propósitos da política reformista de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apresentando a concepção de que a modernização agrícola poderia reduzir os danos causados pelos homens à natureza nativa, ou até mesmo ir além, já que poderia ser recuperada em certa medida.

## Referências Bibliográficas

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, gabinetes e museus no século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARDOSO, José Luís. Nas Malhas do Império: A Economia Política e a Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luís. (coord.). **A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, 2011, vol. 17, n.31.

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles, CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro. **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário**. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do**

**Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

HARDEN, Alessandra R. de Oliveira. Tradução, história e Iluminismo luso-brasileiro: a Casa Tipográfica do Arco do Cego e as línguas do progresso. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). **Araucaria.** Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, ano 12, nº24, 2010.

KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. **Revista de História,** São Paulo, n. 172, p. 243-277, junho 2015.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política (1808-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina (1808-1821). **Tempo** [online]. 2011, vol.17, n.31, pp.117-144.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no Universo da natureza. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de [et alii] (org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801):** Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808).** Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PRESTES, Maria Elilce Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil-Colônia.** São Paulo Annablume/Fapesp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas:** monarquias, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis.** São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil.** Tomo I, parte I. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1799a.

VELOSO, José Mariano da Conceição Veloso. **O Fazendeiro do Brasil**. Tomo III, parte II. Na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799b.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil**. Lisboa: Na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

## Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias

Possibilities in the individuals' study: the microhistory as pomp to analyse trajectories

Jéssica Santana de Assis Alves

Mestranda em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

jessica315171@gmail.com

**Recebido em:** 15/03/19

**Aprovado em:** 14/05/19

**Resumo:** Dentro do campo da história o estudo da vida de um indivíduo pode ser realizado por múltiplas perspectivas, onde o método biográfico se destaca nesse meandro. Porém, nesse artigo buscamos realizar reflexões sobre a abordagem da pesquisa microanalítica, destacando os aspectos que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória. Nossa preocupação é perceber: de que maneira a micro-história se apresenta como alternativa apropriada para investigar trajetórias de indivíduos? De modo a compreender a abordagem como instrumento analítico aplicável ao estudo histórico de determinada realidade, expor suas abordagens e os desafios teórico-metodológicos que a circundam.

**Palavras-chave:** Trajetória, Micro-História, Instrumento analítico.

**Abstract:** In history research the study of the life of an individual can be conducted in multiple ways, but the biographical method stands out among available paths. However, in this article we seek to reflect on the approach of microanalytical research, highlighting the aspects that are involved in one of the objects of study of the microhistorian: trajectory. Our concern is to discover in what way microhistory is an appropriate alternative for investigating individuals' trajectories, in order to understand the approach as an analytical instrument applicable to the historical study of a given reality. It is also our goal to expose microhistory's approaches and the theoretical and methodological challenges that surround it.

**Keywords:** Trajectory, Microhistory, Analytical instrument.



## Introdução

Neste artigo pretende-se realizar reflexões sobre a abordagem de pesquisa micro-histórica, destacando os meandros que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória. Nossa preocupação é perceber de que maneira a micro-história se apresenta como alternativa apropriada para investigar trajetórias? De modo a compreender a abordagem como instrumento analítico aplicável ao estudo histórico de determinada realidade, expor suas abordagens e os desafios teórico-metodológicos que a circundam.

As reflexões sobre à micro-história que serão apresentadas aqui partem de questões acerca da pesquisa de mestrado em andamento sobre a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí no século XIX. Dessa maneira, buscamos formular nossa reflexão abarcando os instrumentos analíticos que pretendemos adotar na referida pesquisa.

A nossa argumentação será dividida em três partes, na primeira buscamos definir o que é a micro-história, suas percepções e ambições. Para em seguida, analisar algumas noções da micro-história que remetem ao estudo do indivíduo, a fim de explicitar os benefícios que a abordagem oferece. Por fim, situamos as proposições analíticas a nossa pesquisa, destacando na prática os pontos em que a abordagem se mostra um instrumento analítico para estudos que se dedicam a estudar sujeitos históricos.

## Os meandros da micro-história: percepções e ambições do micro-historiador

A abordagem micro-histórica originou-se da prática de historiadores de origem italiana, francesa, inglesa e norte-americana. Edoardo Grendi afirma que o discurso micro-histórico começou a circular de modo informal na década de 1970, mas sem bases teóricas e projetos que fosse possível criar uma escola de pensamento (1998). Assim, a abordagem só foi receber maior notoriedade em um projeto desenvolvido por um grupo de historiadores italianos na coleção *Quaderni storici* dirigida por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Carlo Poni e Edoardo Grendi entre o final da década de 1970 e início da de 80. Na revista surge a maioria dos textos programáticos e pioneiros da abordagem (LIMA, 2006).

De acordo com Jacques Revel (2010), uma das primeiras obras que reivindicou pertencer a esse gênero de análise foi a do historiador mexicano Luís González y González. A obra de título *Pueblo em vilo: microhistória de San José de Gracia*, publicada em 1968, tratava de uma comunidade aldeana do México central no período de quatro séculos. Segundo Revel, o historiador mexicano nutria a convicção de que a abordagem da micro-história o permitiria restituir uma parte ignorada ou escondida da existência social.

A restituição de uma parte que até então era ignorada de uma perspectiva macro é um dos principais norteadores da micro-história. Como aponta Ginzburg, “A análise micro-histórica (...) movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia” (1989, p.178). Os outros tipos de historiografia que Ginzburg se refere passaram a ser questionados no final da década de 1970 e início da de 1980, como, por exemplo, a História social a modelo dos Annales e o Marxismo.

Em 1998, Revel (1998) afirma que o objeto de estudo científico dessas vertentes investia no repetitivo e nas regularidades, privilegiando uma longa duração para tonar observáveis os fenômenos e as transformações globais por meio da quantificação e seriação. Desconsiderando assim, a variação da escala de observação.

Nesse sentido, a Micro-história nasceu em meio a uma crise de paradigmas na historiografia, como um novo âmbito de possibilidades. Nas palavras de Revel, “a proposição micro-histórica, foi o sintoma dessa crise de confiança, ao mesmo tempo em que contribuía, de maneira crucial, para formulá-la e precisá-la” (1998, p. 19).

Porém, Henrique Espada Lima não retém a micro-história a um sintoma de insatisfações frente aos paradigmas científicos das ciências sociais (2006). Para o autor a micro-história é, além disso, um índice do interesse de reflexão histórica contemporânea pela mudança social e a capacidade das pessoas e grupos agirem de maneira ativa e autônoma.

A historiografia brasileira, já nos primeiros anos, se interessou pela nova abordagem historiográfica, mesmo que paulatinamente. Ainda na final da década de 1950 e início da de 1960, podemos nos deparar com declarações nos jornais desse tipo: “A micro-história reflete a macro-

história.” (A VOLTA..., 1958, p.02), “(...) a trama da micro-história, tão importante para a grande História, como a microbiologia para a Biologia” (ATHAYDE, 1965, p.06).

Durante a década de 1970, nas páginas dos jornais, há a menção de diversas teses e trabalhos que realizaram abordagens da micro-história, como por exemplo, a do professor Fernando da Rocha Peres da Universidade Federal da Bahia, que nas próprias palavras do autor transcritas no jornal sua pesquisa “(...) trata-se de uma tese monográfica e descritiva dentro dos limites da micro-história” (O PASSADO, 1973, p.04).

As menções nos jornais intensificaram-se no decorrer dos anos, houve pessoas tecendo opiniões sobre a micro-história e atribuindo a proposição teórica e metodológica a obras de autores durante a realização de resenhas dessas obras. De acordo com Raphael Lino a utilização da Micro-história nos anos iniciais, principalmente na década de 1980 e 1990, estava relacionada com mudanças institucionais nas universidades (LINO, 2017).

A abertura de novos cursos de pós-graduação permitiu que as novas práticas adentrassem por meio da criação de linhas de pesquisa, amplificação do mercado editorial e novas orientações teóricas. Os recortes temáticos, as escolhas dos objetos e os conceitos aplicados, segundo o autor, variavam de um lugar para outro e, sendo assim, as formas de análise que se aproximavam da micro-história foram utilizadas de diferentes maneiras, por autores diversos.

Para Lino, as mudanças institucionais ocorreram primeiramente no plano dos estudos sobre o trabalho e movimento trabalhista e, em seguida, nos estudos sobre a escravidão que naquele momento buscavam renovação, sendo assim, os estudos coloniais para o autor foram o principal palco de experimentações da micro-história na época (LINO, 2017). Dessa maneira o autor aborda estudos como de Laura de Mello e Souza *O diabo na terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* de 1987, de Ronaldo Vainfas *Trópico dos pecados – Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*, de 1989 e de João Fragoso *Homens de Grossa Aventura* de 1990.

Porém, desde os seus passos iniciais no Brasil a Micro-história não foi bem aceita pela maioria e diversas críticas a circundaram. Em entrevista para o Jornal do Brasil, uma historiadora que foi especialista em história econômica e social da Bahia e da escravidão no Brasil, inserindo-se assim até mesmo nesse grupo que buscava renovação, teceu críticas sobre a microanálise.

Em 1988, a historiadora Kátia de Queirós Mattoso é entrevistada por Wilson Coutinho sobre uma cátedra na França com o Brasil como temática. Ao ser questionada sobre o que seria os “modismos” na historiografia brasileira, ela afirma o seguinte:

Percebi que em meados dos anos 70 havia uma tendência, que precisa ser avaliada, que se pode chamar de micro-história, ou seja história das prostitutas, dos desclassificados, dos oprimidos. É muito bom se fazer a história dos oprimidos, mas eu me pergunto até que ponto nós conhecemos a história dos opressores, da classe dominante. Antes de mais nada, eu acho que devemos estudar os opressores para compreender os oprimidos e não darmos uma visão de viés da sociedade (MATTOSO, 1988, p. 10).

Mais a frente ela prossegue:

Modismos como a história da sexualidade, da gastronomia, que são temas da microhistoria, foram tratados por esses historiadores. A crítica que se pode fazer à Ecole é que suas temáticas estão tão pulverizadas que não sabemos mais o que é história e nem podemos falar mais de uma teoria da história (MATTOSO, 1988, p. 10).

As críticas tecidas pela historiadora refletem o que Ronaldo Vainfas define como uma “confusão” na compreensão do que se tratava a micro-história (VAINFAS, 2002). A crítica de Katia Mattoso estava amparada por recusas ao novo, destacando a necessidade de reforçar os estudos com objetos já vigentes, para possibilitar a compreensão de outros objetos de estudo como os oprimidos. Sobre essa resistência a proliferação de novos temas, Vainfas diz:

Naquela altura, imensa confusão se fazia entre historia das mentalidades, história cultural, Nova História e, certamente, micro-história, termo utilizado muitas vezes para designar um tipo de história condenável. A confusão era alimentada pelos adversários da chamada Nova História, no fundo empenhada em condenar os “novos temas”, a sexualidade, a feitiçaria, a história do cotidiano, sob os mais diversos argumentos, desde a alegação de que os estudiosos desses assuntos se refugiavam em “modismos” até a acusação de que faziam o “jogo de direita”, passando pelo argumento insólito de que esse tipo de história evitava a pesquisa de arquivo, limitando-se a resenhar fontes singulares à maneira das crônicas (VAINFAS, 2002, p. 8).

O autor demarca a origem da “confusão” não somente dos adversários da Nova História. Para ele os próprios historiadores que lançavam mão do aporte teórico e metodológico da Micro-história produziam essas confusões. Pois, estes estudiosos, segundo o autor, mal diferenciavam a história das mentalidades francesa da história cultural produzida por um Thompson ou por um Ginzburg. Havia assim, uma caracterização, de maneira geral, como alternativas inseridas na Nova História ou ao campo das mentalidades.

Vainfas atribui essa “confusão” ao atraso de cerca de 10 ou 15 anos para a entrada dessas correntes ao Brasil. Pois, quando vieram se difundiram juntas na década de 1980. Nesse sentido, observamos que a própria obra de Giovanni Lévi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, (LEVI, 2000) umas das principais obras para se pensar a micro-história foi traduzida e publicada no Brasil apenas 15 anos depois da sua primeira edição.

Outro obstáculo para o uso da micro-história é a fragilidade dos Arquivos. João Fragoso afirma que no Brasil há uma carência de corpus documental que possibilite o rastreamento dos indivíduos em suas múltiplas relações, dificultando a análise das experiências sociais (2002). O autor define, assim, a micro-história brasileira como “tapuia”, bem diferente da italiana no que concerne os limites e possibilidades de utilidade dos documentos.

Após o seu aparecimento como aparato teórico-metodológico, muitos foram, e alguns ainda se fazem presentes, os questionamentos acerca da microanálise. Muitas questões são generalizantes, como as rebatidas por Natalie Zemon Davis em um breve artigo sobre as formas da História social. Davis rebate as seguintes questões:

A primeira objeção é: Até que ponto é representativo o seu vale, cidade, máscara, massacre, moleiro, impositor, exorcista ou santo dos galgos? A segunda, como a micro-história se encaixa nos padrões mais amplos do país, o tempo, o evento público? Como isso nos ajuda a entender as grandes transformações históricas? (...) E a terceira, ao fazer um exame tão completo da experiência diária e ritual, não há perigo de enfatizar demais uma cultura baseada na acomodação não problemática de condições de vida precárias e em crenças compartilhadas, de ignorar os sinais de dominação e resistência. e as estruturas profundas da violência? (DAVIS, 1991, p. 178).

A autora prontamente responde as críticas lançando outra pergunta “A revolução francesa é representativa de todas as revoluções?” (DAVIS, 1991, p. 179). Essa analogia nós diz muito sobre as atribuições que circundam a macro e micro-história. Assunto que abordaremos mais a frente. O que devemos refletir aqui é nas proposições da micro-história. Em que momento os autores que se dedicaram a essa abordagem se propuseram a fazer uma análise que se figurasse representativa de um todo? Houve esse momento? O que é a micro-história afinal? Quais são os aspectos da sua perspectiva?

Devido as críticas incisivas, no decorrer da implementação e utilização da perspectiva no Brasil, diversos historiadores realizaram esforços de reflexão sobre o campo, revelando diversos

aspectos da micro-história, buscando esclarecê-la e defini-la com maior precisão, seja em obras específicas sobre a micro-história ou no transcurso da feitura de teses e dissertações.

Por exemplo, Paul-Andre Rosental (1998) que buscou demonstrar que a micro-história se baseia em uma óptica neo-racionalista que visa reconstituir todas as cadeias de causalidade que a partir das escolhas dos indivíduos produzem as formas sociais que observamos. Para o autor a abordagem não tem nada em comum com as monográficas, pois sua pretensão é chegar a conclusões historiográficas de alcance geral.

Assim como Rosental, Jacques Revel (1998) observou que a micro-história é distinta de uma análise monográfica, mas para além do alcance geral o autor ressaltar o princípio de variação de escalas. Para Revel a mudança de escala de análise é essencial para a definição da micro-história, pois variar as escalas micro e macro possibilita mudar a forma e sua trama do objeto.

Nesse meandro, Henrique Espada Lima também buscou ir além dos rótulos existentes na superfície dos debates sobre a abordagem histórica (2006). Em sua obra, o autor se propôs a analisar a micro-história italiana atravessando a polêmica dos debates e críticas da sua atualidade, de maneira a encontrar as condições da sua possibilidade e compreender a sua trama para além da aparente homogeneidade.

De acordo com o autor, desde a ampliação da abordagem por meio da *Quaderni Storici* os trabalhos que utilizam a perspectiva da micro-história assumiram formatos heterogêneos. Buscando demonstrar a heterogeneidade de posições e influências articuladas nos trabalhos iniciais, Lima indica as particularidades e diferenças nas pesquisas de Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, principais autores da revista citada e da perspectiva analítica no decorrer do tempo. Para assim esclarecer melhor as possibilidades e características da abordagem histórica.

O autor demonstra que apesar desses historiadores se articularem em torno de um projeto comum, eles produziram estudos múltiplos, multifacetados e até mesmo divergentes em alguns pontos. O historiador genovês Edoardo Grendi, de acordo com Lima, realizou um entrelaçamento da história social com a antropologia social por meio dos seus estudos sobre a história do movimento operário inglês. Ao analisar a classe trabalhadora Grendi se dedicou a sua pluralidade

cultural e social construídas durante o processo de mobilização e aglutinação de diferentes valores pelos agrupamentos sociais.

Enquanto isso, Giovanni Levi preocupava-se em enfatizar as disparidades e heterogeneidades que caracterizaram as relações estabelecidas entre as comunidades com as pressões exercidas por um poder central. Dessa maneira, Levi tinha o objetivo de realçar as complexidades das relações sociais de maneira a revelar o posicionamento das forças no cotidiano social.

No que concerne Carlo Ginzburg, Lima aponta uma trajetória investigativa que se apoia no paradigma indiciário voltado para a circularidade cultural, em que independente de pesquisar sobre feitiçaria, superstições, práticas mágicas e religiosas, ele buscava compreender os significados dessas práticas para os sujeitos sobre as suas próprias existências.

Nesse sentido, os autores analisados por Lima apesar de compartilharem uma perspectiva e procedimentos que enfatizam as pluralidades de contextos sociais e históricos, as relações sociais, as multiplicidades de experiências de vidas construídas por indivíduos e grupos há uma heterogeneidade entre eles, não havendo assim, necessariamente, uma unidade entre os protagonistas da micro-história.

Em vista disso, percebemos que a micro-história foi difundida a partir de um grupo de historiadores que por meio da publicação de trabalhos em uma revista possibilitaram a divulgação da abordagem. A mesma sofreu diversas críticas ao longo do tempo devido à falta de entendimento das suas proposições e a discordância dos métodos propostos. A falta de entendimento, por sua vez, gerou “confusões” e rótulos que dificultaram a compreensão e aplicação da perspectiva.

No entanto, esclarecimentos como o de Henrique Espada Lima (2006) demonstram que a micro-história é mais do que um trabalho historiográfico engessado metodologicamente que envolve análises circunscritas voltadas para trajetórias individuais ou de grupos em detrimento de uma história mais globalizante. A micro-história trata-se, para ele, de uma abordagem múltipla e multifacetada que visa sem perder a especificidade e originalidade de seu objeto iluminar questões mais gerais.

Mas como a partir de um objeto é possível iluminar questões mais gerais? Como fazer isso na prática? Vejamos investigando os meandros que estão envoltos em um dos objetos de estudo do micro-historiador: a Trajetória.

## **Trajetória em foco: as noções da Micro-história que remetem ao estudo do indivíduo**

Cerca de 40 décadas anteriores ao surgimento da micro-história, de acordo com Paulo Guérios, surgiu nas Ciências Sociais na chamada “Escola de Chicago” a metodologia da história de vida (GUERRIOS, 2011). Onde, os estudiosos dedicados a essa metodologia, abordavam a partir de entrevistas de caráter biográfico temas diversos. Após o seu uso intensivo, entre as décadas de 1920 e 1940, a metodologia sofreu forte declínio e só foi retomada na década de 1970.

Esse método trazia a perspectiva do entrevistado sobre os acontecimentos de sua vida, porém, segundo Guérios, a análise estava descolada do social, do contexto. As críticas aos estudos com enfoque biográfico foram surgindo com o tempo e umas das mais significativas é a produzida por Pierre Bourdieu no texto intitulado *A ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996). Neste texto o autor, considera a história de vida como uma noção de senso comum que entrou como contrabando no universo científico e crítica a ausência de uma conexão da vida estudada com as condições concretas em que ela se insere. Em suas palavras:

Tentar compreender uma vida como uma serie única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tenta explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferente estações (BOURDIEU, 1996, p. 189-190).

O autor sinaliza a criação de uma ilusão biográfica, indicando que ao se fazer uma biografia deve-se situar os agentes sociais em seu grupo, de maneira, a narrar a construção diacrônica da trajetória dos indivíduos. Deve-se levar em consideração as “diferente estações” do metrô, suas conexões. Nesse sentido, o fazer biográfico passou por reconfigurações, o biógrafo passou a atentar as dimensões sociais que circunscrevem o indivíduo estudado. Essas perspectivas perpassam também a trajetória, pois, segundo Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se



desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado” (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Sabina Loriga (2011) destaca as mudanças nos estudos biográficos desde o século XVIII até o XX. A autora demonstra a pluralidade da escrita biográfica ao longo do tempo, que no primeiro momento focalizava a vida dos santos, reis, poetas ou soldados que se destacaram na sociedade, uma reflexão biográfica voltada para os “heróis”. Em seguida, a partir de século XIX as escritas se voltaram para os homens comuns e no século XX buscam acabar com a contradição entre o particular e o geral, relacionando o homem com o meio. Nesse sentido, a autora indica que apesar de a escrita biografia ter como mote narrar a vida do indivíduo, não existe uma regra formal nesse domínio, nem mesmo no que diz respeito às características individuais.

No que concerne à relação do particular com o geral, vimos que no século XX a escrita biográfica torna-se mais aberta ao social, ao contexto que está interligado as vidas dos indivíduos relação tão caro a micro-história. Porém, como veremos a seguir à análise biográfica é distinta da análise realizada pela micro-história. Os aspectos abordados brevemente na introdução deste tópico servem para compreendermos as discussões vigentes no momento de emergência da micro-história, da maneira como se pensava o indivíduo na história e na sociedade.

Na micro-história, um dos fragmentos que o historiador seleciona é a trajetória de vida de indivíduos. De acordo com Jose D’Assunção Barros a trajetória para a micro-história é um meio possível de enxergar algo da realidade que envolve o fragmento analisado e assim acessar a questões mais amplas (2007). Pois, segundo ele, o micro-historiador está em busca de algo a mais que os objetos em si mesmos. Nas palavras de Barros:

Menocchio é escolhido por Carlo Ginzburg por que seu processo inquisitorial permite trazer à tona determinado diálogo de culturas, certa prática marcada pela circularidade cultural, uma determinada rede de rivalidades e solidariedades, de medos e de expectativas que afloram a partir de práticas cotidianas recuperadas, das fantasias possíveis a um moleiro e das reações de inquisidores e testemunhas inquiridas a estas fantasias multi-circulares (BARROS, 2007, p.176).

A trajetória do moleiro Menocchio permitiu a Ginzburg acessar diversas outras questões sobre os limites da Inquisição. Apesar das particularidades e diferenças das obras de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, descritas anteriormente, percebemos também a utilidade da análise da trajetória de um indivíduo na obra do segundo autor.

Giovanni Lévi ao escolher um povoado piemontês de Santena no século XVII, uma região até então não abordada nos estudos camponeses e uma trajetória pessoal a do padre Giovan Battista Chiesa desvenda traços típicos do Antigo Regime. (LEVI, 2000) Para Lévi, o estudo de trajetória de vida é concebido como uma maneira de abordar e compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo estudado se articula, permitindo assim o enriquecimento da análise social.

A trajetória dos indivíduos assume para a micro-história uma maneira de compreender a trama social e diversos aspectos que envolvem a vida do objeto estudado. O Menocchio de Ginzburg ou o Chiesa de Lévi são exemplos de que seja para reconstruir a circularidade cultural, ou as redes de relações sociais, a análise de trajetórias se torna um instrumento analítico profícuo para o micro-historiador. Pois, a análise permite expor e acessar as questões e os problemas, que os pesquisadores, de acordo com suas particularidades, buscam compreender.

No geral, apesar da análise biográfica ser um meio possível para se estudar a vida de um indivíduo e o seu meio, a micro-história por meio da análise da trajetória de vida de um indivíduo acessa a trama social de maneira a descortinar aspectos mais amplos da sociedade. A exemplo novamente da obra de Giovanni Levi (2000), a análise não conta com a dimensão narrativa própria da biografia. O autor parte de fragmentos da vida do padre Chiesa para reconstruir os contornos de um grande jogo social e político, onde acessa as heranças imateriais, as relações hierárquicas e as formas de poder que estruturam o Antigo Regime.

Visto isso, a partir da análise de dois estudos de caso pretendemos compreender na prática a maneira como a micro-história investiga trajetórias. Optamos por analisar obras de historiadores que não compõem o quadro de protagonistas da revista *Quaderni Storici*, uma obra da década de 1980 e outra mais recente da década de 2010. De maneira a observar as análises em períodos diversos da história.

Em 1983, Natalie Zemon Davis se interessou pela trajetória de vida de Martin Guerre. Trajetória polemica de falsa identidade ocorrida em uma aldeia francesa na região de Languedoc na metade do século XVI (DAVIS, 1987). Por meio dos documentos escritos como anais judiciais, processos criminais, o livro de Jean de Coras e de Guilherme Le Sueur, testamentos, inventários,

registros de casamentos, contratos e etc. a autora buscou dar tratamento histórico a uma história que já havia sido objeto de romances e da indústria cinematográfica.

Assim, combinando fontes jurídicas com literárias produzidas a respeito de Guerre, Davis buscou analisar a trajetória de vida dos indivíduos, pois para compreender o acontecimento deveria investigar não apenas Martin Guerre, mas o próprio impostor e os familiares do primeiro. Investigando assim, a sua partida da aldeia e os motivos para deixá-la, a maneira que Arnaud Du Tilh tornou-se um impostor e se Bertrande de Rols foi realmente enganada e por que Arnaud não conseguiu sustentar a sua posição.

Esta análise, como propusemos anteriormente, não é somente sobre a trajetória dessas pessoas, mas uma maneira para acessar as formas em que os camponeses vivenciaram as relações familiares e as restrições e possibilidades de suas vidas. Pois, “as aventuras de três jovens aldeões não estão tão distantes das experiências mais corriqueiras dos seus vizinhos” (DAVIS, 1987, p. 20-21). Tanto que, Davis também percorreu arquivos para consultar documentos das aldeias da região para compreender o mundo dos camponeses, a maneira que viviam essas relações.

Mas, como Davis realiza essa análise? Para investigar a vida dos três aldeões protagonistas da história, a autora se lança aos documentos tendo como bússola o nome desses indivíduos. Investigando as pegadas para compreender suas trilhas. Um esforço que se assemelha ao detetive, seguindo os passos dos indivíduos para reconstruir suas histórias. Como disse a própria autora: “Eu seguiria os aldeões através das corte criminais e explicaria os diferentes veredictos dos juízes” (DAVIS, 1987, p. 11), e ainda nos rastros dos atores rurais, “Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido” (DAVIS, 1987, p. 21).

Na segunda passagem, além do método Davis nos indica suas lacunas e dificuldades com as fontes. Ao explicar os limites impostos pela escassez da documentação, a autora afirma que cruzou informações com outras fontes para verificar indivíduos semelhantes aos três camponeses estudados, oferecendo assim uma “invenção construída”. Essa construção é ainda mais clara, nos decorrer do texto com o uso de advérbios que expressam dúvida, como “possivelmente”, “talvez”, “meu palpite”, “pode-se conjecturar”.

Esses são alguns dos limites na investigação do micro-historiador na tentativa de reconstruir trajetórias. O pesquisador depara-se com lacunas e uma maneira de resolvê-las é lançando mão de outras fontes que tragam informações sobre os contemporâneos dos investigados, de modo a tecer relações. Além do mais, o objetivo do micro-historiador não é analisar questões mais amplas? Não é enxergar a realidade que envolve o fragmento analisado? Nada mais justo que trazer elementos concernentes a outros indivíduos nesse processo.

A segunda obra que buscamos observar a análise de trajetória é a de Rebeca Scott e Jean Hébrard sobre a trajetória de uma família. Uma odisséia familiar iniciada em Senegâmbia para Saint-Domingue no final do século XVIII, seguindo por diversos países até desembocar na Bélgica (SCOTT; HÉBRARD, 2014). Devido os espaços que os autores percorreram, seguindo a família em locais diversos, a análise é considerada por eles como experimento de uma micro-história posta em movimento. Este é um grande ganho nos estudos da micro-história, pois demonstra que a análise não está circunscrita a um espaço mini-recortado.

Sobre o espaço circunscrito, Barros afirma que a micro-história não se refere necessariamente a análise de um espaço físico reduzido, mesmo que isso ocorra (2007). O micro-historiador não necessariamente estuda “a” comunidade, mas pode estudar “através” de uma comunidade. Sendo assim, o objeto de estudo não precisa ser um espaço micro-recortado, pode ser uma prática social, a trajetória de atores sociais, uma ocorrência e etc, como observamos na obra de Scott e Hebrard (2014).

Os autores acompanham o rastro itinerário da família nos documentos, investigando os registros mantidos por padres, tabeliães, oficiais e recenseadores locais nas regiões do Senegal, Cuba, Luisiana, Haiti, França, México e Bélgica, também a partir do nome. De maneira a descortinar as escolhas feitas e as posições sociais que os indivíduos participantes dessa família esperavam obter.

Assim como Davis, os autores encontraram lacunas nos documentos ao reconstituírem a trajetória da família, a solução adotada por eles foi a mesma da autora, traçaram relações com outras fontes locais a respeito dos modos de vidas, as ações jurídicas, as percepções sociais e as ações desenvolvidas em busca da emancipação nas diversas regiões. Além do mais, recorrem a demais

fontes para reconstruir os cenários, como ocorreu com o embarque e desembarque de uma das integrantes da família chamada Rosalie do Senegal para o Caribe.

Pois, “algumas das circunstâncias da viagem de Rosalie podem ser inferidas se examinarmos os registros de outros navios que içavam velas para as ilhas do açúcar francês a partir do porto de Saint-Louis durante a década de 1780” (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p.33). Na reconstrução do provável itinerário atlântico de Rosalie os autores verificam, dentre outros aspectos, que ela pode ter chegado primeiro a Port-au-Prince ou um dos outros portos principais em Saint-Domingue, e que ela estava familiarizada com a importância da escrita.

Nesse sentido, da mesma maneira que Davis, a escolha de suprimento das lacunas ocasionou a escrita de verbos no condicional como “pode ter sido”, “muito provavelmente”, “provavelmente”, “mais provável” e etc. Esses advérbios, apesar de em um primeiro momento indicarem insegurança na afirmação, nos indicam a partir da micro-história mais sobre o processo de interligação dos indivíduos e de experiências compartilhadas. Pois, assim como afirmam os autores, “A história dessa família se desenvolveu em uma narrativa de escolhas individuais e coletivas condicionadas pela escravidão, pela guerra e pela hierarquia social” (SCOTT; HÉBRARD, 2014, p.19).

Scott e Hébrard possuíam evidências sobre as escolhas e experiências de outros indivíduos no mesmo contexto histórico da família, estendendo assim, as possibilidades de compreensão dos acontecimentos que envolviam os indivíduos estudados. Sendo assim, observamos que os autores não buscaram narrar a história de uma família em si, mas através dessa família compreender experiências vividas por indivíduos que naquele período ambicionavam sua emancipação no contexto de grandes revoluções como a dos Estados Unidos da América, a da República francesa e a da nação do Haiti.

Em linhas gerais, essas duas obras apesar das perspectivas e objetos diversos, compartilham da mesma metodologia. Ambas utilizam o nome dos indivíduos como fio condutor da análise, proposição metodológica de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989). Em que o método onomástico é para além de uma mera identificação dos indivíduos nos documentos históricos, um elemento que aos poucos faz emergir as redes de relações, escolhas e modos de agir que circunscrevem a vida dos indivíduos e possibilita a construção de uma imagem gráfica na qual está inserido.

A partir do tratamento intensivo das fontes, buscando o nome dos indivíduos, os micro-historiadores verificam as trajetórias de modo a revelar através dessas trajetórias detalhes que serão reveladores do cotidiano, do modo de agir, das peculiaridades de determinado grupo social e das vicissitudes vigentes. Essa é a particularidade da Micro-história na análise de trajetórias, apresentando-se assim, como uma alternativa apropriada para o estudo de um indivíduo e as dimensões sociais que o circunscrevem. Intercalando entre o micro e o macro, de maneira a refletir acerca da trama social e pensar também nas estruturas.

### **Reflexão do objeto: situando as proposições analíticas na pesquisa**

Em vista da presença de mulheres fazendeiras de café na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí (atual Seropédica) em meados do século XIX, nossa pesquisa tem por temática a participação das mulheres de posses no contexto da produção cafeeira na zona itaguaiense do oitocentos. Para isso, selecionamos uma fazendeira de café D. Gertrudes Maria da Conceição para verificarmos os limites e possibilidades de ação social e econômica de uma mulher fazendeira na região, que dentre as suas ações, se associou com seus pares na defesa e manutenção de sua unidade produtiva.

Até o momento, aferimos que a micro-história é uma abordagem múltipla e multifacetada ancorada na mudança de escala de análise. E que, por meio da trajetória, essa mudança de escala ocorre entre o indivíduo e as estruturas em que o vivido se articula. Sendo assim, a micro-história é um meio possível de se investigar um indivíduo e as condições concretas que ele se insere.

Esses pressupostos se aplicam ao nosso estudo, uma vez que, pretendemos compreender, a partir da trajetória de D. Gertrudes, os limites e possibilidades de ação social e econômica que circunscrevia a vida de uma mulher fazendeira de café na zona itaguaiense de produção cafeeira. Para isso, intencionamos atentar para a participação da senhora no conjunto produtivo e as ações desempenhadas por ela na promoção e manutenção da atividade produtiva, como a disputa territorial de um grupo de fazendeiros de café com a fábrica de seda.

Na prática, na redação do primeiro capítulo da pesquisa buscamos compreender o conjunto produtivo do qual D. Gertrudes fazia parte, destacando as relações de gênero que o permeavam. De modo a identificar o contexto em que puderam surgir mulheres na condição de fazendeiras de

café. O esforço foi no sentido de atentar as experiências vividas compartilhadas por essas mulheres, e através de D. Gertrudes, revelar aspectos importantes de uma das maneiras em que as mulheres poderiam participar enquanto agentes econômicos na sociedade brasileira do século XIX.

Por meio da análise da trajetória de D. Gertrudes pudemos nesse primeiro momento da pesquisa relacioná-la com o conjunto produtivo do qual ela fazia parte, de maneira a enriquecer a construção histórica e fazer emergir um complexo de mulheres que no mesmo período de vida da senhora se dedicaram ao empreendimento cafeeiro, viveram os dilemas, dificuldades e benefícios da mulher na direção de uma unidade produtiva.

Nesse sentido, não dissociamos o micro do macro e intercalamos as escalas. Demonstrando que história de uma mulher itaguaiense cafeeira não deve ser construída a margem das demais, mas em diálogo com ela. Ademais, o recorte cronológico da pesquisa compreende um período em que a região viveu uma expansão da produção do café e ao mesmo tempo os produtores que se lançaram nesse empreendimento vivenciaram um período de diversas transformações no que concerne a propriedade. Na década de 1850 foram promulgadas duas leis significativas direcionadas ao patrimônio de escravizados e terras, a lei de proibição do tráfico de escravos e a lei de terras.

Após acalorados debates a lei também conhecida com lei Eusébio de Queirós foi promulgada (RODRIGUES, 2000), os proprietários não poderiam contar mais com as constantes reposições de escravizados retirados da África e avançaram em busca de outras alternativas. Por sua vez, a lei de terras de 1850 foi aprovada e regulamentada pelo Decreto n. 1318 em 1854, visando resolver questões acerca da ocupação das terras brasileiras. Segundo Motta, nessa lei foi ordenada a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por comandar a medição, divisão e descrição das terras devolutas e promover a conservação desses territórios (MOTTA, 1998). No período provavelmente houve maiores negociações por parte dos fazendeiros que queriam assegurar sua posição social.

Nesse sentido, entende-se que os recursos metodológicos da micro-história que buscamos expor, nos auxiliarão a analisar a trajetória de uma fazendeira de café na direção de sua unidade produtiva em Bananal de Itaguaí no século XIX, permitindo acessar a questões mais amplas que afetam a sociedade cafeeira daquele período, como a etapa de gestação da produção cafeeira, as implicações na produção do café em um período de proibição do tráfico transatlântico de

escravizados e implementação da lei de terras, a incipiente disputa entre indústria e produtores agrícolas, a participação de mulheres e as redes de relações instituídas na nova classe econômica dirigente.

Portanto, a abordagem metodológica da micro-história, se faz adequada para refletir acerca do nosso objeto empírico e também pode ser um recurso analítico para quem pretende se lançar no estudo de trajetórias refletindo sobre seu contexto. Pois, a trajetória de D. Gertrudes será importante para apreender as vicissitudes vigentes e os efeitos que produziram sobre os cafeicultores no período estudado. De maneira a revelar o contexto em que puderam surgir diversas mulheres na condição de fazendeiras e identificar os valores econômico-sociais que permearam a vida dessas pessoas.

### **Considerações finais**

Em suma, buscamos nesse artigo analisar algumas noções referentes à micro-história que remetem ao estudo do indivíduo, de maneira a explicitar uma das investigações possíveis, levando em consideração a complexidade da abordagem e o seu lugar no campo do saber da História. Desconstruímos assim, algumas “confusões” pertinentes à micro-história, explorando aspectos da sua abordagem, suas perspectivas e ambições. De maneira a compreendermos do que se trata a trajetória para a micro-história e como esta a investiga. E acima de tudo, a maneira que a micro-história se apresenta como instrumento analítico aplicável ao estudo de trajetórias de vida.

Em vista do que foi discutido, a micro-história é uma abordagem heterogênea, que proporciona múltiplas análises alternando a lente entre as estruturas vigentes com as práticas dos indivíduos. Tornando-se um meio profícuo para se realizar a investigação da natureza e o funcionamento dos objetos sociais que escolhemos estudar. Por que, as variações de escala permitem a inclusão de uma trajetória em uma multiplicidade de espaços e tempos sociais, a partir das relações sociais que a envolvem.

### **Referências Bibliográficas:**

A VOLTA dos... continuação da pagina 9. **Jornal do dia**. Rio Grande do Sul. p. 02, 29 de jun. 1958.

ATHAYDE, Tristão de. A voz da rotina. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 06, 02 de abr. 1965.



- BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **OP SIS**, vol. 7. n. 9, jul-dez, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- DAVIS, Natalie Z. **Las formas de la historia social**. Historia Social, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O regresso de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Revista Topoi**: Rio de Janeiro, 2002,
- GINZBURG, Carlo. **A microhistoria e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Revista Campos**, v. 12, n. 1, 2011.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- LINO, Raphael Cesar. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2017.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Nossa Catedrática em Paris. [Entrevista concedida a] COUTINHO, Wilson. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 10, 04 de set. 1988.
- MOTTA, Marcia Maria Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro. Ed. Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998.
- O PASSADO da Bahia: um presente em ruínas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 04, 05 de dez. 1973.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15. n. 45. Set/dez, 2010.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.
- ROSENTAL, Paul-Andre. “Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FVG, 1998.

SCOTT, Rebeca; HÉBRARD, Jean. **Provas de Liberdade** – uma odisséia atlântica na era da emancipação. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: Os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

## Reflexões sobre as drogas como objeto de pesquisa histórica

Reflections on drugs as an object for historical research

**Luiza Lima Dias**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

dias.lu.lima@gmail.com

**Recebido em:** 30/03/2019

**Aprovado em:** 15/05/2019

**Resumo:** O estudo sobre drogas no Brasil está presente em diversas áreas do conhecimento, embora, historicamente, órgãos estatais tenham procurado quase exclusivamente as perspectivas médicas para embasar legislações e políticas governamentais com relação às substâncias psicoativas. Com o intuito de apresentar outras perspectivas de análise do tema, este artigo propõe uma breve contextualização das drogas na historiografia. Problematicamos o próprio conceito de “droga”, palavra cujos significados podem ser muitos e que geralmente carrega um caráter pejorativo no seu uso cotidiano. Pretendemos, por fim, expor a necessidade de mais trabalhos e olhares que partam das humanidades para essa discussão, uma vez que as perspectivas médico-científicas historicamente dominaram os debates, tanto na academia quanto na esfera pública.

**Palavras-Chave:** Drogas, Historiografia, Medicina.

**Abstract:** In Brazil, many areas of research have been studying the topic of drugs, although State policies have historically looked almost exclusively for medicine’s perspectives to support their legislation and government actions regarding psychoactive substances. With the intention to present other perspectives to analyze the topic, this paper proposes a short historiographical contextualization of drugs. The paper problematizes the concept of “drug” itself – which can have many different meanings, often carrying a pejorative feature in its daily use – and exposes the necessity of humanities’ look at the discussion, considering that medical and scientific perspectives have historically dominated the debates, both in the academy and the public sphere.

**Keywords:** Drugs, Historiography, Medicine.

## Introdução

Nos dias atuais, a palavra “droga(s)” é comumente utilizada com um sentido negativo, ligada a problemas sociais – como o vício, problemas de saúde e violência – ou relacionada a práticas governamentais que buscam resolver problemas supostamente causados por determinadas substâncias psicoativas. No entanto, a palavra originalmente “deriva da expressão alemã *droghe vate*, que designava o recipiente onde eram guardadas as ervas secas, ou da holandesa *droog*, que quer dizer seco” (ADIALA, 2011, p. 2), o que indica que esses sentidos foram alterados com o passar do tempo. Um dos principais trabalhos sobre a história das drogas, o livro *Forces of Habit*, do historiador David Courtwright (2001), faz uma distinção entre diferentes tipos de substâncias que se encaixariam dentro do termo “droga”, separando-as entre as “três grandes” – álcool, tabaco e cafeína – e as “três pequenas” – ópio, *cannabis* e coca. Essa divisão leva em consideração não apenas o volume de consumo de tais substâncias ao longo do tempo, mas também o imaginário social construído ao seu redor para que os dois grupos tivessem destinos muito diferentes nos âmbitos político, econômico e cultural.

Atualmente, o emprego do termo “droga(s)” geralmente não abarca todas as substâncias psicoativas – aplica-se mais aos fármacos e ilícitos, excluindo-se substâncias como o café, o álcool e o tabaco. Essa noção parte de um desenvolvimento de uma mentalidade historicamente e culturalmente construída, a qual se tornou objeto de estudo por parte de historiadores que tentam revelar as razões pelas quais algumas drogas adquiriram certos *status* e como diferentes fatores sociais, políticos e econômicos podem forjar as atitudes e seletividades das sociedades em relação a determinadas substâncias. Assim sendo, uma perspectiva histórica diante dessas questões nos parece relevante para discutir os problemas relacionados às drogas na atualidade, uma vez que fornece uma melhor compreensão dos motivos por trás do consumo e do abuso de drogas, bem como exemplifica políticas governamentais que funcionaram ou falharam no passado.

Não pretendemos, superficialmente, reforçar uma ideia de que a função da História seria apenas a de nos fazer aprender com os erros do passado. Buscamos ressaltar a existência de processos históricos que privilegiaram políticas proibicionistas sobre determinadas drogas – veremos que nem todas as substâncias psicoativas foram enquadradas dentro das lógicas de proibição. Ressaltamos, ainda, que essas diferentes políticas têm majoritariamente falhado ao redor do mundo, uma vez que o consumo e o tráfico de drogas continuam crescentes em diversos países e problemas com vício ainda ocupam boa parte dos debates sobre saúde pública. Na realidade, a própria ideia de “falha” pode ser relativizada, uma vez que o “consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo” (CARNEIRO, 2002, p. 117), entendendo que essas políticas se aproveitam das consequências do abuso das drogas para garantir lucros e embasar determinados discursos.

### ***“Drug, set, and setting”.***

O convívio entre seres humanos e substâncias psicoativas, sejam elas derivadas de plantas e animais ou criadas sinteticamente, é milenar. Entretanto, a distribuição e a história das drogas ao redor do mundo não são homogêneas, uma vez que a maioria das drogas é originalmente do continente americano e/ou esteve diretamente ligada à sua história (CAMPOS; GOOTENBERG, 2015, p. 5) – a *cannabis*, por exemplo, é natural da Ásia, mas se popularizou no Ocidente após a introdução do plantio e comércio na América, principalmente no México (CAMPOS, 2012, p.74). Diversas sociedades que habitavam a América no período pré-colonial tinham uma relação íntima com substâncias psicoativas que eram aplicadas com variados intuitos, normalmente ligados a rituais religiosos e comunitários, cujos usos foram muito modificados após o contato contínuo com os povos europeus e a popularização dessas drogas.

Courtwright (2001) sustenta que o surgimento de um comércio global durante o princípio da Idade Moderna criou uma rota de intercâmbios culturais e comerciais através dos oceanos, abrindo o caminho para o que o historiador descreve como a “revolução

psicoativa” (COURTWRIGHT, 2002, p. 2). O autor define esse conceito como o movimento em que os impérios em ascensão naquele período rapidamente transformaram certas substâncias psicoativas – que eram inicialmente conhecidas apenas por grupos nativos e restritos – em grandes *commodities*, popularizando seu uso e tornando-as acessíveis a todas as classes e gêneros. Em decorrência desse processo, países ao redor do mundo reagiram ao uso massivo das drogas com proibições e restrições a algumas dessas substâncias. Diferentes fatores como a economia, a ciência e os hábitos culturais podem moldar as visões e a seletividade das sociedades com relação a determinadas drogas, o que permite compreender por que o *status* de certas substâncias psicoativas mudou com o tempo.

A folha de coca é um exemplo de uma planta que era inicialmente utilizada com propósitos medicinais, nutricionais e religiosos, mas teve seu significado e suas propriedades transformados com o passar dos anos – chegando a gerar novas drogas, como a cocaína. Durante o período pré-colonial, povos indígenas da região andina tinham tradições bem estabelecidas de consumo das folhas de coca, consequência de um desenvolvimento histórico do conhecimento sobre os modos de se usar a planta. Quando os espanhóis passaram a explorar essa planta, em meados dos anos 1500, usando-a como um intensificador potente para aumentar a disposição dos trabalhadores das minas de prata, as folhas de coca começaram a perder suas conotações iniciais. Problemas com o vício se generalizaram e surgiu a necessidade de que o governo tomasse alguma ação para regulamentar o uso (COURTWRIGHT, 2002, p. 46). Processos semelhantes a esse aparecem repetidamente na história de diferentes drogas, como veremos com o tabaco, e ajudam a entender o surgimento de substâncias como a cocaína e o crack, bem como o crescimento do comércio internacional de drogas e dos mercados ilícitos ligados aos cartéis.

Isolada pela primeira vez em 1860, pelo cientista Albert Niemann, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Índia a cocaína começou a ser utilizada como anestésico em cirurgias, mas foi rapidamente identificada como causadora de problemas com o vício e overdose, especialmente entre médicos e pacientes que ainda não tinham total entendimento

sobre a droga (COURTWRIGHT, 2002, p. 50). Até as primeiras décadas do século XX, a cocaína já havia adentrado outros países e diferentes classes sociais, num movimento de popularização da substância que foi parcialmente interrompido pelos entraves entre as potências exportadoras da droga durante as guerras mundiais, mas que voltou com ainda mais força durante os anos 1970 e 1980. Ao final do século, na América do Sul, alguns grupos – especialmente na Colômbia – passaram a desenvolver tecnologias de processamento da coca e estabeleceram rotas com outros países do continente que crescentemente se tornavam consumidores de cocaína. No Brasil, versões diluídas e de pior qualidade da droga, como o próprio crack, se disseminaram entre as classes mais baixas e moradores de rua, o que Courtwright (2002, p. 52) identifica como uma exemplificação da “revolução psicoativa” moderna. Ao redor do mundo, o crescimento do comércio de cocaína e dos grupos que lideravam o tráfico dessa droga levou a uma dura reação de órgãos reguladores em alguns países envolvidos na rota. Notoriamente, a DEA (*Drug Enforcement Administration*) foi fundada em 1973 durante o governo de Richard Nixon nos EUA para operar incisivamente com o objetivo de fechar as portas das rotas de comércio de cocaína, entre outras drogas, no país, além de pressionar as nações envolvidas nesse comércio para que fizessem o mesmo.

A história do tabaco também descreve uma droga que rapidamente se tornou muito popular, mas que, na maioria dos casos, não foi objeto de políticas que procurassem proibir completamente seu consumo, ainda que tenha sido alvo de regulações – no Brasil, por exemplo, optou-se pela taxaço do comércio de cigarros a partir da segunda metade do século XX e, mais recentemente, pela criação de campanhas dos órgãos de saúde contra o uso da substância, além de sanções ao uso em determinados locais. Ao estudar o surgimento do consumo da droga, percebemos que os europeus não estavam verdadeiramente interessados no tabaco antes de princípios do século XVII. Essa data se refere a quando os portugueses começaram a plantar e comercializar produtos do Novo Mundo na África e introduziram a planta em outras regiões da Ásia e da Europa. Conforme explica o

historiador Henrique Carneiro (2004), “uma das razões para a aceitação ecumênica do tabaco foi o seu efeito específico como estimulante do estado de vigília e, portanto, útil, (...) para as necessidades de ampliação da produtividade laboral crescentes na época capitalista” (CARNEIRO, 2004, p. 107). As guerras também serviram como grandes catalisadoras do consumo dessa droga, uma vez que os soldados levavam o tabaco com eles para os países em que estavam batalhando, compartilhando o conhecimento sobre o uso. Já no século XX, com a ajuda de forte publicidade, o consumo de tabaco cresceu exponencialmente após a Primeira Guerra, apoiado no fato de que é uma droga com altos níveis de dependência. “O impacto econômico e a gama de operações dessa indústria a proporcionou uma certa imunidade”<sup>1</sup> (COURTWRIGHT, 2001, p. 191), enquanto outras drogas, como a *cannabis*, não tiveram instituições tão poderosas para apoiá-las e não eram tão cruciais para as economias nacionais.

A variedade de drogas identificadas ao longo da história também permite observar como diferentes contextos e circunstâncias de uso dessas drogas resultam em efeitos e consequências distintos para os usuários e para a sociedade. Segundo o historiador Isaac Campos, “os efeitos das drogas psicoativas são, na verdade, ditados por um emaranhado complexo de farmacologia, psicologia e cultura – ou, ‘*drug, set, and setting*’”<sup>2</sup> (CAMPOS, 2012, p. 21). Assim, as transformações do uso e do *status* moral de determinadas substâncias, movidas por interesse comerciais ou político, criam uma abertura para o surgimento de questões e situações nunca antes vistas. Entre os povos andinos, o consumo de coca não gerava uma preocupação tão grande quanto geraram e ainda geram os cartéis de tráfico de cocaína, por exemplo. Da mesma forma, os discursos médico-científicos contra o abuso do tabaco, mais fortes a partir do final do século XX, se disseminaram principalmente a partir das questões levantadas por estudos médicos atestando a relação entre o tabagismo e doenças graves (GONÇALVES, 2009, p. 37), os quais foram motivados pela popularização massiva do cigarro como forma de consumo dessa droga.

---

<sup>1</sup> Tradução livre.

<sup>2</sup> Idem.



Os casos da coca e do tabaco são apenas alguns dos vários exemplos de drogas que foram incorporadas a diferentes lógicas econômicas e culturais, o que necessariamente cria novas questões e significados para seu uso. Ainda que sob o risco da redundância, esse é um ponto que precisa ser feito repetidas vezes, dado que é crucial para se entender as bases das políticas proibicionistas no Ocidente. A dificuldade dos Estados em exercer um controle pleno sobre o uso das drogas, associada às pressões morais e religiosas, facilitou a consolidação dos discursos científicos sobre essas substâncias, baseando as políticas estatais quase exclusivamente nos números e nas experiências farmacológicas. Assim, especialmente na virada do século XIX para o XX, a ciência médica buscou uma espécie de monopólio dos discursos sobre as drogas (SAAD, 2011, p. 3).

Ao observar o brasão da República Federativa do Brasil, chamado oficialmente de “Armas Nacionais do Brasil”, percebemos a presença dos ramos de duas plantas de onde se extraem substâncias psicoativas – o café e o fumo. Segundo o pesquisador Milton Luz (2005), a justificativa para a inclusão desses ramos é a de que eram dois produtos de grande importância econômica nacional. Entretanto, no momento de definição do brasão essa configuração não era unânime e alguns oficiais preferiam que os ramos fossem substituídos pelo louro e o carvalho, por considerarem que “o fumo simbolizava um vício e o café recordava a escravidão” (CARVALHO, apud LUZ, 2005, p. 130). Essa frase, proferida pelo Diretor da Casa da Moeda em 1894, ilustra o componente moralizante e higienista presente no imaginário social do período. Trata-se de apenas uma mostra de como as drogas estiveram intrinsecamente ligadas à história do Brasil, além de exemplificar a seletividade dos olhares para essas substâncias – a presença, especificamente, do café e do fumo foi uma decisão baseada em critérios majoritariamente econômicos, consequência de políticas que privilegiaram o comércio de tais drogas no lugar de outras.

**Imagem 1:** “Armas Nacionais do Brasil”



**Armas Nacionais do Brasil.** Portal do Governo Brasileiro. Domínio público. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Armas\\_Nacionais\\_do\\_Brasil#/media/File:Coat\\_of\\_arms\\_of\\_Brazil.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Armas_Nacionais_do_Brasil#/media/File:Coat_of_arms_of_Brazil.svg). Acesso em 29/03/2019.

### A “revolução psicoativa” na medicina

Especialmente a partir da virada do século XIX para o século XX, quando a “descrença na terapêutica chegava ao máximo, trazendo à tona um enorme ceticismo na classe médica” (TORCATO, 2014, p. 147), experimentos médicos com substâncias psicoativas, tais como os opiáceos, e a emergência da cocaína como anestésico alimentaram um interesse por parte daqueles cientistas em melhor estudar as possíveis aplicações de variadas drogas cujo uso até então encontrava certa resistência entre os médicos. Tratou-se de um momento de criação de novas substâncias e tecnologias – a invenção da agulha hipodérmica na segunda metade do século XIX, por exemplo – que impulsionaram o uso de psicoativos na medicina. Essa onda internacional de experimentos com plantas medicinais, misturando diferentes substâncias e isolando alcaloides, criou uma nova geração de drogas desconhecidas e com efeitos imprevisíveis. Não havia nenhuma tradição por trás do uso de algumas dessas novas drogas e enquanto os cientistas ainda estavam tentando entender quais

seriam as consequências do uso a longo prazo, essas substâncias já começaram a ser distribuídas e propagandeadas ao redor do mundo.

Nesse contexto da virada do século, houve também uma efervescência de novos meios de transporte e inovações tecnológicas e o aparecimento de versões mais baratas de algumas drogas, bem como a emergência de indústrias que introduziram um estilo de vida mais estressante e colaboraram para popularizar estimulantes entre trabalhadores que precisavam suportar muitas horas de trabalho, além dos relaxantes para os períodos de lazer. Conforme explica a historiadora Luísa Saad (2011), “entre o fim do século XIX e o início do século XX houve um processo de consolidação da medicina como saber científico legítimo” (SAAD, 2011, p. 2) que impulsionou um movimento internacional no qual alguns Estados – particularmente no Ocidente – passaram a conferir mais atenção às questões relacionadas à proibição e regulação do comércio de drogas. Nesse fluxo, estabeleceram leis para tentar evitar a concretização do que temiam ser uma generalização do vício e da violência estereotipicamente relacionada às drogas – nos Estados Unidos da América, por exemplo, foi o momento em que diferentes presidentes passaram a adotar a retórica da “Guerra às Drogas” em suas campanhas e como principal bandeira de seus governos, discurso que perdurou no país por praticamente todo o século XX e XXI.

Conforme descreve o historiador Carlos Torcato (2013), foi na transição do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX que ganhou força a “construção de uma noção patologizante do uso de drogas [a qual] esteve ligada à ascensão de um grupo de intelectuais que foi responsável pela afirmação da psiquiatria enquanto ciência médica” (TORCATO, 2013, p. 121). Esse processo foi motivado, em parte, pelo aumento do uso de algumas drogas – a morfina é um dos principais exemplos – para consumo fora da esfera médico-científica, associado às políticas e discursos moralizantes que cresciam no âmbito internacional. No México, por exemplo, o consumo de *cannabis* passou a ser diretamente associado com as camadas marginalizadas da sociedade, tais como os imigrantes chineses, os prisioneiros e os soldados, o que contribuiu para a construção da relação da ideia de

degeneração com o consumo de maconha (CAMPOS, 2012, p. 89). Quase simultaneamente aos mexicanos, os Estados Unidos também incorporaram esse discurso moral e patologizante sobre as drogas, especialmente aquelas que se tornavam populares entre os grupos sociais mais segregados da sociedade.

No caso brasileiro, destaca-se o componente sanitarista das pesquisas médicas durante os primeiros anos do século XX. Buscando sistematicamente associar a miscigenação com os problemas sociais da sociedade brasileira, aqueles médicos concentravam “a responsabilidade de sanear a nação, prevenir antes de cuidar, erradicar o mal pela raiz” (SAAD, 2011, p. 6). Nesse contexto, a associação entre o abuso de drogas e as pessoas de classes mais baixas ou de setores marginalizados foi rapidamente estabelecida e legitimada a partir de pesquisas com forte caráter eugenista. Como explica Luísa Saad (2011), a maconha foi o maior alvo desse tipo de discurso que ligava o consumo da droga à sua origem africana e aos grupos considerados degenerados para criminalizar as práticas culturais de negros, índios e mestiços<sup>3</sup>.

Ao longo do século XX, as pressões internacionais, especialmente dos Estados Unidos, para a adoção de políticas proibicionistas cada vez mais estritas contribuíram para um acirramento da prática de eleição arbitrária de inimigos internos que seriam responsáveis pelos problemas sociais causados pelas drogas (TORCATO, 2014, p. 157). No Brasil, conforme aponta o historiador Julio Adiala (2011), “a criminalização dos entorpecentes (...) foi fruto principalmente da ação direta das potências mundiais, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos” (ADIALA, 2011, p. 30) e seguiu uma lógica semelhante de inclusão de perspectivas moralizantes no discurso médico, como já foi citado no caso da maconha. Ainda que posteriormente as teorias higienistas tenham sido criticadas e combatidas dentro da própria ciência, a força daqueles discursos deixou, inevitavelmente, heranças profundas

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, optamos por não contemplar, de maneira mais aprofundada, as questões raciais que atravessam a relação entre a construção da República, o uso de drogas e o discurso eugenista. No entanto, ressaltamos tratar-se de um tema rico em possibilidades de estudo, que poderia, por si só, ser objeto de um artigo, além de necessariamente fazer-se presente em quaisquer pesquisas que abordem o debate sobre drogas nesse período.

nos pensamentos científico, político e cultural brasileiros. É a partir desse ponto que podemos tentar compreender como as políticas proibicionistas estabelecidas no Brasil desde o começo do século XX têm sido majoritariamente embasadas em teorias médicas – as quais estiveram inevitavelmente imbricadas de aspectos culturais relativas a seu contexto – reforçando uma certa hegemonia dos discursos biomédicos no senso comum e na academia.

Tais perspectivas científicas se apresentam como um rico objeto de estudo para compreender as mudanças nos discursos que vêm, desde o século XIX, “ora se esforçando em descobrir, isolar e até sintetizar novas moléculas, ora propagando seus malefícios e reivindicando sua proscrição legal” (GOULART; LABATE, 2008, p. 23). São questões como essas que as humanidades têm tentado abordar, embora o tema das drogas seja relativamente recente nessa área. Grupos de pesquisa como o LEHDA (Laboratório de Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação) e o NEIP (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos), ambos na Universidade de São Paulo, bem como o GIESP (Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas) na Universidade Federal da Bahia são exemplos de centros de estudos sobre as drogas com significativa presença das humanidades. Embora estejam bem estabelecidos atualmente, é importante ressaltar que os grupos de pesquisa sobre o tema, especialmente aqueles que incluem trabalhos historiográficos, são recentes, criados nas últimas décadas com o objetivo de fortalecer a abordagem multidisciplinar do tema.

### **O fracasso da proibição**

São vários os exemplos de políticas proibicionistas que simplesmente fracassaram completamente no objetivo, pelo menos oficial, de acabar com o uso de entorpecentes ou com o comércio legal ou ilegal de drogas. Possivelmente, o mais célebre exemplo desse tipo de fracasso é o da Lei Seca nos Estados Unidos, na década de 1920, que proibiu o consumo e a venda de bebidas alcoólicas em todo o país. O que se assistiu logo em seguida foi a abertura de rotas de comércio ilegal de álcool através principalmente da cidade de Havana, em Cuba. Em 1933, a Lei Seca foi revogada, muito em função da necessidade de se taxar

aqueles produtos e arrecadar recursos para o governo federal que estava tentando se recuperar da Grande Depressão, mas as rotas do tráfico que se estabeleceram durante anos entre os dois países não foram fechadas. Consequentemente, surgiu a demanda por outras drogas, além de opções mais baratas do próprio álcool, que pudessem ser comercializadas na mesma lógica já existente. Por fim, a proibição acabou criando um novo problema, mas ao mesmo tempo serviu a alguns interesses, uma vez que o comércio ilegal também movimentava a economia dos países.

O estudo da história do proibicionismo também permite perceber certo paternalismo estadunidense sobre os demais países do continente americano, numa tentativa de impor suas políticas e de criar uma falsa impressão de pioneirismo. Conforme argumenta Campos (2012), ao contrário do que se é comumente imaginado, o México, por exemplo, teve influência direta nas decisões estadunidenses quanto à legislação sobre a maconha. A participação do México na Convenção Internacional do Ópio em Hague de 1921, considerada a “fundação do controle internacional de drogas no princípio do século XX”<sup>4</sup> (CAMPOS, 2012, p. 193), definitivamente não significou uma mudança drástica nas políticas mexicanas. Enquanto o país já havia proibido a venda, produção e consumo de maconha em 1920, os Estados Unidos só passaram uma lei proibindo a droga em 1937. Ademais, os argumentos dos estadunidenses se basearam fundamentalmente numa adaptação do discurso mexicano da associação entre a maconha e a degeneração para a sua realidade, convenientemente ligando o uso da droga aos imigrantes latinos e à destruição da família tradicional dos Estados Unidos (CAMPOS, 2012, p. 206).

No Brasil, a primeira lei de tóxicos do país data de 14 de julho de 1921 – mais especificamente, Lei nº 4294 – e basicamente limitava o uso de entorpecentes exclusivamente a aplicações médicas (TORCATO, 2014, p. 144). Observando apenas a data da lei, podemos começar a questionar uma ideia de que o Brasil também teria sido uma mera vítima de imposições dos governos estadunidenses. Se o país já lidava com variadas questões

---

<sup>4</sup> Tradução livre.

– nos âmbitos social, científico, político e econômico – sobre as drogas, podemos imaginar que os impulsos e discursos proibicionistas que o levou a criar essa legislação não surgiram apenas diante de uma influência externa. Este nos parece ser mais um exemplo de possível problema histórico a ser pesquisado, uma vez que encontramos poucos trabalhos que levantem essa questão.

### **A “questão das drogas” na história**

Embora o consumo de substâncias psicoativas possa ser identificado entre variadas culturas e há milhares de anos, é apenas a partir do século XX que se pode identificar o aparecimento de uma ideia de “questão das drogas” enquanto problema passível de análise histórica (GOULART; LABATE, 2008, p. 23). Esse processo não se deu de maneira aleatória e não é como se os historiadores estivessem deliberadamente ignorando a existência das drogas até então. Ocorre que a hegemonia científica e médica sobre a área por muitos anos se sobressaiu às demais abordagens sobre o uso de drogas. Foi principalmente a partir da abertura da historiografia aos temas culturais, a diferentes fontes e a novas possibilidades de objeto que outras perspectivas sobre as drogas tomaram corpo, observando as circunstâncias que levaram determinados sujeitos ao local que ocupam nesse debate. Ainda é importante considerar que as ciências médicas não estiveram estagnadas em uma mesma lógica de operação enquanto outras áreas passavam por mudanças, mas suas transformações também são historicizáveis, o que por sua vez constitui parte do campo de estudo da história das ciências.

Não obstante, o recente crescimento desse tema dentro das humanidades trata-se de um objeto que ainda carece de mais trabalhos historiográficos. Ao pesquisar sobre a história das drogas, há inicialmente a impressão de que as fontes primárias seriam o maior obstáculo a ser superado pelos historiadores, considerando-se que tudo o que se sabe sobre o passado das drogas nas culturas das sociedades originais da América provém dos relatos de colonizadores. No continente americano, a maioria das fontes de períodos históricos mais antigos é marcada pela perspectiva estrangeira daqueles que as escreveram, uma vez que

esses documentos foram escritos por missionários que não conseguiam – ou não pretendiam – entender muito bem as diferentes culturas com as quais estavam entrando em contato. Ainda que ofereça desafios, estudos como o das diferenças entre o uso pré-Colonial e Colonial das “drogas” colaboram para entender os problemas sociais criados a partir da revolução psicoativa a que se referia Courtwright (2001).

Surpreende, de certa forma, que o tema das drogas não seja mais explorado pela historiografia. As possibilidades de fontes são vastas – periódicos, teses médicas, decretos oficiais, documentos dos Ministérios das Relações Exteriores ou da Saúde, entre outras – e os possíveis problemas históricos a serem levantados podem aplicar diversos enfoques. Seja com um viés mais político ou mais na área da história da ciência, o fato é que esse é um tema muito rico e cujos recursos estão longe de serem esgotados. Dadas as recentes inquietações a respeito da revisão do proibicionismo ao redor do mundo, com vários países optando pela via da legalização ou da descriminalização das drogas e a crescente ampliação dos debates sobre a eficácia dessas políticas, há a perspectiva de que mais pesquisadores se sintam compelidos a se dedicar à história das drogas.

Nos parece evidente, por fim, que o debate sobre as drogas está incipiente, mas cada vez mais presente no Brasil e no âmbito internacional, com propostas de novas legislações surgindo constantemente e movimentos sociais agindo para pressionar os governos. Nesse sentido, as humanidades têm uma importante responsabilidade de fornecer outras perspectivas de análise que complementem os trabalhos que têm sido desenvolvidos nas áreas das ciências médicas. Em nenhum momento tivemos a intenção de dizer que as ciências médicas devam ser excluídas da discussão, mas entendemos que a histórica hegemonia desses discursos obviamente gerou determinadas consequências na forma como as sociedades enxergam as drogas e, portanto, consideramos que adicionar outras vozes seria a melhor maneira de produzir um conhecimento mais complexo e crítico sobre o tema.



**Referências Bibliográficas:**

ADIALA, J. **Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República.** Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

CAMPOS, I. **Home Grown: Marijuana and the Origins of Mexico's War on Drugs.** North Carolina: The University of North Carolina Press, 2015.

CAMPOS, I; GOOTENBERG, P. **Toward a New Drug History of Latin America: A Research Frontier at the Center of Debates.** *Hispanic American Historical Review*, 95:1. North Carolina: Duke University Press, 2015.

CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX.** *Revista Outubro*. São Paulo: IES, vol. 6, 2002.

CARNEIRO, H. **As plantas sagradas na história da América.** *Revista Varia História*. Minas Gerais, vol. 20, n 32, 2004.

COURTWRIGHT, D. **Forces of Habit.** Cambridge: Harvard University Press, 2001.

EDLER, F. C.: **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil.** *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, 2002.

LABATE, B. [et al.], (orgs.). **Drogas e cultura: Novas perspectivas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, Huener S. **Antitabagismo no Brasil: Da mobilização da comunidade médica à política de saúde pública (1950-1986).** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História. Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: A bandeira, o brasão, o selo, o hino.** 1ª edição. Reimpressão. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

SAAD, L. **O discurso da Medicina na proibição da maconha.** São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

TORCATO, Carlos E. M. **Breve história da proibição das drogas no Brasil: Uma revisão.** *Inter-Legere, Revista do PPGCS/UFRN*. Natal, 2014.

TORCATO, C. E. M. **O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil.** *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.4, n.2, p.117-125, 2013.

## Desmistificando os negócios: os limites e possibilidades da história empresarial

Demystifying the business: the limits and means of the business history

**Marlon Rodrigues Marques**

Mestrando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

marlonrmarques@hotmail.com

**Recebido em:** 20/03/19

**Aprovado em:** 30/05/19

**Resumo:** O artigo ambiciona discutir os limites e possibilidades do campo emergente da história empresarial. Para isso traçamos um pequeno histórico sobre o desenvolvimento da disciplina, sinalizando aspectos que englobaram seu estado de arte. Fundada no contexto de expansão e solidificação da História Econômica durante os anos de 1930, a história empresarial tem sido objeto constante de aprimoramento de suas bases paradigmáticas estabelecidas principalmente nas universidades dos Estados Unidos e França. Neste artigo verifica-se que, apesar dos significativos avanços, a história empresarial ainda precisa ultrapassar os limites formais das empresas avançando sobre a atuação histórica dos empresários e suas firmas nos espaços sociais e políticos.

**Palavras-Chave:** Empresário, História Econômica, História empresarial.

**Abstract:** The article aims to discuss the limits and possibilities of the emerging studies of business history. For this we draw a brief history about the development of this discipline, signaling aspects that encompassed its state of the art. Founded in the context of the expansion and solidification of Economic History during the 1930s, business history has been a constant object of improvement of its paradigmatic foundations established mainly in the universities of the United States and France. This article shows that, despite the significant advances, business history still needs to go beyond the formal boundaries of companies, moving forward on the historical performance of entrepreneurs and their firms in social and political spaces.

**Keywords:** Businessman, Economical History, Business History.

## Introdução

Era o dia 1 de fevereiro de 1962 quando José Batista Leopoldo Figueiredo ex- presidente do Banco do Brasil na gestão Jânio Quadros (ABREU, 2001) reunia-se com cerca de 70 empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo no Clube de Engenharia. Na ocasião anunciou a inauguração e as finalidades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Em seu discurso conclamou os empresários a atualizarem seu conceito de função social da empresa na vida moderna e a participarem intensamente da formulação de saídas democráticas para o país. (IPES,1962, p. 01)

Somente com o passar dos anos outra face do instituto ficou mais evidente. Tratava-se na verdade de uma organização amplamente comprometida em impor por meio de ação antidemocrática a agenda empresarial, multinacional e financeira ao país. Destarte a instituição não demorou a tecer alianças com os grupos conservadores da sociedade civil para protagonizar a campanha de desestabilização do governo Goulart.

Conforme argumenta René Dreifuss, articulados pelo complexo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a elite orgânica foi capaz de promover uma verdadeira “campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista.” (DREIFUSS, 1987, p. 229) Dentre os alvos da pressão política engendrada pelo IPES, se encontrava a Igreja Católica conjuntamente com outras camadas da sociedade, como os sindicatos, movimentos estudantis, classe camponesa, as camadas médias, o Legislativo e as Forças Armadas.

A contribuição do IPES na instauração e consolidação do regime civil-militar brasileiro traz a tona inúmeras reflexões. Uma delas é o papel das empresas e dos empresários nos rumos da história de uma comunidade, povo ou nação. Este tema tem sido nuançado por diversos autores que aos poucos delimitam com maior precisão este campo de estudos. Neste trabalho pretendemos refletir sobre o que é a história empresarial, como ela pode contribuir para alargarmos o conhecimento histórico sobre a atuação de empresas e empresários no mundo social e político.

## **Do início a especialidade: a trilha da história empresarial**

A primeira metade do século XIX com a ascensão e consolidação do capitalismo, os impulsos da Revolução Industrial e os primeiros delineamentos da Economia Política, trouxeram ao centro do debate intelectual as questões em torno da vida e do desenvolvimento econômico. Remonta deste período na Alemanha e na Inglaterra os primeiros estudos que se preocupavam com as “Leis dos Cereais, Lei dos Pobres e a União Aduaneira e particularmente pelo marxismo.” (FILHO, 1989, p. 168)

De acordo com Angela Ganem (2011), na segunda metade deste mesmo século duas perspectivas teóricas opostas sobre a natureza da economia e da origem do valor passaram a coexistir. Por um lado às releituras de Adam Smith se afastavam progressivamente da questão do desenvolvimento e se concentravam cada vez mais nas teorias alocativas do mercado. As releituras neoclássicas enquadravam cada vez mais a ideia da mão invisível *smithiana* como algo passível de ser demonstrado matematicamente. Por outro nascia à teoria de Marx sobre o Valor-Trabalho explicando através da própria estrutura produtiva a origem do excedente e reposicionando a história como elemento central capaz de esclarecer os conflitos sociais, as dinâmicas e contradições e a superação do capitalismo como modo de produção e ordem social.

No século XX estas duas vertentes de pensamento desdobram-se formando campos diametralmente opostos tanto na política como nos projetos sociais (GANEM, 2011). Ao mesmo tempo há um exponencial crescimento teórico que refletia as novas transformações do capitalismo cujos principais sintomas eram as duas grandes guerras, a Revolução Russa, as lutas coloniais e a crise de 1929 (FILHO, 1989).

O aprofundamento teórico pode ser verificado através das muitas correntes de pensamento que emergiam de autores como Keynes, Schumpeter, Sraffa e Kalecki, inaugurando várias escolas de pensamento como os sraffianos, os pós-keynesianos, os institucionalistas, os neoshumpeterianos, os neomarxistas, os regulacionistas franceses, os evolucionários, os estruturalistas cepilianos etc (GANEM, 2011).

Nessa miríade de abordagens teóricas processou-se a consolidação da História Econômica. A variação de perspectivas sobre a própria definição do conceito do que seria a História Econômica consegue nos aludir para o tamanho das contradições, antagonismos e debates no âmbito deste campo de estudos. Por exemplo, David Landes (2005) mais próximo das opiniões de Adam Smith,

definiu a História Econômica, como a história da competição internacional pela riqueza. Já Carlo Cipolla pondera que a História Econômica é “a história dos factos e dos acontecimentos econômicos a nível individual, empresarial, ou coletivo” (CIPOLLA, 1993, p. 13).

Certo é que a consolidação da disciplina pode ser verificada tanto na diversidade de opiniões que congrega, quanto pela institucionalização universitária e editorial. Os primeiros currículos introdutórios apareceram nas universidades europeias e norte-americanas. Lá também houve o início de publicações especializadas como a *The Economic History Review* (1927) e a *Annales d'Historie Economique et Sociale* (1929). A expansão e solidificação do campo da História Econômica motivou a aparição de novas especializações como, por exemplo, a *Business History* (História dos Negócios ou da Empresa) e a *Entrepreneurial History* (História Empresarial) (FILHO, 1989).

De acordo com Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017), a *Business History* pode ser dividida em dois períodos: a gênese e a maturidade. O campo surgiu a partir da *Harvard Business School*. Em 1925, Edwin Gay e Norman Gras expandiram a escola e fundaram a *Business Historical Society*, a associação deu origem a revista *Journal of Economics* em 1928. Um ano antes em 1927, Norman Gras já havia instituído e se tornado responsável pela primeira cadeira de *Business History* na universidade de *Harvard*.

A iniciativa de ambos os professores e o amplo apoio financeiro de parcela do empresariado fizeram surgir várias monografias, muitas delas publicadas na *Casebook in American Business History*, em 1939, e outras tantas arquivadas nas bibliotecas de *Harvard*. Todavia, a parceria entre Edwin Gay e Norma Gras parece ter começado a ruir com os questionamentos apresentados por Arthur Harrison Cole sobre o caráter institucionalista e biográfico das produções até aquele momento.

Por um lado Edwin Gay defendia um diálogo próximo entre a *Business History* e a História Econômica, argumentando que os trabalhos deveriam conectar-se com os aspectos conjunturais e estruturais. Já Gras salientava a necessidade de se compreender a empresa como objeto, nuançando principalmente seus aspectos internos. (GONÇALVES; SAES, 2017) Em 1944 o próprio Arthur Cole juntamente com Fritz Redlich R.W e M.E Hady fundaram o Centro de História Empresarial, influenciados, sobretudo, pelas ideias do funcionalismo de Talcott Parsons e Joseph Schumpeter (LOBO, 1997).

Por sua vez, Talcott Parsons e Joseph Schumpeter haviam sido largamente influenciados pelas ideias de Max Weber que em 1923, ao tematizar a história econômica apresentou três problemas basilares para o campo de estudos:

Seu primeiro problema é o seguinte: como se encontram distribuídas, especializadas e combinadas as prestações econômicas, numa determinada época, no aspecto técnico, econômico e, finalmente, em relação à ordenação da propriedade e em combinação com ela? Depois deste problema, que ao mesmo tempo estabelece o das “classes”, e desenvolve, geralmente a questão da estrutura da sociedade, deve estabelecer-se outros: trata-se do aproveitamento consultivo ou lucrativo das prestações e probabilidades apropriadas? Com isto, se estabelece o terceiro problema, que é o da relação entre a racionalidade e irracionalidade na vida econômica. (...) toda a história econômica é a história do racionalismo triunfante, baseado no cálculo (WEBER, 1923, p. 23-24).

Assim como Weber, tanto Talcott Parsons como Joseph Schumpeter rejeitaram a definição estreita de economia como ciência da escassez, destacando a necessidade de temporalizar as relações econômicas. Ao mesmo tempo, admitiam assim como Marx já havia feito, que as relações econômicas e a racionalidade capitalista afetavam diretamente outras relações da vida humana como, por exemplo, as relações amorosas (LEÃO; CARVALHO, 2008).

De 1948 até seu falecimento em 1950, Schumpeter havia coordenado em *Harvard* o *Research Center in Entrepreneurial History* tendo defendido sempre o protagonismo do empresário no desenvolvimento econômico. O mesmo fez seu sucessor Arthur Cole com a ressalva de ter sido influenciado pelo funcionalismo de Talcott Parson, que anexou o instrumental sociológico e psicológico para avaliar as atitudes dos empresários (GONÇALVES; SAES, 2017).

Mas conforme aferiram os economistas Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017), a *Business History* chegou a sua segunda fase, ou o que nomearam como a maturidade, somente nas últimas décadas do século XX quando Alfred Chandler Jr, rompendo com a teoria de Schumpeter, passou a considerar a estratégia empresarial como ponto fulcral que deveriam perpassar as análises da *Business History*.

Nascia com Chandler a preocupação de estudar a *Business Administration*, isto é, a compreensão dos métodos e estratégias usados pelos administradores e executivos no crescimento da empresa. Avaliava que quanto maior a empresa, maior a necessidade de coordenação, isto é, maior a demanda por uma estrutura hierárquica e descentralizada (...) Portanto, diferentemente da perspectiva de Shumpeter, de que o fator determinante de sobrevivência da firma era a inovação,

com Chandler a estratégia tornou-se o elemento fundamental na determinação das firmas (GONÇALVES; SAES, 2017, p. 9).

Esta inovação fez com que a *Business History* estreitasse crescentemente suas relações com os métodos da pesquisa econômica. O objetivo de Alfred Chandler era tornar a disciplina um campo de estudos autônomo e independente, com questões claras e objetivos específicos como, por exemplo: diagnosticar no contexto histórico norte americano quais os elementos que favoreceram a mudança e a inovação. (CHANDLER, 1998) Em uma segunda fase de seu pensamento, o autor dedicou-se a desenvolver uma teoria geral que explicasse as etapas evolutivas de uma grande empresa industrial. (CHANDLER 1998) Sob a influência de Chandler o campo, que antes era tecido por diversificados pesquisadores de várias formações passou a tender para a leitura da firma por meio dos parâmetros da teoria econômica (GONÇALVES; SAES, 2017).

Isso que Caroline Gonçalves e Alexandre Macchione Saes (2017) chamam de maturidade da *Business History*, parece retomar um debate imperioso sobre as aproximações interdisciplinares entre História e Economia, com o agravante de que comentem os erros de alguns autores da década de 1950-1960. Para eles, assim como para outros autores<sup>1</sup>, parece que quanto mais a história se afasta de suas características advindas das ciências humanas e aplica fórmulas esquemáticas da administração e da economia, mais está apta, imparcial e conclusiva.

Como discute Eulália Lobo, inicialmente a produção da História Empresarial era ou decorrência dos estudos gerais sobre dependência, industrialização, bolsas de valores, ou monográfica, centrada na administração interna da unidade produtiva ou para a exaltação do fundador da empresa. Nos anos 50 a *New History* parece ter colocado o empresário em segundo plano argumentando sobre a própria eficiência do mercado em alocar os recursos (LOBO, 1997).

---

<sup>1</sup> Quando Marczewski (1973) propôs a história quantitativa baseado principalmente no modelo de contas nacionais e contas independentes desejava eliminar o caráter subjetivo da história como fica explícito na citação “Em relação às formas clássicas da história econômica, se tem o direito de esperar da história quantitativa as seguintes vantagens: uma maior objetividade e uma maior sensibilidade para os acontecimentos não espetaculares.” Apesar de tentar ser menos determinista admitindo a influência das consequências políticas e sociais nas mudanças econômicas Whitman Rostow(1961) afirmava que as alterações econômicas podem ter motivações também estritamente econômicas por tal fato propõe cinco etapas de desenvolvimento balizadas em preceitos economicistas: “É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” Segundo Pierre Villar (1965), Chaunu(1960) em “*Dinâmica conjuntural da história serial*” se equivocou justamente ao tentar posicionar a história como ciência meramente auxiliar da economia.

Assim a História torna-se um instrumento auxiliar da economia. Por um lado ela serve para diagnosticar a conjuntura ou o contexto fornecendo instrumentos para o economista verificar as possibilidades políticas, sociais e principalmente de mercado com a finalidade de escolher o melhor investimento. Por outro, ela pode fornecer um panorama da própria empresa e das atitudes empresarias que deram “certo” ou “errado”.

Mas se a História de empresas, como disse José Mendes (1994), pode ser um instrumento estratégico da maior utilidade na avaliação da performance econômica geral, ela também fornece informações sobre as estratégias e táticas dos gestores. É essa série de motivos que fazem com que Almir Pita caracterize a *Business History* na sua versão norte-americana, como uma disciplina essencialmente voltada para o estudo dos homens de negócios preferindo os trabalhos biográficos.

Já a *Entrepreneurial History*, influenciada pelos estudiosos franceses e ingleses, objetivava conhecer o homem de negócios como portador de um papel social, principalmente como administrador e inovador. Nas palavras de Arthur Cole “o administrador deveria ser estudado com o propósito de verificar quais as mudanças por ele introduzidas na administração que tiveram significado para a sociedade.” (COLE, 1945 *apud in* FILHO, 1989. p.170). É nessa perspectiva que o Austro-Húngaro Peter Drucker, um dos pais da administração moderna, afirmaria no final dos anos de 1950, que a função da empresa não se restringe apenas a gerar lucro para o empresário. Para o autor uma empresa responde a demanda social, assenta-se na sociedade e tem um objetivo claro e específico “criar um freguês” (DRUCKER, 1962).

Até aqui, ao que parece pelas releituras que fizemos, a *Business History* e a *Entrepreneurial History* têm tido inflexões entre compreender a empresa e os empresários em sua realidade própria ou compreendê-los no contexto mais amplo, mas também, no segundo caso, privilegiando os aspectos criativos e da inovação do empresário e de suas gestões. Nesse sentido é preciso e possível ultrapassar a análise utilitarista centrada apenas em como os empresários fazem dinheiro e desenvolvem empresas, para uma perspectiva talvez mais interessante para a história sobre a atuação pública e política dos empresários.

Sabe-se, afinal, que principalmente as empresas de grande monta lucrativa não se estabelecem apenas graças a sua genialidade administrativa, mas se tornaram especialistas na



interlocução e planejamento dos organismos de classe responsáveis diretos na defesa de seus interesses frente à sociedade e à administração pública.<sup>2</sup>

Essa vontade acentuada, principalmente dos autores norte-americanos, de desvincular a história das empresas e dos empresários da própria economia política, muitas vezes parece responder a uma crassa tentativa de limpeza ética e moral dos indivíduos empreendedores e suas instituições. Assim o empresário aparece como indutor do desenvolvimento econômico-social, suas empresas sempre como benfeitoras e ilibadas. Não atoa algumas obras e publicações deste campo são encomendadas pelas empresas por ocasião das comemorações de aniversário de 50º, 100º, 150º ou 200º anos de fundação.

Enquanto nos anos 1960, inclusive- por exemplo, no que concerne à história bancária, em Portugal- se solicitava, frequentemente a um funcionário da organização que elaborasse a respectiva história (...) mais próximo da atualidade tem-se ocorrido mais frequentemente a escritores, jornalistas, artistas, publicitários ou profissionais da área de marketing, susceptíveis de dar da empresa uma imagem essencialmente favorável, sem grandes preocupações com o rigor e a metodologia histórica (MENDES, 1994, p. 144).

Esta concepção da história de empresas e empresarial, ora centrada na exaltação da figura do empresário, ora utilizada como ferramenta auxiliar no desenvolvimento da administração, interessa pouco em análises que almejam verificar a atuação empresarial nos espaços públicos e sociais.

Como mencionado em nosso momento introdutório, por exemplo, interessa pensar uma gama de empresários como agentes históricos, que ultrapassam as barreiras da empresa e agem fisiologicamente no espaço social e público. Portanto, é necessário compreender os interstícios da atividade empresarial, ou seja, suas conexões com os organismos de classe, como se filiam aos partidos eleitorais e que quadros produzem para a vida intelectual e política.

### **Uma história empresarial possível: caminhos e possibilidades de um campo de estudos emergente.**

São objeto de interesse da História Econômica as várias técnicas de desenvolvimento, os setores produtivos, a mão-de-obra, além dos espaços de produção internacional, nacional, regional

---

<sup>2</sup> Por exemplo, no texto *A assim chamada acumulação primitiva*, Marx demonstrou claramente o vínculo entre a ascensão do capitalismo e as estratégias de atuação pública e política adotada pelos burgueses na Europa.

e local assim como as empresas. Por esse motivo, o estudo das empresas e dos empresários deságua em questões mais amplas como “a constituição da classe empresarial, de suas forças materiais, de seu papel político-social, assim como de sua ideologia” (FILHO, 1989. p. 171). Portanto, a especialidade da história das empresas e dos empresários deve servir apenas como recurso didático pedagógico como argumenta Bouvier:

[...] na medida em que procura desvendar os mecanismos de funcionamento interno de certas unidades de produção (suas técnicas, administração, mão-de obra, por exemplo) e de sua relação com o meio ambiente, econômico e institucional no qual ela se insere, além da sua própria evolução, a História de Empresas revela o concreto, o palpável, num nível microscópico, desvendando os homens em atividade e os processos produtivos (BOUVIER, 1976 *apud in* FILHO, 1989, p. 171).

Parece que o grande desafio é justamente conectar as empresas e empresários no amplo universo da política e da sociedade. Nesse aspecto, a segunda geração do movimento dos *Annales* fez um pequeno esboço quando articulou a dimensão da vida econômica aos outros aspectos do cotidiano humano como a cultura e a política. Fernand Braudel ao lembrar a taxativa de Lucien Febvre de que “a história é o homem” afirmava ser necessário “ao tentar reconstruir o homem”, aglutinar as realidades que se aparentam e se unem e vivem no mesmo ritmo para não deformar o quebra-cabeça (BRAUDEL, 1992).

Ernest Labrousse ao dedicar-se na compreensão das flutuações econômicas e seus impactos na vida social declarava que “(...) um movimento econômico não tem apenas consequências econômicas. Se encontra ligado a todas as outras atividades humanas e, em certa medida, as determina. O problema consiste, para nós, em buscar esta medida” (LABROUSSE, 1962, p. 365). Exterior ao movimento dos *Annales*, John Kenneth Galbraith ao refletir sobre a história do pensamento econômico também sublinhou a necessidade de ver as ideias econômicas como reflexo do mundo no qual despontam. Nas palavras do próprio autor:

Pretendo ver a economia como um reflexo do mundo no qual as ideias econômicas específicas se desenvolveram- as ideias de Adam Smith no contexto do trauma inicial da Revolução Industrial, as de David Ricardo em seus estágios posteriores mais maduros, as de Karl Marx na era do poderio capitalista desenfreado, as de John Maynard Keynes como uma reação ao implacável ao cataclismo da Grande Depressão (GALBRAITH, 1989, p. 2).

Entretanto a possibilidade de interconexão entre a história de empresas e empresários com as dimensões da vida política e social a nosso ver possui uma oportunidade mais fértil delineadas nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, datados ainda da década de 1930. Ao problematizar o caráter do Estado como “comitê das classes dominantes” o marxista sardo forneceu uma teoria bastante complexa no que se refere à atuação dos sujeitos na sociedade.

Para Gramsci o estado capitalista se desenvolve na interação constante entre a sociedade civil e a sociedade política. Esses dois conceitos, longe de se antagonizarem ou se separarem, estão imbricados formando aquilo que o marxista nomeou como Estado Integral ou Estado Ampliado (MENDONÇA, 2014). Segundo afirma Bianchi (2008), o conceito de sociedade política é apresentado de forma clara nos escritos gramscianos e se refere ao Estado no sentido restrito, ou seja, “o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem pacificamente”.

Já o que se pensa como sociedade civil na obra de Gramsci tem suscitado intensos debates. Segundo Mendonça está noção é menos clara e mais complexa nos Cadernos do Cárcere:

[...] implica no conjunto dos organismos chamados privados, ou “aparelhos privados de hegemonia” no sentido de adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igreja, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos a imprensa. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja de grupos dominantes, seja de grupos dominados. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

No interior dos aparelhos privados funciona o espaço onde indivíduos associados pensam suas pautas, organizam suas vontades coletivas, reivindicações e proposições. É no espaço da sociedade civil e dos aparelhos privados onde as ideias se dilaceram e se esgarçam, é lá a arena da luta de classe.

Nesse confronto dialético a figura do intelectual toma extensa importância. Há de se destacar que os intelectuais a que se refere Gramsci são aqueles formuladores dos pleitos e dotados da prerrogativa de mediar os interesses entre o grupo que representam e o estado. Seguindo o argumento de Duriguetto (2014), em Gramsci os intelectuais exercem suas funções no âmbito da vida social, se responsabilizam pela formação da consciência crítica e da organização das lutas e ações políticas.

Em vias dessas considerações podemos pensar nos empresários como indivíduos intelectuais capazes de representar os interesses de sua empresa, ao mesmo tempo em que agem para produzir e organizar a vontade coletiva. Isto quer dizer que não operam apenas para gerar lucro, mas também interferem na política e na sociedade de forma a ter suas demandas inscritas e acatadas na sociedade civil e no estado restrito.

Segundo Mendonça (2014), Gramsci percebe que a principal tarefa dos aparelhos privados de hegemonia no estado capitalista ocidental, é criar na maior parte da população uma adesão, ou consenso, em torno de projetos de grupos dominantes. Contudo, isso não significa dizer a ausência de conflito, pois os embates são constantes entre os próprios aparelhos privados de hegemonia, que se contrapõem almejando um consenso.

Nico Poulantzas (1980) questionando-se sobre como o estado age em favor de determinado grupo ou associação propõe através da teoria relacional, que as contradições estão inseridas na própria estrutura do estado e elas mesmas fazem parte de sua constituição. As divisões e contradições de classe se expressam no estado por meio de seus vários aparelhos. As frações de classe dominantes são representadas e participam das decisões políticas quando estão diretamente interligadas aos aparelhos do estado. Esses aparelhos como o executivo, o parlamento, o exército e magistratura, os ministérios, os aparelhos regionais e municipais e o aparelho central, os aparelhos ideológicos, retratam as disputas pelo espaço institucional, por isso em várias ocasiões denotam comportamentos conflituosos entre si.

Posto isso, compreender o estado como espaço de condensação material de uma relação de forças significa dizer que sua disposição é um “campo e um processo estratégico” que imbrica o cruzamento de núcleos e redes de poder que ao se interligar apresentam contradições. No centro das estratégias em conflito e mutações no ceio do estado, se desenvolve o que se convencionou como política de estado (POULANTZAS, 1980).

Apresentamos esta reflexão sobre a relação do estado com os grupos sociais mais diversos como proposta de alargamos o campo da história de empresas-empresarial. É claro que saber a história de uma empresa e de seus dirigentes importa para uma avaliação sobre o desempenho econômico, seja no âmbito restrito do empreendimento, ou mesmo no contexto do

desenvolvimento geral. Porém, a mesma história também é utilizada constantemente como instrumento de marketing das instituições empresariais.

A história de empresas pode fazer estudos sobre a *Standard Oil* e de sua herdeira direta a *Exxon*. Pode também exaltar a figura de David Rockefeller e seus feitos econômicos e administrativos que fizeram do conglomerado da família um dos mais importantes do capitalismo contemporâneo. Da mesma forma poderia ser feita a história do nosso personagem citado acima: José Batista Leopoldo Figueiredo, sua administração no Banco Sul-Americano do Brasil, ou sua curta passagem pelo Banco do Brasil e o “sucesso” das resoluções n<sup>o</sup>s 204, 205 e 208 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Mas quando se pensa na relação das empresas e dos empresários há de importar também como estes fazem política, agem socialmente e se comportam perante o estado. Ou não é verdade que, pelo menos o estado brasileiro, tem nos últimos tempos atendido sistematicamente as pautas mais variadas do sistema empresarial, que vão desde incentivos e benefícios fiscais até a nomeação de empresários para postos estratégicos de interesse nacional? (RODRIGUES; RODRIGUES, 2017), (MELIM; WACLAWOVSKY, 2018).

Não preocupar-se com as dimensões para fora do umbigo da unidade produtiva e extra investimentos, pode levar-nos a cair no erro de momentos anteriores da história, onde reproduzíamos as narrativas dos grandes homens e dos grandes feitos tão intensamente contestados pelos historiadores da Nova História cujos cânones são reativados sempre como se lembrassem do bom fazer historiográfico.

Mais do que isso pode fazer de um campo proeminentemente importante um mero coadjuvante das pesquisas econômicas. Ciro Flamarion Cardoso (2002) já precavia neste sentido quando orientava que a história empresarial é um campo de estudos muito interessante para a sociologia e para a ciência política, desde que se pensem os empresários dentro da sociedade “analisando-se, por exemplo, suas atitudes ante tais ou quais problemas” (CARDOSO, 2002, p. 346).

Um dos trabalhos recentes mais profícuos no sentido que entendemos a história de empresas e dos empresários é do historiador Maurício Gonçalves Margalho (2008) sobre as

Indústrias Klabin do Paraná de Celulose. Dirige-se a compreender a empresa através de suas relações sociais que segundo autor é “marcada pelas tensões políticas entre classes”.

Assim sendo Margalho (2008) transpõe os limites da empresa como campo de ação da família Klabin-Lafer observando também aspectos de sua atuação junto ao Estado ao governo e a outros grupos empresariais/patronais. Portanto a análise perpassa as relações econômicas e desagua na atuação política do grupo. Conforme menciona o próprio autor:

Analisaremos os meios pelos quais o grupo buscou se organizar politicamente para representar seus interesses de classe enquanto burgueses industriais. Em quais arenas foram travadas as lutas políticas com outras frações de burguesas, como agiam as classes durante a contenta e sob quais condições os empresários supracitados asseguraram um posição hegemônica que resultou na sua escolha como principal executor na construção do que veio a se tornar as IKPC, assim como da ampliação do seu poder político (MAGALHO, 2008, p. 12-13).

O resultado da análise do autor foi capaz de perceber que a conjuntura de crise da burguesia agromercantil cafeeira após os anos de 1930 fortaleceu um conjunto da burguesia industrial que não tardou a desenvolver seu poder político através da pressão de lideranças orgânicas, dos órgãos de classe e do protagonismo nos aparelhos de Estado. Foi essencialmente a partir deste contexto que o grupo Klabin expandiu seus negócios.

Por isso as ações políticas de Horácio Lafer e Wolff Klabin durante o período entre 1930-1945 visavam ampliar a participação do grupo no complexo institucional sociedade civil/ sociedade política. Assim sendo o mandato de deputado federal por São Paulo de Horácio Lafer relaciona-se diretamente com a tentativa do grupo de apoderar-se cada vez mais das vantagens do poder estatal.

Na conjuntura do golpe do Estado Novo os dois empresários mesmo afastando-se das atividades das estruturas políticas liberais continuaram a participar ativamente das decisões no bloco que tinha tomado o poder. Durante o governo Dutra, Horácio Lafer voltou para sua atividade parlamentar “visando novamente organizar as vontades coletivas das frações de classe ligadas ao grupo Klabin.” (MAGALHO, 2008, p. 207) O auge da condição hegemônica do grupo empresarial veio justamente quando Horácio Lafer foi nomeado para o ministério da Fazenda no segundo governo de Vargas.

Portanto, os anos 1950 representam o período em que a burguesia industrial se tornou, assim classe hegemônica no aparelho do Estado. A *Klabim Irmãos e Cia*, tendo Wolff e Horácio desempenhando o papel de intelectuais orgânicos no

processo de dar dimensão política a vontade coletiva das frações burguesas associadas ao grupo, conseguiu vencer seus rivais no processo de construção-manutenção da hegemonia (MAGALHO, 2008, p. 207).

O trabalho de Margalho (2008) serve como uma das possibilidades de abordar a história de empresas, privilegiando não apenas as ações do empresário enquanto inovador ou administrador, ao mesmo tempo não meramente centrando-se nos aspectos econômicos do grupo Klabin. O autor versa sobre o grupo empresarial como agentes na vida social e política, ávidos pela conquista hegemônica de parcela da sociedade civil- sociedade política.

Outro meio possível é abordar um conjunto de empresas que formam uma organização patronal. Passa a importar não apenas a ação de um grupo econômico ou outro, mas a ação de várias empresas empenhadas a agir diretamente na vida política e social. É o caso do IPES que segundo René Dreifuss (1987) funcionou de 1961 até 1973 como verdadeiro comitê das classes dominantes. A instituição condensava uma gama de financiadores ligados a instituições empresariais e também a outros organismos civis.

No caso do instituto interessa saber como uma gama de empresários unidos agia socialmente. Efetivamente torna-se uma história de empresas e não dá empresa. Poderíamos nomear também como a história dos grupos patronais, mas sem perder de vista a composição deste mesmo grupo. Os grupos patronais atuam como verdadeiros partidos no sentido gramsciano, é lá muitas vezes onde planjam e condensam sua ação enquanto classe.

Mais uma vez remontando o trabalho de Dreifuss (1987) no caso de 1964 essa burguesia associada desenvolveu uma ação planejada e calculada que a levou ao poder através do golpe civil-militar, já que em outras ocasiões as reformas legais não haviam suprido toda demanda da classe burguesa. Portanto, o golpe foi construído através de uma ação ideológica que buscou assentar apoio nas Forças Armadas e na sociedade civil. A suspeita do autor de tomada do Estado por parte da burguesia associada se esclarece quando, depois de apresentar todo cabedal organizativo dos institutos, Dreifuss (1987) apresenta os vários intelectuais orgânicos ligados ao IPES/IBAD que ocuparam pastas diretas no governo civil-militar.

Na avaliação de Demian Bezerra de Melo (2012), o trabalho de Dreiffus não somente apontou para a participação civil no golpe militar, mais do que isso, foi capaz de descrever o caráter de classe desse apoio. Por esse ângulo, é possível evitar generalizações, e estabelecer o nexos sócio

histórico do apoio civil, impedindo que se use o elemento “civil” como característica de um apoio da sociedade brasileira por completo, ao governo antidemocrático.

Seja por meio de pesquisas que observem uma empresa atuando para defender seus interesses, no grupo patronal. Ou por estudos que observem os grupos patronais em ação para a conquista de poder no estado restrito, a história de empresas-empresarial deve destinar-se cada vez mais a desmistificar a atuação de empresários e suas instituições no meio social, político e econômico.

### Conclusão

No século XX com a consolidação do campo da História Econômica surgiram diversas especializações uma delas a história de empresas. A disciplina surge principalmente no meio intelectual Norte-Americano tendo como berço a *Universidade de Harvard*. Em um primeiro momento os estudos centravam-se no caráter institucionalista e biográfico das empresas e dos empresários.

Todavia alguns autores argumentam que o campo de estudos chegou a sua maturidade somente nas últimas décadas do século XX com os trabalhos de Alfred Chandler. O trabalho do autor rompia com a ideia de Shumpeter de que o empresário era o grande protagonista do desenvolvimento econômico e consecutivamente da empresa, e passou a atribuir mais valor aos métodos e estratégias com que se coordenavam as firmas.

Foi a partir de então que a história de empresas estreitou cada vez mais seus laços com os métodos da pesquisa econômica e administrativa, deixando de certa forma na subalternização as contribuições do método historiográfico. Este fato gerou uma história empresarial ora centrada no empresário como figura de inovação, ora centrada na estratégia administrativa da empresa. Neste modelo a história de empresas passa a ser principalmente uma ferramenta de averiguação do desempenho econômico.

Entretanto parece ser crescente a necessidade de compreender os empresários como agentes históricos, ou seja, que ultrapassam as barreiras da empresa e agem fisiologicamente no espaço social e público. O movimento dos *Annales* contribuiu significativamente neste sentido ao interligar a História Econômica com outras dimensões da vida como a cultura e a política.



Apesar disso a nosso ver os caminhos mais bem delineados são os apresentados nos Cadernos do Cárcere de Gramsci escritos ainda em 1930. O marxista sardo forneceu uma teoria capaz de perceber a ação dos sujeitos conectada a duas esferas indissociáveis a sociedade civil e a sociedade política. Suas reflexões fornecem as bases para pensarmos os empresários como agentes da vida econômica, mas também responsáveis pelos rumos da sociedade e da política. Haja vista isso, percebemos a necessidade de uma história social das empresas e dos empresários que nuance principalmente seus interesses e os conflitos de classe que estabelecem.

### Referências Bibliográficas:

- ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: editora FGV; CPDOC, 2001.
- BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. "Para uma economia histórica" [1950]. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os Métodos da História**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002 [1976].
- CHANDLER, A. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CIPOLLA, Carlo M. "Prefácio"; "Uma disciplina chamada história econômica". *In: Introdução ao Estudo da História Econômica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DORIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.
- DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DRUCKER, Peter. **Prática de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FILHO, Almir Pita Freitas. História Econômica e História de Empresas: Algumas Reflexões Metodológicas. **Ensaio FEE**, v. 10, n.1. Porto Alegre, 1968.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GANEM, Ângela. **Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro**. *Análises Econômicas*, v. 59, n.26, 2011.

GONÇALVES, Caroline; SAES, Alexandre Macchione. **Surgimento e desenvolvimento da Business History: da História de Empresas à História de Negócios**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Rio de Janeiro, ago de 2017.

IPES vai planejar a democracia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 01 fev. 1962. Acervo da Biblioteca Nacional Digital Brasil.

LABROUSSE, Ernest. "La crisis de la economía francesa al final del Antiguo Regime y al principio de la Revolución". *In: Flutuaciones Economicas y Historia Social*. Madri: Tecnos, 1962.

LANDES, David S. "Conclusão". *In: Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 [1969].

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História empresarial. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2008.

MELIM, Tatiana; WACLAWOVSKY, Luciana. **Governo nomeará empresários da Shell e Maersk no conselho da Petrobras**. 25 abr 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/governo-nomeara-empresarios-da-shell-e-maersk-no-conselho-da-petrobras-a282>> Acesso em: 25 jul. 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, n. 27. 2º Semestre 2012.

MENDES, José M. Amado. A história econômica e social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias. **Revista portuguesa de história**, v. 29. Coimbra, 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *In: Marx e Marxismo*. Vol. 2, n. 2, jan/jul de 2014.

POULANTZAS, Nicos. "O Estado e as classes dominantes". *In: O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 [1979].

RODRIGUES, Lorena; RODRIGUES, Eduardo. Governo abre mão de R\$ 283 bi em incentivos fiscais no Orçamento de 2018. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-abre-mao-de-r-283-bi-em-incentivos-fiscais-no-orcamento-de-2018,70001998065>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968 [1923].

## O tempo e a arqueologia: uma narrativa científica sobre o passado indígena na Amazônia por meio das coisas arqueológicas ao final do século XIX

Time and Archaeology: a scientific narrative on Indigenous past in the Amazon through archaeological things at the end of the 19<sup>th</sup> century

**Queiton Carmo dos Santos**

Mestrando em Antropologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
tonqueiton@gmail.com

**Recebido em:** 24/03/2019

**Aprovado em:** 29/04/2019

**Resumo:** O artigo aborda a discussão a respeito da definição do tempo “pré-histórico” nos debates que validaram esse conceito na história da arqueologia. Da mesma forma, demonstra como o naturalista e zoólogo Emílio Goeldi (1859-1917), diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, na última década do século XIX, envolveu-se com tal definição conceitual por meio de viagens ao extremo norte do Brasil, na Guyana Brasileira, atualmente chamado Amapá. Busca-se enfatizar e problematizar o desenvolvimento da arqueologia como um campo de estudos científicos, ao defender que naquele momento se projetam ideias de passados materialmente percebidos e noções a respeito das culturas indígenas que habitaram a Amazônia, embasadas no discurso científico oitocentista.

**Palavras-Chave:** Arqueologia, história, Amazônia.

**Abstract:** The article deals with the discussion about the definition of “prehistoric” time in the debates that legitimated this concept in the history of Archaeology. Also, it demonstrates how naturalist and zoologist Emílio Goeldi (1859-1917), director of the Natural History and Ethnography Museum of Pará State (Brazil), during the last decade of the 19<sup>th</sup> century, got involved with such a conceptual definition through expeditions to Brazilian Guiana, today known as Amapá State, in Northern Brazil. I intend to emphasize and discuss the development of Archaeology as a scientific field, by defending that at that moment ideas about materially perceived pasts and notions about Indigenous cultures that inhabited the Amazon were activated based on the scientific discourse of the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Archaeology, History, Amazon.

### Indagações de uma introdução

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira, foco na discussão de temporalidade histórica relacionada ao momento em que a ciência moderna criou definições conceituais para a divisão do tempo. A partir dessas definições estariam a noção de tempo “pré-histórico” e sua relação direta com a arqueologia surgida no início do século XIX. Posteriormente, foco no contexto brasileiro e amazônico desse debate, em que as sociedades indígenas eram investigadas recorrendo a coleta de materiais arqueológicos. Dessa maneira, detalharei uma discussão a respeito de uma narrativa relacionada às publicações oriundas do Boletim Paraense de História Natural e Etnografia, criado pelo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), diretor do Museu homônimo ao Boletim, na segunda metade da década de noventa do século XIX. Neste trabalho, argumento que essa discussão nos leva a entender formulações de outros meios de acesso ao passado e da necessidade de provas materiais do tempo.

“O que pode ser um objeto científico?”, questiona Lorraine Daston (2017, p. 79) a respeito da maneira em que se organizou o saber científico ocidental ao estabilizar e legitimar o que deveriam ser objetos científicos, visto que compreensões de monstros, meteoros e nuvens não adquiriram um aspecto de determinada objetividade científica. Daston argumentou que é o hábito que torna a apreensão do mundo uma ação – por intermédio de como conhecemos (epistemologia) e do que conhecemos (ontologia). Desta forma, gera-se uma percepção do mundo, uma observação, a qual tornará uma razão consciente (Daston, 2017).

Toma-se emprestada a reflexão de Daston para aprofundar o debate a respeito do surgimento da ideia de temporalidade “pré-histórica” e compreender como tal noção ordenou uma percepção de mundo científico fincada na busca por coisas antigas, bem como relacionada ao sentido da arqueologia. É também na emergência do debate histórico, no final dos oitocentos no Brasil, que explicações de ciência foram traçadas por meio de uma estreita visão sobre algumas coisas antigas, arqueológicas.

No debate aprofundado abaixo, as antiguidades eram definidas como vasilhas cerâmicas, necrópoles, urnas funerárias ornamentadas e pintadas de diversos modos, as quais

fundamentalmente deveriam expressar uma estética ainda não conhecida até aquele momento. Possivelmente, elas seriam uma espécie de prova material do tempo, um tempo de “passados pré-históricos” gloriosos.

Tais provas materiais nos levam a problematizar qual é o sentido histórico que Emílio Goeldi, cientista naturalista, elaborou para o passado brasileiro mediante sua visão da arqueologia e dos artefatos retirados das regiões do extremo norte amazônico. Ao analisar sua narrativa, indaga-se qual era seu objetivo em ordenar e atribuir um sentido para coleções arqueológicas formadas a partir de então, bem como a que temporalidade recorre ao investigar, mediante os objetos arqueológicos, o passado indígena na Amazônia brasileira. Busca-se, além de responder a essas questões, ampliar tanto o debate em que esteve envolvido o naturalista, quanto o próprio sentido da arqueologia, naquele momento, para a história nacional brasileira.

### **Historicidades realocadas, a Pré-História**

No decorrer do século XIX, várias disciplinas científicas surgiram e se popularizaram, compartimentando-se em distintas áreas, tais como as biológicas, físicas, geológicas, etnológicas, arqueológicas, dentre outros ramos do saber disciplinar. Tais disciplinarizações alteraram a realidade ao seu redor, o que ficou conhecido, segundo Michel Foucault (1999), como a maneira de classificação das coisas, das palavras e do próprio tempo.

Dentro das disciplinas históricas, definidoras do tempo do homem pré-histórico, a arqueologia do século XIX estava em uma dinâmica de temporalidade imaginada. A priori, alguns cientistas começaram a indagar a existência de vida humana para um passado sem registros escritos e se desdobraram ao tentar entender os objetos materiais supostamente carregados de valor e idade recuada. Inicialmente enfrentaram problemas, tentando entender de que tempo eram os vestígios materiais encontrados em buracos cavados ou achados por acaso, ao vislumbrar uma antiguidade para esses objetos (Trigger, 2004).

Foi mediante de tal vislumbrar e da percepção científica dos vestígios materiais do passado que o tempo cronológico da antiguidade, antes desconhecido, começou a ser ampliado. Dentro do cenário científico do século XIX e, conseqüentemente, do desenvolvimento das teses,

principalmente geológicas, biológicas e arqueológicas sobre o passado, consolidou-se um rearranjo ou uma definição temporal, o que segundo Marília Calazans:

(...) o tempo e a antiguidade humana estão no centro de uma ampla discussão interdisciplinar. Fora do âmbito científico, estes temas também entraram em voga, pois o discurso sobre o passado tornou-se trunfo do poder político, justificativa de hegemonia e dominação. (CALAZANS, 2016, p. 25)

O ideal de ciência formulado naquele momento, com o seu trunfo a respeito do uso do passado, da nomeação de outros lugares e tempos pelo discurso científico, procurou então elaborar ideias sobre outro tempo. Para utilizar o conceito defendido por François Hartog (2013), precisou-se elaborar um próprio regime de historicidade, no entender desses como uma “experiência temporal”, que se desdobraram em tudo querer historicizar no sentido assinalado por Foucault (1999).

Nesse sentido, podemos salientar que a temporalidade firmou sua presença nas disciplinas de história e arqueologia. A última floresceu sob o estatuto, como já brevemente apresentado, das recentes ciências do século XIX, e a primeira, a história, foi vinculada desde as noções iniciais de narrativas gregas, para fincar-se no bojo positivista e metódico do mesmo século como disciplina que pretendia alcançar o status de ciência (Calazans, 2016).

Ao achar objetos de culturas em lugares afastados dos grandes centros urbanos que pudessem acessar um “passado perdido”, os cientistas da arqueologia pretendiam encontrar, por intermédio das coisas, cacos e pedras antigas, soluções para a questão da antiguidade humana nas Américas, em especial para o Brasil. Nesse contexto, paralelamente, organizaram-se algumas definições científicas, durante o século XIX, para entender qual era a profundidade do tempo designado como humano ou que pudesse evidenciar marcas humanas em um passado mais recuado.

Uma dessas definições foi a ideia de “pré-história”, que organizou lugares e engessou posições no passado para determinados homens e mulheres, a partir da comparação e da percepção do eu, em suma eurocentrado. Segundo Marília Calazans (2016), foi o escocês Daniel Wilson (1816-1862) que desenvolveu uma concepção detalhada do conceito de pré-história e defendeu a existência da subdisciplina que levou tal nome. Do mesmo modo, a autora também apresenta a figura do naturalista inglês John Lubbock (1834-1913), contemporâneo ao escocês, visto que

ambos estiveram empenhados tanto na definição desses sentidos arqueológicos, quanto na organização marcadora de uma temporalidade.

Calazans pontuou que a obra de Wilson, publicada em 1862, sobre as origens da civilização no velho e no novo mundo, caracterizou o pré-histórico como o homem feito pelo poder divino, “mas que era primitivamente e materialmente pobre, agindo conforme suas necessidades pela força do instinto pondo-o similarmente próximo da natureza” (Wilson, 1862, *apud* Calazans, 2016, p. 29). Essa definição, para Calazans, “é também aquilo que segregou o ser humano da natureza, a saber, sua capacidade de superar o instinto e ‘desenvolver-se’” (2016, p. 55).

Já o naturalista inglês John Lubbock, segundo a autora, também propôs campos de formulações para essas experiências teóricas, destacando a diferenciação entre etnografia e arqueologia, em que o mesmo defendia o estado contemporâneo dos ditos pré-históricos (Calazans, 2016). O que nos leva a pensar o fazer da arqueologia como algo novo perante as chamadas ciências históricas, para que pudessem atestar os problemas relegados tanto ao passado como principalmente para aquele presente na metade do século XIX.

O fruto de tal percepção ocasionou comparações diretas entre populações não europeias do mundo inteiro, com ênfase para as americanas contemporâneas e as populações europeias dos próprios cientistas, gerando um estatuto de selvageria aos grupos não europeus. Nesse panorama, explicaram-se e criaram-se dois selvagens: os do passado pré-histórico e os do presente, os quais poderiam ser enxergados e catalogados pelos olhos dos cientistas.

Se concordarmos com esses pressupostos, logo teremos também de entender que, segundo Calazans, a arqueologia passou a configurar essa nova visão dos tempos, pois isso representou uma divisão entre o tempo do humano e o da natureza, os quais foram levantados e postos em dúvidas pelas pesquisas daquele período. Tal disputa exigiu uma distinta ilustração do passado, o que incitou as ciências paleontológicas, biológicas, geológicas e arqueológicas a reformularem a narrativa histórica tanto dos ocidentais quanto do “outro”, além de “reafirmarem a falácia da superioridade europeia” (Calazans, 2016, p. 59).

Desse modo, acompanhamos até aqui uma trajetória científica que, a contar das formulações conceituais do dito “homem pré-histórico”, verificou que esse ente só poderia existir

em contraste com o outro conceito, o de civilizado. Segundo tal discurso científico, o civilizado era o contrário do selvagem pré-histórico – ele era materialmente rico, social e culturalmente organizado. Essas noções foram amplamente aprofundadas pelos estudos de Bruce Trigger (2004) a respeito do surgimento da arqueologia na Europa e na América do Norte.

Por certo, as violências postas com esse pensamento para as sociedades não ocidentais legitimaram a existência do discurso científico da selvageria. Tais sociedades foram relegadas a um lugar na história, ou melhor, a um lugar antes ou mesmo fora da história, de acordo com as percepções formuladas a partir do século XIX. Nesse sentido, foi na compreensão dessa época que expedições científicas se intensificaram em várias partes do Brasil e na Amazônia, ao ocasionar um conhecimento disciplinar sobre diferentes partes e sociedades no mundo. Tal conhecimento dissipado ainda não experienciado foi postulado com a necessidade de classificar o passado.

### **A necessidade de prova material do passado: as coisas velhas como objetos de ciência**

Na última década do século XIX, o estabelecimento de pesquisadores estrangeiros em diversas regiões do Brasil, em especial na Amazônia, tornou-se recorrente. Entre esses estrangeiros esteve o naturalista suíço Emílio Goeldi (1859-1917), o qual já morava no Rio de Janeiro e tinha trabalhado no Museu Nacional<sup>1</sup>. Ele foi responsável pela transformação e redimensionamento urbanístico do antigo Museu Paraense, que em sua direção passou a se chamar Museu Paraense de História Natural e Etnografia.

Além disso, Goeldi criou salas específicas para cada coleção do Museu e um jardim botânico, bem como instalou fontes d'água. Do mesmo modo, aumentou-o fisicamente, comprando os terrenos que se avizinhavam em uma área que ainda não pertencia ao circuito totalmente urbano da Belém do final do século XIX. Em sua tese, Nelson Sanjad (2005) demonstrou detalhadamente esse procedimento:

“A “estética” era, para Goeldi, uma questão relevante. Por esse motivo, logo após a aquisição dos terrenos o diretor promovia a transformação do espaço, ou

---

<sup>1</sup> No Museu Nacional do Rio de Janeiro, Goeldi se envolveu com alguns debates que o fizeram sair de lá. O então museu era dirigido por Ladislau Neto, que também tinha interesse e escreveu sobre arqueologia naquele momento. (ver: Sanjad, 2005).



melhor, sua europeização (...). Dessa maneira nasceram o jardim zoológico e o horto botânico, cujo traçado, elementos arquitetônicos, viveiros e recantos remetiam diretamente a paisagens e monumentos europeus (...). Ali, apenas plantas e animais eram amazônicos; o restante, Europa transplantada (SANJAD, 2005, p. 172).

Organizou-se, assim, um espaço não somente laboral, para realizar os trabalhos de classificação e seleção conforme as leis das ciências naturais. Dessa forma, tornou-se possível obter os mais diversos objetos a serem estudados e expostos mediante a montagem de coleções arqueológicas. Nessa perspectiva, a face da ciência como alavanca para o progresso tornou-se também evidente, afinal, deveria existir em toda grande cidade moderna um Louvre ou um British Museum.

Ademais, segundo Goeldi (1896), um museu deveria, enquanto instituição, dar frutos à árvore modernizadora ocidental ao fim do século XIX, bem como demonstrar os anseios e quereres do povo elitizado que tendia a se aproximar das concepções europeias de mundo. Por conseguinte, aqueles que se aventurassem pelos campos da ciência e desenvolvessem uma forma de arqueologia deveriam, naquele momento, se dedicar às montagens e descrições de coleções (Sanjad, 2009). Ao pretender reunir e ordenar uma narrativa de um tempo passado para essas coisas antigas, Goeldi trabalhou com uma importante diversidade de coleções, as quais vieram das mais diferentes regiões da Amazônia e que eram explicitamente indígenas.

Essas coisas deveriam não deveriam “falar” por si, mesmo que possuíssem uma estética única, o naturalista deveria demonstrar como elas poderiam “falar”, ao arranjar um modo de explicá-las conforme suas próprias noções. Ou seja, os materiais arqueológicos recolhidos das margens de rios amazônicos carregariam uma especificidade própria, mas as narrativas criadas por Goeldi em torno delas, bem como o poder de vinculá-las a um procedimento de verdade, postulado para a ciência eram os objetivos do trabalho a ser concebido.

Como nos apontou Foucault (1999), a fragmentação do conhecimento, o papel da ciência e a forma de como entender a realidade no século XIX causaram um impacto na própria ideia de tempo humano. O autor – em seu projeto crítico – ao compreender os aspectos mais diversos da conhecida modernidade europeia, disse que:

[...] Haveria, pois a um nível muito profundo, uma historicidade do homem que seria, por si mesma, sua própria história, mas também a dispersão radical que

funda todas as outras. É justamente essa erosão primeira que o século XIX buscou na sua preocupação de tudo historicizar, de escrever, a propósito de cada coisa [...] (FOUCAULT, 1999, p. 512).

A preocupação em tornar tudo objeto da história naquele momento, como defendeu Foucault, esteve diretamente ligada às noções de tempo histórico. Nesses cenários, a ideia de passado foi articulada ou rearticulada com dizeres da concepção científica, bem como houve a consolidação da ideia de humanidade ao agir em conformidade com um determinado tempo. Além disso, a elaboração e percepção de provas materiais do passado emergiram no discurso científico.

Salienta-se ainda que durante o século XIX os cientistas tentavam desvendar um tempo profundo, como postulou Helena Molo (2013). A perspectiva desses estudiosos era definir as origens humanas em cada parte do globo e formulá-las de preferência em correspondência com leis gerais. Assim, eles orbitaram primordialmente os espaços de museus públicos, nos quais tentaram disseminar seus trabalhos. No fim dos oitocentos, após terem uma longa história de viagens realizadas no Brasil, já se constituía uma memória e uma experiência revertidas em relatos científicos (Kury, 2001).

A partir disso, o discurso da ciência apresentou-se como um mediador ao traçar um longo caminho entre circulação de ideias, espaços e a descrição de uma prática arqueológica oitocentista em um Brasil recém-tornado republicano. Na república, como defendeu Sanjad (2005; 2009), a coleta material fundamentava-se em elaborar uma narrativa alinhada com definições de fronteiras e espaços entendidos como brasileiros. Aliás, a própria arqueologia nacional demonstrou sua função, podendo ser considerada distinta da arqueologia imperial, a qual alguns anos antes tinha sido considerada nobiliárquica (Ferreira, 2003; 2010).

Vale lembrar que as pesquisas arqueológicas de coleta na região norte do Brasil, sul do Amapá, já tinham sido desenvolvidas anteriormente por outro estudioso, conhecido como Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), fundador do Museu Paraense. Pois, foi Ferreira Penna um dos primeiros a produzir obras que vislumbraram o potencial da arqueologia na Amazônia durante a segunda metade do século XIX e se relacionar com outras pessoas que se dedicaram à temática no Brasil.

Posteriormente, a ampliação do conhecimento científico pode ser visualizada sobre a Amazônia e suas coisas, naquele momento, ao irem se elaborando publicações em outras línguas durante a direção do Museu por Emilio Goeldi. O que ficou demonstrado, ao final daquele século, como uma efetivação das chamadas redes de contato entre os cientistas em vários lugares do mundo (Lopes, 2000; Ferreira, 2010). Nesse sentido, foi disseminado o que estava sendo produzido e investigado na Amazônia durante a última década do século XIX, mediante a criação de um boletim científico, bem com da organização do Museu e da ampliação das coleções arqueológicas.

Em tal desenrolar, ocorreram várias viagens e coletas arqueológicas feitas pela equipe do antigo Museu Paraense. Tais ações foram empreendidas por Emilio Goeldi na então Guyana Brasileira, atual estado do Amapá, entre os anos de 1895 e 1896. Dentre essas expedições arqueológicas na região, destaca-se a busca por várias urnas funerárias com indícios pré e pós-coloniais, as quais hoje compõem o acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Assim, os materiais arqueológicos podiam ser discutidos com um olhar daquele presente para o passado indígena na apresentação do mundo material.

### **Apresentação de um Mundo Material**

A narrativa do passado por meio das coisas arqueológicas foi explicitada em 7 de dezembro de 1896, quando o naturalista e zoólogo diretor do então Museu Paraense de História Natural e Etnografia apresentou para o público, em Belém do Pará, os resultados preliminares das expedições ocorridas. A partir delas, Goeldi elaborou uma conferência sobre os ditos conhecimentos etnográficos e arqueológicos, tendo como possível plano debater sobre os indígenas que habitavam aquele espaço-tempo, os quais lançavam uma série de dúvidas a respeito do passado amazônico. Similarmente, o estatuto de valor das peças pode ser percebido por Goeldi como “documentos valiosos, aptos a projetar viva luz sobre a questão dos índios da foz do Amazonas” (GOELDI, 1898, p. 409-410). Desse modo, ele apresentou e deu importância ao seu levantamento de objetos arqueológicos advindos do Amapá, bem como a respeito dessa região.

O naturalista centralizou sua retórica nos arredores de uma ciência moderna para uma descrição de materiais arqueológicos, não estando, portanto, preocupado em questionar o porquê das próprias descrições que seguiu. Pois, os objetos materiais existiriam simplesmente com a única

pretensão de afirmar suas ideias. Assim, a formação das “grandes coleções” de materiais arqueológicos adquiridos por Goeldi o impulsionou para um lugar que legitimava a presença de escritos científicos sobre os objetos antigos, os quais iam ganhando cada vez mais um uso de valor, até aquele momento desconhecido.

Do mesmo modo, ele apresentou a ideia de que o passado pode ser acessado de modo direto e eficaz mediante da simples reunião de objetos. Assim, estes poderiam ser colocados em salões de exposições, como foi realizado nessa conferência, ao reunir materiais da região de Maracá e Cunany (Calçoene), bem como objetos adquiridos em outras regiões amazônicas como os de Oriximiná, Rio Trombetas e os famosos necrotérios da Ilha de Marajó (Goeldi, 1898).

Ilustrando com a afirmação seguinte a visão colonial fundamentando o discurso científico do século XIX, Goeldi declarou ao decorrer de sua conferência que o passado na Amazônia seria como uma Índia, que ao encontrar a luz representada pela ciência, naquele momento, poderia sair da escuridão que a mantivera (Goeldi, 1898). Segundo o naturalista, a ciência, então representada pela herança do movimento Iluminista, deveria guiar as percepções e as concepções de um mundo novo. De tal modo, foi marcado pelos desígnios dos próprios “homens de ciência” que seguiam um discurso acentuado de transformação da realidade em interpretações daquele momento.

Ao visualizar por intermédio de suas questões universais a predominância de artefatos arqueológicos esteticamente diferenciados, que ainda não haviam sido descritos e dissecados profundamente, a exemplo dos explorados na região do Amapá, Goeldi discursou que:

[...] as coleções do Cunany e do Maracá as mais belas e completas que existem. São salteadas ainda as localidades citadas, porém fazem parte de uma rede de linhas bem fácil de adivinhar e diremos que temos o serviço arqueológico metodicamente organizado, já iniciado em bom número de outros pontos intermediários. Vai-se formando destarte um arquivo escrito em barro, tanto mais precioso quanto constituirá o único meio seguro, que nos sobrou, para reconstruirmos a verdade histórica sobre as gerações que aqui viviam em tempos passados (GOELDI, 1898, p. 410).

Essa perseguição pela verdade histórica metódica demonstrou não somente a busca por um passado direcionado que detinha apenas uma função. Mas também em lidar com a falta de testemunhos escritos em papel, ao considerar pedras e vasos como portadores de uma história a ser narrada. Visto que essas “recentes” provas materiais do passado funcionariam como um arquivo

que antes vinha sendo subestimado, Goeldi estava ciente dessa pretensão de acesso ao passado por, entre e em meio ao material arqueológico.

Esse “passado ou história” pode ser percebido pela noção de tempo histórico, amplamente debatido por Reinhart Koselleck (2006) ao buscar entender mediante o momento pelo qual o mundo ocidental europeu formulou a definição do próprio conceito de tempo histórico, em que esse “(...) está associado à ação social e política, a homens concretos que agem, e sofrem as consequências de ações, as suas instituições e organizações (...)” (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Koselleck discute a mudança de percepção da passagem do tempo, bem como nos demonstra quando se começa a ter uma noção sobre a história, distinta do tempo da natureza. Ele defende que o conceito de história se consolidou entre meados do século XVIII e meados do século XIX e que foi ativado por uma experiência moderna do tempo e da aceitação desse mesmo conceito, o que para ele pode ser percebida como a divisão do passado/futuro, alicerçado pelo espaço de experiência e horizonte de expectativa (Koselleck, 2006).

Entender tais relações temporais torna-se fundamental para compreender a maneira como outras disciplinas se relacionaram com o tempo cronológico (ou não). Nesse caso específico, é necessário pensar na arqueologia e em seu surgimento dentro dessas projeções temporais, principalmente desde o século XIX na Europa e nas Américas, pensando-a como parte oriunda de um conceito moderno de história, como elaborado acima.

É preciso ressaltar que a questão do tempo e das relações temporais ainda é motivo de debate na disciplina arqueológica, apesar de ter se transformado radicalmente desde o século XIX. Como destacou Eduardo Neves (1999; 2006), o passado indígena de cunho arqueológico, na Amazônia, deve ser compreendido em uma longa duração. Da mesma forma, em termos atuais podemos entender tal longa duração em níveis tanto de rupturas como de continuidades, como demonstrou Juliana Machado em suas pesquisas (2009; 2014).

Entende-se assim que a discussão levantada pelo Goeldi se aproximaria mais do debate proposto por Koselleck do que dos questionamentos contemporâneos da arqueologia. Pois é por intermédio da fundamentação e divisão temporal que houve uma legitimação de teses a respeito da

explicação para materiais antigos – objetos de histórias – os quais ganharam uma conotação científicista.

De tal modo, Goeldi (1900b) contou uma narrativa apoiada no desenvolvimento da linguística daquela época, nos mapas e relatos escritos sobre o período de chegada dos europeus à região da foz amazônica. Designou suas abordagens às noções do “saber positivo”, ou seja, dos seus meios racionais empregados pela ciência daquele tempo. Bem como as “pérolas”<sup>2</sup>, contas de vidro, encontradas em peças da região de Maracá, citadas por Goeldi, resolveram o problema da “pré-história” brasileira, que ele admitiu ser muito recente comparada ao Velho Mundo.

Com efeito, tal debate fez Goeldi admitir em uma nota de rodapé de sua memória que “A nossa «pré-história» sul-americana é outra coisa diversa, da do Velho Mundo, em relação à Amazônia ela é essencialmente pós-colombiana” (GOELDI, 1900b, p. 32). A história brasileira, para ele, só poderia então ser percebida a partir de 1500, havendo provado por intermédio dessas buscas materiais.

Na perspectiva de Lilia Schwarcz (1993) sobre Emílio Goeldi e no que diz respeito à Amazônia em *O Espetáculo das Raças*, durante o século XIX a região era uma “Espécie de paraíso dos naturalistas (...)” (1993, p. 109). Segundo a autora, Goeldi quis fazer do Museu Paraense uma cópia das instituições europeias, considerando-o, naquele momento, um evolucionista convicto (Schwarcz, 1993). Logo, a própria visão de Goeldi para o passado era “evolucionista”, o que nos demonstra uma esfera conturbada da relação da própria ciência natural em entender aspectos do social e cultural.

Ademais, segundo Cristiana Barreto (1999-2000), é preciso entender os escritos a respeito da pesquisa arqueológica no Brasil, os quais conotaram a origem do homem americano na Amazônia bem como devem ser compreendidos perante um ideal de construção do passado. Portanto, faz-se necessário entender as noções carregadas por esses cientistas, as quais devem ser problematizadas enquanto estrangeiras (Barreto, 1999-2000).

---

<sup>2</sup>Tais miçangas de vidro, produto de origem europeia, de forma correta representavam a existência de grupos indígenas fazedores daquela cerâmica durante o início colonização. Entretanto, tais vestígios não simplificam a cronologia dada por Goeldi como unicamente pós-colombiana para todo o conjunto de peças Maracás, e consequentemente para os grupos indígenas que as fizeram. Este debate ainda está em aberto para a arqueologia e história amazônica na atualidade.

Nessa perspectiva, o olhar de fora, exterior de Goeldi orientou-se, como podemos observar nas escolhas do material, em um status de beleza e estética validado naquele início do século XX. Dessa maneira, a possibilidade de entender esse movimento realizado pelo naturalista junto aos materiais arqueológicos, desdobrou-se na função de sua narrativa temporalizada, bem como, na sua concepção sobre o passado indígena amazônico, ao recorrer a outros meios de acesso ao passado e da necessidade de provas materiais do tempo.

As pesquisas de Goeldi repercutiram pelo início do século XX, ao contribuírem para um futuro quadro de localização dos materiais arqueológicos. Entretanto, elas podem dizer bem mais do que a mera geografia de um espaço com tais materiais. Tais noções vão além de nos lançarem para um passado, elas nos encaminham para um futuro em aberto, prescrito pelo discurso científico.

Dentro da longevidade, antiguidade, ou idade pré-colonial, as histórias indígenas esboçadas a partir dos objetos nos desafiam a encarar o conhecimento sobre os mais distintos modos de interpretação. A visualização do material arqueológico atribuiu lugares aos indígenas e seus passados, bem como conjecturou modos de percepção científica que levaram a cabo o “exotismo” encontrado naqueles objetos. Ademais, Goeldi sinalizou a maneira de expressar humanos em vasilhas cerâmicas como um saber “ingênuo e artístico”, ao tentar formular um passado reverberado no barro, um tempo material, disse:

[...] que podemos considerar como o resultado direto de tentativas repetidas e acumuladas durante muitas gerações, para chegar a uma expressão resumida dos feitos característicos e essenciais da imagem humana. O arquivo legado no barro é um importante documento d’esta tendência comprovada por ensaios sem conta e inesgotáveis modalidades (GOELDI, 1900i, p.19).

Desse modo, o naturalista demonstrou suas expectativas para com aqueles vestígios e suas ordenações no entender do passado ameríndio, dando-lhes o atributo de arquivos de barro, funcionaram para ele como documentos sobre outra realidade, outras pessoas e outros lugares. Nesse sentido, o tempo se mostrava menos nebuloso, mais objetivo e positivado pela moderna ciência, ao poder ser demonstrado e lido ali no meio de suas pranchas e desenhos escolhidos esteticamente para isso. Assim, a ocorrência de um passado narrado e demonstrado por meio de objetos arqueológicos esteve dentro dessa preocupação.

Nessa perspectiva, como demonstrou Koselleck (2006), o tempo histórico projeta para as pessoas que o operacionalizam razões de existência e condições de possibilidades. Para a arqueologia e história nos oitocentos ocorreu então uma experiência de narrativa sobre um passado materialmente percebido. Dessa maneira, tal narrativa relacionou conhecimentos próprios das ciências naturais com os vestígios arqueológicos e discursivamente carregou consigo tempo e matéria. Para, além disso, essa experiência nos demonstrou atualmente, através de coleções indígenas, coisas arqueológicas, a existência de um modelo temporal violento pelo qual somos direcionados a pensar histórias e passados que não são os nossos.

### **(Des) organizar o tempo das coisas, considerações finais:**

Buscou-se, neste artigo, problematizar e aproximar as relações entre o material, coleções arqueológicas indígenas pré-coloniais com um ideal de passado a ser criado. Analisei como os estudos sobre a maneira da organização do tempo a respeito da ideia de pré-história, esteve a ordenar uma divisão temporal, bem como influenciou noções a respeito das coleções em um museu de ciência natural ao final do século XIX na Amazônia. Dessa forma, procurei entender como as coisas arqueológicas estiveram amplamente envolvidas para criar uma narrativa sobre o passado no discurso científico de Emílio Goeldi, ao serem tensionadas para se desvendar um passado a respeito das sociedades indígenas que habitaram o território brasileiro.

O modelo de história do Brasil foi visto por Emílio Goeldi como muito curto, se comparado com o “velho mundo”, visto que ele quis comprovar em suas pesquisas que a pré-história brasileira não teria deixado grandes monumentos ou formas mais extravagantes de burlar a natureza (Goeldi, 1898). Para ele, nossa história então foi escrita apenas nos últimos quatro palmos de séculos (Goeldi, 1900b), o que representa um conflito entre os métodos que o naturalista entendia ao acessar o passado mediante aos materiais arqueológicos, como demonstrado, e sua interpretação ao elaborar uma narrativa sobre esses passados materiais.

Os debates do final desse período demonstravam a conexão de escritos científicos e as mudanças da ciência beirando o início de um novo momento, tanto para a invenção do tempo dos “homens pré-históricos”, cada vez mais distantes de uma cronologia recente, quanto para os lugares de debates e de produção do saber apoiados entre as demais disciplinas. No caso amazônico, os



materiais arqueológicos serviram para explicar um mundo e criar um passado para os objetos indígenas pré-coloniais. Assim, o discurso da ciência apresentou-se como um mediador ao tecer essa longa estrada entre circulação de ideias, espaços e a descrição de uma prática arqueológica oitocentista no Brasil republicano.

Como levantado na introdução deste texto, os problemas gerados pela definição de um objeto<sup>3</sup> de ciência provocam outra percepção do mundo (Daston, 2017). E quando tais objetos oferecem respostas ou suposições em certo momento histórico, o desconhecido se torna conhecido e alvo de cientificidade. Isso ocorreu tanto com o tempo “pré-histórico”, quanto com os artefatos arqueológicos coletados na Amazônia ao (des)ordenar seus tempos.

## Referências Bibliográficas:

### Fontes

GOELDI, Emílio. Excavações arqueológicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guayana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1ª Parte: As cavernas funerárias artificiais de Índios hoje extintos no Rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica. **Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900b**. 43 p. il. (Memórias do Museu Goeldi, I).

GOELDI, Emílio. O estado actual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente (Conferência Pública realizada no Museu Paraense em 7 de dezembro de 1896). **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, v. 2, n. 4, p. 397-417, 1898.

GUEDES, Aureliano Pinto de Lima. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Guiana Brasileira), realizada pelo Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, v. 2, p. 42-63, 1897.

### Bibliografia

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial. Uma brevehistória da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, 44, 32-50. 1999-2000. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>> acesso em: 02/04/2018

CALAZANS, Marília Oliveira. **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, SP., 2016.

---

<sup>3</sup> O sentido de objeto utilizado aqui não está vinculado aos materiais, mas a própria noção de objeto científico empregado por ideias de ciência que definem quem é sujeito e objeto de uma investigação.

- DASTON, Lorraine. **Historicidade e Objetividade**. São Paulo, LiberArs, 2017. FERREIRA, Lúcio. História petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, Ano 17, nº 18, dez 12-40. 2003.
- FERREIRA, Lúcio. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan.- abr. 2009 < Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/pdf/bmpegch/v4n1/v4n1a07.pdf> > acesso em: 11/01/2017.
- FERREIRA, Lúcio. Território Primitivo: **A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 75-128. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf> > acesso em: 03/03/2017.
- LOPES, Maria Margaret. Cooperação científica na América Latina no final do Século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. **Interciencia**, vol. 25, núm. 5, agosto, 2000, pp. 228-233 Asociación Interciencia Caracas, Venezuela.
- MACHADO, Juliana. Arqueologia e História nas construções de continuidade na Arqueologia Amazônica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2009.
- MACHADO, Juliana. Amazônia., ILHA CAVIANA: SOBRE AS SUAS PAISAGENS, TEMPOS E TRANSFORMAÇÕES. Belém, Rev. **Antropologia**. v. 6 (2): 283-313, 2014.
- NEVES, Eduardo. O velho e o novo na Arqueologia amazônica. **Revista USP**. 44: 86-111, 1999-2000.
- NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. - Rio de Janeiro: 2005.
- SANJAD, Nelson Rodrigues; SILVA, João Batista Poça da. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n.2, p. 95-134, 2009.
- SHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysses Editora, 2004.



## A história como “*logos* do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica

History as the “*logos* of the other”: Michel de Certeau and the historiographical operation

**Robson Freitas de Miranda Junior**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
rfm.juninho@gmail.com

**Recebido em:** 31/03/19

**Aprovado em:** 17/05/19

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de “heterologia”, central para a compreensão da obra do historiador francês Michel de Certeau, para quem a historiografia seria uma espécie de discurso sobre o “outro”. A escrita da história, ao articular um lugar social à construção de um discurso narrativo por meio de práticas e técnicas específicas, seria, assim, uma forma de lidar com a alteridade, de um “outro” que se perdeu, de um ausente que, para Certeau, é o objeto da história. Nesse sentido, procuramos discutir como esse autor concebe as articulações entre o lugar social e o discurso histórico, uma vez que, para ele, essas relações seriam fundamentais não apenas para compreender o que o historiador faz ao “fazer história”, mas também o próprio estatuto epistemológico do discurso historiográfico.

**Palavras-Chave:** Michel de Certeau, Operação Historiográfica, Alteridade.

**Abstract:** The present article aims to discuss the concept of “heterology”, crucial to the understanding of the work of the french historian Michel de Certeau, to whom historiography is a discourse about the “other”. The writing of history, by articulating a social place to the creation of a narrative discourse through specific practices and techniques, becomes a way of dealing with the alterity of an “other” which is lost, of an absent one that, according to Certeau, is the object of history. Therefore, we seek to investigate how Certeau understands the articulations between the social place and the historical discourse, once they are essential not only to comprehend what historians do when they “make history”, but also the epistemological status of historiography itself.

**Keywords:** Michel de Certeau, Historiographical Operation, Alterity.

## Introdução

Michel de Certeau (1925-1986) foi um pensador incansável cujo percurso intelectual foi marcado por uma prática interdisciplinar. Contudo, sua passagem pelos caminhos da história, teologia, psicanálise, antropologia, entre outros, não pode ser limitado a meros “empréstimos conceituais” sem sistematicidade teórica ou por uma aglutinação dos campos do saber, uma supressão de suas fronteiras. O exercício de seu ofício como historiador se construiu a partir do diálogo com esses saberes, que lhe colocavam questões e contribuições incontornáveis e o auxiliavam na compreensão de seus próprios objetos de estudo.

Como ressalta Virgínia Buarque, foi por essa ousadia “crítica e criativa” no entrecruzamento de questões e registros vindos de diversas áreas, sem que deixasse jamais de reconhecer-se como historiador, que Certeau tornou-se alvo não somente de uma indiferença, “mas também das suspeitas quanto à legitimidade de sua reflexão, provindas tanto da academia francesa quanto do instituto religioso ao qual pertencia” (BUARQUE, 2007, p. 232). Diante de tal isolamento, delineou-se, por exemplo, em biografias póstumas a imagem de um intelectual infatigável que suportou os golpes a ele deferidos e continuou em seu percurso – ele foi um “caminhante ferido” (DOSSE, 2003).

Esses “desgastes” intelectuais e reflexivos de Certeau mostram-se, na perspectiva de Buarque, indissociáveis de seu entendimento acerca da condição humana e da própria história, “continuamente ressignificados por ele a partir de seus limites intrínsecos, ou seja, da impossibilidade (salutar) de uma absolutização da cultura e do poder em sistemas ‘universais’” (BUARQUE, 2007, p. 232). A autora ainda destaca que foi o reconhecimento do limite como premissa fundamental da realidade histórica que teria conduzido o historiador francês a considerar a “experiência vivida” como uma *práxis* relacional e o conhecimento científico, constituído a partir dela, como um diálogo com a alteridade.

Dessa forma, a historiografia se constituiria como uma *heterologia*, isto é, um *logos* do outro (da alteridade). Ela se apresenta como um saber que, “portando um olhar etnográfico”, se lança na temporalidade e se volta “para o que destoa dos modelos estabelecidos, àquilo que se esgarça através dos quadros institucionais, sem necessariamente rompê-los” (BUARQUE, 2007, p. 233).

Certeau não se via como um “teórico” da história, se entendermos esse termo como um empreendimento reflexivo “abstrato”, ou seja, desconectado da *práxis* historiadora. Era crítico de uma historiografia “desencarnada”, do discurso que não coloca em questão suas condições de produção, que não se questiona e problematiza radicalmente (CERTEAU, 2011). Certeau “pensava” sobre a história na medida em que a *fazja*, pois para ele a história não era somente um *dizer*, era sempre um *fazer*, uma *fabricação*.

Antes de entrarmos na discussão certeuniana que concebe a historiografia como uma fabricação, devemos nos deter brevemente sobre o conceito de discurso, que será mobilizado recorrentemente em nosso texto. O reconhecimento da dualidade que constitui a linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua. Como destaca Helena Brandão, diversos estudiosos “passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância é o discurso” (BRANDÃO, 2012, p. 11).

É nesse sentido que podemos situar as investidas de Certeau sobre a questão do discurso, mais especificamente, do discurso historiográfico. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento: “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, [...]. Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, não podendo ser estudada fora da sociedade” (BRANDÃO, 2012, p. 11). Tendo delimitado, ainda que brevemente, aspectos da noção de discurso que mobilizamos em nosso trabalho, podemos avançar para as discussões sobre o discurso historiográfico a partir da obra de Michel de Certeau.

### **A história como fabricação**

O que *fabrica* o historiador quando *faz* história? Para quem trabalha? O que produz? É com essas questões que Certeau (2011) inicia sua discussão sobre aquilo que designou como “operação

historiográfica”, em “*A escrita da história*”<sup>1</sup>. Os questionamentos propostos por ele recaem sobre uma matéria ainda mais fundamental – que o inquietava – relacionada à enigmática relação que ele, como historiador, mantinha com a sociedade presente e com a “morte”, por meio da mediação de atividades técnicas.

Ao situar a “operação historiográfica” em uma espécie de espaço intermediário entre a linguagem de ontem e a contemporânea, Certeau deixa claro que a marca do *lugar* de onde se fala incide de forma indelével sobre essa “operação”. Sua reflexão acerca da historiografia é, portanto, uma interrogação a respeito de suas próprias condições de possibilidade, bem como das características constituintes e peculiaridades desse discurso, cuja relação com o *lugar* a partir do qual é articulado é incontornável.

Essa problematização proposta por Certeau, que de forma alguma pode ser reduzida às contribuições da “*A escrita da História*”<sup>2</sup> (2011), está relacionada a uma crítica presente também em alguns dos textos que compõem a obra “*A cultura no plural*” (2012)<sup>3</sup>. Entendemos que a pergunta de Certeau pela relação que a historiografia mantém com seu lugar de produção, bem como sua concepção de que ela representa uma determinada “prática” escriturística, atravessa outras obras do autor.

Nesse sentido, é importante nos atentarmos, por exemplo, para a discussão proposta em “*A invenção do cotidiano*”<sup>4</sup> (2014), em que o autor discute aspectos do processo de consolidação de uma “economia escriturística” no ocidente moderno e como ela dá forma a determinadas práticas de saber e de representações<sup>5</sup>. O historiador, nesses textos, desconfia tanto do que chama de historiografia “desencarnada” (por não considerar suas condições de emergência, o *lugar* de sua produção) quanto do que identifica como sendo uma historiografia *folclorista* (por caracterizar o *outro*

---

<sup>1</sup> Texto original publicado em 1975, sob o título “*L’écriture de l’histoire*” (CERTEAU, 1975).

<sup>2</sup> É importante ressaltarmos que o que Certeau propõe nessa obra é fazer uma espécie de história da escrita no ocidente e como se deu seu processo de afirmação como lugar por excelência do saber e do sentido (CERTEAU, 2011).

<sup>3</sup> “*La culture au pluriel*”, publicado, em 1974, como uma coletânea de textos de Certeau. Ver Certeau (1993).

<sup>4</sup> “*L’invention du quotidien*”. Publicado em 1990. Ver Certeau (1990).

<sup>5</sup> Ver Certeau (2014, pp. 201-224).

de que fala sempre de maneira exótica, buscando nele, nesse *outro que passou*, as relíquias de nossa sociedade)<sup>6</sup>.

Certeau veicula, na França durante as décadas de 1960 e 1970, esse tipo de crítica ligada àquilo que ele chamou de um “despertar epistemológico”<sup>7</sup>, que teria Michel Foucault<sup>8</sup> e Paul Veyne<sup>9</sup> como alguns de seus principais representantes. O autor situa sua própria obra nesse contexto, relacionando-a a esse “despertar”, pois entende que “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’” (CERTEAU, 2011, p. 46).

Uma observação de faz necessária aqui, pois devemos lembrar que a obra de Certeau tem sido recebida e mobilizada de formas distintas em contextos acadêmicos específicos. De acordo com Philippe Carrard, a produção do historiador francês tem sido considerada como “escritura de fundação” para os estudos culturais. Devido à sua preocupação com as “pessoas comuns” e da “vida cotidiana”, bem como com as questões da alteridade, diferença, e a exclusão, textos como “*A invenção do cotidiano*” despertaram interesse em estudiosos da cultura, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra (CARRARD, 2001, p. 465). Nesse sentido, outros autores entendem que Certeau teria contribuído para realizar esse “despertar epistemológico” na prática de se “escrever a cultura”,

---

<sup>6</sup> Ver: “*A beleza do morto*” em (CERTEAU, 2012).

<sup>7</sup> Alguns autores destacam as relações que a obra de Michel de Certeau, sobretudo “*A escrita da história*”, mantém com mudanças na historiografia francesa a partir da década de 1970. Procuraremos considerar este debate em nossa dissertação, na medida em que se insere na discussão aqui proposta. Ver OHARA (2012), CHARTIER (2010), ORELLANA (2012), WANDEL (2000), DOSSE (2004). Paul Veyne teria iniciado em 1971 um processo de renovação com sua obra “*Comment on écrit l’histoire*”, numa perspectiva acentuadamente cética e refretária no que diz respeito aos resultados dos métodos quantitativos, bem como à respeito das vantagens dos sistemas explicativos marxistas até então dominantes. Veyne definiria a história como sendo “um relato verídico que narra acontecimentos cujo ator é o homem, de acordo aos procedimentos do gênero narrativo” (VEYNE, 2014, p. 17). Nesse sentido, o trabalho do historiador se reduziria a um exercício compreensivo, com uma especial vocação explicativa e documentada, afastada da tarefa de produção de conceitos e do método científico.

<sup>8</sup> Michel de Certeau teve em Foucault um importante interlocutor, com quem estabeleceu importantes diálogos, sobretudo em “*A invenção do cotidiano*” (2014) e “*História e psicanálise*” (2012), considerando, sobretudo, textos como: “*As palavras e as coisas*” (FOUCAULT, 2007) e “*Arqueologia do saber*” (FOUCAULT, 2015).

<sup>9</sup> João Ohara, por exemplo, entende que há na crítica que estes autores fazem das relações de poder condicionantes e imbricadas na produção do saber; de perspectivas diferentes e por métodos diferentes, ambos apontam todo o mecanismo presente na fabricação do discurso historiográfico (OHARA, 2012, p. 72).



oferecendo um desafio ao ceticismo epistemológico gerado pelo pós-estruturalismo (HIGHMORE, 2007, p. 13).

No entanto, é interessante notar que Certeau não recebeu a atenção devida ou não foi compreendido por muitos historiadores franceses de sua época, como indicam François Dosse e Christian Delacroix, pelo fato de ter estado muito tempo “à margem” dos principais centros historiográficos em seu país (DOSSE; DELACROIX; GARCIA, 2012, p.325). Seria, segundo esses autores, preciso aguardar a recepção de “*Tempo e narrativa*”, de Paul Ricoeur, sobretudo, no final da década de 1980, para que os historiadores que dirigem os debates epistemológicos na disciplina adaptem tais questionamentos ao contexto da historiografia francesa. Desde então, a produção de Certeau ganhou muito espaço nas discussões historiográficas dentro e fora do contexto francês seus questionamentos e críticas passaram a constituir pontos fundamentais das principais querelas historiográficas das últimas décadas

“*A escrita da história*” é, certamente, uma das principais obras de Michel de Certeau e teve um importante impacto na historiografia das últimas quatro décadas. De um modo geral, a proposta do historiador francês neste texto é, sobretudo, analisar o que ele chama de história “moderna” da escrita (CERTEAU, 2011, p. XII). No entanto, para além de proceder com uma reconstrução cronológica desta história, o autor se preocupa em tornar visível o lugar de onde sua interrogação toma forma, a particularidade do campo, do material e dos processos da historiografia moderna que lhe permitiram analisar a operação escriturária e os desvios metodológicos que introduziram, segundo ele, outras possibilidades teóricas e práticas no funcionamento ocidental da escrita.

É importante destacar que, para Certeau, a historiografia traz inscrito no próprio nome uma espécie de paradoxo com respeito à relação de dois termos que seriam antinômicos: o real e o discurso. A historiografia, portanto, teria a tarefa de articulá-los ou “fazer como se os articulasse” (CERTEAU, 2008, p. XIII). Neste sentido, a questão que orienta as reflexões presentes em sua obra é a relação que o discurso mantém com o real, isto é, como se dá a aliança entre a escrita e a história. Mesmo não podendo limitar as contribuições de Certeau ao seu conhecido texto intitulado “A

*Operação historiográfica*<sup>10</sup>, devemos reconhecer que ele se apresenta como um lugar essencial para uma reflexão sobre a forma como o autor concebia a historiografia e o peculiaridades do ofício do historiador<sup>11</sup>.

A história<sup>12</sup> deve ser encarada como uma *operação*. Isso significa, em princípio, que ela deve ser compreendida como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a *construção de um texto* (uma literatura). Esse tipo de percepção é fundamental, pois nos leva a admitir que ela faz parte da realidade da qual trata e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática"<sup>13</sup> (CERTEAU, 2011, p. 47). Para Certeau, portanto, a operação histórica se refere à: combinação de *um lugar social*, determinadas *práticas* ou *procedimentos técnicos* e, por fim, a *escrita*. A análise desses elementos (dos quais o discurso não fala) permite o autor dar contornos às leis que organizam o espaço produzido como texto.

Em primeiro lugar, toda pesquisa historiográfica estaria articulada como um *lugar* de produção socioeconômico, político e cultural. Isso implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias, ou seja, uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Desta forma, ela estaria submetida a privilégios e enraizada em uma particularidade. Além disso, Certeau ainda destaca que é em função desse lugar que se "instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes

---

<sup>10</sup> Uma parte deste estudo havia sido publicada em LE GOFF, L; NORA, P. Faire de l'histoire. Paris: Gallimard. 1974. t. I, p. 3-41, sob o título "L'operation historique". No livro publicado pela editora Forense Universitária (CERTEAU, 2011) encontramos uma revisão revista, corrigida e ampliada.

<sup>11</sup> Tentar limitar as contribuições de Certeau a historiografia a esse texto é não levar em conta a complexidade de sua obra, nem considerar a multiplicidade de possibilidades que o autor traz para pensarmos criticamente a historiografia, considerando a questão de seu estatuto epistemológico, as práticas que a caracterizam e a constituem como campo de saber, bem como o discurso que ela produz, além de suas interfaces com outros campos.

<sup>12</sup> Em "*A operação historiográfica*", Certeau usa os termos "história" e "historiografia" como sinônimos. Ele entende por história uma determinada *prática* (uma disciplina), seu *resultado* (um discurso) e a relação de ambos sob a forma de uma produção (CERTEAU, 2011, p. 5).

<sup>13</sup> É interessante notarmos que Certeau parece se apropriar de algumas noções de Karl Marx, sobretudo para pensar o vínculo que a história mantém com sua realidade material, bem como para formular a própria noção de prática (cf. MARX, 2007). Devido aos limites e ao recorte de nossa pesquisa, não nos detivemos sobre os diálogos que o historiador manteve com o pensador alemão, mas entendemos ser pertinente sua menção aqui. Uma perspectiva interessante, nesse sentido, é apontada por François Dosse (2004, p. 200).

serão propostas se organizam” (CERTEAU, 2011, p. 47). Algumas implicações desse vínculo com seu lugar de produção são importantes para o discurso histórico.

Para Certeau, uma obra historiográfica é aquela que, a princípio, é reconhecida como tal pelos pares e que pode ser situada em um conjunto operatório. Ela representa um “progresso” com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos e, por estar ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis novas pesquisas. Dessa forma, tanto é um resultado quanto um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. À semelhança de um veículo que sai de uma fábrica, “o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada” (CERTEAU, 2011, p. 57). É nesse sentido que é o *produto* de um *lugar*.

Nessa perspectiva, antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como aquela funciona dentro desta. Isso nos permitiria perceber como esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. O lugar possui, portanto, uma dupla função, pois tanto *torna possíveis* certas pesquisas – em função de conjunturas e problemáticas comuns – quanto faz de outras “*impossíveis*”; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise” (CERTEAU, 2011, p. 63, grifos no original). Para Certeau, essa combinação entre *permissão* e *interdição* seria o ponto cego da pesquisa histórica, um não-dito em seu discurso<sup>14</sup>.

Sendo assim, a pesquisa histórica está circunscrita pelo lugar em que é produzida, que determina seus “possíveis” e “impossíveis”. Se ela for concebida apenas como um “dizer”, seria reintroduzida na história a “lenda”, pois se fundamentaria em um não-lugar ou um lugar imaginário. Mas para o autor francês, a história deve ser definida como uma “*relação da linguagem* com o corpo (social) e portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do

---

<sup>14</sup> Certeau não nega, contudo, que é possível agir sobre esse espaço, modificando-o, alterando seus limites e possibilidades (CERTEAU, 2011, p. 63).

lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala” (CERTEAU, 2011, p. 63).

A história permanece, dessa forma, configurada pelo sistema no qual se elabora. Essa percepção seria fundamental, pois possibilitaria ao “saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção, e que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade” (CERTEAU, 2011, p. 64)<sup>15</sup>. Para o autor, ter em consideração a importância da articulação que a história mantém com o lugar é essencial, não por ser capaz de explicar completamente o que ela é, mas por ser a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser “legendária” ou sem pertinência. Renegar a particularidade do vínculo com o lugar é tornar o discurso histórico ideológico<sup>16</sup>.

Em segundo lugar, “fazer história” é mobilizar um conjunto de *práticas*. Se é verdade que a historiografia está vinculada a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas *técnicas de produção*. Em resumo, devemos perceber que “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU, 2011, p. 65). A história é mediada pela técnica, ela evidencia uma relação entre o discurso e as técnicas que possibilitaram sua produção. Nesse sentido, é necessário encarar como ela trata os elementos “naturais” para transformá-los em produtos “culturais”, como faz aceder à simbolização literária as transformações que efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. Como Certeau destaca, “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das ‘neves eternas’, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim, modifica a natureza do homem” (CERTEAU, 2011, p. 67).

---

<sup>15</sup> Torbjörn Wandel entende que Certeau, através de sua reflexão sobre a escrita da história, mostra como repensar o conceito de lugar na escrita da história pode prover um ponto de vantagem a partir do qual os historiadores podem se mover além do binômio da objetividade e relativismo e abri-lo como uma possibilidade da escrita da história como uma práxis ética e política (WANDEL, 2000, p. 55).

<sup>16</sup> Um ponto importante deve ser mencionado aqui. Em sua reflexão sobre o “lugar social” do discurso histórico, Certeau se apoia tanto em Marx quanto em Freud. Segundo ele: “tanto no marxismo, quanto no freudismo não existe análise que não seja integralmente dependente da situação criada por uma relação social, ou analítica” (CERTEAU, 2011, p. 64).

A história não é, portanto, uma simples fala “nobre” de uma interpretação desencarnada e desinteressada. Mediada pela técnica, sua fronteira se desloca entre o “dado e o acreditado, entre o documento e sua construção, entre o supostamente real e as mil e uma maneiras de dizê-lo” (DOSSE, 2004, p. 201). O historiador seria, portanto, aquele que domina um determinado número de técnicas que vão desde o estabelecimento de fontes e sua classificação até sua redistribuição em função de um outro espaço utilizando determinado número de operadores.

Por meio de uma operação o historiador recorta, através de suas técnicas (e práticas), um “dado” segundo uma lei presente (inscrita no seu *lugar*) que instaura uma distinção com relação a seu outro (passado). Sendo assim, se diferencia desse outro e marca, pela construção de um discurso, esse distanciamento. Fabrica-se, portanto, uma espécie de “*encenação do outro*” no presente. O passado passa a ser, por conseguinte, o meio pelo qual se *representa uma diferença*, uma alteridade (CERTEAU, 2011, p. 88). Dessa forma, a operação histórica exerce um efeito duplo.

Por um lado, ela historiciza o atual, isto é, presentifica uma situação vivida. Ela age no sentido de “obrigar” a explicitação da “razão reinante com um *lugar* próprio que, por oposição a um ‘passado’, se torna o presente” (CERTEAU, 2011, p. 88). Atua diferenciando um presente de um passado. Por outro, o passado mantém seu valor primordial de representar *aquilo que falta*. Ele tanto remete a uma ausência quanto introduz a falta de um futuro. Nesse sentido, Certeau entende que “um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si - o que ainda falta - senão por uma redistribuição do seu passado. Nesse sentido a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*” (CERTEAU, 2011, p. 89). A história simboliza um *limite* e, através disso, torna possível uma “ultrapassagem”.

Todo esse processo se formaliza por meio de uma *escrita* – terceiro elemento constitutivo da operação historiográfica – cuja importância para Certeau é evidente, pois dá origem ao título de sua obra. A história é escrita, mas não pode ser reduzida a esse elemento. A atenção dada pelo historiador a escrita não significa que ele limita essa disciplina à sua dimensão discursiva. A representação – “*mise-em-scène* literária – não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática relacionada

aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Para o autor, "não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação de um corpo social e com uma instituição do saber (CERTEAU, 2011, p. 89).

A construção da escrita representa a passagem da prática ao texto. Em um certo sentido, a escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta. Contudo, ela mesma é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço de suas referências simbólicas. É nesse ponto que Certeau atribui um importante papel a escrita histórica, pois entende que ela funciona como uma imagem invertida, isto é, ela dá lugar a falta (a ausência do passado), mas ao mesmo tempo a esconde. Opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente. Simboliza a ausência, exorcizando-a por meio do discurso. Nesse sentido Dosse destaca que

como o próprio lugar da realização da história, a escrita histórica está presa em uma relação fundamentalmente ambivalente por sua dupla natureza de escrita em espelho que remete ao presente como ficção fabricante de segredo e de mentira ao mesmo tempo que de verdade, bem como a escrita performativa por seu papel crucial de construir um "túmulo" para o morto, desempenhando assim o papel do rito de enterro. A escrita histórica teria uma função simbolizadora que permite a uma sociedade situar-se atribuindo-se um passado na linguagem" (DOSSE, 2004, p. 202).

A história abre para o presente um espaço próprio em que se "marca" um passado. Marcar um passado é abrir lugar para esse "morto", mas também redistribuir o espaço dos possíveis. O papel performativo da história se dá na medida em que permite uma prática se situar em relação ao seu outro, o passado. E para compreender essa peculiaridade da escrita histórica, devemos recorrer a outros textos de Certeau.

### **A história e seu ausente: uma heterologia?**

Em 1973, Certeau publica "*O ausente da História*" como conclusão de uma coletânea de artigos homônima (GIARD, 2012, p. 40)<sup>17</sup>. Nele o historiador retoma alguns dos principais pontos dos

---

<sup>17</sup> Originalmente "*L'Absent da l'Histoire*". Em nosso trabalho nos valemos de sua versão publicada na coletânea "*História e psicanálise*" (CERTEAU, 2012b). É importante destacarmos que nesse texto já se encontram delineadas algumas das principais questões que seriam, posteriormente, discutidas em "A escrita da história".

textos que o precediam (na coletânea original) para colocar em questão as condições de possibilidade do discurso historiográfico moderno, uma vez que é um discurso que “implica uma relação com o *outro* enquanto ele está *ausente*” (CERTEAU, 2012b, p. 181). Nesse sentido, seu questionamento está relacionado à compreensão do estatuto desse discurso que se constitui ao falar de seu *outro*: “como funciona essa *heterologia* que é a história, *logos* do *outro*? (CERTEAU, 2011, p. 181). A história é heterologia, *logos* da alteridade. Contudo, de uma alteridade peculiar, pois está ausente.

Certeau ressalta que o discurso histórico moderno se constitui na medida em que transforma a própria diferença em seu objeto. Para ele, a historiografia se incumbiu “da tarefa de investigar regiões exteriores à circunscrição de um presente; ao tomar o encargo desses hóspedes estrangeiros, ela pretende colocá-los em ordem e homenageá-los” (CERTEAU, 2012b, p. 182). A historiografia coloca como dado fundador de seu saber o corte a partir do qual uma determinada sociedade se define como diferente de seu passado – seu *outro*. Segundo Ohara, esse corte pode ser descrito como uma construção identitária, por meio da qual “uma sociedade exclui as práticas que já não lhe são próprias, ou melhor, que ela entende que não lhe são próprias, fundando o lugar dos ancestrais” (OHARA, 2012, p. 74).

No entanto, ao proceder dessa forma, avançando em direção ao “*outro país*”, como será o procedimento efetivo da historiografia? Para o autor, a missão social que é conferida à historiografia – pelo seu próprio presente – tem como objetivo levar o *outro* para o campo de uma compreensão (presente) e, por conseguinte, eliminar a alteridade que parecia ser o postulado do empreendimento. Dessa forma, o autor conclui que “o *outro* não seria a condição de possibilidade, mantida externa, do discurso filosófico, mas seria, modificado em objeto, o elemento, que o discurso histórico transforma em significantes e reduz a algo inteligível para suprimir seu perigo” (CERTEAU, 2012b, p. 182).

A história seria então “hipócrita”? “O passado ser-lhe-ia fornecido para que, no lugar de seu ressurgimento, ela o absorva indefinidamente por novas ‘compreensões?’” (CERTEAU, 2012b, p. 182). Não seria assim tão simples, pois, mesmo em um discurso que a absorve, a alteridade fica marcada. O historiador tem a tarefa, segundo Certeau, de *tornar pensável* uma sociedade em sua dimensão de heterogeneidade, de “restituí-la a si mesma nas beiradas em que ela se origina e se perde

em sua própria ausência, além de participar tecnicamente do trabalho comum de metamorfosear essa alteridade em lendas” (CERTEAU, 2012b, p. 184). Nesse sentido, o texto historiográfico combina a racionalidade da explicação com a narrativa literária que fala do outro.

Contudo, o discurso histórico também insinua as “falhas” e “fendas” do próprio presente, ao introduzir nele a “hipótese de uma diferença” ou a “heresia de outras coerências” possíveis. Como pontua Certeau, “nas organizações atuais, ela marca a rachadura de um *irreal* diferente (no exato momento em que – e, talvez, porque – ela apresenta essa possibilidade com o *real* de outrora” (CERTEAU, 2012b, p. 185). A escrita histórica cria “a-topias”, abre “não-lugares” (ausências) no presente, ou como destaca o autor, ela se coloca ao lado do sonho, na medida em que possibilita pontos de fuga na ordem dos pensamentos e práticas contemporâneas. E aqui ele sinaliza para o fato de que sua perspectiva mantém uma evidente proximidade com a teoria freudiana, pois entende que nela

a alteridade do real ressurgue na *ficção*, retorna no irreal do fantástico. Ela reaparece sob a figura literária do *fictitious*, depois de ter sido eliminada pelas práticas produtoras de “fatos objetivos”. Por causa do que ela viesse a conservar de onírico, a narrativa histórica continuaria a encenar “a inquietante familiaridade” do outro (CERTEAU, 2012b, p. 185-6).

Para o historiador, a dimensão “literária” da história é o que mantém a ambivalência do real: ele é *outro* e *mesmo*<sup>18</sup>.

Ainda em “*O ausente da história*”, Certeau procura refletir criticamente sobre a historiografia a partir daquilo que ele chama de um dos últimos “mitos ocidentais”: a narrativa de Robinson Crusóe, de Daniel Defoe. Esse “mito” é para o historiador uma fonte de questionamento sobre a história, pois aquilo que o romance de Defoe projeta sobre o “espaço geográfico”, pode ser traduzido para uma dinâmica temporal: “o longínquo é o lugar em que uma razão estabelece e encontra seu outro” (CERTEAU, 2012b, p. 186).

---

<sup>18</sup> Certeau emprega o termo “fictício” no sentido de que toda verdade tem uma estrutura de ficção. Portanto, em vez de ser ilusório, o fictício é, propriamente, uma estrutura simbólica.



Essa obra serve, para Certeau, como uma metáfora que o auxilia a pensar tanto o caráter desconcertante do encontro com a alteridade quanto a constituição de duas esferas distintas no discurso (a racionalidade e a ficção), a partir dos vestígios deixados pelo outro. A racionalidade técnica criada por Robinson em sua ilha é desestabilizada no momento em que ele encontra passos marcados na areia da praia. A personagem havia imposto uma razão classificatória e tecnicista à desordem da ilha. Essa atividade “dotada de traços cartesianos”, assimilava a alteridade do ambiente “selvagem” como produtos fabricados a partir de um “método” e regras. Contudo, esse empreendimento colonizador é destruído “subitamente, embora temporariamente, pela série de medos, pesadelos, agressões violentas ou mobilizações defensivas que entram no romance com a descoberta do vestígio humano de um pé descalço perfeitamente decalcado na areia” (CERTEAU, 2012b, p. 186).

Valendo-se dessa narrativa, Certeau ainda acrescenta que essa “estranha divisão da técnica e do pesadelo parece desenhar já no século XIX os lugares que serão ocupados pela ciência econômica e pela interpretação dos sonhos. Dois modos de relação com o outro: a racionalidade (econômica) e a ficção (do sonho)” (CERTEAU, 2012b, p. 187). Segundo ele, nos dois últimos séculos, a história parece portar a tarefa de reconciliar estas duas dimensões, mantendo simultaneamente práticas específicas de produção e a narrativa “romanesca” como sua forma de “expressão”.

Robinson Crusóe se encontraria, portanto, em uma posição semelhante à do historiador, isto é, o lugar de contato entre o Mesmo (si mesmo) e o Outro (passado, ausente). Os passos na areia, ou as fontes, representam aquilo que materializa o corte com a alteridade, que não deixa de resistir ao processo que intenta sua assimilação (colonizadora)<sup>19</sup>. Carla Freccero, por exemplo, destaca que o que Certeau faz ao introduzir seu livro (“A Escrita da História”) com a imagem de Américo Vespúcio é evidenciar o caráter conquistador e colonizador da escritura no ocidente moderno. Com

---

<sup>19</sup> Remetendo também a esse aspecto, Andrés Freijomil acrescenta que essa “cena que funda a presença de uma alteridade e onde 'partindo de uma ruptura entre o sujeito e o objeto de sua operação, entre um querer escrever e um corpo escrito, a escritura fabrica a história ocidental". Duplo encontro, então: um Freud pioneiro da prática historiadora e um Américo Vespúcio promotor de uma prática da escritura. Linhagem que Certeau estendeu retrospectivamente a fim de dar às práticas institucionais uma historicidade política tão oculta como arraigada, enquanto construía seus próprios quadros genealógicos (FREIJOMIL, 2010, p. 86).

essa alegoria, o historiador francês indica como o mecanismo freudiano de um retorno de recalçado opera nas exclusões da historiografia e como o encontro entre os europeus e os indígenas americanos produziu a cena inaugural da moderna subjetividade textual do ocidente (FRECCERO, 2001, p. 365).

Certeau procura evidenciar com esses elementos como a historiografia que lhe era contemporânea se comportava e a que operações ela submetia a alteridade diante da qual se colocava (ou que produzia). Dessa forma, ressalta que o que o historiador fabrica, portanto, é uma “metáfora do ausente”:

o lugar em que *Robinson Crusôé* fazia começar o fantástico é pertinente: na praia, na divisa do império insular criado por uma atividade metódica. O historiador encontra-se, também, neste lugar, diante do mar de onde vem o homem que deixou vestígios. No entanto, diferentemente de Robinson, ele sabe que o outro não voltará. A narrativa da história deveria, portanto, interromper-se aí: o estrangeiro não voltará a surgir do mar; ele já *se foi* [a passé]. De fato, por ter visitado as bordas de sua terra e por ter ficado, à semelhança de Robinson, “perturbado” pelos vestígios da ausência marcados nessas margens de uma sociedade, o historiador retorna *alterado*, mas não *silencioso*. A narrativa começa a falar entre contemporâneos. Parece-me que ela *pode* falar do sentido que se tornou possível pela ausência quando não existe outro lugar além do discurso (CERTEAU, 2012b, p. 188, grifos do autor).

A história é, portanto, um discurso que organiza uma presença faltante e que conserva, à semelhança do sonho (ou do pesadelo), a possibilidade de ser a marca de uma alteridade “alterante”.

A noção de alteridade é central para a concepção que Certeau constrói da historiografia. As relações entre o *outro* passado e o *outro* presente configuram as condições de possibilidade do discurso histórico, bem como suas peculiaridades (e podemos acrescentar também seus limites)<sup>20</sup>. É nesse sentido que ele, em “*O ausente da história*” procura problematizar o corte fundador dessa alteridade e o encontro do historiador com esse outro. Como destaca Ohara:

é com o texto historiográfico que o historiador dá lugar ao que passou: o exótico, agora civilizado, pode ser visto por sua efigie. Essa representação busca dar a conhecer o passado ao presente, e há quem tome a representação pelo representado; para Certeau, a distância entre as duas esferas é bem clara: o passado é o ausente da história (OHARA, 2012, p. 79).

---

<sup>20</sup> Como destaca Ohara: “O Outro passado como aquilo que o historiador toma como objeto; o Outro presente como o lugar social, o campo a partir do qual o historiador pronuncia seu discurso” (OHARA, 2012, p. 79).

A história é, portanto, *heterologia*, termo designado por Certeau para caracterizar esse saber que quer apreender a alteridade, cujo postulado é sua própria possibilidade de ser. Contudo, essa alteridade está ausente, pois *já passou [a passê]*. Mesmo estando ausente, essa ausência é “alterante”, pois “incomoda” o presente, gera deslocamentos nele; ela é *presença* faltante. O outro está morto, mas continua *aí*, pois:

é o *fantasma* da historiografia. O objeto que ela busca, honra e enterra. [...] A única busca histórica do “sentido” permanece, com efeito, a do Outro, mas tal projeto, contraditório, visa “compreender” e ocultar com o “sentido” a alteridade desse estranho, ou, o que vem a ser o mesmo, acalmar os mortos que *ainda frequentam o presente* e lhes oferecer túmulos escriturários (CERTEAU, 2011, p. XVI, grifos nossos).

Esse fantasma de que fala Certeau é o que o discurso social corta de si e “conjura” para suas margens. Tal discurso só é possível porque a alteridade foi postulada, tornando o outro pensável e compreensível<sup>21</sup>. Eis o paradoxo da historiografia: ela tanto quer compreender o outro quanto “acalmá-lo” (ou exorcizá-lo), oferecendo-lhe um túmulo, construído pelo gesto escriturário. É desta maneira que ele caracteriza o fundamento do ofício do historiador: “construir representações, túmulos, sepultando a alteridade que lhe é, ao mesmo tempo, sua condição” (OHARA, 2012, p. 75).

Antes de nos determos mais especificamente nessa dimensão do discurso histórico, uma ponderação deve ser feita. É importante lembrarmos aqui da crítica feita por Paul Ricoeur à perspectiva de Certeau. Para o filósofo, ao enfatizar tão profundamente a questão e centralidade da alteridade para a construção do discurso histórico, Certeau teria se firmado numa ontologia negativa do passado (RICOEUR, 2010, p. 252). Para o autor, o passado é mais bem compreendido quando visto sob o signo do análogo, como como uma dialética entre o *mesmo* e o *outro* ou como uma articulação entre *ipseidade* e *alteridade* (RICOEUR, 2014, p. 374).

Para Ricoeur, portanto, o passado não pode ser visto como um outro absoluto. Mesmo que seja impossível para a história reproduzir por meio de um texto o seu referente, ele não é, de todo,

---

<sup>21</sup> Para uma discussão mais específica desta questão ver (TERDIMAN, 1992).

inexprimível<sup>22</sup>. Por mais que o passado *não seja mais*, ele *é ainda*<sup>23</sup>. Por mais que o passado (o morto) seja ausente, sua ausência não descarta ou exclui sua permanência (ou presença) no presente. Ele é (paradoxalmente) presença ausente.

Provavelmente devido a sua formação eclesiástica, Certeau atribui um papel a narrativa histórica que guarda semelhanças àquela que é conferido ao discurso religioso, pois ambos tratam da relação com o outro<sup>24</sup>. Ele mesmo destaca que:

a escrita que eu dedico aos discursos místicos de (ou sobre) a presença (de Deus) tem com *status o fato de não o ser*. Ela se produz a partir desse luto, mas um luto não aceito, transformado na doença de estar separado, análogo, talvez, ao mal que já constituía no século XVI uma mola secreta do pensamento, a *Melancolia*. Uma ausência provoca a escrita. Ela não para de escrever-se em viagens num país de que estou distante (CERTEAU, 2015, p. 1, grifos do autor).

Os discursos dos místicos do século XVI, estudados por Certeau, evidenciavam, de certa forma, que Deus estava ausente, falam de uma perda. Relação análoga a que o próprio historiador mantinha como seu “objeto”, pois esses autores antigos “introduzem em nossa atualidade a linguagem de uma ‘nostalgia’ relativa a essa outra região. Eles criam então e guardam um lugar para algo como a *saudade* brasileira – um mal do país – se é verdade que esse outro país continua também o nosso, mas do qual estamos afastados” (CERTEAU, 2015, p. 2, grifos do autor).

O outro diante do qual o historiador se coloca não representa para ele uma alteridade absoluta. Há diferença e estranhamento nessa relação, mas não apenas isso, pois há também “nostalgia” e “saudade”, há identificação. Para Certeau, o outro articula uma estranheza do nosso próprio lugar e, desperta, portanto, “um desejo de partir para o país” (CERTEAU, 2015, p. 3). Há,

---

<sup>22</sup> Para uma importante e rica discussão sobre as aporias do discurso historiográfico, ver (LIMA, 2006); (MALERBA, 2016).

<sup>23</sup> O conceito de “espaço de experiência” proposto por Reinhart Koselleck nos ajuda a pensar essa permanência do passado, pois para ele “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 307). Ao lado da noção de “horizonte de expectativa”, esse conceito aparece como uma categoria meta-histórica proposta por Koselleck para pensar como passado e futuro se entrelaçam à experiência presente, formando assim uma concepção de tempo histórico bem importante para os debates atuais sobre tempo e temporalidade.

<sup>24</sup> O próprio Ricoeur sustenta uma leitura semelhante em “*A memória, a história e o esquecimento*” (RICOEUR, 2007, p. 377), conforme indicamos no capítulo anterior.

então, uma ambivalência nessa alteridade, que denota tanto a diferença quanto a identificação. E no caso do historiador, é por meio da escrita que ele tenta dar conta dessa alteridade<sup>25</sup>.

### Um túmulo para os mortos

A história é paradoxal. E esse seu caráter se dá pelo fato de que, pela escrita, *ela põe em cena* uma população de *mortos* (personagens, mentalidades, preços, etc.), “ela re-presenta mortos no decorrer de um itinerário narrativo” (CERTEAU, 2011, p. 108). Atento à dimensão simbólica da história, Certeau a concebe como uma espécie de gesto de sepultura ou, em suas palavras, um “rito de sepultamento”, uma vez que “exorciza a morte introduzindo-a no discurso” (CERTEAU, 2011, p. 109).

Sua função simbolizadora se evidencia na medida em que permite a uma sociedade se situar, dando-lhe, por meio da linguagem, um passado, abrindo assim um espaço próprio para o presente. Nesse sentido, o historiador entende que demarcar um passado “é dar um lugar a morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades. Determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade<sup>26</sup> que enterra os mortos como um meio de estabelecer um lugar para os vivos” (CERTEAU, 2011, p. 109).

A escrita erige um túmulo para o morto, pois “fala” do passado para poder enterrá-lo. Ela é, portanto, túmulo em um sentido duplo, pois através do mesmo texto, ela honra e elimina. Para Certeau, aqui a linguagem tem como função introduzir no dizer aquilo que não se faz mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato. É interessante destacar que, para o autor

Esse processo se repete em muitas outras formas não científicas, desde o elogio fúnebre, na rua, até o enterro. Porém, diferentemente dos outros túmulos artísticos ou sociais, pois a recondução do morto ou do passado, num lugar simbólico, articula-se aqui com o trabalho que visa criar no presente um lugar (passado ou futuro) a preencher, um “dever-fazer” (CERTEAU, 2011, p. 110).

---

<sup>25</sup> É importante mencionarmos que, nesse sentido, talvez a perspectiva de Certeau se assemelhe, mais do que pode parecer, com a de Paul Ricoeur. Talvez, o próprio filósofo tenha sinalizado para essa maior proximidade em “*A memória, a história e o esquecimento*” ao se valer da noção ceriteuniana de que a escrita da história funciona à semelhança de um rito de sepultamento, se mostrando como uma forma de lidar com a morte (RICOEUR, 2007, p. 377).

<sup>26</sup> Os debates envolvendo a questão da dimensão narrativa do discurso histórico são amplos, complexos e cheios de desdobramentos epistemológicos. Por ultrapassarem em muito os limites impostos ao nosso trabalho, sugerimos aqui dois textos que serviram de fundamento para as discussões aqui desenvolvidas: ver Marcelino (2012); Malerba (2016).

Nesse sentido, poderíamos dizer que ela faz mortos para que haja vivos. Para ele, nomear os ausentes “da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa” (CERTEAU, 2011, p. 110). Dessa maneira, a sociedade se dá um presente graças a escrita histórica. A instauração literária desse espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou.

Fernando Catroga, valendo-se da perspectiva delineada por Certeau, entende que as narrações do passado são, à sua maneira, equiparáveis à linguagem dos cemitérios nas povoações, pois procuram “re-presentar” os mortos por meio da construção de uma narrativa (CERTEAU, 2011, p. 108). Mas acrescenta que não se trata apenas de uma “re-presentação”, mas de uma “re-presentificação” dos mortos dos quais fala. Catroga afirma, portanto, que a historiografia também exorciza a morte, introduzindo-a no discurso para criar, como no jogo *simulador e dissimulador* do culto cemiterial dos mortos, a ilusão de sua não existência” (CATROGA, 2015, p. 55).

O historiador português ainda ressalta que esse “simbolismo funerário” aposta na edificação de memórias e indicia a simulação da “presença” do ausente, a partir de traços que, simultaneamente, dissimulam o que se pretende recusar: “a putrefação do referente”. Dentro dessa perspectiva, o autor acrescenta que:

se a morte remete para o não ser, o monumento funerário irrompe o espaço como um apelo a um suplemento mnésico do futuro. Se, nos ritos funerários, se negocia e se esconde a corrupção do tempo (e do corpo) com a finalidade de a sociedade dos vivos poder gozar da proteção dos seus antepassados, definitivamente pacificados, e de se reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa, diferente não é o papel da historiografia: esta fala sobre o passado para o enterrar, ou melhor, para lhe dar um lugar e redistribuir o espaço, podendo mesmo afirmar-se que ela é, não obstante as suas pretensões cognitivas, prática simbólica necessária à confirmação da vitória dos vivos sobre a morte (CATROGA, 2015, p. 61).

Essa dimensão “existencial” da historiografia, entendida como uma forma de dissimular “a morte e a corrupção do tempo, é o aspecto fundamental, o que explica as comparações com os rituais cívicos, que também expressariam as pretensões de eternidade do homem, com seu desejo de igualar as três dimensões do tempo descritas por Santo Agostinho” (MARCELINO, 2012, p. 145). E

é nesse sentido, também, que tem sido encontradas algumas afinidades entre o trabalho da memória e o trabalho de luto<sup>27</sup> (RICOEUR, 2007, p. 85).

E por mais paradoxal que pareça, o texto histórico tem, segundo Catroga, uma função análoga (não idêntica) à do túmulo e à dos ritos de recordação. Pois a convocação discursiva dos “objetos ausentes” tanto congela quanto enclausura o “mau gênio da morte”. Além disso, provoca efeitos performativos, uma vez que “marcar um passado é dar, como no cemitério, um lugar aos mortos; é permitir às sociedades situarem-se simbolicamente no tempo; mas é também, um modo subliminar de redistribuir o espaço dos possíveis e indicar um sentido para a vida... dos vivos” (CATROGA, 2015, p. 61).

É nesse sentido que Certeau entende que a escrita da história desempenha um papel performativo. Por meio da linguagem, uma prática (a historiográfica) pode se situar em relação ao seu outro, o passado; “a historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente) (CERTEAU, 2011, p. 111). Por meio de sua narratividade, ela fornece à morte uma representação (ou *re-presentificação*, como destaca Catroga) que, “instalando a falta na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia” (CERTEAU, 2011, p. 111). Mas, por meio de sua performatividade, ela preenche as lacunas daquilo que representa e utiliza esse espaço para impor um querer e um saber. Como observa Certeau:

em suma, a narratividade, metáfora de um performativo, encontra apoio, precisamente, naquilo que oculta: os mortos, dos quais fala, se tornam o vocabulário de uma tarefa a empreender. Ambivalência da historiografia: ela é a condição de um fazer e a denegação de uma ausência; age ora como discurso de uma lei (o dizer histórico abre um presente a fazer), ora como álibi, ilusão realista (o efeito de real cria ficção de uma outra história) (CERTEAU, 2011, p. 111).

A historiografia desempenha, assim, um papel performativo na medida em que situa o historiador – ou o presente – numa relação de alteridade específica, em que o outro só se insinua

---

<sup>27</sup> Ricoeur se vale, a princípio, de dois textos de Freud para pensar a questão do trabalho de luto e sua relação com a questão da memória, objeto de sua discussão. Os textos são: “*Recordar, repetir, elaborar*”, de 1914 (FREUD, 1996b) e “*Luto e melancolia*”, de 1915 (FREUD, 2011). Para Ricoeur, “É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho da lembrança. [...] O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho de luto” (RICOEUR, 2007, p. 84). Nas palavras de Catroga: “a historiografia, tal como a memória, ajuda a fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é” (CATROGA, 2015, p. 62).

velado, à semelhança dos signos funerários. Essa ausência, sendo uma falta “impreenchível”, é o que constitui o discurso histórico. Dessa forma, a história seria uma espécie de “poética do ausente” (CATROGA, 2015, p. 63)<sup>28</sup>.

De acordo com François Dosse, a operação historiográfica atua transformando em presença interior a ausência física de seu objeto. Ela é, ao mesmo tempo, um trabalho da morte e contra a morte, pois o lugar que se dá ao morto no mundo dos vivos é o da sepultura (escriturária). Portanto, já que a história implica uma relação com o outro que está ausente, a escrita do historiador se inscreve em um movimento do passado que participa de uma prática do distanciamento, “durante a qual o sujeito historiador percebe que realiza um trabalho em um objeto que ‘volta na historiografia’” (DOSSE, 2004, p. 102). Nesse sentido, Rodrigo Castro Orellana destaca que a separação com respeito a esse outro que seria o passado transforma-se na abertura de uma indeterminabilidade que supõe o contínuo retorno problematizador do que “já foi” (ORELLANA, 2012, p. 20). Perspectiva interessante, pois esse passado que “volta na historiografia”, atua, paradoxalmente, tanto abrindo novas possibilidades de ser e fazer para o presente quanto sendo fonte inesgotável de sua própria problematização.

Não é coincidência que Ricoeur tenha reservado às teses de Certeau um lugar de importância em sua obra “*A memória, a história e o esquecimento*” (2007). Ao retomar a tese de Certeau de que a escrita da história seria o equivalente escriturário da sepultura, o filósofo entende que a “sepultura-lugar” se torna “sepultura-ato” (RICOEUR, 2007, p. 378). O ausente está ali, alinhado dentro do próprio presente, não como algo que perdura em uma estufa esterilizada, esperando o momento de ser observado. A ausência, portanto, não é mais um estado estático, mas sim o resultado de um trabalho, o trabalho do historiador, que transforma sua ocupação em uma verdadeira máquina de suscitar a *heterologia* (DOSSE, 2004, p. 101). Nesse sentido, Ohara acrescenta que:

---

<sup>28</sup> Uma observação se faz necessária aqui. Para Catroga, o túmulo e o cemitério devem ser concebidos como totalidades significantes que articulam dois níveis bem diferenciados: um visível e um invisível. Para ele, “as camadas semióticas que compõem este último têm o papel de *dissimular* a degradação (o tempo) e, em simultâneo, de *simular* a não morte, transmitindo aos vindouros uma semântica capaz de individualizar e de ajudar a *re-presentação*, ou melhor, à *re-presentificação* do ontologicamente ausente” (CATROGA, 2015, p. 62).



Assim como uma efígie, o texto representa a ausência na medida em que traz para o mundo social mais uma vez aquela alteridade expurgada pelo presente. Transforma a morte em um fenômeno social em torno do qual se constituem práticas rituais. É com o texto historiográfico que o presente representa aquilo que considera como ancestral; é por meio da obra do historiador, que desde Michelet ambiciona dar voz aos mortos, que o presente acessa o passado representado. Eis que esse jogo de verossimilhança borra a fronteira entre aquilo que passou e aquilo que se representa do que passou (OHARA, 2012, p. 78).

A história é, portanto, *logos* do outro. E essa alteridade é tanto seu objeto, quando sua condição fundante. Mas quem é esse outro de que fala Certeau? O outro assume na obra de Certeau múltiplos sentidos e formas. Ele pode ser compreendido na figura de Deus, mas também, assume diferentes configurações e faces. O outro é o que tem outros valores, crenças, hábitos, saberes. O outro é aquele o aquilo que emerge com as crises do crível e engendra credibilidades nascentes. O outro é aquele ou aquilo que não se possui nem se controla. O outro é o que nos escapa. É o imprevisível, o inesperado, o excluído, o imigrante, o marginalizado, o estrangeiro. O outro é mistério e é surpresa. É a alteridade radical, a diferença para a qual nós precisamos nos abrir para criar. O outro é também o morto, o que não está mais aí no mundo dos vivos e com o qual as sociedades presentes precisam lidar. É essa ausência cuja presença nos assombra e a qual precisamos dar um sentido (FERRAÇO, 2018, p. 15).

Por isso, a história é essa “sepultura-ato” que dá um lugar para os mortos no presente, tanto por intervir como rito de enterro quanto por sua função simbolizadora, que permite uma sociedade se situar ao dar a si mesma um passado significativo. Esse ato da escrita historiográfica guarda, segundo François Dosse, uma proximidade com a teoria psicanalítica freudiana. Não apenas porque ele entende que sua função simbolizadora é análoga a “perlaboração<sup>29</sup>” no plano psicanalítico<sup>30</sup>, mas por considerar que a psicanálise é, à sua própria maneira, uma *heterologia*. Para ele, a história e a

---

<sup>29</sup> Em Freud esse termo denota o exercício operado pelo analisando no interior de uma situação analítica para, através da fala, suspender a compulsão à repetição e recuperar, enquanto rememoração, o evento até então esquecido (mas atuante). Dessa forma, o resultado decorrente desse exercício é salutar, na medida em que possibilita a superação da compulsão à repetição e a reconciliação com o passado através da lembrança (FREUD, 1996b).

<sup>30</sup> Essa analogia é vista por nós com certa suspeita, pois a possibilidade de estabelecermos uma analogia entre a narrativa histórica e o processo de análise psicanalítica, tal como concebe também Ricoeur (2007) ainda deve ser melhor discutida, não podendo ser tomada com natural. Pode-se encontrar uma discussão mais aprofundada sobre os limites desse tipo de aproximação entre história e psicanálise no artigo de Joan Scott (2012), intitulado “The incommensurability of psychoanalysis and history”.

psicanálise são duas disciplinas *heterológicas*, pois ambas são inauguradas por uma perda, por uma ausência.

E aqui chegamos a um ponto importante. Como procuramos demonstrar nesse trabalho, a psicanálise foi, certamente, uma disciplina com a qual Michel de Certeau manteve profundos diálogos. Ela foi para o historiador uma referência teórica essencial para os estudos de seus objetos de pesquisa (especialmente a religiosidade mística do século XVII), mas também para refletir sobre a própria história e o ofício do historiador. Sendo também *logos* da alteridade (ainda que de forma peculiar, pois essa alteridade pode também ser a do sujeito diante de si mesmo), ela teria levantado questões fundamentais para que Certeau pudesse problematizar os elementos centrais que caracterizam a historiografia: seja seu *lugar* de produção, suas *práticas e técnicas* e, especialmente, sua dimensão *escrita*. Portanto, sua concepção de história é marcada pelos diálogos que estabeleceu com esse saber.

### Referências Bibliográficas:

- BUARQUE, Virgínia A. Castro. A epistemologia “negativa” de Michel de Certeau. **TRAJETOS** - Revista de História da UFC, v. 5, n. 9/10, 2007.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CARRARD, Philippe. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the Poetics of Historiography. **The South Atlantic quarterly** [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág: 465 -482.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7<sup>a</sup>. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A fábula mística séculos XVI e XVII: volume 1**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **Heterologies: discourse on the other**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1986.

- CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.
- CERTEAU, Michel de. **L'Absent de l'histoire**, Mame, Paris, 1973.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, Michel de. **La culture au pluriel**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**. 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DOSSE, François; DELACROIX, Christian. GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FRECCERO, Carla. Toward a Psychoanalytics of Historiography: Michel de Certeau's Early Modern Encounters. **The South Atlantic quarterly** [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág:365.
- FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. **Prohistoria**, vol.14 Rosario jul./dic. 2010.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: **O caso Schreber, artigos sobre Técnica e outros trabalhos**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. vol. XII; pp. 161-171. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HIGHMORE, Ben. An epistemological awakening: Michel de Certeau and the writing of culture. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale** (2007) 15, 1 13–26.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, Jurandir. (org.) **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, 2016.
- MARCELINO, Douglas A. A narrativa entre a vida e o texto. **Topoi**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 130-146.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. L'Absent de l'histoire. Oficina do Historiador, Porto Alegre, **EDIPUCRS**, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 70-81.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: história e ficção. **Princípios**, Natal (RN), v. 19, n. 31 Janeiro/Junho de 2012, p. 5-27.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - vol. 3: O tempo narrado.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. **History and theory.** Middletown. v. 51, n. 31, pg:63 -83, 2012.

TERDIMAN, R. The Response of the Other. **Diacritics**, v. 22/ n. 2, p. 2-10, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** 4ª edição. Brasília: Ed. UNB, 2014.

WANDEL, T. Michel de Certeau's Place in History. **Rethinking History.** v. 4, n. 1, p. 55-76, 2000.

## O Pico do Itacolomi na construção histórica da paisagem e da identidade de Minas Gerais<sup>1</sup>

The Itacolomi Peak in the historic construction of the landscape and Minas Gerais identity

**Rute Guimarães Torres**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
rutetorres@gmail.com

**Recebido em:** 14/08/19

**Aprovado em:** 04/05/19

**Resumo:** Esse artigo discute a inserção do Pico do Itacolomi, formação rochosa com 1.772m de altitude localizado entre Ouro Preto e Mariana, na composição da ideia de paisagem e de identidade para Minas Gerais no período republicano. O estudo está direcionado para as práticas, as intencionalidades e os discursos que trouxeram o Pico do Itacolomi numa parte significativa para a história regional, para a interpretação do território e na conformação de um perfil cultural para os habitantes de Minas Gerais. Apresenta como o Itacolomi recebeu um lugar de destaque nos discursos e ações que colocaram em questão uma suposta supremacia do estado no cenário nacional. O que se fez presente nas narrativas sobre personagens e eventos da história e na valoração das montanhas como característica da paisagem do estado. O texto assinala que foi na construção histórica da paisagem e da identidade mineira que aquela formação geomofológica foi consagrada como um monumento natural importante para Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Pico do Itacolomi, Paisagem, Identidade.

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss the insertion of the Itacolomi Peak, a rocky formation with 1,772m of altitude, located between the cities of Ouro Preto and Mariana, in the in the formation of the idea of landscape and the identity for Minas Gerais during the republican period. This assay will be directed to the practices, intentions and discourses that inserted the Itacolomi Peak into a significant part for the regional history, the interpretation of the territory and

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado de uma versão resumida e revisada do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado, cuja pesquisa foi financiada pelo CNPq. TORRES, R.G. **O parnaso mineiro:** a construção histórica do Pico do Itacolomi (1889-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

the conformation of a cultural profile for the inhabitants of Minas Gerais. It is presented how Itacolomi received a prominent place in the speeches and actions that put in vogue a supposed supremacy of the state in the national context. It also made itself present in the narratives about characters and events of history and in the valuation of the mountains as characteristic of the landscape of the state. The text points out that it was in the historical construction of the landscape and of a local identity, called “mineira”, which this geomorphological formation has been established as an important natural monument for Minas Gerais.

**Keywords:** Itacolomi Peak, Landscape, Identity.

## Introdução

Em 1901, o jornalista e literato maranhense Arthur Azevedo (1855-1905) narrou sua visita à recém-inaugurada capital mineira, Belo Horizonte. Ao conhecer a Praça da Liberdade, exprimiu em seu relato o desejo de retornar e vislumbrar ali um dia algum monumento comemorativo da Inconfidência Mineira, que julgou ser o mais adequado para o local. Azevedo descreveu aquele lugar como tendo um belíssimo panorama aberto, pois as árvores plantadas ainda não haviam crescido. (AZEVEDO, 1982, p. 179-211). Dois anos depois dessa única passagem registrada de Azevedo, os jardins da praça começaram a se tornar realidade.

A praça foi planejada para ser o centro do poder público estadual e trazia em seu nome a ideia de liberdade, palavra que era utilizada quase como sinônimo da Inconfidência. O viés positivista presente na construção da nova capital embalava também o pensamento urbanístico de modernização, embelezamento e higiene das cidades, que florescia em grandes capitais da Europa, nos Estados Unidos e na capital federal brasileira, Rio de Janeiro. Planejada como uma síntese entre Paris e Washington, a cidade de Belo Horizonte foi traçada para ter ruas e avenidas largas, assim como muitos jardins, parques e praças arborizadas.<sup>21</sup> No projeto concebido originalmente pelo arquiteto e paisagista francês Paul Villon (1841-1905), a ideia de liberdade alocada à esplanada também estava presente nos jardins. O projeto teve como inspiração o romantismo dos jardins ingleses, com seu caráter orgânico e livre, compostos por lagos, pontes, palmeiras, dentre outros

---

<sup>2</sup> A respeito da construção de Belo Horizonte, da Praça da Liberdade e dos jardins, ver: MELLO, 1996, p. 39-41; FERNANDES, 2011, p. 46-55; e MARQUES; MAGALHÃES, 2013, p. 3.

elementos que procuravam dar a sensação de um ambiente natural.<sup>3</sup> Com as obras de ajardinamento iniciadas em 1903, os paisagistas construíram em miniatura de concreto armado uma réplica do Pico do Itacolomi. [Fig. 1 e 2].

**Figura 1** – Vista Geral da Praça da Liberdade (entre 1907-1910).



Fonte: APCBH/Coleção José Góes. [Destaque nosso]

**Figura 2** – Pico do Itacolomi

---

<sup>3</sup> O projeto de Villon, contratado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) entre 1894 e 1899, recebeu algumas alterações do engenheiro mineiro Francisco Bicalho (1847-1919). A execução do paisagismo da praça ficou a cargo do sr. Antônio Nunes de Almeida, seguindo o projeto original. Cf. COMISSÃO CONSTRUTORA..., 1895, p. 9; RELATÓRIO..., 1902, p. 56; DICIONÁRIO BIOGRÁFICO..., 1997; FERNANDES, 2011, 46-55.

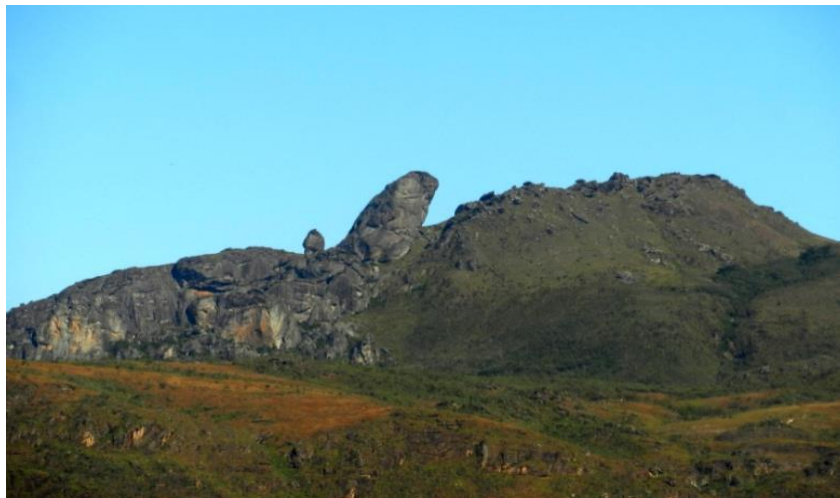


Foto: Rute Torres, 2012

Nos primeiros anos de Belo Horizonte, diversos fotógrafos clicaram as novidades trazidas para a cidade e produziram álbuns de vistas e cartões-postais.<sup>4</sup> Uma dessas imagens é a reproduzida na página anterior, na qual o fotógrafo não identificado registrou o canteiro onde estava a réplica do Pico, quase central na imagem, tendo ao fundo os edifícios das secretarias estaduais. Com as árvores ainda pequenas e a esplanada com vista aberta, aquele monumento se destacava por vários ângulos. Era o elemento mais notável nos jardins logo após sua inauguração.

De acordo com Certeau (1994, p. 176), o caminhar dos moradores no dia-a-dia molda os espaços e tece os lugares. Todavia, para os outros municípios mineiros e estados brasileiros, Belo Horizonte foi vista nos primeiros anos como vazia em seus espaços públicos e empoeirada pelas obras. As imagens fotográficas tornaram-se um meio de divulgação dos aspectos do cotidiano e das cenas de paisagem, para atrair visitantes à mais nova cidade da República. Nesse jogo de cenarização, as imagens publicadas nas revistas ilustradas, nos jornais, nos álbuns e cartões-postais procuraram construir uma imagem da capital como a mais “moderna” da nação, cheia da “vida urbana” e adequada à *Belle Époque*. (VIANNA, 1942, p. 30-53; JULIÃO, 1996, p. 78-79; BORGES, 2003, p. 59-67; CARVALHO, 2009, p. 210).

---

<sup>4</sup> Alguns cartões-postais de Belo Horizonte podem ser vistos em: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997.



Belo Horizonte igualmente não apresentou naqueles anos iniciais um aspecto de lugar vivenciado, pois seus primeiros habitantes não cresceram e não possuíam suas raízes ali.<sup>5</sup> A maioria vinha de Ouro Preto e compunha o corpo de funcionários públicos à serviço do governo estadual. Foi preciso criar espaços na nova capital que se ligassem aos locais de origem dos moradores, como um campo de misturas ou superposições entre as simbologias de cada uma delas. Pelas ruas e residências, aqueles cidadãos foram se deparando com imagens de lugares por eles já experienciados e que ajudavam a amenizar os sentimentos nostálgicos. As imagens e menções a algo do passado ajudavam acalmar e tranquilizar as inquietações geradas pelas incertezas das mudanças e dos começos. (LEMOS, 2007, p. 92-111; MENICONI, 1999, p. 72; ESPINDOLA, 2007, p. 4; PESAVENTO, 1995, p. 280; FARIA, 1996, p. 291).

De todos os objetos rememorativos em Belo Horizonte, a réplica do Itacolomi foi o mais significativo deles, que se tornou ponto atrativo da praça para os visitantes que ali registraram seus passeios ali.<sup>6</sup> com Schama (1996) e Thomas (2001) colocam que as representações dos objetos naturais são elementos essenciais nos momentos de nostalgia, já que as pessoas encontram nelas referências que trazem de volta as lembranças de suas experiências passadas. Aquele monumento em concreto serviria, assim, para consolar os ouro-pretanos que por ali circulavam. (LEMOS, 2007, p. 95; FERNANDES, 2011, p. 45-91; ANDRADE, 1974, p. 5). Mais do que um meio de amenizar os sentimentos nostálgicos dos ouro-pretanos, esse artigo propõe que o Pico do Itacolomi, representado em monumento na Praça da Liberdade nos primeiros anos da capital, foi significativo nos esforços empreendidos por grupos políticos e intelectuais que procuravam estabelecer conexões entre a ideia de passado e de futuro para Minas Gerais no tenso jogo político e econômico da Primeira República, quando o estado buscava construir sua identidade e afirmar sua posição de influência no cenário nacional.

Com a República recém-proclamada no Brasil, em 1889, os políticos republicanos procuraram alterar uma série de instituições e serviços públicos. Numa edição do jornal *Gazeta*

---

<sup>5</sup> Tuan (1983, p. 4-6, 21 e 90-93) diz que quando residimos em um determinado local, podemos conhecê-lo geograficamente e de forma íntima, porém ele se torna um lugar carregado de sentimentos e valores quando é visto e pensado por meio das nossas experiências e memórias. Para o autor, os espaços tornam-se lugares à medida que são conhecidos e dotados de valores, eivados de significados e experiências diretas ou indiretas.

<sup>6</sup> Nas fotografias publicadas pelas revistas ilustradas *Vita e Vida de Minas*, de circulação em todo o estado, pessoas posavam junto à réplica.

de Pitangui, republicado pelo jornal *A Ordem*, outras medidas também foram vistas com necessárias para desligar o novo sistema político do Império, como a renomeação de vários lugares. Ainda segundo a *Gazeta*, junto àquela “faina reformista”, instalou-se um verdadeiro “frenesi demolidor” pronto a atingir tudo que desagradasse os republicanos, incluindo a capital do estado de Minas Gerais. (*A Ordem*, Ouro Preto, 6 jun. 1891, p. 1). A ideia corrente era de que haveria uma separação com o passado colonial/imperial de Minas Gerais, baseando-se na antítese entre o antigo e o novo, ou o arcaico e o moderno. (FONSECA, 1998, p. 21-77).

Em Minas, já se evidenciava uma nova ordem política com ascensão de grupos das regiões Sul e Mata que ocuparam a maioria no Congresso Mineiro e representavam os republicanos chamados de históricos, isto é, identificados com o movimento intelectual de 1870.<sup>7</sup> A partir de 1890, políticos republicanos de Juiz de Fora ressuscitaram na imprensa e nas sessões do Congresso Mineiro e da Assembleia Constituinte os antigos projetos de mudança da capital mineira, com apoio de outras cidades do Sul e Mata. As alegações principais dos mudancistas diziam que a cidade sede do poder público deveria ter todas as condições necessárias para que a capital pudesse viver nos moldes do progresso e da civilização desejados para a República, desvincilhada das marcas do passado colonial e imperial.

Contudo, a proposta de mudar a capital esteve atrelada também, e principalmente, às discussões sobre as divisões regionais, a dita incapacidade do poder central de administrar o vasto território, às interpretações de atraso econômico mineiro e às disputas entre as elites políticas do Sul e Mata com as do Centro e do Norte. Pela falta de articulação política e proximidade entre as diversas regiões, Minas Gerais era vista como uma espécie de “mosaico político”, com correntes e facções que enfraqueciam a união do estado. O projeto de mudança da capital teria sido um dos vários momentos de conflito. As diferenças regionalistas foram sentidas até mesmo entre os republicanos mudancistas. Os grupos do Sul e da Mata, por exemplo, discutiram qual das duas

---

<sup>7</sup> Segundo Silva (2012, p. 115-116) três grupos marcaram a política mineira nas primeiras décadas da República: os republicanos históricos ou exclusivistas, liderados por Antônio Olinto; os republicanos “progressistas” ou “moderados” que, embora ligados ao positivismo, tinham uma postura mais liberal, como João Pinheiro, Silviano Brandão e Felício dos Santos; e os adesistas, monarquistas que aderiram ao novo regime antes da proclamação da República, como Cesário Alvim, Afonso Pena e Xavier da Veiga. Havia ainda os monarquistas que defendiam o ideal restaurador. Por suas posições políticas e econômicas já consolidadas, rearticularam-se dentro de partidos existentes para permanecer no poder, como Diogo de Vasconcelos.

zonas receberia a nova sede administrativa. Já os mudancistas do Centro e do Norte procuravam manter a capital na sua zona de sua influência. Os contrários à mudança também reforçaram suas posições na Constituinte em defesa de Ouro Preto. Os debates seguiram por meses até ser promulgado o decreto de mudança da capital para a o Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rey. A escolha do lugar por grupos políticos considerados “moderados”, em relação aos ideias republicanos reformistas dos históricos, visava amenizar as disputas e conciliar os interesses das várias regiões, dentre outros fatores. Atenderia aos pedidos de mudança, mas sem retirar a capital da parte central do estado. (SILVA, 2012, p. 115-6; GOMES, 2005, p. 111, 142-3; RESENDE, 1974, p. 602-3; FONSECA, 1998, p. 31-5).

Carvalho (2005) analisa como Belo Horizonte foi planejada para constituir o centro unificador e a síntese de várias partes do estado. Da mesma forma, para alguns intelectuais e políticos que viveram aquelas primeiras décadas e teceram análises sobre a capital, como Nelson de Senna (2006, p. 70-74), o “futuro de progresso” desejado pelos grupos republicanos não estava totalmente desligado do passado, pois nele estavam as raízes da cultura política e econômica mineira, tratando da mineração e da Inconfidência. Diogo de Vasconcellos (1909, p. 213-214) igualmente disse que era preciso buscar as origens para preservar e fortalecer a unidade que se almejava através de uma identidade para toda Minas Gerais. Seguindo a “tradição historiográfica”<sup>8</sup>, Senna e Vasconcelos, bem como outros idealistas da identidade cultural e histórica para o estado, afirmaram que seria na permanência das tradições e conservação dos ditos traços originais dos mineiros que se poderia garantir o progresso. Logo, a nova capital de Minas trouxe as representações do “modernismo”<sup>9</sup> que os seus idealizadores e construtores almejava fazendo também referências aos valores e às tidas como tradições caras aos mineiros. A capital fazia, assim, analogias entre o passado colonial e a República, evocando “heróis” nacionais, eventos e lugares significativos para a história mineira. Através da mobilização de vários monumentos e toponímias,

---

<sup>8</sup> Sobre a aproximação de seus discursos à historiografia do período, cf. RAMALHO, 2015.

<sup>9</sup> Velloso (2006, p. 353) diz que o sentido de modernismo no contexto internacional partiu do processo de urbanização e industrialização, no qual surgiram movimentos de ordem literária, política, religiosa e científica que enunciavam um mundo diferente e que modificou as relações dos homens com a natureza. Kury (1998, p. 268-270) aponta que, no Brasil, muito desse pensamento foi instruído pelo positivismo, que a partir da ideologia do progresso, buscava seguir o modelo europeu de desenvolvimento, voltado para projetos de modernização e do futuro do país em relação ao passado visto como de atraso.

Belo Horizonte foi desenvolvida com apropriações simbólicas dos diversos elementos, mitos, datas, fatos e artefatos para estabelecer ligações entre as regiões pela história e da identidade, mobilizando os nexos entre o passado e futuro de Minas Gerais. (MELLO, 1996, p. 34-37; BAHIA, 2007, p. 62; SILVA, 2013, p. 91).

No período republicano aqui enfatizado, tornou-se importante trabalhar a construção de uma memória histórica de Minas, por parte de políticos e intelectuais, que seria o suporte do processo de identificação dos cidadãos com a nação e o território. Por sua parte, a produção historiográfica em Minas, principalmente dos veículos de publicação do Arquivo Público Mineiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, passou a tratar dos primeiros anos da ocupação colonial, da mineração e da Inconfidência mineira. Na socialização do passado e construção narrativa, alguns eventos, personagens, lugares e objetos foram selecionados, valorizados, enquadrados e compartilhados, pois neles colocaram a história que devia ser contada, narrada para o coletivo, a que se tornou oficial.<sup>10</sup> Foram evidenciados, por exemplo, certos aspectos da ideia de mineiros resistentes às condições adversas do lugar, referenciando os primeiros colonizadores, e de caráter revolucionário alusivo aos inconfidentes. Sendo assim, esses intelectuais republicanos dedicados às narrativas da história sobre Minas Gerais se basearam nos elementos fornecidos pela geografia do local, pelos traços biológicos, pelos ícones do nacionalismo, pelas instituições, pelos relatos e pelos mitos, entre outros aspectos marcados como específicos de identificação da comunidade. Aspectos estes que serão tratados logo adiante no texto. (POLLAK, 1989, p. 16; CASTELLS, 2003, p. 79; KOZEL et al., 2007, p. 171; SOARES, 1989, p. 225; GOMES, 2010, p. 16). Dessa forma, em todo o texto, consideramos que a memória histórica e a percepção paisagística contribuem para a apropriação coletiva dos lugares simbolicamente construídos como características regionais, que dão origem às associações entre os indivíduos e a terra, fonte das identidades. (CASTRO, 2012, p. 50).

Com essas considerações, o artigo traz em destaque a paisagem construída historicamente para representar a natureza de Minas Gerais e para despertar a identificação dos mineiros com o

---

<sup>10</sup> Para Chartier (1990), as nossas interpretações de mundo são determinadas pelos grupos que as forjaram, necessitando que o historiador analise seus discursos, posições e interesses para captar o imaginário social que as dão significado. O imaginário analisado pelo historiador comporia um sistema de imagens e ideias que representam e significam a coletividade. A respeito do imaginário social sobre territórios, cf. PESAVENTO, 1995, p. 280-1.

território. A noção de paisagem trabalhada nesse texto é compreendida como criações da humanidade a partir das ideias que tecem sobre a natureza, o espaço e sobre si mesma. O que envolve a percepção, a interpretação, a seleção e a organização dos elementos vegetais, minerais, geográficos e culturais disponíveis. Aos elementos também se misturam as memórias de determinados grupos ou indivíduos, os interesses e os saberes advindos de diversas esferas humanas, transformando-os em paisagem. (SERRANO, 1993, p. 20; SCHAMA, 1996, p. 16-24; CORREA, 2008, p. 137).

Dessa forma, o artigo analisa fontes como o Pico do Itacolomi foi alocado às histórias e memórias sobre Minas Gerais, à reorganização política e econômica do estado e que foi representado como um dos elementos da natureza que participa da identidade paisagística e sociocultural do estado. Na primeira seção, colocamos como o Itacolomi foi evocado pelo grupo contrário à mudança da capital e nos discursos de exaltação das regiões mineradoras quando grupos políticos, técnicos e intelectuais empreenderam e discutiram projetos para o reaquecimento da mineração e o desenvolvimento industrial do estado. A segunda discute o pico no processo de consagração de Ouro Preto como cidade relíquia de Minas, ao qual foi alocado às memórias e mitos como um ponto de referência e palco de acontecimentos significativos para a história. Por último, apresentamos como a identificação dos ouro-pretanos com o Itacolomi ocorreu no momento em que as montanhas foram tomadas como elemento característico do território mineiro e parte da construção identitária do perfil político e social da região. Em suma, procuramos captar a invenção simbólica do Itacolomi como parte significativa da paisagem no momento de definição e de organização das referências ao passado e dos discursos sobre o futuro de Minas Gerais.

### **Um símbolo de conciliação em Minas Gerais**

Carvalho (2005, p. 55, 63-65) considerou que as divergências políticas e econômicas entre as regiões mineiras no final do século XIX geraram uma fragilidade do estado no cenário nacional e resultaram nos debates pela mudança da capital. O autor analisou como essa situação que denotava uma desunião precisou ser enfrentada pelos grupos dirigentes para que Minas ocupasse uma posição privilegiada na Primeira República. O autor argumentou que Belo Horizonte representaria, assim, uma síntese das vozes que ecoavam de várias partes do estado, representativas

das elites mineiras<sup>11</sup>: Do “ouro”, ligada à ideia de liberdade que vinha da zona central mineradora, de ordem política e mais urbana; da “terra”, que falava pela tradição, pela vida rural, conservadora e equilibrada; e, juntas, fazer a ponte de união com a insurgente voz do “ferro”, de modernização e desenvolvimentismo.

Os nomes dessas vozes trabalhadas pelo autor fazem referência aos aspectos naturais que marcam a história econômica mineira. Desde o início da colonização de Minas, a natureza foi associada à imagem de recursos inesgotáveis a serem explorados. Em meio à era de Revolução Industrial e reorganização econômica da nação, os mineiros procuraram demonstrar que o estado era rico em elementos minerais para tornar próspero o tesouro nacional, sendo o minério de ferro o mais promissor deles. (SILVA, 1995, p. 80; DANTAS, 2001, p. 113-114; PIRES, 2007, p. 72; VERGANA, 2010, p. 146-8).

No processo de construção de Belo Horizonte e dos receios pela desvalorização da antiga capital, a ideia de recuperação das atividades mineradoras povoou os horizontes de expectativa dos ouro-pretanos. Os grupos contrários à mudança se apegaram às lembranças dos “áureos” tempos de produção, ditos opulentos. Mesmo que voltados para um “passado de glória”, falaram também nos “ventos do progresso” que seriam trazidos pela produção do ferro. (NATAL, 2006, p. 3; SILVA, 2013, p. 72-97). O editorial do *Jornal Mineiro* (24 out. 1897, p. 1) reafirmava as crenças no potencial econômico de Ouro Preto, dizendo que ela tinha elementos para prosperar e que a sua riqueza era admirada e desejada pelo mundo inteiro. Depositava esperanças de que o “tesouro mineiro” atrairia uma grande população e seria o centro de grandes indústrias.

Tomando o Itacolomi como a paisagem da cidade e por estar inserido na porção mineira de maior ocorrência de camadas auríferas e de minério de ferro, os antimudancistas anunciaram

---

<sup>11</sup> A ideia aqui referida de elites das zonas estaduais, para compreender as metáforas das vozes, considera a divisão feita por Dulci (1999, p. 108). O autor diz que no Plano Econômico havia grupos que representam a elite agrária e a empresarial, mais ligada ao setor industrial. Já no Plano Social, tinha a elite técnica, que adentrou pelo poder público e atuou nos projetos de modernização do estado, e a elite tradicional, clientelista e de grupos familiares locais. Em outra forma de articular essa divisão, o autor as diferenciou entre tradicional e moderna, sendo a primeira ligada aos grupos políticos e agrícolas e a segunda referente aos setores mais urbanos, industriais e técnicos. Como ressalva, consideramos que essa descrição das elites não as isola em sua tipologia, pois elas devem ser compreendidas em suas bases de composição, como a “elite técnica” que, em sua maioria, tinha origem e estava ligada à “elite tradicional” ou “empresarial”, por exemplo. Ver também: DULCI, 1984, p. 7-32; BOMERY, 2005, p. 143-4.

que seria a partir dele que os capitais estrangeiros afluiriam para o estado e trariam glórias para Minas Gerais.<sup>12</sup> Nas palavras de um deles, o literato José Palmella,

[...] a cidade de Ouro Preto renasce e se desperta do seu profundo leito de ferro, e mármore para apresentar-se ao mundo, que a supunha já morta, com a sua fronte cingida de brilhantes, [...] abaixo do Gigantesco Itacolomy, [...] que parecia, naquela imponente elevação, aplaudir e alegrar-se por esta festa industrial, que simboliza mais um triunfo, mais um brilhante hino em homenagem ao grande soberano do mundo civilizado – O Progresso; [...] e apontado com a sua mão altaneira aos estrangeiros, que desejarem tomar assento em suas frescas montanhas, dizendo-lhes: Eis aí as ricas minas de ouro, ferro, mármore, etc. EXPLORAI E ENRIQUECEI, TRANSFORMAI E CIVILIZAI. Subi, subi para o zimbório da luz da liberdade e do progresso. (PALMELLA, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 13 jan. 1892, p. 3 e 4).

Com essas colocações, o literato retomou a indicação do Pico como uma referência geográfica para a região por onde o desenvolvimento avançaria, transformando-o num “emblema orográfico” das riquezas. As crônicas coloniais sobre os descobrimentos das minas assinalam diversos picos que foram observados pelos bandeirantes para localizar os vales e serras auríferas, como Itatiaiaçu, Itacolomi, Itabirito, Itabira, etc. A partir dos poemas do poeta Claudio Manoel da Costa (1729-1789), o Itacolomi recebeu maior destaque como referência para se localizar as Minas de Cataguases. Referência retomada a partir dos movimentos de exaltação de Ouro Preto na história regional. (TORRES, 2014; 2016)

Nos discursos dos antimudancistas, o Itacolomi foi considerado o guia de pedra que anunciava que ali era o polo econômico da República, como no passado narrou-se que ele guiou os bandeirantes até os vales auríferos. (MIRANDA, 1947, p. 49; SARAIVA, 1947, p. 1). Depois desse movimento antimudancista, que se tornou influente nos grupos de políticos moderados que mantiveram a capital na parte central do estado<sup>13</sup>, é possível compreender que a replica do Itacolomi na Praça da Liberdade era mais do que um lugar de memória para os ouro-pretanos saudosistas. Era o pico também tratado imagem-síntese da região de maiores riquezas naturais de Minas, que

---

<sup>12</sup> As atenções direcionadas às potencialidades minerais da Serra do Itacolomi no século XIX são encontradas desde os estudos de Eschwege e constatadas pelos Contratos de arrendamentos para exploração de ferro e manganês naquelas terras, estabelecidos entre a Intendência Municipal e engenheiros brasileiros. (ESCHWEGE, 1996, p. 203; \_\_\_\_\_, 2002, p. 55; COLEÇÕES de decretos..., 1891-1892; CONTRATOS e Arrendamentos..., 1896-1917).

<sup>13</sup> Para maiores estudos sobre a reorganização política mineira republicana em relação à mudança da capital, cf. RESENDE (1974) e SILVA (1977).

representaria que os interesses dos grupos políticos e oligarquias mineradoras, maioria ouropretana, não estavam aliados do regime republicano.

A divulgação dos estudos de geologia e mineralogia sobre as reservas de minério em Minas despertou o interesse nacional pelas áreas próximas à Ouro Preto. Os grupos políticos e econômicos da zona mais central, que passou a ser chamada Metalúrgica no início do século XX, incentivavam a utilização daquele potencial produtivo ainda pouco explorado e de grande interesse das indústrias internacionais. Mas os esforços modernizadores e a dinamização da economia esbarravam nos interesses agroexportadores, base do poder em nível nacional. O desenvolvimento das atividades mineradoras na zona Central necessitava do apoio político das oligarquias cafeeiras e pastoris para se organizar e progredir, ligadas às zonas Sul e da Mata. (SILVA, 1995, p. 48 e 80; DULCI, 1999, p. 47-8, 55-6 e 207).

Silva (1977) e Carvalho (2005) apontam que a reorganização política mineira iniciou quando o Sul se aliou à zona Central, a partir de 1898, com a reestruturação do Partido Republicano Mineiro. Para fortalecer o estado no cenário nacional, líderes das oligarquias regionais se reuniram em uma só legenda de ideias políticas partidárias, quando os poderes executivo e legislativo estadual foram transferidos para a nova capital. Fato que, segundo Wirth (1982), contribuiu para conciliar também os interesses econômicos dessas duas regiões, Especialmente para Silva (1977, p. 10, 82-93), seria o perfil de cada um – o polo econômico do Sul ligado aos cafeicultores paulistas e o de tradição política da parte Central – que configurou a imagem da política mineira consolidada nacionalmente: governista e conservadora. Já a posição privilegiada do estado se estendeu ao nível federal quando Silviano Brandão, político do Sul eleito presidente de Minas entre 1898 e 1902, aliou-se ao Presidente da República Campos Sales, representante das oligarquias paulistas. Por este ângulo, coloca a autora que a bancada mineira na Câmara Federal se posicionava de forma clientelista, em acordo com a política do presidente do estado e em favor das negociações com o presidente da República.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> A região Metalúrgica, em termos de representação política, pareceu-lhe a grande responsável pelo caráter clientelístico progressivamente impresso à política econômica do estado e essencial na articulação de bases de apoio e sustentação das oligarquias. (SILVA, 1977, p. 10-16, 55, 82-93 e 116. Ver também: ARRUDA, 1990, p. 36; CARVALHO, 2005, p. 63).



Tal aliança teria sido mais forte no governo estadual de João Pinheiro, entre 1906 e 1908, que procurou manter boas relações com os proprietários rurais e despertar os interesses das oligarquias para a indústria e a mineração. Carvalho (2005, p. 66-68) afirma que Pinheiro representou não apenas o elo entre as zonas mineradoras e as cafeeiras, mas o início da passagem de uma mentalidade agrária para a mentalidade desenvolvimentista. Esse político procurou também garantir o predomínio político e econômico de Minas no sistema federativo como o estado que traria maiores progressos nacionais.<sup>15</sup> Pinheiro exaltou em seus discursos os êxitos da mineração no passado e buscou anunciá-la como o futuro, pois considerava que ela seria essencial para colocar a nação no caminho do desenvolvimento industrial. Defendeu, assim, a expansão do que chamou de “indústria natural” do estado, reforçando a imagem de Minas como produtora mineral. (DULCI, 1999, p. 47-48 e 192-3; SILVA, 1977, p. 48, 58-59, 80 e 103; SANTOS, 2014, p. 149-153).

No mesmo período de gestão política, Afonso Pena foi eleito Presidente da República e chamou atenção para a mineração como uma das principais atividades promissoras do país. A partir de então, governos federais e estaduais empreenderam esforços mais efetivos em torno da modernização produtiva.<sup>16</sup> Foram implementadas medidas de investimentos no conhecimento técnico e na agroindústria; de defesa das riquezas naturais, incentivos às iniciativas nacionais no campo dos transportes, mineração e siderurgia; e de maior atuação do Estado no rearranjo econômico. (SILVA, 1977, p. 13, 23, 100-114; DULCI, 1999, p. 26-28 e 207-208; CARVALHO, 2005, p. 66-68; SANTOS, 2014, p. 140-153).

Para Silva (1977, p. 48-9, 58-61, 83-89, 114-119), a região da Mata teve um dinamismo maior no impulso industrial com empreendimentos estrangeiros (capitalistas) e se envolveu mais na agroindústria, com os esforços mais renovadores e progressistas no início da década de 1920.<sup>17</sup>

Em 1920, uma “Missão Belga” de aproximação econômica acompanhou a visita do rei da Bélgica à Belo Horizonte, por ocasião das comemorações do centenário da Independência. A

---

<sup>15</sup> Para as considerações sobre os esforços modernizadores no período destacado e as condições econômicas de Minas no processo de industrialização, ver: GOMES, 2005; SANTOS, 2014, p. 140-149.

<sup>16</sup> Afirma Dulci (1999, p. 207) que foi no “tratamento da questão mineral que a articulação ideológica entre regionalismo e nacionalismo se expressou mais cabalmente”.

<sup>17</sup> A partir do governo de Delfim Moreira (1914 a 1918), iniciou-se o período de ascensão de líderes políticos da Mata, que levou Raul Soares à Secretaria de Agricultura e Artur Bernardes à líder do PRM, depois governador de Minas e presidente da República.

intenção da Missão era abrir negociações com o governo de Artur Bernardes para os investimentos na siderurgia. Como o estado não contava com condições financeiras que permitissem levar adiante a implantação de indústrias para aproveitamento das riquezas minerais, o então presidente de Minas aceitou a proposta do grupo Belga-luxemburguês de formar parcerias com companhias privadas nacionais. Os empreendimentos realizados na região de Sabará e Monlevade marcaram uma nova fase de mineração no estado, realizados pelo grupo belga em parceria com empresas mineiras, que deram origem a Cia. Belgo-Mineira. Naquele período, a quase totalidade da exploração mineral ainda era feita pelas companhias estrangeiras, principalmente inglesas, norte-americanos e belgas.

18

Para receber os visitantes reais belgas em Belo Horizonte, a Prefeitura reformou completamente a Praça da Liberdade, substituindo o paisagismo típico de jardim inglês pelo francês. Nessa reforma, a réplica do Itacolomi em concreto foi retirada e a praça ganhou fontes de águas, passeios ortogonais e, por toda parte, postes e ornamentos em ferro. Na ocasião, a Praça foi ornamentada com iluminação e, na via central, foi colocado como monumento temporário uma réplica da Torre Eiffel, construção em ferro ícone da França industrial. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997; FERNANDES, 2011, p. 57).

Segundo Motta (1992), aqueles eram tempos em que novos símbolos foram usados para demonstrar a modernização da nação e as capitais foram tratadas como vitrines do progresso. O ambiente político e intelectual brasileiro definiu-se pelo desejo de industrialização, aliado à política nacional-desenvolvimentista a partir do governo varguista. Era preciso que o Brasil transformasse as reservas minerais em riquezas para o crescimento econômico do país. Carvalho (2005, p. 69-71) coloca que em Minas, até antes do governo de Israel Pinheiro, início da década de 1970, optou-se pela ênfase na indústria de base sem desequilibrar as políticas em torno do setor rural. O que, para o autor, configurou a política de modernização mineira como conservadora. Os esforços modernizadores da indústria de base foram intensificados com a expansão da Belgo-Mineira e pela implantação da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), da Usiminas e de outras empresas.

---

<sup>18</sup> Esse fato gerou muitas críticas, por parte de políticos e de técnicos das atividades mineradoras, direcionadas às concessões dos governos para os grupos capitalistas em detrimento dos empreendimentos nacionais. (DULCI, 1999, p. 207-208; SILVA, 1977, p. 61-2; SANTOS, 2014, p. 148).

Além da Zona Metalúrgica, a porção sudoeste da Zona Vale do Rio Roce foi incorporada ao polo minero-siderúrgico, chamada de Vale do Aço. (CARVALHO, 2005, p. 69-71; SANTOS, 2014, p. 117, 142-151; SILVA, 1995, p. 61-2 e 79).

Além da necessidade de união política do estado nos seus primeiros anos, Belo Horizonte igualmente deveria representar a modernização de Minas nesse cenário de industrialização do país. Imagem que apareceu com mais vigor a partir da década de 1940, com as reformas do prefeito Juscelino Kubitschek e do governador Benedito Valadares. A cidade se tornou o centro das políticas de cunho modernista e industrializante, das quais destacamos a construção da Cidade Industrial, em Contagem, e o complexo arquitetônico da Pampulha. A criação de polos industriais nas capitais e pelo interior trazia a atmosfera cultural de que o Brasil estaria no caminho do desenvolvimento para se tornar “uma grande nação”. A cidade de São Paulo, com arranha-céus, avenidas e indústrias, e, posteriormente, a arquitetura da nova capital federal, Brasília, também despontaram como símbolos da modernização brasileira. (CARVALHO, 2005, p. 64-65; CHACON, 2005, p. 202-9; PENNA, 2005, p. 303-5).

Naquela era desenvolvimentista, a natureza permaneceu nas referências paisagísticas e identitárias ligadas ao desenvolvimento econômico. Diversas montanhas no Brasil assumiram uma dimensão simbólica representativa no processo de modernização. (AZEVEDO, 2007, p. 58-68; CARVALHO, 2015, p. 381). Em Belo Horizonte, a Serra do Curral passou a ser explorada devido ao seu alto potencial de produção do minério de ferro para as siderúrgicas. Pelo viés paisagístico, a serra foi considerada patrimônio natural da cidade e escolhida pela população como o local que melhor simboliza a capital mineira. (MACIEL et al, 2016). Por sua vez, o Itacolomi foi tomado como monumento natural símbolo paisagístico de Ouro Preto.<sup>19</sup> Mesmo a formação mineral do Pico não sendo de ferro e a base da Serra não apresentasse grandes reservas auríferas em comparação às outras do Espinhaço, o Itacolomi se tornou uma referência importante para falar na mineração do futuro desde, pelo menos, os discursos dos antimudancistas. Em síntese, como

---

<sup>19</sup> A respeito de algumas manifestações mais recentes sobre o Itacolomi como símbolo de Ouro Preto e da história da mineração, como exemplo, citamos: SELO de 300 anos de Ouro Preto, IPHAN, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1479/ouro-preto-ganha-selo-especial-em-homenagem-aos-300-anos>; OURO PRETO. Lei n. 337 de 18 jun. 2007. Institui o Dia Municipal do Pico Itacolomi (24 de junho); PREFEITURA de Ouro Preto lança nova identidade visual, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ouopreto.mg.gov.br/noticia/262/prefeitura-de-ouro-preto-lanca-nova-identidade-visual>.

colocaram posteriormente Vasconcellos (1909) e Senna (2006), os discursos de progressos de Minas estiveram, assim, amparados pelo passado e envolveram os valores atribuídos aos elementos naturais como sinais de riquezas no processo de reorganização econômica e política mineira.

Como aponta Dulci (1999, p. 192-193), ademais, havia nessa analogia de “atraso e progresso” também a construção e reprodução da identidade regional, que se desdobrava na literatura, historiografia e em muitos aspectos da vida política mineira como discutido a seguir.

### **O Itacolomi na história de Minas Gerais**

Para um dos ex-presidentes de Minas nos primeiros anos da República, o antimudancista Cesário Alvim, Minas era o único estado em que as “tradições ainda estavam enraizadas” e, por isso, era “preciso amar o passado” pelos seus elementos constitutivos da identidade mineira e brasileira. (ALVIM, 1894, p. 1). Os sujeitos dedicados à escrita da história formavam uma “elite intelectual” preocupada com o futuro da nação. Nos primeiros anos da República, o campo historiográfico se empenhou em recuperar eventos e personagens com o interesse principal de resumir uma época da história do Brasil, cujo tema central pautou-se na conquista da liberdade. Os estados também competiram entre si pela definição de um projeto nacional e os intelectuais procuraram destacar as posições de cada ente federativo nas narrativas históricas sobre o país. As memórias construídas sobre o passado apresentaram variações consoantes aos hábitos, valores, interesses e momentos históricos específicos de cada região do país. Em Minas Gerais, além da “vocação mineral”, resgatou-se a Inconfidência Mineira para simbolizar o estado como berço dos movimentos pela libertação do Brasil que teriam culminado na Independência e na Proclamação da República. Resgate que envolvia a construção de uma memória sobre o passado colonial de riqueza cultural e econômica. Como assinalou Palmella (1891), alguns mineiros participantes da Inconfidência foram destacados. Dentre eles, Tiradentes se tornou uma figura-central para a ordem política republicana, tomado como um sujeito histórico da luta pela liberdade, de postura antimonárquica e de ideário de progresso. (FONSECA, 1998, p. 58; DULCI, 1999, p. 199-200; ENDERS, 2000, p. 50; CALLARI, 2001, p. 59-77; GOMES, 2010, p. 15).

Em nível local, os ouro-pretanos procuraram reafirmar o lugar de Ouro Preto dentro dessa memória histórica. Coloca Tuan (1980, p. 114) que a história se torna visível em monumentos e as

batalhas e conquistas são lembradas para intensificar o amor e a lealdade por determinado lugar. Nesse intento, os defensores da cidade convocaram um panteão de personagens da cultura literária e histórica mineira na crença de que seus nomes ou seu sangue santificaram aquele solo. Como principal palco de movimentos como a Revolta de Felipe dos Santos (ou de Vila Rica) e da Inconfidência, disseram que Ouro Preto deveria ser honrada e preservada do esquecimento. O que envolveu definir a cidade como centro sagrado para a nação, cidade-relíquia berço do pensamento republicano e de luta pela liberdade nacional. (CHAGAS, 1890, p. 3; JERONIMO, 1973, p. 13; FONSECA, 1998, p. 41 e 70-77; MELLO, 1996, p.34-35; MENICONI, 1999, p. 68-82; NATAL, 2006, p. 12-18; SILVA, 2013, p. 91).

Retomando esse momento em que se debatia sobre a mudança da capital, Palmella sugeriu transformar o Pico do Itacolomi num pavilhão de memória dos “heróis da liberdade e da poesia”, onde seria construído um:

formoso Parthenon, com seu elegante peristilo de mármore branco e cor de rosa, que tanto abundam nas mais ricas pedreiras [do] magestoso Itacolomi, [...], em homenagem a ciência e as letras, [...] onde brilharão as estátuas dos imortais heróis da liberdade e da poesia [...], que a História imparcial há de apontar como dignos de tomar assento no imortal Parthenon do Itacolomi. (PALMELLA, 1892, p. 3-4)

Esse e outros projetos apresentados por Palmella que envolviam o Pico do Itacolomi não se tornaram realidade. Sequer constaram como discutidos pelo poder público nos documentos da então Intendência Municipal. Mas as ações em defesa da cidade e de seu passado que faziam referência ao Itacolomi não se encerraram com a mudança da capital.

Ao celebrar a Inconfidência no texto de sua ópera, Augusto de Lima (1897, p. 188-226) exaltou Tiradentes como o “filho dos altos píncaros de Minas” e colocou que o Pico do Itacolomi, elemento utilizado para representar Ouro Preto, foi o ponto de origem dos “ventos de liberdade”. Publicada como livreto, a ópera *Tiradentes* conta que o inconfidente andava “errante pelas serranias” preocupado com a Derrama. De repente, viu descer “do alto do Itacolomy [uma] enorme estrela [que] começou a chispar fulgor intenso”: era a figura de Felipe dos Santos que vinha lhe dar inspiração e força. Já na cena do depoimento de Tiradentes, o inconfidente diz que já tinha três anos que o “astro luminoso pelo Itacolomy baixou a terra”, dando-lhe “a graça das visões divinas”.

Que seus olhos viram na elevada Serra surgir a sombra “de um herói glorioso” da região e por isso tinha a missão de defender seu povo.<sup>20</sup>

Nas décadas seguintes à mudança da capital, os defensores de Ouro Preto procuraram construir uma imagem de imutabilidade ao longo do tempo, na qual a paisagem representativa da cidade seria o sinal de que a memória e as tradições estariam ali guardadas. Como restos do passado, a singularidade do seu traçado urbano e da paisagem, carregada de aspectos nostálgicos que a diferenciava da nova capital, deveria ser guardada como herança para o futuro. Para Senna (1920, p. 5-6), cada pedra ali da serra e da cidade era uma relíquia do passado, o “cenáculo da Inconfidência” onde se podia respirar “um ambiente de liberdade”, de ares “puros e lavados” das montanhas que “o Itacolomy legendário” governava. Não foi de forma descontextualizada, portanto, que a réplica do Pico do Itacolomi ocupou a principal praça da nova capital, que era o símbolo do poder e da política mineira.

Artistas e demais intelectuais colocaram Minas Gerais e, especialmente, Ouro Preto no foco do chamado modernismo brasileiro. O valor que depositaram nas tradições culturais, nos objetos artísticos e nos artefatos arquitetônicos e históricos embasaria os processos de estetização e patrimonialização daquela cidade.<sup>21</sup> Já na década de 1930, os esforços dos ideológicos do governo varguista e dos modernistas para afirmar laços entre o regime e os personagens da história nacional levaram o Estado a instituir o culto aos heróis nacionais e à criação de vários símbolos e monumentos. O primeiro deles foi a própria cidade de Ouro Preto, considerada Monumento Nacional, em 1933. Com o resgate dos restos mortais dos inconfidentes degradados para a África, foi inaugurado o Museu da Inconfidência como “o panteão oficial” de homenagem e memória, em 1942. (GONÇALVES, 1988, p. 270-272; ARRUDA, 1990, p. 50-51; MENICONI, 1999, p. 82-101; NATAL, 2007, p. 13-15).

---

<sup>20</sup> As cenas compostas por Lima (1897, p. 188-226) muito se aproximam ao episódio bíblico de que Jesus tinha uma missão a ser cumprida e pela qual morreria. De forma semelhante, Jesus havia subido num monte em refúgio quando uma luz baixou sobre o lugar e o iluminou, surgindo ao seu lado as figuras de Moisés e Elias para o consolar e dar ânimo no seu martírio. Callari (2001, p. 77) analisou que o Tiradentes da ópera bradava a todo o povo como fez Cristo no episódio Sermão da Montanha. Afirma ainda que Lima foi quem mais se empenhou na consolidação do culto à Tiradentes e demais inconfidentes, desde que foi diretor do APM e membro fundador do IHGMG. Cf. MATEUS, 17:1-9. In: BIBLIA Sagrada. Disponível em: [www.bibliaonline.com.br](http://www.bibliaonline.com.br).

<sup>21</sup> Cf. em NATAL, 2006, p. 14-18; SILVA, 2013, p. 91; MENICONI, 1999; CALLARI, 2001, p. 77; LIMA, 2009; GONÇALVES, 1988, p. 270-2; BAHIA, 2007 p. 67.

Se não foi no Itacolomi que o Estado edificou o panteão de pedra em honra aos chamados heróis nacionais, como desejou Palmella, construiu-se “em papéis” - através das histórias, lendas, poemas e imagens -, o Itacolomi como um ponto de referência para a história mineira. Nos temas caros da nascente escrita da história mineira, como os primeiros achados do ouro que deram início ao povoamento da região<sup>22</sup> e a Inconfidência, o Itacolomi foi referenciado como testemunha da “intrepidez heroica da terra”<sup>23</sup> e palco de acontecimentos significativos desse processo memorialístico.

Nora (1993, p. 7-28) afirma que cada sociedade recorta o espaço e constrói uma representação dele que traga à mente o passado que foi transformado nas raízes do povo, pois é na passagem que a memória se sustenta. Em Minas Gerais, na construção e ampliação dos lugares de memória, coube também à natureza o papel de cenário onde se desenrolaram conquistas, martírios e fatos marcantes para a sociedade.<sup>24</sup> O Itacolomi, um dos “vestígios sólidos da memória”<sup>25</sup>, foi o aspecto da natureza posto no centro da história de Minas Gerais. Vasconcellos escreveu que

O Itacolomy, [...] entrevisto no dedalo das cordilheiras longínquas, foi, em verdade, o centro de gravitação, o farol da conquista e da posse em todo o território. [...] Belo **monumento** de Deus, posto no centro de nossa terra, como **dos homens, no centro de nossa história**, depois de ter atraído os fundadores de nossa pátria – presides e presidirás a romaria das gerações ao arquivo de nossas tradições! Mago, que trouxeste o ouro à Belém da civilização! (VASCONCELLOS, 1906-1911, p. 269-278. Grifo nosso)

Para o diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto, Racioppi (1940, p. 14), o Pico do Itacolomi não foi apenas o farol na posse do território, senão também “o guia da inteligência e do espírito, [...] que indicava aos que tinham sede de liberdade e de saber a Meca das Tradições e a fonte inesgotável e incorruptível de civismo e de luz”. Para Dias (1912, p. 1), nas narrativas sobre

---

<sup>22</sup> O Pico do Itacolomi foi comumente citado como o altivo pico que serviu de sinal daquele lugar onde se “originou” Minas Gerais. SENNA, 1896; VASCONCELLOS, 1906-1911; \_\_\_\_\_, 1912; SANTOS, 1927; VASCONCELLOS, S., 1944; LIMA JR., 1962; \_\_\_\_\_, 1978; CABRAL, 1969; JERÔNIMO, 1973; MATOS, 1979. Todos tiveram como fontes as crônicas e documentos contidos em: CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 171-5; ANTONIL, cap. I-IV e X, [s.n.]; COSTA, 1897, p. IX-XVI.

<sup>23</sup> Expressão de Mário de Lima num poema transcrito em: MIRANDA, 1940, p. 4.

<sup>24</sup> Correa (2012, p. 52) e Roncaglio (2007, p. 25-6) apontam como a geografia teve influência na transformação da natureza em paisagem como cenário para a história. Sobre os lugares de Memória, cf. CHOAY, 2001.

<sup>25</sup> Sobre as montanhas como vestígios da memória do tempo distanciado, ver: WILLIAMS, 1991, p. 23.

o passado, de “simples ponto culminante de uma serra”, fez-se do pico “o ponto culminante da epopeia da história mineira”.

Em suma, a definição de lugares históricos, termo que une fatos e personagens à determinado espaço, como o Pico do Itacolomi, participa do processo de identificação dos indivíduos com o território, seja ele sua terra natal ou onde tecem suas experiências de vida. De acordo com Halbwachs (1990, p. 160), nossos pensamentos e ações estão ligados à sucessão de imagens que nos rodeiam. Cria-se uma ideia de paisagem que desperta o amor ao espaço que seria um lugar central<sup>26</sup> para a história, no qual os elementos naturais se tornam radiadores das memórias e sentimentos afetivos. As exaltações de Ouro Preto estenderam-se às serras, despertando os sentimentos pela natureza que configurava a cidade. (CABRAL, 1969, p. 170; SENNA, 1910, p. 19; JERÔNIMO, 1973, p. 5).

### **A paisagem do Itacolomi na ideia de mineiridade**

As mesmas referências que ligaram memórias e histórias aos aspectos naturais locais acompanharam a construção cultural da paisagem de Minas Gerais como montanhosa. A definição de uma paisagem mineira, por artistas e intelectuais do século XX, relaciona-se à forma como trabalhavam a questão da identidade regional, da organização política e como questionavam o próprio espaço em que viviam e atuavam. Sampaio (1977, p. 7-8) coloca que a natureza se tornou quase uma obsessão para aqueles que procuraram traçar uma imagem para o estado, associada à história da mineração, dos movimentos políticos e do estilo de vida do povo mineiro. Na paisagem, as fazendas e cidades coloniais comporiam os cenários juntamente com os ribeiros, as porções da Mata Atlântica e, de forma mais expressiva, as montanhas. Sintetizou Arruda (1990, p. 51) que não foi “qualquer imagem, mas aquela singular, forte e imaginativa. Minas tem feições alpinas”.

Como categoria artística e poética, a “Paisagem Mineira” se consolidou nacionalmente com o modernismo.<sup>27</sup> Dentre os pintores modernistas, destacamos Alberto Guignard, cujas obras

---

<sup>26</sup> Tuan (1980, p. 114-115; 1983, p. 44 e 156) coloca que as pessoas, em todos os lugares, tendem a considerar sua terra natal ou à qual se sentem pertencentes o “lugar central”, pois remete à ideia de interno e de regresso às origens.

<sup>27</sup> Desde o imaginário mítico sobre esmeraldas e prata que formariam montanhas, a cadeia descontínua de serras mineiras foi citada para descrever a configuração natural dessa porção do território nacional. Mas elas nem sempre foram a principal referência para os mineiros e, a princípio, os imaginários sobre a natureza não trouxeram uma valoração positiva delas na paisagem (ANDRADE, 2011, p. 30; KLINTOWITZ, 2000, p. 5-10; TORRES, 2016).



procuravam recriar a geografia de Minas com traços que amenizavam o contorno das montanhas no horizonte da cena. Em muitas telas, como na imagem abaixo, o céu com nuvens, as montanhas e a vegetação ganhavam mais importância que os elementos da cidade. (ANDRADE, 2011, p. 22-25).

**Figura 3** - Paisagem imaginária de Minas. Alberto da Veiga Guignard, 1947.



**Fonte:** Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Disponível online em: <http://museuguignard.mg.gov.br>

Retornando aos primeiros anos da nova capital, as revistas ilustradas de circulação em Belo Horizonte, a *Vida de Minas* e a *Vita*, procuravam mostrar aspectos sociais, artísticos, políticos e divulgar as paisagens representativas do estado. Nos cabeçalhos de cada página, os nomes das revistas vinham gravados sobre uma cena de paisagem, na qual as montanhas estavam presentes.<sup>28</sup> A revista *Vita* dedicou seu cabeçalho exclusivamente ao perfil alcantilado das serras de Minas. No contexto em que o poder público e os intelectuais mineiros procuravam unir politicamente todas

<sup>28</sup> Revista *Vida de Minas* (1913-1914) e Revista *Vita* (1915-1916). Acervo do APCBH, Coleção Revistas Diversas.

as regiões mineiras em torno da nova capital - símbolo da modernização -, com a antiga - lugar da tradição e origem dos ideários de liberdade e progresso, a revista demonstrou essa conciliação através da natureza. Especialmente a partir da sua décima terceira edição, de julho de 1914, as formações naturais escolhidas para compor o cabeçalho marcavam ambas as -cidades, a Serra do Curral e o Pico do Itacolomi [Fig. 4], unidas na paisagem como se estivessem próximas.

**Figura 4** - Cabeçalho da revista *Vita*.



**Fonte:** *Vita*, n. 13, jul. 1914. Coleção Revistas Diversas, APCBH.

Para Camillo Torres, em *Homem e a montanha*<sup>29</sup>, tanto a nova como a velha capital estavam no centro de Minas, lugar montanhoso que influenciou a conformação política, econômica e cultural de todo o estado. Ali seria o centro gravitacional das instituições, sensibilidades, hábitos, símbolos e práticas em torno do qual se dispunha a sociedade mineira. Mas continua que a fazenda estava perto. Aquele centro da “sociedade urbana e burguesa” estava em união com o mundo rural pela economia agrária e pela gente que vinha do interior. (TORRES, 2011, p. 66-77, 127, 173-181)

Uma das obras mais influentes em relação à paisagem montanhosa para caracterizar o estado foi *Voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima (pseudônimo literário, Tristão de Ataíde), intelectual modernista e católico atuante nas reformas educacionais no regime varguista. Para o autor, a voz que falava por Minas perante todas as demais do Brasil soava da “montanha”, tendo conformado a vocação dos mineiros para a política a partir dos líderes com destaque nacional. A imagem da montanha na paisagem descrita em sua obra trazia a sensação de permanência e estabilidade,

---

<sup>29</sup> Diz Andrade (2011, p. 31-42) que o ensaio foi construído diante do impacto da implantação da CVRD, em 1942, na cidade natal de Torres, Itabira. Ele e seus conterrâneos identificavam-se fortemente com o Pico do Cauê e algumas obras projetavam uma ligação afetiva ou tomavam o próprio elemento como objeto. É o caso dos poemas de Drummond, também itabirano. O poeta do arcadismo Claudio Manoel, nascido numa fazenda na Serra do Itacolomi, projetou a mesma ligação e inspiração relacionada ao Pico do Itacolomi.

essencial no momento em que se buscava a unidade entre as regiões de Minas e do território nacional. (LIMA, 1946, p. 11, 47, 65-6, 73,135-9 e 227). Guimarães Rosa expressou que essa visão sobre Minas como “lugar montanhoso”, cuja voz ressoava nacionalmente, conseguia unir as várias Minas pelo discurso de conciliação entre tradição e progresso. Embora sejam muitas como uma mistura de várias partes, Minas se encerrou em uma: era o “Estado montanhês, Suíça Brasileira, Alterosa”. Minas é montanha, resumiu (ROSA, 2012, s.p.).

Foi a partir da República e da mudança da capital que o discurso de que Minas Gerais estava inteira encerrada nas montanhas foi apropriado para criar certo grau de unidade e coesão das várias partes, como ideia de fronteira para todo o território mineiro. Políticos, artistas, historiadores, geógrafos, memorialistas, ensaístas ou outros intelectuais influenciaram o imaginário local e nacional sobre Minas Gerais na definição de uma pretensa identidade mineira. Martins Filho (2009, p. 105 e 229) indicou que os discursos de conciliação presentes nesses ideólogos da identidade mineira foram importantes naquele momento em que faltava integração política, geográfica e histórica, devido a forma, o período de ocupação, a população e a cultura econômica. Esses sujeitos que norteavam os planos políticos e culturais sintetizaram como “mineiridade”<sup>30</sup> - uma tradição forjada -, o conjunto de valores, costumes e traços que seria específico do território e do povo mineiro. A ideia de mineiridade encerrava o discurso de união da população através de um “jeito de ser” comum na personalidade e na conduta, apropriando-se dos acontecimentos políticos e culturais e das representações do território para forjar essa tradição de “povo singular da nação”. (DULCI, 1984, p. 7-32; ARRUDA, 1990, p. 14-15; MARTINS FILHO, p. 137-184; RAMALHO, 2015, p. 9-12).

Em Camillo Torres (2011, p. 65-70 e 77), Minas seria uma formação territorial vista a partir do relevo e das atividades econômicas<sup>31</sup> ao longo do tempo e o povo teria nascido no fundo dos

---

<sup>30</sup> Ramalho (2015) e Arruda (1999) definem que a construção de uma identidade mineira foi definida e fixada por aqueles que nortearam as práticas políticas e culturais. Políticos, artistas, historiadores, geógrafos, memorialistas, ensaístas ou outros intelectuais influenciaram o imaginário local e nacional sobre Minas Gerais. A ideia de mineiridade encerrava o discurso de união da população através de um “jeito de ser” comum na personalidade e na conduta, apropriando-se dos acontecimentos políticos e culturais e das representações do território para forjar essa tradição de “povo singular da nação”. Cf. também DULCI, 1984, p. 7-21.

<sup>31</sup> Mineração nas regiões montanhosas do centro; pedras preciosas nos rios do norte e oeste; couro nas chapadas norte, oeste e sul, o café nas colinas do sul, sudeste e, posteriormente, centro-oeste.

vales aos pés de morros íngremes. O relevo orográfico, o isolamento e o efeito do clima daquelas altitudes é que teriam transformado os mineiros em pessoas de caráter reservado, ponderado e melancólico. Mas também de coragem, lutando para sobreviver em meio àquele ambiente hostil. Conclui, assim, que foi do casamento do homem com as montanhas que nasceu a civilização mineira – urbana e burguesa. Pondera Lima (1946, p. 41 e 47), citando Senna, que o mineiro era uma “gente conservadora de tradições e de hábitos, aferrados à terra e ao lar”, representativos do mundo agrário, mas formados no seio das ‘montanhas alterosas”.

Latif (1960, p. 195, 206-213) considerou que mesmo esse encerramento geográfico tendo produzido o “único tipo de brasileiro realmente montanhês”, um alteroso habituado e integrado àquela natureza, havia a combinação de outros fatores que moldaram a população. Segue que, se as montanhas dentro de Minas isolaram do restante do país uma sociedade que se formou diferente, a origem do “ser mineiro” trouxe um pouco de cada um: do nordestino que descia com as tropas de gado, do paulista que subia em busca do índio e das riquezas minerais, do português, dos indígenas, etc. Já no nível estadual, afirma que o próprio mineiro procurou fugir à paisagem dominante das montanhas quando mudou sua capital. Abandonou Ouro Preto e, do outro lado da serra que dividia a “zona das lavras” abertas, encontraram um vale circundado por campos. Era uma paisagem mais amena, mesmo que houvesse a montanha por perto. Mais tranquila para os espíritos humanos e que refletia um outro aspecto do caráter da população, formada por homens urbanos e pelos que viviam no mundo rural.

No pensamento desses intelectuais construtores da ideia de mineiridade havia a inspiração do paradigma da necessidade humana em dominar e submeter a natureza, alterando o ambiente e conformando as paisagem. Ao mesmo tempo, eles compreendiam que os homens também eram moldados pelas peculiaridades do meio em que nasceram e viviam. A intelectualidade brasileira refletia em suas obras as teorias de determinismo geográfico e de desenvolvimento social, que falavam sobre a conformação do caráter dos povos e das causas do progresso/civilização das sociedades associados às regiões geográficas, dando atenção para o meio natural sob o qual os homens construíram suas experiências. Esse paradigma geográfico já teria marcado as interpretações sobre os povos das Minas Gerais desde o início da sua ocupação. No *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, atribuído ao Conde de Assumar e

colaboradores, a região mineradora foi descrita como naturalmente conflituosas e seus moradores marcados pelo caráter de rebelião. No documento, aqueles que viviam em meio às montanhas eram associadas à rudeza, mas também de força e valentia. (CAPANEMA, 2014, p. 32-33). Em Cláudio Manoel da Costa, nascido em Mariana, há as mesmas referências à natureza penhascosa das Minas que moldaria com dureza a alma dos nascidos e criados ali. (COSTA, 1798, soneto XCVIII; SOUZA, 1994, p. 45-61). Até depois de meados do século XX, essa perspectiva sobre as relações das sociedades com a natureza permeava os estudos históricos, geográficos e antropológicos. (DUARTE, 2005, p. 89; GOMES, 2010, p. 18; BARBOSA, 2009, p. 24).

Propõe Dulci (1999, p. 200-204) que é preciso discernir as funções ideológicas das construções identitárias dos homens, territórios e natureza. Essas imagens convencionadas para o mineiro nos discursos intelectuais serviam para unificar culturalmente Minas Gerais e definir a noção de comportamento político cultivada pelas elites. Ao organizar o discurso em torno da mineiridade, seus idealizadores uniriam as classes dominantes de várias regiões do estado para fortalecer os interesses do estado na arena nacional, justificando e reafirmando seu lugar no processo modernizador e na história nacional em face das demais unidades federativas, como o cidadão e político capaz de defender a liberdade e o “progresso” da nação.<sup>32</sup> Como “titãs das selvas”, diz Mattos (1995, p. 75-78), os homens adentraram e ocuparam o sertão agressivo “das gerais”, tornaram-se fortes e decididos em meio às “florestas assustadoras e terríveis, cercada de montanhas alteneiras”, onde os mineiros se habituaram e criaram seus “sonhos das alturas e das liberdades”. Já Racioppi (1940, p. 10) afirmou que foi “da altivez dos fundadores e povoadores [...] que proveio sem dúvida o caráter de independência” do mineiro. Como “povo típico das montanhas”, estavam “habituaados a resolver por si as dificuldades que, a cada passo, encontravam na sua árdua faina [...]”. E o maior exemplo desse povo para a nação seria Tiradentes, o “imortal montanhês”. (DA DIREÇÃO..., 1927, p. 130; PIRES, 1927, p. 18)

---

<sup>32</sup> RAMALHO, 2015, p. 44-46. O autor ainda diz que Senna e D. Vasconcellos, nesse sentido, desempenharam um papel de destaque na produção intelectual com temas ligados à formação étnica da população e aos aspectos dos recursos naturais, da geografia e da história. Embora eles tivessem posições opostas sobre a formação do povo: o primeiro valoriza as diversas etnias e enfoca os nascidos na terra; o segundo exalta os ancestrais europeus dos colonizadores para falar do caráter de retidão, honradez e civismo dos mineiros.

Diante dos vários problemas sociais e dos conflitos políticos gerados pelos regimes de governos, que atravessaram a primeira metade do século XX, o perfil do mineiro combativo pela nação foi tomado como exemplo para todo o país. Contra o Estado Novo, diz Ramalho (2015, p. 57-58), a imagem de Minas defensora da liberdade e que permaneceu unida, mesmo com diversidades regionais, foi exaltada pelos intelectuais para “incitar ‘os mineiros’ à ação política de reconstrução da democracia”. Dessa forma, segue o autor, ressaltava-se que o mineiro, pela sua “vocação política” e de democracia, deveria assumir sua identidade histórica de vocação política e democrática para tomar para si a tarefa de reconstrução nacional.

Com o fim do Estado Novo e a reorganização política nacional, Freyre (1965, p. 16, 22, 34-35) conclamou os mineiros “a desempenharem sua missão política para o país”, baseando-se no suposto perfil de “ordem, liberdade e mineiridade” desse espírito que descia “das montanhas de Minas sobre todo o Brasil”. Para Freyre, as montanhas que geraram “a gente mais altiva” que ocupava na capital federal, nos outros estados e no estrangeiro a difícil responsabilidade da administração e da política, detentora “da arte política de compreensão e conciliação dos extremos” que afligiam os brasileiros. (RAMALHO, 2015, p. 57-63)

Na mesma interpretação, o grupo carnavalesco Clube dos Lacaio trouxe para o carnaval ouro-pretano de 1947 a representação do Itacolomi como sentinela da até então bissecular de Ouro Preto, o guarda que protegia a memória e as tradições mineiras que dali florescia. No primeiro e maior carro alegórico, na figura da pedra maior destacou-se, em verde e amarelo, o rosto do recém-eleito governador Milton Campos. No fundo, havia as montanhas com um sol representando a liberdade em clima de “guerra ao comunismo”, como escrito em outro carro alegórico. Essa foi a ideia de paisagem para Minas Gerais e o perfil dos mineiros que se consolidava no imaginário social não apenas dos ouro-pretanos, mas dos brasileiros sobre a mineiridade. Nela, o Itacolomi figurou como “Condor das Montanhas”, o rei das maiores alturas que simbolizava “as glórias e a altivez do povo mineiro”. (TRIBUNA DE OURO PRETO, 30 mar. 1947, p. 3; SARAIVA, 22 nov. 1947, p. 1).

A partir da década de 1940, as propagandas e os discursos sobre o avanço do setor industrial realçavam personagens mineiros do passado que teriam se dedicado aos mesmos projetos, como

os inconfindentes Tiradentes e Alvares Maciel.<sup>33</sup> Para aquela atualidade, políticos como Kubistchek e Israel Pinheiro foram considerados governadores voltados para o futuro e representantes do caráter moderno, progressista e democrático. (VASCONCELLOS, 1968; DULCI, 1999).

Em 1959, o então governador Bias Fortes proferiu um discurso de exaltação da história de Ouro Preto, colocando que era “do alto destes serros sagrados” que se daria o futuro de liberdade civil, política e industrial. (FORTES, 1959, p. 5-21). Mas para ele, embora Minas ostentasse a flâmula da rebeldia, em referência às insurreições setecentistas, o estado ocuparia um papel central na reconstrução nacional pela sua imagem de união e de postura política moderada, traço marcante de políticos importantes ligados para a história republicana mineira, como Silviano Brandão, Augusto de Lima e João Pinheiro. Características estas que Bias Fortes, igualmente um ex-governador do grupo de republicanos moderados, considerou necessárias para a nação naquele momento. Essa visão de cidadãos unidos e moderados foi exaltada no acirramento das disputas ideológicas no âmbito da política, principalmente a partir da década de 1960, período da Ditadura Militar. No sentido de unificar as elites regionais e mobilizar os setores conservadores-oposicionistas, o discurso da tradição de liberdade da família mineira contra as ameaças internas e internacionais foi mobilizado por grupos que se autodenominaram “novos Inconfidentes” (STARLING, 1986, p. 15-19; RAMALHO, 2015, p. 72-77).

Ao pensarmos no momento político atual da experiência brasileira, no qual a pesquisa deste artigo foi realizada e o texto originalmente escrito, não podemos deixar de refletir sobre como as construções de estereótipos em torno do perfil político mineiro estão presentes no desenrolar dos acontecimentos no cenário das eleições nacionais. A penúltima eleição presidencial, em 2014, foi uma disputa entre dois candidatos mineiros, Aécio Neves e Dilma Rousseff. O grupo pessedebista mineiro, herdeiro das bancadas perremistas da Primeira República e progressistas no Estado Novo, derrotado e insatisfeito com os resultados das urnas, articulou a ideia de mineiridade<sup>34</sup> ao se transvestir de porta-voz da liberdade como fizeram os “novos-Inconfidentes”. Mas também se mostrou de perfil político equilibrado e conservador dos costumes, que colocaria a nação no rumo

---

<sup>33</sup> Um dos ensaios que resgatou os inconfindentes para falar da indústria foi *Rosa de Ouro*, do historiador e político Afonso Arinos. (FRANCO, 2007, p. 275-8).

<sup>34</sup> Ramalho (2015, p. 9) aponta a articulação da mineiridade nos discursos de A. Neves desde que tomou posse do governo estadual, em 2002.

do desenvolvimento e da estabilidade ao promover suas atividades econômicas ditas tradicionais. Reuniram-se novamente com outros estados para reclamar sua pretensa “vocalização política para salvar o país”, em nome da ordem e da “guerra aos comunistas”. Todavia, Carvalho (2005, p. 65 e 75) ao observar esses traços ideológicos que marcam os discursos e ações dos grupos políticos dominantes em Minas, fala da sua esperança de que um dia virão “vozes novas surgidas das várias camadas da população, até aqui incapacitadas de falar, [que vão] em direção a um outro valor [...]: da justiça, da inclusão, o mais necessário não apenas a Minas, mas a todo o Brasil”.

### **Considerações Finais**

Os esforços em prol da reorganização política e econômica de Minas, desde o final do século XIX, envolveram a conciliação entre os grupos oligárquicos regionalistas e a atuação dos governos estaduais em torno da ideia de desenvolvimento do país. No contexto de investimentos em alternativas à agricultura cafeeira, sem entrar em conflito com o setor rural, os interesses de políticos e de empresas estrangeiras foram direcionados para as áreas mineiras com potencial para a mineração e implantação da siderurgia. Desenvolveram-se nesse processo várias manifestações retóricas e literárias de orgulho pela exuberância, abundância e fertilidade da natureza no território mineiro. Mas os idealizadores dos projetos modernizadores em Minas entendiam que o futuro de progresso não poderia ser desligado do passado. Buscaram nas antigas cidades coloniais a imagem de riquezas, de vida urbana e intelectual e os atores políticos e sociais marcantes no cenário nacional. No intento conciliatório entre tradição e modernização, passado e futuro, a nova capital foi inaugurada e viveu seus primeiros anos procurando congregiar os grupos regionalistas e animar os ouro-pretanos, valorizando a história antiga de Minas. (SILVA, 1977, p. 81; DULCI, 1984, 13; BOMERY, 2005, p. 143; CARVALHO, 2005, p. 61-2)

Nesse processo, foram tratados temas ligados à luta pela liberdade e pelo progresso com narrativas sobre a formação do território e os eventos caros para a memória nacional, numa tentativa de recuperar as origens do pensamento republicano. Nas narrativas, destacou-se a saga dos paulistas na busca pelas riquezas minerais, a colonização efetiva da região e as revoltas contra a administração portuguesa para justificar o predomínio econômico de Minas e valorizar o passado político combativo de seus habitantes. Novamente, as montanhas foram mencionadas para falar da formação de Minas. Se Ouro Preto foi tomada como nascedouro da identidade, sua paisagem



montanhosa compunha o berço dos mineiros. (FONSECA, 2007, p. 652; KOZEL et al., 2007, p. 171; CASTRO, 2012, p. 18, 98-113). Foram enfatizadas as condições naturais para despertar também o amor pelo lugar, criar ou intensificar a relação dos sujeitos com o território e construir o perfil cultural regional. Na construção de um imaginário sobre Minas Gerais e na reordenação das suas raízes, os aspectos históricos, culturais, políticos e ambientais que conformaram o território foram fundamentais para a identidade mineira ligada à montanha. As paisagens representativas do estado foram fundamentais na construção do sentimento de pertencimento, que contribuiu para a coesão social em torno da identidade regional.<sup>35</sup>

Parte da identificação dos ouro-pretanos com sua terra natal, o Pico foi transportado também para a identidade e para a história mineira. Na ideia de paisagem montanhosa e de mineiridade, o Itacolomi foi um peculiar emblema na ligação entre a natureza e os habitantes de Minas Gerais. Em outro ponto de ligação, ele guardaria em suas camadas rochosas as marcas dos feitos e personagens significativos para a história republicana. Nas memórias históricas, foi tratado como o farol que guiou os homens no passado às riquezas minerais e que igualmente iluminaria o futuro da região em relação ao ideal de modernização para todo o país. Não menos importante, rememoriaria aos mineiros sua formação histórica e cultural em meio às altas serranias. A importância da réplica do pico exposta na Praça da Liberdade para este trabalho, assim, deu-se na busca por compreender a articulação do Itacolomi nas ligações estabelecidas entre a tradição e a modernização desejada para Minas e na esfera da identidade, como um monumento natural na paisagem que se tornou referência para se falar tanto “das glórias passadas” como dos “progressos futuros”.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

A Mudança da Capital – da Gazeta de Pitanguy. **A Ordem**, Ouro Preto, 6 jun. 1891, p. 1.

ALVIM, C. **Opinião Mineira**, ano 1, n. 1, Ouro Preto, 5 jan. 1894, p. 1.

ANDRADE, C. D. Praça da Liberdade sem Amor. **Jornal do Brasil**, 16 nov. 1974, p. 5.

---

<sup>35</sup> Sobre a relação entre representação do território, pertencimento e identidade na coesão social, cf. CHARTIER, 1991, p.173-191; BOURDIEU, 1999, p. 112-115, 126-7; ESPINDOLA, 2007, p. 5 e 6.

- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil), cap. I-IV e X, [s.n].
- AZEVEDO, A. Um passeio à Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 33, p. 179-211, 1982.
- CABRAL, H.B.S. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: [s.d], 1969.
- CARNAVAL de 1947, Clube dos Lacaiois. **Tribuna de Ouro Preto**, 30 mar. 1947, p. 4.
- CHAGAS, L. Mudança da capital. **A Ordem**, Ouro Preto, 31 dez. 1890, p. 3.
- CÓDICE COSTA MATOSO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Vol. 1. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1999.
- COLEÇÕES de decretos do Governo Provincial e Constitucional do Estado de Minas Geraes de 1891-1892**. Acervo: APCBH. Coleção: Legislação da Prefeitura de Belo Horizonte, 1891-1826; Livro II (1896-1917), fl. 1 Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.
- COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. O Arraial de Bello Horizonte. **Revista Geral dos Trabalhos, E.M.G.**; I. Rio de Janeiro: H. Lambaerts & C., Tomo I, abril de 1895.
- CONFERÊNCIA proferida pelo deputado Nelson de Senna na Escola de Minas. **Auri-Verde**, Notas Diversas, n. 11, jun./jul. 1920, p. 5-6.
- CONTRATOS e Arrendamentos**. Livro II (1896-1917), fl. 1. Acervo: AMOP, Livro de Contratos da Prefeitura.
- COSTA, C. M. Fundamentos Históricos. In: **Villa Rica**. Ouro Preto: Typ.do Estado de Minas, 1897, p. IX-XVI.
- COSTA, C. M. Fundamentos Históricos. **Obras poéticas de Glauceste Saturnio** - Tomo 2. Costa, 1729-1789. Florianópolis: UFSC, s.d. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=16554](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16554)
- DA DIREÇÃO. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (Origem; histórico; fins; sede). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXI, n. 2, abr./jun. 1927.
- DIAS, B. Editorial. **O Itacolomy**, n. 1, 14 jul. 1912, p. 1.
- DICIONÁRIO biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte – 1894-1940**. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 1997.
- EDITORIAL. **Jornal Mineiro**, ano 1, n. 10, Ouro Preto, 24 out. 1897, p. 1.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Brasil, novo mundo**. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1996-2001.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Jornal do Brasil: 1811-1817**, ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2002.

- FORTES, B. Exaltado em Ouro Preto a memória dos Inconfidentes. **Revista do IHGMG**, vol. VI, p. 5-21, 1959.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Belo Horizonte: Bilhete Postal**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais João Pinheiro, 1997.
- FRANCO, A. A. M. **Rosa de Ouro**. Org., transc. e apres. de Afonso Arinos Filho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- FREYRE, G. **6 conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio ed., 1965.
- GUIMARÃES, B. A cabeça do Tiradentes. In: **História e Tradições da Província de Minas-Geraes**. Rio de Janeiro, Brasília: Civilização Brasileira, INL, 1976. [Publicada em 1872]
- JERÔNIMO, A. T. **Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto**. s.: Ed. Lemi, 1973.
- LATIF, M. B. **As Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1960.
- LIMA JÚNIOR, A. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- LIMA JÚNIOR, A. **As primeiras vilas do ouro**. Belo Horizonte: Est. Gráf. Santa Maria, 1962.
- LIMA JÚNIOR, A. Tiradentes - ópera lyrica em 4 actos. Libreto. **Revista do Archivo Público Mineiro**, Ouro Preto, Imp. Off. MG, 1896, p. 188-226.
- LIMA, A. A. **Voz de Minas**. Ensaio de sociologia regional brasileira. 2ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Ed., 1946.
- LOPES, R. A natureza e os monumentos culturais. **Revista da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, p. 77-96, 1937.
- [MATEUS]. N.T., Mateus, 17:1-9. In: **BIBLIA Sagrada**. [Online]. Disponível em: [www.bibliaonline.com.br](http://www.bibliaonline.com.br)
- MIRANDA, R. R. Discurso pronunciado pelo eng. de minas e civil por ocasião das solenidades realizadas no dia 12 out. (aniversário da Escola de Minas). **Tribuna de Ouro Preto**, 18 out. 1947, p. 49.
- PALMELLA. Ouro preto e seus progressos atuaes... **Estado de Minas**, Ouro Preto, 19 dez. 1891, p. 4; 29 dez. 1891, p. 2; 13 jan. 1892, p. 3 e 4.
- PIRES, A. O. S. A ideia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXI, n. 1, p. 17-40, jan./mar. 1927.
- RACIOPPI, V. **Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto**. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.
- RELATÓRIO apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**. 12 set. 1899 – 31 ago. 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902. Acervo: APCBH, Relatório de Prefeitos.

- ROSA, G. Aí está Minas: a mineiridade. **Jornal Opção**, 4 a 10 mar. 2012 (Online). Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/ai-esta-minas-a-mineiridade>. [publicado originalmente na revista *O Cruzeiro*, de 25 ago. 1957].
- SAMPAIO, M. **A paisagem mineira**. Belo Horizonte: Fundação Palácio das Artes, 1977.
- SANTOS, L. J. **A Inconfidência Mineira**: o papel de Tiradentes. São Paulo: Esc. Prof. Salesiano, 1927.
- SARAIVA, B. Cata Branca: Mina fatídica. **Tribuna de Ouro Preto**, 22 nov. 1947, p. 1.
- SENNA, N. C. Discurso pronunciado... **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 16. Belo Horizonte: Impr. Off., 1910.
- SENNA, N. C. Ephemerides... Factos mineiros dos séculos XVI-XVII. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 out. 1896, p. 2.
- SENNA, N. C. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Memória política de Minas Gerais**: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 2006.
- SILVEIRA, Vitor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imp. Offic., 1926.
- TORRES, J. C. O. **O homem e a montanha**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- VASCONCELLOS, D. Bi-Centenário de Mariana (Villa de N.S. do Carmo). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 17, p.23-29, 1912.
- VASCONCELLOS, D. Descobrimientos na zona do Rio das Velhas. In: SENNA, N. **Anuário de Minas Geraes**, v. 1. Belo Horizonte: 1906-1911, p. 269-278. Acervo: Biblioteca Nacional. [Grifo nosso].
- VASCONCELLOS, D. Discurso de inauguração do IHGMG. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p. p.213-220, 1909.
- VASCONCELLOS, S. **Bandeirismo**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, vol. XV, 1944.
- VASCONCELLOS, S. **Mineiridade**: ensaios de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- VIANNA, F. J. O. Minas do lume e do pão. In: **Pequenos estudos de psicologia social**. 3ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

### **Bibliografia**

- ANDRADE, M. G. Estudo Crítico. In: TORRES, J. C. O. **O homem e a montanha**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- ARRUDA, M. A. N. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

- AZEVEDO, Ú. R. **Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais:** potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BAHIA, C. L. M. Metamorfoses da metrópole. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIII, n.2, p. 61-73, jul.-dez. 2007.
- BARBOSA, E. M. et. al. **História ambiental e direito ambiental:** diálogos possíveis. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009.
- BOMERY, H. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BORGES, M. E. L. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand, 1999.
- CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.
- CARVALHO, A. V. As normativas referentes ao meio ambiente e os campos de ação da arqueologia. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: Nepam, 2009.
- CARVALHO, A. I. de. Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 375-397, 2015.
- CARVALHO, J. M. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTRO, P. M. G. **Minas do Sul:** visão corográfica e política regional no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHACON, V. A genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. In: GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, v. 5, n. 11, p.173-191, 1991.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CORREA, D. S. Descrições da paisagem - construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Vária História**, v. 24, n. 39, Belo Horizonte, jan/jun. 2008.

- CORREA, D. S. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012.
- DANTAS, M. A. M. (org). **Espaços da ciência no Brasil – 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- DUARTE, R. H. **História & natureza**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DULCI, O. S. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais hoje**. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984.
- DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- ENDERS, A. O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, jul. 2000.
- ESPINDOLA, H. S. Transitividade entre história-espço e história-natureza... In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007, p. 1-8.
- FARIA, C. A. P. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social. In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
- FERNANDES, L. D. Praça da Liberdade, Belo Horizonte. In: **As praças cívicas das novas capitais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FONSECA, J. F. M. **Tradição e modernidade**: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- FONSECA, T. N. L. Representações de um passado de ouro: mitos, memórias e imaginário da inconfiência. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. **As Minas setecentistas**; v. 2. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2007.
- GOMES, A. C. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.
- VIDEIRA, A. A. P. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES, A. C (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- GONÇALVES, J. R. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais**: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- JARDIM, A. C. M. **O mito de Marília de Dirceu – 1792 a 1889**: aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da Nação Brasileira. Dissertação

- (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.
- JULIÃO, L. BH – Itinerário da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
- KLINTOWITZ, J. **A paisagem mineira**. Belo Horizonte: Artes Gráficas, 2000.
- KOZEL, S.; COSTA, J. da; GIL FILHO, S. F. (org.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. Curitiba: NEER, 2007.
- KURY, L. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 2, p. 267-291, jul.-out. 1998.
- LE MOS, C. B. Uma centralidade belo-horizontina. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIII, n. 2, p. 92-111, jul-dez. 2007.
- LIMA, K. T. de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In: II ENCONTRO MEMORIAL: nossas letras na História da Educação, 2009, Mariana. **Anais...**, 2009.
- MACIEL, R. C.; DORNAS, A.; ENGLER, R. C. Paisagem, simbolo e cidade. In: 4o. Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. Desafios e Perspectivas, 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: MACPS / IPHAN / IEDS / ICOMOS-BRASIL, 2016.
- MARQUES, T. P.; MAGALHÃES, C. M. Técnica, Arte e Cultura nos jardins de meados de oitocentos até ao limiar do Século XX, em Portugal e no Brasil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, UFES, Vitória, **Anais...**, 2013.
- MARTINS FILHO, A. V. **O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.
- MATOS, R. J. C. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais**. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893. Belo Horizonte: Ed. Arquivo Público de Minas Gerais, 1979.
- MATTOS, A. **Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Banco Safra, 1995.
- MELLO, C. F. B. A noiva do trabalho – Uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). **BH - Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
- MENICONI, R. O. M. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- MOTTA, M. S. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.
- NATAL, C. M. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2006.

- NATAL, C. M. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933.** Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- NORA, P. **Entre memória e História: a problemática dos lugares.** Trad. Yara A un Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PENA, J. C. Israel Pinheiro e o desenvolvimento de Minas Gerais. In: GOMES, A. C. **Minas e os fundamentos do Brasil moderno.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- PESAVENTO, S. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290, 1995.
- PIRES, J. R. F. **Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMALHO, W. S. C. **A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2015.
- RESENDE, M. E. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, Belo Horizonte, set. 1973. **Anais...,** 1974.
- RONCAGLIO, C. **O Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- SANTOS, E. M. B. **O parque e a estrada: uma análise acerca de conservação e desenvolvimento na trajetória do Parque Estadual do Rio Doce, 1934-2000.** Tese (Doutorando em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- SCHAMA, S. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SERRANO, Célia M. T. **A invenção do Itatiaia.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1993.
- SILVA, O. P. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. **Revista Geonomos,** n. 3, v. 1, p. 77-86, 1995.
- SILVA, R. M. da. A Caducidade das Disposições Transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). **Revista Almanack,** n. 5, maio, p.72-97, 2013.
- SILVA, R. M. da. Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem,** Irati, v. 3, n. 3, set-dez. 2012.
- SILVA, V. A. C. **A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais (1889-1920).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.



- SOARES, L. E. República: Evocação da origem, reconstrução do princípio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 225-231, 1989.
- SOUZA JR., P. G. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. **Revista Vivência**, Natal, UFPN, n. 28, p.179-198, 2005.
- SOUZA, L. M. Estudo Crítico. In: **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: FJP, CEHC, 1994.
- STARLING, H. M. M. **Os senhores das Gerais**: os novos incondidentes e o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TORRES, R. G. Da praça à montanha: a paisagem identitária de Ouro Preto, Minas Gerais, na Primeira República. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, pp. 1-14, 2015.
- TORRES, R. G. O 'Paraíso Terrestre' como Arcádia ou um 'Parnaso Mineiro'? A natureza na poesia de Cláudio Manoel da Costa. III ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG, 2014, Belo Horizonte. Anais... Publicado em: **Temporalidades**, v. 6, Suplemento, pp. 107-116, 2014.
- TORRES, R. G. **O parnaso mineiro**: a construção histórica da paisagem do Pico do Itacolomi (1889-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, 1980.
- VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- VERGANA, M. R. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase José Veríssimo da Rev. Brasileira (1895-1900). In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Faperj, 2010.
- WILLIAMS, R. **O povo das montanhas negras**: o começo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## “Um abraço do samba ao *semba*”: diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil na década de 1980

"The samba hug the *semba*": musical and political dialogues between Angola and Brazil in the 1980s

**Alexandre Reis dos Santos**

Doutorando em História  
Universidade Federal Fluminense  
reis.alexandre@gmail.com

**Recebido em:** 16/08/2018

**Aprovado em:** 24/05/2019

**Resumo:** o presente artigo busca traçar um breve panorama sobre os intercâmbios musicais e políticos entre Angola e Brasil. Também tem por objetivo analisar de maneira sintética os discursos sobre as matrizes africanas da música brasileira expressados por músicos e intelectuais negros e não negros entre as décadas de 1970 e 1980. Os referidos discursos influenciaram a realização do Projeto *Kalunga*: quando uma comitiva de dezenas de músicos brasileiros excursionou por Angola em plena guerra civil no ano de 1980. Outra intenção é examinar a influência do samba brasileiro sobre o *semba* angolano e que sentidos podem ser extraídos destas trocas culturais acerca da agência política dos músicos angolanos.

**Palavras-chave:** História Transnacional, Diáspora Negra, História de Angola.

**Abstract:** the present article seeks to provide a brief overview of the musical and political exchanges between Angola and Brazil. It also aims to analyze in a synthetic way the discourses on the African matrices of Brazilian music expressed by black and non-black musicians and intellectuals between the 1970s and 1980s. These discourses influenced the realization of the Kalunga Project: when an entourage of dozens of Brazilian musicians toured Angola during the civil war in the year 1980. Another intention is to examine the influence of the Brazilian samba on the Angolan *semba* and what senses can be extracted from these cultural exchanges about the political agency of the Angolan musicians.

**Keywords:** Transnational History, Black Diaspora, History of Angola.

O Brasil tem uma história de afastamentos e aproximações com o continente africano. O fato de que, praticamente, metade da população brasileira ser descendente dos africanos trazidos à força no período escravista nos aproxima. Os mais de trezentos anos de contatos deixaram no Brasil marcas profundas na nossa sociedade. Já o afastamento pode ser detectado, por exemplo, pelas aspirações de nossas elites, sobretudo as de finais do século XIX e início do XX, em europeizar os costumes e as práticas culturais brasileiras e embranquecer a população (BITTENCOURT & CORREA, 2011). Ao longo do século XX, o afastamento e o desinteresse pelo continente africano, sobretudo no plano das relações exteriores, perduraram até o início da década de 1960 quando intelectuais e diplomatas influenciaram a política de Estado brasileira dando um novo enfoque à relação com os países africanos (DÁVILA, 2010). Vale destacar que iniciativas individuais ou coletivas de aproximação empreendidas por religiosos, intelectuais e artistas ocorreram antes e continuaram a ocorrer ao longo desse período (VERGER *apud* BUTLER, 2011, p.149). O presente artigo busca lançar luz sobre uma destas iniciativas ocorridas nos anos 1980 no campo musical e político.

Para diversos intelectuais, músicos e artistas brasileiros negros e não negros, a ideia de uma “mitologia coletiva da terra natal” (*homeland*) e de “um retorno idealizado à terra natal” – a “Mãe África” – são elementos discursivos centrais nas suas produções artísticas e na construção de suas identidades (SAFRAM, 1991, pp.83-84 *apud* BUTLER, 2001, p.191). Em diversos contextos, tempos e lugares essa matriz foi evocada para o fortalecimento das identidades negras na Diáspora (SANSONE, 2017). Tal evocação é central frente aos embates políticos de suas respectivas conjunturas. No Brasil dos anos 1970 e 1980, a luta por mais direitos, pela denúncia do racismo e da ideia de democracia racial têm como força aglutinadora esta noção de um passado comum. Valorizar esse passado, essa África grandiosa do passado mais distante era valorizar a si mesmo no presente (SANTOS, 2014, p 138.) e ao mesmo tempo fortalecer laços de pertença essenciais às mobilizações coletivas. Em todo caso, o que acontecia na África numa conjuntura temporal mais próxima – a era das independências e lutas por libertação – pouco apareceu nas temáticas de canções e nos discursos dos músicos brasileiros desta época.

Por outro lado, também pouco se sabe sobre como os próprios africanos viam estes usos e evocações que se faziam das matrizes africanas no Brasil. E de que forma isso influenciou as ações e experiências destes sujeitos na outra margem do Atlântico, sua relação com os cenários

políticos africanos e as disputas que se travavam entre os diversos movimentos sociais, bem como o impacto deste processo na sua cena musical.

Três eventos musicais são importantíssimos para se entender tais relações e funcionarão como o cerne destas breves reflexões. Principalmente o primeiro deles, o *Projeto Kalunga*<sup>1</sup>: ocorrido no ano de 1980, que consistiu na visita de um grupo significativo de músicos brasileiros, jornalistas, técnicos e produtores musicais as terras angolanas. Compunha esta comitiva Chico Buarque, Martinho da Vila, D. Ivone Lara, Clara Nunes, Djavan, Miúcha, Edu Lobo, Francis e Olívia Hime, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo, Dorival Caymmi, João do Vale, entre outros. Foi seguido pelo *Canto Livre de Angola*, quando músicos angolanos “retribuíram” a visita e excursionaram pelo Brasil em 1983. Já o terceiro, chamado de *Kizombas* consistiu em encontros bienais no Brasil de músicos e artistas de Angola, Moçambique, da região do Caribe, enfim, de várias partes do Atlântico Negro (GILROY, 2001)<sup>2</sup> a partir de 1984.

### **O samba veio do *semba* ou o *semba* veio do samba?**

Esse retorno a “mãe-África”, como mencionado anteriormente, foi uma motivação importante para muitos dos músicos que fizeram parte do *Projeto Kalunga*. Martinho da Vila, por exemplo, declarou em seu livro de memórias que Angola possivelmente seria a terra dos seus bisavós (DA VILA, 1992). Já Dorival Caymmi, segundo a jornalista Dulce Tupy (2017), foi principalmente à Angola para conhecer “seu berço”, ou seja, para conhecer “suas raízes”. D. Ivone Lara, que também integrou a comitiva do *Kalunga*, declarou no *Programa Ensaio* nos anos 1990: “minha bisavó era angolana” (FARO, 1991).

Há uma visão bastante difundida no senso comum e também por alguns acadêmicos de que o samba brasileiro seria uma derivação do *semba* angolano. Como exemplo é possível citar matéria do jornal *O Globo* (07/01/1983, p.25), que ao noticiar a visita de 21 artistas angolanos – a equipe do *Canto Livre de Angola* – ao Brasil, descreve que a comitiva estava no Brasil para mostrar “sua música, sobretudo a *semba*, da qual provém o nosso samba”. O músico Chico Buarque, peça

---

<sup>1</sup> Para melhor compreensão grafarei em itálico o nome dos eventos musicais abordados, bem como o nome das canções. O mesmo se dará em relação à palavra *semba* e às palavras estrangeiras em língua inglesa ou em alguma das línguas tradicionais angolanas.

<sup>2</sup> Paul Gilroy usa a metáfora do mar e do movimento intrínseco a ele e seus fluxos e refluxos para pensar as culturas produzidas pelos sujeitos negros ao redor do mundo e suas interconexões.

central do Projeto *Kalunga*, tinha algumas expectativas similares sobre a música angolana: “eu imaginava antes que fosse uma espécie de samba. Não é” (TUPY, 1980, p. 19).

Por sua vez, o intelectual Nei Lopes (1998, p.595), ao descrever a etimologia da palavra samba, indica que esta deriva da “raiz multilinguística *semba*, [significa] ‘rejeitar’, ‘separar’, remetendo ao movimento físico produzido na umbigada, que é a característica principal dos povos bantos”, tronco ao qual pertencem os grupos etno-linguísticos angolanos. Já a musicóloga Ariel de Bigault (BIGUALT *apud* KUSHICK, 2016, p. 32) aponta que a palavra *semba* é uma derivação de *Massemba* – plural de umbigada –, passo característico da dança Rebita, um gênero musical que é uma bricolagem de práticas culturais europeias e angolanas. O músico e antropólogo Ricardo Vilas de Sá Rego relata que a ascendência angolana sobre práticas culturais brasileiras é reivindicada de maneira enfática em Angola. Assim, a “paternidade” do *semba* sobre o samba é aguerridamente defendida por alguns músicos e intelectuais angolanos, dentre eles o historiador Filipe Vidal: “precisamos nos reapropriar daquilo a que temos direito [...], a questão da capoeira, a questão do samba” (DE SÁ REGO, 2014, pp.16-17).

O grupo mais emblemático e considerado precursor do *semba* foi o *N’Gola Ritmos*, formado no final dos anos 1940. Composto, entre outros, por Domingos Van Dunnen, Nino Nidongo, Francisco Machado, Amadeu Amorim e Carlos Aniceto Vieira Dias; sendo este último considerado a principal liderança do grupo. Vieira Dias, mais conhecido como “Liceu”,<sup>3</sup> era versado em violão e piano. A ele é atribuído o feito de ter adaptado ritmos tradicionais como a *kazukuta* para violão e desta fusão originou-se o *semba* (ALVES, 2016, p.76). Este cantor e compositor é considerado por muitos o “pai da música angolana” e um grande herói nacional, em parte e também, por conta de suas ligações com a militância anticolonial, chegando inclusive a ser preso em 1959. “Não são presos só pelas letras, mas também por estas ligações”, relatou o cineasta Jorge Antônio, e, assinala: “eram ligados ao Movimento para a Independência de Angola (MIA)” e que “as músicas de *Ngola Ritmos* abriam as emissões de rádio do MPLA na clandestinidade” (LANÇA, 2016, p.3).

---

<sup>3</sup>De acordo com Nascimento (2016) a alcunha de “Liceu” foi dada a Vieira Dias porque no período e na região onde nasceu havia o costume de apelidar a criança de modo alusivo a algum “fato relevante que tivesse acontecido próximo ou na data do nascimento da mesma [...], [e] alguns dias antes, em 19 de Fevereiro de 1919 o Liceu de Luanda [...] fora inaugurado” (NASCIMENTO, 2016, p.77).

De Sá Rego, sobre seus contatos com músicos angolanos quando de seu exílio político na França no final da década de 1960 e início da de 70, declarou:

Ainda em Paris, entre tantos músicos estrangeiros, os brasileiros e angolanos conviviam, e compartilhavam muitas vezes o mesmo espaço cênico.

Assim, no mesmo clube onde eu me apresentava, José Barceló de Carvalho, o Bonga, em dupla com o brasileiro e baiano Tião Perazzo, também fazia seus sets musicais, com um repertório quase que integralmente brasileiro, com exceção de uma ou duas músicas angolanas, que ele cantava com sua voz tão expressiva e pessoal. Também Bonga se exilava da guerra colonial então em curso em Angola.

A intimidade de Bonga com a música brasileira, e de vários outros angolanos com quem tive contato, como Mario Clington, Carlos do Nascimento, Ruy Legot, por um lado me surpreendia.

Os músicos angolanos conheciam as músicas brasileiras com suas melodias e letras, algumas mais antigas e outras de recente lançamento, interpretavam-nas, e não raro, faziam-se passar por brasileiros em suas apresentações (DE SÁ REGO, 2014).

Carlitos Vieira Dias, filho de Liceu e uma das lideranças da comitiva do *Canto Livre de Angola*, conta que seu pai anos antes havia sido membro fundador na década de 1940 de um conjunto chamado “Grupo dos Sambas”. O conjunto tocava principalmente música brasileira:

Porque aqueles anos do tempo do meu pai eles tocavam muitos sambas; o samba era uma música muito ouvida aqui. Sobretudo na classe urbana de Luanda. [...]

Vinham muitos barcos comerciais pra cá [trazendo discos]; então nós ouvíamos aqui o Ataulfo Alves, [...], o Noite Ilustrada (KUSCHICK, 2016, p. 47).

Ainda sobre a música brasileira, esta também era muito presente na obra da dupla angolana *Duo Ouro Negro*, que regravou principalmente nas décadas de 1970 e 1980 canções como *Construção* (Chico Buarque), *Upa Neguinbo* (Edu Lobo e Guarnieri), *Menino de Braçaná* (L. Viera e A. Passos), entre outras. É importante também assinalar que o *Duo* teve uma parceria com o músico brasileiro Sivuca, que participou da gravação de dois dos seus álbuns (ALVES, 2015, p. 136).

Sobre a suposta “paternidade” do *semba* sobre o samba ou do samba sobre o *semba*, o que importa ressaltar é que os dois gêneros musicais compartilham uma gramática cultural (MINTZ & PRICE, 2003). E que, dados seus percursos históricos próprios dialogaram entre si e com outros gêneros, como a rumba congoleza ou a coladera cabo-verdiana – no caso do *semba* – ou com o *jazz* e o *foxtrot*, no caso do samba. Acerca destes intercâmbios estéticos e melódicos, o

escritor angolano Mário Rui Silva assevera: “ritmos e danças de Angola que, levados pelos escravos para fora do país, regressavam à terra modificados, influenciando os jovens angolanos que neles se identificavam” (SILVA,1999, p.7 *apud* DE SÁ REGO, p.106).

Em todo caso, vale acrescentar que o samba carioca se consolidou como gênero na década de 1930 do século XX (VIANA, 1995; HERTZMAN, 2013; CUNHA, 2016), enquanto que o *semba* angolano tem a sua gênese e consolidação nas décadas de 1940 e 1950 (ALVES, 2016, pp.77-100).

### **Antes do *Projeto Kalunga*: Martinho da Vila, sua visita nos anos 1970 e o colonialismo português.**

De acordo com Maurício Barros, Martinho da Vila foi “o primeiro dos integrantes do *Kalunga* [...] a se apresentar em Angola. Isso ocorreu em 1972, quando foi convidado por empresários portugueses para cantar no país, onde já era bastante famoso” (BARROS, 2016, p.120). O músico negro Martinho José Ferreira, é talvez o artista brasileiro mais conhecido e apreciado em Angola. O sambista volta em 1980 com o *Projeto Kalunga* e, posteriormente em 1983, torna-se a peça chave da articulação do *Canto Livre de Angola*. Estes foram os passos iniciais de um intenso e longo intercâmbio cultural, musical e político que o músico estabeleceu com sujeitos angolanos, relação esta que prossegue nos dias atuais.

As “idas e vindas” de Martinho as terras angolanas tiveram início com uma pequena turnê na primeira metade da década de 1970. Conforme relatou em sua autobiografia, esta sua primeira viagem foi muito marcante (DA VILA, 1998, pp. 26-27). Mesmo tendo pouco tempo de carreira – seu primeiro *Long Play* é de 1969 –, Martinho já era bastante conhecido em terras angolanas e segundo seus relatos, sua primeira apresentação atraiu um grande público. “O primeiro espetáculo aconteceu no *N’Gola Cine*, para os negros”, conta o músico e complementa: “imenso e tem gente que nem formiga” (DA VILA, 1998, p. 27).

Em Luanda, além de ter lotado o *N’gola Cine*, realizou shows também no Cinema Avis – posteriormente rebatizado de “Karl Marx”: “fui cantar para a elite portuguesa [branca]”. E acrescenta:

(...) a porta do cinema estava preta de negros, pra me verem entrar, alguns, aquela altura já meus conhecidos.

Perguntei ao empresário português, meu contratante, se poderia botar alguns amigos pra dentro e ele me disse.

-Convite cá já não temos mais e lugares sentado não os há, mas se eles quiserem ficar em pé não há problema. Vá lá na portaria e indica quem são os seus amigos.

Eu nem me preocupei com os conhecidos. Falei da porta para os que estavam a vista.

-Entra pessoal!

Foi uma confusão! A negrada invadiu o recinto dos brancos e eu fiz uma apresentação para a plateia miscigenada (DA VILA, 1998, p. 32).

No período em questão se desenrolavam as últimas lutas pelas independências em alguns países africanos, processo que também ocorria em Angola, cujo marco do início da luta anticolonial armada é em 1961 (BITTENCOURT, 1997) Sobre isto, o artista chega a declarar em seu primeiro show: “lá no Brasil hoje se comemora o sesquicentenário da independência. Espero quando aqui voltar encontrar um país livre” (DA VILA, 1998, p. 31). Desta fala, depreende-se que o show que Martinho descreve em seu livro ocorreu em 07/07/1972, no aniversário de 150 anos da independência do Brasil. À época partes significativas da sociedade angolana se engajavam na luta anticolonial. O contexto político daquele período transparece nos relatos de Martinho: “Deu um branco no povo e eu fiquei muito perdido. Alguém puxou uns aplausos que foram aumentando, aumentando, até todos aplaudirem corajosa e calorosamente” (DA VILA, 1998, p. 31). Um pouco mais adiante no seu relato, o cantor acrescenta: “Depois que soube que os que se excederam na vibração foram presos pela PIDE, a terrível organização policial portuguesa” (DA VILA, 1998, p. 31). A sigla PIDE significa “Polícia Internacional e de Defesa do Estado” e era um órgão que buscava reprimir a luta anticolonial em Angola (BITTENCOURT, 2002, pp.52-54).

Outro ponto que transparece nos relatos de Martinho é a segregação espacial, social e racial entre colonos portugueses brancos e os negros naturais de Angola. Ao se apresentar no Ngola Cine, o artista contou, conforme mencionado anteriormente, que o público era majoritariamente negro. Enquanto que no Cinema Avis, apresentou-se para a elite lusa e seus descendentes, presumidamente branca. Vale destacar que a cidade de Luanda era extremamente demarcada espacialmente e racialmente. Conforme aponta Amanda Alves, nas décadas de 1940 e 1950, Luanda recebe cada vez mais colonos portugueses (ALVES, 2015, pp.61-63). Estes



ocuparam as áreas da chamada “baixa”, sítio originalmente ocupado pelas famílias angolenses<sup>4</sup> negras e mestiças mais abastadas, àquelas denominadas na literatura acadêmica sobre o período colonial, sobretudo no que concerne ao século XIX, como a “elite crioula”. Por conseguinte, os naturais de Angola foram sendo “empurrados” para bairros periféricos como o Bairro Operário, o Bairro Indígena ou para as áreas ainda mais populares, onde as moradias eram bem mais precárias: os musseques. Tais diferenciações, como apontam Nascimento e Souza, se materializavam também nas salas de cinemas. Havia os que eram considerados para os “civilizados”, entre os quais estariam os chamados “brancos” e “assimilados”;<sup>5</sup> se enquadrando nesta categoria salas como o *Nacional* e o já citado *Avis*, e os que eram para os vistos como “não civilizados” – para os chamados “indígenas” ou a população dos musseques<sup>6</sup> em geral – (NASCIMENTO & DAS FLORES, 2017).

Ainda sobre a primeira visita de Martinho a Angola, o músico também excursionou pelas províncias de Benguela, Lobito, Huambo, entre outras. Seus intensos contatos com o povo e com os músicos angolanos começaram a se refletir na sua produção artística e em diversos outros projetos ao longo dos anos 1970 e 1980. Como exemplo é possível citar seu álbum de 1973, *Origens (Pelo Telefone)*, que traz a canção *Som africano*, gravada em uma das línguas locais angolanas:

Munani cotundê cotundegole/ Munami zê caiê movungumone/ Ai munami zambiamiê/Ai munami zambiamiê/ Munami zê caiê movungumone/ (...)  
Munami umbolo gui sambila querie/ Munami zê caiê movungumone” (DA VILA, 1972).

De acordo com texto disposto na capa do álbum a tradução é:

“Meu Filho José, não saia de casa, há muito perigo nas ruas. Se você ficar, sei que vamos amanhecer juntos. Mas como sei que quando eu adormecer você vai sair, peço a Deus para trazê-lo de volta inteiro” (DA VILA, 1972).

---

<sup>4</sup> Termo usado pelos naturais de Angola para se autodesignar. Também era comumente usado pelo grupo o termo “Filhos da Terra” para se descrever.

<sup>5</sup> Os naturais de Angola que mais se aproximavam do modelo “civilizacional” imposto por Portugal – falar, ler e escrever português, ter uma profissão, ser monogâmico, vestir roupas “ocidentais” – deveriam provar esta condição para alcançar o estatuto de assimilado. Os que não atendiam estes requisitos – ou seja, falavam somente a língua originária, viviam e se vestiam de maneira entendida como tradicional, entre outros aspectos – eram considerados “indígenas”, e, portanto, estavam sujeitos ao trabalho forçado, entre outros arbítrios impostos pelo aparato colonial.

<sup>6</sup> De acordo com Kuschick (2016, p.31), a palavra musseque é originalmente do quimbundo e quer dizer “areia vermelha”. Refere-se às áreas densamente povoadas caracterizadas por construções precárias na periferia de Luanda. Assemelham-se as favelas brasileiras.

Originalmente esta canção tem o nome de *Monami* e foi gravada pelo *Ngola Ritmos* como um alerta para que os jovens angolanos negros não saíssem de casa a noite. “Já havia a PIDE e os bufos. Grupos que andavam de farolim na testa e na calada da noite matavam quem não fosse branco”, recordou o músico Amadeu Amorim em entrevista ao *Jornal de Angola* (MATETA, 2010). Os conflitos a que se refere Amorim ocorriam durante o período da luta de libertação. Como “resposta” a alguns levantes empreendidos por angolanos contra o aparato colonial que, eventualmente, vitimaram portugueses; colonos lusos se organizavam em grupos de extermínio para indiscriminadamente caçar jovens angolanos nos musseques (BITTENCOURT, 2002, p.70).

Angola, principalmente a sua área costeira, começou a ser invadida e ocupada pelo Estado português e por particulares agindo com sua anuência desde o século XV. Entretanto, o domínio luso sobre os territórios que viriam a ser Angola deve ser relativizado, pois extensas porções desta terra permaneceram autônomas e seus respectivos povos resistiram ativamente ao colonialismo português, chegando a impor sérias derrotas aos exércitos lusitanos.<sup>7</sup>

A presença portuguesa ganha mais força no final do século XIX, e, sobretudo, no início do XX, em um contexto de expansão do colonialismo luso por conta do crescimento da economia angolana em decorrência da produção de açúcar e café. Neste processo o controle português avança consolidando o domínio político-militar português sobre todo o território angolano. No entanto, mais uma vez, é preciso matizar esse domínio:

A expansão político-militar portuguesa [...] se estenderia até as duas primeiras décadas do século XX, mas, mesmo posteriormente, em 1940-41, o exército colonial teria ainda que se defrontar com a resistência dos kuvale [...]. Não é difícil, portanto, percebermos a fragilidade da ideia de uma dominação portuguesa de cinco séculos sobre o território angolano. A vitória sobre a pulverizada resistência africana no início do século XX marca de forma nítida o início, de fato, do período relativamente curto em que as forças portuguesas exerceram o controle político e militar sem contestações de vulto (BITTENCOURT, 2002, pp. 27-28).

Dos anos 1940 até os 1960 as críticas ao colonialismo se avolumam, desembocando em luta aberta a partir de 1961. Enquanto se desenrolavam em Angola a luta entre os movimentos pela independência e os agentes do Estado colonial português, processo este que ocorreu até

---

<sup>7</sup> Sobre as resistências e negociações empreendidas, por exemplo, pela Rainha Jinga ver HEYWOOD, Linda Marinda. *Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen*. Harvard University Press, 2017.

1975 quando os angolanos conquistam a soberania; o Brasil vivia a conjuntura repressiva da Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964 e que findou em 1985. No caso brasileiro, tal processo tem relação com as disputas ideológicas da Guerra Fria, mas está também relacionado a dinâmicas internas como o acirramento das disputas entre esquerdas e direitas. Bem como com uma articulação entre setores das forças militares, da imprensa, do empresariado, entre outros, para tomar o poder e impedir que projetos que se distanciavam do liberalismo econômico – e que tinham como norte um programa de reformas que objetivavam maior distribuição de renda e justiça social – ganhassem força no cenário político do país (REIS, 2001).

Os órgãos da Ditadura brasileira estiveram atentos às mobilizações dos sujeitos negros. Após o retorno de sua primeira visita a Angola, Martinho declarou que tomou uma “reprimenda dos militares” porque “comecei a falar que aqueles países iam ficar independentes” (SANCHEZ, 2010). O cantor conta ainda que não chegou a ser preso porque era um cantor famoso e que ficou “marcado” como um integrante do “movimento negro”: “Para a ditadura era pior ser do movimento negro do que ser comunista” (SANCHEZ, 2010).

A relação do Estado brasileiro com a causa da libertação dos povos africanos teve uma trajetória de avanços e recuos. Alguns setores das forças militares acompanhavam de perto a movimentação de brasileiros e de africanos que divulgavam seus respectivos movimentos de libertação no Brasil. Já a área de Relações Exteriores tinha em seu interior correntes que defendiam posições antagônicas sobre a posição que Brasil deveria ter em relação aos países africanos. Como indica Viviane Lima (2015, p.1), nos anos 1960 alguns setores do Itamaraty eram sensíveis aos anseios por liberdade de indivíduos e organizações anticoloniais como MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), entre outros. Como exemplo é possível citar os diplomatas Afonso Arinos e Cândido Mendes, que defendiam uma política externa brasileira mais autônoma e que se aproximasse do continente africano e de suas demandas.

Também é da primeira metade da década de 1960, a criação do MABLA (Movimento Afro Brasileiro Pró Libertação de Angola). Este grupo era composto, entre outros, por intelectuais como Fernando Mourão, professor e pesquisador da área de estudos africanos da USP; e José Maria Nunes Pereira, brasileiro descendente de portugueses e que durante seus

estudos em Portugal fez parte da CEI (Casa de Estudantes do Império), instituição pela qual passaram alguns estudantes africanos que no futuro seriam importantes lideranças da luta anticolonial (ALBERTI, V., PEREIRA, A.A., 2007, p. 129). Com o golpe de 1964 no Brasil, as articulações dos movimentos de independências africanos no país passaram a ser entendidas como “movimentação subversiva”. Alguns setores das forças militares traçaram alianças com a PIDE, que chegou a atuar em território brasileiro, tendo papel relevante na prisão de militantes do MABLA, dentre os quais, José Maria Nunes Pereira.

Os referidos setores do Itamaraty sensíveis às demandas dos movimentos anticoloniais africanos ganham força na década de 1970 e buscam uma aproximação mais efetiva com alguns países africanos, sobretudo os de língua portuguesa. Em meados da década de 1970, as diretrizes da política externa brasileira eram norteadas pela noção de um “pragmatismo responsável”, ou seja, buscavam atuar com base mais nos interesses comerciais do que nas relações históricas e ideológicas. Desta forma, a despeito de ter sido um histórico aliado de Portugal,<sup>8</sup> o Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 (DÁVILA, 2010).

### **A gênese do *Projeto Kalunga* e seu desenrolar**

Membros do governo angolano, e, portanto do MPLA estiveram envolvidos na concepção do *Projeto Kalunga*. No primeiro semestre de 1979 a embaixada do Brasil em Luanda remete ao Itamaraty uma comunicação intitulada de “convite a artistas brasileiros” e em anexo um telegrama ao cantor Chico Buarque de Holanda (DDC/DAF II nº 053, 25/04/1979). Já no princípio do ano de 1980, outra correspondência vinda do serviço diplomático de Luanda incluía um relatório das atividades do ano de 1979 que, entre diversos aspectos, versava sobre a “difusão cultural”:

Haviam sido decididas as visitas do América Futebol Clube [...] e de importante grupo musical liderado por Chico Buarque de Holanda (composto por 40

---

<sup>8</sup> Um eficiente *lobby* pró-lusitano atuava no Brasil buscando manter o apoio brasileiro a Portugal na Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o embaixador português no Brasil e outras autoridades lusitanas concediam homenagens, condecorações e viagens a políticos e diplomatas brasileiros que pudessem influenciar a política externa brasileira. Historicamente, o Brasil sempre votou a favor de Portugal ou se absteve nos posicionamentos da ONU em relação ao colonialismo português. A posição brasileira começou a mudar na década de 1970. Em todo caso, no período, o Brasil era visto com desconfiança pelas novas nações africanas. Em resposta, o Estado brasileiro inicia uma campanha pra mudar essa imagem, sendo o reconhecimento da independência de Angola um momento chave desta nova política externa com relação aos países africanos.

intérpretes representativos da música popular brasileira). As manifestações foram adiadas por conta do luto nacional decretado quando do falecimento do Presidente da República [Agostinho Neto], porém a vinda do grupo musical já está confirmada para Maio (DAF II nº 11, 07/01/1980).

Já a matéria da jornalista Dulce Tupy (1980, p.42) indica que o autor do convite foi o Secretário de Estado de Cultura, Antônio Jacinto. Vale destacar que Jacinto foi um eminente poeta e escritor angolano que se engajou na causa nacionalista e anticolonial, chegando a ficar preso na prisão do Tarrafal em Cabo Verde. Em 06 de Maio de 1980 a delegação parte do Rio de Janeiro em direção a Angola de um Boeing 707 da TAAG (Transportes Aéreos Angolanos). Aportam em Luanda em 07/05/1980 e são recebidos por uma comitiva enviada pela Presidência da República. Esses primeiros três dias são destinados a visitas oficiais, coletivas de imprensa e a preparação do primeiro show na *Praça de Touros*:

A equipe técnica que prepara o palco e aparelhagem já estão de mão na massa. São eles: Marcelo, Bolino, Zé Luís, Alexandre, Roberto, Ângelo, Lelé e Caldeira. Mais tarde eles confessariam as dificuldades para a montagem desse mini Woodstock socialista (TUPY, 1980, p.43)

Este primeiro show e os demais tiveram uma mesma estrutura que buscava apresentar alguns dos gêneros mais conhecidos da música brasileira. Era composto por partes como a que apresentava canções populares entendidas como “nordestinas” ou regionais (João do Valle, Elba Ramalho, Geraldo Azevedo). Outra parte dedicada à Bossa Nova com Novelli, Francis e Olívia Hime, Miúcha. Uma *esquete* de Samba com João Nogueira, Clara Nunes e Dorival Caymmi, seguida por uma de MPB com Chico Buarque e Djavan e outro número dedicado ao samba com Martinho da Vila e D. Ivone Lara.

**Imagem 1:** Público do Espetáculo na Arena de Touros em Luanda



Fonte: Revista Módulo (Maio/1980)

Após algumas cerimônias oficiais e do show para autoridades no Cine Teatro Karl Marx, a delegação musical e técnica segue para Benguela em pequenos aviões bimotores. Posteriormente se apresentam em Lobito. O último show é realizado em Luanda com a participação especial de músicos angolanos como Waldemar Bastos (TUPY, 1980).

Como mencionado anteriormente, a jornalista Dulce Tupy classifica o evento como um “mini *woodstock* socialista”. Esta mesma leitura também transparece em seu depoimento:

Era um evento político. Foi uma tentativa de aproximação de Brasil com Angola para consolidar o processo de libertação de Angola. Até porque não estava consolidado nessa época. Embora existisse o governo formal de Angola existiam mais dois grupos. Principalmente o grupo do Savimbi, um guerrilheiro da UNITA [União Nacional para a Independência Total de Angola], que queria o poder de qualquer maneira. E cometia verdadeiras atrocidades pra atingir o poder. E a África do Sul com suas baterias aéreas, com o apoio dos Estados Unidos, invadindo Angola. Então, uma das formas que se encontrou no âmbito da esquerda internacional era levar um grupo pra dar visibilidade para o que estava acontecendo em Angola. Levar um grupo forte com artistas brasileiros com padrão e qualidade internacional. A começar pelo próprio Chico Buarque que gozava de grande respeito na mídia.

[...] “Tira essa bota de cima de mim”, se dizia em Angola. O Bhota não podia entrar em Angola de jeito nenhum. Nós fomos lá pra o Bhota não entrar em Angola de jeito nenhum (TUPY, 2017).

A “Bota” a que Dulce Tupy se refere é a de Pierre Wilhelm Botha, primeiro ministro da África do Sul no período de 1978 a 1984. No ano de 1980, o MPLA sofria a oposição da UNITA, apoiada pelas tropas sul-africanas. Tupy também comentou que houve uma ameaça de bombardeio quando os membros do *Kalunga* estavam em Benguela: “chegando em Benguela veio aquela sirene. Apagou a luz. Era um bombardeio da África do Sul[...]. Não chegou a ter bombardeio, mas era uma ameaça”. No período em questão, a África do Sul buscou construir uma hegemonia militar e política na parte austral do continente, bem como se empenhava em granjear algum apoio dos Estados Unidos, este último interessado em evitar a ascensão de forças políticas alinhadas ao comunismo. Era o tempo da chamada Guerra Fria.

### Considerações Finais

Mesmo em um período em que se pretendia a “distensão” do Regime Militar brasileiro, a grande imprensa do Brasil cobriu escassamente o Projeto *Kalunga*, justamente para não dar destaque a um governo socialista. Por conta disto, as matérias mais densas só foram publicadas em veículos da chamada imprensa alternativa como o *Cadernos de Terceiro Mundo*, a Revista *Módulo* e o jornal *Movimento*, pois, como evidenciado anteriormente, uma motivação significativa para muitos dos músicos do Brasil foi a solidariedade ao projeto de nação angolana de inspiração socialista ensejado pelo MPLA.

A outra motivação tão ou mais importante para a participação no *Projeto Kalunga* era uma determinada leitura sobre o passado de que certas práticas culturais angolanas são o “berço” de algumas práticas brasileiras. Nesta mesma perspectiva está a convicção de que há uma dívida histórica do Brasil e dos brasileiros para com os países africanos dos quais procederam os sujeitos que foram escravizados nas terras brasileiras.

No referido holocausto escravista centenas de milhares de mulheres e homens angolanos foram embarcados à força para o Brasil atravessando a grande *Kalunga*, o grande oceano que separa os vivos dos mortos (SLENES, 1992, p.53). Um número significativo morria na travessia. Os que sobreviveram no Novo Mundo suportando as agruras e tormentos do cativoiro

guardaram na memória sua terra e aqui a reviveram, recriaram e reinventaram em seu cotidiano, em suas cerimônias, em suas músicas, em suas danças, em suas festas. A memória sobre Angola durante esse período esteve presente no nome dos escravizados e no de suas associações e irmandades religiosas, bem como, por vezes no nome dos seus festejos.

Também por conta disso foi muito forte no imaginário social da década de 1980, e ainda é no tempo presente, uma determinada leitura de que Angola é a “matriz” de muitas práticas culturais afro-brasileiras como o samba, a capoeira e jongo.

Certamente tais práticas possuem uma gramática africana (MINTZ & PRICE, 2003), e, mais especificamente angolana. No entanto não seria adequado afirmar que, *ipsis litteris*, o samba é uma derivação do *semba*. Como já mencionado, o samba dialogou com muitos outros gêneros que circulavam pela cosmopolita cidade do Rio de Janeiro como a valsa, a polca, a marcha; e alguns gêneros também afro-diaspóricos como, ratificando, o *jazz* e o *foxtrot*. O *semba* passa por um processo similar: gestado numa capital também cosmopolita – Luanda –, este gênero “convivia” nos clubes, palcos e cinemas com a rumba cubana, o samba brasileiro e a rumba congoleza. Os sujeitos considerados precursores do *semba* eram ávidos consumidores e intérpretes de música brasileira, não só, mas principalmente de samba. Reuniam-se em seus quintais para tocar e cantar canções de Pixinguinha, Ataulfo Alves, Nelson Cavaquinho, Ary Barroso, entre outros (DE SÁ REGO, 2014, p. 96), e, posteriormente formaram grupos e executavam estas mesmas canções pelos palcos da cidade.

Ainda sobre a “paternidade” *semba*-samba ou samba-*semba*, mais importante que as formas musicais e melódicas são os significados políticos que performar ou entrar em contato com estes gêneros assumiam para estes sujeitos. Nas “rotas” e “raízes” do Atlântico Negro, os dois gêneros se cruzaram e se entrecruzaram em momentos diferentes de suas respectivas histórias, mas as reverberações de suas ondas definitivamente se fizeram sentir nos dois lados do oceano.

De acordo com Moorman (2008, p. 90), o emblemático Liceu Vieira Dias declarou que tocar música brasileira “nos levou a descobrir o valor que a nossa própria música tem”. E sobre estas influências, a pesquisadora assinala:

Através de uma prática cultural estrangeira, Vieira Dias e outros de sua geração retornaram a sua própria cultura. Uma prática cultural cosmopolita os levou de



volta pra casa. Eles começaram a enfatizar a africanidade de sua herança cultural [esta que] era tão denegrada [sic] pela sociedade colonial. (MOORMAN, 2008, p. 90).

Se aproximar do samba os distanciava dos referenciais portugueses e os aproximava dos seus referenciais africanos. Esta mesma geração que cantava e tocava samba, começou a exibir de maneira mais clara os atributos das culturas ambunda, ovimbunda e bakongo,<sup>9</sup> recolhendo e rearranjando temas musicais populares destes grupos etnolinguísticos e cantando nestas línguas nativas. Ao fazê-lo, engendraram o ritmo-símbolo da identidade nacional angolana: o *semba*. Um passo importantíssimo para a soberania cultural e condição preponderante para a autonomia política (MOORMAN, 2008).

Nos anos 1980 músicos brasileiros negros e não negros aportaram em Angola, atravessando a grande *Kalunga*, o grande oceano que separa a vida da morte. Se séculos atrás a travessia prometia a morte, naquele período, no sentido inverso e em uma idealizada busca pela “terra natal” e pelas “raízes”, a comitiva brasileira encontrava um país que mesmo sacudido pela guerra civil buscava recomeçar, renascer...

**Figura 2:** Integrantes do Kalunga visitam academia de Música de Luanda. Na Parede, foto de Agostinho Neto, principal liderança do MPLA e primeiro presidente de Angola

---

<sup>9</sup> Os três maiores e principais grupos etnolinguísticos de Angola, embora haja outros minoritários.



**Fonte:** Portal de Angola. Acesso em: <https://www.portaldeangola.com/2015/08/25/agenda-projecto-kalunga-ii-regressa-a-angola-35-anos-com-show-a-9-de-setembro/>. Consulta em 15/07/2018 às 20h 00 min.

#### Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 39, p. 121-156, 2007. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2563/1525>. Consulta em 10/04/19 às 10h00min.

DE CASTRO, Maurício Barros. Diário do Projeto Kalunga: memórias e narrativas de uma missão de músicos brasileiros na Guerra Civil de Angola. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 13, n. 1, pp. 115-126, 2016. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/30902/21701>. Consulta em 09/04/19 às 10h00min.

**BRASIL**, Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamaraty, Departamento de Difusão Cultural, DAF II nº 053, 25/04/1979.

**BRASIL**, Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamaraty, Embaixada de Luanda, DAF II nº 11, 07/01/1980.

ALVES, Amanda Palomo. **Angolano Segue em Frente: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970** (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense). 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos!”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense) 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. **Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro**, v. 32, n. 32, p. 185-208, 1997.

BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. **Métis: história & cultura. Caxias do Sul, RS: Educs**, v. 10, n. - 19, pp.7-14, 2011. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1678/1046>. Consulta 08/04/2019 às 10h00min.

BUTLER, Kim D. Defining diaspora, refining a discourse. **Diaspora: a journal of transnational studies**, v. 10, n. 2, p. 189-219, 2001. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/388942/summary>. Consulta 08/04/2019 as 11h00min.

BUTLER, Kim D. A nova negritude no Brasil: movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. **Gomes; Domingues (org.)**, p. 137-156, 2011.

CUNHA, Maria Clementina P. **“Não tá sopa”**: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Fundação de Desenvolvimento da Unicamp-Funcamp (UNICAMP), 2016.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950–1980**. Duke University Press, 2010.

DA VILA, Martinho. **Kizombas, andanças e festanças**. Léo Christiano Editorial, 1992.

DA VILA, Martinho. **Origens – Pelo Telefone**, RCA Victor, 1972, *Long Play*.

DE SA REGO, Ricardo Vilas Boas. Circulação de Musica Popular entre Brasil e Angola. 2014. Tese de Doutorado. ANRT, Université de Lille III.

FARO, Fernando. (Produtor). **“Programa Ensaio: D. Ivone Lara”**. TV Cultura, 1991.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001

HERTZMAN, Marc. **Making samba: a new history of race and music in Brazil**. Duke University Press, 2013.

HEYWOOD, Linda Marinda. **Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen**. Harvard University Press, 2017.

KUSCHICK, Mateus Berger. **Kotas, mamás, mais velhos, pais grandes do semba: a música angolana nas ondas sonoras do atlântico negro** (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Musicologia da Universidade de Campinas), 2016.

MATETA, Rosalina. Nacionalistas falam do papel do conjunto "Ngola Ritmos", **Jornal de Angola** (11/11/2010). Disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/nacionalistas\\_falam\\_do\\_papel\\_do\\_conjunto\\_ngola\\_ritmos](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/nacionalistas_falam_do_papel_do_conjunto_ngola_ritmos). Consulta em 03/04/2019 às 13h 00 min.

MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Pallas Editora, 2003.

MOORMAN, Marissa. **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times**. Ohio University Press, 2008.

NASCIMENTO, Washington. & DAS FLORES, Marilda. Luanda e suas Segregações: Uma Análise a partir das Salas de Cinema (1940–1960). **Revista Mulemba, 9(17), 80-89**. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/14598>. Consulta em 05/04/2019 às 13h 00 min.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, p. 319-377, 2001.

Sanchez, Pedro. Alexandre. Um homem de partido. **Carta Capital**, 2010. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/cultura/um-homem-de-partido>. Acesso em 15/04/2014 às 14h 00 min.

SANSONE, Lívio. Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. **Afro-Ásia**, n. 27, 2017. Disponível em <https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/21038/13637>. Acesso em 06/04/2019 às 14h00min.

SANTOS, Alexandre Reis dos. **Eu quero ver quando Zumbi chegar: política, negritude e relações raciais na obra de Jorge Ben, 1963-1976** (Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense), 2014.

SLENES, Robert W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, p. 48-67, 1992. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/25575/27317>. Acesso em 07/04/2019.

TUPY, Dulce. Saquarema (RJ), 24/03/2017. **Entrevista concedida ao autor**.

TUPY, Dulce. "Foi bonita a festa, pá", **Módulo**, pp. 42-45, Maio/1980.

TUPY, Dulce. "Descobri que não sou um artista de palco", **Movimento**, p.19, 14/07/80.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Zahar, 1995.

"Rio, São Paulo e Bahia – os angolanos chegam para mostrar a semba e outras bossas". **O Globo**, p.25, 07/01/1983.

"Projecto Kalunga II regressa à Angola 35 anos depois com show a 9 de Setembro", **Portal de Angola**, 25/08/2015. Disponível em <https://www.portaldeangola.com/2015/08/25/agenda-projecto-kalunga-ii-regressa-a-angola-35-anos-com-show-a-9-de-setembro/>. Acesso 15/01/2019.

## Entre a História e o direito: as fronteiras políticas do Império do Brasil e sua disputa com a República de Colômbia

Between History and law: the political borders of the Empire of Brazil and the dispute with the Republic of Colombia

**Alan Dutra Cardoso**

Doutorando em História  
Universidade Federal Fluminense  
alandutra@id.uff.br

**Recebido em:** 06/08/2018

**Aprovado em:** 03/04/2019

**Resumo:** O presente trabalho discorre sobre os embates políticos engendrados entre o Império do Brasil e os Estados Unidos de Colômbia na segunda metade do século XIX. A partir dos enclaves característicos de uma disputa de décadas, analisamos as contendas diplomáticas que envolveram o exame e a validade de documentos históricos, assim como as interpretações no campo do direito internacional a datar da tentativa de consolidação de seus domínios nas zonas de fronteira. Como fontes, desnudamos a Memória histórica sobre o conflito produzido por Duarte da Ponte Ribeiro, Ministro plenipotenciário do Império em missões diplomáticas nas chamadas Repúblicas do Pacífico. Objetivamos, com essa discussão, inserir a problemática dos limites políticos dentro dos debates sobre a consolidação do Império brasileiro no Segundo Reinado, cujas bases foram pautas na asseguuração do amplo domínio de seu vasto território.

**Palavras-Chave:** Fronteiras, Direito, Território, Segundo Reinado.

**Abstract:** This paper aims to discuss the political conflicts engendered between the Empire of Brazil and the United States of Colombia in the second half of the 19th century. From the characteristic enclaves of decades of dispute, we will analyze the diplomatic strife involving the examination and validity of historical documents, as well as the interpretation in the field of international law, dating from the attempt to consolidate oh their domains in the border areas.. From the sources, we will undo the Historical Memory about the conflict produced by Duarte da Ponte Ribeiro, Minister Plenipotentiary of the Empire in diplomatic missions in the so-called Republics of the Pacific. With this discussion, we intend to insert the problematic of the political limits within the debates on the consolidation of the Brazilian Empire in the Second Reign, whose bases were also guidelines to ensure the broad domain of its vast territory.

**Keywords:** Border, Law, Territory, Second Empire.

O facto das posses anteriores a esses tratados é o título de que, com razão, se prevalece o Brasil para a demarcação de sua fronteira com aqueles Estados. São, portanto, improcedentes os argumentos de direito que deduz o governo dos Estados-Unidos de Colômbia de tais ajustes já qualificados de nulos pelas Coroas de Espanha e Portugal (RIBEIRO, 1870, p. 14).

Com essas palavras, o então Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro desenvolveu uma série de argumentos em sua Memória acerca da questão dos limites entre o Império do Brasil e a República de Nova Granada, à época já sob a denominação de Estados Unidos de Colômbia. Querela de décadas, o processo de demarcação das fronteiras políticas entre ambos os países se originou ainda nos anos de 1820, dentro do contexto de emancipação da antiga possessão portuguesa, como também da libertação das regiões anteriormente ocupadas por Espanha.

Embora a nossa principal preocupação não seja a de traçar as suas principais questões, não poderíamos deixar de mencionar aqui que tais independências colocaram os novos países não só o desafio de se consolidarem enquanto Estados Nacionais, mas também a necessidade de legitimar a posse dos seus novos ou antigos domínios territoriais. Desta forma, tornaram-se suas regiões lindeiras uma arena de disputas, pois elas envolviam a autoridade dos novos governos referente aos territórios tidos como seus, bem como a consolidação da soberania de um Estado nascente frente outro.

Calcadas em diferentes interpretações dos documentos históricos, as contendas políticas envolvendo Brasil e Colômbia se acirraram na segunda metade do século XIX, sobretudo por ser este o período caracterizado como o da “ofensiva diplomática”, inaugurada pelo então Ministro de Negócios Estrangeiros do Império, o futuro Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza (SANTOS, 2002, p. 67). Tal fato explicitou a tentativa da liderança imperial de consolidar as fronteiras políticas do Império e, no que concerne ao Norte do país, defender a hegemonia brasileira em relação à posse de territórios ainda em disputa, como também a exclusiva navegação do Rio Amazonas.

Conforme destaca o historiador Luís Cláudio Santos, a grande preocupação do dirigente político foi o de “evitar o estabelecimento de novas posses” por parte dos Estados limítrofes, cuja tendência era alargar-se sobre as terras fronteiriças (SANTOS, *idem*). Ao ser a ocupação *de fato* a defesa do Brasil para justificar a soberania no que diz respeito às terras em litígio, assimilamos mais satisfatoriamente o desejo de Paulino de Sousa em delimitá-las e, assim, evitar a conquista efetiva por parte de outrem. Em um contexto de afirmação do Estado brasileiro como

um organismo territorial uno, não foram poucos os debates que envolveram ambos os países no que se referiu a demarcação de suas fronteiras políticas (MAGNOLI, 1997, p. 130).

Outrossim, o geógrafo Leandro Janke apresentou uma contribuição para o desnudar deste período, especialmente por ser a trajetória de Duarte da Ponte Ribeiro o fio condutor de seu estudo. Ao analisá-lo, o autor demarcou a vontade do Estado Imperial em consolidar a posse de imenso território, dentro do que ele definiu como uma política de territorialidade estatal baseada na demarcação e fixação das fronteiras, cujo papel da História e dos documentos históricos foram extremamente decisivos (JANKE, 2014).

Por conseguinte, nos coube neste pequeno ensaio desvelar as interpretações do antigo ministro plenipotenciário do Império acerca das diretrizes imperiais sobre a negociação das fronteiras. Conforme foi esquadrihado, ela se baseou na defesa de um princípio jurídico caro à diplomacia imperial – o *uti possidetis* – e na interpretação de invalidade dos tratados firmados entre as monarquias ibéricas na segunda metade do século XVIII. Objetivamos com este esforço defender a ideia de que a política sobre limites políticos do Império esteve vinculada ao projeto de Estado Nacional consolidado, em meados do século XIX, pelas lideranças políticas do Partido Conservador. Nele, a integridade do território brasileiro foi vista como questão de extrema importância e validade política, para além de caracterizar-se como um importante objeto no projeto pedagógico daqueles dirigentes.

Todavia, longe de ser um processo simples, a unificação do Estado imperial brasileiro foi marcada por uma série de nuances. Na historiografia, há variados posicionamentos que demonstram o contexto das primeiras décadas do Oitocentos, com o objetivo de demonstrar os antecedentes da independência e todas as querelas características dos primeiros anos<sup>1</sup>. Desta forma, analisar a emancipação é vislumbrar, também, outros elementos que a demarcaram, como a percepção da Nação e os fundamentos constituidores do nacionalismo<sup>2</sup>. A partir das

---

<sup>1</sup> Podemos citar, a título de exemplo, os trabalhos inaugurais de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Uricoechea, Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho. Mais recentemente, os trabalhos de Gladys Sabina Ribeiro, Andréa Slemean e os inúmeros trabalhos organizados e orientados por István Jacsón constituem um importante ponto de partida para aqueles que desejam conhecer com mais afinco as primeiras décadas do Oitocentos brasileiro.

<sup>2</sup> Nesta acepção, faz-se necessário frisar que, em conjunto com um projeto de Estado, também emergiram projetos de nacionalidade e de Nação que a ele fosse compatível, tal como já sinalizaram os teóricos destas questões, como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner. Cf. HOBBSAWM, Eric J. Nação e Nacionalismo desde 1780.

proposições mencionadas, podemos destacar determinados matizes que se consagraram na historiografia nacional e que são consideradas obras clássicas nas leituras sobre a construção e consolidação do Estado brasileiro.

Em relação às interpretações weberianas, observamos apontamentos na obra de Raimundo Faoro. Em *Os donos do Poder* (2012), o historiador observou a consolidação de uma burocracia imperial independente dos proprietários rurais, ao destoar das leituras marxistas inaugurais como as de Caio Prado Júnior (2012), que verificavam a grande atuação desse grupo social no processo de consolidação do Império brasileiro. Sob outra perspectiva – muito embora influenciada por Weber – Sérgio Buarque de Holanda apresentou, em *Raízes do Brasil* (2016), uma leitura mais ampliada sobre a construção da sociedade brasileira.

Embora pouco lembrados nos dias de hoje, os trabalhos de Simon Schwartzman e Fernando Uricoechea (1978) apresentam interpretações que se aproximam e distanciam das proposições weberianas. O primeiro admitiu, por um lado – e ao comungar com as conclusões de Faoro – a existência de um Estado patrimonial no Oitocentos brasileiro. Uricoechea, por outro – e demarcado pela utilização do método histórico indutivo –, advogou que essa concepção não poderia ser aplicada ao caso brasileiro.

José Murilo de Carvalho (1980) construiu uma perspectiva distinta das anteriores. Ao percorrer as trajetórias das elites políticas e dos agentes de poder, propôs uma revisão do conceito de patrimonialismo e defendeu que a ocupação do poder pela elite burocrática estava “divorciada” da elite proprietária. Por conseguinte, se distingue da tese defendida pouco tempo depois pelo historiador gramsciano Ilmar Mattos (1987), que viu a formação do Estado brasileiro de forma dialética com a classe que junto dele se formou. Na percepção de Carvalho, mais do que a posição de classe, foi o compartilhamento de uma formação comum – a cadeira de Direito na Universidade de Coimbra – que uniformizou a elite dirigente no período de consolidação do Estado imperial.

A matriz sustentada por Ilmar Mattos surgiu das ponderações do marxismo inglês – sobretudo de E. P. Thompson e sua definição de classe – e, de forma mais explícita, do intelectual italiano Antônio Gramsci. A proposição do historiador carioca se baseou em outras

---

São Paulo: Paz e Terra, 2013; ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; GELLNER, Ernest. *Naciones y Nacionalismo*. México D.C.: Alianza Editorial, 2001.



clássicas leituras da formação social brasileira de inspiração marxista, tais como o grande ensaio de Prado Júnior – já citado anteriormente – e das ilações de Emília Viotti da Costa. Sua inovação se apresentou em uma leitura que vinculou burocracia e origem de classe, ao sustentar a ideia de que o Estado Imperial e a Classe Senhorial são frutos de um mesmo processo, nascidos de um movimento dialético.

Mais recentemente, a tese de doutoramento de Mirian Dolhnikoff (2005) veio discutir os projetos federalistas no interior do processo de consolidação do Estado brasileiro. Em uma contraposição aos estudos clássicos, especialmente em relação à tese de José Murilo de Carvalho, a investigadora da Universidade de São Paulo defendeu que, longe de derrotados, os projetos federalistas nascidos no contexto da emancipação foram adaptados aos novos contextos. Em sua percepção, a direção imposta pelo Rio de Janeiro se deu pela “[...] implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com uma autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados” (p. 15).

Em suma, a consolidação do Estado brasileiro no Oitocentos se deu dentro de um contexto específico, que se originou nos limiões da ruptura política. Consagrado no Segundo Reinado, foi gestado em uma conjuntura marcada por disputas entre as diversas frações de classe, que desde 1822 intentaram hegemonizar o seu processo de consolidação. Posto isso, verificamos que o processo de formação do Estado Imperial não foi uma questão simples, cujas disputas se vislumbraram no emaranhado de interpretações que rapidamente delineamos. Defendemos, assim, a proposição gramsciana de interpretação da sociedade brasileira inaugurada por Ilmar Mattos em sua tese de doutoramento, *O Tempo Saquarema*.

Assentes nesta posição, construímos nossa reflexão pautada em uma perspectiva que demonstra como o projeto para a região fronteira do Alto Amazonas, gestado no interior do Governo do Estado, foi de fundamental importância para o projeto político dos Saquaremas. Sob a gestão de Paulino de Souza nos Negócios Estrangeiros (1849-1853), foram organizadas Missões diplomáticas com a finalidade de resolver as pendências dos limites entre os Estados emancipados na origem do século XIX, como também as discordâncias em relação à navegabilidade do Rio Amazonas. Desta forma, a memória de Duarte da Ponte Ribeiro sintetiza

os conflitos característicos do contexto e será a partir das noções de Estado, Direito internacional e diplomacia que sustentaremos as ilações presentes no artigo em tela.

## **A história como agente de arbitragem: as interpretações sobre a (in)validade dos documentos históricos**

Bulas papais do período colonial; tratados firmados entre as Coroas ibéricas durante o século XVIII; relatos de memorialistas dos séculos XVII e XVIII; mapas que se desdobraram dessas memórias; cartas rascunhadas nos primeiros movimentos demarcatórios. Bases para o posicionamento dos novos Estados americanos nos litígios que envolvem a ocupação dos territórios, os documentos históricos mencionados foram alguns dos reunidos e utilizados amplamente por historiadores, juristas e ministros plenipotenciários na tentativa de salvaguardar determinados posicionamentos jurídicos e políticos em relação aos conflitos pelas regiões limdeiras de seus respectivos países.

Não diferente, no caso que analisamos, Duarte da Ponte Ribeiro os utilizou e interpretou em sua posição referente aos conflitos que envolviam o Império e os Estados Unidos de Colômbia. Resultado de uma prática de décadas, o diplomata acreditou que tais fontes poderiam ser úteis, não só para se conhecer as zonas em litígio, mas para especialmente balizar os argumentos de rechaço a qualquer investida que não fosse favorável ao Brasil (JANKE, 2014, p. 128).

Ao esmiuçarmos sua Memória – apresentada à Assembleia Geral em 27 de agosto de 1870 –, verificamos que todo o conflito se deu nas interpretações dessas fontes que acabamos de mencionar, especialmente os Tratados do século XVIII. De forma didática, o Conselheiro do Império traçou um recorrido histórico, desde os descobrimentos nas Américas até o momento presente nas negociações, invalidando interpretações que desacreditava, mas validando o uso de diversos registros.

Ao rechaçar as leituras que apresentaram a validade das Bulas papais – como as firmadas por Alexandre VI, em finais do século XV – e das Cédulas Reais do Rei de Espanha, Ponte Ribeiro remontou ao período de dilatação dos domínios territoriais no início da colonização para justificá-las. Efetuada “segundo a expansão natural dos povos”, as aquisições territoriais na América deveriam ser respeitadas pelo fato de terem sido legitimamente ocupadas e, em alguns

casos, tomadas em represália em virtude de acordos não respeitados. De maneira geral, advogou que, se na percepção de outros agentes ao Brasil não lhe coubesse à legitimidade de possuir o que foi ocupado para além do definido pelas Cédulas e Bulas anteriores ao século XVIII, também deveriam ser considerados ilegítimos “[...] os estabelecimentos dos ingleses, holandeses, franceses e de outras nações nas vastas e desertas regiões americanas” (RIBEIRO, 1870, p. 6).

Superada a questão, o autor voltou-se para as contendas referentes aos Tratados do século XVIII, que foram as bases documentais essenciais para a argumentação de ambos os lados nas negociações. Duarte Ribeiro lembrou que coube a Espanha propor a Portugal a adoção do princípio do *uti possidetis* de facto, calcada na ideia de permanecerem as Coroas com as possessões que detinham no período de discussão. Sem a possibilidade de provar títulos que comprovassem seus direitos em terras ocupadas pelos Portugueses, aquele país aventou o que se consolidou como base do Tratado de Madrid, datado de 13 de janeiro de 1750.

Esta inaugural convenção gerou uma primeira tentativa de demarcação dos limites, ilustrada em uma carta geográfica produzida um ano depois, embora esta tenha sido “[...] cópia fiel e exata da primeira que se formou e ajustou o tratado de limites” em 1749 (RIBEIRO, 1870, p. 7). Como fonte histórica, foi utilizada pelo plenipotenciário brasileiro para justificar a linha fronteira sustentada pelo Brasil, a partir da linha tirada da foz do Apapóris ao Cucuhy presente no mapa em discussão e anexada à memória que analisamos.

Destacar com exatidão a localização da linha de fronteira significou defender os domínios do Brasil na região em litígio e, conforme afirmou Magnoli, fez parte constituinte de um projeto de Nação baseado na definição e delimitação do território. Tornou-se evidente, desta forma, a percepção do diplomata brasileiro sobre a questão, especialmente por ser a segunda metade do século XIX o período de consolidação da “identidade territorial” fornecida ao país (MAGNOLI, 1997, p. 111). Assim, o “corpo da Pátria” adquiriu uma dupla feição: na História se perfazia na tradição; no espaço, consubstanciava-se no território (IDEM, p. 110).

Fundamentado em outro documento histórico – a Memória produzida pelo comissário espanhol de demarcação, Requena –, Duarte Ribeiro asseverou, com precisão, os direitos do Brasil no tocante às terras que se estendiam até o Rio Apapóris. Ao utilizar uma fonte não portuguesa, intentou valorizar o seu argumento, especialmente por ter sido ela produzida por um castelano que reafirmava os domínios lusitanos. Segundo aquele agente, estava clara a

necessidade de se proteger o estabelecimento dos portugueses existente e, desta forma, era essencial demarcar a linha de fronteira desde o Rio Japurá pelo Rio Apaporis (PONTE RIBEIRO, 1870, p. 8). Esta foi, inclusive, a base para o Tratado firmado entre Brasil e Nova Granada no ano de 1853, cujo rechaço pelo Senado neogranadino não tardou a acontecer.

Nesta conjuntura de lides, as querelas passaram a intensificar-se por conta da defesa de Nova Granada em relação a outro Tratado, conhecido como o de Santo Ildefonso e firmado em 1777. Segundo Duarte Ribeiro, essa nova convenção nada mais fez do que repetir alguns artigos do Tratado de Madrid. Entretanto, novas polêmicas surgiram após a assinatura de tal acordo preliminar.

Como resultado da anulação do Tratado de 1850, em virtude de outro promulgado em 1761, após conflitos entre as Coroas Ibéricas, coube ao Tratado de 1777, fincar novas diretrizes para resolver essa grande controvérsia secular. Entretanto, com a demarcação das fronteiras políticas ainda não assentadas, resolveram Portugal e Espanha reorganizar a diplomacia e os documentos necessários para chegar a comum acordo.

Ao analisar a Coleção dos Tratados e o mapa anexado a ele, Duarte Ribeiro desnudou as novas demarcações de acordo com o famoso artigo 12º do Tratado de Santo Ildefonso. O tomo III da Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências, organizada por José Ferreira Borges de Castro, reproduz o Tratado de 1777 na íntegra em espanhol e em português. No que diz respeito à demarcação dos limites políticos entre as Coroas em território amazônico, reafirmou que:

Continuará a fronteira subindo águas acima da dita boca mais ocidental do Japurá e pelo meio deste rio até aquele ponto em que podem ficar cobertos os estabelecimentos portugueses das margens do dito Rio Japurá e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se servem os mesmos portugueses entre esses dois rios ao tempo de celebrar-se o Tratado de Limites de 13 de Janeiro de 1750, conforme ao sentido literal dele e de seu artigo 9º, o que inteiramente se executará segundo o estado que então tinham as coisas, sem prejudicar tampouco as possessões espanholas nem a seus respectivos pertences e comunicações com elas e com o Rio Orinoco [...] (CASTRO, 1856, p. 245).

Cabe denotar que junto ao Tratado encontra-se outro mapa, organizado em Madrid sob a alcunha de “Borrador Topographico de la línea divisoria, que cita el artículo 12 del tratado

preliminar y ajustada distancias hasta su punto final”. Ao analisá-lo – inclusive apresentando o mapa em anexo à sua memória –, Duarte Ribeiro fez uma constatação eficaz:

Pela mais simples inspeção vê-se confirmada a extensão das posses do Brasil quando se fez o tratado de 1750, e como a Espanha procurou recua-las por meio do tratado preliminar de 1777. A linha amarela mostra até onde elas chegavam e a colorada as alterações projetadas (RIBEIRO, 1870, p. 9).

Embora explicitada à arbitrária direção dada pelos espanhóis de recuar parte da linha de fronteira constituída em 1750, observou-se que os limites do Brasil continuaram permanecendo sempre à Foz do Apaporis, seguindo por este rio ou algum de seus afluentes vindo do Norte. Neste sentido, complementou Duarte Ribeiro sobre a esperteza de Requena em contradizer o que foi disposto no artigo 12º do Tratado de 1777, a partir da construção de uma “linha reta” destoante do traçado anterior. Apesar disso, não podemos invalidar que, embora minimizada em determinados pontos, um ponto fronteiro fulcral para as negociações foi mantido na representação cartográfica questionada.

Ao ser a “arbitrariedade” o pilar argumentativo de Nova Granada na defesa dos seus limiares, aprofundou o plenipotenciário brasileiro sobre como esse país “baseia-se na errônea aplicação que tem pretendido fazer dos tratados de 1750 e 1777 para a solução das questões pendentes com o Brasil” (RIBEIRO, 1870, p. 9). Neste sentido, nos coube perseguir com mais vagar quais eram os princípios vinculados aos Tratados defendidos por Duarte Ribeiro, para assim verificar quais foram as suas conclusões em relação aos territórios em litígio nas regiões lindeiras do noroeste amazônico.

## **O direito e os Tratados do século XVIII: as querelas jurídicas e o posicionamento do Brasil**

“Não se deve tão pouco fazer obra pelos tratados de 1750 e 1777, si não se tomar por ponto de partida o princípio de que devem ficar cobertas as posses então existentes” (RIBEIRO, 1870, pp. 11-12). Com essas palavras, Duarte Ribeiro referendou o cânone que defendia desde a década de 1830, muito embora apenas reconhecido como doutrina política para a questão das fronteiras, por parte das lideranças políticas do Império, a datar da atuação de Paulino José Soares de Souza, em 1849, no Ministério de Negócios Estrangeiros (JANKE, 2014, p. 62). Oriundo do direito civil romano, o *uti possidetis* buscou legitimar determinada posse a partir das circunstâncias

observadas na realidade, cujo exemplo é a ocupação efetiva de um território (MAGNOLI, 1997, p. 74).

Demétrio Magnoli, em sua tese de doutorado, apresentou uma importante constatação sobre o *uti possidetis*, posta a sua alçada como princípio do direito internacional doravante seu uso como um dos pilares do Tratado de 1750. A defesa da “lógica da ocupação efetiva” foi, segundo o autor, cada vez mais difundida no século XIX, embora suas origens remontem aos textos de Hugo Grotius, considerado o pai do direito internacional no início do século XVII (MAGNOLI, 1997, p. 74).

Utilizada no século XVIII como base para as negociações entre as coroas ibéricas, o princípio mencionado permaneceu como regra de arbítrio nas legações brasileiras na centúria subsequente, cuja dotação, conforme vimos se vinculou à posse efetiva. Por outro lado, dentro da conjuntura específica das emancipações em início do XIX, foi o *uti possidetis juris* sobrelevado pelas antigas possessões espanholas na resolução de seus dissídios internos.

No que se refere ao contencioso entre Brasil e Nova Granada, o que deve ser levado em conta é essa diferença interpretativa, cujas maiores consequências se deram na leitura em relação aos Tratados. Nas argumentações de Ponte Ribeiro, verificamos que, no campo do direito, as convenções de 1750 e as consecutivas foram consideradas nulas em virtude das refutações realizadas por novas determinações e em conjunturas específicas. Ao construir uma genealogia das negociações para legitimar o argumento de nulidade dos Tratados do século XVIII e, conseqüentemente, os seus usos como norteadores para a demarcação entre os novos Estados independentes, o conselheiro do Império reafirmou a necessidade de garantir a demarcação da fronteira através do reconhecimento das posses que historicamente constituiu cada país.

Neste sentido, dedicou parte do seu texto na reprodução de artigo do Tratado de El Pardo (1761) – responsável por anular as proposições de 1750 –, como também em explicitar a condição de preliminar ao Tratado de 1777, pois em relação aos limites ele nada mais era “[...] do que uma promessa que carecia de reconhecimento sobre que devia recair novo acordo para ser elevado à categoria de tratado perfeito” (RIBEIRO, 1870, p. 12). Este último foi, segundo sua análise, base fundamental para outros três: aliança, comércio e limites definitivos. Firmado em

1778, o Tratado de Amizade não revalidou o Tratado de Limites, porque os preceitos necessários para a sua consolidação ainda eram desconhecidos.<sup>3</sup>

Superada a questão, destacou a invalidade do Tratado de 1777 também no que concerne à Guerra de 1801, conhecida na historiografia como Guerra das Laranjas. Explicitou que, conforme o direito, as hostilidades entre ambas as Coroas levaram a anulação do Tratado anterior e, com isso, suprimiu-se qualquer convênio sobre as fronteiras meridionais nas Américas. Para além, argumentou que o Tratado firmado em Badajoz consecutivamente ao conflito, no mesmo ano, diz respeito apenas à aliança defensiva, sublimada a questão dos limites. Ao finalizar a trajetória dos Tratados, manifestou-se sobre a revogação deste último, em 1808, pelo Manifesto de D. João VI no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1870, p. 13).

Posicionou-se, então, Duarte Ribeiro de maneira enfática sobre a posição brasileira em anos de negociações:

Os tratados de 1750, derogados categoricamente pelo de 1761, o de 1777 anulado em 1801 são os que o Brasil desconhece para serem por eles definidos os limites do Império com os novos Estados eretos nos vizinhos territórios que foram possessões espanholas. O facto das posses anteriores a esses tratados é o título de que, com razão, se prevalece o Brasil para a demarcação de sua fronteira com aqueles Estados [...] (RIBEIRO, 1870, p. 14).

Conforme explicitado, o plenipotenciário ressaltou a historicidade da ocupação brasileira nos territórios, dando a fronteira uma singularidade que a aproximava do corpo nacional. Demétrio Magnoli afiançou que esse tipo de posição fez parte do processo de constituição das díades imperiais, dentro do “grande período de horogênese” do Estado naquela conjuntura (MAGNOLI, 1997, p. 241)<sup>4</sup>. Em nossa percepção, Duarte Ribeiro foi capaz de, naquele momento, impor uma posição baseada na historicidade dos acontecimentos e em uma particular leitura sobre a validade jurídica dos Tratados do século XVIII.

A sua postura em reconhecer apenas a ocupação legítima dos territórios correspondeu também ao sentido dado ao *uti possidetis* em um quadro de incertezas acerca da soberania

---

<sup>3</sup> Duarte Ribeiro se refere, neste caso, ao artigo 15º do Tratado Preliminar de 1777. Nele, estavam explicitadas as condições para a demarcação definitiva das fronteiras a partir da atuação de comissários nomeados pelas Coroas (CASTRO, 1856, p. 248).

<sup>4</sup> *Horogênese* é neologismo cunhado pelo geógrafo francês Michel Foucher. Com o objetivo de problematizar as fronteiras políticas, deslindou sobre sua gênese em seu livro *Front et Frontières, un Tour du monde géopolitique* (1988). Na proposição de Demétrio Magnoli, ela se associa à discussão sobre a consolidação do Estado-Nação, em virtude da importância do território neste processo. Em sua percepção, ela foi apartada do discurso nacional à custa da legitimação de um discurso assentado em sua naturalização.

territorial do Brasil nas regiões lindeiras ainda em meados do XIX. A defesa do princípio jurídico de caráter defensivo consolidou-se, desta maneira, como uma resposta das lideranças do Império ao crescente avanço das populações vizinhas nesses espaços (JANKE, 2014, p. 223). Cabe destacar, antes de qualquer coisa, que a noção de “vazio demográfico” era recorrente nos discursos dos agentes do Estado, a despeito da conflituosa e histórica relação entre colonizadores e comunidades indígenas.<sup>5</sup>

Consoante ao exposto, constatamos que essas interpretações foram capazes de minorar conflitos – como no caso peruano, a partir da assinatura do Tratado de Limites, Comércio e Navegação, em 1851 – ou prolongá-los – como no caso colombiano, após o rechaço do acordo firmado por Miguel Maria Lisboa, em 1853. Neste quadro de instabilidades, coube às lideranças do Império a consagração de uma leitura particularizada da ocupação dos limiares em disputa, cujo maior expoente foi Duarte da Ponte Ribeiro e a escrita de suas memórias (JANKE, 2014, p. 195).

Em suma, nos preocupamos em aferir quais eram as leituras apontadas pelo plenipotenciário em relação à ocupação de fato do território nacional, especialmente por ser essa a base do princípio jurídico que passou a defender as propriedades legítimas do país frente à letra dos tratados.

### **A força dos escritos contra a memória dos vivos: terras e territórios nos confins amazônicos**

Nos atentamos em deslindar os enclaves jurídicos em relação aos acordos firmados pelas Coroas Ibéricas no século XVIII, como também sobre as nuances políticas que envolveram a interpretação do Brasil e das repúblicas vizinhas – particularmente a Colômbia – em relação ao *uti possidetis*. Esses dissídios se caracterizaram por sua grande vinculação aos prismas históricos, especialmente por suas ressignificações na conjuntura emancipacionista do Oitocentos.

---

<sup>5</sup> Há uma infindável produção historiográfica acerca do processo de ocupação lusa na América setentrional. A respeito das questões concernente aos às fronteiras e a questão indígena, não poderíamos deixar de mencionar a obra de John Hemming, *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros* (EdUSP, 2009), como também a tese de doutoramento de Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000). No Brasil, a questão indígena foi redimensionada a partir dos estudos Manuela Carneiro da Cunha e Maria Regina Celestino. Atualmente, há uma nova geração de pesquisadores preocupados com a questão étnica e as fronteiras, especialmente com a consolidação dos novos programas de pós-graduação no Norte do país.



Nesta acepção, a questão das fronteiras ocupou uma importante frente dos novos Estados, mobilizando diversos especialistas do campo do Direito e de outras ciências em processo de afirmação – como a Geografia e a própria História. Longe de ter sido arena de fácil negociação, verificamos que as lides fronteiriças foram marcadas essencialmente por conflitos. No tocante à Nova Granada, a agenda pública também incorporou a questão, especialmente pela defesa desse país em relação à validade do Tratado de Santo Ildefonso (MAGNOLI, 1997, p. 253).

Perseguimos, até o presente, a figura de Duarte da Ponte Ribeiro. O maior expoente das questões fronteiriças do Império defendeu o princípio da ocupação efetiva desde o início de sua atuação diplomática. Reaproximando-se dos conservadores após uma pequena ruptura, deu base para a construção da “nova territorialidade estatal incorporada pelo governo imperial” a partir da segunda gestão do Visconde de Uruguai na pasta de Negócios Estrangeiros (1849-1853). Firmados os novos tratados e encerrando-se conflitos, consolidou-se o que Leandro Janke definiu como a “nova territorialidade estatal incorporada pelos Saquaremas naquele momento” (2014, pp. 190-191).

Sua memória, que estamos a analisar, conflitou com outra defendida no ano anterior, na cidade Bogotá - Colômbia. Sob a alcunha de *Memória Histórica sobre límites entre la Republica de Colombia i el Imperio de Brasil*, José Maria Quijano Otero sustentou a validade do Tratado preliminar de 1777, para além de impor a sua percepção sobre questões que envolveram as guerras na Europa e as supostas usurpações de territórios espanhóis em solo americano<sup>6</sup>. O “jogo de cartas” realizado entre os especialistas de ambos os países, através dos seus escritos, endossaram a nossa percepção sobre o quanto a temática ganhou validade entre as lideranças dos Estados e chegaram à arena pública.

Assentado nos fatos históricos, Duarte Ribeiro refutou o historiador colombiano e defendeu as legítimas posses adquiridas em virtude das guerras, das represálias e do direito de usucapião (RIBEIRO, 1870, p. 17). Em relação à reciprocidade oriunda da guerra e a justificação para a não devolução de territórios ocupados em litígios armados, advogou que longe de valer os

---

<sup>6</sup> José María Quijano Otero foi um historiador colombiano e diretor da Biblioteca Nacional entre os anos 1867 e 1873. Para além da memória supracitada, publicada em 1869, foi responsável pela construção de outros estudos históricos vinculados à história do seu país, a ser o mais notável o *Historia de Colombia* (TORRES, 1992, pp. 90-91).

princípios dos Tratados de 1750 e 1777, os conflitos explicitaram a defesa da pátria comum também na América Meridional e afirmou ser o posicionamento de Otero:

[...] tão absurdo como o da procedência das bulas pontificais; repelem-no o bom senso, e o princípio da soberania dos povos que não pôde destruir o simples ditame daqueles que não são mais que seus delegados para velar pela igualdade de todos, em gozos e sacrifícios [...]. Os factos protestam contra uma tal doutrina, e não se pode negar que as guerras entre as metrópoles se estenderam às suas colônias (RIBEIRO, 1870, pp. 15-16).

Com o intuito de salvaguardar a sua proposição, posta a posição do Sr. Otero de “[...] destruir os fundamentos com que sustenta o Império os seus direitos as posses existentes ao tempo de sua independência” (RIBEIRO, 1870, p. 16), atuou o conselheiro no sentido de fundamentar, através das diretrizes jurídicas e do uso de documentos históricos, a origem das posses do Brasil nos limiares amazônicos desde a colonização.

Acerca dos territórios ocupados na América, Duarte Ribeiro explicitou a legação do Brasil em favor da “usucapião ou expansão natural dos povos”. A única exceção neste caso se deu em 1801, quando da ocupação das Missões Orientais em virtude do conflito que a desencadeou. Na historicidade das ocupações, verificamos que a questão das represálias também se fez presente, especialmente por conta das mobilizações engendradas por portugueses e espanhóis nos períodos de indefinições fronteiriças da segunda metade do século XVIII:

A posse que tomaram os portugueses na margem septentrional do Amazonas desde Tabatinga até a boca mais ocidental do rio Japurá foi também em represália de haverem os espanhóis formado no rio Negro, em território da Coroa de Portugal, em 1750, os estabelecimentos de S. Carlos, S. Felipe e Santo Agostinho (RIBEIRO, 1870, p. 17).

Consideradas como posses legítimas pelo plenipotenciário, foram as terras adquiridas em represália uma resposta dos portugueses a anterior ocupação ilegal realizada pelos espanhóis. Neste sentido, não só essas ocupações, mas todas as realizadas em territórios livres deveriam ser consideradas como:

[...] ponto de partida para extremar os territórios do Brasil com os Estados confinantes; os títulos que d’ali se derivam para a definitiva demarcação da fronteira de cada uma destas nações não se pôde considerar como desnudo hecho, simples ocupação, ou posses clandestinas; a usucapião, as conquistas, as represálias têm os meus efeitos de qualquer propriedade legitimamente adquirida, e estes efeitos até a emancipação dos novos Estados Americanos foram sempre respeitados pelas respectivas Metrópoles (RIBEIRO, 1870, p. 17).

No caso particular do Amazonas, Duarte rememorou a ocupação do território desde o século XVII, posta a falta de “vestígios” em relação às expedições da centúria anterior. Asseverou, neste caso, que as incursões portuguesas geraram a fundação da cidade do Pará e marcaram a efetiva ocupação lusitana nas margens desse rio. Desprovidos de propriedades na região, os espanhóis apenas garantiram a Missão de S. Francisco de Borja, fundada em 1619.

Para endossar a sua proposição, recorreu uma vez mais aos escritos de Quijano Otero com o objetivo de refutá-lo. Ao ocupar duas páginas de sua memória com a leitura do colombiano em relação aos apontamentos do comissário espanhol Francisco Requena, Duarte Ribeiro esquadrinhou a trajetória da ocupação lusitana da região, principalmente em relação ao período da União Ibérica.

Ao refutar a ideia de que os territórios amazônicos pertenceriam à Espanha em virtude de estarem os portugueses sob a égide de sua Coroa, Duarte Ribeiro destacou que o avanço no baixo e alto Amazonas, na primeira metade do século XVII, foi palco de incursões que garantiram não só o reconhecimento de territórios inexplorados, mas também o início de sua colonização:

O facto de terem os portugueses tomado posse de terrenos desertos, que podiam também ter sido ocupados por espanhóis, dá mais direito aos primeiros para a conservar, do que aos segundos, só pela circunstância de ter sido feita aquela expedição durante a União de Portugal a Espanha (RIBEIRO, 1870, p. 23).

Liderada por súditos portugueses na América, as expedições de reconhecimento desenvolveram-se sob o julgo lusitano, pois as colônias desse lado do Atlântico “continuaram sempre a depender diretamente do governo estabelecido em Lisboa com o qual se correspondiam os governadores daquelas possessões” (RIBEIRO, 1870, p. 23).

À guisa de conclusão, defendeu Duarte Ribeiro a contenda entre colonos espanhóis e portugueses no Rio Amazonas. Ao utilizar como fonte a carta enviada pelo Governador do Grão-Pará, João de Abreo Castello Branco, ao Padre André de Zarate, da Companhia de Jesus, o conselheiro do Império deslindou a dimensão dos territórios ocupados pelos lusitanos em 1738, “[...] cuja posse foi respeitada pelo tratado de 13 de janeiro de 1750, e que tem sido até hoje conservado pelo Brasil” (RIBEIRO, 1870, p. 23). Ao rememorar a trajetória de seus argumentos,

invalidou a proposição da República de Colômbia e de seus expoentes em relação ao conflito secular, pois:

[...] quando cessou o domínio de Espanha n'América não havia tratado algum que regulasse a linha divisória de suas possessões com as de Portugal; era o *uti possidetis*, em atualidade o único direito que podia ser alegado por ela; era esse *uti possidetis*, que já existia em 1750, o que acharam os novos Estados eretos nessas possessões, e deverá ser por eles respeitado: ainda quando fossem herdeiros da Espanha, não estavam no caso de reivindicar direitos que ela não pode justificar durante séculos (RIBEIRO, 1870, pp. 30-31).

### Considerações finais

A segunda metade do século XIX foi palco de calorosos debates entre o Brasil e as Repúblicas lindeiras. Conforme desnudado neste pequeno ensaio, as lides que envolveram o Império e a Colômbia se originaram ainda na década de 1820, mas ganharam uma nova dimensão no período analisado, especialmente pela importância que a questão territorial adquiriu no interior das políticas gestadas pelas lideranças imperiais.

Vinculados ao projeto de territorialização alçado pelos dirigentes imperiais no Segundo Reinado, a questão das fronteiras políticas assumiu uma particularidade no *Tempo Saquarema*. Considerado como o momento da “ofensiva diplomática” do Império, o Brasil tentou consolidar os seus domínios de norte a sul, negociando bilateralmente Tratados e Convenções.

As contendas em relação à Colômbia, segundo demarcamos, assentaram-se nos usos dos documentos históricos – e a percepção acerca da sua validade ou não –, nas percepções no campo do direito e na noção de propriedade do Estado vinculada à defesa das posses nas lides amazônicas. Defensores do princípio jurídico do *uti possidetis de facto*, as lideranças imperiais – e que é aqui ele é sintetizado pelas investigações e posicionamento de Duarte da Ponte Ribeiro –, buscaram utilizá-las nas suas argumentações diplomáticas e na constituição de alguns Tratados de Limites. Em contrapartida, o país caribenho alegava arduamente o *uti possidetis juris*, um dos alicerces do Tratado preliminar de 1777.

Em suma, longe de respondermos todas as inquietudes suscitadas até o presente, acreditamos que a incorporação da problemática das fronteiras políticas e da territorialidade pode auxiliar nas interpretações sobre o Estado Imperial brasileiro em seu processo de consolidação, justamente por ser a sua integridade territorial um fator de grande valia para o projeto político

levado a cabo neste momento. As manifestações como a de Duarte Ribeiro constituem, assim, uma chave de leitura de extrema importância para o estudo da diplomacia para as fronteiras, suas implicações no âmbito do Direito internacional e a problematização acerca das interpretações realizadas pelos agentes estatais acerca do conflituoso processo de ocupação histórica dos limites do Brasil.

## Referências

### Fontes

CASTRO, José Ferreira Borges de. **Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos**: celebrados entre a coroa de portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente (tomo III). Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Memória sobre as questões de limites entre o Império do Brazil e a República da Nova Granada**. Rio de Janeiro: TYP, Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

### Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DOLHNIKOFF, Mirian. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières**: Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JANKE, Leandro Macedo. **Duarte da Ponte Ribeiro**: território e territorialidade no Império do Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 1987.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Memória sobre as questões de limites entre o Império do Brasil e a República da Nova Granada.** Rio de Janeiro: TYP, Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Império e as Repúblicas do Pacífico:** as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822/1889). Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2002.

TORRES, Álvaro Rodríguez. **Biblioteca Nacional de Colombia.** B. ANABAD, Madrid, 1992. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/224202.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial:** a Burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

## O protagonismo feminino em Minas Gerais: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853)

The feminine protagonism in Minas Gerais:  
Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853)

Ana Cristina Magalhães Jardim  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
anajardim10@gmail.com

**Recebido em:** 27/12/2017

**Aprovado em:** 16/04/2019

**Resumo:** O artigo propõe discutir a possibilidade de um protagonismo feminino em Minas Gerais a partir de fontes e informações levantadas sobre a vida de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a mulher por trás do mito *Marília de Dirceu*. Procuramos compreender como ela e outras mulheres buscaram viver algum tipo de autonomia dentro daquela sociedade.

**Palavras-Chave:** Mulheres, protagonismo feminino, Minas Gerais.

**Abstract:** The article proposes to discuss the possibility of feminine protagonism in Minas Gerais based on the sources and information gathered about the life of Maria Doroteia Joaquina de Seixas, the woman behind the myth *Marília de Dirceu*. We try to understand how she and other women sought to live some kind of autonomy within that society.

**Keywords:** Womens's, feminine protagonism, Minas Gerais.

Para realizarmos uma discussão inicial sobre o protagonismo das mulheres livres em Minas Gerais, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, faremos uma breve análise de seis fontes relacionadas a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, mais conhecida como a musa inspiradora do livro *Marília de Dirceu* (GONZAGA, 1992). São elas os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira-ADIM; Livro de Entradas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de

Ouro Preto; Pedido de Emancipação; Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, seu Testamento e jornais do período.

As fontes citadas já foram, em sua maioria, mencionadas, sendo de conhecimento público, espalhadas em diferentes publicações. As análises anteriores dessas fontes sempre privilegiaram a associação de Maria Dorotéia ao poeta, ouvidor e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Pretendemos explorar análises diferenciadas e que permitam compreender aspectos da trajetória da mulher que viveu entre os séculos XVIII e XIX. Tal análise pode ainda ajudar levantar novas questões, mesmo que ainda não seja possível responde-las de maneira definitiva e a elucidar o contexto de relações sociais e familiares em que viveram outras mulheres nas Minas Gerais do período.

Maria Dorotéia nasceu em uma família de descendentes de portugueses constituída de maneira formal e lícita. Batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, no dia 8 de novembro de 1767<sup>1</sup>, teve como padrinho seu tio paterno, Reverendo Vigário Antônio Correa Mayrink e como sua madrinha Maria do Rosário, moradora no Rio de Janeiro e avó paterna. Na impossibilidade de comparecimento da madrinha, a inocente foi tocada pelo Alferes José de Moraes, morador de Vila Rica, de quem ainda não conhecemos que tipo de relação mantinha com a família, mas deveria ser próxima para ter sido convidado a batizar a primeira filha de um casal de família considerada da elite mineira.

Depois de mencionado seu nascimento e durante sua vida adulta, para o qual é possível fazermos qualquer análise de autonomia, os Autos de Devassa são a próxima fonte em que Maria Dorotéia é mencionada. Na primeira Inquirição feita a Tomás Antônio Gonzaga, na Fortaleza da Ilha das Cobras, a 17 de novembro de 1789, o poeta declarou que a noiva foi o motivo que o levou a permanecer em Vila Rica durante o período em que foi acusado de crime de inconfidência.

Tomás Antônio Gonzaga era Ouvidor de Vila Rica desde 1782 (FURTADO, 1995). Em 1786 havia sido nomeado Desembargador da Relação da Bahia. “O Tribunal Superior era conhecido,

---

<sup>1</sup> Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, termo de abertura 1749, folha 149.



no mundo português, como Relação, às vezes Casa da Relação” (SCHWARTZ, 2011, p. 30-31). A administração e a aplicação da justiça eram uma importante chave administrativa dos Impérios Espanhol e Português, composta de um sistema hierárquico que objetivava fazer cumprir as necessidades da administração colonial em todas as suas possessões. Os principais órgãos desses tribunais eram compostos por Desembargadores, como era o caso de Tomás Antônio Gonzaga.

De acordo o pesquisador português Rodrigues Lapa (1942, p. p. XXIII-XXXVIII), as núpcias poderiam ter sido contraídas desde que foi indicado Desembargador podendo o casal ter se dirigido para a Bahia. Maria Doroteia e Gonzaga se conheciam, provavelmente, desde 1783. Causou estranheza a Lapa o fato de que, em 1789, quando explodiu a denúncia da Inconfidência Mineira, Gonzaga ainda se encontrasse nas Minas.

Conforme mencionado, segundo depoimento de Gonzaga, a proximidade do casamento com Marília foi seu principal motivo para permanecer na capitania. Mas passados três anos de sua nomeação, e como a família da noiva já havia concordado com o casamento, qual explicação pode ser dada para o antigo ouvidor não ter se casado e não ter se retirado para a Bahia, para assumir o cargo mais elevado da magistratura na época? Com o desejo e o compromisso de Gonzaga se casar com Maria Doroteia, moça de família conceituada de Vila Rica, bastaria assumir a nova posição na Bahia e levar a esposa consigo.

Mas o noivo não o fez a tempo, por motivos oficialmente desconhecidos, acarretando o desfecho sabido, sendo condenado por crime de inconfidência como é amplamente conhecido, no ano de 1789 “a 21 de maio [foi] preso Tomás Antônio Gonzaga e apreendidos todos os seus papéis. O noivo de Marília, em vésperas de casamento, foi remetido para o Rio de Janeiro e encerrado na fortaleza da Ilha das Cobras” (LAPA, 1942, p. XXXII). Após um namoro e um noivado com Gonzaga que podem ter levado até seis anos e que se transformou em um casamento não realizado, Maria Doroteia permaneceu solteira em Minas até o dia de sua morte. Da prisão onde se encontrava no Rio de Janeiro, desde 1789, o noivo foi deportado para Moçambique em 1792.

Não há como precisar, a partir das fontes conhecidas, as causas pelas quais Maria Doroteia não teria se casado depois de desfeito o compromisso com Gonzaga. Versões romantizadas afirmam que a musa se guardou até o fim de seus dias pelo amor ao poeta. Gonzaga, menos de um ano depois de ser deportado, casou-se em Moçambique. De acordo com seu Depoimentos para o casamento de 9 de maio de 1793, Tomas Antônio Gonzaga, declarou-se

filho legítimo do desembargador José Bernardo Gonzaga e de sua mulher D<sup>a</sup>. Tomasia Clarque Gonzaga, já falecida, natural da cidade do Porto, batizado na freguesia de São Pedro do Reino de Portugal; que tinha de idade 38 anos, que era solteiro e nunca fora casado; que residira na mesma cidade do Porto, na cidade de Beja, na de Lisboa, Coimbra, Vila Rica, e atualmente em Moçambique, passando a existência nas ditas cidades de mais de seis meses; que nunca dera palavra de casamento a pessoa alguma, nem fizera voto de castidade ou de religião, nem tinha impedimento algum para contrair o matrimônio que pretendia com D<sup>a</sup>. Juliana de Souza Mascarenhas, a quem conhecia por ter visto de presente, com quem queria ser casado de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma; e mais não disse (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1902, p.401-409).

O depoente, além de diminuir sua idade em torno de 10 anos, liberou Maria Doroteia de qualquer compromisso de casamento. A fonte nos interessa brevemente. O casamento não consumado, mencionado nos ADIM, caso tivesse se concretizado, teria sido a porta de entrada de Maria Dorotéia no mundo das mulheres casadas licitamente da colônia portuguesa. Através dos matrimônios arranjados as famílias ampliavam fortunas, promoviam a nobilitação ou simplesmente formavam novas famílias nos honrosos padrões das elites luso brasileiras. As mulheres eram transferidas da tutela do pai para a do marido, não podendo exercer nenhum tipo de atividade social que desabonasse a honra da família.

Era somente na viuvez que muitas delas alcançavam a **autonomia**, inclusive financeira, mas não raro esse também não era um processo direto e simples. A legislação previa que as viúvas, mas não os viúvos, tivessem que recorrer à justiça, via Juízo dos Órfãos e Ausentes, para legitimar a condição de tutoras de seus filhos menores e assim poder administrar seus bens (FURTADO, 2007, p. 491. Grifo nosso).

Sem o matrimônio restou a Maria Dorotéia seguir outros caminhos permitidos às mulheres de sua posição social. O conceito de autonomia, mencionado por Júnia Pereira Furtado, além de representar um protagonismo feminino em uma sociedade patriarcal, podendo ser considerado

também como uma forma de atuação feminina no que tange à necessidade de resolver assuntos de ordem prática, jurídicos, administração de bens herdados à partir do momento em que deixasse de existir algum homem da família para tais responsabilidades, no caso de ficar, órfão, viúva ou sem tutor. Nesse caso era necessária autorização do Juiz de Órfãos e ausentes. Não nos parece pretender significar um tipo de autonomia onde a mulher pudesse se comportar de maneira diferente dos costumes esperados para uma mulher daquela sociedade e período.

A partir do século XVIII na América Portuguesa a sociedade se expandiu, com a multiplicação de vilas pelo interior do continente e o aumento das populações fixas naqueles sítios, consequência da descoberta dos metais preciosos em Minas Gerais. Fez-se necessário, então, um controle maior, por parte da Coroa portuguesa, de toda essa gente: homens, mulheres, brancos e negros, letrados, proprietários e trabalhadores em geral. De acordo com a ideia de ordem que fundamentava as hierarquias sociais, no Antigo Regime, cada um devia ocupar o seu lugar na sociedade. As mulheres (HESPANHA, 2010), por sua vez, deviam cumprir um determinado papel a elas atribuído.

Especificamente sobre o papel das mulheres na sociedade do Antigo Regime, Leila Mezan Algranti afirma que:

O projeto de colonização traçado pelo Estado português e pelos representantes da Igreja Católica não exclui as mulheres. Pelo contrário, elas foram consideradas, enquanto mães e esposas, o receptáculo das tradições culturais e das virtudes morais que se desejava transmitir aos colonos, para que desempenhassem os esperados papéis de súditos e bons cristãos (ALGRANTI, 1999, p. 53).

No caso das mulheres brancas, bom comportamento social, reclusão e celibato eram prioridades para possibilitar um casamento honrado entre famílias distintas. Povoando a colônia com legítimos descendentes de portugueses dentro das regras de conduta da Igreja e da Coroa. “Bem cedo, portanto, a Coroa e os agentes colonizadores defrontaram-se com o problema da falta de mulheres brancas que pudessem casar com os portugueses na América e auxiliar na conquista e no povoamento da Colônia” (ALGRANTI, 1999, p. 63), Maria Doroteia, enquanto mulher branca e de

boa família, se encaixaria no perfil social e econômico para realizar um casamento com um homem do mesmo grupo social.

Maria Doroteia, suas irmãs e irmãos haviam ficado órfãos de mãe ainda crianças. O pai deixou-os, então, sob os cuidados das duas tias pelo lado materno, as quais, por sua vez, por serem solteiras, moravam na casa herdada dos pais, com o irmão João Carlos, também solteiro. Todas essas meninas, meninos e mulheres encontravam-se, assim, sob um tipo de proteção masculina e de educação e cuidados femininos.

Para que a segurança e honra das donzelas fossem preservadas, o mais indicado era que fossem observadas e educadas perto da família, sempre sob tutela e supervisão masculinas. Caso não tivessem familiares disponíveis para garantir que se mantivessem honradas, a alternativa era ficarem reclusas em conventos ou casas de religiosas próprias para esse fim, distantes dos perigos, tentações e pecados do mundo: “A necessidade de as mulheres de elite, que não dispunham de proteção masculina, com um mínimo de conforto e segurança à altura de seu status, acaba por levá-las às instituições de reclusão” (ALGRANTI, 1999, p. 47). O papel de esposa estava descartado para Maria Doroteia, com a frustração dos planos de casamento com Gonzaga, mas, como veremos adiante, mesmo vivendo sob tutela masculina, Maria Doroteia e sua irmã caçula tiveram sua honra questionada.

Logo após as sentenças e o desenlace da Conjuração Mineira, aos 26 anos de idade, Maria Doroteia se tornou irmã professa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Estudar a documentação referente às irmandades religiosas de leigos é uma forma de se compreender a inserção de Maria Doroteia e sua família nas práticas da sociedade colonial, tanto espiritual quanto política, no período que vai do final do século XVIII até meados do século XIX na capitania mineira.

A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais do setecentos. Acompanhando suas constituições e desenvolvimento, acompanha-se a formação e a estruturação da sociedade mineira (BOSCHI, 1986, p. 1).

As irmandades religiosas tinham importante papel a desempenhar. Pertencer a uma Ordem Terceira na sociedade colonial trazia consigo significados simbólicos (BOURDIEU, 1989) relevantes

enquanto importantes instituições de agrupamento social, na busca por distinção, representatividade ou ascensão social. Os elementos simbólicos são, ao mesmo tempo, estruturados e estruturantes de uma sociedade.

Maria Doroteia entrou para a Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto em 1793, seu pai Capitão Balthazar já havia entrado para a mesma ordem em 1787, sua tia, pelo lado materno, D<sup>a</sup> Catarina em 1779, sua irmã Emerenciana em 1804. Todas essas entradas<sup>2</sup> demonstram sua inclusão no círculo das famílias mais conceituadas da colônia.

Maria Doroteia seguiu a tradição familiar ingressando naquela irmandade religiosa. A irmandade à qual uma pessoa pertencia era sinônimo do seu lugar na sociedade, havendo distinção das instituições exclusivas para brancos, negros ou pardos. Após o exame da divisão racial, o valor pago para entrada era outro fator seletivo e que permitia a acessibilidade ou não a determinadas associações religiosas. Ascendendo ainda mais nessa escala de valor estavam as famílias que dispunham de recursos para assumir algum cargo na Mesa Administrativa de uma Ordem Terceira. Essas instituições possuíam grande patrimônio, templos imponentes, chegaram a possuir escravos, movimentar grandes quantias em ouro e dinheiro e emprestar dinheiro a juros.

Via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada. Haja vista o exemplo de Minas Gerais colonial, onde elas foram instituídas somente no momento em que a sociedade local se consolidou (BOSCHI, 1986, p. 20).

Outro aspecto importante para os seus membros era a visibilidade adquirida com o pertencimento àquelas ordens, cujos homens possuíam importantes cargos em outras instituições (OLIVEIRA, 2008) como em Ordens Militares, na Câmara ou no Senado, por exemplo. A entrada em determinadas irmandades de brancos só se dava por inegável prestígio ou indicação de um dos irmãos e após um exame minucioso da origem da família.

---

<sup>2</sup> Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 404. Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122, verso.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto foi fundada em 1746, mas a primeira eleição de Mesa ocorreu somente em 1751, devido à demora para reconhecimento da ordem religiosa e disputas com a Ordem do Carmo. No Estatuto levado à aprovação em 1756, lê-se no capítulo I as formas “como se hão de examinar os que hão de entrar na Ordem”, segundo o qual se proíbe a admissão de “mulatos ou cabra” e de “judeu, mouro, ou herege e seus descendentes até a quarta geração” (TRINDADE, 1951, p. 23). O Cônego Raymundo Trindade nos esclarece também que “tais Estatutos não eram originais da Ordem de Vila Rica [...] mas adotados. Tinham sido copiados, palavra por palavra, dos Estatutos por que se regia a Ordem Terceira da penitência do Rio de Janeiro” (TRINDADE, 1951, p. 25), tratando-se de seus princípios em toda a colônia. “As ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis eram as mais fechadas de Minas, revelando como a estratificação racial atuou nas irmandades e foi também influenciada por elas desde o princípio do século” (SALLES, 2007, p. 79). Segundo o Estatuto, a moralidade, os bons costumes e a dedicação religiosa também eram observados: “Consta do Livro de Profissões, fl. 15 v. (ano 1751): Manuel de Araújo e Souza, morador no Alto da Cruz, caixeiro de Félix Rodrigues, não pôde ser aceito na Ordem, foi recusado por ser casado com uma mulata” (TRINDADE, 1951, p. 48). Qualquer falha moral poderia destituir membro de uma irmandade religiosa, principalmente durante o século XVIII. Mas as regras possuíam suas exceções ou conveniências, o que explica certa maleabilidade:

As confrarias chamam à ordem os associados de mau procedimento e estabelecem regras bastante estritas de moralidade. Entretanto, dificilmente tais regras poderiam ser mantidas em terras mineiras daquele período. Praticamente teria sido impossível que as associações tivessem prosperado se agissem com a severidade pregada pelos seus estatutos, excluindo muitos homens de categoria de seus quadros por seus crimes (SACARANO, 1978, p. 37).

Em documentação a ser analisada adiante, Maria Doroteia foi acusada pelo viajante Richard Burton de ter sido mãe solteira, daí não ser uma mulher honrada. Essa era uma falha de conduta grave no contexto das famílias de brancos, segundo códigos morais dos séculos XVIII e XIX (ALGRANTI, 1993). No caso de ter ocorrido algum fato que lhe desabonasse a conduta moral, a inserção em uma Irmandade respeitada poderia contribuir para diluir essa impressão perante a sociedade.

A aceitação das mulheres nas irmandades se dava pela indicação de parentes próximos, ou seja, por serem esposas, filhas ou irmãs de membros das ordens religiosas. Existiam significados específicos para uma mulher como Maria Doroteia, na Vila Rica do fim do século XVIII, enquanto membro daquela irmandade:

As mulheres brancas, embora rompessem com o isolamento doméstico a que estavam submetidas, ao participarem das atividades das irmandades, não escaparam de encontrar aí barreiras e limitações que refletiam o autoritarismo existente no mundo exterior. (FIGUEIREDO, 1993, p. 153)

Embora elas representassem a minoria nessas instituições e não tivessem voz ou mando, as irmandades religiosas eram um dos poucos locais que permitiam uma atuação social feminina. Pertencer a elas possibilitava às mulheres uma maior circulação e um trânsito lícito e honroso para os padrões morais da época. Mesmo não sendo o ideal, a inserção nas Irmandades Religiosas possibilitava às mulheres algum tipo de autonomia.

A vida religiosa nas irmandades constituiu um dos principais canais de atuação social para as camadas femininas nas Gerais. Qualquer que fosse sua condição, cor e situação civil, encontrariam sempre lugar nestas instituições. O sentido e o modo de sua participação, entretanto, seriam diferenciados, o que, em verdade, refletiria objetivos distintos, de acordo com a posição ocupada pela mulher na sociedade (FIGUEIREDO, 1993, p. 152).

Mulheres libertas, negras ou pardas (DOURADO; PEREIRA, 2016) em seus diversos arranjos familiares, em várias regiões brasileiras, teriam acesso às irmandades permitidas pelo seu perfil sócio econômico (MIRANDA, 2016), podendo receber doações ou cuidados na doença, na pobreza ou na velhice, quando necessário. “Para as mulheres da elite, as possibilidades de autonomia eram mais restritas, mas não de todo impossíveis (FURTADO, 2007, p. 491). Às mulheres brancas, como as da família de Maria Doroteia, caberia a honra de pertencer às irmandades mais conceituadas e até de ser eleita Ministra ou Mestra de Noviças, por exemplo, contribuindo com recursos financeiros substanciais para aquelas instituições.

Maria Doroteia foi eleita como Ministra da Ordem duas vezes. A primeira em 1804, pagando para isso mais de 41 oitavas de ouro (PAIVA, 2009)<sup>3</sup>, a oitava de ouro equivalia a 3,585 gramas de ouro ou 1\$200 (mil e duzentos réis)<sup>4</sup>. Na segunda vez em que foi eleita para o cargo, em 1835<sup>5</sup>, de acordo com mudanças na moeda utilizada, pagou pelo cargo a quantia de 50.000 réis.

Sua irmã Emerenciana também pagou a mesma quantia para ocupar o cargo de Ministra em 1815.<sup>6</sup> D<sup>a</sup> Catarina, tia de Maria Dorotéia e Emerenciana, quando eleita Ministra da Ordem em 1785<sup>7</sup>, pagou pelo cargo a quantia de 83 oitavas e  $\frac{1}{4}$  de ouro e 3 vinténs.

A análise das fontes da Ordem Terceira de São Francisco de Assis aponta para uma ligação da família de Maria Doroteia com camadas da elite mineira. Autores que trabalharam com as irmandades religiosas no período colonial afirmam que “somente uma pessoa de vasto cabedal econômico poderia ser eleita para qualquer cargo desta Ordem” (SALLES, 2007, p. 95), o que nos leva a especular que Maria Doroteia, seu pai, sua tia e irmã podem ter entrado para a irmandade em um período em que dispunham de recursos suficientes para tal, permanecendo na ordem mesmo que, depois de adentrado o século XIX, restasse à família muito mais prestígio social que recursos financeiros. Isso talvez possa ser evidenciado pelo fato de ela ter se tornado Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis não apenas uma, mas duas vezes. Sua tia Catarina e sua irmã Emerenciana também foram ministras da ordem, o que poderia ser facultado somente a famílias de grande prestígio. Segundo registros no livro da irmandade, Maria Doroteia foi “remida”, ou seja, perdoada, de suas dívidas, ou de parte delas, e não há registro de como efetuou esse pagamento.

Pertencer a uma família de prestígio não possibilitava às mulheres o que chamamos de autonomia, ou seja, a possibilidade de atuar livremente na sociedade do Antigo Regime.

---

<sup>3</sup> Relação dos valores de coartações, alforrias e arrestos a partir dos testamentos da comarca do Rio das Velhas – 1720/1784. Cf.

<sup>4</sup> Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folha 211.

<sup>5</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 404. Transcrição do Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122 verso.

<sup>6</sup> Livro de Entrada e Profissões - Livro 2, folha 261.

<sup>7</sup> Livro de Entrada e Profissões - Livro 2, folha 171.



Em 1815 Maria Dorotéia e sua irmã Emerenciana fizeram, em conjunto, o pedido de emancipação. Era uma formalidade jurídica importante para permitir a autonomia feminina na sociedade mineira do período e que dava direito a uma mulher solteira de reger sua própria vida. Um tipo de autonomia nos moldes do conceito citado por Junia Furtado para mulheres inseridas naquela sociedade (FURTADO, 2007, p. 491).

Esse tipo de protagonismo feminino visava preencher uma necessidade prática de gerir a própria vida econômica. Conforme mencionado, quando não havia algum homem da família que pudesse servir de tutor, administrar a herança, zelar pela honra das moças, elas deveriam ser remetidas a conventos ou casas de reclusão que pudessem garantir o zelo sobre sua reputação. Mesmo em suas casas e sob os olhos do tutor a mulher vivia uma vida semelhante à da reclusão religiosa.

Fundados em valores cristãos ligados ao gênero feminino, como fé, castidade e caridade, além das condutas derivadas desses mesmos valores, almejavam formar uma mulher que fosse recatada, submissa, com gestos comedidos, modesta, que rezasse as horas canônicas, se confessasse com frequência e recebesse a doutrina da Igreja. Tal comportamento, destaque-se, era esperado das mulheres que viviam fora dos recolhimentos, daí o fato de algumas famílias usarem-nos, assim como aos conventos, para educar as mulheres (VILLALTA, 2007, p. 271).

Depois de ficar viúvo e deixar os filhos e as filhas aos cuidados do tio e tias, o Capitão Balthazar casou-se novamente e foi morar em Itaverava. O pai ainda não havia falecido quando as duas irmãs fizeram o pedido para se emanciparem. Assim, no dia 27 de novembro de 1805, entregaram uma petição ao escrivão Antônio Balbino de Negreiros, Juiz de Órfãos, com as seguintes justificações:

Dizem D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas e sua irmã D. Emerenciana Joana Evangelista de Seixas que elas precisam justificar o seguinte

Justificação (*sic*) que são filhas legítimas do capitão Balthazar João Mayrinck e sua mulher D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas já falecida e que vivem desde sua menor idade e por falecimento de sua mãe em companhia de seu tio o Coronel Ajudante de Ordens deste Governo João Carlos Xavier da Silva Ferrão.

Que as justificantes são maiores de 25 anos como mostram pela certidão junta e têm juízo e capacidade para se regerem e administrarem seus bens sem dependência de Tutor ou Curador.

[...]

Pedem a V. Mercê seja servido admiti-las a justificar o deduzido a fim de as declarar emancipadas e de receberem tudo que lhes pertencer e qualquer q.r (*sic*) de tudo que seja (*Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 277).

A necessidade das irmãs era a de poder receber rendimentos provenientes de bens deixados por sua mãe e, a partir daí, realizar pagamentos e se manterem, levando-se em conta que o pai não vivia na mesma cidade. Na justificação para se emanciparem, os argumentos favoráveis são: serem de família de origem conhecida na vila e alegarem capacidade e juízo para regerem-se sem mais a necessidade de tutor, tendo as irmãs idade suficiente para tal.

As justificantes, posto já tivessem a primeira trinta e oito anos e a segunda, trinta e um, não haviam entrado na livre administração dos bens que lhes couberam por legítima materna, e que consistiam principalmente de escravos que trabalhavam a jornal. Tendo tudo de que precisavam, não haviam até então cogitado de saber a quanto montavam por mês ou por ano os salários ganhos por seus escravos. (BRANDÃO, 1932, p. 340)

Thomaz Brandão era primo em quarto grau de Maria Dorotéia e Emerenciana e escreveu uma biografia sobre a mais velha das duas primas citadas onde relata impressões pessoais sobre a família, mas o que reproduzimos aqui para expor uma versão de como ele via a própria família em alguns aspectos. Para ele parte da renda da família, legada em herança, vinha de escravos de ganho. Ainda não dispomos de fonte que comprove o mencionado por Brandão, se tinham mesmo escravos de ganho, mas sabemos que essa era uma realidade comum para o período os quais dedicavam-se a trabalhos manuais característicos das Minas colonial e imperial. Não é possível sabermos também quantos escravos de ganho as irmãs teriam possuído, uma vez que os inventários não traziam informações completas a respeito da escravaria

O fato de os inventários nem sempre trazerem as alforrias concedidas pelos proprietários ao longo dos anos pode ser exemplificado pelo caso de Maria Joaquina Doroteia de Seixas (*sic*). No inventário dos bens de uma das principais musas dos inconfidentes não há qualquer menção à posse de escravos ou de cativos por ela manumitidos. No entanto, o nome dela aparece no Livro de Notas alforriando incondicionalmente, a 27 de junho de 1820, em Vila Rica, um crioulo de nome Simplício (GONÇALVES, 2011, p. 179).

Com relação à grafia do seu nome mesmo na documentação, existe uma inversão ao grafar seu nome. No entanto, adotamos no presente trabalho a ordem estabelecida no testamento, ou seja, Maria Doroteia Joaquina de Seixas.

No recenseamento feito na Capitania de Minas Gerais (MATHIAS, 1969, p. 123), em 1804, o tio de Maria Doroteia declarou que possuía três escravos; sua tia Tereza, seis escravos; sua irmã Emerenciana, quatro escravos; Maria Doroteia e sua tia Catarina não possuíam escravos de acordo com a listagem mencionada, mas existe a possibilidade de sonegação ou sub-registro de informações.

É possível que as irmãs já administrassem os bens há muito tempo, mas precisavam da legalização jurídica para certas garantias futuras. Muito além da necessidade de administrar os bens herdados, dentre eles escravos de ganho e imóveis, por exemplo, o pedido de emancipação feito pelas irmãs pode nos levar à hipótese de que eram mulheres que já exercessem no seu dia a dia muito mais tarefas legalmente não permitidas do que podemos julgar. Mesmo que as leis e os documentos não apontem isso, querer administrar os bens herdados já aponta para a perspectiva de protagonismo feminino que desponta enquanto costume a ser consolidado ao longo do século XIX.

Desde o século XVIII haviam mulheres que desempenhavam papéis além daqueles permitidos no mundo lusitano. Júnia Furtado analisa vários casos de mulheres que gozaram de grande autonomia, ou protagonismo, durante o Antigo Regime. Podemos mencionar o caso de uma brasileira que aos 18 anos de idade, usando o nome de Balthazar do Couto Cardoso, “abandonou a casa dos pais na capitania do Rio de Janeiro [...] e embarcou para Lisboa, onde, em 1º de setembro de 1700 assentou praça de soldado” (FURTADO, 2007, p. 481-482), servindo na função militar durante muitos anos, chegando a ser condecorada por valentia. Em 1820 foi descoberto que “o valoroso militar era na verdade uma mulher [...] D. Maria Úrsula de Abreu e Lencastro [...] então casada com Afonso Teixeira Arraes de Mello, que fora governador do forte de São João Batista em Goa”. O exemplo talvez não seja a comparação ideal ao caso de Maria Doroteia, em Minas Gerais, mas demonstra o desejo e até a capacidade de autonomia feminina no período.

A autora trabalha também com outros três casos. Teresa Margarida da Silva Horta, nascida na capitania de São Paulo, em 1711, mudou-se com a família ainda criança para Lisboa e, aos 40 anos, publicou um livro usando o pseudônimo de Dorothea Engrassia Tavadra Dalmira (FURTADO, 2007, p. 482). A outra mulher sobre a qual Júnia Furtado relata em seu texto é Jacinta de Siqueira (FURTADO, 2007, p. 483), uma ex-escrava que viveu na Vila do Príncipe na primeira metade do século XVIII. Ela se relacionava com o ouvidor de Sabará, Luis Botelho de Queirós, chegando a influenciá-lo em decisões importantes da vila. Era mulher de posses e influência na região. A última mulher tratada por Júnia Furtado foi Maria da Cruz (FURTADO, 2007, p. 484), mãe de Pedro Cardoso, os dois acusados de liderarem uma revolta contra a cobrança de impostos de capitação no sertão de Minas Gerais, entre os rios São Francisco e das Velhas.

Os casos estudados por Júnia Furtado podem reforçar a hipótese da busca feminina por ampliar sua atuação social no período aqui tratado. O pedido de emancipação pode nos indicar a busca de Maria Doroteia e Emerenciana por um papel atuante em Vila Rica, maior inclusive que para gerir formalmente suas próprias vidas.

Por que iniciar a discussão sobre o papel das mulheres na Capitania das Minas do ouro e diamantes com esses quatro casos paradoxais? Porque a guerra, a palavra, o exercício do mando e seu inverso, a rebelião, eram privilégio do mundo masculino, e o relato desses acontecimentos nos aponta as possibilidades que as Minas do ouro e dos diamantes abriram para o universo feminino e a heterogeneidade de papéis que as mulheres puderam ali desempenhar (FURTADO, 2007, p. 484-485).

Como podemos observar a documentação revela uma boa amostra de casos de protagonismo e atuação feminina na sociedade colonial mineira, mesmo que ainda considerados como exceção. Como o caso que podemos considerar um outro tipo de protagonismo feminino para o século XIX, o de Silvina Ermelinda Xavier de Britto e Jacinta Luiza do Couto Brandão Peixoto. Ambas (re)apropriaram de espaços de instrução e leitura existentes na antiga capital de Goiás por meio de um “ensaio de emancipação, representado pelos pedidos de voto das goianas em 1889 e das táticas manejadas por estas mulheres na expectativa de exercitar sua intelectualidade, ainda que lhes fosse apresentado como um caminho cheio de obstruções” (PRADO; FREITAS, 2018, p. 1). Protagonismo e emancipação são buscar permanentes nesse espaço e período.

As irmãs órfãs e solteiras Maria Dorotéia e Emerenciana conseguiram alcançar alguma autonomia social e financeira depois de adultas. Emerenciana casou-se posteriormente voltando a estar sob a tutela de um homem, seu marido.

Outros casos de forte atuação, influência e protagonismo feminino são analisados por André Figueiredo Rodrigues (2010) para o período de instalação da Devassa feita por ocasião da Inconfidência Mineira na comarca do Rio das Mortes. Segundo o autor, foram D<sup>a</sup> Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, esposa do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes, e D<sup>a</sup> Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto, as responsáveis por preservar e mesmo reaver bens sequestrados pela Coroa Portuguesa durante o processo de investigação que então se deu.

Reconstituir os costumes do período em que Maria Doroteia viveu pode nos ajudar a levantar hipóteses interpretativas para a documentação encontrada sobre ela e sua família, além de outras mulheres que viveram em condições semelhantes.

Depois da emancipação, a continuidade da apreciação das fontes nos leva às Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto de 1846. Nelas constam peijas de D<sup>a</sup> Maria Doroteia Joaquina de Seixas com a Câmara em razão da cobrança de reparos de encanamentos de água do Chafariz público e de sua fonte particular. Gravando novamente seu nome junto a uma instituição pública e demonstrando que conduzia os negócios domésticos, Maria Doroteia demonstrou que era atuante no espaço público da Ouro Preto do século XIX, quando se fazia necessário.

As águas em Vila Rica sempre foram abundantes pela existência de muitas nascentes e rios, mas em Minas e em outras partes do Brasil, naquele período, como “as residências não dispunham de água encanada, seu abastecimento era algo fundamental. Os poços e cisternas, mas mais frequentemente os rios e os chafarizes públicos, forneciam o líquido precioso” (ALGRANTI, 1997, p. 103). Para regular sua utilização durante o período de extração do ouro, houve uma série de medidas e cartas régias que legislaram sobre o uso desse recurso natural, sendo a prioridade, logo que iniciado o agrupamento urbano, dada ao uso na mineração (FONSECA, 2008, p. 179). Foram criadas

também normas para provisão e abastecimento da população, bem como a restrição aos abusos e desperdícios em geral (VASCONCELOS; FONSECA, 2004, p. 113-115).

Com o crescimento populacional, a organização do espaço urbano fez-se mais necessária. “O abastecimento de água envolve vários aspectos técnicos, gerenciais e de saúde pública, como, por exemplo, a escolha do manancial e do tipo de captação, o dimensionamento da rede adutora.” (VASCONCELOS; FONSECA, 2004, p. 45). Além das preocupações com o abastecimento de toda uma população, o poder público lidava com os casos das residências que tinham seu próprio ponto de abastecimento.

Observa-se também que algumas residências coloniais possuíam seus próprios chafarizes. Isso se deu, no caso de Vila Rica, quando os proprietários possuíam nascentes d’água nos próprios terrenos – porque, neste caso, as águas eram, juridicamente, consideradas de direito do dono do terreno – ou quando os particulares solicitavam licença do Senado da Câmara para “tirar” água do encanamento público (FONSECA, 2008, p. 179).

Muito já foi dito sobre o lugar privilegiado que a família de Maria Doroteia ocupava na sociedade de Vila Rica. As atas da Câmara que analisaremos são mais uma comprovação do prestígio e conforto de que desfrutava a família. Naquele período, somente famílias que dispunham de recursos financeiros e de relativo prestígio teriam uma mina de água particular.

Comparada às cidades litorâneas da colônia, Vila Rica foi bastante privilegiada no que se refere às condições para saneamento básico. Em função da sua topografia e dos seus numerosos mananciais de água, não eram necessárias grandes obras de captação e condução das águas, e tampouco grandes esforços para se realizar o esgotamento sanitário (VASCONCELOS, 2008, p. 179).

No período colonial, a “água era captada em minas de propriedade do Senado [...] o arrematante devia seguir o risco a ele repassado pelo Senado da Câmara”(FONSECA, 2008, p. 52). Ou seja, pelo que indicam a documentação e bibliografia, a Câmara era responsável pela legislação, contratação de obras, manutenção e fiscalização referente às águas de Vila Rica. No ano de 1846, já avançado o Império, houve várias obras nesse sistema de abastecimento, incluindo algumas intervenções de grande porte, como no caso dos chafarizes públicos.

[...] as fontes documentais [...] mostram que parte deles teve seus tanques e carrancas ou trocados ou suprimidos. Mostram também que, em função das vicissitudes urbanas, muitos tiveram que mudar de lugar. Como no caso de um antigo chafariz da Ponte do Ouro Preto que, em 1846, foi mudado para a Praça Tiradentes, junto à Câmara e Cadeia, ficando em seu lugar um outro que restava enterrado no bairro Padre Faria (FONSECA, 2008, p. 178).

No que diz respeito a Maria Doroteia, nosso objeto de estudo, vamos encontrar sua ação junto à Câmara relacionando-a a fiscalizações ocorridas naquele ano. Na sessão ordinária de 6 de outubro de 1846,

Leu-se um requerimento de D<sup>a</sup> Maria Dorotéia Joaquina de Seixas fazendo ver que o Procurador exige dela pagamentos de concertos de água e encanamentos feitos aquém do seu registro quando ela julga isenta de tais pagamentos e só sim deve pagar aqueles concertos que se fizeram do seu registro até a mina. Falando-se sobre a matéria resolveu-se que o Fiscal vá ao lugar e proceda os necessários exames e informe a Câmara a respeito. No mesmo sentido se lançou o despacho (CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto - Ata de 6 de outubro de 1846 - folha 75 verso).

Esse documento e o da sessão seguinte nos mostram que a Câmara mandou fazer os concertos na rede pública, mas, depois de prontos, os moradores beneficiados deveriam arcar com parte dos gastos por meio de um rateio. Como ela usava a água, demandava que fosse obrigada a pagar somente o conserto do encanamento que ia da mina pública até a fonte situada em sua casa; o encanamento que seguia de sua casa para baixo, ou para consumo público, não seria de sua responsabilidade, nem o conserto do chafariz e da própria mina, já que ela não os utilizava diretamente.

O documento elucidava alguns aspectos de como se resolviam essas questões que envolviam o público e o privado. Achando-se lesada e não devedora de cobrança referente a concertos de dutos de água, D<sup>a</sup> Maria Doroteia encaminhou requerimento ao órgão responsável para isentá-la desses pagamentos. Naquele tempo, já haviam falecido suas duas tias, tio, pai e até sua irmã mais nova, cabendo-lhe, como chefe de sua residência, a um mês de completar 79 anos de idade, buscar resolver a questão. Vemos no Livro de Atas, aquela que aparece como a reunião seguinte, datada de 14 de outubro de 1846:

[...] Uma informação do Fiscal Supp<sup>e</sup> respeito ao que requereu D. Maria Doroteia Joaquina e faz ver que a mesma tem razão no que alega e que não deve pagar despesas de encanamento de sua pia para baixo, por não se servir do dito encanamento. Resolveu a Câmara que se oficiasse ao Pro.<sup>cor</sup> para que não exija da dita D. Maria embolsamento de despesas que se fizerem de sua pia de água para baixo e que só deve a mesma pagar em rateio o que se gastar da dita pia até a mina e no mesmo sentido se lançou o despacho [...] (CMOP - Ata de 6 de outubro de 1846 - folha 75 verso).

A atuação de Maria Doroteia, neste e em outros casos, é bem diferenciada daquela das mulheres apresentadas por Júnia Furtado, não chegando ao que a autora chamou de autonomia feminina, atuante em espaços de mando masculinos. Mas vale ressaltar que, mesmo não realizando atividades de tamanha projeção, ela não se furtava de cuidar de questões que afetavam seu cotidiano e que envolviam o poder público. A Câmara julgou a petição favorável a Maria Doroteia.

Existe ainda, na publicação de Gomes, um terceiro documento avulso que não conseguimos localizar no arquivo consultado. Refere-se ao parecer do fiscal que foi à residência da requerente:

Em virtude do Despacho de V.S.<sup>as</sup> de 6 do corrente exarado no incluso requerimento de D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, informo a V.S.<sup>as</sup> que tendo procedido aos necessários exames a respeito do alegado pelo Suplicante acho que ela tem razão, para isso que não se utilizando da Mina Pública, e nem do Chafariz da Ponte não deve concorrer com quantia alguma para tais consertos e só sim relativamente, ao encanamento de que se utiliza; parecendo-me também de justiça que ela seja obrigada a consertar o seu encanamento, pois tendo ela pedido permissão para pouco tempo, até que o consertasse, ainda não o fez tendo se passado 16 anos.

V.S.<sup>as</sup> resolverão a respeito – Ouro Preto 15 de abril

Luiz José de Oliveira Jr

Fiscal Supp (GOMES, 1966, p. 64).

A visita do fiscal confirma que D<sup>a</sup> Maria Doroteia, não utilizava diretamente “da Mina Pública e nem do Chafariz da Ponte”, o que nos faz supor que eram dois pontos de abastecimento distintos. Mas registra o motivo pelo qual foi feita a cobrança a ela e seu julgamento de que ela deveria ser “obrigada” a reparar seu próprio encanamento, pois já o prometia há 16 anos. Algumas peijas entre os poderes públicos e os habitantes poderiam levar anos para serem resolvidas. Os lugares daquela pequena contenda - o Largo, a ponte, o Chafariz e a Escola Estadual -, que se



reúnem no mesmo espaço arquitetônico, no bairro Antônio Dias, popularmente são todos conhecidos por se acrescentar o nome *Marília de Dirceu*. Ou seja, Largo Marília de Dirceu, Chafariz Marília de Dirceu, o mesmo se dando com a ponte e a escola.

O próximo documento que selecionamos para o presente trabalho, o Testamento de Maria Doroteia, é dos mais conhecidos. Encontra-se, inclusive, disponível para visitação no Museu da Inconfidência, na antessala do Panteão dos Inconfidentes, em vitrine dedicada a *Marília de Dirceu*.

Seu testamento possui as disposi es comuns ao período, deixando descritos sua origem familiar, os testamenteiros e os herdeiros, o lugar do sepultamento e o pedido de missas. Maria Doroteia herdou a maioria dos bens transmitidos pelas sucessivas gera es da família e localizados na casa grande, no largo de Ant nio Dias. Naquela casa, onde haviam morado seus av s, por parte materna, foi criada pelas tias e pelo tio, de quem foi herdeira e testamenteira. O primeiro ponto a ser ressaltado diz respeito a seus testamenteiros e herdeiros: "Instituo por meus testamenteiros e universais herdeiros D. Francisca de Paula Manso de Seixas, que vive em minha companhia, e Anacleto Teixeira de Queiroga, que ao presente   residente no Rio de Janeiro" (*Anuário do Museu da Inconfidência*, 1952, p. 256).

De acordo com Thomaz Brandão, já citado, como primo em quarto grau de Maria Doroteia, cuja opinião pode ser considerada enquanto parte de um diário pessoal sobre a família, a Francisca, que vivia em companhia de D<sup>a</sup> Maria Doroteia, era:

sua sobrinha por linha bastarda [...] vivia sob seu teto, servindo-lhe de companhia, descansando-a do manejo da casa, cercando-a de cuidados, confortando-lhe a velhice. Era, portanto, natural que lhe votasse entranhado afeto e reconhecimento. Movida destes dois sentimentos, não era de estranhar que a instituisse sua herdeira e testamenteira (BRANDÃO, 1932, p. 414).

Anacleto, o segundo herdeiro, é apontado, pelo viajante Richard Burton, como filho ilegítimo de Maria Doroteia com o Capitão Teixeira de Queiroga. O viajante afirma, aliás, que além de Anacleto, Maria Doroteia teria tido mais duas filhas com Queiroga e que por isso *Marília* não teria sido fiel a *Dirceu*. Para Burton, parece estranha a expectativa de que ela permanecesse fiel ao ex-

noivo: além de não terem nenhum compromisso, Gonzaga havia falecido em 1810 em Moçambique. Apenas o nome de Anacleto aparece em registro documental que é o testamento de Maria Dorotéia.

Parece que era público e notório em Ouro preto que Marília tinha sido mãe e avó. Esta ideia horroriza certamente os veneradores da memória da noiva de Gonzaga, os quais só concebem virgem e pura, fiel à lembrança do namorado poeta, como uma espécie de santa da legenda dourada da Conjuração Mineira. Entretanto, em que pode espantar que uma moça de alta prosápia ouro-pretana, como era D<sup>a</sup>. Maria Dorotéia, tivesse amores e fosse mãe solteira? Muitas princesas reais o foram, e muitas sinhazinhas de famílias emproadas [...] (FRIEIRO, 1981, p. 88).

Aparentemente, a defesa da honra dela e a da família teria mesmo sido o motivo que levou Brandão a fazer a pesquisa de tantos anos, um trabalho que oscila entre o conjunto de fontes apresentadas e seus relatos pessoais, publicados no livro de 1932. Toda a argumentação do autor tenta provar que “A biografia de Marília de Dirceu pode ser resumida em poucas palavras: foi uma donzela de rara beleza que teve a desdita de ser amada e decantada por um poeta infortunado” (BRANDÃO, 1932, p. 11).

A honra, atributo de grande valor durante o Antigo Regime, continua sendo uma preocupação para a sociedade mineira, mesmo após com a instauração de uma monarquia constitucional.

Saindo em desagravo da memória de Maria Dorotéia, escreveu o professor mineiro Tomás da Silva Brandão a obra *Marília de Dirceu* [...] na qual buscou recompor a verdade dos fatos e restaurar, ao menos em parte, o lustre do brasão dos Brandões, Silvas, Ávilas e Ferrões, famílias aparentadas, às quais se ligava a noiva de Gonzaga. Os três filhos louros e de olhos azuis, asseverou o Professor Silva Brandão, não eram de Dorotéia e sim de sua irmã Emerenciana, moça de costumes folgados, também solteira. Ficou satisfatoriamente esclarecido o caso? Aparentemente, sim, se se der um crédito de confiança à primeira das duas irmãs (FRIEIRO, 1981, p. 88).

Na versão familiar que é o livro de Brandão, carregado de incertezas e dubiedades, o autor conclui que a maledicência humana havia tomado Anacleto por filho de Maria Doroteia. Muito se escreveu sobre o caso, mas não há documentação que comprove nenhuma das versões. Não é possível sabermos se Maria Doroteia foi ou não mãe de Anacleto Queiroga ou porque do nome de Anacleto no testamento de Maria Doroteia.

Durante o Antigo Regime era costume usar os testamentos como uma espécie de acerto de contas da vida das pessoas, não apenas financeiro. Neles, os testadores imprimiam seus últimos desejos, corrigiam faltas de toda uma vida, na tentativa de ficar em paz com suas consciências ou demonstravam gratidão às pessoas merecedoras. Se não podemos negar ou afirmar que Anacleto era filho de Maria Doroteia, temos no *Jornal do Commercio* uma pequena nota de falecimento que talvez aumente as dúvidas com relação ao caso: "Faleceu o major Pedro Queiroga, **neto de Marília de Dirceu**, vítima de lesão cardíaca. Era oficial maior aposentado na Secretaria do Interior, dotado de inteligência e por todos respeitado" (*Jornal do Commercio*, 1893). Nenhuma opinião ou versão emitida diretamente. Apenas um fato, a comunicação de um obituário e um parentesco impresso pelo noticiário de um jornal carioca, onde residiam descendentes do Dr. Anacleto. Sobre o jornal, Friero indaga: "Neto adotivo? Bem podia ser. Mas nesse caso o correspondente devia ter acrescentado essa particularidade" (FRIERO, 1981, p. 88). O jornal, no final do século XIX e posteriormente à proclamação da república, faz questão de enfatizar o parentesco do major com a musa da Inconfidência.

No caso de Maria Dorotéia ter sido mesmo mãe de Anacleto, o fato demonstraria uma fuga dela dos atributos de honra que era obrigada a carregar e por outro lado um tipo de protagonismo sobre sua vida íntima. Segundo relato de Thomaz Brandão, o bebê Anacleto teria sido colocado como exposto em casa de amigos da família para cria-lo como seu próprio filho. A família foi responsável por mandá-lo estudar no Rio de Janeiro posteriormente.

O testamento de Maria Doroteia, datado de 2 de outubro de 1836, só foi aprovado pelo Tabelião a 16 de maio de 1840 (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 256). Naquela época, Maria Doroteia já se encontrava em idade avançada e precisando de cuidados extras. Apesar de possuir bens, como a casa em que residia, no largo de Antônio Dias, e outra descrita como um sobrado localizado na rua Direita, em Ouro Preto, as quais aparecem no inventário, não se sabe se seus rendimentos facultavam-lhe uma vida confortável, uma vez que bens imóveis não permitiam liquidez a seus proprietários.

O processo de avaliação e inventário aponta que “declarou a Testamenteira Inventariante Dona Francisca de Paula Manso de Seixas, que por falecimento de sua Testadora não ficou dinheiro algum em ouro, barras, notas e nem joias” (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p.262). A testamenteira parece ter sido mesmo pessoa da sua confiança, pois o documento diz também: “Declaro que deixo uma cédula à minha Testamenteira, a qual não será obrigada a apresentá-la em Juízo, e só com seu julgamento se lhe levará em conta a despesa que com a mesma fizer” (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 256). A cédula, feita à parte ao testamento, consiste em algum desejo, dívida ou alguma recomendação particular qualquer que deveria ficar somente entre testadora e testamenteira. Nesse caso, o texto do documento não sugere o que a cédula deixou à testamenteira.

No que se refere aos bens, de acordo com a partilha, o monte mor apurado foi de 2:951\$550 (dois contos novecentos e cinquenta e um mil e quinhentos e cinquenta réis). Após subtrair 400\$000 (quatrocentos mil réis) de prêmio da testamenteira, coube à D<sup>a</sup> Francisca de Paula Manso de Seixas e Anacleto Teixeira de Queiroga o valor de 1:275\$825 (um conto, duzentos e setenta e cinco mil e oitocentos e vinte e cinco réis) para cada um. A herança consistia em parte na casa grande, a mesma casa mencionada pelos reparos no encanamento de água, no largo do bairro Antônio Dias, no terreno onde atualmente está localizada a Escola Estadual Marília de Dirceu. Avaliada em 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis), e parte na casa da Rua Direita, avaliada em 850\$000 (oitocentos e cinquenta mil réis) quando:

Ambos os herdeiros têm convencionado em pagarem entre si as dívidas e despesas. Desta forma se darão por findas as sobreditas partilhas que acharão conformes e por isso se assinam comigo a quem encarregarão de fazer as referidas. Ouro Preto 18 de março de 1854 (*Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 274).

Chama-nos a atenção que todas essas fontes foram tornadas públicas pelo menos desde a publicação, em 1902, pela Revista do Arquivo Público Mineiro; e depois, em 1932, pelo livro *Marília de Dirceu*, de Thomas Brandão, primo em quarto grau de Maria Doroteia (TRINDADE, 1951, p. 173-179). O autor esclarece, no prefácio da obra, que levou mais de uma década a pesquisar em arquivos da cidade de Ouro Preto. São fontes disponíveis há muito tempo, mas que não foram capazes de

suplantar a imagem que o mito literário de *Marília de Dirceu* criou, ignorando a existência da vida cotidiana de Maria Doroteia.

Outro livro que trouxe a público as fontes aqui trabalhadas, sendo talvez sua edição de maior alcance para a época da publicação, foi o livro *Documentário sobre Marília de Dirceu*, de João Batista de Magalhães Gomes. Publicado em 1966, no Rio de Janeiro, pelo Ministério da Educação e Cultura, reúne fontes primárias importantes sobre Maria Doroteia.

Publicações que citam as fontes ou tentam dar-lhe publicidade mas rendem-se à necessidade de Thomaz Brandão, seu descendente, em dizer que a “biografia de Marília de Dirceu pode ser resumida em poucas palavras: foi uma donzela de rara beleza que teve a desdita de ser amada e decantada por um poeta infortunado” (BRANDÃO, 1932, p. 11). Nessa linha, Gomes afirma que “Tomás Brandão publicou uma obra [...] feita com o propósito firme de uma rigorosa e incontestável reabilitação completa da bela mineira” (GOMES, 1966, p. 6). Parece-nos que as publicações buscavam uma reabilitação da imagem de Maria Doroteia como moça honrada, de boa família, cuja autonomia não poderia ultrapassar aquela permitida às mulheres de sua posição social e de sua época, reproduzindo, como sempre, o ponto de vista de um tipo de imagem esperada para as mulheres nos séculos XVIII e XIX. No processo de construção da imagem de Maria Doroteia, sob a designação de Marília e digna de figurar ao lado do herói Gonzaga, era preciso reabilitar sua memória, o que vale para a reabilitação da honra da família também.

Após a morte de Maria Dorotéia o *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades do Rio de Janeiro fez duas publicações sobre o acontecido. A primeira delas ocorreu no jornal de 22 de fevereiro e comunicava seu falecimento em Ouro Preto, no dia 11 de fevereiro daquele ano. A outra publicação foi realizada no dia 15 de março, era uma nota extensa de autoria da prima em primeiro grau de Maria Doroteia, a poetisa moradora do Rio de Janeiro, Beatriz Francisca de Assis Brandão<sup>8</sup>. Beatriz descreve que sua prima teria sido tão bela quanto Gonzaga a havia cantado em versos. Os

---

<sup>8</sup> *Marmota Fluminense* – Jornal de Modas e Variedades, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2.

traços físicos de Maria Doroteia e sua beleza sempre aparecem nos prefácios da obra ou mesmo em relatos históricos convencionais:

Prescindindo dos arroubos de um amante poeta Maria Dorotheá gozava os foros de uma completa beleza. Era de estatura mais que mediana, esbelta e sem ser magra, alva de neve, faces de rosa, olhos negros e grandes, boca pequena e graciosa ornada de belos dentes; madeixas de ébano que se enrolavam naturalmente em lustrosos anéis sobre uma fonte de branco esmalte (*Marmota Fluminense*, 1853, p.2).

É interessante notar também que Beatriz, ao falar sobre sua prima Marília, diz que ainda que poetisa é verdadeira, tentando se afastar, talvez, de uma impressão que os escritores e poetas seriam um pouco fantasiosos ou dados a matérias fictícias em tudo que escrevessem.

Meus louvores devem ser suspeitos à vista dos laços de sangue que tão de perto nos prendiam, pois somos filhas de duas irmãs; mas, ainda que poetisa, sou verdadeira, e posso afirmar; por minha fé, que o retrato que dela fez *Gonzaga* é tão exato, que nada deixa a dizer; quanto ao físico (*Marmota Fluminense*, 1853, p.2).

A poetisa se compromete com os leitores quando diz relatar suas impressões sobre Maria Doroteia, como pessoa da família, sua prima em primeiro grau, deixando isso claro, com o que para ela parece uma prova irrefutável, o fato de que eram filhas de duas irmãs.

Se antes Beatriz havia feito o retrato físico de Marília, agora ela retrata o “gênio” e a personalidade de Maria Doroteia. Ela nos revela que Maria Doroteia era uma mulher que sabia se posicionar, de opinião e respostas próprias, compondo uma ideia bem distinta da musa singela e apática transmitida pela história corrente.

[...] só acrescentarei que Maria Dorotheá era dotada de espírito vivo, e elegância natural; tinha bons ditos, respostas prontas e adequadas; lembranças felizes, que faziam apreciável sua conversação, sempre adubada desse sal ático, que também a fazia muitas vezes temível, quando propendia para o sarcasmo, que praticava com a maior graça e firmeza (*Marmota Fluminense*, 1853, p.2).

Embora só possamos considerar a matéria como um relato pessoal de sua prima, essa é a única fonte que conhecemos que apresentará esse tipo de informação sobre Maria Doroteia. Uma mulher propensa a um tipo de protagonismo não permitido para o papel social de recato, fragilidade e honra que dela era esperado.

Para concluir Beatriz afirma ainda que Maria Doroteia, nos últimos anos de sua vida, se isolou por sua idade e pelo assédio das pessoas que a procuravam pelo desejo de conhecê-la pessoalmente.

Depois da morte de nosso tio, começou a viver isolada, e algumas pessoas, que desejavam conhecê-la, eram obrigadas a procurar pretextos, e mesmo estratégias, e nem todos conseguiam o fim. Assim passou Maria Dorothéa os últimos anos da sua longa vida em práticas de devoção e caridade, doce recurso de nosso sexo, quando fogem as ilusões da mocidade; contudo ela tinha sido sempre religiosa. É quanto posso dizer de minha falecida Prima; pois não fui ainda instruída das circunstâncias da sua morte, que devem ser as ordinárias em uma pessoa da sua idade (*Marmota Fluminense*, 1853, p.2).

A fala de uma prima de Maria Doroteia, mesmo sem sabermos o quanto conviveu com a prima, se de maneira mais estreita ou não, se contou informações que ouviu falar através de outros membros da família, por exemplo, é ter contato com um relato que pode ser o mais próximo de Maria Doroteia existente até hoje.

Vós outros, apaixonados de *Gonzaga*, que tanto vos tendes interessado, e enternecido pela catástrofe de seus desafortunados amores, recebi esta notícia fiel da sua *Marília*, e dá-lhe essa lágrima de saudosa recordação, que tanto merecem os desgraçados amantes! [*sic*] (*Marmota Fluminense*, 1853, p.2).

A própria Beatriz que havia se divorciado do marido em Vila Rica e se mudado para o Rio de Janeiro onde era poetiza (PEREIRA, 2005), era uma mulher à frente dos padrões definidos para as mulheres do século XIX, quando uma vida social ainda era tão inacessível ao sexo feminino. Talvez tenha percebido nessa publicação uma boa oportunidade de falar ao público de um jornal carioca como teria sido a família, a aparência física e o gênio dessa *Marília* que morria em Vila Rica para se ligar definitivamente a Gonzaga na galeria de heróis e mitos da nacionalidade brasileira. Mesmo mantendo boa parte da ideia que se fazia de *Marília* no século XIX, Beatriz mostra a possibilidade de existência de uma face até então desconhecida de sua prima, a de uma mulher de opiniões próprias e mordazes atualizando sua imagem pública com fragmentos bem diferentes daqueles criados a partir da poética de Tomás Antônio Gonzaga.

Através da análise das fontes aqui apresentadas percebemos em Maria Dorotéia Joaquina de Seixas e até mesmo em algumas mulheres ligadas a ela, como a irmã Emerenciana e a prima Beatriz,

um certo protagonismo feminino que, se não se apresenta de maneira explícita, se anuncia na participação ativa na Irmandade Religiosa, na necessidade de emancipação jurídica, no ato de reclamar justiça à Câmara Municipal ou no seu testamento. Por fim, através do jornal carioca, temos o relato de uma mulher a respeito de outra, talvez muito pessoal, da intimidade da própria família, mas que tira do anonimato uma imagem bem diferente da musa da Inconfidência. Uma imagem de mulher com opiniões próprias e que não se furtaria a algum protagonismo, para além daquele esperada e permitido para mulheres de sua época.

## Referências:

### Fontes

#### *Anuário do Museu da Inconfidência*

CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto - Ata de 6 de outubro de 1846 - folha 75 verso.

Biblioteca Nacional. - *Marmota Fluminense* – *Jornal de Modas e Variedades*, Rio de Janeiro, terça-feira, 15 de março de 1853, p. 2.

Biblioteca Nacional - *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de janeiro de 1893, TELEGRAMAS - Ouro Preto 17 de janeiro.

*Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar*, termo de abertura 1749, folha 149.

*Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis de Ouro Preto* - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261.- Livro 3, folha 122, verso

*Relação dos valores de coartações, alforrias e arrestos a partir dos testamentos da comarca do Rio das Velhas* – 1720/1784. Cf.

*Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano VII, fascículos I e II, jan./jun. 1902, p. 401-409.

### Bibliografia

ALGRANTI. Honradas e devotas. FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória:** cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: EDUNB, 1993.



- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e. **História da Vida Privada no Brasil**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro, 1999.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Thomaz. **Marília de Dirceu**. Ribeirão Preto: Biblioteca da Boa viagem; Sociedade União Viajantes, 1932.
- DOURADO, Larissa Bagano. PEREIRA, Solange Rocha. **Mulheres libertas e suas relações familiares no Norte do Brasil oitocentista (Paraíba do Norte, 1833-1860)**. TEMPORALIDADES – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG Belo Horizonte. V. 8, n. 1, jan./maio 2016.
- Figueiredo, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro, José Olyrnpio; Brasília, DF, EDUMB, 1993.
- FONSECA, Alberto de Freitas Castro. **Ouro Preto, água limpa: o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 13, n.3, jul./set. 2008, p. 177-188.
- FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do Cônego: como era Gonzaga? e outros temas mineiros**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.
- FURTADO, Joaci Pereira. (Notas e estabelecimento de texto). In GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas Chilenas**. Companhia das Letras, 1995.
- FURTADO, Júnia Ferreira. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas**. V. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- GOMES, João Batista de Magalhães. **Documentário sobre Marília de Dirceu**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 179. Sobre as fontes autora informa: Livro 183, folha 87, ACP. Cf.
- GONZAGA, Tomás Antônio. **Marília de Dirceu**. Edição do bicentenário (1792-1992). Prefácio e notas de Melânia Silva Aguiar. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992.
- HESPANHA, Antônio Manuel. **Imbecilistas**. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

- LAPA, Rodrigues M. **Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- MATHIAS, Herculano Gomes. **Um recenseamento da capitania de Minas Gerais**. Vila Rica - 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Publicações do Arquivo Nacional, 63), 1969.
- MIRANDA, Ana Carolina Carvalho. **O perfil socioeconômico das mulheres forras da vila de Pitangui (1750-1820)**. TEMPORALIDADES – Revista de História, Belo Horizonte, Edição 21, V. 8, Nº2, maio/agosto 2016.
- OLIVEIRA, Cristiano de Souza. **Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII)**. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. 3. Ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2009, p. 207-211. Relação dos valores de coartações, alforrias e arrestos a partir dos testamentos da comarca do Rio das Velhas – 1720/1784. Cf.
- PEREIRA, Cláudia Gomes. **Beatriz Brandão mulher e escritora no Brasil do século XIX**. São Paulo: Scortecci, 2005.
- PRADO, Paulo Brito do; FREITAS, Eliane Martins de. Uma poética da emancipação feminina nos sertões goianos (século XIX). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, ago. 2018. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/49763>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, 2010.
- SACARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: Brasiliana, 1978.
- SALLES, Fritz Teixeira. **Associações religiosas no Ciclo do Ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: perspectiva, 2007.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. **São Francisco de Assis de Ouro Preto: crônica narrada pelos documentos da Ordem**. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951.
- TRINDADE, Cônego Raymundo. **Velhos troncos ouro-pretanos**. São Paulo: Imprensa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951.
- VASCONCELOS, Sylvio de. Vila Rica: formação e desenvolvimento. São Paulo: Perspectiva, 1977 e FONSECA, Alberto de Freitas Castro. **Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII**

e XIX. 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Ouro Preto, Curso de Mestrado do Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos, Belo Horizonte, 2004.

FONSECA. **Ouro Preto, água limpa:** o abastecimento doméstico de água no epicentro do Ciclo do Ouro, Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 13, n.3, jul./set. 2008, p. 177-188.

VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas**. V.2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

## Entre a “Raça, Economia e Política”: o *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)

Between "Race, Economy and Politics": *Apartheid* on the pages of Revista *Veja* (1969-1975)

Ana Júlia Pacheco

Doutoranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

anajulia.hp@gmail.com

Recebido em: 13/08/2018

Aprovado em: 29/01/2018

**Resumo:** Este artigo, objetiva analisar representações e sentidos políticos acerca do *Apartheid* - regime de segregação racial da África do Sul entre os anos de 1948 a 1990 -, através de discursos, interpretações e imagens presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja*, que circularam durante os anos de 1969 a 1975. Período marcado, por intensas mudanças político-culturais no Brasil sob regime civil-militar, em África, recorrente aos processos de descolonização e independências, e em África do Sul, pelos eventos decorrentes do emprego do regime do *Apartheid*. Por meio da análise dos materiais do periódico, pretende-se compreender de que forma *Veja* interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana, e entender, qual o papel da veiculação dessas imagens na construção do novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares.

**Palavras-chave:** *Apartheid*, África do Sul, Revista *Veja*.

**Abstract:** This article aims to analyze the representations and his political senses about Apartheid - South African racial segregation scheme between the years 1948 to 1990 -, through the speeches, interpretations and images present in printed news in the pages of Revista *Veja* which circulated during the years 1969 to 1975. Period marked by intense political-cultural changes in Brazil under the civil-military regime, in Africa recurrent to the processes of decolonization and independence, and in South Africa by the events resulting of the *Apartheid* regime. Through the analysis of its materials, it is intended to understand how *Veja* interpreted the events related to South African segregation policy and understand the role of the placement of these images in construction of this new project in Brazil adopted by the military governments.

**Keywords:** *Apartheid*, South Africa, Revista *Veja*.

### Introdução

O presente artigo propõe-se apreender o conjunto de representações sobre o *Apartheid*, discutindo os seus sentidos políticos, por meio de discursos, interpretações e imagens, presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja*, que circularam entre os anos de 1969 e 1975. Período que cobre parte de um contexto singular e doloroso da nação sul-africana, qualificado no regime de segregação racial, implantado em 1948 e desmantelado em 1990.

De modo geral, a legislação sul-africana desse período, que entre outras, regula a propriedade e o controle dos meios de produção, o acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usa a cor/raça como critério legal de desigualdade entre a população “reservando aos brancos todo um conjunto de direitos e privilégios, extraídos ou baseados na exploração negra” (PEREIRA, 1986, p. 28). A política de desenvolvimento separado por raças, que constitui o *Apartheid*, empreendendo-se no plano social, irá arraigar-se igualmente nos universos político e especialmente econômico da África do Sul, fomentando “uma estrutura socioeconômica alicerçada no conceito de raça” (PEREIRA, 2012, p. 23), cujos aspectos, posturas, movimentos e articulações do governo sul-africano para com sua população e as relações tecidas com outros países, serão tateadas pela *Veja*.

No outro lado do atlântico, sob contexto político de regime civil-militar instalado em 1964, o Brasil começou a construir, um projeto de organização social para o país, baseado num sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia, estritamente vinculada às suas estratégias de ação nas diversas esferas política, econômica e psicossocial (REZENDE, 2013, p. 1-2). Do ponto de vista político, o país procurou se fortalecer economicamente com novos parceiros comerciais, e percebeu, nos países africanos recém-independentes, promissoras possibilidades. A preocupação com a segurança e o desenvolvimento do país, transpassou a ação política dos governos militares, em uma perspectiva de alcançar condições de autonomia relativa à cena internacional. Nesse sentido, a diplomacia brasileira procurou ampliar seus canais de relacionamento, direcionando em parte sua atenção para os países do terceiro mundo, buscando uma atuação multilateral (PEREIRA, 2007, p. 11). Em sondagem realizada em 1964 e 1965, através de duas missões comerciais pelo Ministério das

Relações Exteriores (Itamaraty), a África do Sul, foi citada como uma das áreas que ofereciam maiores facilidades para a comercialização de produtos brasileiros no continente africano (PENA FILHO; LESSA, 2007, p. 69).

Em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial, a África do Sul, dentre os países africanos, foi a maior parceira comercial do Brasil durante décadas (1918-1974). Não obstante, o estado brasileiro se empenhou desde os anos 1930 na construção de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre as raças, a partir do mito da democracia racial<sup>1</sup>, no intuito de forjar uma civilização mestiça. Deste modo, embora o país se anunciasse como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o regime racista da África do Sul, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas (SCHLICKMANN, 2017). Desde o ano do golpe civil-militar, em 1964, até 1975 não houve alterações profundas nas relações sul-africanas e brasileiras, já que estes, não eram afetados por diferenças político-ideológicas, ao contrário, visualizou-se uma sutil sintonia entre os governos militares brasileiro e governo do *Apartheid*, alimentada pelo credo do anticomunismo (PENNA FILHO, 2013). Por outro lado, em meados de 1975 até o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, assistiremos ao quase congelamento das relações entre as nações, atingindo o nível mais baixo desde a troca de missões diplomáticas em 1947, “houve o esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo críticas ao regime sul-africano com total desenvoltura” (PENNA FILHO, 2013, p. 126), vinculada à sua mais nova política africana.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Ganhando corpo em 1930, o mito da democracia racial, segundo Petrônio Domingues, tem suas raízes no contexto que remonta ao século XIX, impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; pela produção da elite intelectual e política; pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; e pelo processo de mestiçagem. O mito da democracia racial “era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos”. (DOMINGUES, 2005, p. 118). Ver mais em: DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

<sup>2</sup> Após o fim do regime salazarista de Portugal, com a Revolução dos Cravos em 1974, que gerou o colapso do colonialismo português, o Brasil conseguiu sair do seu estado de ambiguidade com relação aos países da África, podendo dar prosseguimento a expansão de suas relações com o continente africano com mais coerência e desenvoltura. Assim, especificamente, somente na terceira fase da política externa militar referente aos Governos Geisel e Figueiredo (1974-1985) retoma-se, em linhas gerais, a Política Externa Independente, caracterizada pelo apoio ao desenvolvimento

A imprensa brasileira, em especial as revistas semanais, oriundas do amplo processo de modernização da imprensa, sobretudo dos jornais diários na década de 1950 e 1960, atuou informando sobre acontecimentos nacionais e internacionais, por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais. Publicada a partir de 1968 pela Editora Abril, a Revista *Veja* produziu jornalismo no Brasil, veiculando em suas páginas, temas relacionados aos universos da política, da economia e do social, tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país nos anos de 1970. A África do Sul e seu regime do *Apartheid*, bem como demais países africanos, ganharam espaço no periódico, especialmente, em sua seção internacional, divulgando aos leitores os eventos político-sociais que ocorriam nesses territórios. Tendo em vista a compreensão do periódico enquanto um ator social, ciente e partícipe da trama política brasileira desse contexto, sob governos militares, que emaranhou velhas e novas articulações no campo das relações externas para o país, procuramos discutir os recursos, posturas e intuítos da revista ao narrar os acontecimentos relacionados ao *Apartheid*.

A ideia de representação, para pensar a presença do *Apartheid* em *Veja*, nos parece central para conduzir a análise da fonte impressa. Instrumento essencial na trajetória da história cultural, que tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. As representações do mundo social, segundo Roger Chartier (2002, p. 17), são determinadas pelo interesse dos grupos que a forjam. Sempre aspirando a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, cujas percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas incessantemente, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas. Nesse sentido, as

---

econômico-industrial e a construção do status de potência média. O Pragmatismo Responsável, lema da política externa do governo de Geisel, conduziu à busca de maior autonomia na cena internacional, produzindo uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão econômica e política. Nesse processo, o país necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, onde, com a recente industrialização, tornava-se necessário buscar mercados para os produtos manufaturados e serviços, e, para tanto, as relações com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia foram decisivas (VISENTINI, 1999).

representações devem ser sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios, se enunciam em termos de poder e dominação. Igualmente, deve se pensar o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

O conceito de representação, segundo Stuart Hall, tem ocupado um novo e importante lugar no estudo da cultura, aproximando os sentidos de linguagem a ela. “La representación es una parte esencial del proceso mediante el cual se reproduce el sentido y se intercambia entre los miembros de una cultura. Pero implica el uso del lenguaje, de los signos y las imágenes que están en lugar de las cosas, o las representan” (HALL, 2010, p. 447). Para Hall, portanto, a representação é a produção de sentido através da linguagem, onde a cultura é o compartilhamento de significados, e é na linguagem onde esses significados são produzidos e trocados, onde as coisas ganham sentido. Os significados, segundo ele, têm poder para nos dar um sentido de quem somos e de onde pertencemos, sendo produzidos e trocados em todas as interações sociais e pessoais em que fazemos parte, incluindo a mídia, que opera através da linguagem, promovendo a circulação e produção de significados. Numa abordagem discursiva para a compreensão da representação, o autor acredita que no discurso podemos perceber não só como a linguagem e a representação produzem significado, mas também, como um discurso particular articula-se ao poder, regulando e construindo subjetividades, redefinindo a maneira como as coisas são representadas e compreendidas.

Este artigo tratará, portanto, da presença em *Veja*, do regime sul africano no ano final dos anos 1960 até a primeira metade dos anos 1970<sup>3</sup>, cujos enfoques efetuados pelo periódico, tatearão os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população (não branca), e as ressalvas do papel econômico e político da África do Sul, manejado pelo governo de Pretória. Neste sentido, nos interessa investigar os sentidos políticos, presentes na forma como a revista *Veja* interpretou e publicizou os acontecimentos relacionados à política do *Apartheid*, e entender, qual o papel da veiculação dessas imagens na construção de um novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares. Igualmente, pretende-se compreender os interesses do periódico imbuídos em suas narrativas sobre o regime

---

<sup>3</sup> Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas integralmente as edições da Revista *Veja* do ano de 1968 à 1975, boa parte através do seu Acervo Digital <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>> e algumas edições no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIBECO).



racista da África do Sul, tendo em vista, as relações econômicas e diplomáticas que o Brasil estava fazendo com ele e outros países africanos. Vale a ressalva, que dentre o arcabouço documental colhido, selecionado e examinado de *Veja* neste artigo, não há nenhuma notícia assinada pelo jornalista que a escreveu, assim, compreendo e entendendo as narrativas como parte da linha editorial vinculada ao posicionamento institucional do órgão.

### A revista *Veja*

Criada no contexto do regime civil-militar, pouco antes de ser decretado o AI-5<sup>4</sup>, a editora *Abril* apresentaria ao país a Revista *Veja*. Projetada por Victor Civita e Mino Carta nos moldes das revistas Norte Americanas *Time* e *Life*, publicou sua primeira edição no dia 09 de setembro de 1968, com intuito de trazer para leitores, eventuais informações sobre os fatos ocorridos no Brasil e fora dele, impelida nas palavras do primeiro editor Victor Civita:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: **precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos**. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja* (*VEJA*, n.1 01/09/68, p. 3 – grifo nosso).

A partir da condição de revista de informação com periodicidade semanal, *Veja* elabora sínteses dos acontecimentos, organizando-os em narrativas próprias, e buscando explicar e atribuir sentido a realidade a partir de um espaço maior de tempo. Todavia, seu tempo na narrativa jornalística funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas e, mais importante, trabalha para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro (SILVA, 2014). O periódico apresenta, temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, diplomacia, transformações e conflitos territoriais, ecologia, saúde, tecnologia, religião, cultura, artes,

---

<sup>4</sup> O Ato Institucional número 5, é composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, conferindo poderes excepcionais ao executivo eliminando praticamente todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no país, sendo revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. A revista lançada em pleno contexto do Regime Militar enfrentou muitos problemas logo de início, devido aos órgãos de censura que apreenderam algumas de suas publicações (MOURA, 2011, p. 13).

entre outros, apresentando algumas seções fixas como: cinema, música, literatura e entrevista; em que seus textos são escritos em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas.

A criação de *Veja*, pela Editora *Abril*, localiza-se num contexto de consolidação do mercado de bens simbólicos, ocorrido a partir dos anos 1960. A formação de um conglomerado de mídia no segmento de revistas caracteriza a Editora *Abril* nesse momento<sup>5</sup>, “empresa que se fortalece a partir da reorientação da política econômica associada ao capital estrangeiro” (VILLALTA, 2002, s/p). Tornando-se um importante veículo de produção de informação, no mercado editorial do país na década de 1970<sup>6</sup> “*Veja*, hoje é a revista semanal de informação de maior circulação no Brasil, que chegou a vender 1.200.000 exemplares. *Veja* é considerada a quarta maior circulação, no mercado editorial de revistas semanais de informação, no mundo” (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 15).

Todavia, o período que se inicia em 1964 - cobrindo a ditadura civil-militar e o recente processo de democratização a partir de meados da década de 1970 -, abre um campo de potentes possibilidades para a compreensão histórica, da importância do mercado de novas publicações jornalísticas, assumindo um papel de articuladoras de projetos políticos, que promoveram e evidenciaram engajamentos políticos e tensões culturais. Nesse sentido, entendemos particularmente *Veja*, bem como as demais revistas de circulação nacional, como parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo. Trata-se, de pensa-la conectada com a vida cotidiana, percebendo que “é impossível entender a dinâmica dos conflitos sociais e das disputas políticas nas sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel dos meios de comunicação de massa” (MIGUEL, 2016, p. 7). Assim, a história da imprensa, deve ser visualizada como um processo no qual essas práticas estão em relação com todo o social, e percebe-la, como integrante de um sistema comunicacional, no qual ganha importância o

---

<sup>5</sup> Entre 1950 e 1959, a Editora *Abril* possuía 7 títulos subindo para 27 no período que compreende os anos 1960 a 1969, alcançando a marca de 121 títulos entre 1970 e 1979 (VILLALTA, 2002, s/p).

<sup>6</sup> Segundo Villalta (2002), a publicação da *Abril* conhece logo no início de sua circulação o êxito dos quase 700 mil exemplares vendidos de seu primeiro número, e anos subsequentes de fracasso (de 1968 a 1972). Como informa a autora, em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete*, e o modelo de revista de economia e política da revista *Visão*. *Veja* nascia com uma proposta diferente mediante aos padrões brasileiros. Entretanto, o modelo trazido diretamente dos Estados Unidos decepcionou os anunciantes, fazendo com que a consolidação da revista junto ao mercado consumidor levasse alguns anos para acontecer.

conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos naquelas materialidades, e no caso do jornalismo, materialidades textuais.

Tendo em vista, o lugar da imprensa e da mídia na sociedade brasileira, principalmente, no diz respeito à própria construção da notícia e a lógica do mercado, Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca enfatizam, de forma geral, que os temas abordados, as questões discutidas e as opções apresentadas pelos impressos, respondem menos aos interesses coletivos do que aqueles defendidos por certos grupos e interesses político-econômicos. Historicamente, conforme apontam, o primeiro meio de comunicação em massa (imprensa escrita) teve um papel central na defesa dos interesses dos cidadãos, contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo Estado. “Está à origem da noção de quarto poder, forjado na Inglaterra do início do século XX: aos periódicos caberia a nobre função de vigiar a atuação do executivo, legislativo e judiciário” (MARTINS; DE LUCA, 2009, p. 125). Em meio a isso, muitas e diferentes são as dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos e das formas de escrita do passado realizadas pelos meios de comunicação. Sônia Maria de Menezes Silva (2011) argumenta que em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos. Assim, é dentro dessa “operação midiográfica”, que elementos são articulados em uma complexa teia, cujo produto final, é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação.

### **“Raça, Economia e Política”: O tripé Sul Africano nas narrativas da Revista *Veja* (1969-1975)**

Em julho de 1969, data o início da presença sul africana no periódico *Veja*, na edição número 43<sup>7</sup>. O artigo “França: A dúvida moral das armas “localizado na sessão ‘Internacional’, inicia abaixo da figura de Baltazhar Johannes Vorster, então primeiro ministro da África do Sul (1966-1978) seguida do comentário ‘um bom cliente’”. Neste texto, a revista discute de modo geral, a indiscrição do governo francês de Georges Pompidou, com relação às vendas armamentistas para o governo de

---

<sup>7</sup> Onze notícias foram colhidas sobre o assunto no período de 1969 a 1975, sendo que no ano de 1968 não foi encontrado materiais sobre o *Apartheid* no periódico.

Pretória. “O silêncio é a regra de ouro dos negociantes de armas do mundo inteiro – quer sejam firmas particulares, traficantes ou governos” (VEJA, n.43, 02/07/69 p. 42).

A França, como ela descreve, violou a recomendação formal do embargo contra a África do Sul, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1962, por meio de uma resolução que condenava as políticas racistas do *Apartheid*, conclamando a todos os países-membros a coibir quaisquer relações econômicas e militares com o país<sup>8</sup>. Consequentemente, o governo Francês, também se beneficiou do embargo oficial anglo-americano contra Pretória, decretado em fins de 1967, concluindo *Veja* que “a França se tornou o maior fornecedor de armas do governo racista de Balthasar Vorster” (VEJA, n. 43, 02/07/69 p.42). Lembrando, que a África do Sul é o segundo produtor mundial de urânio, a revista aponta, que a república do *Apartheid* tem sido bastante proveitosa para a economia francesa, já que Canadá, pressionado pelos Estados Unidos, recusa-se a vender o produto a França. A venda de armas a Pretória, como traz a *Veja*, possibilitou grandes perspectivas comerciais a Paris, que nos últimos sete anos triplicou suas exportações sul africanas. A prática francesa da venda de armamentos, embora criticada sob o ponto de vista das relações internacionais, não é condenada pela revista, que ao longo de sua narrativa ressalta o papel econômico da África do Sul indicando as vantajosas possibilidades financeiras que a República sul-africana tem a oferecer.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a África do Sul desenvolveu um processo de industrialização por substituição de importações, dando lugar a criação de setores industriais,

---

<sup>8</sup> As ações e recomendações da ONU com relação ao regime da África do Sul unem-se segundo Fernanda Lira Goes e Tatiana Dias Silva aos esforços da comunidade internacional para o combate à discriminação racial. Para elas, não sem controvérsias, o sistema da ONU desempenhou um papel fundamental para o tratamento dessa temática ao longo da segunda metade do século XX, dando corpo ao reconhecimento internacional do racismo e de suas consequências, adotando medidas tanto de uma vertente repressiva, de combate ao racismo, como também promocional, pela igualdade de oportunidade, considerando a discriminação racial enquanto um dado limitador do exercício pleno dos direitos humanos. Na década de 1960, a dinâmica de combate ao racismo foi impulsionada por alguns movimentos, notadamente o embate pelos direitos civis dos negros norte-americanos, a luta contra o colonialismo e pelo fim do regime *Apartheid* na África do Sul. Assim, a entrada de novos membros na ONU, de maioria africana dada as independências de diversas ex-colônias, aumentou o número de Estados membros de 85, no final da década de 1950, para 128, no final dos anos 1960, dando impulso ao debate na Assembleia Geral, contrário ao regime do *Apartheid*. “Após os atentados de Sharpeville, na África do Sul, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu a Resolução nº 134 (1960) que reconhecia a situação na África do Sul como de extrema relação com a paz e a segurança internacional” (GOES; LIRA, 2003, p.14).

voltados para o mercado interno e dependentes de altas barreiras tarifárias. Isso fez, com que os sucessivos governos do Partido Nacional (1948-1994), persistissem no objetivo de assegurar aos empresários e agricultores africanos, suas bases eleitorais, a inclusão na dinâmica do país, privilégio o qual teria de ser assegurado por meio da mão de obra barata e não especializada, relegada a maioria não branca do país, sob o regime do *Apartheid*. “A África do Sul, como país periférico, foi submetida, historicamente, a inserção na economia mundial como exportadora de produtos primários” (PEREIRA, 2010, p. 67). Essa política econômica, desenvolvida durante esse período (industrialização por substituição de importações, sustentada pelo excedente da exploração do ouro), fez do país um dos dez mais ricos do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), tornando o setor de exportação de produtos primários o mais importante da economia sul-africana nos anos 1960<sup>9</sup>.

Não obstante, o setor industrial orientava-se para o segmento do mercado interno de maior renda, e para a produção de bens considerados estratégicos ao país, tais como armas e combustíveis. Assim, embora o objetivo do programa dos nacionalistas fosse atingir os níveis máximos de autossuficiência, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital financiados pela moeda estrangeira, obtida com a exportação dos produtos primários.

Mesmo diante do isolamento político, a economia sul-africana, nunca esteve completamente desligada do restante do mundo, cuja participação no comércio internacional, era a origem, de pelo menos 50% do PIB durante todo esse período. Esse modelo de acumulação, só irá afundar-se em crise, nos últimos anos do *Apartheid*, dada a contestação social advinda da luta antirracista (PEREIRA, 2010, p. 67-68).

Encerrando o ano de 1969, em edições publicadas entre outubro e dezembro, o periódico trará dois artigos da seção “Internacional”, que irão referir-se as movimentações dos grupos políticos, para as próximas eleições no ano seguinte. Respectivamente, “África do Sul: Racismo

---

<sup>9</sup> Analúcia Danilevicz Pereira (2010, p.67) ressalta que foram criadas tarifas protecionistas na tentativa de desenvolver um setor industrial local e que quando as sanções internacionais começaram a causar problemas ao governo de Pretória, este buscou alcançar a autossuficiência no maior número de áreas possíveis.

contra Racismo” na edição número 57 e “África do Sul: Mais rigor no racismo” no número 69. O primeiro evidencia a organização política representativa de um pequeno grupo.

Na África do Sul, onde as raças estão segregadas até o último banco de jardim, os 2 milhões de mestiços dos cruzamentos entre os primitivos colonizadores holandeses e as **tribos do país** são chamados, oficialmente, de “gente de cor”. [...] Essa “gente de cor” fala a mesma língua dos brancos e compartilha de sua cultura e religião protestante – mas vive na mesma pobreza econômica e na **incapacidade política dos homens negros**. Há duas semanas foram realizadas eleições para o recém-criado Representativo da Gente de Cor – e eles adquiriram uma certa identidade própria e o direito a voz num país em que todos aqueles que não são brancos são muito vistos e raramente ouvidos, a exemplo das crianças (VEJA, n.57, 08/10/69 p. 51 – grifo nosso).

Ao apontar, que o *Apartheid* se tornou conhecido em nosso país através de periódicos aqui editados, Marta Maria Lopes, enfatiza, de que as populações nativas da África do Sul foram mostradas nesses meios, como elementos de uma mesma cultura, um bloco único “um único povo que vivia primitivamente antes da chegada dos europeus” (LOPES, 1990, p.6). Assim, neste mesmo fenômeno, segundo ela, a segregação racial aplicada a população sul africana como forma de manter a dominação branca, é mostrado nos seus efeitos sobre a maioria da população e nas suas manifestações a condição racista que lhe é imposta.

Nessa lógica, a dinâmica interna vivenciada durante séculos entre as diferentes populações xhosas, zulus, san, sotho, ndebele, venda, tswana que partilham o território sul africano, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construída<sup>10</sup>, justificando e categorizando os conflitos internos. “Essas populações, ao serem reduzidas e classificadas como tribos, são percebidas conforme o mesmo imaginário que permitiu hierarquizar, dividir, classificar e animalizar os demais sul-africanos” (CARDOSO; SILVA; PACHECO, 2016, p. 252).

Neste artigo (e nos próximos) de *Veja*, constamos essas nuances, e igualmente, observamos que na ótica dela, a permanência da prática segregacionista institucionalizada e da situação de

---

<sup>10</sup> Sobre isso, ver mais em: MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

vulnerabilidade socioeconômica da maioria da população da África do Sul é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada. Na segunda notícia, o periódico discorre, acerca da oposição do governo de Vorster, considerada por ela, ainda mais enfática e vigorosa com relação ao racismo personificado na figura de Albert Herzog. O oponente Herzog faz parte dos membros mais radicais do Partido Nacional, e foi expulso, tal como narra a revista, após manifestações contrárias a decisão do ministro quanto à permissão a visita de uma equipe de rugby da Nova Zelândia. Fundando, em seguida ao ocorrido, o Partido do Renascimento Nacional “com uma linha segregacionista tão intransigente que chega a assustar os mais radicais defensores do *Apartheid*” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 54).

O periódico atua nessa notícia, realizando uma espécie de prévia do que seria o governo Herzog mais radical em contraste, portanto, com a figura do atual governo de Vorster, considerado pela *Veja*, mais moderado “ele quer de volta a dominação absoluta dos afrikanders: não hesitaria em reduzir o ritmo veloz do crescimento econômico da África do Sul, eliminando os investidores estrangeiros e a vinda de negros e europeus do sul para as fábricas do país” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 53-54), banalizando a trajetória e o contexto daquele momento da violenta política segregacionista no país cuja trajetória inicia em 1948.

“África: Um torneio racista” segue o assunto da última notícia publicada no ano anterior.<sup>11</sup> Localizado na sessão internacional, da edição de número 87, o texto desenvolve-se sobre as últimas eleições legislativas na África do Sul. Aponta de um lado, a derrota do Partido do Renascimento Nacional de Albert Herzog, que não conseguiu nenhuma cadeira no parlamento, e por outro, o recuo eleitoral por parte do Partido Nacionalista de Baltazar Vorster, cujos eleitores, desviaram para uma terceira organização, mais moderada com relação a questão racial, o Partido Único, que por sua vez, aumentou sua presença no bloco parlamentar. *Veja* apontou também, que o Partido Progressista, definitivamente contra a segregação racial, recebeu o triplo de votação com relação às últimas eleições.

---

<sup>11</sup> Entre o período de 1970 a 1975, identificamos a presença do *Apartheid* na Revista *Veja* em apenas nove notícias, nenhuma delas publicadas entre os anos de 1972 e 1973.

Este balancete final das eleições indica que “os brancos da África do Sul se inclinaram agora para uma posição mais flexível ante o problema racial” já que “por um lado, os 3,7 milhões de brancos do país nunca esconderam suas simpatias pelo sistema do *Apartheid*, e, de outra parte, os 13,5 milhões de negros, os 2,5 milhões de asiáticos e mestiços não tem direito a voto” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 63-64). O único aspecto positivo do “torneio racista”, com o visível recuo eleitoral, trazido pelo periódico, vincula-se, a possíveis ações que podem ser desencadeadas pelos anseios dos próprios brancos sul-africanos, velando o papel da luta *antiapartheid* no país.

Amarrado a essa questão, o lugar da economia sul-africana também é apontado como um dos fatores ao resultado das últimas eleições, influenciada especialmente pelas indústrias, segundo o periódico, já que “Cansados de pagar salários elevados aos brancos, tendo homens de cor igualmente capazes a espera de um emprego os industriais da África do Sul podem ter modificado bastante, na prática, suas ideias a respeito da pureza racial dos trabalhadores” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64), atribuindo possíveis mudanças novamente a simples e boa vontade dos brancos, sul-africanos.<sup>12</sup>

Klaas de Jonge nos narra resumidamente a dominação econômica aparada pelo governo sul-africano com o *Apartheid*:

O Estado fez tudo para estimular o desenvolvimento da indústria e do comércio africânder e deu início a uma ofensiva contra o nível de vida dos negros que deveria durar mais de quatro décadas. Logo nos primeiros anos do governo nacionalista, o declínio dos salários reais dos negros acompanhou o crescimento rápidos dos lucros das empresas. Novos mecanismos de subordinação da força de trabalho negra aumentaram o contingente de mão de obra a disposição dos fazendeiros, enquanto o aparelho burocrático era inflado para fornecer emprego aos trabalhadores africânderes (JONGE, 1991, p. 47).

Tal como narra *Veja*, o papel das indústrias tornou-se vital a partir do boicote internacional sobre o país, que se viu obrigado a diversificar sua economia, até então, inteiramente baseada no ouro. A política exitosa dobrou o produto nacional bruto do país na última década, e a engrenagem industrial passou a criar 86.000 novos empregos por ano. Número esse, improvável de ser ocupado

---

<sup>12</sup> Tal como apontou José Maria Nunes Pereira (1987, p.32) a fase de intensa e sofisticada industrialização que passou a África do Sul nesse contexto, requeria modificações no *Apartheid*, não somente por um ajustamento tolerado – e até, de certo modo, desejado pelo empresariado - mas, sobretudo, pela luta política dos sul africanos discriminados pela política racista.



apenas pela população branca, inferior a 4 milhões de habitantes, concluindo a revista que “só agora, entretanto, depois de seu recuo eleitoral o governo encontrou possibilidade de mudar as leis trabalhista” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64).

“África do Sul: Liberdade Separada” e “África do Sul: Sem preconceitos” são as notícias localizadas no ano seguinte, ambas na seção “Internacional”, respectivamente das edições número 126 de fevereiro e 141 de maio de 1971. Na primeira, *Veja* pronuncia-se, acerca da lei que proíbe relações sexuais entre brancos e demais grupos não brancos na África do Sul, a partir do arquivamento de processos contra seis sujeitos que violaram a lei na cidade de Excelsior, afirmando que, qualquer publicidade em torno das questões raciais na nação sul africana é invariavelmente desfavorável. A revista expõe brevemente o caso de Soweto, elaborando uma crítica a opinião pública mundial “que não julga com maior severidade porque continua a ignorar alguns dados básicos do país” (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35) e ressaltando a situação racista que a maioria da população vive. No caso de Soweto, *Veja* descreve que:

“Seus habitantes negros – como todos os negros que vivem nas outras regiões preservadas para sua raça no resto do país – não tem direito a relações sexuais com pessoas brancas ou mestiças. Na realidade desde os 14 milhões de negros da África do Sul (contra 3,5 milhões de brancos) não tem praticamente direito algum. O racismo no país de Balthazar Vorster e antes de tudo uma questão legal, que pesa sobre cada indivíduo negro desde a infância até a morte. (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35).

Alocados dentro de único conceito que os homogeneiza - negros – a narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid*, configurada pela *Veja*, é personificada pelo periódico na figura do governo de Balthazar Vorster, e não agregada, a um entorno político angariado pelo bastião branco sul africano, para a sustentabilidade do seu poder. Assim, ela explica que o governo chama essa, dentre outras medidas, de “liberdade separada”<sup>13</sup>, em que, o início de revoltas contra a legislação, logo são abafados pela polícia, exemplificando com do massacre de Shaperville em 1960<sup>14</sup>,

---

<sup>13</sup> Lembramos, segundo José Maria Nunes Pereira (1986, p.32), que de acordo com Hendrik Frensch Verwoerd, ex-primeiro-ministro sul africano (1958-1966), “*Apartheid* significa que cada homem deve ter o seu lugar próprio”. Palavra afrikaans, *Apartheid* significa separação.

<sup>14</sup> Em 2010, os sul-africanos marcaram 50 anos do Massacre de Sharpeville, lembrado como um dos momentos mais sangrentos da luta contra o *Apartheid* que deixou 69 pessoas mortas e 180 feridas pela polícia da África do Sul num

rememorada com frequência pelo periódico, ao narrar os eventos de manifestação *antiapartheid*, e a prisão do bispo anglicano antissegregacionista Conville French-Beytah.

A segunda notícia relaciona-se com a ideia de “Liberdade separada” do texto anterior, onde *Veja*, menciona as relações da África do Sul com alguns países africanos, os demais “países negros”, titulados pela revista. A busca e manutenção por relações diplomáticas com os países de vizinhança continental são resumidas de forma simplória pela *Veja*, explicando que “O governo branco da África do Sul não se opõe de modo algum a negociar com os negros, em pé de igualdade – desde que esses negros vivam além das fronteiras do país” (VEJA, n.141 19/05/71 p.44) e tão logo, que esses não sejam contrários a política do *Apartheid* praticada no país. Esse arranjo, para o periódico, é considerado proveitoso para alguns estadistas “negros” africanos, bem como aceito com resignação maior por outros. Exemplificando a partir da fala do presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouet-Boigny, no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA) em novembro de 1970, para a necessidade de um entendimento com a África do Sul, e da atitude da República Centro-Africana presidida por Jean Bedel Bokassa de reconhecer o governo sul africano.

Há uma ênfase no crescimento econômico sul-africano nesta notícia, parágrafo com o subtítulo de “mercado negro”, cujo texto, explica a dúbia estratégia de Vorster em manter o eleitorado branco satisfeito e equilibrar o crescimento financeiro do país, a partir da aproximação com os “países negros”. A fim de evitar a ampliação do mercado interno, com a possibilidade de equiparar os salários da população branca e não branca, a África do Sul precisou encontrar mercados externos. Conforme expõe a revista, foi criado em 1968 um “fundo de empréstimos aos países estrangeiros” que foi aproveitado pelos quatro territórios estratégicos da África do Sul, Lesotho, Ngwane, Batswana e Malawi, possibilitando nos anos seguintes, acordos econômicos e relações diplomáticas.

Tal como levantado por José Maria Nunes Pereira (1986, p. 32) esses países vizinhos, que com ela mantêm relações de dependência econômica, fornecem grandes contingentes de mão-de-

---

protesto contra a Lei do Passe (1945) que determinavam a obrigatoriedade do porte de um cartão de identificação para os não brancos contendo todas as informações necessariamente atualizadas quanto ao local de trabalho e residência do portador, prazo de circulação permitido nas áreas europeias e quitação de impostos.

obra para as minas sul-africanas, constituindo-se, em mais um fator de compressão salarial interna. Essa e outras explicações trazidas de maneira positiva pelo periódico, endossam as vantajosas possibilidades com a nação sul-africana do *Apartheid*. Após dois anos sem notícias sobre a temática, a África do Sul e sua política do *Apartheid*, voltam a aparecer nas páginas de *Veja* somente em março de 1974, abordada em uma entrevista intitulada “Tateando o *Apartheid*: Um dos principais esportistas negros dos EUA defende o contato com a África do Sul”. Nele, *Veja* expõe o discurso do tenista Arthur Robert Ashe Junior, acerca da defesa do intercâmbio sul-africano com o resto do mundo, que poderá melhorar da vida dos milhões de sul-africanos, não branco, “ao contrário dos que defendem o boicote total a África do Sul como a única maneira de derrubar o *apartheid*” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3). A entrevista irá se discorrer, sob o que chama de “cruzada pessoal” do esportista, onde “Ashe procura defender-se dessa acusação, e, com bases nas experiências de sua recente viagem, apresenta sugestões para o trato do problema” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3).

A narrativa vagueia, sobre o relato do Ashe acerca dos doze dias em ficou em Johannesburgo, para competir o Campeonato Aberto de Tênis da África do Sul, relatando as manifestações e contatos efetuados com organizações de diferentes grupos e intuitos políticos. Na primeira parte da entrevista, em sua chegada, o esportista, conta que recebeu de um lado, um buque de flores enviado pelo então ministro dos esportes da África do Sul, e de outro, uma fotografia entregue clandestinamente por meio das folhas de um jornal, que trazia a seguinte mensagem de autoria não relevada pelo tenista transcrita abaixo:

Caro Arthur. Em nome dos que não puderam vê-lo, quero manifestar nosso respeito pelos seus ideais, e sincera esperança de que consiga explicar satisfatoriamente por que veio a este país. Nós o adoramos e não queremos vê-lo usando indevidamente, ainda que de maneira indireta. Não estamos em condições de compreender por que alguns de vocês no exterior parecem pensar por nós. Sabemos que acabaremos sofrendo mais se foram suspensas as relações comerciais com o nosso país, se o petróleo vier a faltar entre nós, se você não vier nos visitar. Mas estamos dispostos a sacrificar tudo isso para atingir o objetivo final ao qual dedicamos nossas vidas. Por favor, transmita nossa afeição aos nossos amigos oprimidos no exterior (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 3).

Além desta carta, Ashe narra que recebeu outras mensagens sugerindo que não fosse a África do Sul, pois em nada ajudaria na luta *antiapartheid* promulgada pelos sul-africanos não brancos que

defendiam o boicote político, econômico e comercial com outras nações, e sua vinda simbolizava para estes, portanto, um certo entendimento com o governo de Pretória, contrariando seus ideais políticos contra o regime.

Por meio desta entrevista, *Veja* reverbera a perspectiva de diálogo com os sul-africanos, articulado através da experiência relatada do tenista Arthur Robert Ashe, que em sua jornada a África do Sul, estabeleceu relações com diferentes grupos e pessoas que compunham a sociedade sul africana. Tendo como conclusão, que a vida destes só poderá melhorar através do contato e do diálogo, orientando que o isolamento não deve ser considerado um fim, mas sim um meio, em suas palavras “a mudança é inevitável, e com minha confiança básica na bondade do homem eu acho que a mudança na África do Sul será positiva. Não posso pensar de outra forma depois de ter encontrado tanta gente boa de todas as raças” (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 6).

No alvorecer da ditadura brasileira, quando se constata um renovado interesse comercial e a intensificação do discurso geopolítico, os rumos das relações Brasil-África do Sul são influenciados, com maior aceitação do regime de Pretória, o qual passou a ser visto como aliado ideológico na luta contra o comunismo internacional. Entretanto, a tese geopolítica e anticomunista esvaziou-se entre os dois primeiros governos militares, tendo duração efêmera. Já no final da década de 1960, observa-se a tentativa da conciliação das relações comerciais, com um posicionamento mais crítico no âmbito das Nações Unidas, modelo que se esgotou no final desse período. Por outro lado, a África do Sul, nesse mesmo momento, desenvolvia uma política mais agressiva de aproximação com vários países latino-americanos, incluindo o Brasil. Tendo seu espectro de aliados internacionais, o ciclo de ditaduras militares de direita, que se instalou na maior parte dos países da América do Sul. O país africano alcançou sucesso em alguns, como se constata com Paraguai, Chile e Argentina, e fracasso no caso do Brasil, que ao contrário dos seus vizinhos latino-americanos, possuía interesses concretos no continente africano (PENNA FILHO, 2008, p. 31).

A mudança, da posição brasileira a África do Sul, é visível a partir de 1974, perdurando até o fim do regime do *Apartheid*, onde passara da retórica à ação de fato. O regime militar adotou como princípio, o desestímulo de qualquer tipo de relacionamento entre os dois países, intensificando a

crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, reduziu ao mínimo a sua presença diplomática no território sul africano, diferente a posição anterior, que tentava conciliar as críticas naquele fórum, com a manutenção da política comercial, inclui-se aí, a modesta iniciativa de tentar influenciar os sul-africanos a alterarem sua política de segregação racial.

Por sua vez, os diplomatas sul-africanos, que imediatamente perceberam a mudança do posicionamento brasileiro, tentaram romper o isolamento oficial, dispondo-se dos recursos disponíveis, tal como tentar aproximação com governos estaduais ou estimular empresas privadas a comercializar com a África do Sul. Lembramos que neste contexto, as relações comerciais brasileiras e sul-africanas estão sendo modificadas dada a intensificação da crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas pela comunidade internacional, o regime militar, passar a desestimular qualquer tipo de relacionamento entre os dois países:

Se até 1974-1975 o governo brasileiro ainda se preocupava em manter discretos laços com Pretória, tendo em mente a manutenção das boas relações comerciais, a partir desse período a tendência foi a de abandonar a atitude comercial e a de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível. (PENNA FILHO, 2001, s/p).

Dois meses após publicação da entrevista com Ashe em 1974, a temática do *Apartheid* retorna na notícia “África do Sul: O tripé ameaçado” constante na sessão internacional da revista número 296. Nela, o ponto de partida é a vitória do Partido Nacionalista, liderado por John Voster nas eleições realizadas no mês anterior, com a participação de 2 milhões de eleitores num país constituído por outros 18,7 milhões impedidos de votarem. Destaca-se na narrativa, a localização privilegiada da África do Sul, no extremo meridional, protegidas pelo que a revista chama de “Estados-tampões”, nações comandadas por governos de minoria branca, a saber, as colônias portuguesas de Moçambique e Angola (leste e oeste), Rodésia (centro), Namíbia e Botswana. Embora, como lembra a revista, a Revolução dos Cravos que derrubou o regime salazarista, um tradicional aliado ao governo racista África do Sul, poderá trazer subitamente, uma possível mudança na situação político e militar das colônias portuguesas, ameaçando o tripé (racial, político e econômico) da África do Sul.

Essa mudança foi posteriormente efetiva como sabemos hoje, cuja base de apoio externo, em territórios fronteiriços que se localiza a África do Sul, terá um papel importante no processo de desenvolvimento e consolidação dos movimentos de libertação nacional na África Austral, em especial Moçambique e Angola, sendo um importante fator no processo de luta *antiapartheid*. Como narrou Francisco José Pereira em 1986,

Sem embargo, a África do Sul passou todo o período de descolonização do continente com suas fronteiras imunizadas, tendo como vizinhos Estados cujos governos admiravam a solução *Apartheid* (como no caso do fascismo português em suas ex-colônias de Moçambique e Angola, e do regime também racista da Rodésia do Sul) ou eram Estados extremamente dependentes da política econômica sul-africana (tal a situação de Lesotho, Botsuana e Suazilândia). Na atualidade, um novo quadro, radicalmente modificado, parece condicionar o desfecho político da África Austral, em cujo centro está, precisamente, a questão *Apartheid*. Com efeito, Moçambique e Angola, logo depois da independência, reproduziram o mesmo ato de solidariedade, colocando suas respectivas fronteiras a disposição dos movimentos de libertação na área. Em abril de 1980, com a independência do Zimbabwe, abriu-se, igualmente uma nova solidaria fronteira. (PEREIRA, 1986, p. 75-76).

Ainda na mesma notícia, explanando o contraste da qualidade de vida dos brancos e dos grupos não brancos no território sul-africano, *Veja*, anuncia que “Por enquanto, o reduto dos africanos continuam sendo um exemplo de prosperidade – apenas o Japão supera seus índices de crescimento econômico” (VEJA, n.296 08/05/74 p. 49) e em seguida, relata dados de violência acarretada ao restante da população do país, considerando então que “Para os negros, mesmo entre os profissionais especializados, as perspectivas de vida na África do Sul são extremamente limitadas” (VEJA, n. 296 08/05/74, p. 49).

A postura tomada pelo periódico foi de realizar um examine das ameaças que poderiam desmantelar o governo dos africanos, e tão logo, a prosperidade econômica da nação. Somam-se nessa teia de riscos avaliada pela *Veja*, a mudança política no governo português, o descontentamento da grande maioria que oportunamente poderiam expulsar a minoria, bem como a formação de uma elite intelectual oriunda das universidades destinadas aos não brancos, que vinham construindo um discurso em contramão ao da inferioridade natural, afirmada e justificada pelos africanos e sua defesa do *Apartheid*.

A temática dos esportes na África do Sul do *Apartheid*, ganha espaço no periódico, somente em abril do ano de 1975, com o artigo “Racismo: barrados de novo”, na sessão esportes da edição de número 343. A revista traz em ilustração, através de uma charge, a desvantagem imposta de forma legal sobre os esportistas sul-africanos não brancos, sujeito este, retratado com tamanho pequeno, desenhado com acentuados traços do fenótipo negro (boca, nariz, olhos), em posição de descontentamento, preso a uma corrente, atrás do sujeito branco, mais alto, mais forte, e mais veloz.

**Imagem 1:** Charge do artigo “Racismo: barrados de novo”.



**Fonte:** *Veja*, n.343, 02/04/75 p. 54.

Nesta notícia, o periódico discute os boicotes da comunidade esportiva internacional, com relação à participação da Rodésia e da África do Sul nos jogos pré-olímpicos e a exclusão dos tenistas sul-africanos da Taça Davis, entendendo-as enquanto práticas severamente punitivas. Para *Veja*, as duas nações “são cada vez mais discriminadas nas competições desportivas pelos demais países do mundo, e em particular pelos asiáticos e africanos” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 54), e lembram o afastamento de sul-africanos e rodesianos nas competições das olimpíadas do México em 1968 e de Munique em 1972. A revista traz de um lado, falas de esportistas brancos sul-africanos, que lutam pelo fim da aplicabilidade do *Apartheid* no âmbito esportivo do país, através de propagandas que

geraram vários boicotes esportivos internacionais conta a África do Sul. E por outro, finaliza, dando espaço ao Embaixador da África do Sul no Brasil, que expõe seu sentimento de descontentamento e injustiça ao ver seu país ser excluído diversas vezes de conferências técnicas importantes no âmbito da ONU. A fala do embaixador finaliza o artigo: “Nós não acreditamos em contrapropaganda, preferimos seguir uma política de conciliação, deixando sempre uma porta aberta ao debate. O povo sul africano é feliz, e não contesta a nossa política interna” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 55). Ao selecionar os discursos para tratar do assunto, a revista deixa de lado, a perspectiva dos atletas não brancos, ou mesmo, sujeitos não brancos inseridos na luta *antiapartheid* no país, dando visibilidade e colocando o ponto de vista apenas de atletas brancos adeptos ao boicote e do próprio governo racista.

O ano de 1975 contém somente mais duas notícias relacionadas ao *Apartheid*. A primeira, publicada em maio na edição número 351, encontrada na sessão “Internacional” e intitulada “África do Sul: revelações”, irá informar os leitores das possíveis articulações políticas de Vorster, a partir da visita secreta do primeiro ministro da África do Sul a Libéria, publicizada pelo jornal londrino *The Times*. Segundo *Veja*, o diálogo com a Libéria poderia promover uma conferência entre os presidentes do Quênia e da Nigéria, onde Vorster procuraria não apenas amenizar as hostilidades de seus líderes com relação África do Sul, mas também, inaugurar um intercâmbio comercial que possibilitaria obter petróleo nigeriano em troca de ouro sul-africano. Tal publicação pelo *The Times*, para *Veja*, deixou o primeiro ministro numa posição incômoda com o eleitorado branco, entretanto, a revista num tom preocupação ao futuro sul africano, faz uma crítica ao político por não ter se preocupado ao que ela pensa ser fundamental, a economia, vislumbrando uma possível solução:

Vorster, no entanto, parece estar empenhado menos em obter popularidade do que em fazer um investimento rendoso para o futuro do seu país. Na verdade, a longo prazo a coexistência pacífica entre brancos e negros **talvez seja a melhor garantia de sobrevivência para própria minoria** (VEJA, n.351, 28/05/75 p. 36 – grifo nosso).

Já a segunda notícia, “O idioma vitorioso”, escrita na sessão “Educação” de *Veja*, é o abre alas das notícias recorrentes dos anos seguintes, em especial do ano 1976, premeditando o evento



que ficou conhecido como “Levante de Soweto”<sup>15</sup> em junho naquele ano, e demais manifestações que marcaram a trajetória da luta *antiapartheid*. Nele, *Veja* noticia as comemorações do governo, ao centenário do nascimento do idioma dos *afrikaans*, instalado pelos holandeses e huguenotes franceses, em 1875, na cidade de Paarl, promovendo solenidades oficiais com a presença do primeiro ministro John Vorster. Informa que os 24 milhões de sul-africanos conhecem e utilizam com mais frequência que o inglês introduzido pelos colonizadores britânicos.

A este fato, o periódico atribui como “preferência” da população sul-africana, e não enquanto uma política imposta, construída e mantida pela minoria branca. A revista descreve aspectos positivos do idioma que “agora festejado é extremamente rico e imaginativo, além de simples e direto [...] a onomatopeia do idioma sul africano exprime situações e sentimentos com rara exceção” (VEJA, n.371 15/10/75 p. 85) silenciando sobre as implicações de violência cultural, simbólica e histórica que acompanhou o ensino do africâner as demais populações naquele território.

### Considerações Finais

Dentre os países africanos, segundo Pio Pena Filho (2013), a África do Sul atualmente é um dos mais importantes parceiros africanos do Brasil<sup>16</sup>. A reaproximação entre os dois países, a partir da democratização da República da África do Sul, com a eleição de Nelson Mandela a presidência em 1994, construíram o caminho para que essa importante conexão atlântica fosse reativada. Como vimos, entretanto, ao longo do século XX, os diálogos entre eles são marcados por encontros e desencontros, advindos por consideráveis mudanças internas, especialmente no que diz respeito aos aspectos políticos e socioeconômicos, tal como a redefinição de suas agendas de política externa. Desde os anos 1950 e 1960, as estreitas relações que o governo brasileiro mantinha com Portugal,

---

<sup>15</sup> Eclodido em 18 de junho de 1976, a também chamada “revolta” em Soweto, bairro em Joanesburgo, foi motivado pela decisão do governo do *Apartheid* de ensinar obrigatoriamente nas escolas a língua africâner ao lado da língua inglesa, desprezando as línguas locais sul-africanas. Dez mil estudantes tomaram as ruas, com o óbito de 23 sul africanos após violenta repressão policial, se tornando a maior onda de violência no país desde o massacre de Sharpevill em 1960. As manifestações e protestos contra o *Apartheid* após Soweto continuaram com mais vigor, acompanhado dos assassinatos pela polícia sul africana - dentre o mais significativo nesse contexto, a de Steve Biko - e no fim do ano eram 360 mortes, chegando a mil em 1977.

<sup>16</sup> Além de contar com um histórico de relações bilaterais, os dois países nas últimas décadas reforçaram sobremaneira suas relações ao se unirem em duas importantes iniciativas multilaterais, que são o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

constituíram um obstáculo para as aspirações do Brasil na África, postura essa, ainda fortalecida pelos laços com os Estados Unidos, e seus temores, quanto à influência comunista no país. Foi somente a partir de 1974, projetando-se na política mundial sob os escopos da Política Externa Independente (PEI), que o Brasil iniciou um relacionamento mais contundente com o continente africano.

Enquanto parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam memórias e narrativas históricas contemporâneas, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia jornalística impressa apresenta-se como uma das instâncias discursivas organizadoras do social que, ao narrar e atribuir significados, articula e angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido. Assim, a história da fundação e do desenvolvimento da Revista *Veja*, igualmente aos demais veículos de mídia impressa no Brasil, está atrelada das narrativas sociais que orientaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo, onde suas instituições, serão igualmente atuantes e partícipes desses eventos.

Ao analisarmos os materiais sobre a África do Sul no periódico, entre as edições que circularam durante os anos 1969 a 1975, constatamos que o conjunto de debates acerca das novas articulações comerciais e diplomáticas com América Latina, Oriente Médio e Ásia e principalmente os países do continente africano, estavam presentes nas pautas noticiadas nas páginas de *Veja*, vistas, como proveitosas possibilidades para a desenvoltura das relações e política externa brasileira. Ótica esta, similar, ao dos governos militares<sup>17</sup>. Entretanto, alguns países sob contexto de luta anticolonial, como Angola e Moçambique, são pautados como obstáculos pelo periódico, cujas narrativas

---

<sup>17</sup> Relacionado a essa questão, do jornalismo produzido por *Veja*, alinhado com as premissas dos governos militares, temos num estudo, acerca dos temas de futebol e política na Revista *Veja* dos anos 1970, realizado por Livia dos Santos Chagas, a constatação através da leitura das edições do ano de 1970, de que foi possível perceber algumas das bases do discurso da *Veja*, relacionadas com os ideais do discurso estruturado pelo governo. Tão pouco, não foram encontradas nestas mesmas edições analisadas por ela, reportagens, que divulgassem a repressão a presos políticos, e dessa forma, o governo tentava transmitir a imagem de consenso social na sociedade brasileira. Para ela, a censura, a propaganda, a estruturação de um discurso, incidiram na atuação da imprensa do período. As relações dos veículos de comunicação, e da revista, com os militares, eram influenciadas por aspectos estabelecidos pelo regime para controlar a divulgação da informação “A ação dos jornalistas incide nas representações sociais e são fundamentais para a construção de memória e identidades. Ao tutelar a imprensa, os governantes controlavam essas construções”. Ver mais em: CHAGAS, Livia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. *VII Encontro Nacional de História da Mídia*. 19 a 21 de Agosto, 2009.

orientavam para que o Brasil evitasse misturar os interesses relacionados ao aumento de mercados comerciais na África, com interesses nas lutas anticoloniais que estavam se desenvolvendo por todo o continente.

No seio deste discurso, a África do Sul sob regime do *Apartheid*, aparece como a real parceira vantajosa para o Brasil, sempre lembrando em suas notícias, que a nação do *Apartheid*, se apresentava como o maior parceiro africano comercial do governo brasileiro na década de 1960, onde destinava de mais de 50% das exportações para o país. No contexto sul africano, da primeira metade da década de 1970, marcado por um ambiente de busca pela preservação do regime de hegemonia branca, acompanhado pela luta antirracista dentro da África do Sul, *Veja* publiciza os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população não branca, ressaltando o papel econômico e político da África do Sul manejado pelo governo. As relações com outros países, para manter vigente a política que sustenta o bastião branco sul africano, não são condenados pela revista, que ao longo de suas narrativas, destaca de forma encantada e convidativa, a atrativa economia da África do Sul, indicando as profícuas possibilidades financeiras que a República sul-africana, sustentada pela discriminação racial, tem a oferecer.

Outrossim, as populações nativas da África do Sul, foram mostradas em suas notícias, como elementos de uma mesma cultura, cujas dinâmicas internas - marcadas por acontecimentos conflituosos entre as diferentes populações que ocupam o mesmo território -, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construída, que reduzem e as classifica como “tribos”, percepções estas do mesmo imaginário colonial que permitiu hierarquizar, dividir, e animalizar os sul-africanos<sup>18</sup>. Nesse mesmo viés, a permanência do *Apartheid* e da situação de vulnerabilidade socioeconômica da maioria da

---

<sup>18</sup> Todavia, no imaginário pós-colonial, como apontou Amailton Azevedo, os conceitos que são criados para pensar a África dão continuidade a uma violência discursiva sobre esses territórios tais como: o continente da destruição e morte; o espaço onde habitam os desvalidos; os que não pertencem a esse mundo; os que devem ser salvos de sua miséria abundante; os que ainda são incapazes de enfrentar seus próprios problemas. No Ocidente, conforme ele aponta, a África foi vista através de uma violência discursiva colonial, produzida entre os séculos XVI e XX, condicionando a pensar as relações do continente africano com o mundo atlântico a partir de perspectivas que a sugerem como um acidente geográfico, entre Oriente e o Ocidente, consolidando imagens-clichês que projetam informações imprecisas e estereotipadas sobre a África (AZEVEDO, 2013, s/p).

população da África do Sul, é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada legalmente, banalizando a trajetória de luta *antiapartheid* e o contexto de absoluta repressão violenta.

Ao congregar toda uma diversidade de populações a um bloco único e homogêneo, carregada de valores e percepções colonialistas sobre os africanos, *Veja* atrela as diferentes determinações legais do *Apartheid*, como os bantustões, enquanto solução viável do suposto problema sul africano que caracteriza a população, considerando o sistema *Apartheid* enquanto uma política legítima para a nação sul africana. Em meio a esse olhar, o periódico aloca os sul-africanos dentro de um único conceito que os homogeneiza - negros - e constrói uma narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid*, personificado em seus condutores, desagregado do entorno político angariado pelo bastião branco sul africano, para a manutenção dos seus privilégios.

Por outro lado, seus discursos, realizam sempre um exame das ameaças, frente ao contínuo descontentamento da população sob regime do *Apartheid*, uma “onda negra” – expressão por vezes utilizada pela *Veja* -, que podem vir a desmantelar o governo branco dos africanos, e, portanto, a prosperidade econômica da nação. Diante dessas compreensões, sobre a maneira como *Veja* interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana, entendemos os intuitos e lugar da veiculação dessas imagens e representações acerca do cotidiano da África do Sul, aliada as perspectivas de construção de um projeto de Brasil engenhadas pelos governos militares, onde “ideia integracionista de “democracia racial” se transforma numa ideologia oficial” (GUIMARÃES, 1999, p.110).

Buscando estabelecer constante diálogo com alguns setores da sociedade, e ao mesmo tempo participar de empreendimentos governamentais e privados, a revista optou por um olhar ocidentalizado, congregando um conjunto de valores e crenças construídos e desenvolvidos nacionalmente, emaranhado em suas narrativas compreendidas em notícias, artigos e matérias a respeito não tão somente à África do Sul, mas igualmente a situação e dos países da África Austral, e as próprias populações africanas no geral. Apresentando modelos explicativos para dar lógica aos compassos sul-africanos omite-se e exclui alternativas, ressaltando e dando ênfase em outras, por

meio da seleção personagens e eventos, *Veja*, veículo de jornalismo impresso, propôs dar ritmo às mudanças operadas dentro e fora do contexto político do *Apartheid* da África do Sul em compasso com as ideais e vislumbres nacionais governamentais do período.

## Referências:

### Bibliografia

AZEVEDO, Amailton Magno. 2013. Imagens da África: entre a violência discursiva e a produção da memória: **Revista Eletrônica do Tempo Presente**, ano 3, n. 3, 2013.

BARBOSA, Marialva. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso: Revista da Comunicação**. v. 23, n. 52, 2009.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmento mercado editorial. **Plural: revista do programa de pós-graduação em sociologia**, v. s/n, p. 01-23, 2010.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. Nelson Mandela e a luta antiapartheid nas páginas da revista *Veja* (1990-1994). In: LOHN, Reinaldo (Ogr). História das bancas de revista. **Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas**. Editora Todapalvra, 2016.

CHAGAS, Livia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 19 a 21 de Agosto, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. 2ªed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

GOES, Fernanda Lira; SILVA, Tatiana Dias. O regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. In: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Combatendo Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14 n.39, fev, 1999.

HALL, Stuart. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Envió editores, 2010.

JONGE, Klaas de. **África do Sul: apartheid e Resistencia**. São Paulo: Cortez, EBOH, 1991.

LOPES, Marta Maria. **Apartheid: a ideologia do apartheid, as perspectivas da África do Sul, as lideranças negras**. São Paulo: Atual, 1990.

- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. História e política, cultura e mídia. In: LOHN, Reinaldo (Org). História das bancas de revista. **Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas**. Editora Todapalvra, 2016.
- MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras- informação e entretenimento. In: 8º **Encontro Nacional de História da Mídia**, 2011, Guarapuava. Mídia e Memória. Guarapuava - Parana, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Notícias sobre a África: representações do continente africano na revista VEJA (1991-2006). **Afro-Ásia** (UFBA. Impresso), v. 38, p. 141-178, 2008.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. **A parceria africana: as relações Brasil – África do Sul**. Belo Horizonte, MG: Fino Traco, 2013.
- PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul: O arco atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.
- PENNA FILHO, Pio. **África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)**. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./June, 2001.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Brasil e África do Sul: dois caminhos rumo ao pós-Guerra Fria (1985-1994)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, nº1, jan-dez 2010.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Revolução Sul Africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?** São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- PEREIRA, José Francisco. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, José Maria Nunes. O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, n. 14, 1987.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na Veja (1968-1978). In: AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

SILVA, Sônia de Menezes. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - A folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

SCHLICKMANN, Mariana. Brasil e África do Sul no contexto do apartheid: relações e rupturas. In: Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: ANPUH, 2017.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom, 2002**.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1 p. 134-154, 1999.

#### Fontes

VEJA, n.1, 01/09/68

VEJA, n.43, 02/07/69

VEJA, n.57, 08/10/69

VEJA, n.66, 12/12/69

VEJA, n.87, 06/05/70

VEJA, n.126, 03/02/71

VEJA, n.141, 19/05/71

VEJA, n.290, 27/03/74

VEJA, n. 296, 08/05/74

VEJA, n.343, 02/04/75

VEJA, n.351, 28/05/75

VEJA, n.371 15/10/75

**“Só é bella de facto a mulher que tem saude”: beleza feminina nas páginas do *Almanaque d’A Saúde da Mulher* nas décadas de 1930 e 1940**

"Only the healthy woman is really beautiful": feminine beauty in the pages of the Women's Health Almanac in the 1930s and 1940s

**Azemar dos Santos Soares Junior**

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

azemarsoares@hotmail.com

**Ana Karoline Lima de Moraes**

Mestranda em História

Universidade Federal de Campina Grande

analima2.ak@gmail.com

**Recebido em:** 06/03/19

**Aprovado em:** 22/04/19

**Resumo:** Esse artigo tem por objetivo analisar a beleza feminina nas décadas de 1930 e 1940 a partir das propagandas do tônico “A saúde da mulher” divulgadas no *Almanaque d’A Saúde da Mulher*. O referido periódico anual, tinha como principal propósito propagandear os medicamentos do laboratório *Daudt & Oliveira*. Para isto, nos aproximamos das reflexões de Gerges Vigarello (2006) e Denise Sant’Anna (2000) para refletir sobre a historicidade do conceito de beleza e as mudanças culturais que o modificam tanto no ocidente quanto no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Analisaremos as imagens das propagandas a partir das contribuições de Maria do Rosário Gregolin (2011), pensando imagem e enunciado como um todo que compõe um sentido. Buscamos assim evidenciar como a saúde dos órgãos reprodutores femininos apresenta-se, no periódico, como a fonte principal não só de saúde em si, mas de beleza e bem-estar.

**Palavras-Chave:** beleza, saúde, almanaque.

**Abstract:** This article aims to analyze female beauty in the 1930s and 1940s from the tonic advertisements "The health of women" published in the Women's Health Almanac. The purpose of this annual periodical was to advertise the medicines of the Daudt & Oliveira laboratory. To conduct



this study, we approach the reflections of Georges Vigarello (2006) and Denise Sant'Anna (2000) to reflect on the historicity of the concept of beauty and the cultural changes that modify it both in the West and in Brazil, especially since the second half of the 19th century and the first half of the 20th century. We will analyze the advertisements using the contributions of Maria do Rosário Gregolin (2011), thinking image and statement as a whole that composes a sense. We sought to show how the health of the female reproductive organs is presented in the periodical as the main source of not only health, but beauty and well-being.

**Keywords:** beauty, health, almanac.

## Introdução

Se é certo que em toda a história, nas mais diversas sociedades, encontramos padrões que pautam o belo e as maneiras para alcançá-lo, é também possível que estes padrões e estas formas de atingi-los sejam alvo das problematizações de historiadores/as para trabalhar o corpo e sua historicidade. Como aponta Denise Bernuzzi Sant'Anna (2000, p. 237) “o conhecimento do corpo é por excelência histórico, relacionado aos receios e sonhos de cada época, cultura e grupo social”. De acordo com a autora supracitada, cada sociedade, em cada tempo relaciona-se com o corpo e os padrões de beleza de uma determinada maneira. Podemos ainda acrescentar, que é nas sociedades modernas ocidentais que encontramos a tendência de normatização e constante adequação dos indivíduos a estes padrões e, neste quesito, a mídia e a imprensa apresentam-se como dois dos principais meios de difusão destas normas a serem seguidas por toda à sociedade, sobretudo, pelas mulheres.

Durante boa parte do século XX, houve uma hesitação por parte dos historiadores em reconhecer a imprensa – impressos, revistas e jornais - como um meio importante para a construção da história. Para que os impressos passassem a ser considerados como fontes históricas, foi necessário que a própria concepção de história sofresse uma alteração considerável. Podemos apontar como propulsores destas mudanças, a terceira geração da *Escola dos Annales*, a reformulação do marxismo inglês ligado a História vista de baixo, mas sobretudo, o surgimento da História Cultural e sua busca pelo “resgate de sentidos conferidos ao mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 17).

A partir dos novos questionamentos feitos pelo saber histórico em relação ao passado, a História alterou-se profundamente possibilitando novas reflexões, problematizações e novas maneiras de construção de sua narrativa. Neste sentido, os impressos emergiram como um meio importante para a construção da história reformulada por novas indagações.

Estudar a historicidade da beleza e as diversas formas como as culturas e as sociedades lidam com esta é um campo historiográfico cada vez mais em expansão na historiografia. Através dos diferentes modos de percepção do belo constituídos no tempo, os historiadores podem captar não só os padrões de belezas aceitos em uma cultura e em um tempo, mas aqueles que são excluídos deste mesmo ideal. Também é possível trabalhar os meios onde os padrões foram difundidos para a sociedade com o objetivo de normalizar os corpos. Neste sentido, a imprensa emergiu de forma crucial.

No Brasil do início do século XX já existiam revistas femininas que encarregavam-se de dar dicas as moças de como manter-se belas o tempo todo. Um exemplo disso são as revistas *O Cruzeiro*<sup>1</sup> e a revista *Fon-Fon*<sup>2</sup>, dentre outras. Outro meio que em muito contribuiu para propagar os padrões de beleza na sociedade brasileira, mas que ainda não é tão trabalhado são os almanaques de farmácia e, mais precisamente, o *Almanaque d' A saúde da mulher*, periódico anual que além de transmitir os truques de como ser bela para as moças de todas as idades, também fazia uma associação que, até os dias atuais, é umas das principais pontes para alcançar a tão desejada beleza: a saúde.

O *Almanaque d' A saúde da mulher* era um periódico anual, como já dito, que tinha o objetivo de difundir os principais medicamentos do laboratório *Daudt & Oliveira*<sup>3</sup>. Foi criado em 1906,

---

<sup>1</sup> Fundada em 1928 por Assis Chateaubriand, a revista semanal *O Cruzeiro* foi uma das mais importantes revistas ilustradas do século XX no Brasil, sobretudo na construção de padrões e de opiniões na sociedade brasileira. Chegou ao fim em 1985.

<sup>2</sup> Lançada em 1907 a revista *Fon-Fon!* Também foi uma importante revista ilustrada brasileira, destacava-se por copiar os modelos europeus e por trazer as principais novidades da Paris da Belle Époque para as leitoras brasileiras, encerrou suas atividades em 1945.

<sup>3</sup> O laboratório, considerado o primeiro do País, foi fundado em 1882 pelo recém formado do curso de Farmácia João Daudt Filho, em Santa Maria (RS). Em 1983 a sede do laboratório foi transferida para Porto Alegre. Foi no início do século XX a criação de uma sede do laboratório no Rio de Janeiro, onde, de lá saíram remédios popularmente conhecidos como, A Saúde da Mulher, Bromil, a pasta dental Odol etc.. É nesta nova fase de empreendimento que o investimento da publicidade de seus remédios que o laboratório inova e contribui na história da publicidade brasileira.

publicando sua última tiragem no ano de 1974. Foram quase setenta de circulação desse meio de comunicação em nível nacional. Mesmo propagandeando vários medicamentos do laboratório, o propósito principal do almanaque era divulgar o tônico “A saúde da mulher” que tinha o objetivo de cessar ou amenizar os males do corpo feminino causados pela biologia: as falhas que as mulheres possuíam.

Não só diferenciada era a constituição do corpo da mulher, mas também patologizada (ROHDEN, 2001, p. 34), visto que o útero, segundo a medicina dos séculos XIX e XX, seria um possível causador de grandes males no funcionamento do corpo. O corpo feminino foi alvo dos estudos médicos sendo ao mesmo tempo esquadrihado e normalizado por este saber. Com o uso da saúde como justificativa, o almanaque, assim como o saber do qual ele resulta, construiu um tipo de feminilidade que visou corresponder aos anseios e as demandas da sociedade. Sendo assim, o ideal de beleza difundido por esse periódico atrelado à procura pela saúde e ao fim dos sofrimentos que as mulheres seriam alvo por causa do seu biológico, resultou na tentativa de normalização deste corpo de acordo com padrões sociais, culturais e políticos deste momento histórico.

Neste sentido, concordamos com Georges Vigarello quando ao afirmar que a história da beleza “[...] não poderia escapar aquelas dos modelos de gênero e de identidades” (VIGARELLO, 2006, p. 11). Assim, o ideal de beleza feminina difundido nas propagandas do *Almanaque d’A Saúde da Mulher* interage constantemente com o ideal de feminilidade pautado cultural e socialmente no período recortado. Era considerado um tipo de beleza saudável e em dia com o bom funcionamento do útero e dos ovários. Era também uma beleza que tinha como principal objetivo alcançar um pretendente decente ou proporcionar a felicidade no casamento. Não se tratava da beleza por si só, mas estabelecia conexões com o lugar social atribuídos às mulheres na primeira metade do vigésimo século.

Dito isto, buscamos analisar o ideal de beleza vulgarizado nas propagandas do tônico *A saúde da mulher*, nas páginas do *Almanaque d' A saúde da Mulher*<sup>4</sup>. Para isso, analisamos não apenas os enunciados das propagandas, mas também as imagens espalhadas ao longo das páginas desse periódico. Estas propagandas foram aqui analisadas enquanto um discurso produtor do corpo feminino, pois elas eram responsáveis por atribuir face ao belo e também ao que não o era considerado belo. Propagavam o padrão – a beleza –, e depreciavam aquilo que estava fora da norma – o feio, o doente, o torpe –.

As propagandas do almanaque enquanto uma prática discursiva sobre o corpo feminino, criaram este sujeito de que fala. Compreendemos que os discursos interagem com uma regularidade onde saber e poder se articulam estabelecendo uma verdade e, além disso, que para estar inserido dentro de tal regularidade é necessário seguir regras determinadas a respeito do que falar, como falar e onde falar (FOUCAULT, 2014, p. 9). Assim, como o poder na obra de Michel Foucault, o discurso não possui um centro ou um sujeito fundador, fonte de todo o significado. A análise do discurso, na arqueogenealogia, está, ligado a relação entre poder e saber e como encontra-se e constrói-se o sujeito dentro de tal relação.

Para pensarmos as imagens do almanaque, as contribuições de Michel Foucault são imprescindíveis. Maria do Rosário Gregolin (2011), pensando as ideias da análise do discurso foucaultiano e a análise de imagens propõe uma semiologia histórica que pensa como as imagens e as palavras se articulam em um todo de sentido:

[...] se considerarmos a relação entre palavras e imagens como fundante da memória social, então precisamos pensar em uma semiologia que leve tanto os elementos configuracionais dessas diferentes materialidades (uma gramática do verbal; uma gramática do não verbal) quanto a forma como as palavras e imagens compõem um todo de sentido. Precisamos, portanto, pensar sobre as relações que as palavras estabelecem com as imagens (GREGOLIN, 2011, p. 99).

---

<sup>4</sup> Quando faço o uso de termo “Tônico a saúde da mulher” me refiro ao remédio do Laboratório Daudt & Oliveira. Já quando menciono o “Almanaque d' A saúde da mulher” é referente ao periódico anual que tinha como objetivo propagandear o tônico.

Pensando juntamente com a autora, palavras e imagens são ambas atravessadas pelas relações de poder-saber que atravessam os discursos, as imagens com suas cores, seus traços e seu caráter apelativo são complementadas pelas palavras que as seguem, buscamos aqui levar em consideração tal aspecto, sem nos afastarmos das teorizações foucaultianas sobre o sujeito e sua construção pelos discursos.

Desta forma, buscamos trabalhar como foi construída a beleza feminina nas páginas do *Almanaque d' A Saúde da Mulher* nas décadas de 1940 e 1930 através de análise de quatro propagandas que abordam esta temática. Buscamos assim, compreender como os padrões de beleza relacionam-se com a cultura de um determinado tempo e como no período estudado a saúde mostra-se como o meio principal para atingir tais padrões.

#### **“Para todas sem exceção o remédio é um só”**

No ano de 1931 o almanaque d' A saúde da mulher divulga o seguinte enunciado: “Só é bella de facto a mulher que tem saúde” e abaixo prossegue explicando tal afirmação:

[...] de que vale, em verdade, a correção das formas refletindo uma *expressão doentia* que, em vez de iluminar obscurece a beleza do semblante e a elegância do corpo? Para ser realmente Bella, uma Senhora precisa, antes de tudo, ter saúde e a base da saúde é o regular funcionamento de Utero e dos Ovários, obtidos com o uso permanente do poderoso remedio A saúde da Mulher (ALMANACH D'A SAUDE DA MULHER, 1931, p. 21).

Desde o século XIX no ocidente, a forma de olhar a beleza havia se modificado, cada vez mais ser bela deixava de ser um dom natural e divino que algumas possuíam e outras não e passa a ser algo que pode ser conquistado através de um trabalho sobre si e uma vigilância atenta (VIGARELLO, 2006 p. 164; SANTANNA, 2014, p. 300). Na década de 1920 alastrando-se pelas décadas de 1930 e 1940, no meio médico brasileiro, a beleza também dependia da saúde dos órgãos internos, no caso das mulheres principalmente do útero e dos ovários (SANTANNA, 2014, L. 946). Podemos perceber neste anúncio como o periódico enfatiza que a beleza não é alcançada sem a saúde. Não adiantaria investir em tratamentos que visavam corrigir as formas, pois estes não implicavam diretamente em atingir a beleza visto que não alcançavam a saúde. Como aponta Edna

Maria Nóbrega de Araujo (2008) nas primeiras décadas do século XX, cada vez mais os espartilhos foram sendo abandonados a partir de novos ideais que evocavam não só a beleza, mas também a busca pela saúde que este adereço não proporcionava, visto que tinha apenas o objetivo de modelar o corpo e não melhorar sua saúde.

Muitos médicos sugeriam a ginástica como um meio efetivo para alcançar os dois ideais, já o almanaque aponta que com o uso do tônico a saúde da mulher, como mostra o enunciado acima, o corpo feminino pode garantir beleza e saúde. Em um momento em que os cosméticos ainda não eram bem vistos pela sociedade (SANTANNA,2014), o tônico a saúde da mulher apresentava-se como a alternativa ideal para conseguir ser bela.

O quê ambos os discursos tem em comum? Não só a busca pela saúde alinhada à busca pela beleza, mas o discurso médico como aquele que tem autoridade para indicar um meio em que saúde e beleza estejam presentes. É importante frisar o quanto as propagandas do tônico contidas no almanaque, conseguiam ser persuasivas, sobretudo ao colocar o produto como o meio principal onde a união entre beleza e saúde convergiria.

Como já apontado o tônico a saúde da mulher foi apresentado como a solução para todos os males que advém do *“má funcionamento do aparelho utero-ovariano”* que causam: *“irregularidades menstruaes, as affecções hystericas, doenças de pelle, e dos cabellos”* entre tantas outras perturbações que poderiam atrapalhar completamente a vida feminina que desde o início do século XX vinha se modificando e se abrindo para outros espaços como apresenta a propaganda a seguir:

**Imagem 1:** Propaganda do tônico *A saúde da mulher*



**Fonte:** *Almanaque d' A saúde da mulher*, 1936.

A imagem acima ilustra como a vida feminina mudou desde o início do vigésimo século, fazendo referência a dois períodos, o de 1900 caracterizado pela mulher à direita e a década de 1930 à esquerda. O almanaque defendeu que embora os tempos tivessem mudado – em relação aos costumes –, a delicadeza do corpo feminino e suas patologias permanecem as mesmas.

A diferença nas roupas é essencialmente notável, assim como o espaço em que cada uma habita. A mulher da direita encontra-se bem vestida e totalmente coberta dos pés até o pescoço. Está vestindo saia e blusa, ambas longas, ilustrando o tipo de corpo projetado pelas roupas do final do século XIX e na primeira década do século seguinte que visavam dar volume tanto à parte de trás inferior do corpo feminino (nádegas), com o estilo da saia de sino. Mesmo estando sentada, tal volume é bastante aparente. Quanto à parte da frente superior, percebemos as mangas altas e em forma de balão. A cintura afinada mostra a presença do espartilho que alinhava a postura dando ao corpo feminino a almejada silhueta em forma de S (VIGARELLO, 2006, p. 109). O longo cabelo está preso em um coque acima da cabeça, onde não deixa nenhum fio solto. No espaço fechado em que se encontra a mulher desempenha uma atividade tipicamente feminina: o bordado,

principal passatempo em um período em que as mulheres não possuíam a liberdade de ter lazer para além do lar.

Já a figura feminina da esquerda além de apresentar-se em um ambiente aberto, provavelmente um balneário, está vestida totalmente diferente da outra figura, com um maiô que cobre até metade da coxa deixando o restante de suas pernas de fora e uma segunda peça que envolve os braços e ameniza o quadril, deixando ainda algo escondido, “já que no início do século XX o quadril é algo que deve ser disfarçado e não mais esbanjado como antes, a ordem agora é ‘afinar o baixo’” (VIGARELLO, 2006, p. 132). O cabelo da mulher em foco estava envolvido por uma tiara do mesmo tecido da peça que cobria seus braços e seu quadril. Os fios do cabelo aparentavam serem menores em comparação ao da moça da direita, o quê também pode ser entendido como sinônimo de modernidade.

Sem dúvida, o que mais chama atenção nas imagens é a total diferença na representação das mulheres. Mesmo que ambas estejam dentro dos padrões de moda e beleza de suas respectivas épocas, esses padrões foram bastante alterados num período de trinta anos: os corpos femininos não só ocuparam outros espaços, como também foram atravessados por um novo conceito de beleza, não mais o corpo todo coberto e não mais o espaço fechado do lar. Elas, além de conquistarem o lazer fora de casa também se libertaram da prisão dos espartilhos e das roupas muito cobertas. Mas não devemos nos enganar! O abandono dos espartilhos não significa dizer que o corpo feminino ficou livre dos padrões de beleza, pelo contrário, continuava-se cobrando delas uma cintura fina e uma silhueta esbelta, mas esta agora deveria ser conquistada naturalmente, sem o uso de nenhum adereço “artificial” (VIGARELLO, 2006, p. 128).

As cobranças também aumentaram significativamente. Além de naturalizarem a postura do espartilho, as mulheres com os corpos mais expostos deveriam se preocupar em possuir um corpo livre de manchas e marcas de doenças, cuidar da depilação, pegar o bronze adequado, demonstrar não apenas a magreza, mas também o vigor necessário à nova vida e aos novos espaços (VIGARELLO, 2006, p. 149).



Se no início do século, como aponta Denise Sant'Anna (2014), eram as roupas e os adereços os principais embelezadores das mulheres, com a mudança nos costumes e a frequente exibição do corpo feminino alteraram-se os padrões de beleza. O que a propaganda enfatiza e deixa bastante claro é que, embora passem os anos e mudem os costumes, o organismo feminino, sobretudo seus órgãos sexuais e reprodutores continuam falhos, continuam precisando de um regulador, papel ocupado pelo tônico a saúde da mulher:

Não mudou, porém, a delicadeza extrema do organismo feminino, sujeito sempre, às insídias de sofrimentos dolorosos inerentes à sua condição peculiar. Nem mudou, tampouco, o remédio eficaz que há 30 anos vem sendo o nome tutelar da saúde dos lares brasileiros e que merece de anno a anno preferência cada vez maior de nossas patricias: A SAUDE DA MULHER! (ALAMANAQUE D' A SAÚDE DA MULHER, 1936, p. 9).

De que adiantavam as mudanças nos costumes, nos novos espaços conquistados como praias, rios, espaços ao ar livre no geral se a mulher não possuía sua saúde regulada controlando a sua “condição peculiar”? Na propaganda, só o tônico a saúde da mulher possibilita que as mulheres desfrutassem das benesses dos novos tempos, mostrando seus corpos esbeltos e aproveitando as belezas da vida. Sem o peso das roupas pesadas que cobriam todo o corpo a beleza associa-se cada vez mais ao corpo em si e não à adereços. Este corpo deveria ser cada vez mais magro, “na linha” e delicado (ARAUJO, 2008).

Neste sentido, percebemos também que ter um corpo esbelto, magro e curvilíneo pautavam os manuais de beleza e também as representações do corpo feminino: “Pouco a pouco, uma nova ênfase à ginásticas e aos regimes destinados a ‘manter a linha’ ganhou importância nos manuais de beleza e na imprensa feminina” (SANTANNA, 2012, p. 111). Esta ênfase dada ao corpo magro gera propagandas que cada vez mais aconselham as mulheres a manter sua silhueta esbelta, tais propagandas condenam e buscam pôr um fim a obesidade das mulheres:

**Imagem 2:** Propaganda do tônico *A saúde da mulher*



**Fonte:** *Almanaque d'A Saúde da Mulher*, 1934, p. 14.

Nesta propaganda do ano de 1934, podemos ver uma bela mulher movimentando-se graciosamente com um belo vestido rodado abaixo do joelho que com o movimento formava um círculo em volta da moça dando uma ideia de dinâmica à imagem. A mobilidade da ilustração fica apenas por conta da vestimenta da moça já que os seus cabelos curtos modelados em ondas impecáveis – que apontam para um corte de acordo com as aspirações de modernidade que refletia nos penteados –, permaneciam imóveis diante da movimentação da mulher. Mas o foco na imagem não é a graciosidade e beleza da mulher, mas aquilo que ela pode tornar-se caso descuide da saúde de seus órgãos reprodutores. As mulheres deveriam tomar cuidado com a “sombra inquietadora” que as perseguiriam: a obesidade.

Primeiro faz-se necessário chamar atenção para as mudanças na percepção da obesidade que apareceram desde o início do século XIX. Inicialmente, tivemos a crescente associação entre a medição tanto da altura quando do peso na constatação da obesidade. Ser obeso passou a ser o resultado dessas duas medidas e sua comparação com um padrão tido como aceito ou dentro da “normalidade” do peso. Segundo, a presença de saberes científicos como a química, a física e a medicina, na procura das causas da obesidade, daí resulta-se a ideia de que a gordura seria energia

não gasta pelo corpo que se acumularia e resultaria no ganho de peso. Outra mudança cultural, mas não menos importante na percepção do corpo obeso foi, sem dúvida, a já referida exposição dos corpos nas praias e balneários, resultando na constante exposição do corpo e na crescente exigência do emagrecimento, como defendeu Georges Vigarello (2012, p. 197). Estas mudanças fizeram com que a obesidade fosse cada vez mais pensada como algo negativo, não apenas em relação a saúde, mas também à estética, resultando na constante desvalorização tanto da obesidade quanto das pessoas obesas.

Neste sentido, tanto a imagem quanto o texto ao lado apontam para classificar a obesidade como um mal que não combina com a nova dinâmica da vida feminina moderna que, na década de 1930 é “essencialmente sportiva dynamica e saudável”. A propaganda continua descrevendo essa “sombra inquietadora”, suas causas e seu tratamento:

Mas uma sombra inquietadora acompanha-a em toda parte, como um pesadelo – a obesidade. Qual de vocês, gentis leitoras, não sentiu ainda um calafrio ao imaginar o seu lindo corpo deformado pela proeminência de um ventre enorme, por uma papada respeitável, por uma avalanche de banhas bolantes? (ALMANAQUE D’ A SAÚDE DA MULHER, 1934, p. 5).

O enunciado acima aponta os males causados pela obesidade, entretanto, devemos perceber que tais males não ligavam-se aos problemas na saúde da leitora que a obesidade poderia causar, mas como esta deformaria de forma expressiva seu corpo. A obesidade, uma das principais inimigas do padrão de beleza, é diretamente ligada ao feio como aponta Georges Vigarello (2012, p. 245): “[...] a gordura é denunciada de modo mais precoce, designando de cara o desagradável ou o feio. A pressão sobre o gordo ganha intensidade”. Note-se que a propaganda é uma alerta para os perigos de uma obesidade futura e tinha por objetivo impedir este mal antes mesmo que ele se tornar-se real na vida das leitoras.

Ao falar diretamente com suas leitoras o almanaque apela para o medo da obesidade como forma de condená-la. Muito comum nessas propagandas que falam da estética corporal evocarem os temores como forma de persuasão (SANTANNA, 2012). O medo nesta propaganda é constantemente utilizado e continua:

Ah! O supplicio das cintas apertadíssimas, *soutiens* incríveis, das massagens, dos jejuns intermináveis, dos perigosos banhos de parafina, da cirurgia esthetica e dos outros processos de tratamento que torturam o corpo sem debellar o mal. No entretanto, na maior parte das vezes a causa da obesidade é interna: são as alterações nos ovários, as irregularidades uterinas, os distúrbios menstruaes e outros incômodos das Senhoras acarretando quasi sempre perturbações glandulares. Nesses casos a SAUDE DA MULHER é o remedio insubstituível, que restabelece a normalidade das funções uterinas debelando assim a causa, que tanto persegue a Mulher. Com o uso da A SAUDE DA MULHER a obesidade cessará de ser a sombra que tantas vezes tem preocupado a imaginação da leitora esbelta e bonita (ALMANAQUE D' A SAÚDE DA MULHER, 1934, p. 5).

Com o objetivo de promover o tônico, o almanaque d' A saúde da mulher desmerece os outros tratamentos para a obesidade, diante de tantos tratamentos disponíveis no mercado, só o tônico alcança a raiz do problema da obesidade: o útero e os ovários femininos. A obesidade é, antes de tudo, algo que pode ser prevenido cuidando da saúde dos órgãos reprodutores femininos, de nada adianta todos os outros procedimentos se não se trata o corpo feminino internamente, pois está na própria mulher a causa dos problemas, não em fatores externos. Deve-se preocupar com a obesidade, segundo o almanaque, não por que ela causaria males à saúde do corpo das mulheres, mas sim porque ela já é um sintoma de enfermidade: o mau funcionamento dos órgãos femininos.

As irregularidades do útero além de causar obesidade impedindo que as mulheres possuam um corpo magro e esbelto também podem afetar a aparência da face feminina. Ora, se é a saúde que torna a mulher bela a falta de saúde só pode levar a uma aspecto doentio, débil, fraco e ao envelhecimento precoce, tudo isso poderia ser facilmente resolvido com o uso do tônico, bastava a saúde para que a beleza fosse restaurada ou até melhorada:

**Imagem 3:** Propaganda do tônico *A saúde da mulher*



**Fonte:** *Almanaque d' A Saúde da Mulher*, 1941, p. 10.

Na propaganda do início da década de 1940 podemos observar uma moça bem arrumada, com o aspecto belo e jovial olhar-se no espelho. Os traços da personagem feminina chamam bastante atenção, sobretudo pela fisionomia da bela mulher. Ela é exatamente representada como aquilo que Denise Sant'Anna (2014, p. 912) apontou como o principal padrão para representar as mulheres belas nos periódicos brasileiros: “a beleza helênica”. Muito difundida entre os médicos eugenistas, sobretudo na década de 1920, a beleza helênica seria, na visão destes, aquela que se aproximasse dos padrões estéticos da antiga Grécia, seriam mulheres brancas, magras, com traços finos no rosto e cabelo liso que ilustrariam como a beleza nos padrões da eugenia deveria parecer. Além disso, deveriam possuir um aspecto saudável livre de marcas de doença ou feições abatidas. Eram especialmente estes médicos ligados ao pensamento eugênico que defendiam que as causas da beleza ou de sua falta estariam localizadas internamente tanto em homens como em mulheres. No caso das mulheres a causa seria especialmente a regulação dos órgãos reprodutores o principal influenciador neste quesito (SANTANNA, 2014, p. 912)

Mesmo o Brasil sendo um país onde a miscigenação se fez presente de forma ampla, isso não impediu que a ciência de aprimoramento das raças criada por Francis Galton<sup>5</sup> chegasse ao pensamento científico do país. Como aponta Nancy Leys Stepan (2005) a eugenia que permeou o pensamento brasileiro e latino-americano visava não o extermínio dos degenerados, mas a reprodução entre os saudáveis, além de ligar-se aos ideais higienistas voltados muito mais para a solução de problemas sociais que assolavam a nação.

Nancy Stepan (2005) também aponta como as mulheres apresentavam-se como alvo principal do discurso eugênico latino-americano, pois seriam elas as encarregadas dos cuidados com as crianças e, claro, com a saúde destas. Logo, por se ligar aos ideais higienistas, a eugenia desenvolvida aqui no Brasil liga-se mais à educação da população do que a fatores biológicos de seleção natural. Assim, pensar a beleza feminina nas décadas de 1930 e 1940 é levar em conta todos estes fatores, visto que embelezar é higienizar e também é estar saudável. Mulheres saudáveis serão esposas saudáveis e, logo, mães saudáveis que cuidam também da saúde de seus/as filhos/as. Portanto, a beleza feminina para além do físico e do visível também está ligada, aos lugares sociais reservados para as mulheres, a beleza estética não adianta se a mulher não for uma boa mãe, boa esposa, reservada e do lar.

Outro ponto importante para prestarmos atenção na imagem é a escolha do espelho como objeto central para a imagem não acontece em vão, como aponta Denise Bernuzzi Santanna (2014, p. 214): “[...] a paulatina banalização dos espelhos fez da contemplação de si mesmo uma necessidade diária apurando o apreço e também o desgosto pela própria silhueta”. A mulher da imagem, totalmente dentro dos padrões de beleza do período, sem dúvida fez o uso do tônico a saúde da mulher e tem sua beleza em dia como consequência de um organismo completamente saudável. O espelho demonstra como a beleza vai se constituir num trabalho de si sobre si a partir

---

<sup>5</sup> O termo eugenia foi cunhado em 1883 pelo médico inglês Francis Galton no livro “*Inquiries into human faculty and its development*” e tinha como objetivo promover o aprimoramento das raças humanas, sobretudo a partir da eliminação daquelas raças que seriam consideradas degeneradas e, portanto, não teriam como aprimorar-se. A eugenia consolidou-se no início do século XX como um saber científico resultando em várias vertentes que, inclusive, possuíam outras interpretações para promover o aprimoramento das raças inicialmente proposto por Galton. O Brasil é um desses países que operou a eugenia através de outra lógica.

de uma constante prática do olhar (VIGARELLO, 2006, p. 134). Observando-se a mulher pode encontrar aquilo que deve ser corrigido em sua aparência e, assim, preservar sua beleza.

Interessante notar que a propaganda aponta que não só a beleza depende da saúde feminina, mas também “toda a vida da mulher”. Vera Casa Nova (1996) ao analisar alguns aspectos do *Almanaque d’A Saúde da Mulher* também faz uma reflexão sobre como a beleza é difundida neste periódico e sua associação não só com a saúde, mas também com a felicidade feminina:

São mulheres bem cuidadas, sedutoras, bem vestidas, esportivas, cuja beleza é realçada pelo aspecto saudável. Beleza e alegria de viver são difundidos como padrão e contrastam com a falta de saúde, que o almanaque mostra em seu interior. Estruturalmente organizada pela antítese pelo jogo de oposições para reforçar a falta e a carência do que é proposto como ideal: a Saúde e seus correlatos (Beleza, Alegria, Felicidade) (CASA NOVA 1996, p. 75).

Tais reflexões realizadas pela autora são fundamentais para levarmos em conta que tanto a alegria quanto a felicidade citadas por Casa Nova (1996) em sua passagem ligam-se tanto aos padrões de feminilidade das décadas de 1930 e 1940 (educada, calma, obediente, pura) quanto ao lugar social que deveria ser ocupado por essas mulheres (esposa e mãe). Logo, a saúde e, conseqüentemente, a beleza e a felicidade seriam fundamentais para as mulheres, pois fariam toda a vida delas funcionarem perfeitamente. Por ser a beleza muito associada à juventude vemos no periódico que a preocupação em estar em dia com a sua saúde e com a sua beleza seria fundamental à mulher, pois garantiriam o interesse dos rapazes e conseqüentemente, um matrimônio:

**Imagem 4:** Propaganda do tônico A saúde da mulher, 1941.



**Fonte:** *Almanaque d' A Saúde da Mulher*, 1940, p. 06.

Na propaganda do início da década de 1940 podemos ver um jovem casal ao ar livre, em um ambiente que parece ser a beira de uma piscina, mais uma vez um novo ambiente de lazer que marca as mudanças culturais é invocado para compor a imagem. A figura masculina da imagem está sem camisa e exibe um corpo magro e levemente definido, sem manchas, cicatrizes ou qualquer alteração que o tornaria menos atraente. Já a moça da imagem exibe um short que vai até metade de suas coxas, na parte de cima uma blusa listrada de alças finas e um cinto marcando a fina cintura, sua pele também não apresenta imperfeições, o cabelo curto e ondulado, símbolo das mulheres modernas, aparece mais uma vez de forma sutil para não encobrir seu rosto de traços finos e delicados.

O enunciado que cerca a imagem alerta: “Os homens preferem... a saúde!”. Mesmo que a imagem apresente apenas um homem e uma mulher em um momento de lazer a saúde não deixa



de estar presente, como poderia deixar de estar? Não está explícito na figura, mas para uma boa leitura, uma imagem basta. Tanto a felicidade estampada no rosto da figura feminina, quanto sua bela aparência só poderiam decorrer do bom funcionamento do útero e dos ovários. Ao apontar que os homens preferem a saúde, a propaganda aponta também os benesses que a saúde proporciona: beleza e felicidade, inclusive na vida amorosa. Mesmo a imagem não apontando diretamente para um compromisso entre as duas figuras, ela mostra que o passo inicial para que isso eventualmente aconteça é ter saúde.

Desta forma, no decorrer das propagandas do almanaque é possível perceber o tônico mostrado como uma solução para os mais diversos problemas que poderiam afetar as mulheres por causa de seus órgãos reprodutores, mas mais do que isso, esses problemas não afetam apenas a saúde, mas a aparência das mulheres. Como poderia uma mulher que não tem saúde e nem beleza ser feliz? Se ambos fatores seriam cruciais na busca de um bom pretendente que poderia tornar-se marido, procurar sempre possuir ambos seria crucial. O consumo do tônico também pode ser inserido nesta tendência apresentada por Georges Vigarello (2006, p. 130) que vai cada vez mais tomando conta da beleza: uma beleza construída, um trabalho sobre si. Assim como as dietas e os exercícios, o tônico é um meio de ser bela, uma escolha que só aquelas que almejam ser cada vez mais saudáveis e belas podem fazer. Ser bela como escolha é a aposta principal das propagandas aqui discutidas.

### **Considerações finais**

É possível captar como em tempos em que a busca da beleza por si só não bastava como justificativa, a saúde apresenta-se como um apelativo mais forte para conseguir não só a própria beleza como uma qualidade de vida excepcional e sucesso na vida pessoal feminina (SANTANNA, 2014; CASA NOVA, 1996). Mas não é apenas neste quesito que os discursos em torno da saúde ganham força e credibilidade, sobretudo no Brasil.

No momento em que a eugenia brasileira e suas características específicas que visavam não só a modificação genética de sua população, mas também a mudança de hábitos higiênicos, de vida, de cuidados no geral ganham força, incentivar as populações a contraírem práticas de cuidado com

a saúde, sobretudo por meio de periódicos e propagandas que podiam facilmente ser veiculadas em todo o território nacional apresentava-se como um meio eficaz para propagar estas ideias.

A década de 1930, inclusive foi um período frutífero para as ideias eugenistas brasileiras, chegando estas inclusive a penetrar na constituição de 1934 exigindo o exame pré-nupcial para os casais que procurassem contrair o matrimônio, atestando a saúde física e mental destes, mesmo que na prática os casais submetidos aos exames pré-nupciais conseguissem facilmente burlar a fiscalização, isso é uma prova como tal pensamento encontrava-se forte no país (STEPAN, 2005).

A própria associação entre beleza, saúde e casamento feita nas propagandas do Almanaque d' A saúde da mulher, podem ser pensadas enquanto permeadas destes ideais eugênicos. Ora, se “os homens preferem a saúde” não é apenas porque a saúde proporciona a beleza nas mulheres, mas também porque a saúde por si só já é um fator considerável se um dos objetivos do matrimônio for a constituição de uma família através da reprodução, e claro que seria. Mulheres saudáveis geram e educam filhos saudáveis e, no momento em que propagavam os lugares de esposa e mãe como sendo os principais objetivos da vida de uma mulher, a saúde era fundamental.

Outro ponto fundamental para percebermos que é também uma ligação com as ideais eugênicas é a representação de apenas mulheres brancas, em um país em que a miscigenação aparece de alguma forma, ou em algum traço de quase toda a população. Não só a beleza, mas também as mulheres feias, com aparência doentia, ou obesa são todas com traços caucasianos. Percebemos isso com mais ênfase nas mulheres tidas como belas e saudáveis, visto que os traços, principalmente do rosto, são representados como mais próximos deste fenótipo.

Por fim, a beleza se apresenta como uma categoria variável de época para época, mas também como uma categoria que esquadrinha os corpos femininos e tende a normatizá-los de acordo com os padrões estabelecidos social e culturalmente através de instâncias de saber e poder. Nas décadas de 1930 e 1940 percebemos como o saber médico é o que mais tem autoridade para delegar o que é belo ou não com base no nível de saúde da mulher. Interessante perceber, como já dito, como a feiura ou qualquer outra anormalidade na aparência mostra-se como um sintoma do

mau funcionamento do útero e dos ovários no almanaque, no periódico, a beleza só é possível estando em dia com a saúde.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega de. Capítulo I: Corpos esquadrihados e atravessados pelo conceito de beleza. *In: "Espelho meu, agora a mais bela sou eu": cartografias da história da beleza no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BUENO, Eduardo. **Vendendo saúde: história da propaganda de medicamentos no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008. 160 p. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/propaganda/vendendo\\_saude.pdf](http://www.anvisa.gov.br/propaganda/vendendo_saude.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2017.

CASA NOVA, Vera. **Lições de almanaque: um estudo semiótico**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 24<sup>o</sup>. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. *In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011. Cap. 3. p. 83-105.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (Org.). Fontes Históricas*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 4, p. 111-154.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 127 p.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SANTANNA, Danise Bernuzzi. As infinitas descobertas do corpo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 14, p. 235-249, 2019.

SANTANNA, Danise Bernuzzi. "Sempre bela". *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTANNA, Danise Bernuzzi. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. *E-book*.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 224 p.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza:** o corpo e a arte de se embelezar do Renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo:** História da obesidade. Petrópolis: Vozes, 2012.

## Ulisses não é como antigamente: um debate sobre a ficcionalização nos romances gregos

Ulysses is no longer as ancient: a debate about fictionalization in Greek novels

**Igor Barbosa Cardoso**

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

igorbcardoso@gmail.com

**Recebido em:** 11/11/2018

**Aprovado em:** 29/03/2019

**Resumo:** A partir de um breve debate sobre algumas divergentes considerações históricas e literárias, o artigo pretende explorar as especificidades das narrativas ficcionais em prosa em torno do século II – modernamente denominadas de romances – no que tange o papel do leitor na reelaboração da tradição cultural. Para tanto, coteja-se algumas diferentes acepções poéticas e historiográficas do período clássico e helenístico. A conclusão é de que a invenção de um novo gênero discursivo é própria de uma nova consciência do tempo histórico.

**Palavras-Chave:** Helenismo, Império Romano, gênero discursivo.

**Abstract:** Based on a brief debate on some divergent historical and literary considerations, this article explores the specificities of the fictional narratives in prose around the second century - modernly called novels - regarding the role of the reader in the re-elaboration of cultural tradition. To do so we compare some different poetic and historiographic meanings of the classical and Hellenistic periods. We conclude that the invention of a new discursive genre is distinctive of a new awareness of historical time.

**Keywords:** Hellenism, Roman Empire, discursive genre.

Luciano, querido dos deuses bem-aventurados, esta terra visitou e depois partiu para a sua querida pátria (*phílen es patrída gaían*) (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, II, 28).

Luciano autor, narrador, personagem, precisamente quem teria navegado errante por mares (espaços e tempos!) tão longínquos, para além das Colunas de Hércules, a ver e visitar povos e costumes estranhos, indo até a Ilha dos Bem-Aventurados, encontrando lá nada menos que Ulisses? Herói que outrora, em tempos épicos, escrutava a morte de seus queridos no mundo de Hades, agora se aproxima acanhado, longe dos olhos de Penélope, desse novo e curioso viajante<sup>1</sup> para pedir-lhe a entrega de uma carta a Calipso, sua divina e ex-amante da Ilha de Ogígia, assim redigida: “Agora me encontro na ilha dos Bem-Aventurados, bem arrependido de ter abandonado a vida que levava na sua companhia, bem como a imortalidade que me havia prometido. Se algum dia tiver oportunidade, fujo daqui e vou ter consigo” (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, II, 35). Ulisses, “guia e mestre (*arkhegòs kai didáskalos*)” (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 3), para quem cuidava da liberdade de narrar histórias fantásticas (*en toi muthologeín eleutherías*) (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 4), confiava sua carta de foro íntimo a Luciano. O mais astuto dos heróis homéricos desejava recolher-se à vida privada, distante dos olhos mortais, em uma vida tranquila e sem sobressaltos, junto a uma deusa;<sup>2</sup> legava ao mais novo desbravador de infortúnios à tarefa de retornar à amada terra de origem e lá narrar coisas que não testemunhara nem experimentara e não soubera da boca de outrem (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 4). Um novo papel era destinado à narrativa e com ela surgia uma distinta sensibilidade de inscrição das experiências humanas no tempo, não mais percebido como antigo, embora não determinado.

A consciência da liberdade com que podia contar para *narrar* permitia-lhe lançar mão de recursos excepcionais, pois a imaginação criativa não era mais conscientemente constrangida pela filosofia nem mesmo pela grandeza do universo com que a poética deveria tratar os assuntos mundanos, programas explícitos por Aristóteles quando afirmava sobre a diferença entre poesia e história, isto é, por uma dizer o que sucedeu e a outra o que poderia suceder: “por isso, a poesia é algo de mais filosófico (*philosophóteron*) e mais sério (*spoudaióteron*) do que a história, pois refere

---

<sup>1</sup> Causa e objetivo da viagem: a curiosidade intelectual, o desejo de experimentar novidades e a vontade de saber como é o fim do oceano e que espécies de homens habitam do lado de lá (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 5).

<sup>2</sup> Luciano coloca em contraste o perfil de seu personagem ao de Ulisses homérico, que escolhe voltar para *tà oikeía*, uma vez tendo experimentado *tà exotikà* (BRANDÃO, 2001, p. 261).

aquela principalmente o universal (*tà kathólou*), e esta, o particular” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1451b).

Elaborada na superfície lunar ou no interior de uma baleia de 1500 estádios, a cognição da vida humana poderia permanecer aquém da exigência atemporal do saber e ganhar novas formas em que as possibilidades mostravam-se múltiplas – senão infinitas –, pois respeitava apenas a invenção individual. Em certo sentido, a *dóxa* deveria ser compreendida não exatamente como opinião compartilhada socialmente, mas como aquilo que pertence exclusivamente ao domínio do poeta, isto é, o que parece, no processo de criação poética, aos olhos do poeta, livre de qualquer constrangimento que o historiador está submetido: “na poesia, com efeito, há liberdade pura (*ákratos eleuthería*) e uma única regra (*nómos*): o que parece ao poeta (*tò dóxan tói poiētēi*)” (LUCIANO, *Como a história deve ser escrita*, 8).

Para Aristóteles, não seria ofício do poeta “narrar o que aconteceu; mas sim o de representar o que poderia acontecer (*oia an génoito*), quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança (*eikòs*) e a necessidade (*anagkaíon*)” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1451b). Já Luciano tem ideias bastante diferentes sobre os compromissos dos *poietai*: “Escrevo, pois, sobre coisas que não testemunhei nem experimentei, e que não soube da boca de outro; mais ainda: que não existem em absoluto e que, de qualquer forma, não são suscetíveis de ocorrer” (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 4).

Para além da materialidade vivida, atravessava-se, portanto, o universo da verossimilhança, dessa vez não com o que exatamente aconteceu ou com o que poderia ter acontecido, mas com o que jamais poderia acontecer. Trata-se de ter liberdade pura (*ákratos eleuthería*), não mais restrita ao *imperium* da pedagogia ou da revelação catártica, para colocar em circulação o *pseudos*, palavra tão irritantemente ambígua para nós modernos.<sup>3</sup>

Prazer para os ouvintes? Certamente, como vemos explícito em *Das narrativas verdadeiras*:

Efetivamente, o que nela os seduzirá reside não apenas na estranheza do tema, ou na minha intenção de divertir, ou no fato de eu ter inventado mentiras

---

<sup>3</sup> Ao contrário dos antigos, nós modernos acabamos por entender a mentira em oposição à verdade, o que acabou por se tentar reconhecer na *alétheia* algo de universal, imutável, transcendente. Contra essa concepção, Bakhtin diz: “É um engano infeliz (herança do racionalismo) imaginar que a verdade [*pravda*] só pode ser a verdade [*istina*] composta de momentos universais; que a verdade de uma situação é precisamente o que é repetível e constante nela. Mais ainda, que o que é universal e idêntico (logicamente idêntico) é fundamental e essencial, enquanto que a verdade individual [*pravda*] é artística e irresponsável, isto é, ela isola a individualidade dada” (BAKHTIN, 1993, p. 55).

variadas que têm todo o ar de verossimilhança e de verdade, mas igualmente na circunstância de, à laia de paródia, cada passo da narrativa fazer alusão a certos poetas, prosadores e filósofos, que nos deixaram obras fantásticas e cheias de imaginação – autores esses cujos nomes eu explicitaria, se a simples leitura não bastasse para que tu próprio os identificasses (LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 2).

Mas também se trata do prazer de enganá-los: o *pseûdos* prenunciado poderia imiscuir-se em *alétheia*:

Como não havia nada de verídico para narrar (*alethés historeîn*) – na realidade, não me tinha sucedido nada digno de registro –, virei-me para a mentira (*pseûdos*), mas uma mentira mais desculpável que a daqueles, porquanto numa coisa serei eu verdadeiro: ao confessar que minto (*légôn hóti pseûdomai*, LUCIANO, *Das narrativas verdadeiras*, I, 4).

Fazer a viagem de volta à pátria para dizer *pseûdos* ou *alétheia* em forma de *pseûdos* não foi exatamente a questão colocada por Luciano. Não saber se o que se diz é *pseûdos* misturado em *alétheia*, eis a maravilhosa trapaça empenhada pelos inventores do romance.

Personagem de si mesmo, Luciano introduz uma indefinição generalizada no próprio estatuto da obra, ao desrespeitar totalmente as normas que limitam o uso da primeira pessoa aos proêmios ou epílogos, isto é, às margens do texto (BRANDÃO, 2005, p. 153). Deslocada ao centro, a assinatura da obra desafia o leitor a duvidar das palavras introdutórias, sem atenuar, contudo, o estilo narrativo muito próximo aos modelos historiográficos, ao menos no âmbito da linguagem como Luciano aconselhava em *Como se deve escrever a história* (LEME-LOPES, 2010, p. 47).

Heródoto havia marcado sua narrativa na terceira pessoa, visando a certa objetividade: “Ao escrever a sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo” (HERÓDOTO, *Histórias*, 1,1). Também Tucídides explicitou a assinatura em terceira pessoa:

O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam preparadas em todos os sentidos (TUCÍDIDES, *História do Peloponeso*, I, 1).

Enquanto o poeta disputava seu lugar com a Musa, o historiador prescindia dela para assumir o lugar de autor de um discurso particular e personalizado. Diferente da epopeia



supunha-se na escrita da história uma atitude explicativa, de inteira responsabilidade do narrador. Para obter reconhecimento dessa nova função, o historiador qualificava a veracidade do relato sobre o passado a partir das novas intenções de produção. Era preciso o historiador seguir uma série de passos, sendo diligente ao coletar os relatos tradicionais junto às testemunhas e livros; competente para criticar as informações; e imparcial para não mentir, seja por omissão seja por comissão (VEYNE, 1984, p. 24). A confiança entre historiador e público era mediada pelas regras próprias do discurso, fundamentadas na assinatura e promessa de um discurso *alethés*.

Já com o romance, a exemplo de *Quéreas e Calíroo*, a assinatura inaugural e modelar da historiografia antiga, garantidora da *alétheia*, porque quem narra viu e/ou ouviu os fatos acontecidos, é reorientada a dizer *pseudos*: “Eu, Cáriton de Afrodísias, secretário (*hypographeús*) do retórico Atenágoras, narrarei (*diegésomai*) uma paixão amorosa (*páthos erotikón*) que se passou em Siracusa” (CÁRITON, *Quéreas e Calíroo*, I, 1). Simples alusão à historiografia?; empréstimo da autoridade discursiva de um gênero já estabelecido? Reminiscências discursivas? Difícil de saber... a representação de autor e narrador, confundidos conscientemente no prólogo, implica um embaraçoso jogo de marcas discursivas, no qual a veracidade das informações que transmite passa a ser ela também ficcionalizada.

Vê-se que, na primeira pessoa, o autor está na esfera do passado, sob a função de registrar por escrito narrativas amorosas; o narrador tem em vista o futuro da *diégesis* que terá início, abrindo com expressivo “narrarei”. O nome próprio, em que se somam referências às Graças (*Khárites*) e a Afrodite, alude a uma leitura de tipo primeiramente literário. O narrador se apresenta como *hypographeús*, isto é, escriba, notário, secretário, que, como observa Brandão, “dá à sua narrativa um certo ar documental, pretendido no próprio enquadramento histórico da mesma (...). Cáriton parece querer representar-se para o leitor como *escritor*, num processo em que a profissão de *hypographeús* deriva na função de *syngrapheús*” (BRANDÃO, 2005, p. 112), termo este comumente usado no século II para referir-se ao historiador.

Com Longo, em *Dáfnis e Cloé*, o jogo entre os diversos gêneros se imbrica ainda mais, pois a arqueologia tucidideana, em que a história se explica, é reorientada pela vontade de contra-escrever a pintura de um quadro, mediada por um exegeta local.

Em Lesbos, enquanto eu caçava no bosque sagrado das Ninfas, vi um espetáculo, o mais belo de quantos vi: era um quadro pintado (*eikóna graphén*),

que contava uma história de amor (*historían érotos*). O bosque, sem dúvida, era belo; havia muitas árvores, flores, águas correntes; uma única fonte dava vida a tudo, às flores e às árvores, mas a pintura era ainda mais encantadora, pois atestava uma arte extraordinária e relatava uma aventura amorosa – assim, muitas pessoas, e mesmo estrangeiros (*polloí kai tón xénon*), iam até lá por ter ouvido falar a respeito, em parte para apresentar suas devoções às Ninfas, mas também para contemplar esse quadro. Na imagem havia mulheres dando à luz, outras cingindo bebês, criancinhas abandonadas, animais que as alimentavam, pastores que as recolhiam, jovens trocando juras, um desembarque de piratas, inimigos trocando juras, um desembarque de piratas, inimigos em vias de atacar. Lá vi ainda muitas outras coisas, todas referentes ao amor, e, em minha admiração, veio-me o desejo de contra-escrever a pintura (*antigrápsai téi graphéi*). E, tendo encontrado um exegeta do quadro (*exegetèn tés eikónos*), compus quatro livros – oferenda consagrada ao Amor, às Ninfas e a Pã, mas também patrimônio encantador (*ktêma terpnón*) para todos os homens: o enfermo nele encontrará um alívio, o aflito, um consolo, quem amou, a lembrança de seus amores, quem não amou, uma iniciação ao amor. Pois não existe absolutamente ninguém que tenha escapado ou deva escapar ao amor, enquanto houver beleza e os olhos tiverem visão. Quanto a nós, permita o deus que, mantendo-nos sensatos, possamos escrever (*gráphein*) os amores dos outros (LONGO, *Dánfis e Cloé*, Prólogo).

A mediação nesse caso é de segundo grau, em que “se passa da história de amor acontecida para o quadro pintado, do quadro pintado para o discurso exegetico, da exegese para a diegese do narrador do romance, que a escreveu em livro que se entrega às divindades e ao leitor, respectivamente, como oferenda e como *patrimônio encantador (ktêma terpnón)*” (BRANDÃO, 2005, p. 120). Não por acaso, o termo *ktêma* refere-se com clareza ao famoso enunciado de Tucídides sobre a história, um “patrimônio sempre útil (*ktêma es aiei*)” (TUCÍDIDES, *História do Peloponeso*, 1, 22). Temos, portanto, no prólogo do romance, um debate sobre o estatuto próprio do gênero para evidenciar o prazer de uma narrativa erótica, certa de um didatismo a que todos estão sujeitos.

Como lembra Goldhill, a alusão de Longo ao historiador não deve ser vista apenas como mera criação zombateira ou irônica associação grandiloquente à prosa para assuntos sérios, mas precisamente como deslocamento da ênfase no adjetivo *terpnón* (agradável, encantador). Segundo o autor, “esse objetivo absolutamente não tucidideano de prazer marca o próprio posicionamento retórico em relação ao ponto central na disputa historiográfica do período helenístico – oposição teórica entre o agradável (e o “mítico”), por um lado, e a utilidade (e a pesquisa), por outro” (GOLDHILL, 2002, p. 6).

Em *Dáfnis e Cloé*, o prazer e a utilidade ironicamente se sobrepõem ao mesmo tempo em que se indefinem, lançando dúvidas a que tipo de didatismo o autor pretendia com a obra. Por conseguinte, a mimese de mimese faz curiosamente até hoje os comentadores se interrogarem, se a representação do narrador evocaria a historiografia para aproximar ou distanciar o gênero do romance em vista dos desejos, das críticas, das sensibilidades do período e, não menos, da recepção.

Edmund Cueva faz um apanhado das perspectivas sobre o assunto, situando-se ao lado daqueles que acreditam que a referência tucidideana marca o desejo da invenção do romance de se distanciar do gênero historiográfico (CUEVA, 2007, p. 54-61). Essas diferentes posições têm implicações no que concerne ao entendimento da obra como expressão da ideologia dominante ou, pelo contrário, de crítica a ela, uma vez que se coloca em questão o que deveria ser ensinado através dos romances. Parece que os romancistas pretendiam justamente colocar em evidência o papel ativo do leitor, forçando-o a se posicionar ao longo da narrativa, tanto a respeito do conteúdo quanto da forma.

Em termos de criação do novo gênero discursivo, fazer ficção em prosa, arte para assuntos sérios, esse jogo esmerado do período dos Antoninos permitia o que Sócrates platônico tanto rejeitou e foi tão bem produzido por Platão, isto é, “tornar-se semelhante a alguém na voz e na aparência”, em outras palavras, produzir narrativa (*diégesis*) por meio da imitação (*mimesis*, PLATÃO, *República*, 392d-394a).<sup>4</sup> Ter o domínio das vozes narrativas foi uma das principais preocupações pedagógicas de Platão e uma de suas motivações para denunciar a aproximação entre poetas e governantes, cujos interesses e desejos incontrolados de dominação política projetavam-se a partir da poderosa arma de intervenção nas mentes e nos corpos descoberta pelos *dramatopoiói*, esses autores dramáticos dos quais nos falou Luciano (*Amante da pátria*, 13).

A tragédia antiga foi marca desse jogo sutil, no qual se operou o consentimento e a alienação das massas em proveito dos aristocratas. Richard Halpern (2011) argumentou que o teatro ateniense foi notável em conduzir infiltrações mutuamente políticas e socioeconômicas, a exemplo das frequentes conduções do corifeu por algum político aristocrático, que, após pagar pela função no teatro, aparecia nas assembleias discursando sobre assuntos mais importantes para

---

<sup>4</sup> Brandão lembra que para Platão a “constituição de um gênero próprio para a filosofia deriva de Homero que, em vez de enveredar pela via da Musa dramática, cria o diálogo filosófico, um gênero mimético sem dúvida, mas que tem sua finalidade não no prazer, mas na utilidade” (BRANDÃO, 2006, p. 26).

a vida dos cidadãos. Por outro lado, o dionisismo tão presente no teatro ateniense também manteve em si, por algum nível, forças subversivas contra os equilíbrios dominantes (DABDAB TRABULSI, 2004, p. 55-123). A cultura nunca deixou de expressar particularidades de expressões identitárias e políticas que a mobilizam.

Não se diz, por conseguinte, que o século II tenha inaugurado a ficção das vozes narrativas ou que a expressão de múltiplas identidades seja exclusiva de um único período durante toda a Antiguidade, como se num dado momento emergisse uma sociedade evoluída com relação a seu passado. A diferença é colocada pela elaboração difusa e potencialmente generalizada de um novo gênero discursivo, no qual o entretenimento, o prazer, a leitura privada e o gosto pelas coisas fortuitas tomavam espaço da religião, da pedagogia e do universalismo. Vale o esforço de atentar para o abuso da *ficcionalização* e subversão da prosa pelos romancistas antigos em vista das enraizadas identidades de seus leitores.

Lembremos o argumento de Mikhail Bakhtin, segundo o qual, ao contrário da poesia, em que o poeta se eleva do caos das diferentes falas e línguas marcadas pela historicidade, a prosa literária constitui sua linguagem para além de seu autor, pois é a própria concentração de vozes multidiscursivas, na qual coabitam contradições sócio-ideológicas entre presente e passado (BAKHTIN, 1998, p. 93).

Com a liberdade literária de se encarar a prosa narrativa, não mais a arte exclusiva do discurso sério (fosse retórico, filosófico, histórico), os romancistas do século II ofereciam a chance aos leitores de se perderem no que lhes era mais próprio, a tradição clássica, pois ali naqueles escritos o passado revelava-se desconfigurado, esvaziado de sua outrora grandeza, não por tê-la perdido, mas por manter uma nova relação com o presente, destituída aparentemente de coisas dignas de serem narradas. O grande assunto agora não girava em torno de grandes questões filosóficas, históricas, literárias ou políticas, mas de rápidas e extraordinárias viagens e de erotismos “quentes”, sem finais trágicos.

Argumenta-se que o leitor era intimamente chamado a lidar com seus próprios prazeres, patrimônio individual, mas também fruto das construções sócio-históricas. Vemos, com Longo, que o leitor defronta a ficção da ignorância entre dois jovens pastores, Dáfnis e Cloé, que descobrem na iniciação sexual o pertencimento original à aristocracia. Ao final, o narrador não deixa de lembrar que, após tantos obstáculos e invasões estrangeiras no mundo estável de Lesbos,

Dáfnis finalmente defloraria Cloé, após se casarem, do mesmo modo como aprendera anteriormente com Licênion, mulher experiente quando o assunto tratava-se de sexo:

Dáfnis e Cloé se deitaram, totalmente nus, um junto ao outro, tomaram-se nos braços e trocaram beijos, sem fechar os olhos da noite, tal como corujas; e Dáfnis consumou o que lhe ensinara Licênion, e então, Cloé, pela primeira vez, entendeu que o que haviam feito no bosque (*tà epì tês hýles ginómēna*) não passava de uma brincadeira de pastores (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, IV, 40).

O uso de “o que tinham feito no bosque” (*tà epì tês hýles ginómēna*) remete ao mito de Siringe, cuja incompleta representação teatral feita anteriormente no bosque pelo casal anunciava o que ainda estaria por ser finalizado, isto é, a metamorfose da virgem Cloé em uma mulher (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, II, 37). Atenta a esse mito, no qual Pã busca violentar sexualmente Siringe (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, II, 34), Sophie Lalanne observou que, para os efeitos narrativos de Longo, Cloé não poderia se tornar uma mulher “enquanto não aceitasse se curvar a certas regras que consagravam sua inferioridade em relação a Dáfnis, enquanto ele formava sua identidade masculina na medida que aprendia a exercer a dominação sobre sua companheira” (LALANNE, 2006, p. 144).

Com mesmo entendimento, John Winkler observou que o casamento entre Dáfnis e Cloé expressaria a longa preparação psicológica, num dinâmico autocontrole das emoções e dos desejos, frente à vulnerabilidade feminina (WINKLER, 1981, p. 101-126). A perda da virgindade como trauma não deixava de evocar com a citação do nome de Licênion o ritual de passagem necessariamente violento, preparando os jovens para a vida adulta:

Uma vez concluída esta lição de amor, Dáfnis, que havia conservado sua ingenuidade de pastor, estava saltando para correr para junto de Cloé e fazer-lhe imediatamente o que havia aprendido, como se temesse esquecer caso tardasse. Mas Licênion o reteve e lhe disse: “Há ainda uma coisa que você deve aprender, Dáfnis. Eu sou mulher, e hoje não tive dor, pois, outrora, um outro homem já havia me instruído e paguei com a minha virgindade; mas Cloé, quando sustentar consigo esta luta de amor, gemerá, chorará e ficará banhada em sangue. Mas você não receie o sangue; quando a persuadir a se entregar a si, traze-a nesse mesmo local, para que, mesmo que ela grite, ninguém possa ouvi-la, e, se ela chorar, que ninguém a veja e, se ela sangrar, que se lave nesta fonte, e lembre-se que fui eu que, antes de Cloé, fiz de você um homem” (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, III, 19).

Para muitos, essas passagens não deixariam dúvidas de que os romances assegurariam definitivamente uma pedagogia erótica por meio da intensificação ideológica de uma sociedade patriarcal, ao elaborar a união do casal através da naturalização das diferenças masculino/feminino como se fossem complementares na constituição conjugal.<sup>5</sup>

Entretanto, os romances também colocavam diante dos leitores um jogo ambíguo, no qual a expressão de uma identidade patriarcal era ela mesma ridicularizada. Vejamos, pois, o quanto é exagerada a fictícia ignorância do jovem casa rural, que quase sempre confunde o mundo cultural com o mundo natural:

E como tudo à volta deles, encontrava-se pleno dessa bela estação, os dois meninos, em si ternos e jovens, imitavam o que ouviam e o que viam; ouvindo os pássaros a cantar, eles cantavam, vendo os carneiros a cabriolar, eles saltavam com ligeireza e, a exemplo das abelhas, colhiam flores que ora colocavam nas dobras de suas túnicas, ora trançavam em pequenas coroas que levavam às Ninfas (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, I, 9).

Em outro momento, ao julgar o banho de Dáfnis e a música por ele tocada na siringe como princípio de amor (*érotos archê*), Cloé já “não sabia o que estava sentido, pois era jovem, tinha sido criada nos campos, e nunca ouvira ninguém pronunciar o nome do amor” (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, I, 13). Simon Goldhill argumenta que esses dois momentos seriam exemplos de como os leitores urbanos, acreditando-se superiores aos personagens pastoris com relação aos saberes e controles das emoções, eram colocados, sem tomarem consciência, em uma incômoda posição de soberba. O romance pastoral revelaria antes a capacidade literária do autor de jogar com as sutilezas da ironia sobre o leitor (WOUTERS, 1987).

A linguagem utilizada requeria, portanto, que o leitor fosse cúmplice da ficção de ignorância, forçando-o a se posicionar em relação ao que Goldhill denominou de “protocolos do

---

<sup>5</sup> Como exemplo, cito: “Podemos observar a pedagogia erótica, de Longo, em ação, nesse trecho, uma vez que, além de subverter a simetria, já que Dáfnis perde a virgindade antes de Cloé, o sofista, portanto professor e filósofo, tenta preservar essa virgindade da mocinha até o fim do romance. Desse modo, fica patente que o intuito de Longo é refrear os ardores das jovens leitoras antes do casamento por meio das palavras de Licênion. Qualquer jovem inexperiente ficaria apavorada com a descrição de dores intensas e sangramentos com a perda da virgindade. Ora, olhando mais de perto percebemos que o idealismo e a inocência servem apenas como isca para os jovens desavisados! E, mais ainda, que a educação sexual de Dáfnis começa com Cloé, passa por Filetas e se fundamenta com Licênion, para que, desse modo, a jovem Cloé permaneça virgem até as justas bodas e, também, provavelmente, as (sic) mocinhas casadoiras e leitoras do romance. Não haveria uma razão para que Licênion, a não ser a educação austera, tecesse para Dáfnis um longo discurso de preservação da virgindade de Cloé. Observa-se que não só a voz de Cloé vai diminuindo dentro da trama, como atesta Pinheiro, por meio de Winkler, como, também, é negado à personagem feminina o direito sobre os prazeres do próprio corpo” (VASCONCELOS, 2011, p. 95)

desejo”. Isso porque, para alguém introduzido na cultura grega, a virgindade seria um termo inaplicável para a iniciação sexual de um homem tanto quanto seria risível o receio de um homem penetrar a amada. Isto é, um cidadão filosoficamente instruído com a autocontenção ante o prazer, da maneira como Pierre Hadot descreveu tão bem como modo de vida, provavelmente veria com comicidade o aprendizado sexual de um pobre pastor, após tanto observar a *phýsis*, que se fazia com a *téchne* de Licênion, cuja necessidade, entretanto, partia da natureza:

Dáfnis não poderia sentir mais prazer; como pequeno camponês, cabreiro ingênuo, jovem e enamorado, ele caiu aos pés de Licênion e suplicou-lhe que ensinasse o quanto antes a ciência (*tên téchnen*) que lhe permitiria fazer a Cloé o que desejava [...]. Licênion, vendo-o mais cabreiro e mais ingênuo do que pensava, começou a dar-lhe a lição dessa maneira: disse-lhe que se sentasse juntoa ela sem mais tardar, e que lhe desse os beijos habituais, tão numerosos quanto dava a Cloé [...]. Quando ele se sentou, abraçou-a e se deitou, e quando ela viu que ele estava em condições de passar à ação, e teso, ela fê-lo, deitado como estava, erguer-se um pouco para o lado, deslizou para debaixo dele e guiou-o habilmente para o rumo que ele vinha procurando até então. A partir desse momento, ele fez apenas o que normalmente ocorre, pois a própria natureza (*phýsis*), a partir daí, ensinou-lhe o que devia fazer (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, III, 18).

Segundo Goldhill, Longo manipula as relações entre desejo e autocontrole do leitor em relação a sua própria *sophrosýne*, ao justapor na melíflua escrita o prazer sensual e narrativo (GOLDHILL, 2002, p. 40). Em minha avaliação, Goldhill parte do que Paul Ricoeur denominou teoricamente acerca da relação mimética entre sociedade, produção narrativista e público, qual seja, “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Em outras palavras, o romance *Dáfnis e Cloé* operou como função mediadora entre as representações, os valores, as contingências, as cooperações e os combates já dados pela tradição e a reconfiguração pelo leitor a partir de seus prazeres, suas fantasias, suas experiências particulares vividas e mesmo seus horizontes de expectativas socialmente compartilhados.

Segundo Ewen Bowie, tratava-se de lidar com a identidade de gente culta, letrada, de posses, que provavelmente trabalhava na administração imperial: um “alto nível de educação deveria ser exigido de um potencial leitor do aticismo grego – educação esta adquirida com estudo de textos clássicos na juventude, reforçada com o reencontro de tais textos ou com

escritores e falantes do período imperial na vida adulta” (BOWIE, 2003, p. 92). Lourdes Álvarez matiza a questão, embora continue a descrever a audiência em termos muito restritos: “estamos falando de dois públicos, um leitor, minoritário, que poderia apreciar cabalmente todas as alusões literárias; e o outro ouvinte, para quem seria suficiente o relato mesmo das aventuras, ainda que não entendesse em sua totalidade toda a riqueza literária da obra” (ÁLVAREZ, 2006, p. 29).

É certo que os romances gregos tiveram um público alvo ideal, de elite culta. Luciano, por exemplo, ao afirmar que as alusões a poetas, prosadores e filósofos, em *Das narrativas verdadeiras* (I, 2), poderiam não ser explicitadas, já que a simples leitura deveria bastar para identificá-los, revela claramente a quem se destina a obra. Todavia, vale observar, seguindo Brandão, que “o ático – ou, se quisermos, o clássico – entende-se como este espaço de *xeniteia*, não de repetição ou imitação; isto é, o clássico é espaço de estranhamento” (BRANDÃO, 2001, p. 266).

Para além de repetir nossa fonte, cabe perguntar se a ironia, presente nessas narrativas, não evidencia uma questão de fundo: o reconhecimento das referências textuais seria suficiente para lidar com os sabores irônicos da narrativa ficcional? É difícil acreditar que as figuras do passado transmitiriam ingenuamente os mesmos sentidos, como a um estudo iconográfico, após serem apropriadas para outro espaço e tempo. Com efeito, a liberdade de inventar, deslocar, sobrepor, justapor as vozes narrativas e daí decompor a pretensa *alétheia* do discurso exigia do leitor uma atenção de segundo grau, em que os meios de verificação não eram exclusivos de *pepaideménoi*, mas pelo contrário escapava-lhes de domínio, uma vez que a cultura deveria ser entendida como meio pelo qual a tradição era colocada insistentemente em movimento, em concorrência contra si mesma.

A atenção ao papel da recepção na constituição mesma da obra, em especial com relação aos erotismos quentes durante o século II, não parece ser absolutamente desprezível, visto, por exemplo, o proverbial relato de Luciano acerca dos espectadores de Abdera. Impressionados com a representação de *Andrômeda* de Eurípides e ignorando o estatuto fictício do gênero, a maioria deles escorregou para o interior da tragédia, de modo que “Andrômeda ficou grudada à sua memória durante muito tempo, enquanto Perseu, com a Medusa, vojava em torno da mente de cada um” (LUCIANO, *Como se deve escrever a história*, 1). Ao assistirem à encenação, os abderitas tomaram-na por verdadeira, como se tudo aquilo que se passava a suas frentes realmente



estivesse acontecendo. Tratava-se, pois, de espectadores crédulos, sem senso crítico suficiente para distinguir o verdadeiro do falso, marcas das singularidades dos gêneros discursivos.

Os espectadores de tragédias e os leitores de romances, face à liberdade pura dos autores, ficavam responsabilizados em identificar o *pseúdos* e de reagir adequadamente ao *páthos*. Observemos que, nesse caso, não se trata de extingui-lo do teatro. Como Luciano diz, “um *páthos* ridículo tomava conta de suas mentes”: sendo assim, seria necessário que o expectador soubesse domar, antes que fosse tomado, pelo referido *páthos*. A exigência de um comportamento tão regrado, bem medido, que procura a melhor maneira possível de reagir, nas circunstâncias de uma encenação teatral, deve-se ao fato do necessário reconhecimento do *pseúdos* ao meio do calor do momento, das impulsões inevitáveis, das emoções que atingem todos.

O termo grego *páthos* é geralmente interpretado/traduzido em duas acepções, quais sejam, pela metafísica ou pela psicologia. O primeiro sentido do termo, segundo Ivan Gobry, é o contrário de ação (aquele que age, *tò poieîn*) ou, mais precisamente, “não o sujeito que pratica a ação, mas o objeto que a recebe” (*tò páskhein*), de uma casualidade provocadora de certos estados. Temos, portanto, a tradução mais próxima de *páthos* como afecção. Interpretado por meio da psicologia, o termo *páthos* é entendido como “fato de sofrer, de ser coagido e movido por uma força interior que escapa à vontade”, sendo, por vezes, traduzidas por sofrimento, dor, tristeza, ou mesmo, paixão (GOBRY, 2007, p. 109). Por meio dessa segunda acepção, o termo *páthos* foi deslocado para outro campo cognitivo, o da doença. O estoicismo desenvolveu a temática a ponto de ter por objetivo extirpar as paixões, impedindo que a emoção se transformasse em uma tendência, uma vez que elas colocariam em evidência a fragilidade da vida e a precariedade dos bens que não dependem de cada um, sob os golpes imprevisíveis do destino. Era preciso, portanto, como remédio aos efeitos do *páthos*, tornar-se *apático* (LEBRUN, 1986, p. 25).

Em Luciano, o termo *páthos* aparece com importância em outras duas passagens, referindo-se igualmente ao enlace de amor (*éros*) entre Perseu e Andrômeda (LUCIANO, *A sala*, 22; *Diálogo dos deuses marinhos*, XIV, 2-3). Ao relatar o combate entre Perseu e o monstro marinho, Luciano observou que o autor da pintura logrou mimetizar “o pudor da virgem ao seu lado”, e principalmente, “a audácia amorosa do jovem”, misturando o *páthos* ao *mýthos*. Em outras palavras, o feito heroico se faz senão em nome do amor, dando a entender como, a partir do

século I, sobretudo no século II, o erotismo passou a ser tema bastante explorado pelos escritores (BRANDÃO, 2000, p. 7).

Não é fortuito que Cáriton de Afrodisiacas, na abertura de *Quéreas e Calíroe*, afirma que narrará um *páthos erotikón*, o que poderíamos traduzir com certa dificuldade simplesmente por “história” ou ainda por “romance de amor”. Brandão explica que naquele momento a expressão sofria deslize semântico, podendo ser entendida como aquele que sofre de paixão, ou vive um romance de amor, como também pelo uso literário, isto é, como gênero discursivo (BRANDÃO, 2000, p. 5). Dizendo de outro modo, o termo *páthos* que tinha uso geral de sentido passou a também comportar sentido específico, contrapondo-se por vezes ao mito.

Em *Como se deve escrever a história*, o *páthos* referido por Luciano em relação à encenação de *Andrômeda* em Abdera não pode ser entendido precisamente como gênero discursivo, isto é, como romance, tal como poderíamos imaginar em *A sala*, já que se tratava exatamente da encenação de uma peça teatral de Sófocles. Entretanto, talvez, seja possível associá-lo aos campos de construções discursivos nos quais existe *ákratos eleuthería*, uma vez que Luciano não parece preocupado nesse opúsculo com o entendimento de verdade (*alétheia*) ou mentira (*pseúdos*) que fosse ontológico aos acontecimentos, mas *simplesmente* com constructos de diferentes trocas linguísticas que remontavam à tradição clássica e que poderia mediar a relação entre atores trágicos e públicos, bem como entre historiadores e leitores (ou ouvintes) ou ainda entre aduladores e generais, entre várias outras possibilidades de relação.

O *pseúdos* devia ser atentamente observado. Se tomado como verdadeiro, era a própria liberdade que se perdia. Temos, então, o entrecruzamento entre o autor de liberdade pura e o espectador de altas responsabilidades.<sup>6</sup> O *páthos* que atravessa a encenação teatral colocava em dúvida a já difícil distinção entre o discurso verdadeiro e o falso, ao mimetizar o *pseúdos* de modo convincente. Se no teatro, espaço por excelência de contato com experiências imprevisíveis, a ficção desnudava a fragilidade humana, ao fazer os espectadores se confrontarem com circunstâncias que os deixavam suscetíveis ao acaso (NUSSBAUM, 2009, p. 3-6), no romance, os leitores lidavam com o espetáculo sobre o impossível, desarmando-os para o completo deleite,

---

<sup>6</sup> A comparação é pertinente: “Como o Quixote, Luciano é uma espécie de leitor enlouquecido que abstrai do mundo exterior, movendo-se num mundo de narrativas”. Ao apresentar-se assim, deseja um leitor capaz de fazer o mesmo percurso, apreciando o valor de uma narrativa que discorre sobre a própria narrativa (BRANDÃO, 2005, p. 125).

mas que, guardando valores, ideologias e referências, contraditoriamente expunha-os diante das vicissitudes vividas.

Com um público afeito ao romance de amor, deve-se admitir ao menos que a proposta de leitura de Goldhill seja plausível. Tendo que agir de acordo com as regras empregadas no jogo de linguagem, o leitor seria provocado a se posicionar de acordo com suas convicções, seus valores, suas identidades. Mas justamente por sua interpretação consistir em “substituir uma expressão da regra por outra expressão” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 202), isto é, porque agir com a regra já é interpretar, nada mais irônico do que fazer emergir os desejos de quem o processo cultural estivesse naturalizado de tal modo a se tornar imperceptível: “se sigo a regra, não escolho. Sigo a regra cegamente” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 219).<sup>7</sup> Portanto, não seria aos leitores dos romances “mais difícil desafiar os protocolos do desejo que essa ficção da sensibilidade rústica” (GOLDHILL, 2002, p. 39).

Ademais, a indicação de que o público alvo tenha se ampliado a partir do século I d.C. com o crescimento do número de livrarias e livreiros, a despeito do contínuo e baixo letramento no Império Romano, sugere que a literatura produzida no período possa ter rompido o circuito fechado de circulação das obras entre amigos, além de ter possibilitado o deslocamento mais fácil dos indivíduos entre os diferentes grupos sociais. A prática de queimar livros em Roma não colocava em suspensão a circulação dos textos em circuitos particulares, ainda que seus autores pudessem sofrer algum tipo de represália (STARR, 1987, p. 219-223). Não há vestígios de que esse tenha sido o caso dos romancistas gregos. Mas há de se observar que a ausência do controle social sobre a fruição e a recepção, em contraste com o espetáculo coletivo do teatro, tirava as restrições punitivistas contra a leitura individual dos romances.

Também nesse sentido, é curioso atentar que, séculos mais tarde à produção de Cáriton, Longo e Luciano, o imperador Juliano desaconselhasse seus sacerdotes à leitura de obras ficcionais (*plásmata*) com aparência de história (*en historias eídei*), as histórias de amor (*erotikàs hypothéseis*), que excitavam as paixões e os afetos (JULIANO, *Cartas*, 89b, 301b). Mais do que dizer que o amor era um elemento distintivo dos romances, como concluiu Futre Pinheiro (2014, p. 209), pode-se entender que nem sempre a compreensão sobre o *páthos erotikón* (CÁRITON,

---

<sup>7</sup> É por isso, como afirma Glock (1998), que não faz o menor sentido que uma pessoa necessite de consultar as regras, detendo-se no aprendizado, para se comunicar dentro de uma gramática; o aprendizado é antes feito dentro do próprio *jogo de linguagem*.

*Quéreas e Calíroo*, I, 1,1) e a *historían érotos* (LONGO, *Dáfnis e Cloé*, Prólogo) foi ponto pacífico entre os circuitos de poder.<sup>8</sup> Ademais, como observou J. R. Morgan, “para além do conteúdo erótico, o problema de Juliano com os romances parece ter sido não somente o fato de eles serem ficcionais, mas também por eles se mascararem por meio da narrativa em prosa como história real” (MORGAN, 2007, p. 556).

O pacto entre autor e público foi tão profundamente fraturado que até mesmo o artifício do espetáculo anunciado, cuja representação visava exclusivamente ao que jamais poderia ocorrer, era falseado. Tim Whitmarsh (2011) tem razão ao dizer que o plurilinguismo refletido por Bakhtin (1998), para quem as vozes dissonantes ao mundo estável clamavam contra a vulnerabilidade social, coabitava nos romances com valores e ideologias ao gosto da aristocracia e, por isso, pode-se dizer, com Jacques Rancière, que o imperativo proposto ao leitor pelo autor exigia-lhe uma posição necessariamente de deslocamento, comportando tanto a acomodação com identidades tradicionais quanto a subversão contra a tirania do sentido, pois as artes:

nunca emprestam às manobras de dominação ou de emancipação mais do que lhes podem emprestar, ou seja, muito simplesmente, o que têm em comum com elas: posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível. E a autonomia de que podem gozar ou a subversão que podem se atribuir repousam sobre a mesma base (RANCIÈRE, 2009, p. 26).

Parece que o leitor de romance grego seria tanto mais capaz de percorrê-lo quanto mais dispusesse de um olhar crítico de estranhamento, típico de um estrangeiro, sobre a narrativa ficcional, prática certamente mais sinuosa para quem tivesse o que perder ao se deslocar com a leitura nas estruturas de poder:

Desejo não é simplesmente apetite, mas se desenvolve como conhecimento do poder mágico da narrativa para confrontar o leitor com outro mundo. O ponto crucial que deve ser realçado é que os modos do desejo, inevitavelmente veículos de definição moral e cultural – divididos em próprios e impróprios – podem ser confrontados e contraditos. Embora seja inegável verdade que a trajetória dominante anexe o desejo a uma teleologia inevitável do casamento

---

<sup>8</sup> Não parecem ser de somenos importância as transformações da recepção de Longo ao longo dos séculos modernos. De modo bastante generalizante, durante o Renascimento o humor fazia parte da interpretação do romance, embora a temática idílica fosse ainda predominante; nos séculos XVII e XVIII a ironia já conduzia a temática de relacionamento conjugal; mas no século XIX a melancolia passou a predominar no enredo; por fim, a desilusão com o amor ideal estendeu-se como expressão cara à releitura de Longo no século XX (PATTONI, 2014, p. 588).

civilizado, o enredo romântico é melhor compreendido como espaço no qual múltiplos e divergentes desejos são orquestrados de maneira relativamente aberta. A identificação com desejos alternativos é parte da experiência do romance; e mesmo se tais identificações são, ao final, reprimidas, elas não são completamente neutralizadas (WHITMARSH, 2011, p. 176).

Com esse “poder mágico da narrativa”, o convite ao leitor para experimentar desejos próprios de uma identidade cultural e, periféricamente, outros tantos antagônicos a ela, partia de um desencarnado mimetismo do patrimônio clássico, no qual a constelação de fragmentos do passado deixava transluzir apenas vestígios incompletos. Convidado a lidar com a segurança que a tradição do passado conferia, o leitor contava, entretimentos, apenas com a colorida representação de suas identidades. A descrição dos espaços nos romances gregos tinha na abstração sua principal característica, como observou Bakhtin, sinal de que o retorno ao passado revelava-se somente como fragmentação mimética, fazendo da presença da tradição senão a identificação da ausência.

Com a identificação simultânea da ausência e presença do passado clássico durante o século II, duas posições radicalmente opostas são colocadas. De acordo com a primeira perspectiva, melhor representada por Jacques Bompaire, “a autoridade dos antigos era também um dogma literário”, sendo difícil de dissociar “o aspecto social e o aspecto literário, já que o esquecimento dos costumes antigos era o que provocava o declínio das artes e das letras (...). O argumento de autoridade, a lembrança das opiniões antigas, era no escritor o aspecto mais frequente em relação ao passado” (BOMPAIRE, 2000, p. 46). Nessa linha argumentativa, Bompaire não poderia concluir de modo diferente que para Luciano o mundo dos livros sobreporia à realidade social vivida, isto é, a mimese (BOMPAIRE, 2000, p. 126). C. P. Jones acredita que *Das narrativas verdadeiras* seria o melhor exemplo de que a imitação faria parte da dimensão cultural do século II, como uma homenagem ao passado, mas visando, sobretudo, às questões colocadas pelo presente (JONES, 1986, p. 156-157).

Em ambos os casos, os autores reconhecem a hipervalorização mimética, sem concordar quanto a que ela serviria, se ao passado ou ao presente. De todo modo, era esse pastiche mimético que permitia ao autor:

trabalhar toda uma tradição, mesclando, subvertendo, levando-a a seus limites até permitir ao novo produto se sustentar por sua própria força. Simplificando: se o leitor culto sorria ante um texto de Luciano é porque se fazia desencadear

reminiscências e ressoar Homero, Platão ou Aristófanos; mas aos eruditos resultava ser impossível a determinação de um hipotexto singular (CABRERO, 2006, p.204).

Durante o período, como a um autêntico desgoverno, até mesmo a assinatura autoral, tão importante para os historiadores do período clássico, poderia ser caracterizada, no romance, como falsificada. Aliás, falso era até o espetáculo, que anunciava um programa que jamais poderia ser cumprido ou, ao menos, do qual não se podia ter certeza sobre as intenções. No confronto do passado por meio de suas próprias engrenagens, o presente se encontrava com certa liberdade anárquica, pois não mais mensurada *katà kósmos* (de acordo com a ordem) e *katà moíran* (conforme a parte devida), como no período épico.

Desde o mundo das personagens épicas, a serviço de uma nobreza ávida por louvores, o poeta era chamado a ordenar e ornar os feitos dos homens. Na *Odisseia*, de cooperação harmoniosa tanto com as Musas (HOMERO, *Odisseia*, 8, 62-64), quanto com o público, o aedo Demódoco cantava os feitos de Ulisses, que chorava ao ouvi-lo narrar (HOMERO, *Odisseia*, 8.83-87). Prova de que as Musas podiam ensinar os aedos de tal forma que pareceu a Ulisses que Demódoco, ao cantar *katà kósmos*, teria presenciado os acontecimentos ou sabido de alguém fidedigno (HOMERO, *Odisseia*, 8, 489-491). Ulisses incitava o aedo a narrar, *katà moíran*, o *kléos* vivenciado pelo herói na guerra, ao enganar os troianos, engenhando um cavalo de pau cheio de guerreiros dentro. O que o poeta não viu era confirmado com fidedignidade por alguém que além de ter visto, vivenciou a própria ação – dava-se, assim, ao participante, a *moira* que lhe convinha. Com a ajuda do canto ordenado e justo de Demódoco, o Ulisses homérico legava à posterioridade o domínio do mundo com a descoberta de seus feitos como passado de si, criando marcas no tempo que permitissem ficcionalizar a distância entre passado e presente.

Entretanto, Ulisses não era mais como antigamente. Não exatamente porque se recolhia aos braços de Calípsos, deixando uma vez mais Penélope a tecer tramas, dessa vez pela eternidade; mas, porque, assim como a extraordinária viagem de Luciano, toda a tradição que se movia em torno da narrativa do herói mais afamado do passado era reconhecida como verdadeiro pastiche. Não haveria dúvidas de concluir que mais valeriam os braços prazerosos da divindade – mas não os cantos melífluos das sereias<sup>9</sup> – do que receber a glória póstuma e vã com a narrativa do *kléos*

---

<sup>9</sup> De modo contrário às Musas, as sereias representavam a celebração encomiástica dos feitos humanos, pois elas cantavam *pseudos* de um passado inebriante, que impedia a fundação da distância temporal (cf. PUCCI, 1998, p. 34-

humano. Sabemos com Luciano que certos atores do século II não deixaram de ler a carta escrita por Ulisses: pois, para alguns, já não havia ilusões, sendo o retorno para a pátria um percurso para sempre incompleto.

### Referências:

#### Fontes antigas

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução E. De Sousa Porto Alegre: Globo, 1966.
- ARISTOTLE. **Poetica**. Ed. R. Kassel. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- CÁRITON DE AFRODÍSIAS. **Quéreas e Calíroo**. Tradução do grego, introdução e notas de Maria de Fátima de Sousa e Silva. Lisboa: Cosmos, 1996.
- CHARITON. **Callirhoe**. Edited and translated by G. P. Goold. Cambridge; London: Harvard University Press, 1995.
- CHARITON. **Callirhoe. Chairéas et Callirhoé**. Texte établi et traduit par Georges Molinié. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- CHARITON. **Callirhoe. De Chaerea et Callirhoe**. Ed. W. E. Blake. Oxford: Clarendon Press, 1938.
- HERÓDOTO. **História**. Tradução Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- HERODOTUS. **The histories**. With an English translation by A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press. 1920.
- HOMERO. **Odisseia**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- HOMERUS. **Odyssea**. Ed. P. von der Muhll. Basel: Lichtenhahn, 1962.
- JULIANUS. Epistulae. In: **Oeuvres complètes**. J. Bidez (ed.). Paris: Belles Lettres, 1960.
- L'EMPEREUR JULIEN. Lettres et fragments. In: **Oeuvres complètes**. Texte revu et traduit par J. Bidez. 3 ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972 (Tome I, 2<sup>a</sup> partie).
- LONGO. **Dáfnis e Cloé**. Tradução Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1990.
- LONGUS. **Daphnis et Chloe**. Ed. G. Dalmeyda. Paris: Belles Lettres, 1934.
- LUCIAN. **Lucian Opera**. Ed. M. D. Macleod. Oxford: Clarendon Press, 1972 (v. I). 1974 (v. II); 1980 (v. III).
- LUCIAN. **Lucian with an english translation**. Ed. by K. Kilburn (v. VI), M. D. Macleod (v. VII). Cambridge: Harvard University Press, 1959 (v. VI); 1961 (v. VII)

---

36). A *alétheia* opunha-se não à mentira, mas precisamente a *léthe*, carregando paradoxalmente na lembrança do próprio nome a marca do esquecimento: verdade que se perfazia na negociação com a memória.

LUCIANO. **Como se deve escrever a história.** Tradução, notas apêndices e o ensaio “Luciano e a história” de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

LUCIANO. **Luciano I.** Tradução do grego, introdução e notas Custódio Magueijo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

LUCIANO. **Luciano II.** Tradução do grego, introdução e notas Custódio Magueijo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

THUCYDIDES. **Historiae.** Ed. by H. S. Jones and J. E. Powell. Oxford: Clarendon Press, 1942, 2 v.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Introdução, tradução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1982.

### Bibliografia

ÁLVAREZ, Lourdes Rojas. **Caritón de Afrodísias y los orígenes de la novela griega.** México, D.F.: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato.** Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. [Sem edição, 1993].

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance.** Tradução de Aurora Bernadini [et. al.]. 4 ed. São Paulo: Unesp, 1998.

BOMPAIRE, Jacques. **Lucien écrivain: imitation et création.** Paris: Les Belles Lettres: Nino Aragno, 2000.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A invenção do romance: narrativa e mimese no romance grego.** Brasília: UnB, 2005.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A poética do hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Antiga musa: (arqueologia da ficção).** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Mito, *pábtos* e efrase em Luciano (*De Domo* 22). **Anais** do II Colóquio Internacional do GIPSA: Imagem e discurso na Antiguidade Clássica, 2000, p. 1-7.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Traduzir Homero do grego para o grego: (as mediações da teoria). **Scripta Clássica On-line: Literatura, Filosofia e História na Antiguidade**, n. 2, Belo Horizonte, 2006, p. 5-29.



- BRANHAM, R. Bracht. **Unruly eloquence**: Lucian and the comedy of traditions. Cambridge; London: Harvard University Press, 1989.
- BOWIE, Ewen. The Ancient readers of the Greek novels. In: SCHMELING, Gareth (ed.). **The novel in the Ancient world**. Boston; Leiden: Brill Academic Publishers, 2003.
- CABRERO, María del Carmen. **Elogio de la mentira**: sobre las *Narrativas verdaderas* de Luciano de Samósata. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2006.
- CUEVA, Edmund. **The myths of fiction**: studies in the canonical greek novels. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007.
- DABDAB TRABULSI, José Antonio. **Dionisismo, poder e sociedade na Grécia até o fim da época clássica**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- FUTRE PINHEIRO, Marília. The genre of the novel: a theoretical approach. In: CUEVA, Edmund (ed.). **A companion to the Ancient novel**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.
- GLOCK, H-J. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 1998.
- GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GOLDHILL, Simon. **Foucault's virginity**: ancient erotic fiction and the history of sexuality. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HADOÏ, Pierre. **Exercices spirituels et philosophie antique**. 2 ed. Paris: Études Augustiniennes, 1987.
- HALPERN, Richard. Theater and democratic thought: Arendt to Rancière. **Critical Inquiry**, v. 37, n. 3, 2011, p. 545-572.
- JONES, C. P. **Culture and society in Lucian**. Cambridge: Harvard University, 1986.
- LALANNE, Sophie. **Une éducation grecque**: le roman grec ancien. La Découverte: Paris, 2006.
- LEBRUN, Gerard. O conceito de paixão. In: CARDOSO, Sérgio (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.
- LEME-LOPES, André. Qual a verdade em *Histórias verdadeiras*? In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Ficção e história**: encontros com Luciano. Teresina: EDUFPI, 2010.
- NUSSBAUM, Martha. Fortuna e ética. In: **A fragilidade da bondade**: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega. Tradução Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MORGAN, J. R. Fiction and history: historiography and novel. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman historiography**. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

- PATTONI, Maria Pia. Longus' *Daphnis and Chloe*: literary transmission and reception. In: CUEVA, Edmund (org.). **A companion to the Ancient novel**. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2 ed. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: ECO experimental org.; Ed. 34, 2009.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.
- STARR, Raymond. The circulation of literary texts in the Roman World. **The Classical Quarterly**, v. 27, n. 1, 1987, p. 213-223.
- VASCONCELOS, Ana Paula Cardoso. **Entre Petrônio e Longo**: uma proposta de pedagogia erótica. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?**: ensaio sobre a imaginação constituinte. Tradução Horácio Gonzales e Milton Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WHITMARSH, Tim. **Narrative and identity in the Ancient Greek Novel**: returning romance. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- WINKLER, John. **The constraints of desire**: the anthropology of sex and gender in Ancient Greece. New York; London: Routledge, 1981.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de Marcos Montagnoli. 3 ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2004.
- WOUTERS, Alfons. Irony in Daphnis' and Chloe's Love lessons. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, v. 26, n. 2, 1987, p. 111-118.

## Representações de gênero em ocorrências policiais de violência contra mulheres na construção de Brasília

Gender representations in police events of violence against women in the Brasília construction

**José Gomes do Nascimento**

Mestrando em História

Universidade de Brasília

josenascimento.historia@gmail.com

**Recebido em:** 23/11/2018

**Aprovado em:** 24/04/2018

**Resumo:** Este texto tem como objetivo analisar ocorrências policiais registradas em livros-ata na Divisão de Segurança da NOVACAP, setor a qual se vinculavam policiais da extinta Guarda Especial de Brasília-GEB. As ocorrências relatam situações de violência contra mulheres no espaço público da construção de Brasília e foram produzidas no período de 1958 a 1961. Se referem a crimes ocorridos em várias localidades relacionadas aos canteiros de obras: na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), nos acampamentos, nas vilas (como Amaury ou Bananal), na chamada Zona do Baixo Meretrício – ZBM, em estradas que interligavam esses locais, entre outros espaços. Os elementos da pesquisa demonstram que a associação entre gênero e violência contra mulheres, na forma de suas representações, possuem significados que evidenciam muitas permanências. Deste modo, o artigo procura trabalhar questões que contribuam com a visibilidade do cotidiano de mulheres e a problematização das representações de gênero contidas nas narrativas construídas pelos guardas da GEB que registravam aquelas ocorrências, no contexto da construção de Brasília.

**Palavras-Chave:** Mulheres, Gênero, Construção de Brasília.

**Abstract:** This paper aims to analyze the police events registered in Books of Minutes in the NOVACAP Security Division, sector the which the police were linked the extinct Guarda Especial de Brasília (Special Guard of Brasília) – GEB. They report violence against women in the public space of the construction of Brasília. The chosen reports were produced in the period 1958 to 1961. They refer to crimes in various locations related to construction sites such as in Cidade Livre (current Núcleo Bandeirante), in camps, in villages (such as Amaury or Bananal), in Zona do Baixo Meretrício - ZBM, on roads that interconnected these places, and others. The elements of this research demonstrates that the association of gender and violence against women, shown in the form of their representations have significance, which show permanence. Thus, this article seeks to address questions that contribute to women's everyday visibility and

the questioning of gender representations contained in the narrative constructed by the GEB guards that recorded those events, in the context of the Brasília construction.

**Keywords:** Women, Gender, Brasília Construction.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as representações de gênero presentes em ocorrências policiais registradas pelos funcionários da extinta Guarda Especial de Brasília (GEB), e que versam sobre violência contra mulheres no espaço público no grande canteiro de obras de Brasília no período de 1958 a 1961. Advindas do Departamento de Segurança da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, essas ocorrências policiais hoje fazem parte do acervo documental do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)<sup>1</sup> e foram selecionadas a partir de um mapeamento inicial fruto do Projeto de Iniciação Científica (PIC) *Representações de Mulheres no Contexto da Nova Capital, Brasília (1956-1961)*<sup>2</sup> que, dentre outras fontes sobre mulheres na construção de Brasília, buscou analisar e catalogar as ocorrências policiais do período.

O acervo histórico do ArPDF possui um considerável volume documental dessas ocorrências, reunidas em dez (10) livros-ata<sup>3</sup> que registram quase quatro mil ocorrências de crimes praticados entre os anos de 1957 a 1961, estando todos atualmente disponíveis em versão digitalizada. A partir destes registros foi possível mapear situações de violência às quais as mulheres estiveram submetidas, sendo identificadas duzentos e setenta e nove (279) situações de crimes contra

---

<sup>1</sup> O ArPDF foi criado em 1985 por meio do decreto 8.530, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do DF, tendo como objetivo principal guardar uma memória da história de Brasília. Seu acervo é composto por material textual (registros funcionais e de despesas, livros de atas e ocorrências, decretos, recortes de jornais, dentre outros), plantas arquitetônicas, fotografias, filmes, folhetos, cartazes, periódicos, coleção depositária, depoimentos orais e material bibliográfico. Cf ARQUIVO Público do Distrito Federal. *Guia Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília: O Arquivo, 2015.

<sup>2</sup> Projeto de Iniciação Científica do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB de 2015-2016, premiado com menção honrosa no 22º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 13º Congresso de Iniciação Científica do DF. Participantes do projeto: Cristiane de Assis Portela - Doutora em História e orientadora do projeto. / José Gomes do Nascimento (Bolsista) e Larissa Brunnon Querino de Almeida (Voluntária) – graduandos em História naquele momento / Anna Lorena Morais Silva - colaboradora e à época estudante do Curso de Especialização em História, Sociedade e Cidadania do UniCEUB.

<sup>3</sup> Há um 11º livro que engloba registros de 1960 a 1961. Contudo, as suas ocorrências são voltadas para questões relacionadas ao trânsito.

mulheres presentes em duzentos e trinta e seis (236) registros de ocorrência, sendo noventa e uma (91) delas ocorridas em âmbito doméstico/familiar (privado) e cento e quarenta e cinco (145) nos espaços públicos de Brasília. Na pesquisa prévia realizada, após o mapeamento, as ocorrências foram transcritas, organizadas e transformadas em um catálogo no formato PDF (Portable Document Format), o que facilitou a produção deste texto.

Diante disso, a fim de realizar um recorte documental, para esta análise foram selecionadas 19 ocorrências policiais que relatam crimes nos espaços públicos da cidade no período que vai de 1958 a 1961. Esses registros se referem (conforme código o penal) a crimes de lesão corporal, estupro/tentativa de estupro, assédio do tipo sexual, tentativa de homicídio e assédio moral/constrangimento ilegal. Destacam-se também denúncias de prostituição e de violência contra prostitutas na cidade.

Essa quantidade de ocorrências envolvendo casos de violência contra mulheres nos espaços públicos de Brasília (ainda que provisórios na construção da cidade), ou seja, ruas, estabelecimentos comerciais, praças, invasões (Vilas), entre outros lugares; contribuiu para o surgimento de questionamentos com relação a uma análise dos discursos presentes nesses registros mencionados, especialmente numa problemática de gênero. Nesse caso, nos inquietou em um primeiro momento os crimes cometidos contra essas mulheres e juntamente com esses crimes: a violência, a dor e o medo que pelo qual elas passaram naquele período. No entanto, após essas constatações, apresentou-se como relevante neste estudo a produção e a escrita desses registros, a linguagem utilizada, as descrições e os perfis criados sobre essas mulheres, que vai muito além de um ato jurídico e passa a abranger questões ligadas ao gênero.

Ademais, o ambiente violento de Brasília foi diversas vezes silenciado ou negligenciado por uma historiografia da cidade centrada em grandes feitos e grandes heróis, em mitos de união e de marcos fundantes de uma nova nação. Por conta disso, ao trabalhar a história da construção de Brasília (1956-1960), muitas vezes nos deparamos com uma narrativa centrada, quase sempre, em um supositício projeto de modernização focado centrado na figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK) e no seu *Slogan* de campanha “50 anos em 5”, que prometia desenvolver

aceleradamente o país nos seus cinco anos de mandato. Para isso, o governo seria composto por um “Plano de Metas” com 30 objetivos, sendo dividido em cinco grandes áreas: setor de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação.

A construção de Brasília demorou a figurar nesse programa de governo, tornando-se a 31ª ou Meta-Síntese. De acordo com Márcio de Oliveira (2005, p. 59), “a promessa de transferir a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central surgiu inusitadamente durante o primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizado em 4 de abril de 1955, na pequena cidade de Jataí, interior de Goiás”. Na ocasião, ao final do seu discurso, JK<sup>4</sup> foi interpelado por Antônio Carvalho Soares (o Toniquinho), se estaria disposto a cumprir integralmente a constituição e colocar em prática o dispositivo constitucional que determinava a transferência da capital da República para o planalto goiano. O candidato afirmou que cumpriria na íntegra a Constituição, e nesse caso, respeitaria o dispositivo que determinava a construção da nova capital no interior do país. Com isso, Brasília se tornou então a última e a mais importante meta do seu governo.

Para Laurent Vidal (2009), o discurso do surgimento da ideia de transferir a capital para o planalto central pode ser compreendido mais como um mito de fundação da cidade, do que propriamente dito a realidade sobre o acontecido. Para além dos marcos fundantes, observa-se na narrativa histórica sobre a cidade a presença de uma valorização dos personagens masculinos que vai além da figura de JK, e abarca também sujeitos como Oscar Niemayer, Lúcio Costa, Ernesto Silva, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Íris Meinberg, entre outros; que figuram nos livros de história como partícipes da construção de uma epopeia moderna que mudou radicalmente a paisagem do Centro-Oeste ao darem forma à cidade moderna. Essa narrativa pautada numa história que valoriza os homens inseridos em determinadas estruturas institucionais como os locatários do poder já vem sendo desconstruída pela história, de uma forma geral, e também na história de Brasília.

Segundo algumas produções que compõem um debate crítico sobre a história de Brasília e que tratam das memórias dos trabalhadores na construção da cidade, tais como Edson Beú (2012),

---

<sup>4</sup> O ex-presidente JK conta os fatos no seu livro de memórias intitulado *Por que construí Brasília*. Cf. KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 7-8.

Gustavo Lins Ribeiro (2008) e Nair Heloísa Bicalho Sousa (1983), a maioria desses laboriosos, especialmente os candangos, se mudavam para planalto para construir Brasília inicialmente sem suas famílias, principalmente pelas dificuldades iniciais de instalação e acomodação. Logo, podemos até ter a impressão, por conta dessa ausência “relativa” de famílias, de que haviam poucas mulheres em Brasília, exceto as que se mudavam de vários cantos do país, especialmente cidades vizinhas para exercer algumas atividades: trabalhar com a alimentação dos trabalhadores; realizar funções domésticas, especialmente a de lavagem de roupas; ou para trabalhar como prostitutas, as profissionais do sexo, denominada na linguagem comum da época como meretrizes. Havia também, contudo, mulheres que eram caminhoneiras e aquelas que tocavam estabelecimentos comerciais como hotéis, bordéis, restaurantes e “quitandas”, estas que ficavam na Cidade Livre ou próximos dos acampamentos e canteiros de obras.

Conforme o *Censo Experimental de 19 de maio de 1959*, planejado e supervisionado pela “Comissão Censitária nacional”, em 1959 residiam no território da Nova Capital 64.314 pessoas, número maior que o dobro do ano anterior e com uma estimativa de crescimento populacional. Desse número, alto para uma cidade em construção, 34,18% da população total era composta por mulheres.

Com a proporção elevada de quase dois homens para uma mulher em alguns locais, temos que considerar que maioria das correntes migratórias para o Centro-Sul do Brasil era na sua maioria formada por homens. Para Ribeiro (2008), isso está relacionado com a forma de recrutamento da construção civil, que gera essa desproporção, principalmente porque as construtoras priorizam os trabalhadores sem famílias, gerando essa diferença no número de habitantes. Pois, “como já sabemos, as formas de recrutamento e seleção estruturam os contornos básicos definidores do tipo de trabalhadores que se requer: homens jovens e fortes, solteiros, ou que tenham deixado suas famílias nos seu locais de origem”. (RIBEIRO, 2008, p. 97).

Além disso, essa questão familiar em Brasília gerou queixas e conflitos, especialmente quanto à habitação, já que nos acampamentos das construtoras e da NOVACAP havia uma divisão com

uma ala para os solteiros e outra para os casados. Porém, o recrutamento e seleção continuava sendo norteadores para falta de famílias na cidade.

Este controle expressou-se tanto via formas de recrutamento e seleção, quanto pela escassez (deliberada ou não) de moradias para as famílias. Dessa maneira, passou-se a existir no território da construção um situação que, para grande parte da população trabalhadora, poderia ser definida como de não-família. (RIBEIRO, 2008, p. 98).

Ainda de acordo com Ribeiro (2008), no caso da construção de Brasília é necessário compreender essas dificuldades e entender a situação de não-família desses trabalhadores engajados em construir a cidade. Para o autor, surgiu na cidade três grandes linhas, conforme a situação familiar da experiência dos trabalhadores: a do trabalhador solteiro, que morava basicamente no acampamento da construtora ou em algum quarto da Cidade Livre; a do trabalhador casado sem família, cuja a família permanecia no seu local de origem e ele mandava mensalmente dinheiro para ela; e o trabalhador casado com família, que geralmente tinha mais complicações. No último caso, os trabalhadores com família poderiam ter uma situação complicada por se tratar, naquele período, de um problema a mais em comparação aos solteiros ou casados sem família, principalmente quanto à questão da moradia.

A grande quantidade de pessoas que chegava na cidade para trabalhar, principalmente em 1958 por causa daqueles que fugiram da grande seca no nordeste, fez com que o número de pessoas na cidade duplicasse a cada ano. Os acampamentos e a Cidade Livre não conseguiu abrigar tanta gente, sendo que o “excedente” deu início às habitações irregulares, chamadas de “invasões”. Por causa dessas invasões, começou a surgir outros núcleos como Taguatinga (primeira cidade satélite de Brasília) e Vila Amaury (comunidade irregular antes de se tornar a satélite Sobradinho). Além desses dois locais, já existiam outros núcleos familiares na época como a Vila Planalto (acampamento de construtoras privadas), a Cidade Livre e os acampamentos ligados à NOVACAP e aos institutos, como era o caso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Por conta disso, conforme Ribeiro (2008), entra em falência o objetivo do Estado de construir uma fixação provisória para os trabalhadores, já que os planejadores da cidade achavam que grande parte deles voltariam para os seus locais de origem. “O rompimento deste esquema inicial se deu em diversos momentos e



esteve pontilhado de conflitos que envolviam a participação intensa dos operários da construção civil”. (RIBEIRO, 2008, p. 236).

Diante do exposto, não é o objetivo desta análise entrar no debate acerca da luta pela fixação desses lugares “provisórios” e muito menos na luta sindical dos operários. Contudo, diante da questão das mulheres em Brasília, da violência sofrida por elas (fossem casadas ou não) e das localidades em que ocorreram os incidentes, há a necessidade de falar brevemente da Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante) e também da Vila Amaury (atual Sobradinho).

A Cidade Livre foi inicialmente um local provisório, as casas eram construídas de madeira, dando a impressão de uma cidade do *Far-West* norte americano, em razão de que a cidade deveria deixar de existir após a inauguração de Brasília. Ela possuía três grandes avenidas e tinha esse nome porque se tratava de lugar em que se poderia entrar e fixar residência de forma livre, se para realização alguma atividade, com isenção de impostos e em regime de comodato.

Como mencionado a cidade cresceu muito em pouco tempo e não conseguiu comportar tantos imigrantes, estes que passaram a invadir a sua periferia ou pressionaram “de tal maneira o mercado imobiliário que os aluguéis passaram a ser proibitivos e obrigaram várias famílias a dividirem casas entre si” (RIBEIRO, 2008, p. 237). Para Oliveira (2005, p. 247), “trata-se do primeiro núcleo urbano que a região conheceria e também tradicional local de contratação de mão-de-obra”. Ainda segundo o pesquisador, a Cidade Livre, que até maio de 1958 era o único centro urbano de Brasília, possuía estabelecimentos comerciais como bares, hotéis, restaurantes, comércios, além de unidades industriais, um mercado, quatro agências bancárias, duas escolas primárias, uma igreja, um consultório médico, três dentistas, um cinema e um seminário impresso (*Hora de Brasília*).

A Vila Amaury, também conhecida como Vila Bananal, possuía esse nome por causa do funcionário da NOVACAP Amaury de Almeida que nutria de pretensões políticas e teria liderado o estabelecimento da vila com pessoas que não tinham moradias, sendo também excedentes da Cidade Livre. Ela estava localizada perto da Praça dos Três Poderes, fato que impossibilitou sua consolidação, já que foi inundada pelas águas do lago antes mesmo da inauguração de Brasília. De acordo com Oliveira (2005, p. 248), “sabendo da situação que adviria, os moradores foram ao vice

João Goulart que lhes prometera uma solução. Como esta solução tardou, no último momento, já ameaçados pelo lago, os moradores foram instalados em uma nova cidade-satélite: Sobradinho”. Ademais, como mostra Ribeiro (2008), o próprio Israel Pinheiro (presidente da NOVACAP) sabia da intencionalidade presente na localização da Vila Amaury, que era um terreno que seria inundado e que acabou se transformando numa forma segura de controle e erradicação daquela invasão.

Posto isso, conforme o censo experimental de 1959, nas regiões de núcleos familiares, como no acampamento Central da NOVACAP na Candangolândia, e sobretudo, na Vila Amaury, a proporção de homens em relação às mulheres beirava o equilíbrio. Na Vila Amaury havia uma proporção de 884 mulheres para cada 1000 homens. Esse número próximo do equilíbrio se mantém em núcleos autônomos como Taguatinga e Cidade Livre. Além disso, boa parte dessas mulheres possuía idade entre 20 e 29 anos, eram adultas e foram parte importante da construção de Brasília, não apenas como esposas e domésticas, como também em áreas de serviço, comércio e entretenimento, como era o caso das prostitutas. Dessa forma, esse levantamento demonstra que dadas as circunstâncias, as mulheres foram presentes e sujeitos partícipes na construção de Brasília.

Diante desse papel participativo das mulheres, é preciso pensar em quais condições elas estavam submetidas nesse grande canteiro de obras que era a construção de Brasília, com relativa quantidade maior de homens. Dentre os diversos aspectos que podem ser analisados, podemos citar violência sofrida por elas, especialmente, aquelas que trabalhavam e/ou viviam na Cidade Livre, invasões e nos acampamentos. Essa violência pode ser observada em diferentes configurações nos registros policiais da extinta Guarda Especial de Brasília (GEB), que foram produzidos durante a construção da cidade e que por isso são fontes de análise deste artigo.

As denúncias, em sua maioria foram feitas pelas próprias vítimas. Assim, essas fontes são significativas quanto às representações de gênero que podemos extrair, sobretudo, por parte daqueles que registraram as ocorrências, já que não se trata apenas de uma questão jurídica em que se faz registro da denúncia de um ato infracional. No contexto em que são produzidos os documentos há também, conforme Stuart Hall (2016), o uso da linguagem, de signos e de imagens que significam ou representam algo. Nesse sentido, o autor define *representação* como sendo “uma parte essencial do

processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”. (HALL, 2016, p. 31). Na ocorrência policial, essa significação ou representação pode ser feita tanto do ocorrido como também dos sujeitos envolvidos numa espécie de perfil da vítima e do acusado. Para Sandra J. Pesavento:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2003, p. 40).

Em uma ocorrência policial, não apenas o perfil como também os acontecimentos narrados são construídos a partir da realidade, da prática social e da ideia de mundo de quem registrou. Logo, é importante notar, ainda de acordo com Pesavento (2003, p. 40), “que a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”.

As representações de gênero presente nas violências contra mulheres e os discursos produzidos desses casos no espaço públicos de Brasília presentes nas ocorrências policiais da época, especialmente em casos envolvendo prostitutas da Cidade Livre, são inquietantes por isso. Nos chama a atenção as descrições, as especificações, os julgamentos, as classificações por tipo familiar, dentre outras singularidades utilizadas na escrita desses registros. Não podemos esquecer que a elaboração desses documentos estão inseridos numa cultura patriarcal, machista e sexista que julga as vítimas, tendo como base a noção de mulher da época de suas produções, isto é, do final da década de 1950 e início da década de 1960.

Grande parte dessas construções sobre o “ser mulher” foram reforçadas e mantidas sobre práticas e representações nos discursos construídos durante o século XX, especialmente a década de 1950, período conhecido como “anos dourados”. Para Carla Pinsky (2012), nesse período a categoria “mulher” foi dividida entre “moça de família” e “moça leviana”. As moças de família possuíam um casamento modelo, uma vida de dona de casa, em que cuidavam do lar e dos filhos, além disso tinham que se comportar de forma correta e exemplar, para não serem mal faladas. As moças levianas, por outro lado, eram vistas como aquelas que deveriam ser evitadas a todo custo. Eram

moças com quem os homens se divertiam, mas não casavam, já que conforme a moralidade da época, elas não possuíam as “virtudes” de uma mulher (moça) de família: recatada, dócil, obediente e submissa ao seu marido.

Ainda segundo Pinsky (2012, p. 613), a moral sexual dominante dos anos 50 exigia das mulheres solteiras essa virtude, que muitas vezes era “confundida por ignorância sexual e sempre, relacionadas à contestação sexual e à virgindade”. Essa divisão e esse julgamento é presente nos em registros policiais da construção de Brasília, como abaixo na ocorrência nº 1150.

Veio preso hoje as 14.30 pelo guarda nº 27 o indivíduo Daniel Ribeiro, que na invasão espancava a **mundana** Maria Divina da Silva, foi necessário que a referida mulher fosse mandada para o Hospital do I.A.P.I para ser medicada: em seu poder, 1 cardeneta Banco comercio industria SIP. S/A 2 caderneta de nota, 1 titulo eleitor, 1 Promissoria em Branco, 1 carteira p/ nota com papeis e mais 2 promissoria 1 no valor 99.000,00 e outra no valor de 100,000.00 Cruzeiro 1 contrato de uma Casa, e 1:890.00 Cruzeiros em Dinheiro. (OCORRÊNCIA nº 1150, LIVRO 2, 25/08/1958, grifo nosso).

Podemos observar na ocorrência uma explicação do “perfil” da vítima a partir do que foi registrado pelo comissário. Vejamos que o acusado é o “indivíduo” Daniel Ribeiro, enquanto a vítima Maria Divina, que foi espancada por ele é classificada ou taxada como “mundana” termo depreciativo na época, e que está relacionada também com o local em que ocorre o crime, isto é, uma “invasão”. Além disso, a ocorrência é marcada pela falta de detalhes tais como: a motivação do crime, a proximidade ou não entre vítima e agressor, o local exato, a gravidade dos ferimentos da vítima, dentre outros.

Essas questões são importantes para se ter em mente que a subnotificação tem relação com o que era vivido naquele contexto. A ocorrência trata de uma “mundana” e ocorreu numa invasão. Invasões em Brasília era um ato de rebeldia, que James Holston chama de “periferia ilegal”, como era o caso da Vila Amaury ou da “Sacolândia” (ou Papelândia) que tinha esse nome porque as casas dessa comunidade eram precárias, feitas com restos de materiais de construção e cobertas com sacos vazios de cimento.

De acordo com Holston (1993, p. 257), Brasília foi pensada para não ter invasão, já que “os planejadores de Brasília estabeleceram desde o início uma das intenções radicais da nova cidade: não deveriam deixar que se desenvolvesse a periferia de miséria operária que, de forma legal ou não, tipicamente se tem produzido à volta das metrópoles brasileiras”. Além disso, o controle dessas “invasões” não era feito de forma amigável, mas sim por meio da repressão e às vezes a base da violência. Ainda na década de 1960, conforme Edson Beú (2012), foi criado o Departamento de Administração Imobiliária (DAI) só para cuidar da fiscalização e remoção dessas famílias invasoras de terras nas imediações do Plano Piloto.

Em relação às providências ou soluções tomadas na ocorrência nº 1150: o acusado é posto em liberdade no dia seguinte, sendo “chamado a presença Sr. Coronel Chefe da D. S P [e] foi por este severamente advertido de que si voltar preso nesta Divisão será punido e deportado de Brasília [...]” (OCORRÊNCIA nº 1150, LIVRO 2, 25/08/1958). A punição mais pesada nesse caso, conforme o registro foi o acusado ter deixado em depósito na divisão 100 Cruzeiros (moeda da época) para o pagamento das despesas da vítima, entretanto, conforme o recibo dado pelo hospital, o procedimento custou aproximadamente de 500 Cruzeiros.

Para responder a problemática da pesquisa se tornou necessário uso do conceito de *paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg (1989). O teórico salienta que o historiador deve agir como um detetive e investigar coisas pequenas, por vezes insignificantes e que passam despercebidas se não as olharmos com atenção. Ao observar essas singularidades pode-se chegar à percepção de algo que não se apresentaria em um primeiro plano. Portanto, o historiador-detetive é responsável pela decifração de um enigma, através da elucidação de um enredo mediante pistas, que no final revela algo maior, se feito a partir de perguntas acertadas às fontes. Como uma ocorrência policial geralmente é registrada de forma curta e objetiva, deve-se ter atenção a sua escrita: palavras-chave, expressões de julgamento e identificações, apelidos, entre outros; já que mesmo sendo um registro formal, existem ali discursos produzidos tendo como base uma ideologia.

Também faremos o uso da *Análise de Discurso* da pesquisadora Eni P. Orlandi (2005), que aponta como argumento central da interpretação da Análise de Discurso a ressignificação da noção

de ideologia, já que “(...) não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar” (ORLANDI, 2005, p. 45). Nesse caso, levando em conta os discursos das ocorrências podemos indagar: qual a posição de fala do comissário e/ou investigador que registra a denúncia? Quais as condições de produção daquele documento? Existem não-ditos na sua linguagem? São questões como estas que procuraremos responder.

Diante do exposto, no que se refere às mulheres, como escreve Rachel Soihet e Joana M. Pedro (2007, p. 284), a disciplina de História nas ciências humanas foi a que mais tardiamente se apropriou da categoria de gênero, reflexo da própria inclusão de “mulher” ou de “mulheres” como categoria analítica na pesquisa histórica. Para a autora, isso se deu pela falsa percepção de que, “ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas; o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Para Joan Scott (1991), gênero consiste em um caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização. Desta forma, não se trata apenas a diferença biológica entre homens e mulheres, mas da construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, isto é, às características e papéis atribuídos a cada um deles na sociedade (LOURO, 1996).

Na sua definição, Scott (1991) baseia o núcleo essencial da definição em duas proposições, que são ligadas entre si, mas que segundo a pesquisadora, analiticamente, deveriam ser distintas: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 21). Trata-se, de observar os significados variáveis e contraditórios que são atribuídos à diferença sexual.

Para Andréa Lisly Gonçalves (2006, p. 75), considerar o conteúdo relacional da história das mulheres numa ótica metodológica “significou a ampliação das fontes disponíveis ao historiador, acentuando um processo já em andamento, uma vez que não se tratava mais apenas de localizar aquela documentação na qual as mulheres figuram como ‘protagonistas’”. Ainda segundo Gonçalves (2006, p. 75), passou-se a conferir uma atenção especial às lacunas, às omissões presentes nas fontes

ditas convencionais, “realçando-se à medida que tais conteúdos velados contribuíram para esclarecer sobre o papel desempenhado pelas mulheres em determinados contextos”.

A emergência do campo da história das mulheres contribuiu para revelar a potencialidade das fontes para o estudo do feminino e das relações de gênero na História, revalidando-as. Ao mesmo tempo, demonstrou a importância de uma série de registros documentais considerados não convencionais para a reconstituição dos processos em que as mulheres aparecem como agentes, com maior ou menor ênfase no caráter relacional entre os sexos. (GONÇALVES, 2006, p. 85).

No que diz respeito às fontes que dão protagonismos às mulheres no contexto da construção de Brasília, podemos utilizar além das fontes “convencionais” registros de óbitos, carteiras de trabalho de mulheres, documentos de cartório (como certidão de casamento), e ocorrências policiais. Em um contexto amplo, podemos citar diversas outras fontes que podem ser utilizadas na análise de gênero, tais como: fotografias, literatura de viagem, biografias ou depoimentos biográficos, relatos orais voltado para a temática de Brasília, cartas, diário, tratados e discursos médicos, testamentos, censos, processos de crimes, entre outros.

No que se refere às omissões presentes em fontes sobre mulheres, no caso das ocorrências policiais, podemos mencionar situações recorrentes de nenhuma providência assinalada em crimes contra crianças e jovens do sexo feminino, especialmente em casos de tentativa de estupro, em que nem mesmo o registro de abertura de inquérito é assinalado, demonstrando já naquela época dificuldades em lidar com o tipo de crime. São lacunas presentes nas ocorrências policiais a falta de maiores detalhes dos fatos e das informações sobre o agressor (o que pelo contrário não acontece com a vítima). Além disso, as providências tomadas ou até mesmo explicações da razão de certas providências tomadas são empecilhos para uma análise completa dos casos, mesmo se tratando de crimes graves como estupro, onde os acusados são soltos um dia depois da prisão.

Também existem ocorrências em que não há uma maior elucidação do caso por escolha dos que escreveram. São recorrentes casos de mulheres anônimas e que possuem em comum nas suas denúncias o decréscimo atribuído pelos policiais em função do acontecido. Há casos em que não são feitas nem mesmo a “introdução” característica para a formalização de um perfil, tão comum nos

registros. Vejamos: “Veio preso ontem as 22 horas pelos guardas 32 e 5 o indivíduo Antonio Dantas Freire por se encontrar embriagado e espancando uma mulher na Pensão Padre Cicero: em seu poder 20.00 1 espelho, 1 vidro de remédio 1 pente” (OCORRÊNCIA nº 1025, LIVRO 2, 22/07/1958). A ocorrência de número 1171 segue o mesmo exemplo:

As. 21.45. veio preso pelo guarda nº 27, o indivíduo José Carvalho dos Santos, que agredia uma mulher no parque isto é: “espancava uma mulher”- em poder do preso foi encontrado: Cr\$ 307- em cheque do Banco de Crédito M.G. no valor de -1.186-Cr\$. Uma carteira profissional um título eleitor, um cinto. (OCORRÊNCIA nº 1171, LIVRO 2, 08/09/1958).

Nos deparamos com uma subnotificação nesses registros de violência sofrida por essas mulheres na construção de Brasília, isto é, pelo tipo violência sofrido por essas mulheres (espancamento) há uma notificação deficiente e pouco adequada do ocorrido, já que nem mesmo os detalhes do crime, muito menos das vítimas são detalhados, muito provavelmente, além da precariedade do serviço, por causa das relações de gênero. Isto posto, a solução para ambas as ocorrências foi chamar os acusados na delegacia e adverti-los de que se voltassem a cometer outro delito seriam punidos e deportados de Brasília como maus elementos.

Além das soluções e providências, podemos notar uma semelhança entre as ocorrências: não há informações das vítimas como nome, estado civil, residência e idade. Elas são descritas apenas como mulheres. Esses registros podem estar marcados por um *não-dito* (ORLANDI, 2005), que não está visível na escrita, mas condicionado ao já dito do discurso, pois “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2005, p. 82).

Assim sendo, o não-dito dessas ocorrências pode ter relação com a classificação dessas vítimas como levianas e mundanas, e pode ser consequência também de alguns pontos citados no registro como o horário da ocorrência (noite, depois das 21:00 horas) e a localidade do crime (em uma Pensão e no parque). Mas e os detalhes do acontecido? O motivo? A relação entre vítima e acusado? Indagações como estas parecem insignificantes, diante dos julgamentos listados. O discurso passa a impressão de que após a anotação do horário e da localidade, aquela ocorrência já estivesse preenchida pelo perfil da vítima, mesmo ela ainda estando anônima. Nesse caso, pode ser que haja



uma inversão de culpa, já que a vítima para quem escreve parece mais suspeita que o próprio agressor, provavelmente por não se enquadrar nos padrões de moralidade da época.

### **Mulheres e a violência na construção da nova capital**

Brasília só começou a ser construída a partir da Lei nº 2.874, sancionada pelo JK em 19 de setembro de 1956, que além de autorizar a transferência da capital, possibilitou também uma grande liberdade para o ex-presidente agir da forma que achasse melhor. O segundo artigo da lei, dava conta da construção de uma nova sociedade que se denominaria *Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP*<sup>5</sup>, aprovada com o apoio de parlamentares da União Democrática Nacional – UDN, oposição que via com ceticismo a construção de Brasília. Para Ribeiro (2008, p. 46), “dado o volume do empreendimento, a companhia governamental, ao ser criada, já nasce com um certo gigantismo”, já que a estatal ficou responsável por tudo que dizia respeito a construção da Nova Capital.

Onde estavam as mulheres nesse contexto? Elas estavam em tudo, e em praticamente todos os lugares: canteiros, escritórios, acampamentos, refeitórios, bares, restaurantes, escolas, hotéis, prostíbulos, dentre outros. Muitas vezes esquecidas ou simplesmente citadas de forma rápida em algumas obras da história de Brasília, as mulheres também participaram ativamente da construção de Brasília em diversas ocupações e não apenas como donas de casa, trancadas em seus barracos de madeira cuidando dos filhos enquanto os maridos construíam a cidade. Mesmo assim, a figura da mulher fica associada não apenas em Brasília como também em outros diversos contextos, lugares e tempos ao trabalho doméstico. Para Michelle Perrot (2012, p. 115), o caráter doméstico “marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa. [...] O trabalho doméstico resiste às revoluções igualitárias. Praticamente nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico [...]”.

---

<sup>5</sup> O décimo artigo da lei, estabelecia as normas de administração da empresa: administrada e fiscalizada por um Conselho Administrativo (6 membros), um Conselho Diretor (4 membros) e um Conselho Fiscal (3 membros). Assim sendo, um terço dos membros de cada um desses órgãos seria escolhido de uma lista tríplice de nomes indicados pelo maior partido da Oposição. A diretoria da companhia tinha a obrigação de apresentar relatórios, balancetes financeiros e boletins estatísticos.

O livro *Poeira & Batom no Planalto Central: 50 mulheres na Construção de Brasília (2010)*, que é resultado do projeto de depoimentos do documentário com o mesmo título organizado e dirigido por Tânia Mourão Fontenele e Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira, nos mostra uma Brasília narrada por mulheres de diversas ocupações e classes de Brasília, demonstrando que elas também ajudaram na construção de Brasília, mesmo que relativamente em menor número em relação aos homens. Conforme o *Censo Experimental de 1959*, a proporção adulta feminina era constituída majoritariamente por pessoas casadas, diferentemente da população masculina; “a anomalia resultava em pronunciada desproporção entre as pessoas solteiras dos dois sexos (17 mulheres para 100 homens)”. (IBGE, 1959, p. 14). Por conta disso, existem muitos relatos não apenas dos trabalhadores homens como também de muitas mulheres de que havia “pouca mulher” em Brasília.

Mas o perfil de mulher, ou melhor, a moral e conduta do sexo feminino em Brasília continua praticamente a mesma da década de 1950, independente da especificidade da construção de Brasília, e do discurso de um suposto local de “união, harmonia e respeito” entre todos. Se entre os pares do gênero masculino essa “cordialidade” não se contemplava em todos os segmentos de acordo com os próprios registros de ocorrências analisados, já que ocorriam muitas rixas e tentativas de homicídios, imagine em relação ao gênero feminino. Vejamos a ocorrência n° 312, que não teve providências mencionadas no documento:

Compareceu hoje nesta divisão a SR<sup>a</sup> Julieta Candida da Silva para a seguinte queixa: que trabalhando no Hotel Jurema desde 13 de maio de 1958 Recebeu apenas 1 mez e agora, o proprietário do Hotel mandou a reclamante embora e recusa a efetuar o pagamento: E ainda tentado agredir a reclamante desta ocorrência que só não conseguiu seu intento pois na hora de agredir a reclamante, caiu no solo dando tempo para que esta pudesse fugir para livrar do intento do proprietário do Hotel. Pede providência neste sentido. (OCORRÊNCIA N°312, LIVRO 3, 17/07/1958).

O acusado tentou agredir a vítima por não querer pagar a dívida, mas não apenas porque se viu ameaçado diante da sua posição de poder como patrão e dono do Hotel, como também o seu papel de homem naquele período, possivelmente considerado por ele como sendo superior à mulher. Para Lourdes Maria Bandeira (2017), as manifestações de violências que estão presentes nas relações interpessoais e de gênero são estruturantes, “seja pelo fato de normatizar, modelar e regular as

relações interpessoais entre homens e mulheres em nossa sociedade, seja pela forma indistinguível de poder que assumem, seja pela dimensão quantitativa que apresentem”. (BANDEIRA, 2017, p. 20).

Para Rachel Soihet (2012), a “honra” da mulher, que Pinsky chama de “virtudes”, legitimava o papel do homem como dominador. Esta concepção gerava no gênero feminino o desconhecimento de si, do seu corpo, criando práticas de repressão da sua própria sexualidade, práticas essas reforçadas para atender um sistema de dominação familiar e social, mas que aos poucos passava por modificações sociais e estruturais ao longo da metade do século XX, uma vez que crescia cada vez mais o número de mulheres no mercado de trabalho, sendo que elas já não ficavam tão presas ao casamento e ao lar como era de costume. Conforme a autora, em relação à defesa da honra, as mulheres eram divididas em duas categorias: de um lado “ser virgem e ser mãe” num contexto que tinha na imagem da Virgem Maria o ideal de pureza; do outro, as “mães putas”, estas que se deixavam desvirginar e que por ter filhos ilegítimos arcariam com os próprios erros.

Conforme Soihet (2012), essas “mães putas” que trabalhavam fora e não eram submissas eram mais propensas a sofrerem com as violências físicas e morais, caracterizadas pela exclusão e pelo preconceito. Como ocorre na ocorrência número 312, em que a vítima não fica calada diante da injustiça do não pagamento do seu salário. Mas fica claro o enorme paradoxo quando pensamos na “honra” das mulheres desse tempo, quando se coloca na análise ponderações referentes à classe e oportunidades em que elas estavam inseridas na construção de Brasília, pois:

[...] Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, delicadeza, fragilidade. (SOIHET, 2012, p. 366, grifo da autora).

Essas mulheres humildes escapavam ao rótulo de *sexo frágil*. Para Soihet (2012), elas não apenas brigavam e lutavam pelo que achavam certo na rua, no meio urbano (público), como também não aguentavam caladas a autoridade familiar, patriarcal e machista que o homem dispunha. Isso

fazia com que elas sofressem ainda mais com a violência de seus maridos toda vez que eles eram acometidos de insegurança quanto ao papel de homem naquela sociedade.

Como demonstrado até aqui, as denúncias de violência contra mulheres na construção de Brasília se caracterizam por serem crimes subnotificados, muito por estarem inscritos nessa cultura patriarcal e machista que acaba por desestimular as denúncias de violência contra as mulheres. Segundo Diva do Couto Gontijo Muniz (2017), essa cultura machista se inscreve em uma lógica sexuada onde os lugares, papéis, atividades e posições das pessoas são definidas segundo seu sexo social, seu gênero, masculino ou feminino. Desta forma, “estabelece-se, sob tal visão de mundo, uma partilha desigual, ao se conferir ao masculino uma posição de superioridade em relação ao feminino, fundamentada em argumentos biológicos, na tese da inferioridade estrutural do sexo feminino” (MUNIZ, 2017, p. 38).

Diante dessa visão cultural, as mulheres são mais frágeis e deveriam ser cuidadas, principalmente no que dizia respeito à sua honra. As moças solteiras precisavam andar acompanhadas, por exemplo, para ter uma “proteção” contra tentativas de homens aproveitadores que poderiam “dissuadi-las”. Em Brasília, a falta de mulheres solteiras explicitava esse discurso de que teriam que se precaver e tomar certos cuidados “de moça direita” como não sair sozinha e andar sempre acompanhada, mesmo durante o dia. No documentário *Poeira e Batom*, algumas mulheres, geralmente as filhas e esposas dos que exerciam cargos na NOVACAP, dizem que as mulheres eram tratadas com respeito e que raramente se sentiam ameaçadas ou coagidas. Outras, as que trabalhavam como cozinheiras, lavadeiras, camareiras..., as ditas candangas invisíveis, dizem o contrário, pois, segundo elas, precisavam estar atentas na cidade. Para a entrevistada Josefa França: “havia de fato poucas mulheres. Quando dava 4 horas da tarde, mulher nenhuma ousava descer na Vila Mauri, que era cheia de gente, só homens. As mulheres não desciam, não. A mulher não dava sopa na rua, não” (MOURÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 42). Podemos observar essa insegurança mencionada pela entrevistada na ocorrência nº 841:

Compareceu nesta divisão as 22.45 de ontem o SR José Luis do Nascimento, solicitando polícia, pois na estrada do IAPI dois homens estava agredindo uma mulher, e uma criança: compareceu no local os guardas nº 46-49-50-51. prenderam

o individuo Agostinho de Jesus, um dos agressores e outro evadiu-se: Geralda de Costa Ferreira diz, que aquela hora não havia mais amicus, resolveu ir a pé até sua residência, quando chegando a certa altura 2 homens, foram encontro a Ella, o moço claro apanhou sua filha de 4 anos e correu para o mato, e o outro que é José Luis pegou a referida, mulher, a força, ainda derrubando-a no chão para manter relações sexuais a vítima gritou pedindo socorro, e aí apareceu o SR Adalberto Faria de Souza. José Bernardo de Carvalho que prenderam o indivíduo acima, até que chegasse a polícia: os 2 senhores acima dizem que tiraram a criança das mãos do tarado e este em seguida fugiu, e o outro que espancava a mulher conseguiu prender: Em seu poder foi encontrado 1 relógio marca metrania. 339.00 cruzeiro 1 carteira E documentos: foi preso 19 de maio o 2º indiciado de nome Julio Cesar. (OCORRÊNCIA nº 841, LIVRO 3, 19/05/1958).

A ocorrência apresenta vários detalhes do crime, mas novamente falta mais informações sobre a vítima como a sua situação civil e idade. Levando em conta outras ocorrências em que há a predominância da figura da vítima no início da ocorrência numa divisão entre mundana ou casada, a mulher da ocorrência nº 841 provavelmente é uma mãe solteira, já que no caso de crimes contra mulheres casadas geralmente há um local de destaque do marido na narrativa como testemunha ou denunciante, que é explicitada no registro, como uma espécie de legitimação do perfil da vítima, vejamos a ocorrência nº 234 e 261:

Vítimas: Maria de Lourdes do Nascimento, mundana, 22 anos, residente Z. B. M. e Jovino de Sousa, medalha, soldado da G.E.B. Acusados: Jurandir Gomes Leal, solteiro 21 anos, residente Cía Perdeneira e Cairo Pereira de Castro, solteiro, 30 anos, residente na Cía Viera de Castro.

O Investigador Hildo D'Alessandro Filho prendeu em flagrante e conduziu-os (sic) a este Distrito os indicados acima quando os mesmos infringiram o art. 129 do Código Penal brasileiro nas pessoas das vítimas acima descritas. As vítimas indagadas por este comissário declararam que havia outro indicado que com a chegada da polícia evadiu-se. Test. Tarciso Rufino de Andrade e Eudesio Sshelle". (OCORRÊNCIA nº 234, LIVRO 10, 12/02/ 1961).

Veio detido hoje nesta divisão pelos guardas 31 e 39 o indivíduo José Bento de Oliveira por cometer desordem no bar maracangalha, e chamando uma SA. casada para ir para a cama, dizendo que mulher com ele só pelada, e na cama. Trabalha na Rabello, como torneiro mecânico: em seu poder foi encontrado 1 título de Eleitor (OCORRÊNCIA nº 261, LIVRO 3, 22/06/1958).

Na ocorrência nº 234 que trata de "lesão corporal", sem nenhuma solução ou providência tomada, é evidenciado uma classificação da vítima como mundana, que não se aplica à outra vítima,

da ocorrência nº 261, que (explicitamente presente no registro) é casada e chamada de “senhora” em tom bem respeitoso diferentemente da primeira vítima, “a mundana”. Outra diferença entre as duas diz respeito ao fato de que a segunda mulher dispensou qualificação, justamente por ser casada, o que remete a questões morais dentro da ocorrência, como se a moça do lar dispensasse outras informações já que estava “óbvio” o tipo de vítima que o escrevente se deparava.

A noção de *condições de produção* conceituada por Orlandi (2005) na Análise de Discurso, pode esclarecer bem essa questão, já que em sentido estrito se refere ao contexto imediato da enunciação. Entretanto, isso não é tudo, se pensarmos o pressuposto no seu sentido amplo, veremos que ele dá conta de todo um contexto sócio-histórico e ideológico. Nesse caso, as condições de produção dos registros policiais, se referem não apenas ao momento da escrita (a construção de Brasília) como também à questões e padrões de família, de trabalho, de nação, e porque não de mulher da época, já que as condições de produção dão conta também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o “já-dito” do discurso.

No que concerne o já-dito, Orlandi (2005), também menciona o conceito de *interdiscurso*, que seria a memória do dizer, isto é, o exterior constitutivo do discurso.

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005, p. 31).

Quando o comissário ou investigador escreve ou se refere a uma situação de violência contra mulher e se utiliza de expressões como mundana, solteira, meretriz, casada, moça de família, dentre outras, ele não o faz a partir de uma criação do momento sem ter em mente o que efetivamente é a significação sócio-histórica dessas palavras. Por trás da utilização desses “termos” há toda uma memória discursiva que muitas vezes dispensa complementação. Como um já-dito, esse termos possuem elementos significativos já pré-construídos. Para a teórica, nesses casos entram em cena também um jogo da língua marcada pela ideologia e pelas posições que esses sujeitos (no nosso caso os policiais) que escrevem possuem com relação ao poder.

Orlandi (2005, p. 33), também menciona que o dizer não é propriedade particular, já que “as palavras não são só nossa. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significam ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. Nesse caso, não é apenas o discurso do comissário X ou Y que aplica esses já-ditos, mas de um conjunto de pessoas na sociedade que compactuam (mesmo não tendo acesso ou sentido sobre o que dizem) com tais terminologias negativas ou positivas sobre as vítimas das ocorrências.

Essa “adjetivação” deliberada é colocada de forma clara na ocorrência número 169 que trata de uma denúncia de “tentativa de estupro”, em que a vítima Dona Maria (casada) acusa um guarda da GEB de ter invadido sua casa enquanto ela dormia para “beijá-la” e tocar “em partes que só o seu marido tocava”. No registro, o próprio policial denomina como “qualificação” a parte final de preenchimento do perfil da vítima, vejamos: “*Qualificação da vítima*: Maria Vitorino da Silva, doméstica, com 18 anos de idade, casada, filha de José Vitorino da Silva e Gabriela Vandira da Silva (OCORRÊNCIA n° 169, LIVRO 8, 16/05/1960, grifo nosso). Nota-se que diferente de outras ocorrências, até os pais da vítima são citados na “qualificação”, podemos observar também o “Dona” que é mais usado para se referir à mulheres casadas.

Vejamos o exemplo da ocorrência n° 1301: “As 20 horas de ontem foi preso pelo soldado Milton Leopoldino, o indivíduo Francisco Alves de Souza. Por se encontrar embriagado, e agredindo uma moça de nome Maria Rosa dos Santos, em um Bar na Caixa Economica: em seu poder 160.00 cruzeiros [...]” (OCORRÊNCIA n° 1301, LIVRO 2, 16/12/1958). Nesta ocorrência, não há uma maior classificação da vítima como em outros casos já mencionados. Novamente há uma subnotificação, uma vez que falta detalhes do ocorrido e da situação da vítima, tais como: Qual a relação de vítima e agressor? Além disso, qual o estado da vítima? Qual o motivo da agressão? Nem mesmo há menção quanto a abertura de inquérito para apurar o caso.

Mais do que a falta de uma adequado registrado em relação aos crimes contra mulheres, sobretudo de casos de lesão corporal, tentativa de homicídio, estupro e tentativa de estupro, chama atenção também as soluções ou providências tomadas. Na ocorrência número 1301, - como algumas

das mencionadas anteriormente até aqui - consta no documento a seguinte declaração: Pelo cel. Chefe da D.S.P. foi *severamente advertido de que si voltar preso nesta divisão será punido e deportado de Brasília*, foi posto em liberdade as 9,40 horas do dia 16/12/58” (OCORRÊNCIA nº 1301, LIVRO 2, 16/12/1958, grifo nosso).

A advertência e promessa de punição em alguns registros somente em caso de reincidência já diz muita coisa sobre a precariedade e incompetência da Guarda Especial de Brasília, diante do Código Penal (já vigente pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Chama atenção a “criação” de uma nova punição aos crimes cometidos em Brasília, mesmo para crimes graves, isto é, a deportação do acusado da Nova capital, do Oásis brasileiro.

Para Ribeiro (2008), Brasília (ainda em construção) vivia uma ambiguidade jurídica pois a Constituição do Estado de Goiás estipulava a separação da área do então futuro Distrito Federal, quando fosse promulgada a lei de fixação da mudança da capital (sancionada em 1º de outubro de 1957) o que gerou diversos impasses, suas soluções:

[...] redundavam em fortalecimento intencional do poder da Companhia Urbanizadora da Nova Capital que, vinculada ao Executivo, dominava totalmente a área em detrimento dos outros poderes da República, agora notadamente o Judiciário. Para os problemas de ordem jurídica, desde crimes como assassinatos até questões trabalhistas, estava o território da construção subordinado concretamente à tutela das vizinhas e pequenas cidades de Luziânia e Planaltina (sobretudo esta última) que, como seria de supor, não estavam aparelhadas a contento para dar conta do volume de problemas. (RIBEIRO, 2008, p. 54).

Na prática, a NOVACAP por meio do seu Departamento de Segurança, acabou por criar a sua própria polícia, consequência do *poder* concentrado em suas mãos. Assim os problemas ligados à segurança pública passaram a ser tratados por ela, gerando insegurança e medo na população.

De acordo com Ribeiro (2008), a necessidade da NOVACAP de atribuir a si pela Guarda Especial de Brasília (GEB) o poder de polícia, visava inicialmente o desejo de salvaguardar os depósitos de materiais de construção. Mas com o tempo se fez necessário também um policiamento que tentasse controlar a população do universo do álcool e depois da prostituição, sendo estas as



principais alternativas de lazer para uma população masculina e adulta. Mesmo diante dessas “funções”, a GEB não possuía triagem ou qualquer tipo de seleção com treinamento especializado.

O poder de polícia concentrado na NOVACAP neste “estado de fato” (OLIVEIRA, 2005), fez com que a polícia agisse em prol de um bem maior que era a construção da cidade, e nesse caso, também está incluído as concepções discursivas centrada no “mito da nação” tão difundido pelo Estado na época. Indo de acordo com Iracilda Pimentel Carvalho (2001), Brasília assume o caráter simbólico de todo plano governamental de buscar um novo Brasil, este moderno, que acaba por transformar JK em um mito, no herói fundador de Brasília.

Para Ribeiro (2008), ao tomar os discursos da época veremos que o esforço discursivo do estado e sua propaganda tinham a interiorização e integração nacional como seus principais elementos. E de acordo com Oliveira (2005), a ideia de “construir um novo” Brasil se refere a uma “narrativa mítica”, que hipoteticamente constrói a noção de *mito da nação*, que busca fazer uma novo país, o que sugere um caráter de incompletude e de falta da nação, até aquele momento. Nessa ótica, “com JK”, buscava-se a modernização, o *Brasil moderno*, “a romper com o seu passado colonial e escravocrata, a aproximar o país aos padrões econômicos e sociais de desenvolvimento das principais nações do mundo” (OLIVEIRA, 2005, p. 26). Ainda para Oliveira (2005, p. 173), “à medida que a cidade ia sendo realmente construída, aquelas imagens soariam cada vez mais naturais, como se o imaginário nacional fosse pouco a pouco se acostumando com o resgate da descoberta e da fundação do Brasil”.

Assim sendo, essa nova ordem jurídica dentro do quadrilátero Cruls foi possível graças a esse discurso mobilizador e ufanista que se criou em torno da construção de Brasília e, também, pelo poder concentrado na Novacap que durante a construção se torna o Estado dentro dos canteiros de obras, com poderes de expulsar os indesejados para longe da cidade. Nesse caso, indo de acordo com esse pensamento, não participar (e ver com os próprios olhos) o “surgimento do novo Brasil” porque foi banido do quadrilátero como pena para a desordem ou outros crimes reincidentes, parecia ser na visão da GEB mais doloroso e punitivo do que a prisão (e o cumprimento do Código Penal) por crimes como lesão corporal grave, tentativa de estupro, homicídio, dentre outros. Assim, quem

não possuía esse mesmo ideal no “Éden de Brasília” ou que contribuísse de alguma forma com uma imagem negativa para a cidade, sofria com a repressão e a violência - especialmente da GEB – como era o caso de prostitutas, de pedintes, mendigos e desempregados (que na visão da época eram desocupados).

Nesse contexto repressivo e precário, as mulheres sofreram com a GEB tanto quanto os homens, principalmente as prostitutas que trabalhavam na ZBM, uma vez que além de manter a “lei seca”, fazer o controle e tirar de Brasília aqueles que não eram “fichados” pelas construtoras ou aqueles(as) que causavam problemas, a polícia da Novacap também tinha como objetivo manter a ordem, sobretudo, com relação ao “problema” que a ZBM se tornava para a imagem de Brasília, uma vez que o local crescia cada vez mais (BEÚ, 2012).

A Zona do Baixo Meretrício, conhecida como ZBM, era uma grande e movimentada zona de prostituição nas imediações da Cidade Livre. Para Oliveira (2005, p. 250), naquele período “as formas de lazer se resumiam aos bares e à zona de prostituição na Cidade Livre. Em algumas construtoras, um pequeno campo de futebol era construído no interior do acampamento, propiciando uma forma de lazer”. A ZBM diferentemente do que era divulgado na época foi um ambiente cercado de violência, não apenas pelas rixas entre os trabalhadores que disputavam as mulheres, como também pela repressão da polícia a esses sujeitos e às prostitutas.

De acordo com Edson Beú (2012), como um problema a ser solucionado, a ZBM foi alvo de várias tentativas de remoção nada amigáveis das “borboletas” - como eram chamadas pelos Gebianos - da Cidade Livre, sendo que a remoção foi efetivada apenas no início de 1966, por meio de um cerco policial com arame farpado na região dos bordéis que isolou essas mulheres, deixando-as sem água e sem comida. Marlene Teixeira Rodrigues (2009), menciona que a remoção de bordéis não apenas da Cidade Livre, como também da W3 Sul (onde alguns desses estabelecimentos também tinham se instalado com o crescimento da avenida), não banuiu a prostituição da capital.

Excluída, num primeiro momento, dos locais públicos considerados mais nobres do Plano Piloto, a prostituição não foi, entretanto, banida do centro do poder federal, embora os bordéis em estilo tradicional se concentrassem na cidade goiana de Luziânia, localizada na região do Entorno do Distrito Federal e na “Zona

Boêmia do K7”, situada na entrada de Valparaíso, outra cidade goiana do Entorno, ou se espalhassem pelas recém criadas cidades-satélites. No caso específico da cidade-satélite de Planaltina, inclusive, as atividades de prostituição se instalaram em pleno centro da cidade. A zona boêmia – popularmente conhecida como “ZBM” - é antiga e ocupa toda uma rua do centro histórico. Ali vários prostíbulos e bares acolhem prostitutas e fregueses potenciais (RODRIGUES, 2003, p. 196).

Quanto ao período analisando do final da década de 1950, as mulheres desse ramo sofriam ainda mais quanto à violência de gênero, já que são inúmeras as ocorrências de violência contra elas, especialmente em locais frequentados por trabalhadores na Cidade Livre tais como: bares, hotéis e bordéis. Elas eram alvo de violências morais e físicas por não se enquadrarem na categoria de ‘moça de família’, mencionada por Pinsky (2012), por não ter as virtudes da dona de casa e por não proteger a todo custo a sua “honra”, como demonstra Soihet (2012). Como veremos adiante, tais questões e “categorias de mulheres” são reproduzidas nas ocorrências policiais.

Na ocorrência nº 158 que trata de lesão corporal, um homem agride uma prostituta no bar provocando hemorragia na vítima, no registro há uma construção do perfil da vítima e do acusado: “Vítima: Jacinta de Almeida – 22 anos – meretriz. Indiciado: Irio Tomé – solteiro – 33 anos – motorista – residente à 1ª Avenida nº 36 – fundos. Local: Alabama Bar – Av. Central [...]” (OCORRÊNCIA nº158, LIVRO 10, 30/01/1961). Neste caso, há uma “qualificação” do acusado com mais detalhes do que a da vítima. Para esta, bastou mencionar depois da idade o termo “meretriz”, que automaticamente um “já-dito” cria o perfil da vítima, registro esse que não possui providências ou soluções tomadas.

Existe também vários casos de abuso de poder dos guardas da GEB, como na ocorrência nº 824 que versa sobre assédio sexual, onde “Senhora Maria José Pereira Rodrigues” presta queixa de que ao se dirigir à delegacia para visitar o esposo que estava preso por falsificação de cheque, e “passar pela ponte, foi intercalada pelo guarda Rural 20 Giomar Pereira de Queiros que com palavras indecorosa queria manter relação Sexuaes com a reclamante: sendo repellido por esta, elle disse que nao contace ao seu marido e nem vicee dar parte a polícia:” (OCORRÊNCIA nº 824, LIVRO 3, 13/05/1958).

Como providência, foi enviada por ordem do chefe da divisão uma cópia da ocorrência para “Senhor Doutor Sayão”, o que demonstra que as questões criminais tratadas pela GEB estavam estritamente ligadas ao ideal de normatividade pensado pela NOVACAP, já que Bernardo Sayão era um dos diretores mais conhecidos da estatal. Além disso, nos atentemos também ao *senhora* utilizada na ocorrência, muito por se tratar de uma mulher casada como mencionado, o que dispensou uma “qualificação da vítima”. O mesmo abuso da GEB acontece na ocorrência nº 560, sem soluções ou providências mencionadas.

Compareceu hoje nesta divisão o 3º Sargento da 6ª Companhia Aridio Vicente Raposo, para a seguinte queixa: que estando de férias para Juiz de Fora e ao retornar, indo a zona de meretrício e ficando em companhia da mulher de sua simpatia hoje porem veio saber que o guarda nº 34 desta divisão, espancou a mesma, e alegou tambem que espancaria o reclamante desta ocorrencia: a citada meretriz viajou hoje para Goiania diante da ameaça do guarda em questao: Pede providencia neste sentido. (OCORRÊNCIA nº 560, LIVRO 3, 03/11/1958).

Vejamos outro caso de abuso da GEB na ocorrência nº 194:

Acompanhada do soldado da G.E.B. nº 477 Geraldo Ariquermes Gomes, compareceu neste Distrito a mundana Teresa Ferreira Soares, 22 anos, residente no Bar Itanara Z. B. M. a qual apresentou queixa contra o soldado da G.E.B. nº 988, por ter o mesmo, na noite anterior, no interior o Bar Itanara agredindo-a a socos e pontapés produzindo-lhe lesões generalizadas, este comissário ao mandar o investigador Lima juntamente com a queixosa ao quartel da G.E.B a fim de identificar o referido soldado, e no ato da identificação pela queixosa, aquele, tentou mais uma vez na presença do investigador agredir a mesma, não conseguindo o seu intento em virtude da intervenção do investigador. (OCORRÊNCIA nº 194, LIVRO 10, 06/02/1961).

Na ocorrência nº 194, que apresenta agressão e depois uma tentativa de agressão pelo mesmo policial, temos apenas o seguinte despacho: “Inquérito se for o caso, encaminhando a vítima a exame de corpo e delito”. Há uma desqualificação da vítima pelo uso do termo “mundana” e pelo local onde mora, a ZBM. Mas, vejamos que provavelmente pelo que consta na ocorrência o soldado (identificado) não sofreu nenhuma punição. No documento temos uma demonstração de arbitrariedade e julgamento da vítima agredida, como se o perfil da mulher que residia na ZBM, local de “mulheres vida” e não de moças de família tirasse o peso das agressões do Gebiano.

Para Eleonora Zicari C.de Brito (2007, p. 33), no que tange a justiça em relação ao gênero, há em alguns casos uma flexibilização dos “padrões normativos condenando o comportamento da vítima, considerado desviado do padrão da mulher honesta”. Muitas vezes para inocentar o acusado faz-se o uso da condenação da vítima, que passa de *vítima* para a condição de *transgressora*. No caso, o perfil da vítima traçado por quem escreveu a ocorrência nº 194, dá a entender de que ao colocar o termo “mundana” e ZBM no início do registro, se modificaria totalmente o restante do relato de forma que não se estaria mais julgando os atos do agressor, mas os da própria vítima. Essas ponderações são reafirmadas nas soluções, uma vez que se fará um exame de corpo e delito e depois “inquerito se for o caso”, mas nada é citado em relação ao policial da GEB.

Algo muito diferente se aplica à ocorrência nº 380 quanto às providências tomadas: “Foi preso hoje pelo guarda nº 22, o individuo Francisco Rebouças Filho, o qual em estado de embriaguês, tentava conquistar uma japonesa, filha do proprietário do bar do japonês, sito na av. Central.” (OCORRÊNCIA nº 380, LIVRO 1, 19/12/1957). Como solução: “Chamado a presença do Cel. Chefe, foi severamente repreendido” e depois “mandado embora para Anápolis” (*deportado*).

Em vários outros casos de assédio não foi tomada nenhuma providência e é provável que a presença de uma figura masculina importante da Cidade Livre, no caso o pai da vítima presente no discurso, explique essa punição “severa”, que falta em casos de exploração sexual, como na ocorrência nº 1066, em que nada é informado. Perceba:

As 19.00 horas apresentou queixa nesta divisão as sras. Nair Fernandes e Silvana Salvaterra que trabalham no restaurante - da rodoviária - dizem que: foram convidadas a virem trabalharem no referido restaurante cujo convite foi feito pelo proprietário do mesmo com promessa de um ordenado de Cr\$ 30.000,00 - (trinta mil cruzeiros) e quando aqui chegaram o proprietário do restaurante, as mandava ter relação sexual com seus fregueses, e como elas não se sujeitaram a isso, ele o proprietário as botou pra fora e não quer pagar o seus vencimentos. Prometendo ele que se as referidas não gostarem de Brasília que ele as indenizava. Alegam elas, que é de costume sempre aparecer cobradores no restaurante, pois o proprietario não paga suas dividas.” (OCORRÊNCIA nº 1066, LIVRO 2, 01/08/1958).

Prostituição segundo o Código Penal brasileiro não é crime, mas a exploração dela é crime, mesmo assim nenhuma providência é tomado em relação à denúncia da ocorrência nº 1066. Ao

menos as vítimas possuem nomes e a ocorrência não é subnotificada, a não ser pela falta de providências, o que não ocorre em diversas outras situações.

Vejamos a ocorrência número 991: “Foi preso ontem pelos guardas 31 e 40 o individuo Fernandos Dias de Santana, por estar na pensão São Paulo, forçando uma mulher a ter relações pela parte oposta. Em seu poder 1 carteira [...]” (OCORRÊNCIA n° 991, LIVRO 2, 14/07/1958). Esta ocorrência deixa novamente a mulher anônima e o comissário que escreve evita a palavra estupro. Quanto às soluções, novamente se usa a ameaça de punição mais severa e deportação de Brasília em caso de reincidência, o acusado foi posto em liberdade no mesmo dia.

Quando o indiciado é preso, em que não há uma tentativa de desqualificação da vítima, e também quando o registro é feito com detalhes, como na ocorrência n° 2232 que é um flagrante de tentativa de estupro, ocorre um outro problema ainda decorrente do tipo de polícia de Brasília da época: os atos sem explicação em decorrência de relação de poder em um espaço sem lei. Vejamos: “Soluções e Providências: Solto por ordem do Dr Hilton. Em 7/9/59”. (OCORRÊNCIA n° 2232, LIVRO 5, 25/08/1959). Não sabemos se o “Hilton” era o delegado ou outro sujeito com autoridade, mas o uso da titulação “doutor” nesse período revela poder e distinção de classe em Brasília, o que provavelmente dispensou maiores questionamentos. Talvez por isso a medida tomada não teve maiores explicações, há um *não-dito* que se encaixa muito bem no ditado popular: “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

Na ocorrência número 1050, também existe uma subnotificação, mas esta é composta por um “já-dito” bem diferente da ocorrência n° 158 mencionada anteriormente: “Às 14,00 horas, foi conduzido a esta Delegacia o individuo Lerino Rodrigues de Lima, pelo o Cabo Dantas; cujo elemento encontrava-se embriagado em Vila Bananal, querendo agredir uma pobre senhora indefesa, entretanto ficou ileso sem nenhuma escoriação [...]” (OCORRÊNCIA n° 1050, LIVRO 8, 26/12/1959). O individuo foi preso e posto em liberdade no dia seguinte. Mas fica claro que os termos usados para qualificar a vítima são positivos, mesmo não constando no registro nome, idade ou endereço da vítima. Podemos observar o uso do *senhora*, que não dá para saber se é pelo estado civil, demonstra respeito. Também temos o “indefesa”, que possivelmente tem a ver com o *local de*

*fala* do comissário, isto é na condição de homem (e policial) e, sobretudo, da visão da época que coloca a mulher como *sexo frágil*. Observa-se na ocorrência n° 1620, a sobreposição do homem na narrativa do registro de “tentativa de atentado ao pudor”:

Precisamente às 15:00 horas, foi conduzido à esta delegacia, o indivíduo acusado de supra citado (sic) (Guilherme Pereira Morais), por ter se ousado contra a vítima acima (Geralda –ilegível), tentando conquista-la a praticar ato libidinoso. Quando cujo indivíduo tentara o seu objetivo, o esposo da vítima apresentou-se chamando atenção, tendo, foi, digo, foi surpreendido com a reação do marginal que armou-se a pau e enfrentou-o. Minutos após os guardas que foram (ilegível) 623 e 626, passaram no local, em tempo de apreender o indivíduo ainda com o instrumento que lhe era arma na reação. Foi encontrado em poder de Guilherme, 1 chaveiro, 2 espelhos de bolso, 1 óculos, 1 relógio de pulso marca ONKSADESOT, 2 lenços e 85,00 (oitenta e cinco cruzeiros). (OCORRÊNCIA N° 1620, LIVRO 8, 06/03/1960, grifo nosso).

Para além da questão quantitativa de detalhes nesse tipo de denúncia, diferente de outros casos mencionados até aqui, é significativo como o “esposo da vítima” se sobressai em relação aos detalhes do crime cometido contra a mulher, gerando uma legitimação maior em relação ao primeiro registro, isto é, um julgamento classificatório da vítima, que no caso é positivo por se tratar de uma “mulher de família”. Aliás, no que tange ao crime cometido segundo o relato, o acusado não está assediando à vítima, causando-lhe um constrangimento ou importunamento, mas “*tentando conquistá-la*” a praticar ato libidinoso. Esse discurso dá margem para o entendimento ou suposição de que além de sexo frágil, a mulher tivesse a tendência ou fosse mais propensa, “se conquistada”, de praticar atos libidinosos e de adultério.

Cabe prestar atenção também ao fato de que o restante da narração do acontecido na ocorrência n° 1620 é marcada exclusivamente pela presença masculina na cena, colocando em segundo plano a “mulher”, que é a vítima, dando protagonismo ao seu esposo, que quer defender a sua honra, como se o crime fosse cometido mais contra ele do que efetivamente contra a sua esposa. Diante do atentado contra o pudor, o acusado é preso, sem outras observações.

### **Considerações Finais**

No caso da análise de denúncias de violência contra mulheres no contexto da construção de Brasília presentes nos registros policiais da GEB, mais do que analisar as violências praticadas,

buscamos neste artigo problematizar a questão de gênero e, nesse caso, como essas vítimas foram descritas, marginalizadas e julgadas. Procuramos com uma discussão de gênero, analisar como um julgamento de valor moral na hora da queixa é reproduzida nos textos desses registros policiais, o que acaba corroborando quase sempre para nenhuma providência tomada em relação às denúncias. Isso se dá pelo fato de que as estruturas de poder daquele local e daquele segmento (a lei) acaba muitas vezes subnotificado as denúncias, feitas na sua grande maioria pelas próprias vítimas.

Em um ambiente em que se tentava passar uma ideia de que tudo andava às mil maravilhas, num sentido de união e cooperação, em que todos se ajudavam para o bem comum que era inauguração de Brasília e a mudança da capital da República, existem muitos casos de violências que atingem não apenas os operários como também as mulheres que viviam na cidade. Analisar como isso se perpetuou e se tornou recorrente nas ocorrências demonstra um problema no qual a estrutura dominante (masculina) da época procura silenciar e negligenciar as vítimas com juízos morais e de valores, sendo que ainda hoje muitos sujeitos não se deparam com essas narrativas de violência na construção de Brasília, já que o Estado tentou a todo custo esconder essa imagem negativa de casos de violência para não manchar a imagem da futura capital do Brasil.

Buscamos trabalhar as representações dessas denúncias nos registros policiais da extinta GEB, já que não bastava mencionar que diversas mulheres participantes da construção de Brasília sofreram com a violência provocada, mas expor, a partir de uma hierarquização de gênero, os pormenores dos discursos desses documentos. Foi preciso colocar em jogo as estruturas de poder que cercavam a escrita desses registros e que muitas vezes subnotificaram os casos relatados.

Diante disso, mais do que reparar um emaranhado de processos violentos que essas mulheres da construção de Brasília (e todas as mulheres) passaram: de repressão, de esquecimento, exclusão; buscamos fornecer legitimidade ao que se entende de história das mulheres e das relações de gênero em Brasília, utilizamos a pesquisa como uma forma de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber sobre a participação das mulheres, bem como os processos de violências que essas mulheres foram subsumidas nas diversas narrativas que comportam uma história para a cidade.



Compreendemos que o momento histórico que hoje vivenciamos exige que novas perspectivas se apresentem na orientação da produção de uma história da cidade com outros olhares. Portanto, ao analisar as ocorrências policiais é possível reconhecer as diferenças e as hierarquias de gênero postas na elaboração do texto, redigidos por homens, os quais nos permitem refletir sobre os direitos que asseguram condições de igualdade aos sujeitos sociais daquele período, e estabelecem correlações entre as temporalidades históricas quando se trata da história das mulheres na construção de Brasília.

### Referências Bibliográficas:

ARQUIVO Público do Distrito Federal. **Guia Arquivo Público do Distrito Federal**. Brasília: O Arquivo, 2015.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina (Org.) et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.

BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero: uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: imagens e representações. In: COSTA, Cléria Botelho da. MAGALHÃES, Nancy Alessio (Org.). **Contar História, fazer história: história, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 167-180.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2016.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Experimental de Brasília**, Comissão Censitária Nacional, 1959.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002 - (Coleção Brasil 500 anos).

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

- MOURÃO, Tania Fontenele; OLIVEIRA, Monica Ferreira Gaspar de. **Poeira e batom no Planalto Central: 50 mulheres na construção de Brasília.** Brasília: 2010.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVENS, Cristina (Org.) et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades.** Brasília: Technopolitik, 2017.
- OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação.** Brasília: Paralelo 15, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. Ed. São Paulo: Contexto. 2012.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.** Brasília: Editora da UnB, 2008.
- RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Polícia e prostituição feminina em Brasília - um estudo de caso.** 2003. 369 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** (Trad. Christine Rufino Dabate e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.
- SOIHET, Raquel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORI, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Cord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** 10. Ed. São Paulo: Contexto. 2012.
- SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.** Rev. Bras. Hist.[online]. 2007, vol.27, n.54, pp.284.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Construtores de Brasília.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX).** Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

## Fontes

### (Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF)

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 01. Ocorrência policial nº 380, 19/12/1957.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D 10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 01. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1957-1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 991, 14/07/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 1025, 22/07/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 1066, 01/08/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 1150, 25/08/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 1171, 08/09/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 02. Ocorrência policial nº 1301, 16/12/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 03. Ocorrência policial nº 261, 22/06/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 03. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958-1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 03. Ocorrência policial nº 312, 17/07/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 03. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958-1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 03. Ocorrência policial nº 560, 03/11/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 03. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958-1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 03. Ocorrência policial nº 824, 13/05/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 03. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958-1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 03. Ocorrência policial nº 841, 19/05/1958.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 001. Dossiê/Processo/ Maço: 03. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1958-1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 05. Ocorrência policial nº 2232, 25/08/1959.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 002. Dossiê/Processo/ Maço: 01. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1959.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 08: Ocorrência policial nº 169, 16/05/1960.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 003. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1959-1960.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 08. Ocorrência policial nº 1050, 26/12/1959.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 003. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1959-1960.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 08. Ocorrência policial nº 1620, 06/03/1960.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/livro de ocorrências) Número da caixa: 003. Dossiê/Processo/ Maço: 02. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1959-1960.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 10: Ocorrência policial nº 158, 30/01/1961.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/boletins internos) Número da caixa: 004. Dossiê/Processo/ Maço: 04. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1960-1961.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 10: Ocorrência policial nº 194, 06/02/1961.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/boletins internos) Número da caixa: 004. Dossiê/Processo/ Maço: 04. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1960-1961.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP (Fundo). *Livro-Ata 10. Ocorrência policial nº 234, 12/02/ 1961.* Código de referência: BR DFAPDF NOV 1 D

10. (Polícia/boletins internos) Número da caixa: 004. Dossiê/Processo/ Maço: 04. Coordenação de arquivos Históricos do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Brasília, 1960-1961.

## A construção da arte africana: criações de uma ‘situação colonial’

The construction of african art: criations of a ‘colonial situation’

**Lucas Aleixo Pires**  
Graduando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
lucas.aleixo228@gmail.com

**Recebido em:** 20/03/2019

**Aprovado em:** 27/05/2019

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar de que maneira os objetos oriundos do continente africano durante o período de colonização foram transformados em ‘arte’ pelas vanguardas artísticas europeias e Museus europeus. De que formas foram encaixados no arcabouço estético ocidental e, ao mesmo tempo, de que maneira a imagem de primazia em relação às culturas provenientes de África foi concebida. A principal linha de análise se baseia na percepção da construção da alteridade entre colonizador e colonizado, possível de ser entendida através dos conceitos de ‘situação colonial’ e ‘espaço anacrônico’ e das patologias observadas por Frantz Fanon.

**Palavras-Chave:** Arte africana, Vanguardas artísticas, Situação colonial.

**Abstract:** This article aims to analyze how objects originating from the African continent during the period of colonization were transformed into 'art' by European artistic vanguards and European Museums. Analyze how they were incorporated into the Western aesthetic framework and, at the same time, how the image of primacy in relation to the African cultures was conceived. The main line of analysis is based on the perception of the alterity construction between colonizers and colonized, which can be understood through the concepts of 'colonial situation' and 'anachronistic space' and through the pathologies perceived by Frantz Fanon.

**Keywords:** African art, Artistic vanguards, Colonial situation.

### Considerações Iniciais

O período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX ficou conhecido na historiografia europeia como a era dos impérios e imperialismo<sup>1</sup>. Marcado pela expansão dos domínios europeus sobre outros povos, esse período presenciou a submissão de culturas e civilizações e de divisões hierarquizantes das populações humanas em pares opostos como sociedade colonial e sociedade colonizada; metrópole e colônia; civilização e barbárie. A ação colonial europeia perdurou durante muitos anos e sofreu suas primeiras fraturas devido às consequências do fim da Segunda Guerra Mundial. Em alguns locais da África, a ação colonial perdurou até o início da década de 80 do século passado.

Tal contexto de colonialismo ficou marcado também pela realização, em solo europeu, das grandes feiras mundiais e a criação dos museus nacionais pelos principais países do Ocidente - os grandes impérios coloniais e metrópoles do mundo. Tais feiras e museus apresentavam aos seus espectadores - em grande parte o cidadão comum europeu - as maravilhas de mundos recém-conquistados - todos longínquos e exóticos, representando assim uma contraposição à racionalização e grande progresso vivido pela Europa.

As ações e mentalidades do período colonial contribuíram, ainda na primeira metade do século XX, para a construção de uma determinada ideia de África e dos objetos oriundos desse continente, imagem esta que foi apropriada pelos vanguardistas europeus representados “pelo percurso de Picasso e [...] pelas correntes artísticas do construtivismo, cubismo, purismo e expressionismo” (MUDIMBE, 2013, p. 89). Os processos de apropriação por parte dos vanguardistas e a musealização aplicada as peças nos principais museus europeus ajudaram a consolidar tais objetos como Arte, uma vez que passaram a ser enxergados através do olhar peculiar da estética europeia.

Com base nessas observações, uma pergunta não pode ser deixada de lado: Em quais bases tal apropriação e ressignificação foram possíveis?

---

<sup>1</sup> Para mais informações, ver: Eric J. Hobsbawn, A Era dos Impérios: 1875-1914.

Para Frantz Fanon, a linguagem assume importante função para o negro e para o branco nas relações estabelecidas entre si, uma vez que, através desta, se faz possível a concepção de conceitos que demonstram uma visão de mundo e, ao mesmo tempo, opera sobre o mesmo. De acordo com Fanon, “para entender como tais construções ocorrem, o caminho lógico é examinar a linguagem, na medida em que é através dela que criamos e vivenciamos os significados” (FANON, 2008, p. 15). Observa-se que a linguagem tem função de poder e afirmação. O Negro<sup>2</sup> passa a existir para o branco através de certos termos e visões culturais estabelecidos pelo contexto vivido por ambos, ou seja, em uma perspectiva hegeliana, a linguagem é o instrumento pelo qual, a partir da interação, o reconhecimento entre os homens se torna possível. A linguagem é o instrumento de apropriação do mundo, com o qual me reconheço e reconheço o outro. Ao mesmo tempo em que a linguagem permite a apropriação do mundo para si, também nos leva a alienação dos sujeitos dentro do contexto colonial, pois este mesmo instrumento está imerso nas relações de poder daquilo que Fanon elenca de ‘situação colonial’.

### **Situação colonial: implicações políticas e culturais**

Em seu discurso no Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas negros, realizado em 1956 na cidade de Paris, Aimé Césaire realizou o seguinte questionamento: “Qual o denominador comum a uma assembleia que une homens tão diversos, como africanos da África negra e norte-americanos, antilhanos e malgaxes [?]” (CÉSAIRE, 2012, p. 253). A resposta segundo ele é mais do que evidente, o denominador comum é a situação colonial.

A situação colonial já foi descrita como uma situação de incompreensão ou desentendimento entre os agentes envolvidos na ação colonial e como um contexto de “choque de civilizações”. Deve-se levar em consideração que:

no caso dos povos colonizados, estes “choques” (ou “contatos”) se produzem em condições muito particulares. A este conjunto de condições demos o nome de situação colonial. Esta pode ser definida através das condições mais gerais e mais manifestas: a dominação imposta por uma minoria estrangeira, diferente em termos raciais (ou étnicos) e culturais, em nome de uma superioridade racial e cultural afirmada de modo dogmático a uma maioria autóctone inferior em termos

---

<sup>2</sup> Optou-se pela grafia em maiúsculo (Negro) para se referir à abstração/visão criada sobre o negro.

materiais; um domínio que implica o estabelecimento de relações entre civilizações radicalmente diferentes (BALANDIER, 2012, p. 247).

Portanto, a situação colonial corresponde a uma moldura de relações sociais contidas em um estatuto político<sup>3</sup> regida por um conjunto específico de interesses políticos e econômicos assentados sobre a dominação e subordinação que se fazem presentes na relação colonial. Seu principal efeito é a modulação e distorção das relações intersubjetivas entre os homens, ou seja, é um contexto onde a interação pela linguagem é desordenada por relações de força e poder. Como fica claro na definição apresentada por Georges Balandier, a situação colonial recorre, além da força, a “um sistema de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados” (BALANDIER, 2012, p. 247) para se manter e acarreta, além de tensões e conflitos, no desentendimento mútuo entre os grupos sociais, que não ocupam o mesmo estatuto de igualdade política e social.

De acordo com Aimé Césaire, a situação colonial condiciona o desenvolvimento das culturas negras, ou seja:

não se pode colocar atualmente o problema da cultura negra, sem colocar ao mesmo tempo o problema do colonialismo, pois todas as culturas negras se desenvolvem no momento atual dentro deste condicionamento particular que é a situação colonial (CÉSAIRE, 2012, p. 253-254).

Tal desenvolvimento é entendido como a criação da alteridade, a visão elaborada sobre o colonizado - o Outro - no que tange toda a sua produção cultural. Portanto, vemos que um estatuto político de dominação, permeado pela situação colonial, tem poder de influência no âmbito cultural, ou melhor, sobre as visões em relação à cultura do colonizado.

O movimento que acarreta nessa visão cultural pode ser compreendido pelo que Aimé Césaire chama de um mecanismo da morte da cultura e da civilização sob o regime colonial. A cultura do colonizado não é compreendida em seu próprio enquadramento ou estrutura. A ideologia apresentada pelo discurso imperialista colonizador aliado à dominação política de fato auxilia na criação de alteridade e alienação dos agentes desse contato. Buscou-se apresentar o meio pelo qual se deu possível a construção da alteridade, admitindo a influência do tipo de organização política -

---

<sup>3</sup> Representado pela relação entre metrópole e colônia.



dominação - presente na ação colonial. Conclui-se “que toda a colonização se traduz num adiantamento mais ou menos longo da morte da civilização da sociedade colonizada” (CÉSAIRE, 2012, p. 261), mas esta renasce, uma vez que passa a ser concebida pelo olhar alienado do colonizador europeu. De acordo com Frantz Fanon:

a implantação do regime colonial não traz consigo a morte da cultura autóctone [...]. Esta cultura, outrora viva e aberta ao futuro, fecha-se, aprisionada no estatuto colonial, estrangulada pela canga da opressão. Presente e simultaneamente mumificada [culturalmente], depõe contra seus membros (FANON, 2012, p. 275-276).

### **A construção da alteridade na situação colonial**

As relações estabelecidas entre colonizador e colonizado estão fortemente ligadas a todas as implicações do estatuto de dominação e alienação provocada pela situação colonial. De acordo com William Du Bois, a situação colonial impõe ao negro “um mundo que não lhe concede uma consciência de si verdadeira, mas apenas permite ver-se a si mesmo através da revelação do outro mundo” (DU BOIS, 2012, p. 51) - do europeu. Neste sentido, o Negro é “mais uma fórmula do que um ser humano” (LOCKE, 2012, p. 59), ou seja, uma sombra produzida pelo foco de luz enviesada lançada pelo colonizador europeu. De acordo com Georges Balandier:

a sociedade colonizada distingue-se da sociedade colonial pela raça e pela civilização; nestas áreas, a alteridade parece absoluta. Isto se manifesta na linguagem que opõe o “primitivo” ao civilizado, o pagão ao cristão, as civilizações técnicas às civilizações atrasadas (BALANDIER, 2012, p. 243).

Percebe-se que a distinção construída se baseia em um “arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (FANON, 2008, p. 44) onde o maniqueísmo é a principal característica. O Outro se torna tudo aquilo que o Eu não é.

Nesse sentido, voltamos a afirmação de que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial [e] [...] aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (FANON, 2008, p. 30). Em contrapartida, acrescenta-se que o “Branco é [...] uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar” (MBEMBE, 2014, 84).

Dessa forma, o Negro é fruto dessa relação permeada pela situação colonial, fruto de uma série de aberrações afetivas e de incompreensão. Não enxerga o outro de forma saudável e, portanto, também não enxerga a si mesmo. Os sujeitos se encontram alienados dentro da situação colonial e, portanto, o Negro e o Branco se constituem enquanto neurose. De acordo com Frantz Fanon, da alienação criada pelas relações patológicas presentes na ‘situação colonial’, o negro está preso a sua Negrura e o branco a sua Brancura. Os negros e suas culturas passam a ser uma atribuição ou condição que cria uma espécie de conceito de totalidade com a qual serão identificados. Estereótipos são projetados no homem negro a partir do uso modulado da linguagem em meio à situação colonial.

O Negro “é portanto uma alcunha, a túnica com a qual outros me disfarçaram e na qual me tentam encerrar” (MBEMBE, 2014, 88). O Negro aparece como uma segunda ontologia composta por uma “enorme ganga de disparidades, de mentiras e de alucinações, tornou-se uma espécie de invólucro exterior cuja função foi, desde logo, substituir-se ao seu ser, vida, trabalho e linguagem” (MBEMBE, 2014, p. 77).

As imagens/projeções criadas sobre o Negro podem ser observadas nos escritos de Senghor através da compreensão do que seria a ‘alma negra’ e através do que Frantz Fanon chama de mumificação cultural. De acordo com Senghor, a Negritude é aquilo que seria característico de uma idealizada ‘alma negra’ ou essência negra. Alma e cultura negra representam algo único e generalizante, e representariam uma espécie de espírito ou qualidade espiritual que anima as produções dos povos negros. Neste sentido, surge uma resiliência da alma negra, ou seja, uma espécie de ontologia negra que resiste às transformações históricas e por isso representaria a primazia da humanidade.

A cultura negra surge então como o contrário da europeia. Define-se através do ritmo do mundo e não da razão. A alma negra é tudo aquilo que a alma ocidental não é - encaixada nas formas de representação do pensamento ocidental. Tal percepção se faz possível devido ao maniqueísmo característico da situação colonial, onde cada sujeito está fechado em si. Senghor acaba expressando a ideia presente na mentalidade dos vanguardistas europeus quando afirma que “a emoção é negra, como a razão helena” (SENGHOR, 2012, p. 75).

Mas porque tal concepção definida como ‘alma negra’ é possível de ser estabelecida pelo europeu?

A estrutura social atua sobre o psíquico - por planos que se condicionam historicamente, ou seja, relacionados com a retórica colonial que busca civilizar o primitivo. Na construção psicanalítica de Freud, o Id<sup>4</sup> é um reservatório de pulsões - instintos - que podem assumir formas antissociais e precisam ser direcionados pelo Eu e Super-Eu para que sejam expressos de maneira socialmente aceita.

A visão do europeu na situação colonial relega o sujeito negro a um lugar de emotividade no qual lhe é vedado o exercício da racionalidade. A partir desta separação, o Negro é aquele ser ligado diretamente aos instintos do Id (emotividade, espontaneidade e espécie de infância da alma) e o branco é o sujeito ligado à racionalidade - instrumentalidade e normas sociais – devido as repressões do Super-Eu<sup>5</sup>.

A retórica de justificativa imperialista - projeto civilizatório - favorece, ou melhor, permite a criação desta imagem sobre o outro. A retórica civilizatória justifica as ações imperialistas e essa mentalidade. A legitimidade da colonização depende da existência de uma diferença hierarquizável entre colonizador e colonizado. O colonialismo do século XIX e XX legitimou a sua visão através desta retórica civilizatória em que o outro (colonizado) está em uma posição inferior ao eu (colonizador). O outro é definido então como primitivo e como a existência continuada do selvagem - artífice do discurso colonial de garantia da legitimação.

Quando se define o Negro assim, o mesmo está preso em sua emotividade e o sujeito branco torna-se enclausurado em sua racionalidade. Em consequência disso, o sujeito branco parte em busca de uma nostalgia, representada pelo Negro através da primazia da humanidade - desta dita conexão mística com a terra da qual o sujeito branco supostamente perdeu por consequência da civilização.

Vemos aqui a condição de produção de sujeitos neuróticos e incompletos - de sujeitos que só podem definir a sua própria falta em relação aquilo que é projetado no outro. Portanto, “para os

---

<sup>4</sup> Representa o elemento primitivo da personalidade. Composto pelos instintos e o prazer.

<sup>5</sup> Representa a estrutura moral. Desenvolve-se a partir da socialização dos indivíduos aos valores de sua sociedade.

brancos [...] os negros asseguram a confiança na humanidade” (FANON, 2008, p. 118). Quando sentem o peso restritivo da civilização, de seu Super-Eu, “voltam-se para os homens de cor e lhes pedem um pouco de nutrientes humanos” (FANON, 2008, p. 118).

O branco projeta aquilo que foi negado a ele pelo avanço da civilização - age como se o sujeito negro fosse a personificação dos atributos primários que imagina terem sido perdidos no caminho do progresso. O Negro assume esta ficção e se declara uma espécie de representante do mundo pré-civilizado, da infância da humanidade e da conexão mística com o mundo. O discurso colonial postula que o africano é esse Id irrefreável. A linguagem é fundamental, pois os termos que descrevem a cultura africana são tomados de empréstimo no discurso colonial e agem sobre a realidade vivida.

Pela construção do discurso colonial, “a diferença geográfica através do espaço é figurada como uma diferença histórica através do tempo” (McCLINTOCK, 2010, p. 73). Na nostalgia vivida pelo colonizador, o presente do colonizado é evocado como passado, ou seja, temos o sujeito colonizado projetado “num espaço anacrônico: pré-histórico, atávico e irracional, inerentemente deslocado no tempo histórico da modernidade” (McCLINTOCK, 2010, p. 72). É também neste mesmo movimento que os objetos são transformados em arte - forma-se uma ideia de arte primitiva, responsável pela reanimação da arte europeia.

### **O estatuto de ‘arte’ africana e suas implicações**

No campo da etnografia, o processo pelo qual se dá a atribuição de Arte a uma determinada produção é chamado de estetização. O conceito de Arte:

é atribuído ou recusado a uma produção consoante critérios externos; com efeito, a fim de pertencer ao reino das realizações artísticas, uma dada obra tem de apresentar características e restrições visíveis, tecnicamente susceptíveis de serem situadas numa escala cronológica determinada pela experiência ocidental (MUDIMBE, 2013, p. 90).

Ao refletirmos sobre a operação realizada pela estetização, alguns questionamentos vêm à tona: “serão arte, em que sentido e segundo que grelha estética de avaliação?” (MUDIMBE, 2013, p. 92). Entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, “a recepção da arte da África

pelos europeus moveu-se essencialmente no âmbito das imagens que a Europa fez e faz da África” (JUNGE, 2004, p. 28). A chamada arte primitiva é o que melhor representa a ideia de África construída durante este período da história contemporânea. O adjetivo primitivo, que qualifica o conceito europeu de Arte, expressa justamente a concepção formada sobre as culturas dos colonizados perante a situação colonial, estas ocupariam o espaço anacrônico e, portanto, estacionárias no tempo, incapazes de acompanhar a evolução e o progresso da civilização e exemplos vivos da primazia humana a longo esquecida pela cultura europeia.

O interesse pelas culturas consideradas exóticas “ocorreu num contexto marcado pelo materialismo na política e nas ciências e pelo positivismo na filosofia” (MBEMBE, 2014, p. 80). O período do pós-primeira guerra é marcado também por uma crise de consciência, onde os valores culturais e, conseqüentemente, os valores estéticos começam a ser revisitados e revistos por pensadores ocidentais. Essa crítica acaba por fazer uma “reavaliação da contribuição africana para a história da Humanidade” (MBEMBE, 2014, p. 79).

Mas tal reavaliação se deu através de visões estabelecidas no interior da situação colonial. A cultura da sociedade colonizada e, conseqüentemente, seus elementos materiais são percebidos através da ‘alma negra’, onde:

A força ordenadora que faz o estilo negro é o ritmo. É a coisa mais sensível e menos material. É o elemento vital; respiração que se precipita ou abranda, que se torna regular ou espasmódica, de acordo com a tensão do ser, o grau de qualidade da emoção. Tal é o ritmo primitivo, na sua pureza, que também se manifesta nas obras-primas da arte negra, particularmente na escultura (SENGHOR, 2012, p. 88).

Os vanguardistas europeus fazem esse movimento. Acreditam que a arte europeia está presa no convencionalismo das academias artísticas, que perdeu sua autenticidade e por isso devem ser procurados novos horizontes que possibilitem o resgate das características ou traços primordiais esquecidos. Com tal objetivo, voltam-se para os objetos produzidos em África e por demais lugares de cultura negra, uma vez que, devido a um determinado conjunto de visões - condensadas no conceito de alma negra - representam tudo aquilo que foi supostamente perdido pela sociedade europeia. Dessa forma:

as obras [antes] menosprezadas do “primitivismo” viriam a introduzir novas sequências estéticas ao contribuírem para uma revolução profunda na tradição ocidental, exemplificada por Gauguin e a escola de Pont-Aven [e] pelo percurso de Picasso (MUDIMBE, 2013, p. 89).

Em outras palavras, vanguardas artísticas europeias buscaram inspiração no continente africano e demais âmbitos de produção de cultura negra, pois “a admiração desses artistas de vanguarda era provocada pelo suposto primitivismo, pelo “vigor originário”, pela animação dos objetos com força mágico-religiosa” (JUNGE, 2004, p.27), elementos percebidos pela alteridade destes artistas ao observarem as “abstrações e tratamentos livres da forma” (JUNGE, 2004, p. 27).

De acordo com Pablo Picasso, às máscaras africanas eram exemplos vivos da ligação do homem com o sagrado (MBEMBE, 2014, p. 79), e por isso conclui-se que “o mérito da arte negra é não ser nem jogo em puro prazer estético, mas significar” (SENGHOR, 2012, p. 87). A arte negra representa o contrário do convencionalismo da arte europeia que alienou, no âmbito artístico, os homens de sua essência. Dessa forma a arte africana “aparece, neste contexto, como uma via astral de um possível regresso às origens, através da qual as forças adormecidas poderiam ser despertadas, os mitos, os rituais reinventados” (MBEMBE, 2014, p. 80). O Negro e sua produção cultural conecta a sociedade a sua essência primária. Lembra-a como é a vida sem as algemas da civilização.

A observação dos traços dos objetos e a conexão com os conceitos de primitivismo, vigor originários e conexão mundana se dá por meio das relações de neurose presentes na situação colonial. Torna-se evidente a homogeneização das produções africanas: estas não têm história e, conseqüentemente, são exemplos vivos da primazia humana. As produções morrem em sua história e especificidade e renascem como sendo iguais e primitivas, assim como as culturas que as conceberam.

De acordo com Peter Junge, “a ‘descoberta’ da arte da África foi, sobretudo uma projeção” (JUNGE, 2004, p. 27), ou seja, a concepção de arte estabelecida sobre os objetos só foi possível quando estes foram compreendidos e absorvidos pelas bases estéticas da cultura europeia.

É esta projeção que transforma os objetos em arte: traz aos padrões de entendimento europeu aquilo que é considerado como produto da cultura negra. Como descrito anteriormente, a

nostalgia romântica da alma negra - enraizada pela concepção do espaço anacrônico desenvolvido em meio a situação colonial - é o que define a forma que os produtos das culturas negras entram para serem apreciados pela estética europeia. É dessa forma que os objetos vindos de África entram para a História da Arte, como figuras a serem seguidas para ajudar a superar a decadência apontada pelos artistas de vanguarda.

Pode-se observar que a crítica estética realizada pela vanguarda “não é desprovida de ambiguidade. Por um lado, é imensamente tributária de considerações em voga na época acerca da alma africana e da suposta essência do homem negro” (MBEMBE, 2014, p. 81). O europeu se apropria dessa arte através de seu horizonte cultural - vinda das relações de poder assimétricas da situação colonial. A crítica realizada pelos vanguardistas “retoma os mitos e estereótipos coloniais na tentativa de subvertê-los” (MBEMBE, 2014, p. 83). Há uma valorização sobre a contribuição positiva para o homem europeu, mas não descarta a imagem de ser algo em um estágio anterior à civilização europeia, portanto atrasado e primitivo. O maniqueísmo e a mumificação cultural (FANON, 2012) se fazem presentes na mentalidade das vanguardas.

Os museus nacionais são também locais onde este movimento ocorre, pois “foram o palco da articulação entre a etnologia e o colonialismo” (MUDIMBE, 2013, p. 91). Como locais criados para representar as culturas encontradas nos confins dos impérios coloniais, os objetos expostos passam por transformações de significado.

No documentário *Les Statues meurent aussi*<sup>6</sup>, de 1953, a seguinte frase é apresentada logo no início: “Um objeto está morto quando o olhar vivo que se pousava sobre ele desaparece. E quando nós desaparecemos, nossos objetos irão para lá onde enviamos os objetos dos negros: o museu”

---

<sup>6</sup> Documentário elaborado por Alain Resnais e Chris Marker. Encomendado pela revista *Présence Africaine*, datado da década de 1950, período em que os processos de emancipação de países na África e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos da América estavam em voga na retórica política e acadêmica. Nesse contexto, o documentário se encontra numa ótica anticolonialista e tem em seu foco principal em como o colonialismo opera sobre a percepção das culturas africanas.

(MARKER; RESNAIS, 1950, 2'25).<sup>7</sup> Nesse sentido, critica-se o processo em que as peças da “arte negra” passam para serem inseridas em museus.

São apresentados o *British Museum*, o *Musée du Congo Belge* e o *Musée de l'Homme*. Os museus são conhecidos pelos seus famosos acervos e criticam-se vários aspectos desses museus, principalmente a visão etnocêntrica em suas exposições.

O documentário evidencia a forma como a cultura matéria vinda da África é apresentada, exposta toda agrupada, sem detalhes de sua origem e seu artista. Os objetos “morrem por sua vez. Classificados, rotulados, preservados dentro das vitrines e coleções, eles entram na história da arte, paraíso das formas, onde os parentescos mais misteriosos são estabelecidos” (MARKER; RESNAIS, 1950, 19'40”).<sup>8</sup> Metamorfoseadas pelo processo de catalogação, musealização, e da musealidade, as peças passam para a história da arte, valorizando os aspectos lidos como pitorescos e suas formas e esquecendo-se do seu contexto e da sua cultura de origem.

As estátuas morrem, pois deixam de existir em sua cultura e em seu contexto de produção e ao perderem seu sentido de concepção e existência, passam a existir através do olhar e projeção do outro. “Quando os homens morrem, eles entram para a história. Quando as estátuas morrem elas entram para a Arte. Esta botânica da morte é o que chamamos de cultura” (MARKER; RESNAIS, 1950, 01'35”).<sup>9</sup> A observação dos traços dos objetos e a conexão com os conceitos de primitivismo e vigor originários se dá por meio da chamada botânica da morte.

O objeto, retirado de seu contexto original, está “agonizante, [...] [pois] a única vida nela existente está nela dissimulada” (FANON, 2012, p. 283). Esta passagem do documentário é elucidativa, pois afirma que o museu é o local dos olhares que causam e/ou confirmam a morte. Os diretores observam de forma perspicaz a morte das estátuas ao afirmarem que quando as pessoas que sabem os significados culturais por trás das peças desaparecem, os objetos vão para museus. Os

---

<sup>7</sup> Tradução nossa: “Un objet est mort quand le regard vivant qui se posait sur lui a disparu, et quand nous aurons disparu nos objets iront là où nous envoyons ceux des Nègres : au musée”.

<sup>8</sup> Tradução nossa: “ils meurent à leur tour. Classés, étiquetés, conservés dans la glace des vitrines et des collections, ils entrent dans l'histoire de l'art, paradis des formes, où s'établissent les plus mystérieuses parentés”.

<sup>9</sup> Tradução nossa: Quand les hommes sont morts, ils entrent dans l'histoire. Quand les statues sont mortes, elles entrent dans l'art. Cette botanique de la mort, c'est ce que nous appelons la culture.



novos olhares têm uma característica peculiar, pois olham para a ‘arte negra’ como “se tivesse a sua razão de ser no prazer que nos dá” (MARKER; RESNAIS, 1950, 02’45’)<sup>10</sup>.

Devemos lembrar que a concepção de arte, definida através da apreciação estética ocidental, não existia anteriormente a colonização. Esta representa um conjunto de valores projetados nas estátuas e máscaras produzidas nas sociedades africanas. O documentário nos apresenta as aproximações equivocadas provocadas pela estética ocidental, estética esta que considera que a beleza de um objeto seria inversamente proporcional à sua utilidade. Deparamo-nos com um problema de ordem epistemológica. Ao utilizar a concepção estética do ocidente, criam-se problemas de classificação: a imposição da divisão entre objeto artístico e objeto utilitário. Em um estudo interessado em romper com esses problemas epistemológicos, deve-se perceber que no contexto em que esses objetos foram concebidos, tal divisão radical entre estética/apreciação e funcionalidade não era uma preocupação.

No texto intitulado *Dimensões estéticas da Arte Negro-africana tradicional*, Kabengele Munanga apresenta diferentes abordagens teóricas para o estudo dos objetos oriundos de África. Munanga afirma que “as diferentes posições metodológicas tomadas pelos pesquisadores e estudiosos ocidentais da arte africana [...] acabaram contribuindo na controvérsia que persiste até hoje sobre a dimensão estética dessa arte ora negada por alguns, ora aceita por outros” (MUNANGA, 2004, p. 29).

Segundo Peter Junge, a inserção em um contexto diferente, representado pelas vitrines e coleções, pressupõe a apropriação e a destruição do contexto original. Como fica explícito no documentário, os objetos entram para história da arte, caracterizada como o paraíso das formas, o que abre espaço para comparações e identificações inusitadas. O estabelecimento dos mais misteriosos parentescos só é possível se considerarmos que “a sensação provocada pela apreciação da arte [...] permanece espontaneamente vinculada às categorias estéticas da cultura do observador” (JUNGE, 2004, p. 28) ou daquelas já conhecidas, uma vez que não temos acesso, por exemplo, à perspectiva interna das estátuas.

---

<sup>10</sup> Tradução nossa: “s’il trouvait sa raison d’être dans le plaisir qu’il nous donne”.

Em ensaio intitulado *Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte do Renascimento*, Panofsky teoriza sobre as relações estabelecidas entre a obra de arte e o contexto em que ela é produzida e apresenta os conceitos metodológicos de iconografia e iconologia. A “iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma” (PANOFSKY, 1976, p. 47), ou seja, é o nível de análise preocupado com a identificação das formas.

O segundo nível de interpretação é “apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (PANOFSKY, 1976, p.53). - denominado de interpretação iconológica. A principal ideia defendida por Panofsky é que a obra de arte pode representar múltiplas mensagens sobre as mais variadas esferas da vida através de símbolos presentes nela mesma. A parte visível ou explícita desta mensagem se encontra no campo na iconografia.

Em uma situação colonial - de subordinação e incompreensão do outro - uma análise dita iconológica perpassa um prisma, onde a compreensão sobre o outro está condicionada pelas mentalidades e relações de poder intrínsecas ao colonialismo. O movimento de se entender o outro em sua própria estrutura muitas vezes não se faz possível, restando apenas a sombra projetada pelo colonizador a partir de seu olhar sobre a iconografia. Devido a esse aspecto da alteridade, o sentido dado aos objetos é transformado, dando lugar a uma rede simbólica já conhecida. Como dito anteriormente, este é o lugar das comparações inusitadas, onde, por exemplo, “reconhecemos a Grécia em uma cabeça africana velha, de 2000 anos; o Japão em uma máscara Ogooué; e ainda a Índia; os ídolos sumérios; nosso Cristo Romano; ou nossa arte moderna” (MARKER; RESNAIS, 1950, 19-53).<sup>11</sup> Essas reflexões e críticas se estendem a visão que os ocidentais criaram sobre África e sobre o Negro. De acordo com Mbembe, “uma relação de coprodução liga estes dois conceitos. Falar de um é efetivamente evocar o outro” (MBEMBE, 2014. p. 75).

---

<sup>11</sup> Tradução nossa: “Nous reconnaissons la Grèce dans une tête africaine vieille de 2000 ans. Le Japon dans un masque de l’Ogoué. Et encore l’Inde, des idoles sumériennes, le Christ roman, ou notre art moderne”.

O museu também é um agente, assim como os vanguardistas, dos olhares que criam a relação de coprodução. Os novos olhares têm uma característica peculiar, pois olham para a ‘arte negra’ como se tivesse a sua razão de ser no prazer ou na falta que nos é sentida, apresentada anteriormente como a nostalgia. As intencionalidades permeadas pela cultura do contexto de produção dos objetos desaparecem - cada um fechado em sua respectiva Negrura e Brancura. De acordo com Mudimbe:

é possível constatar que o conceito de arte primitiva reúne e, ao mesmo tempo, veicula duas ordens de significado. Por um lado, a mais recente supera a ruptura entre o “civilizado” e o “selvagem”, rotulando de “primitivo” diversas produções das escolas artísticas “modernas” que, supostamente, teriam restaurado uma noção de natureza, simplicidade e clareza na tradição ocidental (MUDIMBE, 2013, p. 87).

A conceituação de Negro, fruto da interação na situação colonial, modula a entrada destes objetos para o mundo da arte - entendidos a partir desse momento como arte primitiva. O estatuto de arte conferido as peças significa a mumificação das mesmas, pois essas passam a existir em uma situação patológica de alienação - situação de não reconhecimento de si e de projeções doentias e estereotipadas sobre o outro. Como estão fechados em sua brancura, os vanguardistas europeus e os Museus, não compreendem o outro em si. A suposta compreensão está condicionada pelo maniqueísmo doentio perpetrado pela alienação da situação colonial, onde são conferidos valores a esses objetos que satisfazem a necessidade do branco alienado - que projeta a sua falta de tudo aquilo que foi supostamente reprimido pela civilização.

### **Considerações Finais**

Compreende-se a importância da linguagem como instrumento por meio do qual se faz possível o reconhecimento, mesmo que doentio, entre dois sujeitos que se encontram dentro da relação da situação colonial. As condições patológicas vividas na situação colonial promoveram a criação de imagens acerca das populações colonizadas. A concepção de Negritude realizada por Senghor foi utilizada para dar forma às imagens criadas sob a situação colonial - tentou-se fazer o inverso de Senghor, a ‘alma negra’ representaria não uma essência única pertencente intrinsecamente aos negros, mas, ao contrário, representaria a confluência das imagens e projeções estabelecidas pelos europeus acerca dos colonizados presentes na situação colonial - sistema de relação de poder nas

esferas econômica, política e cultural que tem como principal atributo de produção de neuroses, onde todos ficam ausentes de si mesmos - alienados.

A criação da concepção de uma 'alma negra' só se torna possível ao considerarmos o profundo processo de maniqueísmo e alienação vivido pelos sujeitos - cada um fechado em sua Negrura e Brancura. A busca do sujeito branco, fechado em sua Brancura, por aquilo que lhe falta é projetada no sujeito colonizado e aparece através do suposto primitivismo, exotismo, que o progresso civilizatório acabou negando ao mesmo. Desta forma, as culturas africanas se encontram alienadas de sua história e especificidade e passam a serem apreendidas como algo único e primitivo - criando uma imagem de que estas não contribuíram para a história da humanidade e que as pessoas oriundas dali seriam apenas submissas e sem agência própria no desenrolar histórico.

Os objetos oriundos de África, como produtos das culturas deste continente, são apreendidos por esse olhar alienado que tenta encontrar/projetar ali o que lhe falta. As produções culturais do Negro são tidas como a expressão máxima de um Id que não foi controlado pelo Super-Eu - representado pela civilização europeia. A partir de uma retórica que legitima ao projeto colonial, as culturas e objetos são representados como primitivos e, conseqüentemente, a-históricos, pois estão imersos no espaço anacrônico. São representações no presente de um passado da primazia humana, tão buscado pelas vanguardistas europeus em sua contestação do academicismo artístico e rigor da forma apresentada pela arte europeia até então.

O olhar do europeu que traz esses objetos para a História da Arte provoca a mumificação dos mesmos, uma vez que, devido à malha de alteridade concebida pela situação colonial, passam a ser compreendidos através de uma projeção nostálgica e não por si mesmos. Em outras palavras, a aquisição dos objetos de África pelo Ocidente no contexto do período colonial provocou e ainda provoca um rompimento radical de significados. Os objetos são alienados do seu local de produção, da malha de significados presentes em sua concepção e são subordinados a outras estéticas e simbolismos. Nesse sentido, conclui-se que “sempre que houve colonização, povos inteiros foram esvaziados de sua cultura, esvaziados de toda a cultura” (CÉSAIRE, 2012, p.258).

### Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.) **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 219 - 251.
- CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 253 - 286.
- DU BOIS, W. E. B. Do nosso labor espiritual. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 49 - 57
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 273 - 285.
- FANON, Frantz. Sobre a cultura nacional. In: **Os condenados da terra**. 2ª ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 169-207.
- FREUD, Sigmund. O eu e o id (1923) (excertos). In: **Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **Mesa-redonda Arte africana e o conceito de arte**. Disponível em <[http://www.forumpermanente.org/event\\_pres/encontros/i-encontroafro-atlantico/relatos/mesa-redonda-arte-africana-e-o-conceito-de-arte](http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/i-encontroafro-atlantico/relatos/mesa-redonda-arte-africana-e-o-conceito-de-arte)>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A verdade da certeza de si mesmo. In: **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses. 9ª ed. Petrópolis, RJ/Bragança Paulista, SP: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2014, p. 135-170.
- HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- JUNGE, Peter. Arte da África. In: **Obras Primas do Museu Etnológico de Berlim. Catálogo do CCBB**, 2004, p. 25-47.
- LES statues meurent aussi. Realização: Chris Marker e Alain Resnais. Fotografia: Ghislain Cloquet. Música: Guy Bernard. Voz: Jean Négroni. Género: documentário. Origem: França. Duração: 30 min. Cor: P/B. Produzido por: Tadié-Cinema-Production. Ano: 1953. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dFn2dIQsFu0>. Acesso em: 04 fev. 2019.

- LOCKE, Alain. *O novo negro*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 59-72.
- MACEDO, Rafael Gonzaga. Encruzilhadas: as artes negras e as vanguardas artísticas europeias. **Proa** - revista de antropologia e arte, Campinas, v. 1, n.7, p. 37-55, 2017.
- MBEMBE, Achille. O poço da alucinação. In: **Crítica da Razão Negra**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014, p. 75-138.
- McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MUDIMBE, V.Y. Que Ideia de África? In: **A Ideia de África**. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 65-101.
- MUDIMBE, V.Y. O Poder do Discurso. In: **A invenção de África**: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Luanda: Edições Mulemba, 2013, p. 67 - 128.
- MUNANGA, Kabengele. A Dimensão Estética na Arte Negro-Africana Tradicional. In: AJZENBERG, Elza (org.). **Arteconhecimento**. São Paulo: PGEHA, 2004, p. 29-44.
- PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da renascença. In: **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 47-87.
- SENGHOR, Léopold Sédar. O contributo do homem negro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 73-92.
- SOARES, Bruno César Brulon. **Máscaras guardadas**: musealização e descolonização. Dezembro de 2012. 461 f. Tese Doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012, Acesso em 05 fev. 2018.

## Experiência do tempo: reflexões acerca da temporalidade histórica na escrita ensaística de Bertrand Russell

Experience of time: reflexions on historical temporality on the essay writing of Bertrand Russell

**Marlon Ferreira dos Reis**

Graduando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

marlonteoria@outlook.com

**Recebido em:** 16/02/19

**Aprovado em:** 17/04/19

**Resumo:** Desde que François Hartog, em sua obra *Regimes de historicidade*, expressou suas análises sobre experiências do tempo, muito se desenvolveu nas discussões acerca dos limites e possibilidades desse modelo de interpretação histórica. Tendo isso em vista, o que proponho neste artigo é acrescentar à reflexão o papel da construção de identidade nas experimentações dos períodos. Para tanto, utilizar-me-ei do caso dos ensaios do filósofo inglês Bertrand Russell (1872-1970), encontrados na coletânea *Retratos da memória & outros ensaios*, a fim de demonstrar como o tempo histórico está profundamente relacionado com um tempo subjetivo, ordenado narrativamente. Nesse sentido, as reflexões aqui presentes serão divididas em três momentos: (1) a breve explicitação do período de crise histórica referente à Guerra Fria, (2) como este contexto de tensão é utilizado como construtor da identidade de Russell e, por fim, (3) a relação entre a escrita ensaística, seu aspecto narrativo, e a elaboração da temporalidade humana. Concluindo, assim, a indissociação dos sujeitos e seus contextos nas experiências do tempo.

**Palavras-Chave:** Experiência do tempo, Identidade, Escrita ensaística.

**Abstract:** Since François Hartog, in his work, *Regimes of historicity*, expressed the analysis of experiences of time, a lot has evolved on the discussion about its limits and possibilities in this model

of historical interpretation. Hence, what I propose in this paper is a reflection on the subject of the identity construction on the experimentation of periods. Therefore, I will work with the British philosopher Bertrand Russell's (1872-1970) essays, ordered in the collection Portraits from memory & other essays, aiming to demonstrate how historical time is deeply knit with subjective time, ordered by the narrative. The reflections disposed here will be divided into three moments: (1) the brief explanation on the period of historical crisis that Cold War was, (2) how this context of tension is used by Russell to build his identity, and, finally, (3) the relationship between essay writing, in its narrative aspect, and the elaboration of human temporality. Ending with the dissociation of the self with its contexts in experiences of time.

**Keywords:** Experience of time, Identity, Essay writing.

### Introdução

A história escrita hoje se encontra, na maioria das vezes, desgarrada das leis universais, e dos sentidos teleológicos-metafísicos. Está transformada em um saber cada vez mais singularizado, particular, bem circunscrito em representações e esquemas contextuais quase laboratoriais. Somado a isto, tem-se a preocupação, em diversas áreas da historiografia, de representar os indivíduos que viveram nos recortes temporais como agentes históricos. Desse modo, mais do que nunca, as palavras de Reinhart Koselleck (2006, p. 306) de que "todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem" ganham sentido e valor. Grande parte da tradição historiográfica optou por legar aos indivíduos um papel secundário – até mesmo quando se fala de "sujeito ativo", pensa-se no conjunto mais do que na vida individual. Não caberia aqui, e nem é meu objetivo, realizar uma revisão bibliográfica acerca deste tópico, tampouco apontar autores que não representaram o indivíduo como parte constituinte da história. Contudo, podemos tomar como verdade autoevidente que diversos grupos ao longo de toda a tradição historiográfica foram legados a papéis de passividade; por exemplo, as populações indígenas das Américas, que raramente foram representadas como tendo papel ativo nos palcos da história (ALMEIDA, 2010). Nesse sentido, miro minhas colocações em uma outra relação entre indivíduo e história para explicitar o desconforto em relação aos sujeitos históricos: a relação conflituosa entre biografia e historiografia. Vemos que, de acordo com Sabina Loriga (2011), com o "retorno"



biográfico no século XX, uma verdadeira sensação de “vertigem” vem à tona. No sentido de que, se considerarmos o contexto histórico como uma série de círculos sobrepostos (os quais cada círculo representariam uma vida), cujos centros se encontram na circunferência de outros, o trabalho historiográfico seria inesgotável, pois cada espaço e cada tempo terminaria no início de um outro sempiternamente (Ibidem, p. 222).

Entretanto, o ponto crucial desta reflexão, em última instância, repousa no simples fato de que a história não está isenta de impressões digitais. Muito pelo contrário. Existiram indivíduos plurais que experimentaram de formas diversas seus meios sociais, históricos, políticos e econômicos. Homens e mulheres que vivenciaram a sociedade ao seu redor, cada um à sua maneira, contribuindo para a construção dos contextos de suas épocas. Enfim, todos esses indivíduos, mesmo que muitos tenham tido seus lugares silenciados na historiografia, fizeram parte dos processos de metamorfose dos tempos.

Tendo isso em vista, meu objetivo aqui é refletir e levantar, a partir dos escritos de Bertrand Russell (1872-1970), aspectos fundamentais que devem ser levados em consideração ao se analisar a experiência do tempo em fontes com um elevado grau de autobiografismo. Primordialmente, a hipótese deste artigo repousa na ideia de que a construção narrativa de si, o ato de forjar uma identidade, é indissociável da própria experiência do tempo como contexto mais amplo. Entende-se aqui por “experiência do tempo” a forma com que os indivíduos e sociedades descrevem e, por consequência, atribuem significado aos acontecimentos do período em que estão inseridos. Em suma, é a forma como os homens e mulheres ordenam suas memórias, suas tradições, suas projeções, suas expectativas e inquietações no ato de narrar, organizando, portanto, seu tempo histórico. A forma na qual os sujeitos *são* em determinado período.

Pode-se compreender as reflexões aqui em questão como uma proposta de expansão do trabalho realizado pelo historiador francês, François Hartog (2013), em sua célebre obra *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Ao estudar a figura de Chateaubriand, o autor utilizou do instrumento heurístico criado por ele mesmo para analisar a experiência do tempo desse indivíduo,

alocando Chateaubriand entre dois regimes de historicidade: o antigo e o moderno. Entretanto, Hartog não leva em consideração o caráter subjetivo de seu objeto de análise, pois suas observações tem enfoque em como uma sociedade trata de seu presente, passado e futuro. É justamente na questão, não tocada pelo francês, da subjetividade individual do tratamento dessas dimensões temporais que eu gostaria de fazer minhas colocações.

Nesse sentido, o caminho que percorrerei nas linhas abaixo será o de mapear rapidamente a relação de meu objeto de análise com seu contexto de crise de sentido histórico. Após realizar este trabalho, buscarei refletir como esse contexto de crise rememorado pode ser utilizado nos escritos do autor como construtor de uma identidade específica de intelectual – atestando também as características dessa “identidade como intelectual”. Nessa mesma direção, tentarei explicitar a peculiaridade da escrita ensaística em transpor a subjetividade de quem escreve, visto que o gênero do ensaio possui características específicas de impossível abstenção de seu autor. Especificidades ensaísticas que, por fim, como acabo demonstrando dialogam com o trabalho de Paul Ricoeur (1994), no qual afirma que a própria temporalidade humana é indissociável do ato narrativo, sendo, portanto, a experiência do tempo fruto da ação narrativa consciente e ordenada. Somando esses três aspectos, acredito ser possível demonstrar a impossível dissociação do tempo histórico e identidade nas narrativas sobre si em experiências do tempo.

Sendo assim, inspirando-me na façanha de Hartog com Chateaubriand, o indivíduo que utilizarei para elucidar essa relação entre experiência do tempo e escritos sobre si é Bertrand Arthur William Russell, terceiro “Conde” [Earl] Russell, neto do duas vezes primeiro ministro da rainha Vitória Sir John Russell (1792-1878). Bertrand Russell foi matemático, filósofo, versado em Lógica, formado pela *Trinity College Cambridge* e laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1950. O filósofo aqui em questão possui contribuições fundamentais para a filosofia da linguagem, à epistemologia e à filosofia da matemática, áreas que o consagraram como um dos pensadores mais importantes do século XX. Pelo público geral, fora reconhecido por seus escritos sobre a moral, suas posições frente as doutrinas religiosas e por suas campanhas como pacifista no período referente à

Primeira Guerra Mundial e na empreitada em prol do desarmamento nuclear pós-Segunda Guerra. Durante seu quase um século de vida, foi autor de mais de setenta livros e de dois mil artigos, recebeu inúmeras condecorações, assim como conheceu pessoas ilustres, tais quais Lenin, George Bernard Shaw, Ludwig Wittgenstein, Virginia Woolf, entre tantos outros (MONK, 2019).

Para ilustrar as afirmações feitas nesse artigo, utilizar-me-ei dos escritos russellianos presentes na coletânea *Retratos da Memória e Outros Ensaios*, publicada no ano de 1956, com produções correspondentes ao período entre 1951 e o ano de sua publicação (RUSSELL, 1956). O livro possui trinta e dois ensaios que abordam desde a adaptação ao mundo do pós-guerras, até os caminhos que, segundo Russell, deveriam ser tomados para se alcançar a paz. As reflexões disponíveis na coletânea aqui analisada são ricas de uma fortíssima relação com os ocorridos em seu contexto sócio-político global, visto que almejam construir, refletir e analisar as preocupações de um período incerto e turbulento, correspondente aos oitenta anos passados da vida do matemático.

A coletânea inicia-se com uma introdução de título “Adaptação: uma epítome autobiográfica”, que dita todo o tom da obra. Após isto, estão dispostos seis ensaios autobiográficos, sucedidos por dois em torno de reflexões sobre o envelhecimento. *Retratos da memória*, o conjunto de escritos que dá nome à obra, em realidade são textos que retratam indivíduos ilustres que Bertrand Russell conheceu ao longo de sua vida, as relações que tiveram com o próprio autor, suas características pessoais, seus posicionamentos, entre outros aspectos pessoais. Esta parte é ocupada por nove ensaios, sendo os dois primeiros não tratando apenas uma figura, mas sim abarcando os professores e alunos contemporâneos ao período em que o filósofo fora estudante em Cambridge. Os outros sete escritos são dedicados a indivíduos nomeadamente, sendo estes: George Bernard Shaw, H. G. Wells, Joseph Conrad, George Santayana, Alfred North Whitehead, Sidney e Beatrice Webb e D. H. Lawrence. Na mesma linha dos retratos da memória, há, em seguida, mais dois ensaios que discorrem acerca da influência de seu avô e de John Stuart Mill, seu padrinho, em sua vida. Para finalizar, têm-se doze escritos de variados temas, como “mente e matéria”, “como escrever”, “história como uma arte” e “passos para a paz”.

### A crise de sentido histórico do século XX

Nos ensaios recolhidos sob a coletânea aqui analisada, Bertrand Russell, assim como diversos outros pensadores do século XX, relata que o passado de sua infância/juventude diverge vertiginosamente do presente em que escreve. Atesta uma mudança acelerada, no sentido de que pouco se reconhece das instituições e das tecnologias existentes anteriores a 1914. Muitas das fortes tradições, sólidas em seu período juvenil, naquele momento não aparentavam ser capazes de solucionar os problemas vividos então. Em suma, o filósofo se vê em um mundo caótico, desorientado, ou, como ele próprio caracteriza diversas vezes, um mundo entregue à insensatez, no qual a Primeira Grande Guerra é descrita como o evento que levou homens e mulheres para um “nível menor de humanidade” (RUSSELL, 1956, p. 26).

Pela primeira vez, no século XX, podemos notar que o mundo europeu como um todo está em crise – vide o contexto caótico das relações internacionais de dependências, alianças e rivalidades políticas e econômicas. Somado a isso, as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria iniciaram uma ideia de “guerra total”, uma total mobilização social em prol dos objetivos nacionais dentro de um conflito bélico e ideológico (HORNE, 2002). A propaganda, a repressão, a censura, a autovigilância, tudo isso fizera parte do esforço de guerra das sociedades europeias até 1989. Ou seja, a crise de sentido histórico que Russell vivencia estava diretamente ligada à crise político-científica em que o mundo da Guerra Fria se encontrava. Se o fim deste período de tensões, como afirmou Hobsbawm (1995) virou uma página da História em 1989, podemos dizer que os anos entre 1914 até 1956 foram os dedos umedecidos pela língua para tal virada. Bertrand Russell elabora em seus ensaios uma experiência do tempo referente ao período que o historiador inglês supracitado nomeou de a Era das Catástrofes, visto que os massacres que se iniciaram a partir da primeira década do século XX não tiveram precedentes, nem em número de vítimas, nem nas formas como se deram, abalando todos os pilares da sociedade europeia.

Russell vive numa “brecha” do tempo, nos termos que Hannah Arendt (1997) expressa em seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, obra na qual afirma que a herança legada à sociedade do século

XX fora deixada sem testamento por seus predecessores. O tesouro dessa herança seria a felicidade e a liberdade pública, filhas dos ideais revolucionários dos séculos XVIII e XIX. O que a autora se refere é que o século XX é marcado pela ausência de uma “tradição”, de costumes e modelos que auxiliassem na forma de lidar com as demandas públicas do presente. Existe uma “brecha”, esta que Russell experimenta, entre os que pensaram e agiram no século XIX e os que pensaram e agiram no XX. Portanto, como Arendt atesta, “[...] parece não haver nenhuma continuidade consciente do tempo [...]” (Ibidem, p. 31).

Os herdeiros do “tesouro perdido” não enxergavam a aplicação dos ensinamentos de seus predecessores nas situações que vivenciavam. Em suma, os que beberam das águas do século XIX e vivenciaram a Era das Catástrofes explicitaram uma descontinuidade histórica, no sentido de não acreditarem que os desastres do século XX se sucederam do otimismo e glória do período anterior. Sem essa capacidade de articulação do passado, não há uma história coerente para ser contada – talvez desse impasse surja a ideia da necessidade dos historiadores “explicarem o mundo ao mundo” (HARTOG, 2013, p. 21). A desarticulação da memória e a desorientação para com o futuro são as causas da “perda do tesouro” e, na não-existência de orientação, o homem vagueia, ausente de referencial passado ao qual retornar e buscar auxílio para as então presentes situações postas pela História.

A descrição dessa crise se encontra, aos olhos de Hannah Arendt, na parábola de Franz Kafka. Desta forma se dá a parábola: o que aqui chamarei de Sujeito, está em uma batalha com dois adversários, o primeiro ataca-o por trás, vindo da origem e o segundo impede-lhe o caminho que está na frente. O Sujeito, no meio, tem de lutar com ambos. Entretanto, o primeiro ajuda-o contra o segundo, pois quer empurrá-lo para frente, ao mesmo tempo em que o segundo auxilia o Sujeito contra o primeiro, empurrando-o na direção oposta. Contudo, como dito, não são apenas dois nessa batalha, mas sim três: o Sujeito também está lutando – sendo impossível saber realmente sua posição nessa batalha, sabe-se apenas que seu sonho é que em alguma ocasião consiga sair da linha de

combate e ser alçado para uma posição de juiz dos outros dois que pelejaram entre si (ARENDR, 1997, p. 33).

O “Sujeito” é a “mente”, a “consciência” dos homens, e a função da mente, de acordo com a tradição hegeliana explicitada por Arendt, é a de reconciliação do homem com a realidade; “[...] seu verdadeiro fim é estar em paz com o mundo” (Ibidem, p. 34). Porém, quando esta consciência é incapaz de realizar tal ato, ela se vê de imediato empenhada no meio desse combate.

A parábola aqui em questão serve para inspirar as reflexões acerca da organização das categorias temporais construídas dentro do discurso dos indivíduos como um todo, ou seja, faz-nos pensar na forma como Bertrand Russell é passível de estruturar essa “luta” no âmago do tempo subjetivo-discursivo.

Acerca da estruturação, na consciência, da temporalização, o autor Jorn Rüsen (2001) argumenta que são as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica. “Todo pensamento histórico, em quaisquer de suas variantes – o que inclui a ciência da história –, é uma articulação da consciência histórica” (Ibidem, p. 56). A luta exposta por Hannah Arendt se aproxima da articulação da consciência histórica proposta por Rüsen, pois a consciência histórica é a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmo, de forma tal que possa orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.

Nesse sentido, Jorn Rüsen explicita uma carência estrutural do homem. Uma carência de consciência histórica (ou, extrapolando o vocabulário do autor, uma carência de orientação) que surge da necessidade do homem de agir em determinado sentido baseando-se na sua experiência. Esse superávit intencional do agir, como também chama Rüsen, é de interesse no momento em que inclui-se uma relação do homem com seu tempo, na qual se enraízam as operações práticas da consciência histórica. Esse superávit tem uma relevância temporal; ele se manifesta sempre quando os homens e mulheres têm de dar conta das mudanças temporais de si e do mundo mediante aos

seus sentidos. Nesse momento, tais mudanças tornam-se conscientes como experiências perante as quais o sujeito tem de formular intenções. “O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal [...]” (RÜSEN, 2001, p. 58). Para além disso, o homem projeta sua consciência para além do agora e do antes (da experiência), “pode-se dizer que o homem, com suas intenções e nelas, projeta o tempo como algo que não lhe é dado na experiência” (idem), suas intenções (ou expectativas) para com o futuro são parte fundamental da própria noção temporal. A divergência entre tempo como intenção e experiência não deve ser pensada de forma tão dicotômica, na realidade, ambas as dimensões estão interconectadas. Entretanto, é na distinção entre intenção e experiência que funda-se a dinâmica da consciência humana do tempo, na qual se realiza o superávit de intencionalidade do agir (e do sofrer) humano.

Para Rösen, pode-se descrever a operação mental com que a consciência histórica se forma também como constituição do sentido da experiência do tempo. Trata-se de um processo em que estas últimas são interpretadas e inserem-se em determinado *sentido*. “O termo ‘sentido’ explicita que a dimensão da orientação do agir está presente na consciência histórica, pois ‘sentido’ é a soma dos pontos de vista que estão na base da decisão sobre objetivos” (Ibidem, p. 59). Portanto, a experiência do tempo é a progenitora da consciência histórica, é o trabalho intelectual realizado por homens e mulheres para organizar suas intenções de ação com base nas suas experiências passadas e as situações presentes.

O desespero da consciência se inicia quando as velhas questões metafísicas se tornam desprovidas de sentido; quando os homens e mulheres se dão conta de que vivem em um mundo em que sua tradição de pensamento e ação tornaram-se anacrônicas. Em suma, o século XX fora responsável por revelar aos indivíduos que experimentam um mundo em que seus modos de agir e pensar não são capazes de formular questões significativas e dar respostas adequadas para seus questionamentos.

A parábola kafkiana remete a uma tripla luta: o passado *versus* o futuro, o Sujeito *versus* o passado e o Sujeito *versus* o futuro. O que mais me importa nesse momento é a “luta” do Sujeito, mais especificamente Bertrand Russell, contra o passado e o futuro. Sem o “Sujeito” kafkiano, o resultado dessas forças seria nulo, porém sua presença altera toda a configuração do sistema e inicia uma batalha distinta. Por esta batalha se dar na consciência, essa sensação de estar entre o passado e o futuro é fruto de um processo de pensamento e reflexão que gera a própria consciência de presente, o que, no século XX, traduz-se muitas vezes em um sentimento de não-pertencimento. Dizendo de forma mais clara, a experiência do tempo é fruto dessa luta na consciência entre estes três adversários em prol de uma tentativa de reconciliação e ordenamento da realidade, e, como resultado desse embate, nasce a consciência histórica dos indivíduos.

Neste ponto, inserem-se os ensaios russelianos, pois, se a batalha entre o Sujeito, o passado e o futuro se dá no pensamento, na consciência de tentar organizar a peleja entre estas dimensões temporais, como dito anteriormente, a escrita ensaística se torna uma forma de temporalização. Portanto, antes de tomar o que está escrito como a realidade em si, necessitamos pensar diversos fatores. Primeiramente, para quem Bertrand Russell publicou a coletânea *Retratos da Memória e outros ensaios*? Se tomarmos como referência as primeiras palavras da introdução, podemos notar que o filósofo escreve:

Para aqueles que são jovens demais para se lembrar do mundo antes de 1914, deve ser difícil imaginar o contraste para um homem da minha idade entre as memórias da infância e o mundo dos dias atuais. Eu tento, embora com indiferente sucesso, acostumar-me a um mundo de impérios desmoronando, comunismo, bombas atômicas, autoafirmação asiática e queda aristocrática. (RUSSELL, 1956, p. 1).<sup>1</sup>

Russell, como o leitor pôde perceber, demonstra uma clara dificuldade em compreender o mundo em questão, entretanto, justamente por ter vivenciado esse período turbulento, o público legente é capaz de enxergar tal fato na forma de certa “autoridade” para discorrer acerca dos temas que se seguirão na coletânea. A descontinuidade entre o mundo antes e após a Primeira Guerra fora

---

<sup>1</sup> Trabalho aqui com as versões originais em língua inglesa, assim sendo, todas as traduções das citações de Bertrand Russell nesse artigo estão sob minha responsabilidade.



vivenciada pelo autor na pele, neste sentido, ele, portanto, é capaz de apontá-la e analisá-la. É como se sua experiência fosse o que o matemático possuísse para legar as gerações nascidas já no século XX.

Podemos analisar também o título que representa a coletânea *per se*, *Retratos da Memória*. Se nos prendermos a isto, é possível refletir a partir de duas perspectivas: por um lado, um retrato é a transposição literal de uma cena e, especialmente no início da popularização da fotografia, atribuiu-se que o mesmo transpusesse a realidade verdadeira de um momento. Como se o próprio acontecimento fosse eternizado materialmente em um filme ou tela e ali permanecesse. Uma representação objetiva das coisas do mundo (SONTAG, 2003). A metáfora do título, portanto, levando em consideração a atribuição usual supracitada de senso comum, cai como uma luva se o objetivo do autor for o de relatar o mundo ao seu redor.

Entretanto, torna-se necessário explicitar os limites dessa ideia. Se pensarmos por outro lado, falar em “retratos”, também implica em considerar um fator fundamental: a seletividade do enquadramento. Isto significa dizer que, toda vez em que algo é escolhido para ser retratado, toma-se um ângulo para realizar a “eternização” fotográfica, e tudo que está fora deste enquadramento não encontrará lugar na retratação. Das coisas não retratadas, só nos restará a consciência de que algo esteve lá, que nem tudo está presente na fotografia ou na pintura, que algo, por decisão de quem retratou, não foi eternizado nesse quadro. Temos de ter consciência que o retrato é uma moldura e que simboliza uma construção, tal como uma tomada de decisão. No sentido de que se pinta, se forja e se recorta o que se deseja expor sobre a parcela eternizada, perdendo sua essência objetiva.

A crise de sentido histórico, típica do contexto em que Bertrand Russell se encontra, portanto, pode, e é, retratada de um específico ponto de vista, ou, para manter o vocabulário supracitado, através de um enquadramento que é seletivo e, logo, consciente. Desta forma, a própria desorientação é fundamental para a formação do autor ao mesmo tempo em que também o é para a construção da imagem aos olhos do público que entra em contato com o filósofo inglês.

### **A identidade intelectual como construção narrativa**

Antes de verdadeiramente adentrar no tópico da construção da identidade, vale ressaltar que não estou preocupado aqui com a veracidade do que é relatado por Russell em seus ensaios. O que se torna necessário refletir, como objetivo deste artigo, é o fator da construção narrativa no discurso do filósofo inglês acerca de seu tempo. Pois, tendo em vista que, se busco explicitar a experiência do tempo nos seus ensaios, a consideração que deve ser feita é a de que esta experiência foi construída e reconstruída mais de uma vez (escrita, rescrita e revisada para a publicação). Por se tratar de uma atividade de cunho mnemônico, com uma consciente e assumida expressão da subjetividade do autor, é fundamental que se leve em consideração a construção de uma identidade ao passo em que o matemático escreve sobre os assuntos abordados na coletânea – especialmente os ensaios de cunho autobiográfico. Como sabemos, a memória é um campo de disputas, assim como a própria identidade, e, justamente por assim ser, portanto, as questões da seletividade do enquadramento não podem passar como dadas nos retratos do período narrado.

O primeiro aspecto a ser considerado é que o filósofo inglês possui consciência da existência de um público leitor que precisa “reconhecer” os acontecimentos costurados no livro como legítimos, assim como dar autoridade a si mesmo para realizar colocações sobre os assuntos dos ensaios da coletânea. Ao escrever, portanto, o autor tem de levar em consideração conotações, valores morais, contextos políticos, culturais, entre tantos outros fatores que são cruciais para a atribuição de juízos de valores às posições presentes na obra. Somado a isto, como expressou o pupilo do próprio Russell, Ludwig Wittgenstein, “os acordos silenciosos para entender a linguagem corrente são enormemente complicados” (WITTGENSTEIN, 1910, p. 70). Dessa forma, no momento em que Bertrand Russell escreve suas posições e ações, passadas e presentes, ele está pressupondo, de maneira consciente ou não, um julgamento realizado pelos leitores, que já estão familiarizados com a conotação das palavras empregadas para adjetivar e substantivar cada evento/situação ali mencionados, tal como com as posições econômicas, políticas, sociais e morais presentes.

Justamente pelo fato de que muitos dos temas perpassam pela evocação de experiências vivenciadas, assim como alguns ensaios tem caráter essencialmente autobiográficos, o próprio autor se apresenta muitas vezes como narrador e personagem do relato que se dispõe a produzir, e “o elemento básico que conecta as autobiografias, os diários, as memórias e demais formas de escrita de si é a identidade entre narrador, autor real e personagem central, pois garante que quem afirma no texto ser ‘eu’ o é realmente” (OLIVEIRA, 2014, p. 3-4). Nesse sentido, torna-se fundamental a realização de um esforço de legitimação de sua própria identidade, que, por consequência, garantir-lhe-á autoridade para discursar sobre si e sobre seu tempo. Narrar a própria vida não é um ato espontâneo, mas pensado e organizado.

Em paralelo a este fato, a memória também tem sua natureza na (re)construção, e esta (re)construção possui uma faceta que contribui para forjar a identidade de quem lembra. Em poucas palavras: o narrador modela a si mesmo. A memória narrada relaciona-se com a identidade, no sentido de que é através do ato de falar sobre experiências passadas que a imagem de si é pintada para os outros: a narrativa mnemônica almeja representar a forma como o indivíduo deseja ser lembrado e reconhecido. “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

O próprio Jorn Rüsen, ao falar sobre experiência do tempo e da consciência histórica como carência humana, diz que “a lembrança flui natural e permanentemente no quadro de orientação da vida prática atual e preenche-o com interpretações do tempo; ela é um componente essencial da orientação existencial do homem” (RÜSEN, 2001, p. 62). A narrativa histórica de qualquer gênero, inclusive a narrativa histórica de si, torna o passado, o presente e o futuro uma unidade integrada, mediante a qual se cria a consciência histórica. A constituição de sentido sobre a experiência do tempo na narrativa histórica se trata, afinal de contas, da identidade daqueles que têm de produzir esse sentido no próprio ato de narrar, a fim de poderem se orientar no tempo. É tal fato que torna

possível uma unidade entre passado, presente e futuro. “Toda narrativa está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo” (RÜSEN, 2001, p. 66). Logo, é sob a égide da identidade que se articula o tempo

Especialmente aqui, quando tratamos de Bertrand Russell, nascido em um período completamente distinto do qual faleceu, rememorar significa invocar uma linha de coerência e legitimação de si como testemunha e representante de um período passado, mesmo que desorientado e confuso. Assim lê-se:

Quando eu era jovem, o otimismo vitoriano era tido como garantido. Pensava-se que a liberdade e a prosperidade iriam se espalhar gradualmente pelo mundo por um processo ordenado, e era esperado que a crueldade, a tirania e a injustiça iriam diminuir continuamente. Dificilmente alguém era assombrado pelo medo de grandes guerras. Dificilmente alguém pensou no século dezenove como um breve interlúdio entre uma barbárie passada e uma futura (RUSSELL, 1956, p. 56).

Ou ainda, na coletânea *Unpopular essays & other essays*, publicada em 1950, um outro ensaio, datado do ano de 1937, intitulado “Obituário”, simula o relato jornalístico de sua própria morte. Vemos a máxima expressão da construção de si como um representante de uma época nas seguintes palavras: “com a morte do Terceiro Conde [Earl] Russell (ou Bertrand Russell, como ele preferia ser chamado) aos noventa anos, uma conexão com uma época muito distante é cortada”. O autor ainda continua: “sua vida [...] tinha uma certa consistência anacrônica [...]. Ele era o último sobrevivente de uma época morta” (RUSSELL, 1950, p. 173).

Os acontecimentos que Russell relata são “re-presentificados” (CATROGA, 2001); inscritos no presente para serem atribuídos de novos significados. Tal fato é relevante, pois é apenas à medida em que as lembranças podem ser dotadas de sentido que a memória funciona. Como o próprio filósofo explicitou em um outro escrito, a linguagem tem duas virtudes interconectadas: uma social e uma que supre a expressão pública de ideias. Sem a linguagem, ou um análogo pré-linguístico, nosso conhecimento do meio em que estamos inseridos seria confinado ao que os nossos sentidos demonstram, “mas com a ajuda do discurso nós somos capazes de saber o que os outros tem a

relatar e relatar o que não é mais sensivelmente presente, apenas lembrado” (RUSSELL, 2009, p. 105). A transmissão da experiência, que sempre está no passado, só é possível de ser realizada graças à capacidade discursiva do ser humano.

O processo mnemônico tem a função de organizar os eventos passados em função do presente e, justamente por isso, cria uma identidade presente, um reconhecimento individual com uma causa, um propósito, um objetivo, um valor moral, etc.. Conseqüentemente, uma vez que a identidade de um indivíduo não pode ser rememorada em sua plenitude, “devemos contá-la, fazer ‘uma narrativa de identidade’, um discurso de apresentação de si que terá a forma de uma ‘totalidade significativa’” (CANDAU, 2001, p. 59).

Elabora-se uma “identidade narrativa”, ou seja, um entrecruzamento entre a narrativa histórica e a ficcional, e isso significa dizer que será realizada uma “atribuição” aos indivíduos (ou às sociedades) determinadas ações que as caracterizam ontologicamente – são questionamentos chaves relacionados à ação: quem fez tal ação, quem é seu agente, quem é o responsável por tal ato, etc.. Implica, ao se denominar os respectivos responsáveis por eventos, na realização da “síntese do heterogêneo”; em coalizar os aspectos mutáveis do indivíduo dentro de sua própria vida ao se costurar os fatos em uma narrativa ordenada de sentido (RICOEUR, 1997, p. 421-429).

Todavia, creio que as questões acerca da construção da identidade narrativa não repousam apenas nesse fato, mas ganham ainda mais profundidade. É preciso também uma trajetória marcada por referências: torna-se necessário “dar fisionomia aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade” (CANDAU, 2001, p. 101). O autobiografismo nos ensaios de Russell deve ser considerado como parte constituinte e fundamental de seu projeto de construção como indivíduo (além do próprio objetivo da publicação da coletânea). Nesse caso, faz parte do processo de se construir como intelectual.

Por exemplo, o “marco zero” da carreira do matemático como um combatente da irracionalidade política, a Primeira Guerra Mundial. Em diversos momentos, o autor inglês disserta

sobre como o ano de 1914 foi crucial para a mudança nos rumos de sua vida. Em um ensaio intitulado “Experiências de um pacifista na Primeira Guerra Mundial”, Bertrand Russell escreve: “minha vida pode ser dividida em dois períodos, um antes e um depois o estourar da Primeira Guerra Mundial [...]” (RUSSELL, 1956, p. 26). Em um momento anterior, ainda na introdução da coletânea, lê-se: “tudo ia bem até 1914. Mas quando a Primeira Guerra Mundial estourou, acreditei ser uma insensatez e um crime por parte de cada um dos poderes envolvidos em ambos os lados” (Ibidem, p. 5).

Se quisermos ir para um evento “menos traumático”, mas tão importante quanto o anterior para a construção da identidade narrativa do inglês como um intelectual, contido na mesma página desta última citação, encontramos o autor proferindo as seguintes palavras:

Quando eu terminei meus anos de estudante em Cambridge, eu tive de decidir se devotaria minha vida para a filosofia ou para a política. A Política tinha sido a habitual escolha de minha família desde o século dezesseis, e pensar em algo diferente era visto como uma espécie de afronta aos meus ancestrais. [...] Essa foi minha primeira experiência de conflito, e eu descobri ser dolorosa (Idem).

Como o próprio Russell apontou, o estourar de 1914 “o puxou” para as questões humanitárias e políticas, não só na escrita, mas também como ativista. Portanto, o que temos é a formulação de uma espécie de “escritor operativo”, no sentido proposto por Sergei Tretyakov, e explicitado por Walter Benjamin, cuja função não seria apenas relatar, mas combater, não ser espectador, mas participante ativo das lutas sociais (BENJAMIN, 1994, p. 123). Em termos claros, significa dizer que Russell não se pôs apenas a escrever, mas participou ativamente de movimentos que dialogavam com uma parcela maior da população.

Portanto, supostamente, o desencanto com a humanidade e o interesse do filósofo de compreender tudo o que se passava na esfera político-social o levou a se distanciar da matemática e dedicar cada vez mais esforço aos assuntos das ciências humanas, seja como ativista pacifista, seja em seus estudos sobre os diversos aspectos da humanidade. Apesar de não ter abandonado completamente a lógica e a filosofia abstrata, o filósofo afirma que após 1914 ele se tornou “mais e

mais absorvido em questões sociais, especialmente as causas das guerras e as formas de preveni-la” (RUSSELL, 1956, p. 32). Fato interessante de se observar é que o autor constrói a Primeira Guerra como ponto de virada para a queda da humanidade, reforça todo o terror e a desesperança do período, entretanto, não destina nem uma linha sequer para relatar diretamente parte da experiência "satisfatória" e “agradável” de quando esteve junto do grupo pacifista *No-conscription fellowship* tampouco do grupo *Union of Democratic Control* durante os anos de 1914 até 1918. Isto pode demonstrar uma abordagem dos eventos pelo autor de uma perspectiva mais ampla – o que creio ser difícil de acreditar, visto que o grupo em questão teve grande importância para o matemático nesse período (NEWBERRY, 1975, p. 143) – ou como uma construção intencional para caracterização de uma memória conscientemente moldada e endereçada ao público leitor.

A identidade como “intelectual” que Russell possui é relativa não somente às suas contribuições para a Lógica e para a Matemática, mas em especial pelas ações na esfera cultural: posicionamentos contra a violência estatal, contra a irracionalidade, a moral dogmática da religião, sobre as relações amorosas, liberdade sexual, etc.. Mas por qual motivo atribuir essa construção identitária de Bertrand Russell como uma construção de si como *intelectual* especificamente?

A história da palavra intelectual como conhecemos hoje remonta à mudança semântica da palavra no escândalo do século XIX conhecido como “Caso Dreyfus”. O alvoroço se iniciou quando um oficial judeu, Alfred Dreyfus, foi condenado por traição, e o debate acerca de sua inocência ou culpa ganhou proporções públicas na França. Fato ocorrido no momento em que, em defesa também de outro oficial condenado, Ferdinand Walsin-Esterhazy, o romancista Émile Zola escreveu uma carta aberta intitulada *J'accuse!*. Zola acusou o exército francês de estar enviesado, afirmou que estavam enganados em relação a Dreyfus e exigia a reabertura do caso. Em 1899, o caso foi reaberto e dividiu a França entre os que eram pró-Dreyfus e os que se punham contra Dreyfus. Os reacionários opositores de Dreyfus usaram o termo *intelectual* para ridicularizar os que se colocavam em apoio e defesa do oficial. No fim, o escarcéu se mostrou apenas um caso de antissemitismo francês e Dreyfus foi julgado novamente, desta vez considerado inocente. O termo aqui em questão,

portanto, surge primeiramente de forma pejorativa e apenas no século XX ganhará caráter positivo (CHARLE, 2003).

Nesse sentido, explicitarei algumas definições e características contemporâneas típicas da figura de um intelectual que se relacionam com o retrato que Bertrand Russell pinta de si mesmo. Podemos assim traçar uma representação do matemático em seu momento de agente da esfera cultural, de intervenção política, e não da área das ciências exatas.

Primeiramente, um intelectual não é aquele que defende seus interesses privados: a essência da intelectualidade está relacionada ao âmbito social com o qual ele dialoga. Portanto, a fala e a ação pública dos intelectuais assumem dois traços: (1) a defesa de causas universais (liberdade, democracia, racionalismo, entre outros tópicos) e (2) a transgressão em relação ordem vigente (CHAUÍ, 2006, p. 20).

A palavra intelectual remete àqueles que usam seu prestígio adquirido para intervir no debate público e defender certos valores. É consenso que os intelectuais são aqueles que exercem atividade de criação (artes, letras, ciências) e/ou realizam práticas de mediação (informação, educação) (WOLFF, 2006, p. 47-48). A essência da intelectualidade repousa em sua autonomia perante as outras forças de poder da sociedade, ou, para ser mais claro do que creio ser o caso no século XX, a autonomia entre a política e a cultura, de forma análoga à proposta por Norberto Bobbio (1997) – desenvolverei mais isso nas linhas que virão.

Russell escreve sobre tudo, e isto é uma característica do próprio gênero de intelectualidade, é um “intelectual total”, nos moldes semelhantes à figura de Jean-Paul Sartre. Fala de tudo porque entende o mundo da perspectiva global e não localizada, enxerga as relações de poder que os políticos dos Estados-potência exercem sobre todas as pessoas comuns. Se traçarmos, por exemplo, o espectro de temas e assuntos do âmbito das Humanidades sobre o qual o filósofo aqui estudado se debruçou, vemos em seus escritos básicos: filosofia da linguagem, psicologia, relações internacionais,



estudos das sociedades, filosofia da história, historiografia da filosofia, moralidade e ética, educação, política, economia, cultura, religião, entre tantos outros assuntos.

Bertrand Russell é um escritor ao mesmo tempo em que é um intelectual: sendo o primeiro, participa do processo de divisão do trabalho e tem o direito de ser politicamente inativo; sendo o segundo, ocupa um lugar sociológico no qual não exerce um trabalho manual, o que veta o privilégio de ser politicamente inativo, pois deve agir e influenciar na política através da cultura (ROUANET, 2006, p. 74-75). Sua contribuição para este último campo se dá pela própria defesa dos princípios universais do racionalismo e da liberdade, mediados pelo ofício da escrita. Podemos perceber a consciência de sua conduta perante tal tema na seguinte passagem:

Dogmatismo fanático, que é um dos maiores maus de nosso tempo, é em primazia um defeito intelectual e, como eu disse anteriormente, é um no qual a filosofia fornece um antídoto intelectual. Mas uma grande quantidade de dogmatismo também tem uma fonte emocional: chamada medo. [...] Populações assustadas são populações intolerantes. Eu não creio ser sábio por ver isso. Medo raramente inspira atitudes racionais e muitas das vezes inspira ações nas quais aumenta-se o perigo que é sentido. Isso é certamente o caso do dogmatismo irracional que tem se espalhando sobre grande parte do mundo (RUSSELL, 1956, p. 183).

Se analisarmos mais de perto, a definição de intelectual a que Bertrand Russell se assemelha mais é formulada por Benedetto Croce, exposta por Bobbio, na qual cabe aos intelectuais uma função própria, a de afirmar o valor da liberdade entendido como ideal moral da humanidade, e de que dessa atribuição de tarefas, devia-se extrair a distinção entre a função do próprio intelectual e a do político – ao mesmo tempo em que se indicaria a importância do homem de cultura na sociedade. Nas palavras de Norberto Bobbio (1997, p. 34), “a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise”.

O discurso intelectual é dotado de uma pretensão de verdade, ou seja, de que se defende um ponto de vista verídico perante uma realidade específica – geralmente atuando como mediadores diante de uma situação controversa, um debate público ou crise social. Outro fator a ser adicionado é

que suas identificações como agentes intelectuais se constroem quando o indivíduo não se reconhece com a classe política dominante. Quando está em oposição à mesma. Assim também, os intelectuais, como o próprio matemático aqui em questão, são uma força extra-política e uma de suas tarefas é “a de impedir que o monopólio da força torne-se também o monopólio da verdade” (BOBBIO, 1997, p. 81); impedir que o Estado seja o maior detentor da veracidade das coisas e lutar para que a cultura tenha autonomia perante o poder governamental.

### **O ensaio como forma de temporalização**

Pensar toda a conduta intelectual, somada com a construção indenitária realizada através da narrativa, é pensar na “pintura do eu” que se produz na escrita ensaística: falar de si ao falar de outros temas mais gerais, da forma como Michel de Montaigne fez magistralmente (STAROBINSKI, 2018, p. 20). Isso só é possível porque, também na escrita ensaística o sujeito e o objeto se misturam de forma indissociável. Quando Bertrand Russell lega alguns ensaios para falar, por exemplo, de indivíduos que conheceu ao longo de sua vida, o autor “fala sobre si mesmo” ao passo que discorre sobre o que admira, concorda, discorda e repudia sobre os outros.

Portanto, podemos perceber que a coletânea como um todo não só expressa o “mal estar” em que a civilização se encontrava, mas também, simultaneamente, revela o ingrediente da subjetividade narrativa, e, portanto, torna a experiência do período indissociável da construção de si – além do fato de que este “mal estar” é fundamental para que Russell diga quem ele é em meio a isso tudo, dar sua posição e afirmar sua legitimidade para falar sobre o contexto. Um fator que reforça esta afirmação é que o ensaio como gênero literário existe entre a arte e a ciência, flerta com a erudição científica e a experiência de vida do escritor, “mais do que uma mera descrição do Real a qual pressuporia um discurso marcado pela transparência, o ensaio se coloca como argumento sobre o real, denotando a opacidade que caracteriza a presença ostensiva do autor na escrita, além da própria mediação que a linguagem acarreta” (NICOLAZZI, 2011, p. 380-381).

A escrita ensaística pode, portanto, existir, e eu creio assim ser em Russell, como forma de ação intelectual. Pois é um estilo de escrita e análise da realidade circundante, cujo autor se põe inevitavelmente dentro de sua produção. É de caráter epistêmico uma “impossível objetividade” nesse gênero literário, visto que essa forma da literatura “se alimenta de dois desejos aparentemente contraditórios do escritor: o de descrever fielmente a realidade e ao mesmo tempo impor sobre ela um ponto de vista” (NICOLAZZI, 2011, p. 311). Os atestados da realidade circundante se dão através do empirismo de suas próprias experiências, como se desejasse transcrever o real através de seus olhos, e, portanto, torna-se incapaz de fugir de si mesmo, transpondo-se para o seu texto. Logo, a escolha do ensaio como fonte de pesquisa possibilita justamente enxergar a análise russelliana de sua realidade. A leitura do ensaio se apresenta como um ponto de acesso privilegiado da experiência individual mesclada com a experiência histórica e social.

A própria análise etimológica da palavra “Ensaio” (*Essais/Essays*) apresenta-se diante de nós sob a forma de uma dualidade demasiadamente peculiar: por um lado, a palavra, na expressão *coup d'Essay*, tinha um tom humilde, quase autodepreciativo, significando a obra prima de um medíocre jovem trabalhador. Por outro, abarcava também a ideia de “golpe”, “tentativa”, “entrada”, “experimentos”, “pesagem”, “testar alguma coisa” – o *essayeur* era um funcionário da casa de moedas que testava todos os tipos de moedas (SULLIVAN, 2018, p. 29-39). O ensaio possui, então, um caráter tanto ausente de pretensão, quanto uma gigante arrogância métrica.

Todavia, não resta dúvidas de que o ensaio, ao fim e ao cabo, cria tanto aquele que analisa quanto aquilo que é analisado. É, em essência, um tribunal, em que o que mais vale não é necessariamente a sentença, mas o processo de julgar. O ensaísta é o *essayeur*, ponderador; pesando e testando cada aspecto do objeto que está a sua frente. O ensaio é uma forma de arte de configuração própria, é, de fato, um gênero hermético, bem representado pela analogia de que “se compararmos as diversas formas de poesia com a luz do sol refratada pelo prisma, os escritos dos ensaístas seriam o raio ultravioleta” (LUKÁCS, 2018, p. 94).

Seu hermetismo é, ironicamente, repousado entre o caráter científico e artístico que demarquei nas linhas acima. É um híbrido literário utilizado pelo intelectual para analisar, criar (a si e ao seu objeto) e julgar a realidade observada. Uma narrativa que, apesar de aparentar beirar o despropósito, tem por objetivo expressar sentenças e valores. Ao realizar tal fato, compreende também a representação da realidade: a *mimese*. E para alcançar o êxito nesse processo mimético, faz-se a tessitura da “intriga” [*mythos*] através da narrativa (RICOEUR, 1994, p. 55-85).

Em sentido mais recortado, restrito, o ensaio aqui é, de certo modo, essa representação/“reconstrução”, entendido como mimese, do real. A produção ensaística russelliana é uma “descrição”, e, por conseguinte, uma representação mnemônica das experiências que o matemático tivera ao longo de sua vida (sem esquecer que esta existe quase como arquétipo da época pré-1914, como dito anteriormente). Visto que, como explicitou Benjamin (1994, p. 108), “[...] é o homem que tem a capacidade suprema de produzir semelhanças”, uma das formas pelas quais se constitui o supremo ato de representação (o ato mimético) é a obviamente a própria linguagem.

Não há dúvidas de que a linguagem não é a realidade material (apesar de fazer parte dela), mas ela nos oferece construções diversas da mesma (BENVENISTE, 1989, p. 70). A linguagem é a forma de comunicação humana; são as onomatopeias emitidas (ou grafadas) por nós que atribuímos de significados; é uma abstração que se insere em tudo o que a ciência chama de comportamento verbal (SKINNER, 1957); são metáforas para expressar o mundo das coisas. No idioma de Wittgenstein (1910, p. 70-71): “a totalidade das proposições é a linguagem” e “a proposição é figuração da realidade”. Ou ainda, para recorrer a outro filósofo que se debruçou sobre a questão subjetiva da linguagem, no que tange a sua capacidade mimética: “acreditamos saber algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas, com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, que não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais” (NIETZSCHE, 2007, p. 33-34).

Circunscreve-se dentro do âmbito da linguagem o ato de narrar e, dentro deste, a escrita ensaística. Nesse sentido, a narrativa também corresponde à capacidade de se construir uma relação

de semelhança com a experiência empírica. Justamente pela linguagem não ser um reflexo limpo do real, a temporalidade disposta pela mesma também não o é, obviamente, tal qual o tempo “real” – se é que tal coisa existe. A temporalidade humana é distinta por possuir uma “duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (BENVENISTE, 1989, p. 71). Todavia, “o que importa é a maneira pela qual a práxis cotidiana ordena, um em relação ao outro, o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente. Porque é essa articulação prática que constitui o indutor mais elementar de narrativa”, para falarmos nos termos de Ricoeur (1994, p. 96).

Isso significa dizer que a temporalidade subjetiva do homem é mimetizada na escrita ensaística; realiza-se a já mencionada síntese do heterogêneo, que, em suma, significa dizer que a riqueza do ato mimético, ou pelo menos da “mimese I” de Paul Ricoeur (Ibidem, p. 101), é pré-compreender o que ocorre com agir humano, com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade.

Realizar a síntese do heterogêneo, ou seja, constituir uma narrativa ordenada, reflete a combinação de duas dimensões temporais: a cronológica e a não-cronológica. A primeira significa a dimensão episódica da narrativa: os acontecimentos sequenciados de forma consecutiva. A segunda seria a dimensão configurante em si, significa “considerar junto” os eventos: extrair uma unidade de uma totalidade temporal. E isso implica em considerar o tempo “ao contrário”, dar inteligibilidade do que aconteceu depois em relação causal do que viera antes (Ibidem, p. 104 e 106).

O tempo do homem, portanto, é o tempo da ação. O *ato* de narrar é a configuração em intriga da experiência, pois isto é o agenciamento dos fatos. É uma articulação de uma extensão da consciência para a experiência e a expectativa (Ibidem, p. 19-55). Tem-se esse eixo móvel que é o presente, pensado no passado e no futuro, mas que, se transcendermos as explicitações clássicas de Santo Agostinho, é um presente não da alma, mas um presente linguístico, um presente axial do discurso que está implícito a todo momento (BENVENISTE, 1989, p. 75-76). É uma nova construção do tríplice presente agostiniano, o qual o *animi* é substituído pelo discurso linguístico. Por

exemplo, a todo momento em que Russell diz “era”, referindo-se a algo no passado, subentende-se no discurso que se está num agora tomado como referencial. Portanto, “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo [...]” (BENVENISTE, 1989, p. 74), por essa capacidade linguística, como expressão da consciência, de agenciar os fatos numa ordem determinada.

Por se tratar de uma escrita ensaística baseada num processo autobiográfico-mnemônico, totaliza-se a experiência que está sendo narrada, no sentido de que se universaliza para múltiplos momentos correspondentes à vida de Russell uma determinada adjetivação e/ou sentimento relativos a um período determinado. Quando o filósofo afirma: “eu previ que a grande guerra iria marcar o fim de uma época e a drástica queda no nível de civilidade” (RUSSELL, 1956, p. 26), o que temos nesta citação é que toda a época pós-1914 é marcada por um decaimento da humanidade para a antítese da civilidade, ou seja, a barbárie. Aspectos como o medo, a ira, a insensatez seriam as adjetivações que simbolizariam todo o período então correspondente. São marcas da moldura desenhada no retrato realizado por Russell em seus escritos, mas que, para a experiência narrativa, ganha atestado de real.

Logo, a experiência cotidiana do tempo é eclipsada pela síntese do heterogêneo e pela construção da identidade narrativa. A temporalidade do dia-a-dia, ou seja, “Ser-‘no’-tempo já é diferente de medir intervalos entre instantes-limites. Ser-‘no’- tempo é, antes de tudo, contar com o tempo e, em consequência, calcular” (RICOEUR, 1994, p. 99).

## **Conclusão**

É necessária a ressalva de que não estou aqui defendendo um extremo individualismo, no qual os homens e mulheres são supremos independentes em relação a seu contexto. As reflexões que repousam nas páginas deste artigo auxiliam na construção de uma relação menos limitadora entre sujeitos e contextos. A experiência do tempo de Bertrand Russell é compartilhada por incontáveis outros pensadores ao longo do século XX, basta citarmos Walter Benjamin, Hannah Arendt,

Sigmund Freud, Ernest Hemingway, Albert Einstein, entre tantos outros que experimentaram os tempos sombrios da Era da Catástrofe.

O fato aqui em questão é que o aspecto narrativo de alguns escritos, como os de Russell e Chateaubriand, ampliam as experiências do tempo e, por conseguinte, devem ser levadas em conta pela análise historiográfica. Podemos dizer que expusemos uma relação ainda mais complexa entre os agentes históricos e seus respectivos contextos, no sentido de que as reflexões aqui apresentadas expressam que o diálogo entre estes não é de um *sobre* o outro, contexto *sobre* indivíduo, ou vice-versa, mas um *em conjunto* com o outro, construindo-se mutuamente. Indivíduos e contextos se moldam mutuamente.

Desta forma, tendo em vista os aspectos supracitados, podemos concluir que Ser-*no*-tempo em 1956, pós-Guerras Mundiais e em plena Guerra Fria, de fato era constantemente ser assombrado por um passado trágico e a iminência de uma possível catástrofe. Entretanto, se pegarmos a hipótese deste artigo e considerarmos que a experiência do tempo em escritos de caráter autobiográfico-mnemônico está intrinsecamente ligada à construção de uma identidade individual, vemos, por conseguinte, que as experiências do tempo se tornam ainda mais plurais. Com os fatos elucidados nas linhas acima chegamos à conclusão de que se olharmos por várias frentes, como o ato de lembrar, o gênero ensaístico, ou até a própria temporalização, a construção da experiência do tempo é inscrita na própria costura narrativa dos fatos. Assim sendo, não devemos ignorar as histórias das mulheres e dos homens em uma tentativa desesperada de se livrar da sensação de vertigem causada pelas vidas de cada um, pelo contrário, torna-se cada vez mais necessário demarcar as impressões digitais dos agentes da História, para assim sermos capazes de realizar o ofício de retirá-los do esquecimento.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Editora Perspectiva. São Paulo, SP, 1997.

- ALMEIDA, Maria Regina C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção?. In: NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 19-45.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica Editora. 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORNE, John (org.). **State, society, and mobilization in Europe during the First World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/PUC-Rio, 2006.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LUKÁCS, György. Sobre a essência e a forma do ensaio: carta a Leo Popper. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio**. Antologia serrote. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018, pp. 86-104.
- MONK, Ray. **Bertrand Russell**. British logician and philosopher. Encyclopædia Britannica, 2019. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Bertrand-Russell> >. Último acesso: 04/02/2019.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**. A viagem, a memória, o ensaio: sobre *Casa-grande & senzala* e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. In: BARROS, Fernando de M (org.). **Obras Sobre a verdade e a mentira**. São Paulo: Hedra, 2007, pp. 23-53.



- NEWBERRY, Jo. **Bertrand Russell and the pacifists in the First World War**. Tese submetida *McMaster University* como requerimento para o grau de *Doctor of Philosophy*, 1975.
- OLIVERIA, Maria da Glória de. O avesso de Plutarco: as escritas das vidas infames de Michel Foucault, *Paper* apresentado no **Colóquio 30 anos sem Foucault**, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos dias 17 e 18 de setembro de 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/14312594/O\\_avesso\\_de\\_Plutarco\\_as\\_escritas\\_das\\_vidas\\_infames\\_de\\_Michel\\_Foucault](https://www.academia.edu/14312594/O_avesso_de_Plutarco_as_escritas_das_vidas_infames_de_Michel_Foucault)> Último acesso em 04/02/2019.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa Tomo I**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa Tomo III**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.
- ROUANET, Sergio Paulo. A crise dos universais. In: NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RÜSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- RUSSELL, Bertrand. **Portraits from memory & other essays**. New York: NY, Simon and Scuster, Inc., 1956.
- RUSSELL, Bertrand. **Unpopular Essays & other essays**. New York, NY: Simon and Scuster Inc., 1950.
- RUSSELL, Bertrand. The uses of language. In: DENNON, Lester E.; EGNER, Robert E. (org.). **The basic writings of Bertrand Russell**. London and New York: Routledge Classics, 2009, pp. 103-109.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SKINNER, Burrhus F. **Verbal Behavior**. Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1957
- STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio: antologia serrote**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018, pp. 12-28.
- SULLIVAN, John Jeremiah. Essai, essay, ensaio. In: PIRES, Paulo Roberto (org.). **Doze ensaios sobre o ensaio: antologia serrote**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2018, pp. 28-46.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Série 1ª – Filosofia Volume 10, 1910.
- WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 45-69.

## História das mulheres e representações: a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos de história

History of women and representations: the figure of Joan of Arc in the history textbooks

Rebecca Maria Queiroga Ribeiro  
Graduada em História  
Universidade de Brasília  
beccamqribeiro@gmail.com

Recebido em: 06/12/18

Aprovado em: 17/04/19

**Resumo:** O presente artigo discute as possibilidades de análise da figura de Joana D’Arc, nos livros didáticos de História do Ensino Médio. Visando uma educação básica que esteja preocupada com uma sociedade mais igualitária, é preciso considerar uma história na perspectiva das mulheres. Isso significa trabalhar em consonância com um projeto de educação que se preocupe em desconstruir narrativas que excluam as mulheres do processo histórico, e que as colocam às margens dos livros didáticos de História. A partir da perspectiva feminista, consideramos que a categoria gênero é essencial para a análise da figura de Joana D’Arc. Com base nisso, consideramos a forma como sua imagem é apresentada e quais os discursos mobilizados para representar a heroína francesa. Realizamos nossa pesquisa em quatro livros do Ensino Médio de História, e construímos a análise em torno das narrativas apresentadas, questionando a forma como o material escolar apresenta-se, contribuindo, ou não, para uma história na perspectiva das mulheres.

**Palavras-Chave:** gênero, mulheres, livros didáticos de história.

**ABSTRACT:** The article discusses the possibilities behind the analysis of Joan of Arc’s image, presented in High School History text books. Intending an education that is focused on a more egalitarian society, it is necessary to consider women’s history. That means working in consonance with a project of education that aims the deconstruction of narratives that excludes women from historical processes, and that cast them aside on history text books. From the feminist perspective, we consider that gender, as category, is fundamental for the analysis of Joan of Arc’s image. Based on that, we regard the way her image is presented and which discourses are mobilized in order to represent the french heroine. Our research is focused on four High School history textbooks, and our analysis is based on how the narratives unfold, questioning the way the text books present them, contributing, or not, to women’s history.

**Keywords:** gender, women, history textbooks.

## Introdução

Na tentativa de analisar a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos, deparamo-nos com algumas questões-chave que orientam nossa reflexão. De que forma ela é representada enquanto mulher, no contexto da Guerra dos Cem Anos? Os livros trazem consigo algum questionamento a respeito de seu gênero e a imagem canônica que representa na história francesa? Como Joana é retratada no binômio santa-guerreira, e – caso se apresente – por que tal binômio é recorrente?

Para responder as questões colocadas acima, partimos do pressuposto que a história de Joana d’Arc não está desvinculada da narrativa histórica geral, cuja principal característica se refere às “representações sociais e os valores do narrador que ordenam este discurso com foros de verdade” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 616). Entendemos que é necessário desvelar esse discurso, para que possamos compreender narrativas outras, que fogem ao imaginário social criado pela oposição binária dos gêneros. Portanto, consideramos uma:

[...] história na perspectiva das mulheres’, que vincule seus problemas àqueles das outras histórias, que historicize e questione os mais diversos mecanismos de dominação e exclusão social e que revele a pluralidade das identidades e experiências vividas pelas mulheres em diferentes tempos e espaços (OLIVEIRA, 2014, p. 288).

Ao trabalharmos com a figura de Joana d’Arc, consideramos relevante mobilizar também a categoria gênero, afinal é sob essa perspectiva que orientamos a análise dos livros didáticos. Gênero, como nos diz Guacira Louro, é tanto uma ferramenta política, quanto uma ferramenta de análise (LOURO, 1997, p. 21). Isso nos apresenta com a necessidade desvelar os discursos que constroem representações binárias, hierárquicas e opressoras nas relações de gênero, que estão presentes nos livros didáticos. Ademais, consideramos, também, que o gênero é uma “a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria [...] o gênero representa não um indivíduo e sim uma relação” (LAURETIS, 1994, p. 208).

Para analisar a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos, mobilizamos a conceito de representação, como apresentado por Stuart Hall. Consideramos que as representações produzem sentidos para as pessoas, eventos, acontecimentos e objetos (HALL, 2016, p. 17). Elas estão presentes “no modo como nos referimos às coisas, nas histórias que narramos a seu respeito, nas imagens que dela criamos, nas emoções que associamos a elas, a nas maneiras como as classificamos e conceituamos, nos valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21) e são

capazes de regular nossas práticas e condutas, construir identidades e demarcar diferenças sociais (HALL, 2016, p. 22). Nesse sentido, as representações merecem nossa atenção, especialmente em uma proposta de ensino de história para a igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres.

Hall utiliza-se, ainda, de Foucault para compreender de que forma os discursos estão presentes nessas representações que mobilizamos diariamente. Ele nos diz que o discurso é “um grupo de declarações que proporcionam uma língua para se falar – uma forma de representar o conhecimento acerca de determinado tópico em determinado momento histórico” (FOUCAULT apud SANTI, 2008, p. 9). Entendemos, portanto, que ao analisar os livros didáticos, também estamos analisando os discursos mobilizados naquelas narrativas e estes discursos não estão deslocados de disputas políticas e concepções de gênero (SILVA, 2014, p. 263).

Os sujeitos passam, essencialmente, por dois momentos de aprendizagem. O primeiro momento, a socialização primária, dá-se no contexto familiar, a educação informal; e o segundo momento, a socialização secundária, corresponde à educação formal, desenvolvida na escola (BERGER; LUCKMANN apud GOMES, 1993, p. 86). Ou seja, em um primeiro momento, a criança é sociabilizada a partir dos parâmetros da sociedade em que sua família está inserida (levando em consideração o momento histórico, a classe social, entre outros fatores). O grupo doméstico educa o sujeito em “hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais e de gênero, atitudes e, sobretudo, uma modalidade de língua materna, além de desenvolver as bases da personalidade e da identidade” (BERGER; LUCKMANN apud GOMES, 1993, p. 87). A escola, a partir de um segundo momento, contribui para o desenvolvimento no sujeito com relação “à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101).

A escola também possui a “função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101). Conseqüentemente, a instituição escolar contribui, também, para o estabelecimento das diferenças. No cotidiano escolar é que se constroem os sujeitos, a partir das relações desiguais de gênero, idade, classe social (LOURO, 1997, p. 57). A escola, nos modelos restritivos nos quais foi concebida, reforça as diferenças da sociedade e as reproduz, impondo aos corpos

“concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; [que] tornam-se quase ‘naturais’ (ainda que sejam ‘fatos culturais’)” (LOURO: 1997, p. 58). Como parte dessas relações naturalizadas, estão as concepções de gênero. Entendemos que, a partir de um ensino de história feminista, é possível desconstruir as relações de gênero, e contribuir para a tarefa de “desconfiar do que é tomado como natural” (LOURO: 1997, p. 61).

Não podemos fazer com que a escola permaneça um lugar de retificações de representações engessantes, construindo posições de normalidade e diferenças (LOURO, 2008, p. 21), sem que proponhamos mudanças. É preciso que o convite de Butler a uma “genealogia política das ontologias de gênero” (2003, p. 59) esteja presente na sala de aula e seja possível desvelar as estruturas reguladoras dos comportamentos naturalizados. Retirar o gênero das discussões em sala interfere na construção de um saber histórico voltado para a pluralidade das representações femininas, que amplie o conhecimento histórico dos alunos. Retirar o potencial pedagógico e político da discussão sobre gênero na escola dificulta que haja um rompimento com “o caráter sagrado e inquestionável de concepções históricas que perpetuam as desigualdades sociais” (OLIVEIRA, 2014, p. 289).

Entendemos que refletir sobre a questão das mulheres na história é um aspecto fundamental para a desconstrução de imagens naturalizantes e reflexões historiográficas que as excluem como sujeitos. Proibir o questionamento das construções de gênero na sala de aula é uma ameaça para a educação como um todo. Mas, principalmente, para o objetivo principal de um ensino de história pautado na história da perspectiva das mulheres (OLIVEIRA, 2014: p. 288), qual seja: historicizar e questionar “os mais diversos mecanismos de dominação e exclusão social” (Idem) e revelar “a pluralidade das identidades e experiências vividas por mulheres em diferentes tempos e espaços” (Idem).

Lembramos que um dos princípios da educação democrática é preparar os alunos para o exercício da cidadania (LDB, lei nº 9.394, art. 2º). Assim sendo, acreditamos que não é possível alcançar esse objetivo em sua plenitude, se não pudermos discutir as relações entre religião, política, sexualidade na construção de análises a partir do gênero, fica inviável questionar as naturalizações das construções sociais binárias e excludentes em sala de aula.

A categoria gênero é o centro de muitos debates feministas ao longo das últimas décadas (RAGO, 1998; LAURETIS, 1994). Ao consideramos a definição de Teresa de Lauretis, na qual o

gênero é entendido como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio de uma “complexa tecnologia política” (LAURETIS, 1994, p. 208), implica em dizer que o gênero é “produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (Idem). Ademais, o gênero enquanto representação é “produto de diferentes tecnologias sociais [...] e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas” (Idem). Inserido nesses discursos institucionalizados está o ensino de história na educação básica e, juntamente a isso, o discurso promovido pelos livros didáticos de história.

Desvelar o sistema sexo-gênero, como é proposto pelo ensino de história das mulheres, é contribuir para uma educação básica que se preocupa em questionar de que forma esse sistema de representação atribui significado aos indivíduos dentro da sociedade, uma vez que:

[...] as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (LAURETIS, 1994, p. 212).

Questionar os valores hierárquicos atribuídos a homens e mulheres em diferentes contextos históricos postos nos livros didáticos, por exemplo, é questionar as posições e o significado das representações de gênero em nosso presente.

### **O livro didático**

Na sala de aula, um dos instrumentos mais utilizados pelas (os) professoras é o livro didático. Por vezes, ele é o único material didático presente durante as aulas (SILVA, 2012, p. 817). Isso é devido tanto às deficiências na formação dos professores, quanto ao tipo de livro didático que é produzido pelas editoras. “O livro didático [...] é uma mercadoria destinada a um mercado específico: a escola” (MUNAKATA, 2012, p. 185). Dentro dessa perspectiva, a produção dos manuais pelas editoras passa por uma compreensão do que o Estado considera um “bom livro didático”. O PNLD é o principal exemplo da demanda pública com relação aos livros didáticos. Ao mesmo tempo em “que tornou o livro didático um objeto acessível para praticamente todos os estudantes de escolas públicas brasileiras” (SILVA, 2012, p. 817), o PNLD também interfere na forma como as editoras produzem seus manuais, pois “o fato de uma obra não estar presente no Guia publicado pelo MEC traz efeitos financeiros indesejáveis que, em alguns casos, culminaram no desaparecimento de editoras e/ou em fusões de grupos editoriais”. (MIRANDA, 2004, p. 128). Tendo em vista o interesse mercadológico e a utilização quase

exclusiva do livro didático em sala de aula, é preciso compreender que “sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensinar práticas de leitura muito diversas” (MIRANDA, 2004, p. 124).

Precisamos considerar o livro didático a partir da sua posição como produto de uma sociedade, em um momento histórico definido e a partir de definições do que é considerado ou não ‘História’. Durante muito tempo, a história contada nos livros didáticos era a “história androcêntrica”, ou seja: “tudo se passa em torno do sexo, sexualidade e do poder que lhes dá a importância conferida ao masculino: dominação, submissão, força, conquista, assujeitamento de outrem, principalmente das mulheres e são nesta perspectiva, direitos imprescritíveis” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 614). Propor uma história das mulheres que inclua a categoria de gênero é “conferir-lhes visibilidade e dizibilidade historiográficas não poderia ser feito a partir das premissas de um saber disciplinar androcêntrico que até então as excluía” (MUNIZ, 2015, p. 322). Nessa concepção de uma historiografia que inclua as vozes silenciadas, o livro didático, hoje o principal material pedagógico para a construção do conhecimento no espaço da sala de aula, deve se preocupar, também, com a inclusão da história das mulheres.

Ao considerarmos a importância do ensino de história das mulheres para uma sociedade mais igualitária, reforçamos que os livros didáticos constroem sentido a partir, também, das relações entre o texto produzido e os leitores: ele “é um importante elemento mediador em interações discursivas entre os diferentes sujeitos que tomam parte na construção do conhecimento” (MARTINS, 2006, p. 128). Os livros didáticos são *“uno entre los elementos que configuran el universo simbólico que el alumnado vive en la escuela, pero un elemento fundamental en cuanto suponen un referente de conocimiento legitimado socialmente”* (VALENCIA, 2005, p. 11). Dentro dessa perspectiva, precisamos analisar criticamente de que forma o discurso histórico é apresentado nos livros didáticos e qual sua relação com uma proposta de ensino de história das mulheres. Entendemos que os livros didáticos são “um artefato cultural, isto é, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade” (MARTINS, 2006, p. 124). Os textos e imagens utilizadas pelos autores, suas fontes e a forma como os livros são organizados também são elementos de análise que nos dizem a respeito do discurso que está presente nos livros didáticos.

A relação gênero e livro didático torna-se mais evidente ao considerarmos de que forma esses discursos presentes nos livros podem naturalizar ou questionar o sistema sexo-gênero, e de que forma eles podem contribuir para ou desconstruir a dominação masculina na sociedade. A história das mulheres propõe uma perspectiva na qual “a multiplicidade é a premissa básica” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613). Os livros didáticos, quanto desconsideram a presença feminina, as diferentes narrativas e os contextos diversos das sociedades humanas:

naturalizam os chamados sistemas de dominação [...] que concebe os gêneros como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação-submissão, certamente em nada, ou em muito pouco contribui para um ensino de História que possa formar sujeitos plurais, capazes de pensar e refletir sobre o mundo (SILVA, 2007, p. 236).

Tendo em vista os aspectos apresentados até então neste estudo, procuramos analisar quatro coleções do Ensino Médio na área de História, são elas: 1. *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior; 2. *#Contato História*, de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini; 3. *Olhares da História – Brasil e Mundo*, de Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino; e 4. *História Global*, de Gilberto Cotrim. Dentro das quais trabalhamos apenas com os livros nos quais o conteúdo relacionado à Joana d’Arc está presente, geralmente apresentado no primeiro ou segundo volume de cada coleção. Todas as coleções fazem parte do PNLD de 2018<sup>1</sup>, e foram aprovadas durante um processo de avaliação durante o ano de 2016. Os livros foram analisados com o propósito de identificar as narrativas atribuídas à Joana d’Arc e, também, suas ausências. Consideramos tanto aspectos textuais como as imagens utilizadas para esta figura histórica. Entendemos que, ao analisar a forma como Joana é apresentada nos livros didáticos, é possível compreender de que forma os autores posicionam-se no que diz respeito à história das mulheres.

A figura de Joana d’Arc foi selecionada, após um questionamento surgido a respeito de suas representações nos livros da educação básica e de que forma essas imagens dialogavam com a historiografia a respeito desse contexto. Ademais, procuramos analisar o que a figura de Joana representa na tentativa de uma história da perspectiva das mulheres. Ou seja, de que forma a heroína francesa é interpretada, reapropriada e utilizada nas narrativas de livros didáticos. Trata-se de uma preocupação em considerar as ‘histórias do possível’, ou será que estamos apenas abrindo um apêndice para a personagem, sem que haja sua inserção no contexto histórico e na narrativa principal do livro? Antônia Valencia ressalta que uma grande parte da historiografia (assim como

---

<sup>1</sup> <http://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/>



aquela feita pelos livros didáticos) “no parece haber asumido la necesidad de ampliar el sujeto histórico tradicionalmente considerado, es decir, sigue ignorando el protagonismo social de las mujeres a la hora de analizar e interpretar fuentes documentales, problemas o situaciones históricas” (VALENCIA, 2005, p. 6).

É necessário considerar de que forma a figura de Joana d’Arc é apropriada nos livros, dando destaque às descrições da personagem da história francesa dentro do contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) são apresentados, uma vez que “há uma tradição de silenciamento dos conflitos e resistências de mulheres, negros, indígenas, e outros, ressaltando-se, ora um viés político androcêntrico, ora uma leitura economicista da História” (SILVA, 2014, p. 262). Pretendemos analisar de que forma a figura da personagem francesa é representada naqueles livros que, de fato, propõem-se a contar sua história. É muito comum nas narrativas apresentadas que se estabeleça a imagem de Joana pelo binômio “guerreira-santa” (MATOS, 2011, p. 129), ponderamos de que forma essa representação corresponde às concepções de gênero do contexto histórico de Joana e, além disso, de que forma este binômio não acaba por contribuir com uma percepção polarizadora das mulheres, em que eles precisam ser ora supernaturalmente fortes, ora intrinsecamente puras.

As diferentes concepções acerca de Joana d’Arc não são novidade na historiografia. Durante o século XVIII, a figura de Joana é adaptada para o contexto francês da Revolução de 1789 e a donzela de Orleans surge como representante do Antigo Regime, tendo sua imagem destruída em diversas cidades (AMARAL, 2012, p. 113). A partir do século XIX, entretanto, há um esforço para associar a imagem de Joana d’Arc com a memória nacional francesa, associando-a com a luta pela liberdade (AMARAL, 2012, p. 117). Esse processo transforma a figura de Joana d’Arc em um prelúdio da Revolução Francesa (AMARAL, 2012, p. 118) e coloca a personagem sob uma nova luz, que questiona o discurso de ruptura da revolução, para identificar o povo francês como um povo ‘antigo’, criando bases para a identidade nacional francesa em um passado distante e idílico (AMARAL, 2012, p. 123).

Joana d’Arc nasceu em 1412, em Domrémy, na antiga província francesa de Barrois. Vivia em uma pequena aldeia, em condições simples, junto de sua família. Trabalhava cuidando dos animais de seu pai e fazia trabalhos domésticos (PÉGUY apud PERNOUD, 1996, p. 13).

Comparecia à Igreja e lugares sagrados com frequência, como foi coletado em alguns depoimentos de pessoas da sua aldeia e conhecidos de Joana (PERNOUD, 1996, p. 14).

A donzela de Orleans conta que, aos 13 anos, ouviu a voz de Deus, chamando-a a ‘governar’ e a intervir em favor do rei da França (PERNOUD, 1996, p. 21-22). Nos anos seguintes, Joana segue seu chamado e procura aproximar-se do delfim. Em 1429, ela chega a Chinon, cidade onde está Carlos, e encontra-se com ele. Joana apresenta-se como enviada de Deus e diz ao delfim que ela seria responsável por sua coroação na cidade de Reims (PERNOUD, 1996, p. 43). Em seguida, Joana é enviada para a cidade de Poitiers. É dito que a moça passou por um longo processo para verificar suas intenções, quem poderia a ter enviado e se estava atuando como uma enviada dos borgonheses contra Carlos (PERNOUD, 1996, p. 47). Após um exame profundo – incluindo a comprovação de sua virgindade – Joana é colocada à frente de uma tropa, sendo nomeada comandante pelo delfim.

Após anos de perdas para os ingleses, em 1429, os franceses finalmente conquistam a retomada de parte de seu território, durante a conquista de Orleans (ibid., p. 71). Após um período de vitórias e avanços franceses – inclusive com a tentativa de trégua entre Carlos e o duque da Borgonha – Joana é feita prisioneira em Compiègne, e entregue pelos borgonheses aos ingleses, em 1430 (PERNOUD, 1996, p. 112-113).

A Donzela foi processada por um tribunal eclesiástico na cidade de Rouen, para a qual foram levadas diversas testemunhas e recolhidos depoimentos sobre Joana, desde sua infância na aldeia de Domrémy. As análises posteriores do julgamento de Joana apontam para a falta de uma “acusação formal”, questionando o processo inquisitorial e a idoneidade de seus acusadores (PERNOUD, 1996, p. 125-126). Pierre Cauchon, juiz do caso de Joana, foi retratado como insistente em fazer com que a moça confessasse seus crimes – atribuídos por ele mesmo e outros eclesiásticos. Os inquisidores lançavam perguntas repetitivas, mudavam de assuntos – sobre infância, lugar nas batalhas, as vozes divinas – e apontavam Joana, por vezes delirante, por vezes, herege (PERNOUD, 1996, p. 132).

Cauchon determinou a culpa de Joana, porém, ao contrário do que era esperado, ela foi imediatamente enviada à fogueira – após ser julgada pelo Tribunal da Inquisição, Joana deveria ser encaminhada a um tribunal secular, uma vez que o tribunal eclesiástico apenas declarava a sentença, enquanto o resto deveria ser deixado com o braço secular da justiça. (PERNOUD,

1996, p. 153). Em 30 de maio de 1431, dois frades adentram a cela de Joana e preparam-na para a fogueira. A Donzela foi levada à praça pública e, então, amarrada à pilha de madeiras em meio ao Mercado Velho. Em seguida, atearam fogo a seu corpo: o público, os bispos e frades, e os carrascos assistiram Joana em chamas, enquanto suplicava por Deus e todos os santos (PERNOUD, 1996, p. 155).

### Coleção 1: Sociedade & Cidadania – Volume 1

A primeira coleção analisada é *História: Sociedade & Cidadania*, do autor Alfredo Boulos Júnior. O primeiro volume da obra é dividido em unidades, uma das quais se intitula “Diversidade religiosa: o respeito à diferença”. Esta unidade traz o capítulo 10: francos e o feudalismo. Na seção denominada “A Guerra dos Cem Anos” (BOULOS, 2016, p. 200-201) encontramos uma descrição do conflito, dos fatores gerais e suas consequências. No corpo do texto, o autor apresenta a figura de Joana d’Arc sob o epíteto de “lendária”, descrevendo-a como uma camponesa que convenceu o rei da sua missão de libertar a França (fig. 1 e 2). O texto preocupa-se em descrever que Joana esteve à frente do exército francês e que venceu diversas batalhas.

#### Imagem 1: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

##### A Guerra dos Cem Anos

Outro fator de aceleração da crise do século XIV na Europa foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), um conflito armado entre a França e a Inglaterra que se estendeu por 116 anos e foi interrompido várias vezes (inclusive pela Grande Peste).

Entre as principais razões dessa guerra estão a disputa pela rica região de Flandres (parte da atual Bélgica) e a pretensão do rei da Inglaterra Eduardo III de ser também o rei da França. A Guerra dos Cem Anos foi um exemplo típico de guerra medieval: um conflito no interior da nobreza por títulos e senhorios. Isso explica a ambição do rei Eduardo III em possuir também a Coroa da França e os bens e privilégios daí decorrentes.

Inicialmente, os ingleses alcançaram importantes vitórias e conquistaram parte do território francês, inclusive sua capital; uma das mais importantes vitórias inglesas foi a batalha de Azincourt (1415).

Poucos anos depois, o rei Carlos VII da França reagiu e, com um poderoso exército, conseguiu retomar Paris; a partir da capital francesa, organizou o governo e a cobrança de impostos, aumentando assim o seu poder. Nesse contexto, emerge a lendária figura de Joana d’Arc, uma camponesa que, depois de passar por vários testes diante dos teólogos do Palácio, conseguiu convencer o rei de que ouvira vozes vindas dos céus que lhe incumbiam de libertar a França dos ingleses e coroar o rei.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade & Cidadania*. 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

**Imagem 2:** Texto “A Guerra dos Cem Anos”

Sob o comando de Joana d’Arc, o exército francês obteve vitórias extraordinárias, como na batalha de Orleans, em 1429. No ano seguinte, porém, Joana caiu em uma armadilha e foi vendida aos ingleses, que a entregaram a um tribunal da Inquisição; acusada de herege e de só andar com roupas de homem, foi queimada viva aos 19 anos de idade. Muitos séculos depois, em 1920, ela foi canonizada pela Igreja e se tornou padroeira da França.

Com o final da guerra, vencida pelos franceses, em 1453, a cavalaria perdeu o peso que tinha diante do surgimento dos arqueiros e do advento das armas de fogo, especialmente o canhão. Com isso, o poder militar da nobreza, que se assentava nos laços de suserania e vassalagem, no manejo da espada e da lança, também ficou reduzido. **1, 2 e 3**

**Rebeliões camponesas**

O aumento do número de mortes causadas, sobretudo, pela Grande Peste ou pela Guerra dos Cem Anos provocou o despovoamento dos campos, a falta de mão de obra e a desorganização da produção agrícola. Essa situa-



Joana d’Arc, século XV.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade & Cidadania. 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

Ao final do breve parágrafo, o autor nos conta que Joana foi vendida aos ingleses, que a entregaram ao tribunal da Inquisição. Joana foi acusada de heresia, e de vestir roupas masculinas, e “foi queimada viva aos 19 anos de idade” (BOULOS, 2016, p. 201). O texto conclui por dizer que Joana foi canonizada e tornou-se padroeira da França. Ao lado do texto, encontramos uma ilustração de Joana d’Arc (fig. 2), segurando uma espada, vestida com uma armadura pesada.

**Imagem 3:** Quadro “A Guerra dos Cem Anos”

**A Guerra dos Cem Anos**

A Guerra dos Cem Anos foi o nome dado a uma série de batalhas travadas entre franceses e ingleses entre os séculos XIV e XV. As razões do conflito estão relacionadas à sucessão do trono francês e à posse de territórios.

Considerada o último grande conflito medieval e o primeiro da Idade Moderna, a Guerra dos Cem Anos contribuiu com a formação do sentimento de nacionalidade entre os franceses, que tiveram que se unir para expulsar os ingleses de seu território.

Uma das figuras de maior destaque durante os conflitos foi a francesa Joana D’Arc, uma camponesa que se transformou em uma grande guerreira e influenciou a vitória da França sobre a Inglaterra. D’Arc é considerada uma heróina na França até os dias atuais.

Annoire DuFour, c.1505. Miniatura. Museu Thomas-Dobrée, Nantes (França). Foto: C. Dag / O-15/De Agostini/Corbis Images

Joana D’Arc representada em manuscrito de 1505.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. #Contato História. 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

O livro preocupa-se em inserir a figura da Donzela de Orleans no contexto da Europa Medieval, mais especificamente na disputa entre França e Inglaterra. O autor coloca a personagem diante do exército francês e preocupa-se em discorrer sobre seu destino terrível. A ilustração associada ao texto mostra uma Joana, do século XV, coloca a moça em armadura completa e empunhando sua espada, segurando um estandarte que aparenta representar o reino francês.

O livro apresenta uma imagem exclusivamente bélica de Joana, ela é a guerreira que venceu batalhas importantes da Guerra dos Cem Anos. É levantada a ligação com a religião católica ao dizer que Joana ouvia vozes vindas do céu e, mais adiante, a Igreja reaparece como responsável por sua condenação e assassinato. Ao colocar Joana como uma guerreira, sem questionar a ruptura que isso representava para os papéis de gênero na época o livro opta em não colocar sob perspectiva a figura de Joana no exército francês, o que reduz o papel de protagonista da mulher líder e guerreira. Além do mais, apesar de afirmar brevemente que ela foi julgada por vestir roupas de homem, não discorre sobre essas “roupas de homem” serem armaduras e malhas de guerra, vestimenta necessária para quem lutava nos fronts. Precisamos questionar o que significa associar a imagem masculina exclusivamente à imagem da guerra e belicosidade, e porque Joana escapou a esses padrões. O texto aborda que a Donzela de Orleans foi queimada viva pelo tribunal da Inquisição. Porém, não aborda o que isso representava dentro da Igreja católica, ou porque Joana havia sido acusada de heresia. Ao colocar Joana como uma ‘herege que foi queimada viva’, o texto perde a possibilidade de articular uma leitura da Igreja católica do século XV e a imagem das mulheres que era perpetuada na época e que, em última instância, contribui para a perseguição sofrida pelas mulheres nos séculos XVI e XVII na Europa, conhecido como “caça às bruxas” (DELUMEAU, 2011, p. 489). Mais que isso, é preciso que o livro explore de que forma a figura de Joana passa de santa legitimada pela Igreja Católica no exército francês, enviada de Deus ao Delfim, para a herege e bruxa que foi julgada pelo tribunal eclesiástico. Afinal, era a mesma Igreja Católica que havia concedido a veracidade de seus dons premonitórios e que, em um segundo momento, acusou-a de subverter a palavra divina. É necessário que haja um debate – ao introduzir as categorias de santa, uma mulher que “ouve vozes” dos santos – a respeito do que isso representa para o poder da Igreja e de que forma isso foi utilizado ora para ratificar o poder divino do Delfim, ora para questionar a posição de destaque de Joana.

Coleção 2: #Contato História – Volume 2

No livro de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, a figura de Joana d’Arc aparece apenas em um pequeno *box* (fig. 3), dentro da Unidade 2: “Reformas religiosas e Estados absolutistas”, no subtítulo “Os regimes absolutistas”. Neste *box*, o livro apresenta brevemente o que foi a Guerra dos Cem Anos, em dois pequenos parágrafos. O terceiro e último parágrafo são dedicados à figura de Joana d’Arc, que é descrita como “uma camponesa que se transformou em uma grande guerreira e influenciou a vitória da França sobre a Inglaterra” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45).

Imagem 4: Texto “A França”

■ A França

Desde que a França foi vitoriosa sobre a Inglaterra na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), o poder dos reis da França foi fortalecido, proporcionando-lhes o controle de um exército forte e regular e possibilitando-lhes a coleta de impostos em todo o reino. No entanto, a nobreza ainda mantinha forte controle político e judicial nas províncias. Isso porque a guerra tornou possível à monarquia francesa a formação de um exército e a arrecadação de impostos permanentes, mas não contribuiu para a criação de um aparelho administrativo que impusesse sua autoridade em toda a extensão do reino.

Além disso, as guerras civis e religiosas que ocorreram durante a segunda metade do século XVI e início do século XVII deixaram o reino francês em crise. Para contornar essa situação, a atuação do cardeal Armand Richelieu como primeiro-ministro foi essencial. Detentor de muitos poderes, Richelieu praticou uma política em que priorizava o fortalecimento da monarquia e do Estado francês combatendo os poderes locais que ainda tinham forte influência nas províncias da França.

A política de Richelieu deu bons resultados para a monarquia: sufocou a resistência huguenote remanescente e conteve as conspirações dos aristocratas rebeldes. Para controlar de perto as províncias, ele enviou os *intendants*, que eram funcionários encarregados da arrecadação de impostos e dotados de amplos poderes judiciais e policiais. Desse modo, Richelieu foi, aos poucos, enfraquecendo o sistema de poder local da nobreza e consolidando a monarquia absoluta, que atingiria seu ponto máximo com Luís XIV, conhecido como Rei-Sol.

Luís XIV, rei absolutista francês. Pintura do século XVII feita por Nicolas-René Jollain.



DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. #Contato História. 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

Segundo o site do PNL D de 2018, esta coleção caracteriza-se por possuir referências da Nova História Cultural e Nova História, especificamente descrevendo a proposta com o interesse de destacar “a figura da mulher, valorizando-a como sujeito na construção da História” (site). É interessante trazer essa informação, uma vez que, a partir do que descrevemos acima, podemos questionar a forma como optaram por apresentar a figura de Joana. Primeiramente, em direto contraste, é interessante observar que, acima do *box* “A Guerra dos Cem Anos”, está uma grande imagem de Luís XIV (fig. 4), acompanhada de um texto que nos conta sobre a importância do

cardeal Richelieu na política francesa. Coloca-se o cardeal como figura central para a consolidação da monarquia absoluta do Rei-Sol.

## Imagem 5: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

### A Guerra dos Cem Anos

O processo de formação de um sólido Estado francês centralizado foi temporariamente suspenso em virtude do confronto com a Coroa inglesa na Guerra dos Cem Anos. Foram os historiadores do século XIX que lhe deram esse nome em razão da longa duração do conflito (1337-1453), intercalado por vários períodos de paz.

O conflito com a Inglaterra teve início quando Eduardo III, neto de Filipe IV, o Belo, e rei inglês, reivindicou o trono da França. Por trás dessa reivindicação estava o interesse dos ingleses na próspera região têxtil de Flandres.

Para enfrentar os ingleses novamente, o rei francês precisava ampliar seu exército. Mas não podia fazer isso sem recorrer à nobreza. Dessa forma, fez certas

concessões aos nobres. As primeiras derrotas na guerra, a fome generalizada e a peste negra acentuaram a crise que piorou as condições de vida no campo.

Foi sob este cenário que os nobres pressionaram os camponeses para o aumento da produção agrícola, mesmo em condições adversas. Isso provocou revoltas populares lideradas pelos camponeses contrários às decisões da nobreza no norte da França e nas proximidades de Paris. Essas revoltas ficaram conhecidas como *jacqueries* (abreviação da expressão francesa *jacques bonhomme*, que equivale em português a “João-ninguém”). A mais importante delas ocorreu em 1358 e ficou marcada pelas invasões de castelos e pelos assassinatos de senhores. Foram duramente reprimidas pelas forças da ordem, encabeçadas pelo Estado e seus nobres.



VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

Logo abaixo, separado do corpo do texto, está a pequena imagem de Joana d’Arc, de um manuscrito de 1505. Apesar de relacionar a figura da heroína francesa com a guerra que “contribuiu com a formação do sentimento de nacionalidade entre os franceses” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45), o livro continua por separar a importância do conflito na história da monarquia francesa – visto que o corpo do texto explicita a relação da Guerra dos Cem Anos com o Absolutismo, mas coloca o cardeal Richelieu como personagem principal dessa consolidação. A figura de Joana aparece em segundo plano, como uma guerreira que “influenciou a vitória da França” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45). Não há uma explicação prolongada de seus feitos militares, ou o que representou naquele contexto ter uma mulher à frente do exército francês. O livro não discute de que forma seu poder foi legitimado, como ela chegou até a posição de guerreira e o que isso significou para o fechamento de sua trágica história. O *box* apenas preocupa-se em descrever que ela “se transformou” de camponesa em guerreira. Sem apresentar as inúmeras implicações que essa “transformação” representa.

No corpo do texto, o livro apresenta uma descrição de que forma o reino francês foi centralizado, de que maneira Richelieu enfraqueceu os poderes locais. Entretanto, ao voltarmos para Joana d’Arc, não há uma preocupação de valorizar o que sua figura representou nas conquistas militares francesas. Não há uma descrição de como a heroína francesa conquistou as cidades ocupadas por ingleses e de que forma isso influenciou na reconquista do território francês. Apesar de referir-se a Joana como alguém “considerada uma heroína na França até os dias atuais” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45), o livro não se preocupa em discorrer a respeito do que significa uma figura feminina dentro dessa representação francesa do ideal de liberdade, de nacionalismo e, posteriormente, de República.

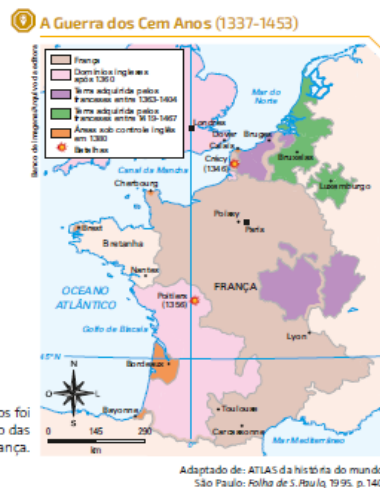
**Coleção 3: Olhares da História – Brasil e Mundo – Volume 1**

O primeiro volume da coleção de Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino apresenta o conteúdo relativo à Joana d’Arc no décimo capítulo, intitulado “O mundo às vésperas do século XVI”. Segundo a análise da obra, feita pelo PNLD de 2018, o livro tem “perspectiva plural e intercultural” e o professor tem a possibilidade de “aproveitar a discussão sobre a construção do conhecimento histórico e o reconhecimento da existência de pontos de vista diferentes sobre os principais processos históricos” (site).

**Imagem 6:** Texto “A Guerra dos Cem Anos”

A partir do início do século XV, os franceses obtiveram vitórias decisivas, quando prevaleceu uma forte ofensiva, liderada principalmente por Joana d’Arc. Filha de camponeses humildes, Joana d’Arc dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês. Ela participou decisivamente de diversos combates que resultaram em vitória para os franceses. Também levou Carlos VII a ser coroado em Reims, segundo as antigas tradições dos francos. Após ter sido aprisionada e capturada pelos ingleses, em 1430, Joana d’Arc foi acusada de heresia e condenada à morte na fogueira por um tribunal edesiástico.

A guerra continuou até 1453, quando os franceses expulsaram os ingleses definitivamente de seu território.



VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.



O capítulo analisado possui uma página dedicada ao conflito entre franceses e ingleses, com o subtítulo de “A Guerra dos Cem Anos” (fig. 6). O livro discorre sobre a disputa do trono, sobre a invasão de castelos, pela revolta camponesa e ilustra o acontecimento com imagens de guerreiros em combate. No último parágrafo, o texto menciona a figura de Joana d’Arc, descrevendo que ela “dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 251). Mais à frente, no capítulo, uma seção denominada “Para saber mais” traz algumas informações adicionais sobre a figura de Joana (fig. 7). Ela diz respeito ao culto nacional da heroína francesa e a ideia de uma “vítima simbólica da Igreja” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 252). O texto refere-se a mudança da figura de Joana, da imagem de heroína para sua representação enquanto santa católica, padroeira da França.

## Imagem 7: Quadro “Para saber mais”



VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

É interessante notar que Joana é apresentada como alguém que “participou decisivamente de diversos combates” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 251), sem dizer que ela liderou o exército francês. Por que essa escolha de representação de Joana, em oposição a uma líder militar? O livro diz que Joana foi capturada pelos ingleses, acusada de heresia e condenada à morte por um tribunal eclesiástico. Novamente, precisamos nos questionar de que forma a Igreja

interfere no processo judicial de Joana. Precisamos problematizar a forma como os ingleses lidaram com a figura de uma jovem ‘enviada por Deus’, que havia conquistado as cidades dominadas por franceses e coroado Carlos VII em Reims. Tendo em vista que, para estar à frente do exército francês, Joana precisou ser aceita como enviada divina, tendo suas visões, vozes e inspirações de santos retificadas pela Igreja, em um primeiro momento. Isso significava que a vitória francesa e a coroação de Carlos VII foram obras de Deus, por intermédio de sua enviada Joana. Em contraponto, os ingleses enxergavam na figura de Joana uma ameaça à conquista da França e precisavam lidar com o “problema” que foi a repentina valorização da moça pelos franceses.

Como lidar com a figura mística e santa que Joana representava, tanto por suas conquistas quanto por suas afirmações divinas? A saída era retirar sua legitimação por meio do mesmo órgão que a havia concedido: a Igreja Católica. Portanto, para justificar o julgamento de Joana e, posteriormente sua morte, cria-se um discurso que a caracteriza como herege, e questiona as interferências divinas que Joana afirma tão veementemente receber. Assim, a mesma Igreja que havia transformado Joana na defensora enviada por Deus, coloca-a na posição de herege, questionando sua religiosidade e condenando-a a fogueira. Não era possível, para os ingleses, tratarem Joana como um inimigo de guerra comum, como mais um soldado ou um general qualquer que está à frente do exército francês. Era preciso dismantellar a imagem mística que havia se construído em torno da figura de Joana e, além disso, desvincular a sua morte a uma questão “meramente política”. Uma vez envolvendo a Igreja, não se tratava mais de uma disputa França-Inglaterra, pois a religião está acima dos conflitos terrenos. Tratava-se, agora, de uma questão direta entre a palavra divina e o que Joana representava para a Igreja, sendo esta a única que podia atuar como júri, juiz e carrasco.

#### **Coleção 4: História Global – Volume 1**

O último livro analisado pertence à coleção de Gilberto Cotrim. A menção à Joana d’Arc é encontrada no primeiro volume da obra, na Unidade 3: Identidade e diversidade, no capítulo “Mundo Cristão”. Segundo o Guia digital do PNLD, a coleção visa produzir “um conhecimento escolar na área da História, que se fundamenta em obras da historiografia e da pedagogia já consagrada no século XX” (site). Não há menção à preocupação da obra em discutir papéis de gênero ou questionar a presença das mulheres na história.

Este é o único livro que apresenta de forma muito precária a figura de Joana, mal sendo possível discorrer sobre as representações que são feitas da heroína francesa. No capítulo citado acima, em um subtítulo denominado “Heresias”, aparece um fotograma (fig. 8) do filme *Joana D’Arc* (1999), com um pequeno texto que diz: “Joana D’Arc foi acusada de heresia, julgada e condenada. Foi queimada viva, em 1431, e declarada santa pelo papa Bento XV, em 1920” (COTRIM, 2016, p. 176). A primeira, e mais óbvia problematização, é a respeito da imagem de Joana desvinculada completamente do seu contexto histórico, a Guerra dos Cem Anos. Ao contrário, esse momento aparecerá algumas páginas a frente (COTRIM, 2016, p. 186), em uma breve descrição dos eventos e sem qualquer menção à Joana.

**Imagem 8:** Fotograma do filme Joana D’Arc



COTRIM, Gilberto. *História global*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

Entendemos que a proposta do livro é trazer algumas diferentes descrições do mundo cristão, com o propósito de, posteriormente, embasar os acontecimentos da Reforma Protestante – como exemplo, os subtítulos de *Heresia* (no qual aparece Joana d’Arc) e o de *Depressão* (contendo a menção à Guerra dos Cem Anos). Porém, é necessário questionarmos a presença de Joana associada somente ao contexto herético. Apesar do fotograma representar uma Joana militar, vestida de armadura, em meio a um campo de batalha, o livro não aborda essa imagem, nem sequer descreve o papel de Joana durante a mencionada Guerra, ou o porquê daquele fotograma representar uma Joana guerreira. Ao colocar sua imagem exclusivamente no subtítulo a respeito das heresias, o livro abre espaço para um discurso que “justifica” a morte de Joana pela Igreja católica, colocando-a em um conjunto de outras acusações heréticas e o que isso

representava para a Igreja. Sem personalizar, sem aprofundar a história de Joana, o livro opta por apagar o indivíduo Joana d’Arc em benefício de um discurso católico que junta todas as heresias em “desvios da norma”, sem nos apresentar com a forma específica com que Joana desviou-se da Igreja.

Mais ainda, o livro apaga completamente a história de vida de Joana, os feitos de guerra, as conquistas, a inserção de uma figura feminina na corte do Delfim e no exército francês. Ao contrário, resume sua importância histórica em uma mulher que foi julgada e condenada, morrendo na fogueira. Não há um questionamento do porquê Joana estava naquela posição, das intenções da Igreja em julgá-la enquanto herege, dos aspectos políticos que envolveram seu julgamento. Ela aparece apenas como um exemplo, entre tantos outros, de heresia, de atuação da Igreja. Ademais, o texto a respeito das heresias não menciona os motivos pelos quais Joana foi declarada herege. O livro refere-se a questões do tipo “necromancia”, “despreparo dos sacerdotes” ou crenças de origens anteriores ao cristianismo. Ao colocar Joana nessa categoria, de que forma ela foi considerada herege?

Diante da análise de como a história de Joana D’Arc é tratada nos livros selecionados e tendo em mente o ensino de história, consideramos que a categoria gênero é essencial para a construção de um aprendizado que vise desnaturalizar as “concepções binárias e hierarquias de gênero que revelam ainda o predomínio de uma história androcêntrica, centrada apenas no protagonismo masculino” (OLIVEIRA, 2014, p. 281). É importante, ainda, considerar de que forma os livros didáticos interferem na percepção dos alunos e, principalmente das alunas, uma vez que muitos livros “que invisibilizam as mulheres como sujeitos históricos, reforça as desigualdades, ajuda a tolher a criatividade de meninas e adolescentes, reforçando seu assujeitamento” (SILVA, 2014, p. 267). Entendemos que ensinar história sob uma perspectiva da “história do possível” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613) é educar as/os alunas/os em termos das possibilidades que os diferentes sujeitos femininos apresentam nos contextos históricos. Incluir a história das mulheres nas prerrogativas do ensino de história da educação básica é se comprometer a “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres no presente, de contribuir na formação para cidadania e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural” (OLIVEIRA, 2014, p. 287).

Claro que o professor poderá interferir e explicar mais profundamente a história de Joana d’Arc e a ampliação da definição de “heresia” em diversas disputas políticas. Porém, considerando o despreparo de muitos professores e a dependência do material escolar, por vezes, exclusivamente o livro didático, é preciso questionar se a figura de Joana, neste caso, não deixaria mais indagações do que reflexões.

### **Considerações Finais**

Um ensino de história que vise uma sociedade democrática e a desconstrução de hierarquias de gênero precisa incluir o ensino de história das mulheres. Somente a partir da compreensão das mulheres enquanto sujeitos dotados de história, é que temos a possibilidade de enriquecer “la historiografía con nuevos problemas, nuevas fuentes y nuevas preguntas para las ya utilizadas pero, no menos importante, obliga a la tradicional Historia androcéntrica a revisar muchas de sus conclusiones” (VALENCIA, 2004, p. 15).

Precisamos considerar a importância de uma escola que promova uma educação democrática, que considere todas as dimensões do sujeito e, mais ainda, a desconstrução das relações hierárquicas de gênero que estão presentes em nossa sociedade. A proposta de um ensino de história das mulheres diz respeito ao “reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres em diferentes tempos e espaços, a desnaturalização das diferenças e desigualdades de gênero e a legitimação de direitos já adquiridos pelas mulheres” (OLIVEIRA, 2014, p. 277). Somente a partir dessa desnaturalização é possível questionar os discursos que são apresentados nos livros didáticos. Reiteramos que o livro didático não é produzido no vácuo e recebido dos céus pelas (os) professores. O livro didático é uma mercadoria (MUNAKATA, 2012) e, por isso, está envolto em disputadas políticas e concepções de mundo e relações de gênero.

Finalizamos este artigo com um convite às (aos) professores. Aqui traçamos apenas uma das possibilidades de crítica aos livros didáticos a partir do viés de gênero, com a figura de Joana d’Arc. Entretanto, a construção de uma sociedade mais igualitária é um esforço constante de crítica aos discursos tão largamente difundidos e às imagens canônicas (SALIBA, 1999) que são apresentadas a nós nos livros didáticos. Portanto, desejamos que as reflexões apresentadas nesse artigo se tornem uma linha-guia para o questionamento da forma como as mulheres estão figuradas nos livros didáticos de história e levantem possibilidades para novas formas de

apresentar uma história da perspectiva das mulheres, levando à consequência de novos livros que se preocupam com o protagonismo feminino nos contextos históricos.

### Referências bibliográficas

AMARAL, Flavia Aparecida. **História e resignificação: Joana d'Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX.** 2012. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2012.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania.** 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História global.** 3ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente: 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História.** Revista História Hoje, v. 2, n° 4, p. 19-34, 2013.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. **#Contato História.** 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

GOMES, Jerusa Vieira. **Relações família e escola: continuidade e descontinuidade no processo educativo.** Revista Idéias, São Paulo, n. 16, p. 84-92, 1993.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** In: Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MARTINS, Isabel. **Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa.** Pro-Posições, v. 17, n. 1 (49), p. 117-136, 2006.

MATOS, Julia. **Joana D'Arc entre a História e a Literatura: de Jules Michelet a Érico Veríssimo.** Aedos, n. 7, v. 3, p. 128-133, 2011.

MIRANDA, Sonia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 48, p. 123-144, 2004.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas.** OPSIS, [S.I.], v. 15, n. 2, p.316-329, 2015.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2013.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades pedagógicas. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010.

PERNOUD, Régine. **Joana D'Arc, a mulher forte**. São Paulo: Paulinas, 1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e o ensino de história. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CANELLI, Marlene R. (orgs.). **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/Aos Quatro Ventos, 1999.

SANTI, Heloise; SANTI, Vilso. **Stuart Hall e o trabalho das representações**. Anagrama, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, p. 219-146, 2007.

SILVA, Marco Antônio. **A Fetichização do Livro Didático no Brasil**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SILVA, Valéria Fernandes da. Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. De Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

VALENCIA, Antonia Fernández. Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia. **Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales**. España, Valencia, n. 18, p. 5-24, 2005.

VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. **Olhares da História: Brasil e Mundo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

## Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano<sup>1</sup>

A reply to Von Martius: José Oiticica and a proposition of a new normativity for the historiographical practice at the republican dawn

**Vicente da Silveira Detoni**

Mestrando em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
vicentedetoni@gmail.com

**Piero di Cristo Carvalho Detoni**

Doutorando em História Social  
Universidade de São Paulo  
pierodetoni@gmail.com

**Recebido em:** 25/03/19

**Aprovado em:** 04/05/19

**Resumo:** O presente escrito se constitui na transcrição do texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de autoria de José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), publicado na Revista Americana em quatro partes ao longo do primeiro semestre do ano de 1910. Estabelecendo um diálogo aberto com a *Dissertação* homônima de Karl Von Martius o texto propõe uma nova normatividade para a prática historiográfica em virtude dos debates, acirrados na virada do século XIX para o XX no Brasil, sobre a cientificidade do conhecimento histórico, e da necessidade de se determinar um sentido para a história do Brasil após a Proclamação da República em 1889. A transcrição segue a grafia original e as notas contidas no texto são do seu autor.

**Palavras-Chave:** José Oiticica, Historiografia Brasileira, Primeira República.

---

<sup>1</sup> OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 292-299; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 419-425; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 182-202. A presente transcrição é uma compilação das diferentes partes que compõem o ensaio de José Oiticica, publicado em quatro partes, e toma como referência os números que se encontram na Casa dos Contos em Ouro Preto - MG, e os números da Revista Americana disponibilizados digitalmente pela Biblioteca Nacional.



**Abstract:** This writing is a transcription of the text *How the history of Brazil should be written*, by José Rodrigues Leite Oiticica (1882-1957), published in four parts throughout the first half of the year of 1910 in the *Revista Americana*. Establishing an open dialogue with the homonymous *Dissertation* by Karl Von Martius, the text proposes a new normativity for the historiographical practice, due to the debates in Brazil at the turn of the XIX to the XX century about the scientificity of historical knowledge, and the need to determine a meaning for the history of Brazil after the Proclamation of the Republic in 1889. The transcription follows the original spelling and the notes in the text belong to its author.

**Keywords:** José Oiticica, Brazilian Historiography, First Republic.

O plano de escrita da história do Brasil de Karl Von Martius foi vencedor do concurso de monografias, proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840, dois anos após a sua fundação, com o intuito de que se apresentasse um programa para se escrever a “história antiga e moderna do Brasil” (IHGB, 2010). A *Dissertação* intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* datada de 1843 foi publicada na Revista do IHGB pela primeira vez, e por um descuido, em 1844. Essa vitória marcou “uma nova etapa na operação historiográfica do IHGB, mais orientada, mais científica” (CEZAR, 2003, p.183), e instaurou uma primeira ordem e uma certa normatização para os trabalhos posteriores da agremiação. O principal historiador do século XIX no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, teria, em certa medida, seguido em sua *História Geral do Brasil* as bases do modelo proposto por Martius (CEZAR, 2003, p.178). Os traços gerais projetados por Martius, e concretizados em uma obra monumental como a de Varnhagen, fazem dessa peça um elemento central na relação entre a disciplinarização da escrita da história e a formação do Estado-Nação moderno no Brasil (GUIMARÃES, 1988). Durante o século XX esse plano permaneceu gerando efeitos sobre a forma pela qual se escreveu a história do Brasil. O ensaísta Gilberto Freyre, outro importante autor preocupado com a formação da identidade nacional brasileira, operacionalizou em seu *Casa Grande e Senzala* as premissas estabelecidas por Martius, mesmo que por meio de alguns deslocamentos fundamentais (NICOLAZZI, 2011, p.439). No entanto, um jovem republicano do início do século XX, chamado José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), ainda pouco conhecido na historiografia brasileira, contestou este tão influente modelo. Martius não ficou sem resposta.

O *Como se deve escrever a história do Brasil* de autoria de José Oiticica foi originalmente publicado em quatro partes nos respectivos números de abril, maio, junho e julho/agosto do ano de 1910 da *Revista Americana*, um periódico originário das fileiras diplomáticas do Itamaraty, tido

como um importante instrumento da política americanista do Barão do Rio Branco (CASTRO, 2012). José Oiticica é conhecido na história social e na memória do movimento operário por sua militância política e participação na Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro (LAURIS, 2009), bem como na historiografia da educação por sua carreira como professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II e atuação como educador nos centros de sociabilidade operária na primeira metade do século XX (FIGUEIRA, 2008). No momento de produção do seu próprio *Como se deve escrever a história do Brasil* José Oiticica, contudo, se distancia um pouco dessa imagem mais cristalizada construída sobre ele. Com 28 anos em 1910 José Oiticica é um jovem liberal, professor de história no Colégio Batista no Rio de Janeiro, com uma trajetória profissional marcada até então por sua atuação como docente e diretor de escolas de nível secundário, com destaque para a sua iniciativa na fundação do Colégio Latino Americano em 1906, um projeto educacional inovador à época situado no Rio de Janeiro, e diretamente amparado nos princípios da “Escola de Le Play” (NEVES, 1970).

A réplica de José Oiticica a Von Martius insiste em estratégias de convocação ao debate próprias do século XIX. O recurso à homofonia foi, segundo Roberto Ventura (1991), recorrente nas discussões letradas e eruditas entre os brasileiros desse período. De acordo com o autor, lançar mão desse artifício fazia parte da lógica do debate intelectual da época, caracterizada por uma combinação entre crítica e polêmica. Para Ventura (1991), essa lógica aliava a tradição de cantadores e repentistas, de poetas populares e sertanejos, à procedimentos pertencentes ao ambiente dos tribunais e da prática dos bacharéis, em um jogo obstinado de chistes e gracejos, réplicas e trélicas. Sílvio Romero, um exímio combatente nesses duelos intelectuais, frequentemente imitava, com tons de ironia e de provocação, as formas utilizadas por seus adversários em textos de seu próprio punho, de modo a desafiá-los ao debate (VENTURA, p. 10).

Talvez persistências de lógicas antigas da vida literária nos trópicos, talvez outra marca da presença de Sílvio Romero em sua trajetória intelectual, José Oiticica imita neste texto tanto o título quanto obedece a uma estrutura interna muito parecida com a estabelecida na *Dissertação* de Von Martius; em que se divide o plano de escrita da história do Brasil entre traços gerais (“pontos de vista gerais”, para Martius, e “problemas gerais” para Oiticica) e ideias secundária, tendo como desfecho, em ambos os textos, figuras sobre o historiador e o seu trabalho. Ao evocar Martius

o revide de José Oiticica abre uma controvérsia com os vivos que mantém presente na prática dos historiadores do início do século XX a orientação do já falecido naturalista alemão. Assim, a réplica abandona a carga pessoalizante, e o duelo assume um caráter geracional entre os últimos bastiões de ideias tidas como arcaicas, retrógradas, ultrapassadas (nos termos de Ventura, a “metafísica do passado”) e os paladinos de princípios percebidos como mais modernos, atualizados e irrefragáveis (a “ciência do presente”). Atendo-se a doutrinas, a discussão, contudo, não deixa de ter como horizonte encerrar no passado Von Martius e seus seguidores.

Em termos gerais pode-se dizer que a outra maneira de se escrever a história da nação brasileira proposta por José Oiticica seria fundamentada não mais na “lei de forças diagonais” (MARTIUS, 2010), do contato e da reunião de três diferentes raças humanas que teriam formado o caráter nacional brasileiro, mas em um sistema ancorado em uma filosofia da natureza ou cosmologia muito particular, que prescrevia que a história do Brasil deveria ser escrita como a história da amálgama, choque e mescla de diversas *energias* (cósmicas, sociais, vitais) que teriam se encontrado no território que veio a se tornar o Brasil. Este texto homônimo ao de Karl Von Martius, contudo, não se limita a uma mera substituição de conteúdos, temas, personagens, acontecimentos da história do Brasil, demandando, por sua vez, transformações mais profundas no próprio fazer historiográfico. Procurando elevar a historiografia brasileira a uma condição ainda mais moderna do que teria conseguido Martius, Oiticica acrescenta uma perspectiva filosófica bastante particular ao método social da Escola de Le Play, tornando, assim, possível se discernir o sentido da história do Brasil; e sugere, ainda que brevemente, as bases teóricas que considera necessárias para a elaboração e para a execução de uma historiografia considerada como ciência. Ele prescreve, pois, formas possíveis para a estruturação de uma escrita da história do Brasil a partir de novos fundamentos condizentes com a atmosfera epistêmica própria do seu tempo.

Creemos que a circulação desse documento oferece ao leitor interessado traços significativos do passado da disciplina história no contexto da passagem do século XIX para o XX, naquilo que se convencionou ser chamado de Primeira República. A fonte aqui transcrita fomenta reflexões sobre a história da historiografia no Brasil, notadamente localizada em uma situação estratégica tanto intelectual quanto política: aquela que marca os anos em torno da implementação da República no Brasil e do avigoramento do debate sobre a constituição da

história enquanto um saber moderno e científico. Na abertura dessa conjuntura epistêmico-historiográfica percebemos, e o texto de José Oiticica aparece como um indício e como uma evidência, uma crítica consistente aos regimes historiográficos vigentes no período imperial (NICOLAZZI, 2017), em maturação desde o famoso *bando de ideias novas* de que nos informa Sílvio Romero (ALONSO, 2002), mas acirrada com o advento do regime republicano. Já no ponto de delimitação, e que a fonte em termos de sua performatividade ainda alcança, deparamo-nos com o período em que as iniciativas varguistas, intensificadas após a deflagração do *Estado Novo*, começam a assumir o controle das instâncias culturais no Brasil buscando a promoção de uma renovada perspectiva para a nossa história. Também encontramos nesse contexto o surgimento das primeiras universidades no país, as quais almejam, destacadamente entre os cursos de História, de Geografia e de Ciências Sociais, monopolizar as interpretações sobre a história pátria (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018).

Além da sua relevância para a discussão atual sobre a historiografia brasileira da virada do século XIX para o XX, uma das virtudes contidas no *Como se deve escrever a história do Brasil* de José Oiticica se encontra, segundo nosso entendimento, na sensação de estranheza, bem como de surpresa, que as formulações do autor provocam aos olhos do nosso presente e diante do cânone de autores, de obras e de temas que circundam a história da historiografia brasileira. Ademais, a prescrição evidencia uma espécie de promessa historiográfica não cumprida, algo como um indício de um futuro passado da disciplina, no que tange aos caminhos possíveis e nunca trilhados pela historiografia brasileira (em suas tentativas de se tornar, definitivamente, moderna).

A proposta dessa transcrição na seção de documentos da *Revista Temporalidades* é, portanto, trazer à tona (em nosso presente) a pluralidade de escritas e de modos de fazer história deixadas à margem, recuperando, no limite, essas “potencialidades” esquecidas e inexploradas (DOSSE, 2003, p.10-11); sugerindo, então, a compreensão também da “modernização” da historiografia como um processo multidirecional, de modo a desestabilizar as narrativas unívocas (ou as repetidas remissões aos cânones) que constituem e que garantem identidade disciplinar à historiografia (TURIN, 2003, p. 5).

Nessa direção, a seguinte transcrição toma como referência os números da *Revista Americana* que se encontram no acervo de periódicos da *Casa dos Contos*, em Ouro Preto, e é elaborada a partir do cotejamento da referida versão com os números disponibilizados pelo

acervo digital da Biblioteca Nacional. Os autores da transcrição optam por manter a grafia própria do texto e não realizam tradução de termos em língua estrangeira, além de não realizarem trabalho de notação. As notas contidas no texto transcrito são do seu autor.

### Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. Ensaio de história intelectual. IN: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Intelectual**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira. **Tese de Doutorado** apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

LAURIS JR., Renato Luiz. José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista. **Dissertação** apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Conhecimento: História e Sociedade, 2009.

MARTIUS, Karl Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

NEVES, Roberto das. José Oiticica: Um anarquista exemplar e uma figura impar na história do Brasil. In: OITICICA, José. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, 1970. p. 9-10.

NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio. NASCIMENTO, Bruno César Nascimento. **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de Mestrado em História. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003, p.5.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, Rio de Janeiro: Edificio do Jornal do Commercio, 1910, pp. 109-117

## Como se deve escrever a história do Brasil

---

### I

É esse o mesmo titulo de um trabalho publicado por Martius no sexto tomo da *Revista do Instituto Historico*.

Araripe Junior e João Ribeiro qualificam-no de admiravel<sup>2</sup>. Ha de o leitor, portanto, perdoar a afoiteza de retomar eu o assumpto tratado por tal mestre.

Comquanto os seus conselhos sejam de todo o ponto excellentes, tenho que não bastam para constituir o arcabouço completo da nossa interessantissima historia.

Sobretudo, Martius não systematiza, não submete as suas idéas a um plano geral de philosophia historica, de cujos principios desça á exacta interpretação dos factos particulares. [p.109]

De outro lado, nossos melhores historiographos baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influencia por elles exercida na evolução da sociedade brasileira.

Examinando, mesmo perfunctoriamente, a dissertação de Martius, convencer-nos-emos de que não passa de admoestação sem unidade; são avisos optimos, insinuações profundas, mas sem vista de conjuncto e insufficientes.

Debalde, com effeito, ahi procuraremos referencias aos mais palpitantes problemas surgidos em épocas de renovação da nossa sociedade.

Como tratar o historiador da *conquista da terra*? Como estudar a questão da *independencia da colonia*? Como descrever a *formação da nacionalidade*? Como discriminar as actuaes tendencias do

---

<sup>2</sup> João Ribeiro – *Historia do Brasil* – pag. 300 – Araripe Junior, no prefacio a esse livro, pag. X, escreve: “O auctor, conforme declara em uma nota final do livro, seguiu á letra as indicações de Martius, que incontestavelmente foi o iniciador da philosophia da historia da civilização do Brasil, no admiravel trabalho *Como se deve escrever a historia do Brasil*.”

país á luz dos principios decorrentes da elaboração tradicional?

São assumptos magnos, entre muitos, a que Martius nem allude. A sua atenção voltou-se quasi exclusivamente á consideração do caldeamento das três raças e dos contrachocos das primeiras relações. Isso, com mais a idéa da separação da *historia commum* da *historia local* nos cinco nucleos primordiaes e é tudo a quanto o sabio americanista se limita.

Começa elle a dissertação insistindo na importancia de serem contempladas as três raças constitutivas da ethnica brasileira, idéa aliás correntemente acceita hoje por toda a gente.

Entre os conceitos que se seguem a par de alguns accéitaveis sem ambages, outros ha merecedores de critica demorada.

Sirva de exemplo o que diz do modo de estudar o indio: “Só depois de haver estabelecido um juizo certo sôbre a *natureza primitiva* dos autochthones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar como se *formou o seu estado moral e physico* por suas relações com os emigrantes; em que estes influiram por leis e commercio e comunicação sôbre os indios e qual a parte que toca aos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos portugueses emigrados”.

Que pretende elle indicar com a vaga expressão – *natureza primitiva*? Entendo que seja o estado social dos indigenas antes de aqui aportarem os portugueses. Mas elle afirma que só conhecendo aquella [p.110] poder-se-á mostrar como se *formou o estado moral e physico* por suas relações com os emigrantes. E que *estado moral e physico* é esse que se formou após a chegada dos colonos?

Logo depois asseverava o auctor que o estudo dessa *natureza primitiva* tem de ser feito pêlo cabal inquerito da lingua e das tradições, cumprindo alargar as investigações archeologicas e organizar dictionarios das linguas aparentadas ao tupi. Ora, se fôssemos a emprehender tal obra para só depois iniciar a escripta da nossa historia, não a teriamos tão cedo.

Martius faz questão capital da archeologia. Não tem razão. Não só essa sciencia é de resultados problematicos, como nada adeantarâ para a verdadeira *historia do Brasil*. Não adeantarâ nada porque da parte do homem vermelho, só importa a esta a sua organização social em 1500.

Derivem os seus costumes donde derivarem, seja a agglomeração india uma civilização decaída ou um gráo infimo de uma civilização crescente, o que vale para a noção dos



acontecimentos é o seu estado na época do descobrimento. A archeologia pouco voga nesse caso. O passado da raça vermelha de nada vale para determinação do typo social das florestas e campos americanos.

A afirmação de Martius de que essa determinação só se conseguirá com o estudo das tradições é insustentavel. Sem averiguar a proveniencia de uma só usança temos hoje recurso valiosissimo para reconstituir o typo evolutivo do indio brasileiro. Conto em tempo publicar as minhas pesquisas nesse ponto.

Entra em seguida o auctor a ensinar como se devem analysar as relações sociaes, os usos e os costumes dos indios, mas a sua orientação nesse terreno está inteiramente prejudicada pelas novas correntes scientificas. Nenhum historiador consciencioso poderá prescindir actualmente dos resultados da escola de Le Play e Tourville, que fornece processos de exame systematico.

No tocante á sociedade portuguesa, a physicologia do colono, á sua modificação no meio brasileiro, as asserções de Martius exigem, muitas dellas, critica severa, para apurar-se o que ha de accetivel do que merece refugio.

Diz elle: “Quando os portugueses descobriram o Brasil e nelle se estabeleceram, acharam os indigenas proporcionalmente em tão di-[p.111]minuto numero e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colonias podiam desenvolver e extender-se quasi sem importar-se dos autochthones. Estes exerceram sôbre os colonos uma influencia negativa tão somente, porquanto só os forçaram a acautelar-se contra as suas invasões hostis e, por isso, crearam uma instituição singular de defesa: *o systema de milicias*. A influencia dessas milicias é grande e importante por dous motivos: por uma parte ellas fortaleciam e conservaram o espirito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento e extensão do dominio português; por outra, favoreciam o desenvolvimento de instituições municipaes livres e de uma certa turbulencia e até desenfreiamento dos cidadãos, capazes de pegar em armas em opposição ás auctoridades governativas e poderosas ordens religiosas. De outro lado, achamos tambem nisso a causa dos successos das armas portuguesas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os hollandeses em grande parte da costa oriental”.

Mais adeante: “Assim vemos que a posição guerreira em que se collocou o colono português para com o indio contribuiu muito para a rapida descoberta do interior do país, como

igualmente país a extensão do domínio português. A natureza particular do país, principalmente a abundancia de ouro, não era de pequeno momento, porquanto as primeiras viagens de descoberta eram antes incursões de rapinas contra os indigenas, a que escravizaram, ou só tinham por feito a descoberta de riquezas mineraes”.

Por menos que reflectamos nessas idéas, immediatamente perceberemos que requerem séria revisão. O historiador não as poderá seguir sem detido exame para destacar as contradicções e os enganos, do que possa haver de veridico.

Insta Martius por mostrar no que differe a colonização lusitana do seculo XVI da colonização moderna e, para bem caracterizá-la, filia-a ao movimento de empresas maritimas, desejando que se não perca de vista, no historiá-la, a historia correspondente do commercio da India. Só assim, para elle, se descobrirá a causa da corrente emigratoria para as capitánias.

Chama depois a attenção para o acurado estudo da Companhia de Jesus, cuja influencia foi decisiva e quer que se esmiucem os vastos repositórios de informações esquecidos nos archivos dessa associação. [p.112]

Pede que o historiador desça aos pormenores da vida colonial penetre-lhe a familia, indague, uma por uma, das circumstancias em que se manifestaram os episodios intimos.

Tudo isto está bem, mas o autor não nos apresenta o meio de enfeixar esses factos, de lhes imprimir a exacta feição historica ou discernir os effeitos produzidos nos subsequentes sucessos.

Além disso, um mesmo facto pode ter significação multipla, *repercutir-se*<sup>3</sup> em varios sentidos, cumprindo ao methodo scientifico indicar o meio de pôr em evidencia essa variedade de actuação.

Martius procede como o zoologista que mandasse estudar, a fundo, os caracteres dos insectos, dos crustaceos, dos myriopodes, dos arachinideos, etc., sem apontar as bases da classificação que os agrupa num todo, os *arthropodes*, que os encaixa num sub-ramo ainda maior, os *artiozoarios*, que os reúne num ramo ainda mais vasto, os *metazoarios* e que leva a achar a derivação uns dos outros ou a sua procedencia commum de uma fonte remota. Só assim

---

<sup>3</sup> Êste termo pertence á technica da escola de Le Play. Ver o fascículo *La Méthode sociale* por Demoulims, Pittot et Rousiers. Paris, I, 1906.

conseguiu a biologia entrever a mesma origem para os *phytozoarios* e para os *artiozoarios* accentuando o *modo de procura dos alimentos* como factor determinante da morphologia dos *metazoarios*. Só assim divisou os laços de união que prendem os *vertebrados* aos *vermes*, salientando nelles o character commum da *metamerização*.

Esse criterio director ainda falta para a historia, por mais geniaes que tenham sido as tentativas para formulá-lo desde Vico até Lacombe<sup>4</sup>, ou até Azambuja, nos seus ensaios de applicação do *methodo social* de Tourville á historia<sup>5</sup>.

Com toda a razão requer Martius para o elemento africano o mesmo cuidado que para as outras duas raças, pois os negros são parte componente na formação do typo social brasileiro.

Condemna a menção de factos insignificantes, dos simples casos inexpressivos que se afogam na multidão dos necessariamente importantes. Qual, porém, o criterio dessa expurgação? Não nos diz e é esse um seguro indicio de que a falta de methodo em historia tem sido até o hoje o maior empecilho para a sua elevação á categoria de sciencia. [p.113]

Por isso, ainda homens illustradissimos, eruditos de polpa, desperdiçam esforços extraordinarios na verificação de datas sem valor ou episodios sem nenhum interesse historico.

Emfim, Martius expõe, num rasgo de genio, a necessidade de separar a *historia geral* da *historia particular* de cada nucleo primitivo, em vista da desconformidade do meio entre elles.

Ahi estão condensadas as ideias de Martius. São, como se vê, idéas esparsas e incompletas.

Proponho aqui outra orientação, certo das difficuldades da obra, que será, não difinitiva conquista, mas esforço para ella.

## II

Para comprehensão perfeita do que recommendo para se escrever a nossa historia, devo expor, de relance, os fundamentos da sciencia da historia, conforme os desenvolverei no meu *Systema da historia*.

O phenomenos historicos são phenomenos concretos. A sciencia que os estuda deve ter

---

<sup>4</sup> Lacombe - *De l'histoire considerée comme science*. Esse livro é para mim a melhor contribuição para a sciencia da historia.

<sup>5</sup> Ver a sua obra *La Grèce ancienne*, trabalho intensamente sugestivo.

por base a mesma base das sciencias concretas referentes aos phenomenos concretos.

Reduz-se ella ás manifestações das fôrças cosmicas, ao modo de ser do Universo tangivel.

Se occorem sem que haja transformações dos corpos<sup>6</sup>, inscrevem-se no dominio da *physica geral*. Se apparecem acarretando transformações dos corpos, pertencem á *chimica*. Se desabrocham nos seres organizados, constituem o objecto da *biologia*. Se se nos deparam nas sociedades, são da esphera da *sciencia social*.

Ora, os phenomenos historicos fazem parte das sciencias sociaes.

São a *dynamica social*.

Manifestam sem duvida uma fôrça ou, para unificar a tecnologia, são manifestações de uma energia especial.

Nos corpos brutos, a energia pode assumir varios aspectos: energia *mecanica, thermica, chimica, electrica, intra-atomica*.

Nos corpos organicos adiciona-se a essas a *energia vital*, ainda indefinida, e a energia *psychica*, para muitos distincta da vital. [p.114]

Nas sociedades, a energia manifesta-se sob feições várias: energia *physica*, energia *mental*, energia *moral*, energia *pratica* e energia *social*, decorrendo as duas ultimas da correlação das três primeiras.

Não posso aqui deter-me na justificação dessa divisão quintupla. Mas a sua realidade é incontestavel e synthetizo-a numa expressão geral: a *fôrça humana*. A historia é, assim, a parte da sciencia social que estuda as leis de evolução da fôrça humana. Della se deduzem os meios seguros de *administração*, que vem a ser a *arte* de desenvolver a fôrça humana.

Ora, o desenvolvimento da fôrça humana, fim essencial da sociedade, só se opera pela dominação das *fôrças naturaes opponentes* e aproveitamento das *fôrças naturaes concorrentes*.

Exemplo: um dos obices do rapido augmento da fôrça humana é a *distancia* entre os nucleos humanos. Para vencer essa opposição natural, o homem teve de crear a *viação*. No trabalho de abertura de uma estrada de rodagem ou de travessia de um deserto ha fôrças naturaes

---

<sup>6</sup> É claro que sigo aqui a distincção usualmente adoptada. Os phenomenos de disassociação da materia, comquanto operem uma *transformação* da materia, são do dominio da *physica*.

*opponentes* e *fôrças naturaes concorrentes*. Destas se aproveita a *fôrça humana* para vencer áquellas e reduplicar o seu proprio cabedal de energia.

O ultimo acto dêsse bellissimo drama é a *viação aerea* a que estamos assistindo, podendo contemplar *de visu* esse processo historico de desenvolvimento da *fôrça humana* pêlo aproveitamento de certas *fôrças naturaes* que com ella *concorrem* para subjugar as opposições da natureza.

Cada *lucta* dessas chama-se *um problema*.

Toda nossa vida individual consiste na resolução de pequenos problemas em cada um dos quaes ha *fôrças opponentes* e *fôrças concorrentes*, cumprindo-nos dominar umas por meio das outras para augmentar nossa propria *fôrça* (riqueza, saude, consideração, condição social).

O agricultor que lavra o terreno tem o seu problema principal a regular: tirar do solo a maior colheita possivel que lhe dê o maior lucro possivel. São *fôrças opponentes*: a ruindade da terra, as intemperies, os insectos nocivos, a falta de braços, os impostos elevados, os fretes altos, o afastamento dos mercados. São *fôrças concorrentes*: a sciencia, os instrumentos de lavoura, a emigração, os processos [p.115] technicos e agricultura, a *viação*, a propaganda de abaixamento das tarifas, o capital.

O cabal emprêgo dessas *fôrças favoraveis* para annullar as *fôrças contrarias* constitue a resolução do seu problema, pois lhe augmenta a *fôrça individual*. Do mau uso dellas resulta perda, prejuizo, *diminuição* de *fôrça*.

As sociedades têm de igual forma os seus problemas a regular. A vida da sociedade consiste exclusivamente nisso. A sociedade *progride* quando ha augmento de *fôrça humana*, *regressa* quando ha diminuição, *estaciona* quando não ha augmento nem diminuição sensiveis.

Dahi temos nós um criterio seguro para julgar das acções individuaes ou dos episodios sociaes. Se uma acção ou um episodio contribue para *augmento* da *fôrça humana* é *bom*. Se para a diminuição, é *mau*.

Dahi tambem o criterio certo de administração.

Devem ser levados a effeito os actos administrativos que promovem *augmento* de *fôrça* e evitados os que occasionam *diminuição*.

As grandes reformas e os movimentos sociais acham nessa concepção fácil meio de avaliar a sua oportunidade e dirigir a sua propaganda.

O feminismo, por exemplo, será um movimento social justificável? Sim, porque sendo a *mulher* um reservatório notável de *fôrça humana* até agora mal aproveitado e constituindo o feminismo a *entrada em acção* dêsse accumululo de fôrça, virá augmentar a quantidade de fôrça humana igual.

Eis ahi, em ligeiro escôrço, as bases geraes do systema. São simplissimas.

Para, á luz dellas, estudarmos a historia de um povo temos de determinar as fôrças *opponentes* e as *fôrças concorrentes*. Verificadas umas e outras, que são, note-se, a expressão do *meio*, da *tradição*, do *typo social*, cuja evolução começa, assentamos quaes os *problemas* a resolver.

Em seguida classificamos os factos historicos successivos de acôrdo com esses *problemas* ou os novos que forem surgindo.

E aqui tocamos num ponto essencial: o da *classificação dos factos historicos*. [p.116]

É um trabalho que se impõe.

Ninguém até hoje o tentou. Entretanto, não houve sciencia que se formasse abstando-se dêsse poderoso meio de estudo, nenhuma acelerou a marcha para a pesquisa de suas leis sem discriminar previamente os phenomenos característicos, agrupá-los, seccioná-los, de tal arte que as analogias por si mesmo falassem e por si mesmos os contrastes revelassem as divergencias essenciaes.

A comparação posterior entre as varias classes leva naturalmente os sabios a explicar o porquê das semelhanças e das antinomias. Dahi a ascender ás causas immediatas é mister mais fácil e esforço mais proficuo.

De tudo concluímos que para escrever a nossa historia devemos antes de tudo verificar as fôrças naturaes favoraveis ao desenvolvimento da fôrça humana que aqui veio achar campo de crescimento e quaes as fôrças *opponentes*; determinar os problemas que surgiram e, de acôrdo com elles, classificar os factos para, em seguida, compará-los e descobrir como foram esses problemas resolvidos, onde os erros, onde os acertos. Finalmente, indagar quaes as tendencias actuaes da nossa sociedade e quaes os problemas urgentes a resolver para o desenvolvimento da nação.

A historia será, nesse caso, legitimamente, a *mestra da vida*.

(*Continúa.*)

**José Oiticica.**

[p.117]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 292-299

## Como se deve escrever a historia do Brasil

---

### II

Em poucas palavras se define a historia do Brasil: *de como a civilização portuguesa enxertada dos índios e dos negros fundou uma nação na America do Sul*.

Deixo de parte os elementos estrangeiros, porque só agora principiam a influir na vida brasileira. Temos sido em todo o nosso organismo nacional exclusivamente portugueses<sup>7</sup>.

Essa definição accentua bem a acção de Portugal, dando lhe a inteira responsabilidade no empreendimento da sua obra maxima.

“Uma nação formada, livre e forte, na America, e quasi metade da metade austral da Africa a colonizar e a explorar: eis ahi o que [p. 292] foi e o que é a obra dos portugueses” (Oliveira Martins - *O Brasil e as colonias* – pag. VII).

Contemplando esse Portugal colonizador do Brasil, acode-nos logo a idéa da enorme desproporção entre as *Fôrças concurrentes* e as *Fôrças opposentes* á colossal empresa. A despeito das façanhas do Indio e do subsequente arranco para a Africa, nunca foi Portugal uma nação forte. Não tinha riqueza propria e ninguem coloniza sem largo capital.

O Brasil foi um mundo explorado por liliputianos.

Faltava-lhes a educação mental, moral e pratica requeridas por tarefa de tal monta. A sua literatura classica é de uma ignorancia crassa fóra do latim, da theologia e da rhetorica. Produziu apenas estylistas, historiographos sem descortino e Camões. O Padre Vieira é talvez uma exepção, mas as suas frivolidades na defesa das prophecias de Bandarra e a deficiencia de idéas dos seus

---

<sup>7</sup> Podemos ainda hoje dizer com Handelman: “Das kaiserthum Brasilien hat in einer ganzen historischen Entwicklung eine seltene Continuität bewahrt: von Anfang an bis jetzt blieb sein gesamntes Gebiet in den händen eines einzigen Volke, und wenn auch andere Nationen sich einzudrängen versuchten oder fremde Elemente herbeigezogen wurden, so haben sie doch bisher niemals einen grössern nachhaltigen Einfluss geäußert” *Geschichte Von Brasilien*, p. 4.



*Sermões* denotam francamente o cultivo da época. Bernardes é também exemplo vivo dêsse atraso completo.

A moral minguava sob todos os pontos de vista. O caracter português era um mixto de superstição, bravura inconsciente e indisciplina. A massa colonizadora era a besta musculosa, sem aspirações e sem cultura, sem freio e sem o dominio de si mesma.

Por isso, a civilização portuguesa do seculo XVI é uma illusão.

A epopéa das conquistas foi um fruto apenas do *heroismo instintivo*, como a concebeu Oliveira Martins<sup>8</sup>. Foi um acesso de aventuras felizes, um lance ephemero da roda da fortuna. Esgotada a collecta dos thesouros da India, o país estava pobre como dantes.

O mister do historiador é analysar, antes de tudo, a sociedade portuguesa, estudando lhe as fôrças physicas, mentaes, Moraes, praticas e sociaes<sup>9</sup>.

Feito esse balanço, cumpre discriminar os primeiros problemas deparados aos colonizadores pêla situação especial da terra a povoar.

Numa era de pirataria e concurrencia na partilha da terra, a primeira necessidade de cada proprietario era manter a sua posse. [p. 293]

Dahi o primeiro problema a resolver: *defender a terra contra os estrangeiros*.

Todos sabem aliás que o Brasil fôra esquecido nos primeiros annos pêla metropole occupada na India. As tentativas dos estrangeiros em se intrometterem e fixarem pêla costa foram o ferrão que despertou o govêrno central determinando as expedições de simples policial.

Nesse pé, o historiador cuidará da classificação dos factos relativos ao assumpto, tendo em vista dous problemas secundarios derivados do problema principal. Tratarei dêsses depois de haver exposto os capitaes.

Seja dito de antemão que a colheita dos acontecimentos ou medidas tomadas para assegurar a defesa deve-se estender até aos nossos dias. A organização actual do exercito e da marinha, a guarda das fronteiras, o estabelecimento de fortalezas são, tudo, recursos para a defesa do país contra estrangeiros.

---

<sup>8</sup> Veja-se: *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, c. III.

<sup>9</sup> Tenho sempre proposto essa quintupla divisão da educação em contrariedade á divisão tripartida, universalmente acceita, mas inadmissível.

Apenas a função exercida outrora pêla metropole portuguesa passou naturalmente para o govêrno nacional após independência.

A classificação dos factos está por mim feita. Como pretendo aqui dar somente uma orientação aos investigadores da nossa historia acho descabida a sua exposição neste ensaio.

O segundo problema foi o da *Conquista* da terra.

A opposição dos indigenas e a propria vastidão do territorio o determinaram. As expedições de reconhecimento se inscrevem naturalmente nesse capitulo, ainda não terminado. Regiões inexploradas, habitaculo de tribus selvagens, reclamam ainda a intervenção dos poderes publicos para a sua conquista definitiva. O caracter della variou. Fez-se até então violentamente, pêla só fôrça das armas embaladas, desperdiçando-se dess'arte um serio contingente de *fôrça humana* aproveitavel. Hoje vamos felizmente compreendendo a questão diversamente e os ultimos actos do Govêrno Federal dão esperanças de acertarmos de vez com o verdadeiro rumo.

Mostrará o historiador as condições em que se travou a lucta, a superioridade do portuguez sôbre o indio, o caminho que tomou a conquista, as vicissitudes por que passou.

Outro facto consideravel nesse movimento foram as missões. Os documentos elucidativos da acção dellas não me parecem ainda satisfac-[p.294]torios. O fim precipuo da investida dos jesuitas nos sertões era, consoante o pensar de Vieira, dilatar a christandade, convertendo os indios á observancia dos ritos e á submissão á corôa.

Se alguns queriam o aldeamento autonomo, ficou isso em ideal, pois a realidade pendeu para o escravizamento desapiedado.

Mas, de um ou de outro modo, cooperou a catequese na obra de apossamento do territorio, desfazendo immensamente a resistencia dos selvicolas.

Em parte, aliás, valeu-se tambem a imposição violenta, a conselho dos directores mesmos da evangelização dos bugres.

Na opinião de alguns, mais pêla fôrça que por amor, se haviam elles de reunir.

Os dous problemas seguintes provieram do ideal mesmo dos colonizadores. São fruto directo da ansia que os impellia á avassallação da America e da Africa: a ambição de riqueza.

A riqueza se obtinha então, exclusivamente, na industria extractiva.

Eram as minas, a canna de assucar, as especiarias, o pau brasil, o negro e o indio. O assucar demandava, é verdade, um fabrico regular, mas esse era muito primitivo.

Para adquirir, pois, o maximo de riqueza cumpria *cultivar o solo e procurar as minas*.

Cada qual dêsses problemas produziu outros problemas secundarios, que em tempo indicaremos.

Começará o historiador estudando os dados de cada uma das questões, pondo em confronto as forças de que dispunha Portugal e os obstaculos a vencer. Descreverá as condições da solução e dirá, pêlo exame dos successos, se foi ella bem achada ou se houve largo desperdicio de força humana.

Passará em revista a chronica dos donatarios, investigando, melhor do que se tem feito, os recursos de que dispunham, o modo como se avieram, as perdas soffridas ou os exitos alcançados.

Encaixam-se aqui, logicamente, a chronica do trafico africano e os episodios das *entradas*.

Ambos esses phenomenos surgiram da urgencia de braços para a lavoura. Foi para resolver o problema do *cultivo do solo*, que se lançou mão dêsses expedientes negativos. [p.295]

Depois de destacar bem os acontecimentos e explicá-los pêla pressão das circumstancias, tomando em consideração a lei do *menor esforço* e as correntes sociaes, não se devia o historiador descuidar da comparação dos dous principios politicos em lucta: o da escravização dos indios e o da sua liberdade. Não os cotejará somente sob o ponto de vista moral, mas ainda sob o das suas consequencias economicas e sociaes.

O problema do *cultivo do solo* se estende por toda a nossa historia e não teve ainda, nem terá tão cedo, uma resolução definitiva.

Esta depende da solução de muitos problemas secundarios, entre os quaes o da *repartição das terras*. Neste particular importa relatar com criterio o systema de concessões de sesmarias, levando em muita conta averiguar o estado mental e a idoneidade dos concessionarios, os processos de agricultura, os prós e os contras da exploração territorial.

Já foi emprehendido esse trabalho pêlo Dr. Felisbello Freire.

O auctor confessa que “está longe de ser uma obra completa e perfeita” e com razão

assignala a nenhuma investigação dos eruditos nessa parte da nossa historiographia. Perdoar-me-á o leitor que traslade as seguintes linhas dêsse auctor: “Sem o estudo dos interesses, quer economicos, quer politicos, quer religiosos, que fizeram a conquista pêlo littoral e depois pêlo sertão, abrindo as linhas de povoamento, que foram formando centros de população aqui e acolá; sem o estudo da genesis das circumscripções politicas e administrativas em que se foi dividindo o país em consequencia desse povoamento, que, passando por sucessivas phases, chegou a definir-se sob a forma de uma vida politica e administrativa organizada; sem o estudo de todos os factos que se prendem a esse processo basico de formação, a historia do Brasil não passa de um simples tecido de factos, sem logica, sem harmonia, sem causalidade”<sup>10</sup>.

E assim é.

O problema da *procura das minas* tem uma importancia facil de perceber. Foi motivado por uma fôrça historica irreprimivel. Tornou-se a idéa absorvente nos colonos portugueses da America e da Africa. [p.296]

Chegou a ser um ideal.

O historiador tem de dar a significação exacta e sopesar os moveis das *bandeiras* sem lhe exaggerar o heroismo e sem lhes encobrir os vicios e as miserias. Dirá quaes os capitaes empregados: dinheiro, aparelhos e escravos, os processos de extracção do minerio, estabelecendo a estatistica approximada do rendimento real e do seu rendimento possivel nas varias épocas, até hoje. Este trabalho em grande parte constitue o titulo de benemerencia do Dr. Pandiá Calogeras, que me parece ter sido o primeiro a coordenar os dados esparsos em auctores e archivos. Encarou a questão pêlo prisma da technica da mineração, que requer conhecimentos especiaes. Apontou, além de tudo, as modificações legislativas a introduzir como tentativa de solução a esse magno problema economico.

É evidente que ao problema historico da pesquisa das minas prende-se o da exploração dellas depois de achadas. Não se devem, porém, confundir os factos referentes a esses pontos com os factos concomitantes, mas relativos á outra ordem de problemas.

O quinto desses primitivos problemas foi o da *constituição da sociedade* no meio brasileiro.

Para ella conchavaram-se três elementos dispaes: o branco europeu, o negro africano e

---

<sup>10</sup> Felisbello Freire – *Historia territorial do Brasil*, v. I, pag. I, prefacio.

indio americano. O estudo social de cada um delles é um longuissimo capitulo ainda por fazer.

A relevancia delle é indiscutivel. O nosso typo social, ainda não modificado pêla corrente emigratoria é, no fundo, a resultante dessas componentes historicas.

Entretanto, nem todos concorrem com o mesmo quinhão e ninguem definiu ainda mais ou menos o quinhão de cada uma.

Não se systematizou até gora o quadro social do selvagem.

Citam-se, usos, costumes, industria, mas nenhum pensador, que eu saiba, enfeixou essas informações num todo caracteristico de um typo real.

Muito menos se ha cuidado do negro.

A literatura nesse ponto é absolutamente escassa. O que de mais amplo se ha feito são as paginas do professor Rocha Pombo na sua *Historia do Brasil*. Com razão se queixava um dia, a mim, esse douto historiographo do descaso que se tem votado a esse estudo indispensavel. [p.297]

Com excepção dos poucos escriptos do Dr. Nina Rodrigues, quasi nada se ha publicado entre nós.

O elemento portugûês (quem o diria) tambem anda á espera de exame mais minucioso, sobretudo mais scientifico. A analyse e a caracterização da sociedade portuguesa do seculo XVI está longe de ser completa. Os historiadores lusitanos, salvo talvez Oliveira Martins<sup>11</sup>, não passaram nunca da narração mais ou menos circunstanciada dos episódios, sem nenhuma comprehensão do que significam.

Basta abrir a *Historia do Brasil* do professor Rocha Pombo e comparar os capitulos consagrados ás tres raças para ver como o que diz respeito aos portugueses é inferior aos precedentes. Nota-se que o escriptor não acha documentos, não tem pontos cabaes de informação, pisa um terreno safaro, ainda não amanhado pelos eruditos.

Ora a synthese scientifica depende, absolutamente, da erudição.

É da acção esgaravatadora dessa, do seu trabalho miudo de reconstituição dos successos

---

<sup>11</sup> Veja-se, por exemplo: *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Cap. 3º.

que o philosopho apanha os seus materiaes, os classifica e coordena até abraçá-los num golpe de vista geral e exacto.

Todos os que se occupam da historia patria, entre nós, sentem essa pobreza<sup>12</sup>. Cumpre, por isso, incrementar as investigações historicas, não relativas ás intrigas e bisbilhotices da côrte portuguesa, mas á vida portuguesa dos fins do século XV por deante.

Ha mister saber circumstanciadamente o que eram a agricultura, a industria, o commercio, as finanças, a legislação, a justiça, a educação do povo, as tendencias, artes, criminalidade, habitos domesticos, superstições, regimen de trabalho, bens, etc., etc. [p.298]

Em seguida, cumpre estudar a fundo o meio brasileiro, onde se fundiram os três elementos ethnicos, cada qual em condições differentes.

Como, porém, esse meio, pêla sua extensão, varia immensamente, é indispensavel encará-lo como um grupamento de cinco nucleos primitivos differentes entre si.

São elles: Pará, Rio de Janeiro, S. Paulo, Recife e Maranhão. Depois outros nucleos secundarios tomaram impulso e constituíram-se ambientes especiaes, diversos do nucleo gerador. Taes foram os nucleos das minas, saídos de S. Paulo.

Mais tarde, com a disseminação do povoamento, formaram-se zonas caracteristicas, com feição propria.

Ora, conforme as condições geographicas, no seu sentido mais amplo, esses nucleos ou essas zonas actuam decisivamente na constituição das sociedades ahi desenvolvidas. Podem mesmo fornecer typos sociaes dispaes, mau grado a commuidade de origem.

A discriminação dessas zonas, como se acham hoje, está succintamente firmada por Sylvio Roméro. Resta, porém, descrevê-las na integra e accentuar os traços particulares de cada

---

<sup>12</sup> Applicam-se com toda justeza ao estado actual da nossa historiographia as palavras com que A. Herculano descreve a da sua Patria: “Assim, diz elle, quem se occupar de historia portuguesa, ha de sepultar-se nos archivos publicos e descobrir entre milhares de pergaminhos, frequentemente difficeis de decifrar, aquelle que faz ao seu intento: ha-de indagar nos monumentos estrangeiros onde é que se encontram passagens que illustrem a historia do seu país: ha-de avivar as inscrições, conhecer os cartorios particulares das categorias, dos municipios e dos mosteiros: ha-de ser paleographo, antiquario, viajante, bibliographo, tudo. Como bastaria um individuo sem abundantes recursos pecuniarios, sem influencia, sem uma saude de ferro, a tão grande emprego? Fôra impossivel. É na verdade vergonhoso que Portugal não se tenha associado ao grande impulso historico dado pêla Alemanha por essa face de saber, grave e profundo, a toda a Europa, mas a culpa não é dos nossos homens de letras e, sobretudo, da juventude, entre a qual não falta engenho, nem boa vontade. A culpa é de quem pretende que o architecto dê a traça do edificio e carreie para elle a pedra e o cimento. (A. Herculano – *Historia de Portugal* – I, advertencia, XI.)

qual.

Demais, o importante, além de tudo, é contemplar as phases de evolução e destacar os phenomenos de adaptação. Esta se opera sempre pêla resolução de problemas secundarios interessantissimos. Revela, sobretudo, esquadrinhar como se processou essa conformação das tendencias hereditarias ás novas tendencias impostas pêlo meio e calcular se houve ganho ou perda de *fôrça humana*.

Na analyse dêsse processo é de rigor seguir o methodo da moderna escola de sciencia social de Le Play e Tourville, embora com as modificações complementares exigidas, ao meu ver, na *nomenclatura* dêste ultimo auctor.

São esses os cinco primeiros problemas fundamentaes que aos colonos deparou a obra de civilização da Terra de Santa Cruz. No decurso dos tempos, outros surgiram não menos importantes.

**José Oiticica.**

(*Continúa.*)

[p. 299]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 419-425.

### Como se deve escrever a historia do Brasil

---

### III

A maior virtude de um país colonizador é acomodar as suas leis ás necessidades e ás tendencias da colonia. Assim procede modernamente a Inglaterra, dando autonomia ampla aos seus dominios. Segue a Alemanha o mesmo principio e ha annos reclamava o ministro Delbruck mais liberdade para os municipios da Africa alemã.

As imposições da metropole, se contrariam os desejos da sociedade nascente, geram desgosto e fomentam rebeldia.

Portugal nunca observou a tolerancia nem susteve a redea frouxa.

Queria sugar o possivel para gôso dos seus principes e maioraes.

O caso de Amador Bueno foi a primeira explosão de revolta da victima contra o algoz. A insurreição de Agostinho Barbalho, o levante de Beckman, a conjuração mineira, a Independencia foram frutos dessa indignação incontida contra a exploração do govêrno. [p.419]

O procedimento da metropole insufflava nos espiritos a ansia da separação politica indicada pêla separação material das terras. A cada exorbitancia, a cada humilhação accendiam-se nos corações dos brasileiros-natos as chispas de um patriotismo que nos povos sujeitos são prenuncios de libertação. Contra as oppressões do govêrno de Jorge III engatilharam-se as armas dos americanos, embora inferiormente preparados.

Mal enveredou a Côrte Portuguesa no vicio da extorsão e das injustiças, alastrou no Brasil a ambição de liberdade. Nasceu dahi o problema da *independencia da colonia*.

A missão do historiador aqui é accentuar as divergencias de ideal da colonia e da metropole. O estudo aprofundado da sociedade portuguesa e da sua politica internacional revelará o seu ideal de nação colonizadora.



A analyse dos problemas anteriores dar-nos-á um criterio certo para aquilatarmos as necessidades do povo brasileiro em formação.

Cabe á percepção do historiador avaliar, a cada contra-choque, a intensidade da aversão produzida contra a tutela desbragada.

Não se esquecerá de averiguar até que ponto as derramas contribuíram para a perda de *fôrça humana* na sociedade brasileira. Deve-lhe sempre andar bem nitida na memoria a noção de que toda a historia se reduz á solução de problemas no sentido do maior aproveitamento da fôrça humana.

Quaes os elementos favoraveis, as fôrças concurrentes á emancipação colonial?

Não os procurará o historiador apenas no Brasil. Muitos se acharão em Portugal mesmo, na sua fraqueza, nas suas dificuldades consequentes á invasão napoleonica e ás luctas civis. A impossibilidade do supprimento rapido de fôrças militares cabaes de afogarem qualquer levantamento pesou muito na concha nativista, a quem a fortuna proporcionou o auxilio de Lord Cochrane.

Esse problema da Independencia podia ser considerado logicamente um accidente ou condição de um problema muito mais geral: o da *formação nacional*. Mas a historia não a faremos como a nossa logica individual gostaria que ella fôsse, senão como a realidade quer que tenha sido. [p.420]

Antes de entrar na consciencia popular esse conceito de *nacionalidade*, o que actuava nas commoções dos libertarios era a immediata pressão do jugo português. A verdade dêsse asserto se demonstra com as posteriores hesitações na procura de uma orientação politica assim como nas vacillações de varias provincias entre a unidade e o desmembramento.

O problema da independencia resolveu-se sem preparo racional, sem o afazimento do povo a um regimen predeterminado ou de antemão requerido pelos habitos sociaes. O plano dos inconfidentes de modelar pêlo typo americano a constituição futura prova essa ausencia de necessidade organica na realização do movimento.

Na America do Norte nucleos independentes, de cultua politica adeantada, com longa tradição de resistencias e conquistas, conscientes do que representavam e do que iam fazer,

adoptaram a unica formula compativel com a natureza delles. Eram já republicanos antes de se federarem, tinham no sangue o sumo dessa autonomia depois confirmada na Constituição.

A situação politica do reino e a nossa educação, eivadas ambas do contacto da Côrte de D. João VI, eram radicalmente avêssas a essa federação almejada.

Nos Estados Unidos era regimen consequente: entre nós era planta exotica.

Dess'arte o problema da *formação nacional* surgiu depois da Independencia.

Antes nenhuma corrente se nota no sentido de fundamentar os elementos visceraes da nação, a não ser talvez a lucta contra o monopolio.

Mas, se bem comprehendermos os factos e se nos lembrarmos de que o decreto de abertura dos portos é convinzinho de 1822, concluiremos pêla minguada influencia d'elle sobre a independencia. Influencia teve o recrudescimento da hostilidade contra os portugueses com as tentativas de redução do Reino á Colonia. Ainda ahi o que actou foi a aspiração libertaria sem a minima consideração pêlo modo de estabelecimento da nacionalidade.

Feita a Independencia, o problema da *formação nacional* irrompeu inopinadamente. [p.421]

A lenta elaboração de três seculos fundira até certo ponto os elementos basicos da futura nação, instituiria um povo, creara uma tenda de trabalhos e uma corrente de interesses d'ora avante inextinguivel.

Faltava, porém, dar unidade politica aos nucleos dispersos, avivar-lhes a consciencia da fraternidade e alliança no destino commum, numa palavra insufflar o espirito da nacionalidade.

Os proceres da independencia, accedendo ás instancias do povo do Rio, cobiçoso de entronizar ao filho de D. João VI, conformaram-se á unica solução razoavel. O Imperio Constitucional, como o assentou D. Pedro I, foi uma inspiração providencial. Era elle a natural transição da colonia á Republica Federativa. Só no Imperio seria impossivel iniciar educação politica de factores tão disparatados, conseguindo essa centralização administrativa sem a qual o Brasil se teria fatalmente desmembrado.

Importa ao historiador insistir nesse facto. Foi o papel essencial do Imperio.

A adopção da Republica em 1823 daria peiores resultados do que nas demais republiquetas americanas emancipadas nesse tempo.

Sobretudo revela descrever o Brasil de então com as cores da época. Somos naturalmente levados a raciocinar pêlo que vemos como se os dados do presente iguallassem os do passado. A differença, entretanto, é capital.

No delineamento dos sucessos concorrentes á unidade nacional alguns ha merecedores de registro circunstanciado. Taes são, por exemplo, a publicação dos nossos codigos, a navegação maritima e fluvial brasileira, as estradas de ferro, o telegrapho e em parte as guerras externas, pois robusteceram no povo a consciencia da nacionalidade. A formação e evolução da imprensa, vehiculo principal das boas e más idéas, fluxo e refluxo de todas as opiniões, será tratada com carinho.

Na avaliação das fôrças historicas em jogo esta é a época mais difficil, a que do narrador exige mais sagacidade, mais profundo saber e arte de exposição mais apurada. Esta ultima porque não é de desprezar uma perfeição de estylo capaz de infundir alma ás reconstituições e tornar indismontaveis as induções philosophicas. Sem forma e sem calor, é inutil abalançar-se o maior sabio a erguer o monumento da nossa historia. [p.422]

No capitulo da *organização nacional* não serão descurados os outros problemas, nem deverá passar despercebida a parte referente á *organização administrativa* até hoje mal estudada. De facto, proclamada a independencia passaram as rendas a ser nossas, a ser por nós arrecadadas e distribuidas e esse phenomeno trouxe consigo novos problemas secundarios nem sempre resolvidos com felicidade. As finanças, a diplomacia, a justiça, etc., foram outros tantos serviços decorrentes da emancipação.

Penso que a nossa *organização nacional* não está definitivamente assentada, comquanto a forma de govêrno pareça fixada com o advento da Republica. Entretanto, ainda nesse particular, vicios radicaes requerem séria medicina. Estou que não será, porém, violenta.

Com o impulso progressista ultimamente tomado e com a resolução pacifica das restantes pendencias internacionaes, vae-se a nação alentando e corrigindo dos males mais profundos.

Temos caído em erros graves, desperdiçado fôrças, malbaratado reservas sem calculo nenhum de economia. Tudo notará o historiador e discutirá sob o ponto de vista geral indicado, assignalando com a exacção possivel as consequencias de cada falta.

Acho de importancia attender, no computo das *fôrças concorrentes*, á solução do problema

da nossa *formação* ao *capital intellectual* representado pelos nossos grandes estadistas, homens de letras e soldados.

Além delles, influiu também a indole liberal dos dous Imperadores. Crearam a nossa democracia, suavizando assim a transição rapida do regimen colonial á adaptação republicana.

Depois de organizada indestructivelmente a nação, surge nos nossos dias novo problema geral: a *hegemonia sul-americana*, com a qual o Brasil afrontará o problema futuro do *equilibrio universal*, fim de toda a historia.

O problema da *hegemonia* consubstancia todos os outros, domina-lhes as tendencias, indica-lhes a solução, systematiza os esforços. Posso affirmar, com segurança, que elle domina actualmente todas as nossas correntes historicas.

É uma condensação de todo o passado e um programma de todo o futuro proximo.  
[p.423]

Delle falaremos minuciosamente no fim dêste desalinhavado esbôço ao analysarmos os problemas secundarios.

Diremos agora apenas o bastante para justificar a sua consideração entre os problemas geraes.

*Hegemonia* entendo eu no sentido etymologico do vocabulo, como se contém no radical grego ἄγειν (conduzir, donde ἡγεμῶν, aquelle que guia). Será uma supremacia, se quiserem, mas sem a accepção odiosa deturpadora do termo.

De todas as eras, de todos os povos, de todas as condições sociaes é essa lucha pêla hegemonia. É o estimulo nobre das raças. Prescindir delle é condemnar-se um povo ao obscurantismo e á inercia. A concurrencia das nações impõe forçosamente a uma dellas o pôsto supremo e, se são equivalentes, o equilibrio de todas.

Será esse equilibrio o resultado fatal da historia, mas em remotissimo futuro.

A actual situação é de desequilibrio e, portanto, de preponderancia e submissões.

Essa hegemonia não será, entretanto, a dominação da fôrça bruta sôbre as nações vizinhas mais fracas. Será, ao revés, um meio de guiá-las do cháos em que definham ao progresso compativel com a civilização moderna.

Do interesse immediato do Brasil é o desenvolvimento urgente dêsses países, pois serão mercados certos para os seus productos superabundantes.

Mas esse desenvolvimento é funcção da paz absoluta.

A vantagem e o escopo dessa hegemonia serão garantir a paz sul-americana como a hegemonia dos Estados Unidos garante a liberdade de toda a America.

Esse papel está reservado indubitavelmente ao Brasil. É elle o mais vasto, o mais rico e o mais poderoso no nosso continente. A elle cumpre tomar a deanteira, assumindo o honroso encargo de guia das nações co-irmãs.

Embora espiritos illogicos se assanhem contra o facto e o repute perigoso para as liberdades sul-americanas, ella será uma resultante historica de fôrças seculares irrefragaveis.

Como attingir sem demora essa hegemonia? [p.424]

Para resolver á pergunta, que tanto é interrogar o nosso destino, procuremos determinar claramente a situação historica do Brasil contemporaneo. Como nella, porém, se enfeixam todos os demais problemas, indiquemos summariamente os problemas secundarios contidos em cada um delles.

**José Oiticica.**

*(Continúa.)*

[p.425]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 182-202.

#### Como se deve escreve a historia do Brasil

---

#### IV

a) Dos factos concernentes ao problema da defesa contra os estrangeiros prendem-se uns á *organização* della e outros á *repulsa* directa dos intrusos.

Assim, fragmentou-se o problema geral em dois problemas secundarios.

Exigiu o primeiro o estabelecimento de duas instituições: as *fortificações* e as *milicias* de terra e mar. O segundo assumiu tambem duas feições distinctas: o *acossamento dos piratas* e as *expedições regulares*.

Como resolveu a metropole o problema?

O mistér do historiador será, depois de classificar os factos, averiguar se andaram bem os promotores ou os executores das medidas; se, dadas as condições de tempo e meio, poderiam fazer mais e melhor. [p.182]

Eu desejaria de cada problema dar um exemplo do modo de tratar o assumpto fino; mas a natureza dêste escripto m’o inhiibe e se, de futuro, abalançar-se alguem a recontar por essa traça os nossos fastos, mais da sua habilidade colherá que do meu conselho.

b) O problema da *conquista da terra* subdividiu-se em varios outros.

É que se operou por três modos diversissimos: 1º, directamente por *expedições conquistadoras*; 2º, indirectamente por *entradas e bandeiras*; 3º, directa e indirectamente pêlas *missões*.

Veremos como estas exerceram multipla influencia na solução de varios problemas. O historiador deve precaver-se contra o pendor do exclusivismo capaz de o induzir no êrro de encarar cada factor como determinante de um só effeito. Se num effeito podem casar-se muitas causas, uma só causa expande-se também, frequentemente, em innumerous effeitos.

Examinará o historiador cada uma dellas de modo differente, atendendo sempre ao effeito particular que tem em mira.

Relativamente ás missões, por exemplo, ao descrever a collaboração dellas na conquista da terra não analysará a sua influencia em outros problemas capitaes. Não entrará, *verbi gratia*, na apreciação do papel representado pelos jesuitas na constituição da sociedade brasileira, nem na lucha contra os senhores de engenho a proposito da escravização do indio.

Por isso a classificação dos factos será feita em quadros separados consoantes os problemas a que se referem.

O estabelecimento da missão de Ibiapaba e a redução dos Nheengaibas pêlo padre Vieira são successos relativos ao problema da *conquista da terra*: a organização dos aldeamentos, a obtenção de leis reguladoras da escravização do gentio, etc., comquanto obra dos missionarios, encaixam-se na chave da *constituição da sociedade*.

c) O problema do *cultivo do solo* agitou três problemas secundarios relevantissimos: 1º, a *distribuição da terra*; 2º, *os capitaes de exploração*; 3º, *meios de transporte*<sup>13</sup>. [p.183]

Sabemos como a terra foi repartida a principio pelos doze donatarios que a subdividiram em lotes pelos sesmeiros. Essa distribuição só se poderia operar em tórno dos nucleos importantes. Além disso foi determinada pêlas condições do meio. Ora, os nucleos principaes geravam, como vimos, nucleos secundarios, ulteriormente desenvolvidos.

Assim, cumpre considerar a distribuição; 1º, em tórno dos nucleos principaes; 2º, em tórno do nucleos secundarios. É o unico methodo racional. Organizados os Estados autonomos, essa repartição territorial tomou feição nova, dependendo immediatamente do govêrno local com pequenas excepções. Todas as leis particulares merecem uma revista do historiador, baixando elle, demais, á verificação de como foram executadas.

Ao termo *capitaes* dá-se aqui toda a sua extensão economica.

Incluem-se nelle: *os recursos pecuniarios*, *os materiaes de trabalho* (utensilios, animaes, sementes, braços, etc.), o *coefficiente intellectual* (instrucções dos colonos e dos donatarios, actividade de cada

---

<sup>13</sup> Talvez se enxergasse um quarto: o *mercado de consumo*. Entretanto, a produção do Brasil destinava-se ao consumo interno, indo o resto para Portugal. Dessa arte não houve nenhum problema especial a resolver no tocante ao augmento da procura.

qual, processos de trabalho, etc.). Como são os *capitães* a alma das empresas é da máxima importância esse capítulo.

Donde provieram as primeiras sommas monetarias no inicio da colonização? De Portugal; mas a resposta laconica nada explica. Ao revés muito aprenderemos, se indagarmos como foram ellas obtidas, o emprego que tinham, em que se applicaram.

Em muitos casos ha de ser impossivel attingir, á exacção desejavel, mas alguns resultados positivos elucidarão o conjuncto da questão.

Sabemos, na realidade, do fracasso de muitos donatarios, cujos proventos se sumiram com o infortunio das colonias. O quadro dessas tragedias iniciaes não o vi traçado ainda, cabalmente.

Outrosim, um catalogo dos utensilios de trabalho, a determinação do uso e quantidade de animaes aproveitaveis na lavoura, são topicos desprezados mas de summo interesse. Dão-nos um meio de ajuizar mais ou menos da efficacia do *trabalho*, da energia humana, na extracção das riquezas agricolas.

De todos esses problemas, porém, a procura dos braços foi, incontestavelmente, o mais serio. Resolveu-se com a infracção, com o trafico africano, com a escravatura vermelha. Extinctas as duas ultimas pro-[p.184]segue hoje com a primeira, mas importa não esquecer a multiplicação natural das proles, symptoma relevante no estudo de qualquer sociedade. É claro que, ainda hoje a só multiplicação da espécie não basta para supprir as necessidades do povoamento; porém, real vantagem em-apurar as condições biologicas da raça no seu desdobramento vital, pois a incrementação da fecundidade é uma das obrigações dos governos.

A sujeição dos indios se fêz, de um lado pêlas *entradas e bandeiras* e de outro pela *catechese*. O assumpto demanda o maximo cuidado. Os successos da incorporação dos incolas brasileiros á sociedade colonial prendem-se a pontos diversos sendo que muitos têm significação multipla.

O discrimine é sem duvida difficil. Reclama por isso analyse paciente e uma dissecação completa. Esse é o trabalho de monographias preliminares de que tanto carecemos. O historiador philosopho maneja os elementos definitivamente assentados pêla erudição paleographica e, onde minguem elles, releva indicar a falha para supprirem os eruditos.



A vida íntima dos índios aldeados não nos é amplamente conhecida, mormente nas suas relações com os colonos, e é mistério que se conheça, se quisermos apprehender uma face notável de constituição da nossa sociedade.

A observação se estende á vida dos negros africanos, aliás melhor sabida.

Chegamos assim á discussão da influencia do factor *raça* nos destinos do nosso povo. Essa expressão, no meu entender, tem transviado a mais de um espirito lucido e convém ao historiador acautelar-se contra a influencia nefasta dessa abstracção. Em historia a *raça* não tem nenhum valor. Urge rejeitar qualquer explicação social baseada nella, como o fizeram Taine e Tarde. A *raça* brasileira, com ser mestiça, não tem virtudes nem capacidade differente das demais raças humanas. Em historia não devemos encarar senão os *povos*, isto é, homens com um passado definitivo, uma tradição dominadora, uma tendencia mais ou menos certa, um typo perfeitamente determinado. Se dois ou mais povos se fundem são as idéas em conflicto, os problemas em andamento, os entrechoques de usos e costumes o que importa frisar. As qualidades de *raça* não [p.185] dizem nada porque a mesma *raça* varia de character se muda de meio topographico.

Ao revés disso é indispensavel considerar o braço indigena como um *capital* valioso na extracção da riqueza.

Teriam elles sido apropriados, no ponto de vista economico, com o maior proveito? Evidentemente não. A critica dos erros cometidos affecta a toda a organização social da colonia, pois esse aproveitamento maximo do capital é a condição fundamental do progresso historico. O mau emprego de capital é mau uso da fôrça humana. Se em mecanica se avalia a superioridade de uma machina pêlo maior rendimento na unidade de trabalho, em historia calcularemos a excellencia de uma sociedade pêlo maior rendimento proporcional de *energia humana*.

Ora, o elemento indigena foi mal aproveitado. Folgo de ver que meu eruditissimo amigo Rocha Pombo tocou na chave essencial pêla qual temos de penetrar na psychologia do indigena depois da chegada do portuguez. “O que é preciso não esquecer, diz o eminente professor, tratando-se das aptidões do índio para os rudes trabalhos da lavoura, é a justiça de descontar-lhe a condição excepcional, estranha e cruel a que o reduziram os colonos dès do primeiro dia da conquista. Realmente, passar, de um instante para outro, daquella soberania da floresta em que aqui o encontramos, para a dureza da escravidão, aggravada ainda nas lavras e nos eitos devia ser

mesmo um martyrio para o selvagem. Naturalmente, o seu primeiro esforço havia de ser para eximir-se a uma tutela tão insuportável. É mesmo pêla firmeza e pêla indignação com que protestou contra os golpes imprevistos de seu destino que temos de julgar o selvagem no que elle tinha de mais nobre no fundo de sua natureza moral, de mais aproveitavel nas suas *virtudes ethnicas*<sup>14</sup>.

Os colonizadores não entenderam assim e o capital desperdiçado é incalculavel. Foi esse o maior êrro dos portugueses.

O estado de civilização delles, é verdade, não lhes permittia uma concepção economica genial, mas a alliciação dos indios pelos franceses, mostra como, nesse tempo mesmo, seria possivel ao directores da colonia darem o rumo certo á questão. O decreto de 1775 [p.186] favoravel aos selvicolas demonstra ainda como a sã idéa adejava entre os usurpadores da terra.

Também o processo de catechese anda a exigir uma averiguação mais miuda. Sendo em geral os escriptores dêsse drama os proprios representantes é muito de suppor que relatassem o bem, dissimulando o mal. Seja como for, convém accentuar e aferir o quanto armazenaram os poderes de energia humana nos aldeamentos. Um ponto de reparo util penso eu que se acha na comparação do estado das aldeias sob o dominio jesuítico com o seu estado após a expulsão delles.

Tratado o problema do povoamento passará o historiador a estudar as condições em que se foi accumulando e operando o *capital intellectual*.

Os processos de trabalho influem consideravelmente no valor da producção e esses processos dependem da *divisão do trabalho, da instrução do operario, do talento do emprehendedor de industria* e do *grau de adeantamento* das sciencias e artes. Tem o philosopho de traçar o quadro dessa economia publica nos nucleos coloniaes do Brasil, em diversas phases do seu desenvolvimento, attendendo ao factor *intelligencia*, um dos fundamentos da evolução historica.

Mas, terceiro problema secundario surgiu na resolução do problema geral do cultivo do solo: o do *transporte*.

É uma consequencia fatal da fôrça opponente: *distancia*. Distam os mercados do campo e da fabrica. Para se valorizarem precisam ser os productos transportados. Sendo a *viação* terrestre

---

<sup>14</sup> Rocha Pombo. – *Historia do Brasil*, II, 371-372.

ou marítimo-fluvial faremos uma subdivisão, pondo de um lado as estradas de rodagem e as ferro-vias e de outro a navegação fluvial, a marítima de cabotagem e marítima internacional.

Começará o historiador com as investidas para o sertão descrevendo os caminhos dos índios tão úteis mais tarde no traçado das estradas de ferro. Mostrará como evoluiu esse ramo da actividade, expondo as causas imediatas da abertura de novas vias sem deslembrar-se de que a geographia é factor essencial das acções humanas, conquanto soffra o contragolpe dellas.

Quanto á navegação tão pouco temos feito que o trabalho está, de sua natureza, indicado, na espantosa negligencia com que malbaratamos a mais estupenda rêde fluvial do mundo. Se agora despertamos na conservação dos nossos portos não cogitamos absolutamente [p.187] da formação e incremento dos ecumenos terrestres e marítimos dependentes ás vezes de simples ajustes secundarios. Não ha um plano de conjuncto, formulado scientificamente, com os dados fornecidos pêla geographia moderna.

O problema do transporte é da mais alta importancia e é mistér apontar os erros ou os acertos dos administradores nos regulamentos sôbre fretes, passagens e direcção economica das estradas de ferro<sup>15</sup>.

Propositadamente não me referi á industria e ao commercio. No Brazil-Colônia a industria se reduzia á simples extracção do minerio e ao cultivo elementar do solo. Industria propriamente nunca houve além dos *misteres* ou officios que se incluem mais justificadamente na *constituição da sociedade*. Commercio, também não ultrapassou a compra e venda interna em cada nucleo. Não se elevaram quer um quer outro á condição de problemas historicos. A metropole peccou mesmo por contrariar sempre as tendencias naturaes da sociedade nascente em se dilatar nessas duas esferas economicas.

d) No problema da *procura das minas* a incognita dependeu visivelmente da solução de dificuldades secundarias diversas na sua natureza.

Nos demais casos o fim premeditado era certo. Onde quer que se enterrassem os olhos da canna, ella brotaria. Mas o subsolo desconhecido poderia ser ou não farto das riquezas entresonhadas. Assim a *aventura* era o primeiro factor do problema e em taes condições a escolha

---

<sup>15</sup> As mais excellentes idéas sobre o papel das estradas de ferro, expostas entre nós, acham-se nos notabilissimos escriptos e discursos do Dr. Leite e Oiticica. Ver os *Annaes* da Camara e Senado de 1890 a 1897 e artigos esparcos no *Jornal do Commercio* e outras folhas.

dos termos e o estabelecimento da equação tornaram-se inteiramente impossíveis ou, quando nada, permaneceram sempre vagos.

As forças oponentes eram de grande monta: *a distancia, os indigenas, a revitualbação, a falta de capitães de exploração, o desconhecimento da terra, etc.*

Como forças concorrentes só se deparam *escassos meios pecuniarios, o caminhos dos indios, o concurso de algumas tribus, a idéa do plantio previo* em estações, sobretudo *a cobiça.*

Descobertas, porém, as minas impunha-se a exploração dellas. [p.188]

Dess'arte esse problema subdividi-se em dois outros: 1º, *a pesquisa dos veiros*; 2º, *a exploração delles.*

Esta ultima gerava as mesmas questões indicadas no *cultivo do solo*, acrescentando a *polícia* das minas, um tanto difficil de manter, a *repressão do contrabando*, o *sustento dos operarios* (escravos) dando origem aos *campos de criação* na Bahia e em Minas.

O modo de tratar o assumpto já foi externado.

O essencial aqui é analysar minuciosamente os rendimentos, os processos de mineração e a legislação. Esta, em grande parte, tem sido um factor deprimente, concorrendo para a perda de força humana. No tocante á mineração não resta duvida de que temos perdido muito e as causas dêsse desperdicio são faceis de salientar.

A pesquisa dos veiros influuiu largamente, como é notorio na conquista da terra, sendo um frisante exemplo de como se *repercutem* os phenomenos sociaes, occasionando uns nos outros mudanças de tendencias ou, ás vezes, *renovações completas.*

A historia das *bandeiras* tem sido mal contada, embora haja contribuições valiosas para ella. É que os narradores se limitam á exposição dos episodios mais ou menos heroicos sem accentuar concomitantemente o meio geographico percorrido, os motivos de cada expedição, os recursos disponiveis, os obstaculos, as causas do exito ou desastre, o balanço final do ganho ou perda de energia social. A todos tem faltado, além disso, a arte de tornar esses lances trechos vibrantes da *vida da terra.*

e) De todos os problemas secundarios o mais complexo de expor nas suas phases historicas é o da *constituição da sociedade.*

Não discorreremos com methodo sôbre ele sem subdividi-lo convenientemente, o que tanto vale dizer, sem fixarmos a classificação dos factos sociaes. Mas não é só isso. O estudo depende immensamente da concepção da propria sociologia. Sendo a historia apenas a *dynamica* social, as suas bases se prendem intimamente ás bases mesmas da *estatica* social. Ora, essa ainda não foi constituída. Basta lermos, com attenção, as obras dos seus proceres, para nos convenceremos da balburdia de opiniões e da falta de um criterio *systematico*. Mesmo a escola de Le Play que teve a seu favor o genio construtor de Tourville não possui senão um methodo imperfeito, condensado na *nomenclatura* desse auctor. Os discipulos d'elle seguiram-lhe as indicações sem submittê-las a uma critica severa para corporificá-las num todo logico definitivo.

O defeito capital dêsse methodo é ser demasiadamente deductivo, partindo sempre do *facies geographicos* para d'elle derivar o character da sociedade. Não discrimina bem os dois aspectos essenciaes sob os quaes somos obrigados a considerar todas as coisas, objectos, organismos, instituições: o *estatico* e o *dynamico*. Por isso, conquanto se refira á *historia da raça, ao futuro da raça*, etc. não nos fornece os meios de estudar com ordem as *variações* historicas, nem o *papel actual* da raça no mundo.

Não nos dá, além disso, o pensamento fundamental explicativo da sociedade, isto é, que defina ao mesmo tempo a sua *origem*, o processo de suas *transformações* e a *finalidade* dos actos humanos.

Eis porque, lendo os trabalhos dessa escola, sentimos que os auctores tocam nesses pontos, mas sem tacto, sem apoio, mormente nas indicações das reformas.

Entretanto, como accentuei no primeiro paragrapho, não é licito ao historiador desprezar esse methodo, desde que não haja outro. Elle é sem duvida, o que de melhor ha em sciencia social.

Como, porém, emprehendi completá-lo, dando-lhe cunho philosophico, aqui exaro, resumidamente, o meu methodo.

Baseia-se elle em dois principios axiomaticos:

1º. Não podemos nunca conhecer o *ser*, mas apenas o *modo de ser* das coisas.

2º. Os seres se apresentam sob dous aspectos: o *estatico* e o *dynamico*.

No primeiro ponto de vista, os seres se revelam sob três sub-aspectos: a *posição*, a *forma*, a *função*. O estudo delles nos mostra a *constituição íntima* do ser e as *relações* com os outros seres.

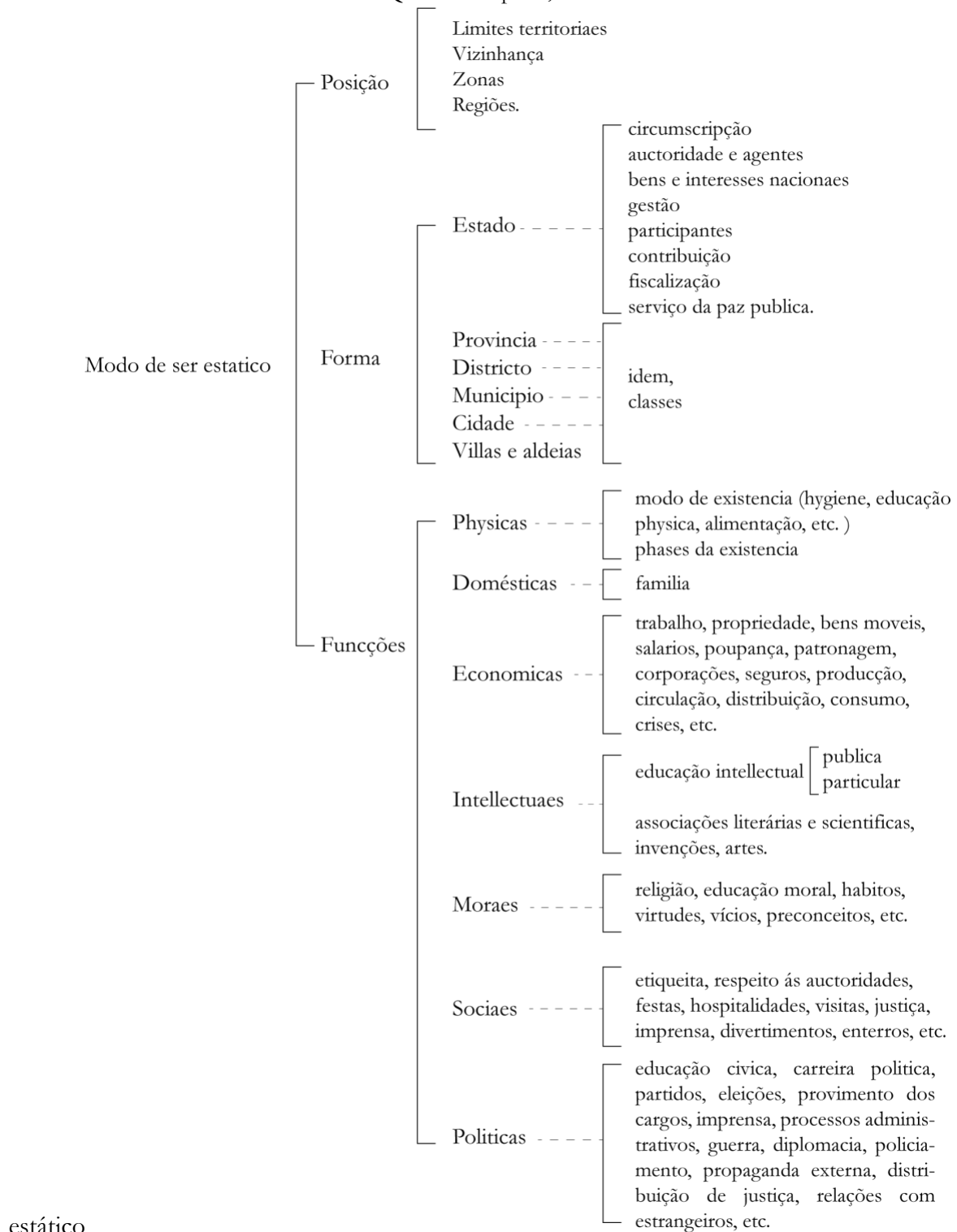
No segundo ponto de vista, ainda se revelam os seres sob três sub-aspectos: a *origem*, a *transformação*, a *finalidade*.

Esse methodo nos leva fatalmente ao *conhecimento*, desde que a elle applicarmos nosso espirito armado da *observação*, da *memoria* e da *comparação*.

Empregando esse *metodo geral* de anlyse ao estudo da sociedade elle nos dará forçosamente o conhecimento completo do seu *modo de ser*. [p.190]

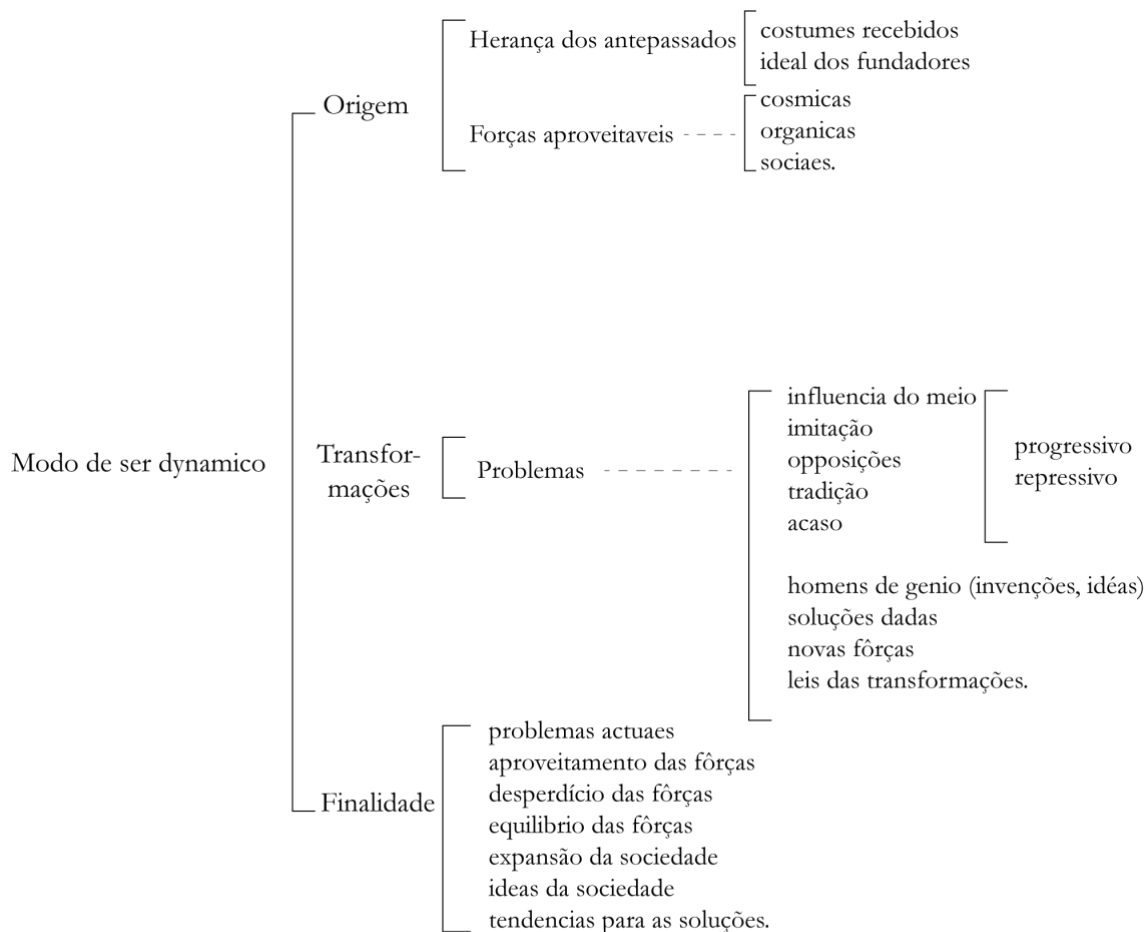
Eis o quadro synoptico:

Tabela 1: Quadro sinóptico, modo de ser



[p.191]

**Tabela 2:** Quadro sinóptico, modo de ser dinâmico



Ahi está o methodo. Releia o leitor o segundo capitulo dêste escripto onde resumi as idéas fundamentaes do systema e terá uma noção sufficiente dos principios em tórno dos quaes giram os factos da sociedade. São elles:

- a) *Movel geral*: as necessidades humanas.
- b) *Fim*: obtenção dos elementos de satisfação.
- c) *Meios*: fôrças concorrentes.



d) *Problemas*: vencer as forças oponentes.

Assim, levado pelas necessidade (*moveis*), o homem se serve das forças concorrentes (*meios*) para vencer as forças oponentes (*problema*) no intuito de obter os elementos de satisfação (*fim*).

Como chegaremos então ao conhecimento de toda a mecânica social? Classificando as *necessidades* e as *forças*. Esse trabalho está por mim feito mas não posso apresentá-lo aqui<sup>16</sup>. [p.192]

Seja ou não o historiador, este systema tem de adaptar um plano de analyse da sociedade brasileira em todas as suas phases.

e) O problema da independência da colônia não comporta nenhuma subdivisão. Foi uma corrente de opinião aprovada num sentido, em contraposição a outra corrente retrocessiva. O trabalho consiste em destrinçar os sucessos característicos das duas tendências e avaliar as forças favoráveis e contrárias. Essas forças disseminadas enfeixaram-se varias vezes em planos, mais ou menos bem riscados e alguns desfeitos pela metrople avisada. Sendo o assumpto de natureza a esfervilhar-nos o patriotismo, cumpre ao historiador ter mão em si mesmo que se não deixe arroubar ao ponto de desvirtuar episodios ou caracteres. Ha exemplo disso.

f) O grande problema da organização nacional requer multiplas subdivisões. Como já accentuei, todos os demais problemas se absorvem nesse, pois resume a nossa mesma vida de país independente.

Antes de 1822, nossa existencia se caracteriza pela aventura. Não houve uma administração de conjuncto, com um plano determinado e comprehensivo. Tomavam-se providencias, aqui e alli, á medida das reclamações e ao compasso dos interesses da côrte, espevitados da carencia de ouro. Nunca houve, por exemplo, preocupação de activar a cultura physica dos brasileiros ou a sua ascendencia intellectual. O trabalho não ultrapassou o regimen da escravidão soez, cevada no trafico ou nas descidas de indios. Não valem de contradicta á asserção as poucas tentativas sinceras de melhoramentos, porque, ou foram inefficazes, ou não se realizaram, ou não perduraram nos effeitos beneficicos.

Proclamada a independência, deixava o Brasil de ser aglomeração de feitorias a sugar.

---

<sup>16</sup> Será objecto dos primeiros capitulos do meu *Systema da sociologia*. Lacombe tentou uma classificação das necessidades, mas evidentemente incompleta.

Urgia viver, aparelhar os órgãos todos numa só harmonia de equilíbrio. Assim, todos os tentamens prosperados ou falhados entravam como coefficients de um tentamen novo, mas agigantado: criar a nação.

As tarefas dispersas concentravam-se, uniam-se ás tarefas supervenientes, constituindo a missão suprema de guiar-se o país por si mesmo.

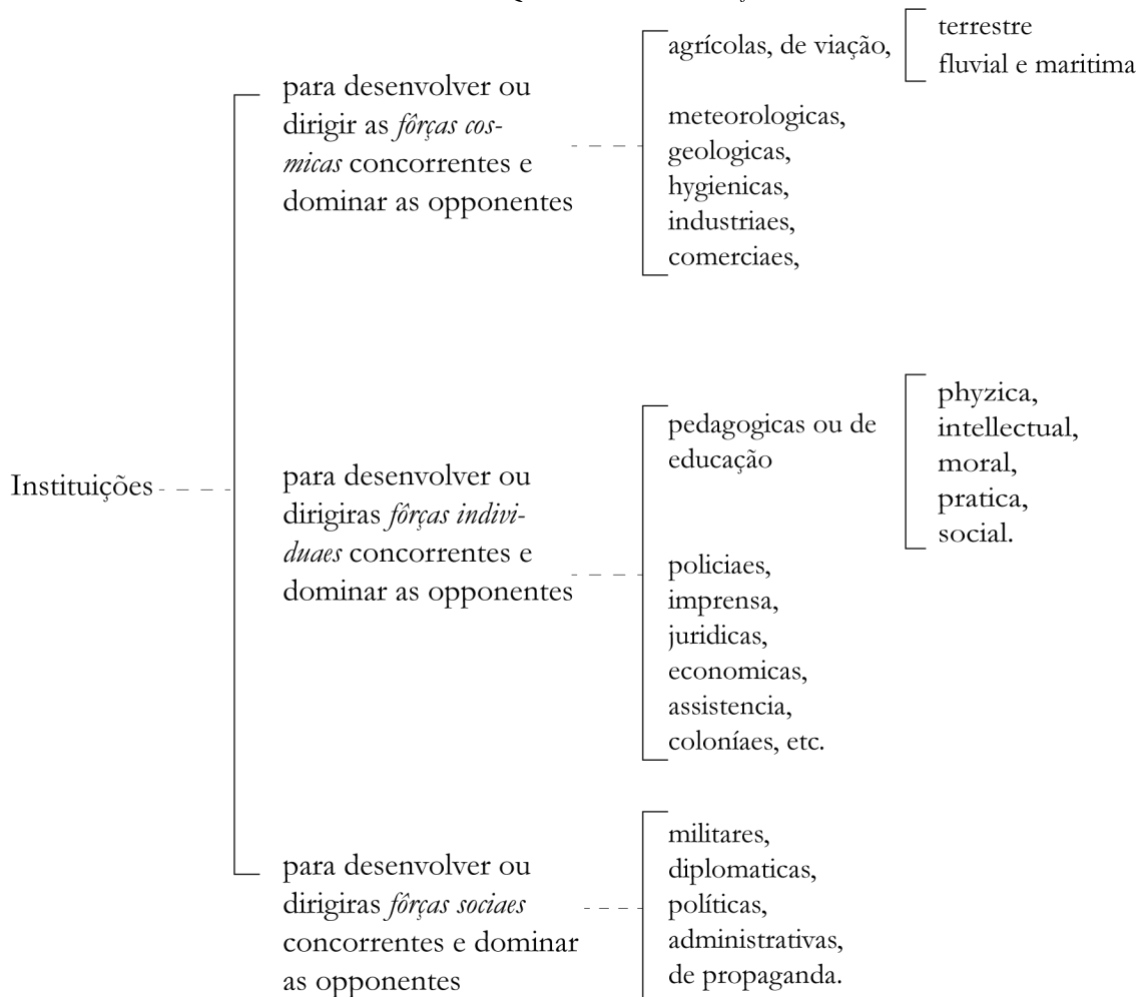
É exacto que tudo se fêz sem muito plano e sem plano se vai muita coisa fazendo hoje por falso entendimento do nosso destino actual. [p.193]

Organizar a nação é arregimentar as fôrças concorrentes em instituições que as en trilhem num fim util. Esse fim se obtem dominando as fôrças opposentes de modo que a classificação das instituições se ha de fazer baseando nesse caracteristico fundamental.

As instituições também são *necessidade*, necessidade *social colectiva* e ahí as inclui na minha classificação geral das necessidades humanas.

Dou em seguida apenas o quadro dessas instituições:

**Tabela 3:** Quadro das instituições



Ora, sendo um problema a aplicação de forças concorrentes á consecução dos elementos de satisfação das necessidades, quantos forem os problemas, todos determinarão o aparecimento de uma ou mais instituições especiaes.

A organização do país exigiu antes de tudo a criação das instituições politicas e administrativas. Logo após vieram as criações juridicas, completando-se com as economicas (thesouro, caixas economicas, bancos, tribunal de contas, etc.) o numero das imediatamente necessarias. [p.194]

Cada problema, agricultura, viação, etc., subdivide-se em outros que se dispersam ainda em outros mais simples.

Do quadro acima, mero summario, poderá o historiador estimar a complexidade da materia e a sua importancia. Nesse ponto, mais do que em qualquer outro, a classificação dos factos se impõe. Pêla classificação será levado a traçar capitulos até hoje absolutamente descurados pelos nossos historiographos cuja attenção se volta, absorventemente para os successos politicos. Ha uma attracção irresistivel para minuciar as quedas de gabinetes ou as batalhas do Paraguay e pouca em esmerilhar por exemplo o movimento de colonização ou a evolução dos meios de transporte.

Mas, antes de tudo, uma introducção geral é indispensavel. A vida social no Brasil, pelos princípios do seculo XIX tem de ser amplamente descripta e interpretada para sabermos sôbre que bases ou de que material dispunhamos ao emprehendermos a organização nacional.

Assim poderemos avaliar melhor o esforço constructor do primeiro imperio e da regencia, os desperdicios intercorrentes aos periodos de ganho, o progresso das idéas ou a contra-tendencia da rotina em todas as modalidades da actividade individuaes.

Mostrará o historiador como tudo entre nós se ha feito com vacilações, por não haver nos governantes uma vista de conjuncto capaz de infundir acção energica nos actos administrativos. O character do nosso estado social é de *desquibilibrio* de fôrças e incerteza nas correntes:

O problema da *educação*, por exemplo, irresolvido até agora, vai desgarrando, cada vez mais, do rumo da boa solução, pois a julgar pelos livros dos competentes e pêlas decisões dos responsaveis, andam elles tão imbuidos da anarchia pedagogica da França, que nenhum criterio revelaram na comprehensão do assumpto.

Ora, sendo a educação a sciencia e a arte de desenvolver energia humana, esse desvio é de pessimos effectos no engrandecimento nacional.

Insistirá principalmente o historiador em demonstrar a falta de educação politica de dirigentes e dirigidos, desde as balburdias da Constituinte até os actuaes processos de eleição ou funcionamento do Corpo Legislativo. Os males decorrentes desse estado lamentavel são incommensuraveis; o essencial, porém, é assignalar que as fôrças con-[p. 195] correntes, por mais intensas que sejam, pouco trabalho util produzirão se passam por aparelho defeituoso. Desperdiçam-se. Esse desperdicio de energia flagrante no dominio physico, também é lei constante na energetica social. Mas o degradamento é maior ou menor conforme forem boas ou

ruins as machinas de transformação.

Se o anarchismo tem alguma razão theorica é essa da fabulosa somma de fôrça malbaratada pêlo engenho governamental.

Onde a tradição e a educação infundiram o espirito de ordem e zêlo administrativo, como na Suissa e Inglaterra, não ultrapassam as perdas grandemente os limites razoaveis balisados pêla imperfeição dos homens. Onde, ao revés, a formação communaria impôs os seus defeitos, o govêrno é um sorvedoiro, passando muitas vezes a ser fôrça opponente. Taes os nossos Estados oligarchicos.

O desmontamento dessa machina deve o historiador fazê-lo, apontando as peças desfalcadas ou lesadas da ferrugem.

Para isso, releva não perder de vista nunca a *distribuição* das riquezas. É pela boa distribuição que se revela o govêrno bom. A má repartição delata mau govêrno. Boa é a repartição que augmenta a fôrça humana, que satisfaz o maior número de necessidades urgentes ou dispõe os serviços de melhor satisfacção futura.

Tenho que os nossos govêrnos, por esse lado, merecem acerba critica.

O historiador será imparcial, como se examinasse mineraes ou o curso dos astros.

Outro genero de desperdicio de fôrça está no não aproveitamento de ideaes uteis. Uma idéa é uma *invenção*. O individuo que lembra uma solução é como se inventasse um aparelho. O govêrno zeloso do bem publico deve favorecer a eclosão das idéas, executá-las ou activar a *imitação* dellas.

Não pode o historiador traçar o perfil dos nossos grandes homens sem destacar dentre as idéas delles as realmente uteis, indicando a applicação que tiveram ou o abandono em que morreram.

Não será demais precaver-se contra o preconceito do que se costuma chamar – *a obra de um govêrno*. Diz-se, por exemplo, que a obra de tal govêrno foi dilatar a viação, a de tal outro reorganizar as fianças, etc. Isso não tem sentido ou reverte, mais ou menos, em desabono delles, porque a obras de todos é uma só: desenvolver *bar-[p.196]monicamente* as fôrças nacionaes. Se um govêrno cuida de um problema relaxando outros procede mal, pois se não encarar todos de uma

vez não está na altura de sua missão. Somente nos transe de grande crise accidental será permitido ao govêrno desviar fôrças disponiveis para attender á urgencia do remedio.

É por exemplo, impossivel, em situação normal, gabar ao govêrno que encanou todas as fôrças no alongamento das estradas de ferro ou na construcção de portos, descurando inteiramente outros problemas de igual interesse, como o da *educação nacional*. No anno passado, o govêrno de Santa Catharina annunciava em mensagem á assembléa estadual, como documentação do seu zêlo, a applicação de *três quartos* da renda na conservação e abertura de *estradas de rodagem*. De modo que, para enfrentar todos os demais problemas, inclusive o da instrucção publica, se reservou apenas a *quarta parte*. Assim os recursos consagrados á agricultura devem ter sido minimos e isso admira se reflectirmos em que a viação é apenas um dos muitos termos do problema agricola<sup>17</sup>.

g) O problema da *hegemonia* abrange outros muitos problemas secundarios.

O ideal da nação deve ser: estar na vanguarda das demais nações do continente, sob todos os pontos de vista.

Para que se tornem em realidade essa *hegemonia*, é mistér que se verifique nos cinco aspectos capitaes por onde concebermos toda a *educação*. Isso porque só temos influencia sôbre as *fôrças cosmicas*, por meio das fôrças *individuaes* e *sociaes*, que se avigoram exclusivamente pêla *educação*.

Ora, devendo a educação ser considerada sob cinco aspectos, *physica, intellectual, moral, practica* e *social*, é claro que do mesmo modo havemos de considerar o problema da hegemonia<sup>18</sup>.

A hegemonia *physica* significa o aperfeiçoamento da raça pêla *gymnastica* e pêla *hygiene*, intensamente praticadas; a supremacia militar, pêla organização do exercito e da marinha. [p.197]

A hegemonia *intellectual* comprehende a superioridade em sciencia e artes, garantida pêla educação mental em todas as classes.

A hegemonia *moral* corresponde ao que se chama *caracter nacional*, resultado do apuramento das qualidades de energia, sangue-frio, probidade, resistencia, etc., accentuados na

---

<sup>17</sup> Importa accrescentar que, mau grado os dispendios, o problema da viação nesse Estado está longe de ser resolvido. As estradas continuam em lamentaveis condições.

<sup>18</sup> Dou aqui a summula da minha classificação geral. Será desenvolvida no meu *Systema da pedagogia*. Facil é deduzir do exposto a importancia suprema do problema da educação. Pois tem sido o mais desprezado.

educação individual. O seu espelho será em grande parte a moralidade social e administrativa.

A hegemonia pratica consiste na formação technica dos operarios, commerciantes, agricultores, profissionaes superiores, etc., sem o que toda a ascendencia economica é um mytho. A historia o confirma. Além disso, incluem-se nessa divisão a economia, as finanças nacionaes, a diplomacia, a arte de governar.

A hegemonia social se caracteriza pêlo que designamos vulgarmente com a expressão: *usos e costumes*. É, de um lado, a etiqueta social, o estado das classes, os habitos domesticos, a educação civica, etc.; de outro, o perfeito funcionamento das instituições.

A nação que zelar com igual carinho para essa preparação racional do povo conseguirá, forçosamente, centuplicar as fôrças concorrentes, diminuirá as opposentes, tendo a estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotaveis.

O historiador nesse final capitulo da nossa historia recordará os antecedentes, apontando os desequilibrios tradicionaes e firmando o estado actual de cada problema secundario.

Formulará, dess'arte, um plano de administração, systematizado e uniforme. A administração, assim aclarada dos ensinamentos da historia, será arte capaz de dirigir e crear fôrças, não ás tontas, mas *conscientemente*.

## V

Neste ultimo paragrapho direi rapidamente das qualidades e do preparo indispensavel ao historiador.

O homem que se sentir attrahido a escrever a nossa historia não conduzirá a bom termo se carecer de dons nem sempre cumulados, compensadamente, no mesmo individuo. [p.198]

Sabemos como a psychologia divide as mentalidades em *inductivas puras, deductivas puras e mixtas*<sup>19</sup>.

Procedem as primeiras por synthese, as secundas por analyse, as terceiras por ambos os methodos.

---

<sup>19</sup> A graphologia conseguiu mesmo firmar os signaes caracteristicos de cada classe tão frisantes são elles. Vide *Système de la Graphologie*, de Hippolito Michon, fundador dessa arte.

Ora, sendo o estudo da sociedade obra de analyse, mas seu fim para a historia uma vasta synthese, é claro que só um espirito dotado das duas qualidades logrará ser um *historia conditor*.

Não se entenda por analyse a pesquisa minuciosa dos factos. Isso é tarefa de eruditos. Analyse é o estudo comparativo dos factos para determinar o valor de cada qual, a sua significação, a sua extensão, a sua intensidade. Vem de ser feita pêlo mesmo espirito que se abalar á concepção dos problemas historicos e sua evolução.

Outro dom é a *imparcialidade*. A observação é corriqueira, mas convém repetir-se por ser exactamente a mais rara. Tanto mais o é quanto os temperamentos entusiastas propendem para o partidarismo, sympathizando ou antipathizando facilmente com as causas.

O homem que se interessa pêlo destino humano constróe na phantasia uma humanidade sem macula. É o idealista superfino. Quer que todos se alteiem á culminancia da sua idealidade, e, onde percebe jaças, decadencias, desvios, hesitações, recuos, logo se agita a condemnar, sem exame das condições determinantes dêsses erros.

Ora, tanto havemos de considerar natural a verdade como o êrro.

O erro é phenomeno social. Tem a sua causalidade, a sua evolução, a sua finalidade. Só é condemnavel se, havendo no auctor sciencia do bem, procedeu elle mal. Mas ainda nesse caso, temos de levar em conta a ruindade nativa que desde Adão é patrimonio muito nosso.

Deve o philosopho possuir do mal noção differente da vulgar, pois elle é, como tudo, coisa relativa. Grupados os homens em sociedade, o pendor de cada um é satisfazer as necessidades proprias do melhor modo e mais rapidamente possivel.

A solução primeira do problema é arremetter o forte contra o fraco, arrancar-lhe a propriedade, ainda assassinando-o. [p.199]

Para o ladrão é *bem*, para o esbulhado é *mal*.

Entretanto, esse regimen é incompativel com o augmento de energia.

Intervém, aos demais, uma necessidade especial, matriz de toda a sociedade: a necessidade *cooperação*. Para caçar feras, um homem só vê-se impotente. Allia-se a muitos, sobre a condição implicita de partilharem os lucros da empresa. Surgem as convenções, os pactos, os contractos, as leis: mas no fundo da *animalidade* persiste a *tendencia ao esbulho*.



Procura cada qual haver maior quinhão, quinhão superior aos seus serviços na comunidade e, como a maioria resiste, o ambicioso é odiado, é mau.

Essa compreensão, representando o mal como um phenomeno natural, tanto quanto a crystallização ou pollenização evitará que se surprehenda o historiador com as contracorrentes oppostas ás iniciativas uteis. Revoltar-se-á menos contra ellas.

Tomará mesmo para base do seu discurso a acção decisiva das duas molas fundamentaes do mal: a *ambição* e o *amor* e procurará, com o conhecimento do dynamismo historico, indicar os meios de conjurar os effeitos funestos dèsses dous elementos da maldade.

Terá que tocado no *problema final da humanidade*: a destruição do mal.

Estamos talvez auctorizados a acreditar nessa utopia, pois a humanidade tem melhorado muito e tudo a arrasta a melhorar sempre. Um dos meios mais efficientes de propaganda moral seria ensinar ao povo, pêla historia, como esse aperfeiçoamento se tem feito.

E logo apontamos outra qualidade essencial ao historiador: a *sinceridade*. É, no dizer de Carlyle, “*the first and last merit of a book*” e o poderoso estylista lhe define melhor o valor accentuado: “*it gives rise to merits of all kinds, - nay, at bottom it alone gives rise to merit of any kind*”. Antes já dissera: “*If a book come from the heart, it wil contrive to reach other hearts; all art and authorcraft are of small amount to that*”.

Se o historiador não tiver fé na sciencia e no futuro da sua raça não accenderá no seu livro essa chamma communicativa que lhe tresdobra o valor. Em sciencia quer-se o ardor que em religião, pois o merito supremo do pensador é tomar á sciencia uma religião do espirito. [p.200]

Agora, o preparo.

É superfluo insistir na necessidade de uma solida base scientifica.

A sciencia do historiador tem de ser encyclopedica. Não se objecte que na actualidade com o desdobramento da sciencia o encyclopedismo é chimera. Não ha tal. A sciencia não é tão vasta quanto se propala. O que lhe dá uns ares de complexidade inextrincavel é a *technica* scientifica. Já Buffon dizia que a sciencia é simples e os homens a tornam complicada.

Evidentemente não se vai exigir do historiador que seja especialista em todas as sciencias.

Augusto Comte dava mesmo como causa da *anarchia intellectual* esse vezo da especialização

que é mal se ela não assenta num estudo geral do Universo.

Os phenomenos andam todos relacionados uns aos outros. Se o pensador se confina num dominio e ignora os dominios convizinhos não está apto a entrever as relações remotas dos factos observados com as series de causalidades e effeitos.

Mas para conhecer as leis phisicas, por exemplo, não é indispensavel saber descrever aparelhos nem aprofundar-se nas manipulações de laboratorio. Conseguirei os principios capitaes da biologia sem apprender a separar carapaças de diatomaceas ou classificar protozoarios.

A vaidade de alguns parvos é que confunde sciencia com technica.

Essa é privativa do especialista mas aquella não é vedada ao homem culto. E a prova é que muitas vezes o philosopho sabe mais de uma sciencia particular do que o proprio especialista perdido nas futilidades e miudezas.

Entenda-se, portanto, a expressão *preparo encyclopedico* no sentido de noção completa das leis scientificas em todos os terrenos.

Duas sciencias, sobretudo, devem o historiador cultivar a fundo: a *geographia* e a *psychologia*.

Uma estuda o *meio* e outra a *alma humana*.

Mas a geographia, entre nós, é uma vergonha.

Não temos, positivamente não temos, um geographo, porque geographia não é nem cartographia nem dictionario geographico, repositorio de nomes e posições. É uma sciencia vasta, em via da systematização definitiva graças primeiro a Ritter e, ultimamente, Ratzel. [p.201]

Creio ser o primeiro a falar em Ratzel no Brasil e o primeiro a introduzir no ensino secundario as suas idéas.

Temos ficado na rotina dos nossos miseraveis compedios e ninguem procurou applicar ao Brasil, embora succintamente a nova orientação daquelle excelso espirito. Pois, ha perto de trinta annos publicou elle a sua *Antropogéographie*.

O historiador se quiser identificar-se com a terra, o scenario de vida brasileira ha de ser geographo na mais lata accepção do termo e por isso estudar a nossa flora, a nossa fauna, a nossa

geologia, a nossa hydrographia, a nossa metereologia, a nossa topographia.

Senão, fará obra esteril.

Por seu lado a psychologia fornecerá dados de primeira ordem.

Só ella dará a intuição da *alma humana* ondeando como um sorvedeiro de necessidades e fôrças. Ella é a chave de toda a sociologia mormente quando applicada ás multidões. Esse mundo de instinctos, sentimentos, emoções, idéas, vontade, consciencia, agita-se entrechocando-se com repercussões multiplas. É a fonte viva dessa *energia humana* cujas leis constituem a investigação ultima da philosophia, na sua concepção de energia universal.

Armado dêsses recursos passará o historiador em revista os factos de nossa historia esclarecidos então a jôrro electrico; mas no escrever o resultado da sua pesquisa, conforme delineei neste papel, uma derradeira qualidade se impõe: a arte de expor.

Pouco fará o historiador se não for, acima de tudo, um escriptor. Ha de manejar a lingua com a correcção classica e os resplendores do mais aprimorado estylo. Só vivem os livros redigidos com arte. A forma, em literatura, perdura mais que o fundo. Se se revestem as idéas com estopa crua figurarão, por mais geniaes que sejam, como productos de feira barata.

Lustra-se, porém, o envolucro com um brunido mesmo superficial e circulará nos tempos vindoiros como lenho de lei. Sobredoire-se agora o estofo caro com as scintillações externas e a obra será marco perenne.

(Rio, Agosto de 1910).

**José Oiticica.**

[p. 202]

## Entrevista com Angela Maria Alonso

**Angela Maria Alonso** é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), e pesquisadora do CNPq PQ-1D. É doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (2000), com Pós-Doutorado na Yale University (2010). Foi agraciada com os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation Award (2009), Jabuti (2016) e da Academia Brasileira de Letras (2016). Foi membro dos comitês acadêmicos da ANPOCS (2014-16) e da BBM-USP (2013-2016) e coordenadora do LAPS-USP (2012-2015). Suas pesquisas e publicações se concentram na investigação das relações entre cultura e ação política e dos movimentos políticos e intelectuais.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Carmem Marques Rodrigues, Hélia Costa Morais e Stéfany Sidô Ventura** doutorandas na linha Ciência e Cultura na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades]: Professora Angela Alonso, primeiramente, expressamos a nossa alegria em poder entrevistá-la neste momento tão singular na história do Brasil. Essa entrevista caminhará muito pelos rumos da crise vivida pela Ciência brasileira, especialmente na Área de Humanas, e os campos de atuação nos quais tens atuado. Gostaríamos de começar por uma pergunta que tem sido disseminada entre estudantes, pesquisadores e professores por todo o país: *o que a Universidade pública fez por você?* Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória acadêmica.

[Angela Alonso]: A USP me transformou no que eu sou. Entrei na universidade aos 17 anos e ainda hoje estou nela. Aprendi muito e não apenas no meu campo de estudos, adquiri uma formação humanística em geral, que me capacitou tanto para o debate público quanto para o mercado de trabalho. Ao contrário do que dizem os antiuniversidade, estas coisas não são incompatíveis e as pessoas mais bem preparadas para o mercado são justamente as capazes de pensar por conta própria.

**[RT]: O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, do qual a senhora é presidenta, atua como importante espaço de produção de conhecimento no Brasil, bem como, espaço histórico de resistência. Poderia nos contar mais sobre a sua experiência na presidência do Centro e as pesquisas nele desenvolvidas?**

**[AA]:** O Cebrap está fazendo 50 anos em 2019 e cresceu muito desde a origem. Hoje há 140 pesquisadores vinculados a 26 projetos de pesquisa em andamento. O arco temático passa por democracia, desigualdades, desenvolvimento, movimentos sociais, religião, políticas públicas mudanças demográficas, crime, política externa, mobilidade urbana, inovação e internet.

Dirigir um centro interdisciplinar, voltado para o debate público e a produção de conhecimento de excelência, não é simples. Fazer isso sem contar com uma fonte fixa de financiamento é um grande desafio. O Cebrap sobrevive graças aos esforços contínuos de seus pesquisadores na busca por formas de manter a casa aberta.

**[RT]: A parceria entre o Sesc e o Cebrap gerou a publicação, no ano de 2016, dos livros em formato e-book, “Métodos em pesquisa em Ciências Sociais”, bloco qualitativo e quantitativo, que é um esforço muito interessante em colocar em termos práticos o método científico que envolve as pesquisas nas áreas de Humanas, e que nos parece uma discussão muito atual. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre o contexto que levou a tal publicação e os esforços dos pesquisadores engajados nesta tarefa.**

**[AA]:** Como o Cebrap tem longa e sólida tradição de discussão e uso de técnicas de pesquisa social, resolvemos usar o saber acumulado e difundi-lo, por meio de cursos e publicações. Firmamos um acordo com o CPF-Sesc para oferecer oficinas de metodologia em pesquisa qualitativa e quantitativa. Vários pesquisadores seniores do Cebrap contribuíram e as aulas viraram o livro de introdução às técnicas mais utilizadas nas ciências sociais. Atualmente oferecemos cursos metodológicos de curta duração no próprio Cebrap, por meio do Cebrap.lab

**[RT]: Há um movimento anti-intelectual com vias a deslegitimar a produção científica das universidades brasileiras e que tem colocado em xeque a nossa credibilidade perante a sociedade. Compreendemos a peculiaridade dos saberes produzidos pelo método científico das Ciências Sociais e Humanas, contudo, nos questionamos o que pensa sobre isso. Como a professora enxerga o papel deste campo de saber no atual contexto vivido pelo Brasil? Afinal, produzimos um saber tão passível de questionamento, e tão distante, no que tange a um retorno prático à sociedade?**

**[AA]:** A especialização acabou afastando as ciências do debate público. Isto aconteceu em toda a parte e com praticamente todas as áreas do conhecimento. Nos últimos anos, há esforços individuais e coletivos de reestabelecer este diálogo entre os cientistas e o público leigo. Tenho me empenhado muito nisso nos últimos anos, seja como presidente do Cebrap, como colunista da Folha de São Paulo, e mesmo em minhas publicações, procurando escrever textos que possam ser lidos por não especialistas.

**[RT]: Considerando a sua relevância e notoriedade entre os seus pares, e a importância das pesquisas que tem desenvolvido ao longo da sua trajetória, nos questionamos quanto à sua posição diante do quadro de desmonte vivido pelas Universidades e Institutos Federais brasileiros. Qual o nosso papel e postura, enquanto comunidade acadêmica, diante das demandas e desafios que a nós se apresentam?**

**[AA]:** As universidades precisam mostrar à sociedade o que fazem. Muito do combate que estamos recebendo nasce da ignorância tanto sobre como funciona uma universidade, como sobre a própria natureza do conhecimento, que não está voltado para a produção utilitária e o uso imediato. A universidade precisa combater esta ignorância difundindo o que já faz e mostrando à sociedade que o dinheiro público está sendo bem gasto no avanço da ciência e na educação de gerações de brasileiros pelas universidades.

## Entrevista com Fernando Pimenta

O professor e historiador Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta é professor do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ministrando aulas no curso de Licenciatura em História e no Mestrado em História Contemporânea. Licenciado em História pela Universidade de Coimbra e doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, foi bolsista de pós-doutoramento da Fundação para Ciência e a Tecnologia, desenvolvendo suas atividades de pesquisa no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e no Departamento de História da Faculdade de Ciência Política da Universidade de Bolonha. Possui vasta experiência na área de História Contemporânea de Portugal e História Colonial Portuguesa, com ênfase na colonização africana. É autor de uma série de artigos, capítulos e livros, dos quais podemos destacar *Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)* (Editora Universidade Federal de Goiás, 2015), *Storia Politica del Portogallo Contemporaneo* (Le Monnier, 2011), *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)* (Afrontamento, 2010), entre outros.

Entrevista concedida no segundo semestre de 2018 a **Luiz Felipe Florentino**, Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e ao professor **Dr. Silvio Marcus de Souza Correa**, vinculado à mesma instituição.

**[Florentino/Correa]: Professor, para iniciarmos nossa conversa o senhor poderia nos falar sobre o seu percurso acadêmico e profissional?**

**[Fernando Pimenta]:** Desde muito cedo tive um gosto particular pela História. Por isso, depois de ter completado os meus estudos liceais, não tive qualquer dúvida em cursar História. Sentia que essa era a minha vocação. Em 1998, com dezoito anos, inscrevi-me na Licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Na altura, tal como ainda hoje, estudar em Coimbra era motivo de grande prestígio em Portugal. Durante dois anos, procurei absorver tudo quanto o curso tinha para me dar. Depois, em 2000, parti para Itália, para a Universidade de Bolonha, a mais antiga e uma das mais prestigiadas da Europa, para fazer um ano de estudos, na qualidade de estudante Erasmus. Foi uma experiência muito marcante, tanto do ponto de vista pessoal, como académico. Um ano em Bolonha abriu-me os horizontes em termos culturais e científicos. Regressei depois a Coimbra, para completar a minha licenciatura, o

que de facto aconteceu em Junho de 2002. Nesse mesmo ano fui admitido como investigador de doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença, na sequência de um concurso muito competitivo, com mais de mil candidatos. Recordo-me ter sido então o único português a ser admitido no Departamento de História desse Instituto. O Instituto Universitário Europeu, tal como o nome indica, é uma instituição de ensino pós-graduado de carácter europeu; tem sede em território italiano, mas não pertence ao Estado Italiano. Ali tive condições de trabalho verdadeiramente fantásticas! Ao fim de cinco anos, em Novembro de 2007, defendi com sucesso a minha tese de doutoramento sobre questões relacionadas com a colonização portuguesa e o nacionalismo em Angola. Tinha então vinte e sete anos.

Em Dezembro de 2007, tornei-me investigador de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal. Durante o meu longo pós-doutoramento de seis anos, tive como instituições de acolhimento o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e o Departamento de História da Faculdade de Ciência Política da Universidade de Bolonha. Mantive também uma estreita relação de colaboração com o Instituto de História Contemporânea de Ferrara. Em Dezembro de 2013, na sequência de outro concurso internacional muito competitivo, obtive um lugar de Investigador FCT na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pouco depois tornei-me investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), mas mantive a minha relação científica com a Universidade de Coimbra, nomeadamente com o CEIS20.

Entretanto, comecei a lecionar a cadeira de História dos Impérios no âmbito do Programa de Doutoramento em Estudos sobre a Globalização da Universidade Nova de Lisboa. Foi uma experiência bastante interessante. Enfim, em Fevereiro de 2018, surgiu o convite para lecionar no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da Licenciatura em História e do Mestrado em História Contemporânea.

**[F/C]: Atualmente o senhor é professor da cadeira de História de Portugal em África na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, instituição onde licenciou-se em História. O que o senhor pode nos falar sobre esta experiência?**



[FP]: Tem sido uma experiência muito enriquecedora, sobretudo o contato com os alunos, mas também com os outros colegas. Aliás, alguns dos meus colegas foram na realidade meus antigos professores! No fundo é um regresso à *Alma Mater*. E penso que um regresso bem-sucedido. Por exemplo, o número de alunos inscritos na cadeira de História de Portugal em África, que é uma disciplina opcional, quase duplicou: passou de uma média de cinquenta inscritos para mais de noventa. Penso que isso é revelador do trabalho desenvolvido por mim e da boa resposta por parte dos alunos. Tenho tido bons resultados também noutras cadeiras, tanto ao nível da licenciatura, como do mestrado.

[F/C]: Professor, em sua tese de doutoramento intitulada *Angola. Os Brancos e a Independência*, o senhor identifica um processo extremamente interessante, a emergência de um nacionalismo branco e a defesa da formação de um Estado nacional angolano, cenário em que poderiam ocupar lugares de mando. Este anseio surge exclusivamente às vésperas do término dos conflitos ou já é perceptível anteriormente?

[FP]: O nacionalismo dos brancos angolanos tem raízes profundas e, na verdade, remonta pelo menos ao início do século XX. Nessa altura exprimia-se por meio de um protesto autonomista protagonizado pelas elites coloniais brancas de Angola. Mas os brancos eram poucos, pelo que não tinham força suficiente para impor as suas reivindicações. Durante o Estado Novo, nomeadamente a partir da década de 1940, dá-se a evolução desse protesto autonomista no sentido da sua radicalização em termos nacionalistas. Novas gerações de brancos, nascidos e criados em Angola, começaram a reivindicar a independência da colônia. Embora descendentes de portugueses, consideravam-se completamente angolanos e tinham em vista a construção de uma nação independente, à semelhança do que os descendentes dos colonos portugueses tinham feito no Brasil no século XIX. O Brasil e, em parte a União Sul-Africana, eram, aliás, as principais referências, os modelos por assim dizer, dos nacionalistas brancos em Angola. Houve, é certo, uma minoria marxista que aderiu ao nacionalismo africano representado pelo MPLA. Mas a grande maioria dos colonos encarava o Brasil como um paradigma e um exemplo de sucesso, inclusivamente no campo das relações raciais. Era, porventura, um mito; mas caso assim fosse, era um mito com muito poder de atração entre a população angolana e não apenas entre os brancos.

**[F/C]: Em sua tese sobre o Nacionalismo “Branco” em Angola, haveria uma chave interpretativa válida para o estudo da resistência africana em suas variadas formas de luta pela independência e o projeto nacionalista de manutenção de um “poder branco”?**

**[FP]:** Nos meus estudos sobre a questão nacionalista em Angola, comecei por identificar a existência de um protesto político protagonizado por sectores significativos da população branca, nomeadamente pelos filhos dos colonos portugueses, nados e criados em terras africanas, cujo principal objetivo era obter a independência da colônia, definida no âmbito das suas fronteiras coloniais. Tratava-se de um protesto que fundava as suas raízes em reivindicações de caráter autonomista por parte dos colonos brancos nas primeiras décadas de século XX, mas que depois evoluiu, já durante o Estado Novo, para uma forma específica de nacionalismo. Não se tratava por isso de uma qualquer tentativa de manter as estruturas de colonialismo interno por minorias brancas, mais ou menos desesperadas pela retirada da potência europeia no momento da descolonização. Mas sim de um nacionalismo construído com base numa oposição política ao domínio colonial português em Angola. Algo que espelhava bem o caráter multifacetado e a complexidade do fenómeno colonial em Angola. Inicialmente, num primeiro livro publicado em 2005, designei esse protesto de “leuconacionalismo”, expressão que literalmente significa “nacionalismo branco”.

Mais tarde, porém, senti necessidade de uma maior problematização do fenómeno nacionalista entre os brancos de Angola. Assim, na minha tese de doutoramento, publicada com o título *Angola. Os Brancos e a Independência*, dediquei um capítulo ao questionamento do fenómeno nacionalista em Angola, tendo abordado a questão de uma forma mais estruturada e colocando em perspectiva velhas e novas tipologias e grelhas interpretativas produzidas no âmbito da História e da Ciência Política. Em termos conceituais, evolui então para o conceito de nacionalismo euro-africano por, no meu entender, exprimir melhor a essência do protesto político dos brancos de Angola. De facto, o nacionalismo euro-africano considerava a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, em termos económicos, sociais, culturais e políticos, pelo que atribuía aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado Nação em Angola. Assim, não havia à partida uma exclusão da componente africana; o que havia sim era uma adaptação do elemento europeu ao contexto africano. Como tal, um ponto importante a reter é o seguinte: os nacionalistas euro-

africanos não defendiam necessariamente a instituição de um regime de supremacia branca em Angola. Muitos aceitavam a participação política das classes médias mestiças e negras no processo de decisão política, mas naturalmente entendiam que a minoria branca deveria ter um quinhão significativo nesse mesmo processo governativo.

Por outro lado, o nacionalismo euro-africano distinguiu-se do nacionalismo africano, representado pelos três principais movimentos nacionalistas armados (Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA; Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA; e União para a Independência Total de Angola, UNITA) e por outros movimentos políticos menos significativos. A principal diferença consistiu no facto que o nacionalismo africano considerava Angola uma nação fundamentalmente africana, no sentido de negra, e em que o elemento europeu era periférico. Tratou-se de uma diferença assinalável e que, de alguma forma, condicionou negativamente a colaboração entre nacionalistas dessas duas correntes em momentos fundamentais da história angolana, nomeadamente durante a guerra de independência.

No entanto, ambos os nacionalismos tinham pontos em comum, na medida em que ambos defendiam a independência de Angola e a integridade do seu território, compreendido nas fronteiras delineadas pelo colonialismo, bem como a construção de um Estado-Nação moderno, segundo o modelo europeu. Por isso, podemos classificar as formas nacionalistas euro-africana e africana como duas variantes ou correntes de um mesmo fenómeno, o nacionalismo angolano. Como tal, ainda que concorrentes, não eram necessariamente antagónicos, porque tinham objetivos comuns. E, em 1962, houve mesmo uma tentativa de construção de uma plataforma nacionalista unificada, integrando nacionalistas euro-africanos, representados pela Frente de Unidade Angolana (FUA), e nacionalistas africanos, nomeadamente do MPLA. A ideia da constituição dessa plataforma foi lançada pela FUA, mas foi recusada pelos vários movimentos nacionalistas africanos, entre os quais o MPLA, que sempre teve uma posição um pouco ou tanto ambígua em relação ao nacionalismo euro-africano. Temia-se neste caso que uma associação à FUA, e aos nacionalistas euro-africanos em geral, pudesse acarretar uma deslegitimação da luta nacionalista do MPLA, uma vez que os brancos representavam a população colonizadora e não a maioria colonizada. E, nessa altura, o MPLA já enfrentava críticas à sua composição racial por parte dos seus rivais, em especial por parte da UPA/FNLA, que acusava o MPLA de ser um partido de mestiços, filhos de colonos, pelo que não

representaria a maioria da população angolana. Claramente, o falhanço dessa tentativa de constituição de uma plataforma unificada teve claras consequências para o futuro da população branca no país, cavando ainda mais o fosso que os separava das guerrilhas africanas.

**[F/C]: No pós-guerra, o “poder branco” na África do Sul e na Rodésia contou com o apoio do Estado Novo português, notadamente em sua política ultramarina para Angola e Moçambique. Poderia discorrer sobre a resistência africana em Angola e Moçambique, sobretudo sob a forma de projetos nacionalistas (inclusive de um nacionalismo branco) naquele contexto marcado pelo “poder branco” na África austral?**

**[FP]:** Tanto em Angola, como em Moçambique a questão nacionalista esteve diretamente relacionada com as características assumidas pelo colonialismo português nesses dois territórios no século XX. Em ambas as colónias, ainda que com maior impacto em Angola, vigorou uma forma ou subtipo de colonialismo que a historiografia anglófona denominou de *settler colonialism*, expressão que podemos traduzir por “colonialismo demográfico” ou “colonialismo de povoamento”. Não vou aqui entrar em detalhes sobre a questão do colonialismo demográfico, até porque o fiz recentemente num artigo publicado no Brasil. Em todo o caso, podemos dizer que, no contexto africano, o colonialismo demográfico foi caracterizado pela existência de uma “terceira força” no interior da situação colonial, distinta quer do poder colonial, quer da população colonizada, representada pelo conjunto dos colonos brancos. Os colonos brancos constituíam uma “terceira força” – em termos sociais, económicos e políticos – no sentido em que competiam, por um lado, com a população colonizada pela supremacia na sociedade colonial e, por outro, com a potência colonial pelo controle do aparelho do Estado colonial. Isto aconteceu em todas as colónias de povoamento europeu em África, mas com maior prevalência nas que tinham um número maior de brancos. E é à luz do conceito de colonialismo demográfico que devemos entender o aparecimento desse bastião branco na África Austral, centrado precisamente em duas colónias de povoamento europeu, a União Sul Africana, mais tarde República da África do Sul, e a Rodésia do Sul, actual Zimbabwe.

Num primeiro momento, a União Sul Africana exerceu um grande fascínio sobre as minorias brancas instaladas nas duas colónias portuguesas. Os colonos portugueses, sobretudo em Angola, ver-se-iam a si mesmos como os obreiros duma futura nacionalidade de matriz europeia em

África. Uma nacionalidade que, de alguma forma, corresponderia à nacionalidade construída pelos descendentes dos colonos europeus, *boers* e britânicos, na África do Sul. Mas a partir da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, com o acirrar da segregação racial e a instituição do regime do apartheid, a África do Sul perdeu boa parte do prestígio de que dispunha entre as elites brancas de Angola e de Moçambique. O Brasil parecia ser um modelo mais consentâneo com a realidade e os objetivos dos nacionalistas euro-africanos da África Portuguesa, na medida em que o parecia ter conseguido concretizar uma forma de integração racial entre brancos, negros e ameríndios.

Contudo, nos últimos anos da presença colonial portuguesa, alguns segmentos das minorias brancas voltaram a olhar para a África do Sul e para a Rodésia como eventuais aliados na luta contra as guerrilhas africanas. Em Moçambique, por exemplo, o modelo rodesiano, ou seja a hipótese de uma secessão da colônia pela mão da minoria branca, chegou a ter alguns adeptos, fato que aliás se tornou visível no momento da descolonização. Em 7 de Setembro de 1974, com a rebelião protagonizada por alguns grupos políticos excluídos do acordo de independência – o Acordo de Lusaka – houve mesmo um apelo à intervenção militar sul-africana no território moçambicano. Mas esses grupos não eram exclusivamente compostos por brancos; havia um conjunto de líderes negros, muitos dos quais dissidentes da Frelimo, que apoiaram a rebelião, tendo confluído com alguns dirigentes políticos brancos no chamado Movimento Moçambique Livre (MML). Mas o resultado da rebelião foi desastroso. Um grande número de mortos e de feridos, de todas as raças, um crescimento da tensão social e política em todo o território, em especial na capital (Lourenço Marques, atual Maputo), e o êxodo acelerado da população branca para os países vizinhos e para Portugal.

No polo oposto, as guerrilhas africanas foram sempre bem claras no seu desiderato de impedir qualquer solução de independência branca, tanto em Angola, como em Moçambique. Isto não significa que, em determinados momentos, não tivesse havido contatos entre as autoridades coloniais portuguesas e as direções dos movimentos nacionalistas africanos. Em Angola esses contatos são mais conhecidos, nomeadamente com a UNITA. Mas mesmo neste caso nunca se colocou a hipótese das guerrilhas virem a aceitar, tão pouco a apoiar uma solução de independência branca. E penso, na verdade, que a grande maioria dos brancos nunca encarou seriamente essa possibilidade, pelo menos a partir de 1961. Para além disso, o Estado Português, embora tivesse estreitado as relações com sul-africanos e rodesianos ao longo da década de 1960,

nunca criou verdadeiramente condições para que os colonos assumissem o controle do aparato político-administrativo e militar do Estado colonial, nem em Angola, nem em Moçambique. Houve porventura uma tentativa nesse sentido, no tempo de Marcelo Caetano (1968-1974), ou seja, mesmo no final da dominação colonial, mas que fracassou em virtude da oposição dos meios mais conservadores do Estado Novo, que minaram internamente a política colonial de Caetano.

Por outro lado, a recusa de Salazar em negociar a independência dos territórios coloniais empurrou os nacionalistas africanos para uma situação de confronto militar com o colonialismo português. Não sendo possível obter um acordo com a parte portuguesa por via da negociação, os nacionalistas africanos optaram pela luta armada, primeiro em Angola, e depois também na Guiné e em Moçambique. Esta situação gerou, como todos sabemos, uma prolongada guerra colonial em três frentes e que influenciou diretamente na queda do regime português em 25 de Abril de 1974. A revolução abriu as portas a uma rápida descolonização da África Portuguesa, consubstanciada na entrega dos territórios aos movimentos guerrilheiros africanos, sem prévia auscultação das populações coloniais. A desagregação do império acabou por ser relativamente célere, não tendo havido tempo para a necessária preparação para uma transição pacífica para a independência. O resultado final não foi positivo, nomeadamente em Angola, onde uma guerra civil entre os três principais movimentos nacionalistas africanos rebentou ainda mesmo antes da proclamação da independência. Enfim, o êxodo das minorias brancas foi outra das consequências da forma como foi conduzido o processo de descolonização, tanto em Angola, como em Moçambique.

**[F/C]: Através de seus estudos podemos observar que os brancos em Angola ocupavam lugares diversos nesta sociedade. Como o senhor lidou com essa heterogeneidade no que tange a representatividade de diferentes setores em sua pesquisa?**

**[FP]:** Em Angola, nas últimas décadas do domínio colonial português, havia brancos de todas as categorias sociais. Naturalmente havia uma elite muito rica, ligada à produção de café e à agropecuária no geral, bem como ao comércio, mas também havia muitos brancos pobres, que viviam lado a lado com os seus vizinhos negros e mestiços nos bairros de lata de Luanda. Na sua maioria, os brancos pertenciam às chamadas classes médias, tendencialmente urbanas, e tinham

um nível de vida um pouco mais elevado do que a maioria da população que vivia na metrópole, mas não necessariamente desafogado. Em todo o caso, os brancos nunca constituíram um bloco homogêneo, nem do ponto de vista econômico e social, nem em termos políticos. Por isso, não é fácil retratar essa heterogeneidade em termos historiográficos. Nos meus estudos consegui retratar os perfis, os anseios e as reivindicações de uma parte dos colonos, sobretudo os instalados nas cidades do Centro-Sul de Angola (Benguela, Lobito, Huambo, Lubango, etc.), bem como das elites econômicas e intelectuais de Luanda. Mas reconheço grandes lacunas no que diz respeito ao conhecimento dos estratos mais desfavorecidos da população branca, sobretudo os mais pobres, que viviam nos muceques (bairros de lata) da capital. E também nunca aprofundi a história das comunidades instaladas no Noroeste, na principal zona produtora de café, ou no Leste, por exemplo, nas Lundas. Há muito ainda por fazer...

**[F/C]: No período colonial ser considerado branco em Angola estava diretamente relacionado ao local social que o sujeito ocupava ou a cor da pele? Havia diferença entre ser branco em Portugal e Angola?**

**[FP]:** Em Luanda e nos meios urbanos ser branco estava diretamente relacionado com a cor da pele. Nas zonas rurais era diferente. Primeiro porque nalguns locais havia efetivamente muito poucos brancos. Por outro lado, porque um mestiço ou um negro que tinha adotado o modo de vida europeu podia ser considerado “branco” pela restante população africana que permanecia com o seu modo de vida tradicional. É claro que sempre houve espaço para algum hibridismo. Daí o intelectual angolano Mário António Fernandes de Oliveira falar em criouldade em Angola, mormente em Luanda. Em certos momentos e em certos meios sociais, não havia propriamente grandes diferenças do ponto de vista identitário entre brancos, mestiços e negros, pois todos compartilhariam a mesma matriz cultural. Uma matriz portuguesa colonial, que Gilberto Freyre diria porventura luso-tropical, e que de alguma forma teria algumas semelhanças com a realidade social do Nordeste do Brasil. Isso de fato existiu. Mas também existiu o oposto. Isto é, uma gradual racialização das relações raciais operada pelas autoridades coloniais portuguesas, sobretudo durante uma certa fase do Estado Novo de Salazar. Nessa altura, nas décadas de 1930, 1940 e até 1950, os próprios brancos nascidos na colônia foram racialmente “desclassificados”. Passaram a ser considerados brancos de segunda classe, por oposição aos brancos da metrópole,

sendo formalmente classificados de euro-africanos. Fato que os aproximou ainda mais dos mestiços, acirrando os seus sentimentos de nacionalismo. Portanto, o significado de branco não era unívoco, pelo menos do ponto de vista político e identitário.

**[F/C]: Em *Obras escolhidas* Walter Benjamin afirma “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores”. Há por parte da atual elite angolana alguma identificação com o passado colonial português?**

**[FP]:** A relação da elite angolana com o passado colonial português é muito complexa. Por um lado, essa elite resulta, em termos sociológicos, de uma longa interação entre portugueses e africanos em certos pontos do território, nomeadamente em Luanda. Muitos são descendentes de portugueses, ou pelo menos fruto do processo de miscigenação entre portugueses e africanos. Muitos outros, não sendo mestiços em termos por assim dizer biológicos, são-no do ponto de vista cultural. Mas, por outro lado, a elite angolana funda, pelo menos em parte, a sua legitimidade política na luta pela independência; uma luta contra o colonialismo português e que resultou no acesso de Angola à independência em 1975. Daí a complexidade desse relacionamento entre portugueses e angolanos. Em geral, porém, parece-me que há uma clara proximidade cultural e identitária entre portugueses e angolanos, pelo menos no campo das elites.

**[F/C]: O controle acirrado do Estado Novo sobre as universidades e a produção de conhecimento de forma geral, acabou por impossibilitar a confecção de uma crítica historiográfica acerca do colonialismo português em África durante sua vigência. Dessa forma, pode-se dizer que a historiografia colonial portuguesa é muito recente. Em sua opinião, atualmente, quais os principais desafios enfrentados por esta abordagem? Quais caminhos ainda devem ser percorridos?**

**[FP]:** A história do colonialismo português em África está ainda em larga medida por fazer. Já há bases historiográficas importantes e relativamente sólidas, mas o trabalho é imenso. Trata-se de fazer a história de uma boa parte do continente africano e não só nos séculos XIX e XX. Não nos podemos esquecer que há portugueses no interior de África já nos séculos XV e XVI.



Naturalmente era um outro tipo de presença, muito distinta da ocupação efetiva encetada na Época Contemporânea, mas que não deixa de ser relevante do ponto de vista historiográfico. Portanto, o desafio é muitíssimo grande. Mas o que me parece essencial é a construção de pontes entre diferentes instituições, portuguesas, africanas e, porque não, brasileiras. As universidades e centros de investigação portugueses terão que estreitar os seus laços com as congêneres africanas. Não se pode continuar a trabalhar de forma isolada, muitas das vezes ignorando o trabalho dos outros, como tem tendencialmente acontecido até ao presente. Há que vencer preconceitos e obstáculos, de forma a trabalhar em conjunto. Por outro lado, da parte portuguesa tem de se acabar com uma certa “dependência” em relação a modelos e a escolas anglo-saxônicas e, ao invés, procurar valorizar muito mais a produção historiográfica em língua portuguesa, especialmente a africana e a brasileira. Os países africanos de língua portuguesa têm ótimos historiadores, tal como o Brasil, pelo que o seu trabalho deve ser mais valorizado em Portugal. Se conseguirmos fazer isto, se conseguirmos construir uma grande rede transnacional no campo da história, em especial dos estudos coloniais e pós-coloniais, seremos certamente capazes de produzir um conhecimento mais estruturado do colonialismo português e de cada um dos países de língua portuguesa.

**[F/C]: Mas pode-se dizer que no momento há diálogos entre a historiografia colonial portuguesa e as historiografias de origem africana sobre o tema?**

**[FP]:** Há diálogos, sim, mas por enquanto largamente insuficientes. É preciso fazer muito mais, de ambos os lados. E o Brasil terá certamente um papel importante no estreitamento desse diálogo.

**[F/C]: A prematuridade de uma abordagem crítica sobre o colonialismo português em África interfere diretamente sobre a forma com que os portugueses no geral entendem a guerra colonial, os processos de descolonização e independência? Há alguma ideia cristalizada na sociedade portuguesa sobre estes assuntos e que não tem respaldo na historiografia?**

[FP]: Essa questão é bastante pertinente e tem gerado muito debate na academia portuguesa nos últimos tempos. Claramente, a emergência bastante tardia da historiografia colonial portuguesa influenciou negativamente na forma como que a maioria dos portugueses encara o seu passado imperial. Durante muito tempo prevaleceu a ideia de um “colonialismo brando”, de alguma forma menos violento do que o colonialismo de outros países europeus. Houve também a ideia que os portugueses foram menos racistas do que a maioria dos colonizadores, porque se teriam misturado, ou melhor miscigenado com os povos colonizados. São ideias que radicam, em parte, na teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre e que, de alguma forma, são uma herança da propaganda política da última fase do Estado Novo. Em todo o caso, parece-me que estas ideias têm cada vez menos impacto na sociedade portuguesa, sobretudo entre as novas gerações.

No entanto, estamos também a assistir ao fenómeno inverso, ou seja, a uma diabolização do passado colonial português levada a cabo por certos setores intelectuais politicamente engajados e eivados de um radicalismo ideológico e contrário ao espírito científico. Para esses setores intelectuais, o colonialismo português resume-se a violência, à exploração económica das populações nativas, ao trabalho forçado, ao cultivo forçado de certos produtos por parte dos indígenas, etc. É óbvio que o colonialismo português também foi isso, características de resto comuns a todos os colonialismos. Mas isso é uma simplificação do fenómeno colonial que, por si mesmo, é extremamente complexo. Por isso, a historiografia colonial portuguesa tem ainda pela sua frente um longo caminho a percorrer, não podendo ceder ao perigo de se enleiar num discurso eminentemente ideológico.

**[F/C]: Por si só, seu livro *Descolonização de Angola e Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)* é inovador devido sua originalidade. No entanto, em sua percepção, qual o maior contributo desta obra específica para a crescente historiografia do colonialismo português em África do século XX?**

[FP]: Esse livro constitui um trabalho de síntese sobre o processo de descolonização das duas maiores colónias portuguesas em África. Contudo, foca um assunto que durante muito tempo foi praticamente ignorado pela historiografia: a questão da agência política dos estratos colonizadores de origem portuguesa, tanto em Angola, como em Moçambique. Tive sempre muita dificuldade em perceber as razões pelas quais a história dos colonos portugueses em África foi

sistematicamente ignorada pela historiografia portuguesa, salvo raríssimas exceções. Durante muito tempo foi mesmo um *tabu*: os colonos estavam lá, mas não se falava deles, pois ou eram tratados como espectadores passivos do fenômeno colonial, ou eram vistos como meros promotores (e principais beneficiários) do processo de exploração econômica da população indígena. A primeira perspectiva está errada e a segunda é largamente redutora do papel dos colonos brancos no processo colonial. Penso que o meu trabalho contribuiu para superar, pelo menos em parte, estas falsas visões sobre a agência dos colonos brancos, focando neste caso específico o seu papel e comportamentos no processo de descolonização.

**[F/C]: Por fim, gostaríamos de saber se no momento o senhor está engajado em algum novo projeto. Poderia nos falar sobre?**

**[FP]:** De momento estou a ultimar um estudo sobre a história dos colonos portugueses em Moçambique entre 1945 e 1975, tendo em conta a existência de um protesto político democrático e anti-salazarista protagonizado por certos setores das elites brancas das principais cidades moçambicanas. Trata-se de um livro que deve ser publicado muito brevemente, provavelmente no início de 2019.

## Entrevista com Malena Mazzitelli Masticchio

**Malena Mazzitelli Masticchio:** Es Licenciada en Geografía y Doctora en Filosofía y Letras (área Geografía) por la Universidad de Buenos Aires. Becaria posdoctoral de CONICET. Jefa de Trabajos Prácticos Regular de Geografía Humana General de la Universidad Nacional de la Plata y Profesora Interina en la Universidad Autónoma de Entre Ríos. Estudia temas relacionados con Historia de la Cartografía en la Argentina y ha publicado diversos artículos en libros y revistas especializadas.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Carmem Marques Rodrigues, Hélia Costa Morais e Stéfany Sidô Ventura**, doutorandas na linha Ciência e Cultura na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

Entrevista concedida vía correo electrónico a **Carmem Marques Rodrigues**, doctorandas en la línea Ciencia y Cultura en la Historia del Programa de Post Graduación en Historia de la UFMG y miembros del Consejo Editorial de la Revista Temporalidades, gestión 2018/2019.

[Revista Temporalidades]: Professora, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual Dossiê da Revista Temporalidades. Em seu último artigo você discutiu a importância dos agrimensores no Departamento Topográfico de Entre Rios. Como homens técnicos somos levados a pensar que o trabalho dos agrimensores era somente medir a terra, mas você os chama de Juizes da Medida. Porque utilizou este termo?

[Revista Temporalidades]: Profesora, primero, quisiéramos decir que es un inmenso placer hacer esta entrevista con usted para el actual dossier de la Revista Temporalidades. En su último artículo usted discutió la importancia de los agrimensores en el Departamento Topográfico de Entre Rios. Como hombres técnicos somos llevados a pensar que el trabajo de los agrimensores era solamente medir la tierra, pero usted los llama de Jueces de la Medida. ¿Por qué utilizó este término?

**[Malena Masticchio]:** En primer lugar, quiero agradecerles a ustedes por la invitación. Comencemos por diferenciar dos tipos de Ingenieros: unos eran parte del personal estable del Departamento Topográfico entrerriano (DTE) y los otros era “independientes” de esta institución, pero estaban registrados y su trabajo quedara regulado y pautado por el Departamento. El rol de los ingenieros entrerrianos “independientes” no se limitaba únicamente a la medición de la tierra, sino que tenían la función de jueces porque ante un conflicto por la tierra ellos tenían la última palabra. Es decir, en un momento en que se estaba ocupando territorios y delimitando la propiedad privada, surgían entre los dueños de los terrenos conflictos de intereses, entre ellos la espinosa cuestión de por donde debía pasar el límite. De hecho, para que la mensura fuera legal debían estar presente todos los propietarios de las tierras involucradas o lindantes. Incluso el Ingeniero debía notificar a los propietarios por escrito y si alguno no acudía debía buscar un testigo que confirmara la ausencia del propietario y la entrega de la citación. Entonces ante posibles problemas sobre la delimitación del terreno el ingeniero era quien tenía la autoridad para decidir, a la manera de un juez y de manera inapelable, de allí que se los llamara “jueces de la medida”.

**[RT]:** Em outro artigo, “¿Cómo representar la topografía? Técnicas e instrucciones para dibujar diferentes propiedades del relieve”, você fala que os topógrafos precisavam de auxiliares para desenhar o que a vista não alcançava. O trabalho dito científico dos topógrafos não seria possível sem a ajuda desses intermediários?

En otro artículo, "¿Cómo representar la topografía? Técnicas e instrucciones para dibujar diferentes propiedades del relieve ", usted dice que los topógrafos necesitaban auxiliares para dibujar lo que la vista no alcanzaba. El trabajo dicho científico de los topógrafos no sería posible sin la ayuda de esos intermediarios?

**[MM]:** Creo que esto depende mucho del tipo de tipo de topografía a la que hagamos referencia, al período y a la institución. Quiero decir, sabemos que muchos cartógrafos dibujaron mapas sin haber salido del gabinete por lo cual la fuente de terceros era muy necesaria. En el caso específico

de la Dirección de Minas y Geologías de la República Argentina para la realización de su cartografía topográfica de mediados del siglo XX el aporte de la información de los conocedores del lugar, llamados “baqueanos” resultaba fundamental. Debido a que el terreno a recorrer era muy grande, y si bien los topógrafos pasaban mucho tiempo en el campo (6 meses o incluso más) de todas maneras había lugares a los que no accedían más que con la información del baqueano. Por otro lado, la supervivencia y el éxito de la comisión dependían en muchos casos del conocimiento de campo de estos personajes locales. Es interesante recordar que la Dirección de Minas produjo una publicación en donde se aconsejaba a los jóvenes topógrafos cómo tratar con estos hombres y con la población local, para que la comisión tenga éxito. De hecho, en muchos casos las monografías que hacían los topógrafos incluían el nombre de estos expertos del lugar como referentes por conocer los puntos trigonométricos marcados en el terreno, si bien, como sabemos, los rastros de su participación en los levantamientos quedan eliminados en la confección del mapa final (de alguna manera, quedan escondidos detrás de la técnica). En este sentido en esta institución y para este período la existencia de los baqueanos era fundamental para la supervivencia de la empresa topográfica y para el dibujo del mapa.

**[RT]: Kapil Raj em sua obra, “Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe” denomina esses intermediários de *go betweens*, e chama a atenção para o fato de que a História da Cartografia, assim como a História da Ciência, não foi construída apenas segundo os manuais científicos ou os gabinetes geográficos. Você acredita que podemos pensar dessa mesma forma ao pensar sobre a História da Cartografia na América Latina?**

**Kapil Raj en su obra “Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia y Europa” denomina a estos intermediarios de *go betweens*, y llama la atención sobre el hecho de que la Historia de la Cartografía, así como la Historia de la Ciencia, no se construyó sólo según los manuales científicos o las oficinas geográficas. ¿Crees que podemos pensar de esa manera al pensar en la historia de la cartografía en América Latina?**

[MM]: Justamente en esa línea de ideas, creo que hay que empezar a desmitificar a la cartografía - sobre todo la topográfica realizada por las instituciones públicas- como una empresa solitaria en donde el único que interviene es el topógrafo. Estas campañas eran colectivas, y como decíamos recién, intervenían muchos actores: no sólo el personal técnico, como el topógrafo y sus ayudantes, sino una nutrida compañía que incluía desde los baqueanos, hasta los cocineros, a los que se suman, desde las oficinas, los que preparaban la logística de la comisión (pero nunca iban al campo), los cartógrafos que pasaban en limpio el mapa original de campo e incluso los técnicos del taller fotográfico que revelaba las fotos tomadas durante la campaña.

Todo este colectivo puede ser incluido en la categoría de *go between* de Kapil Raj porque como vemos la empresa topográfica no solo incluye a los profesionales de la mensura o trabajadores de las instituciones cartográficas, sino que involucra a todo aquel que interviene en el proceso cartográfico. Desde este punto de vista, el planteo de Raj es más que interesante para comprender una historia de la cartografía en América Latina, más allá de las diferencias entre la situación geopolítica de la región en comparación con las regiones que estudia este autor.

**[RT]: Por último, gostaria de saber se você acredita que a História e a História da Cartografia podem contribuir para a formação do geógrafo e do cartógrafo? Desmistificando a produção cartográfica como puramente técnica?**

**Por último, me gustaría saber si usted cree que la Historia y la Historia de la Cartografía pueden contribuir a la formación del geógrafo y del cartógrafo? Desmistificando la producción cartográfica como puramente técnica?**

[MM]: Creo la cartografía pensada como un saber puramente técnico es un error. El saber cartográfico es un saber social, por lo tanto, mostrar solo el aspecto técnico es una mirada parcial. Quiero decir, la técnica y la política son intrínsecas al saber cartográfico. Sino pensemos en la batalla por la elección de la escala en Inglaterra que duró 12 años. En la Argentina los proyectos cartográficos presentados por la Dirección de Minas y por el Instituto Geográfico Militar en 1911 y 1912 respectivamente, proponían planes cartográficos apoyados y argumentados “técnicamente”, pero si indagamos un poco más vemos que las propuestas tenían que ver

también, o sobre todo, con mantener una “soberanía cartográfica” para evitar que otros países mapearan el territorio argentino, y no tanto con las posibilidades reales de concretarlo.

Por otro lado, creo que pensar a la cartografía como una herramienta técnica representa un momento de la historia del pensamiento cartográfico ya que no siempre fue así. A su vez definir a la cartografía desde la técnica deja a fuera muchas imágenes cartográficas (como las artísticas o la cartografía de la memoria) que son fuentes importantes de información espacial.

Digo, ya es sabido que los mapas no reflejan el mundo, sino que de alguna manera fabrican lo real, entonces estaría bien preguntarnos ¿Qué visibilizan los mapas que no son técnicamente “correctos”? o ¿Qué espacialidad fabrican? O mejor aún, ¿qué podemos ver en estos mapas los geógrafos y geógrafas que se supone conceptualizamos problemas espaciales?

La historia del pensamiento cartográfico ayuda a poner en contexto al mapa como artefacto cultural y en ese sentido nos enseña a no ser anacrónicos con las preguntas que les hacemos. Por eso la historia y la historia de la cartografía son necesarias para la formación de los geógrafos y geógrafas.